

Mirian Moura Lott

SOB O BADALAR DOS SINOS, O AR DA MODERNIDADE
Ouro Preto: População, Família e Sociedade
1838-1897

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura
Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby

FAFICH/UFMG
Belo Horizonte, 2009

Tese intitulada *Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade – Ouro Preto: população, família e sociedade (1838-1897)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, e submetida, em 08 de junho de 2009, à banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Douglas Cole Libby

Orientador – UFMG

Prof. Dr^a. Sílvia Maria Jardim Brügger

Titular – UFSJ

Prof. Dr. Pe. Francisco Taborda

Titular – FAJE

Prof. Dr^a. Clotilde Andrade Paiva

Titular – UFMG

Prof. Dr^a. Adalgisa Arantes Campos

Titular – UFMG

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Suplente – PUC

Prof. Dr^a Regina Horta Duarte

Suplente – UFMG

FAFICH/UFMG
Belo Horizonte, 2009

AGRADECIMENTOS

Já, de antemão, peço desculpas por não contemplar a todos aqueles que me auxiliaram, me incentivaram e foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Durante quatro anos, muitos cruzaram meu caminho e, mesmo sem intenção, fizeram alguma observação, sugeriram uma bibliografia ou, ao exporem seus trabalhos, me indicaram caminhos até então inimaginados. A todos vocês, obrigada.

No entanto, este trabalho não teria sido levado a cabo sem a grande estrutura oferecida pela UFMG, instituição à qual agradeço por me acolher por mais um tempo. Agradeço aos professores, representados pelos professores Regina Horta e Eduardo França, firmes condutores do programa de pós-graduação do departamento de História. Aos funcionários, sempre atenciosos e prestativos, agradeço, citando aqui de forma especial, o Valteir, a Norma e o Alessandro.

Ao professor Douglas Cole Libby, apresento meu respeito e admiração e agradeço a confiança depositada e sua preciosa orientação. À professora Clotilde Andrade Paiva, agradeço por minha incursão no mundo da demografia histórica e pelas relevantes sugestões por ocasião do exame de qualificação.

Agradeço de forma muito especial à minha querida professora, colega e amiga Adalgisa Arantes Campos. Além de ter-me aberto as portas de sua casa em Ouro Preto, me permitiu o privilégio de sua companhia, transformando cada viagem em uma aula de história e de vida.

Aos companheiros do Banco de Dados, sou grata especialmente ao Júlio Caetano, à Flávia Klausing, ao Breno Marques, à Denise Duarte e ao Edson, responsáveis pelo lançamento de milhares de registros, aos quais pude usufruir. Agradeço à Top Training e ao Gilson Cheble, responsáveis pela implementação da citada base de dados. Agradeço principalmente ao Agnaldo, pelo socorro solícito a cada dúvida e ao Lourival pela assessoria técnica.

Ao Aléxis, meu colega, grande pesquisador, agradeço pela leitura competente dos registros de batismos e óbitos, mas particularmente pela amizade e colaboração. Aos demais alunos da graduação do curso de História, a quem tive o prazer de conhecer, obrigada, pois aprendi muito com vocês.

Agradeço pelo carinho e amizade à Ana Luiza Castro, Jeaneth, Renato Franco, Tânia, Adriana e aos demais colegas do programa de Pós do Departamento de História.

Agradeço de todo o coração a todos que trabalham na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, principalmente ao historiador e administrador Carlos José Aparecido de Oliveira, o “Caju”, que prontamente me disponibilizou o acervo documental e me recebeu com atenção e amizade. O carinho com o qual fui recebida por todos, me fizeram sentir como parte da família ouropretana. Nossa curta convivência foi fundamental para que eu sentisse um pouco da alma daquela cidade.

Agradeço o privilégio por ter participado um pouco da história de Ouro Preto, e, principalmente por ter conhecido o querido padre Simões, verdadeiro guardião do acervo cultural da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, exemplo de dedicação, abnegação e amor ao próximo.

Agradeço à Prefeitura de Belo Horizonte, pela política de valorização de seus profissionais, que me disponibilizou o tempo necessário para o desenvolvimento das pesquisas e aos meus colegas da Regional Oeste, em especial à Aciléia e Marília, pelo apoio e incentivo. Agradeço também ao Instituto Cultural Amílcar Martins, pela bolsa ICAM-USIMINAS, que muito contribuiu para a qualidade da coleta de dados, através de seu programa de incentivo à pesquisa da história de Minas Gerais.

Por fim, agradeço aos meus familiares, pelo apoio incondicional. Ao Daniel e à Aline, meus queridos filhos e a razão de minha vida, agradeço a compreensão pelos momentos de ausência. Fernando, obrigada por ter respeitado com carinho tanto tempo dedicado a este trabalho. Ao Ricardo, agradeço por ser meu esteio. À minha saudosa mãe, Dila, agradeço, pois foi por ela que me tornei historiadora.

*Dedico esta pesquisa
aos moradores de Ouro Preto.
Àqueles do século XIX,
que me possibilitaram entrever
parte de sua história!
Àqueles que ali residem atualmente,
que me receberam com carinho
e permitiram, por um tempo, que eu
participasse de suas vidas!*

A lição de pintura

*Quadro nenhum está acabado,
Disse certo pintor;
Se pode sem fim continuá-lo.
Primeiro, ao além de outro quadro
Que, feito a partir de tal forma,
Tem na tela, oculta, uma porta
Que dá a um corredor que leva a outra e a muitas outras.*

*João Cabral de Melo Neto
A educação pela pedra e depois.*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é traçar o perfil sociocultural e o comportamento demográfico da população da Imperial Cidade de Ouro Preto, na segunda metade do século XIX, considerando, de forma estendida, desde os finais da década de 30 do oitocentos. Desse modo, apesar do foco da pesquisa se concentrar na segunda metade do século XIX, utilizamos como marco inicial o panorama de Ouro Preto, em 1838, pois temos como fonte preciosa a lista nominativa desse ano, o que nos possibilita descortinar o perfil populacional e social da cidade; e propomos a data de 1897 para a conclusão da produção, quando a transferência da capital para Belo Horizonte determina uma ruptura radical na vida dos ouro-pretanos.

A cidade de Ouro Preto não se coloca somente como cenário desse estudo, mas foi escolhida por seu papel ímpar como capital da província de Minas Gerais. Além de centro político, Ouro Preto foi referência sociocultural da população mineira, apesar de não mais se constituir como pólo econômico, deixando tal posição para outras regiões da província, como a do sul e a de São João del Rei.

Seguindo a linha de pesquisa proposta pela História Social da Cultura, pretendemos descortinar e discutir o comportamento e as práticas sociais da população ouro-pretana, além de observar as permanências e mudanças culturais, à vista das profundas transformações ocorridas nos panoramas nacional e internacional do período.

As fontes utilizadas são os registros de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, a lista nominativa de 1838, o primeiro Censo Geral do Império, de 1872, e o Recenseamento de 1890. Também nos servimos dos mapas de população que, se não contemplam diretamente a capital mineira, ao menos nos apresentam o perfil da região central da província. A documentação serial e demográfica nos permite dois tipos de análise: a quantitativa, que possibilita a apresentação das características sociais mais gerais, as tendências de mudança e as permanências culturais, e a qualitativa, através da qual descobrimos especificidades e particularidades que nos aproximam daquelas pessoas do passado, evidenciando os conflitos, as ansiedades e tensões daquela sociedade.

O espaço contemplado é o do núcleo urbano de Ouro Preto, apesar da vastidão da freguesia do Pilar nos possibilitar averiguar aspectos de capelas da freguesia mais

distantes, como a de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista ou a de Nossa Senhora da Conceição do Rodeio, localizadas em distritos pertencentes àquela paróquia.

O acompanhamento das fontes, no decorrer do período proposto, também nos dá oportunidade de constatar sua historicidade, tanto nos termos utilizados em seus textos, que se adéquam às medidas administrativas, como na ênfase dada a determinadas informações contidas nos documentos. A partir do estudo interno das fontes, observamos a preocupação específica de cada época. Informações totalmente ausentes em determinados períodos (como os graus de parentesco ou idade dos noivos, no caso dos assentos de casamentos), aparecem em outros com constância e precisão, desaparecendo após alguns anos. As especificidades dos batismos dos ingênuos (filhos de mães escravas após a Lei do Ventre Livre) e dos óbitos dos escravos, já na década de 70 do oitocentos, nos possibilita inserção nas preocupações dos homens daquele tempo.

Palavras-chave: Ouro Preto, sociedade e cultura mineira do século XIX, registros paroquiais.

ABSTRACT

The objective of this study is to trace the social and cultural profile, and demographic behavior of the population of the imperial city of Ouro Preto, in the second half of the nineteenth century, considered in an extended form, since the end of the third decade of that century. Thus, despite being the research focused in the second half of the nineteenth century, we use as the initial landmark the picture of Ouro Preto in 1838, because we have as a valuable source the nominal list for that year, which enables us to uncover the population and social profile of the city, and we propose the date of 1897 for completion of production, when the transfer of capital to Belo Horizonte determines a radical break in the life of the residents of Ouro Preto.

The city of Ouro Preto does not exist only as background of this study, but was chosen for its unique role as capital of the province of Minas Gerais. Besides a political center, Ouro Preto was a social and cultural reference to the population of Minas Gerais, although no longer was an economic center, leaving that position to other regions of the province, as the south and of São João del Rei.

Following the research line proposed by the Social History of Culture, we intend to uncover and discuss the behavior and social practices of the population of Ouro Preto, and observe the cultural changes, in view of the profound changes in international and national overviews of the period.

The sources used are the records of baptisms, marriages and deaths of the parish of Nossa Senhora do Pilar of Ouro Preto, the nominal list of 1838, the first general census of the Empire in 1872, and the new census of 1890. We also use the maps of population that, if not directly comprehend the capital of Minas Gerais, at least presents the profile of the central region of the province. The serial and population documentation allow us two kinds of analysis: the quantitative, which allows presentation of more general social characteristics, trends of cultural changes, and qualitative, through which we discovered the particularities and specificities approaching us to those people of the past, highlighting the conflicts, anxieties and tensions of that society.

The area covered is the urban core of Ouro Preto, despite the vastness of the parish of Pilar allows us to investigate aspects of more distant chapels, such as Santa Quitéria the

camp of Boa Vista and of Our Lady of Rodeo, located in districts belonging to that parish.

The monitoring of the sources, during the proposed period, also gives us opportunity to see their history, both in terms used in their texts, that suit the administrative measures, such as in the emphasis on certain information contained in the documents. From the internal study of the sources, we look at the specific concern of each period. Information totally absent in some periods (such as the degrees of relationship or age of the bride and groom for the wedding records), appear in others with accuracy and consistency, disappearing after a few years. The specificities of the baptisms of naïve (children of slave mothers after the Lei do Ventre Livre) and deaths of slaves, even in the seventh decade of the nineteenth century, enables us to insert ourselves in the concerns of men of that time.

Keywords: Ouro Preto, society and culture of Minas Gerais during the nineteenth century, parish records.

SUMÁRIO

Lista de quadros.....	14
Lista de tabelas	15
Lista de gráficos	15
Lista de mapas e figuras	16
INTRODUÇÃO	18
A freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.....	24
A diocese de Mariana	32
Reflexão conceitual	41
O clero ouro-pretano.....	47
CAPÍTULO I – UMA REFLEXÃO SOBRE AS FONTES.....	51
1.1- As fontes paroquiais	51
1.1.2- A paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.....	59
1.1.3- Registros de batismos	62
1.1.3.1- As fontes	66
1.1.4- Registros de casamentos	71
1.1.5- Registros de óbitos	76
1.1.5.1- Óbitos – estudo demográfico	82
1.1.5.2- A situação das fontes.....	86
1.1.6- O livro suplementar de registros	90
1.1.7- Listas nominativas, mapas de população e recenseamentos.....	98
1.1.8- Almanques	102
1.1.9- Jornais.....	104
1.1.10- Publicações de contemporâneos, biografias, genealogias e relatos de viajantes estrangeiros	107
1.2- Considerações.....	111
CAPÍTULO II – PERCURSO DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIAL DE OURO PRETO (1838-1868).....	112
2.1- Perfil econômico da província de Minas Gerais nas décadas de 20 e 30 do oitocentos	116
2.1.1- As listas nominativas de 1830/31 e de 1838/40	118
2.1.2- Ouro Preto na década de 30.....	128
2.2- Ouro Preto em 1838	134
2.2.1- Características dos chefes de domicílio	146
2.2.2- Características dos fogos	150
2.2.3- Alfabetização	157

2.3-A estabilidade: Ouro Preto em meados do século (décadas de 50 e 60)	160
2.4-O processo de abolição do tráfico e a presença de africanos livres em Ouro Preto (1831-1872)	168
2.4.1- A proibição do tráfico	169
2.5- Emancipados em Ouro Preto	176
CAPÍTULO III – OURO PRETO ENTRE 1868 E 1897	187
3.1- A instabilidade (1868-1889)	187
3.2- O Censo de 1872	191
3.3- A intensificação do processo abolicionista	211
3.3.1- A Lei nº 2040, de 28.09.1871, Rio Branco ou do Ventre Livre	211
3.3.2- O movimento abolicionista nas diversas províncias	224
3.4- Ouro Preto na última década do século XIX	231
3.4.1- Ouro Preto em 1890	234
3.4.2- A estrutura urbana	243
3.4.3- O Censo de 1890	245
3.4.4- O impacto da mudança da capital	251
CAPÍTULO IV – A DESSACRALIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA	253
4.1- Batismos	259
4.1.1- Antecedentes	259
4.1.2- Batismos entre 1838 e 1897	263
4.1.3- Batismos de escravos	270
4.1.4- Características rurais dos batismos ouro-pretanos	273
4.2- A Lei do Ventre Livre e o batismo de ingênuos	275
4.2.1- Batismos de ingênuos em Ouro Preto	278
4.2.2- A precocidade dos batismos	283
4.2.3- Reflexões sobre a cor	286
4.2.4- Ilegitimidade entre escravos, nupcialidade entre livres	291
4.2.5- Laços de compadrio e apadrinhamento	294
4.2.6- Sobre a mortalidade das crianças escravas	296
4.3- O Matrimônio	298
4.3.1- Características do matrimônio entre 1838 e 1900	304
4.3.2- Os registros paroquiais de casamentos	312
4.3.3- Casamentos por condição social	314
4.3.4- A condição de legitimidade dos nubentes	316
4.3.5- A idade dos noivos	318
4.3.6- Casamentos de consciência	324
4.3.7- O casamento e seu papel de legitimação dos filhos	325

4.3.8- Casamentos consanguíneos	328
4.3.9- Casamentos de escravos	333
4.3.10- Os casamentos após a Lei Áurea.....	340
4.3.11- Outras características do casamento em 1888	343
4.3.12- Casamentos de viúvos.....	344
4.3.13- Outras características do casamento oitocentista	346
4.3.14- A escolha dos cônjuges	347
 CAPÍTULO V – MUDANÇAS ACONTECEM, O ESSENCIAL PERMANECE: AS PRÁTICAS OBTUÁRIAS.....	353
5.1- Histórico.....	359
5.2- Mudanças na prática de sepultamento no Brasil	368
5.3- Práticas mortuárias na cidade de Ouro Preto	378
5.4- O local do morrer.....	387
5.5- O local do sepultamento.....	394
5.5.1- Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto	397
5.5.2- Capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos	398
5.5.3- Capela do Rosário dos Pretos	401
5.5.4- Capela de São José.....	407
5.5.5- Capela de nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	408
5.5.6- Capela de Nossa Senhora do Carmo	410
5.5.7- Capela de São Francisco de Paula	413
5.5.8- Capela de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista	415
5.5.9- Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis	416
5.5.10- Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões	416
5.5.11- Capela de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz	418
5.5.12- Capela de Nossa Senhora das Dores	419
5.5.13- Enterros no Lazareto do Jardim Botânico	419
5.5.14- Cemitério da Saramenha	425
5.5.15- Outros locais de enterro.....	427
5.6- Morte e sepultamento de crianças	429
5.7- A secularização nos rituais da morte e do sepultamento.....	433
5.8- O final do século XIX.....	440
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	444
 REFERÊNCIAS.....	449

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Párocos do Pilar entre 1838-1900	26
QUADRO 2: Clérigos presentes em Ouro Preto de acordo com a lista nominativa de 1838	27
QUADRO 3: Clérigos presentes na paróquia do Pilar entre 1838-1900.....	30
QUADRO 4: Batismos por condição social: paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (1801-1840).....	133
QUADRO 5: Lista nominativa de 1838: fogo de Nicolau Soares de Couto	148
QUADRO 6: Chefes por cor x sexo.....	149
QUADRO 7: Chefes de fogos por sexo x plantel x cor.....	150
QUADRO 8: Tamanho dos fogos por sexo do chefe.....	154
QUADRO 9: Casamentos de africanos escravos (1840-1865)	177
QUADRO 10: Casamentos de africanos livres em Ouro Preto (1840-1880).....	181
QUADRO 11: Africanos livres – padrinhos de filhos de escravas (1872-1888).....	184
QUADRO 12: Registros de óbitos de africanos livres (1856-1878).....	185
QUADRO 13: População por cor, sexo e condição social em 1872.....	199
QUADRO 14: População por cor, sexo e condição social em 1872.....	200
QUADRO 15: População por cor, sexo e condição social em 1872.....	201
QUADRO 16: Presença de estrangeiros em Ouro Preto de acordo com o Censo de 1872.....	210
QUADRO 17: Votação da Lei Rio Branco	214
QUADRO 18: Estrutura administrativa de Ouro Preto em 1890.....	241
QUADRO 19: Proprietários em 1890	241
QUADRO 20: Fabricantes em 1890	242
QUADRO 21: Estabelecimentos comerciais em 1890	242
QUADRO 22: Negociantes em 1890.....	242
QUADRO 23: Profissões e ofícios.....	243
QUADRO 24: Censo de 1890	247
QUADRO 25: Batismos por condição de legitimidade – paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (1801-1830).....	260
QUADRO 26: Batismos por legitimidade e condição social (exceto expostos e adultos) paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (1801-1830).....	261

QUADRO 27: Aspectos demográficos de Minas Gerais por cor e cond. social (1833, 1855, 1872)	266
QUADRO 28: Cor das mães (1872-1887).....	291
QUADRO 29: Cor dos batizados (1872-1887)	291
QUADRO 30: Casamentos por condição social (1838-1897)	315
QUADRO 31: Noivos por idade (de 1838 a 1865).....	318
QUADRO 32: Noivos por idade (de 1884 a 1890).....	321
QUADRO 33: Registro de sepultamentos (Ordem Terceira do Carmo)	357
QUADRO 34: Sepultamentos na capela do Rosário dos Pretos por condição social e cor	408

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População do distrito urbano do termo de Vila Rica por condição social	129
TABELA 2: Estado conjugal dos habitantes	144
TABELA 3: Relação com o chefe do domicílio.....	156
TABELA 4: Composição da população por nacionalidade	159
TABELA 5: Condição de legitimidade dos noivos em porcentagem.....	342

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Crescimento populacional de Ouro Preto entre 1838 e 1890	20
GRÁFICO 2: Óbitos por quinquênio (1838-1897).....	83
GRÁFICO 3: População do distrito urbano do termo de Vila Rica por condição social.....	131
GRÁFICO 4: Habitantes de Ouro Preto por cor em 1838	135
GRÁFICO 5: Habitantes de Ouro Preto por condição social em 1838.....	136
GRÁFICO 6: Habitantes por cor e condição social em 1838	138
GRÁFICO 7: Idade dos forros em 1838	139
GRÁFICO 8: Habitantes por condição social e cor	141
GRÁFICO 9: Escravos por faixa etária x cor (origem) – 1838.....	144
GRÁFICO 10: Batismos de escravos africanos em Ouro Preto (1830-1837).....	177
GRÁFICO 11 A: Comparativo da população da paróquia do Pilar do Ouro Preto em 1838, 1872 e 1890 (por cor) em números absolutos.....	196
GRÁFICO 11 B: Comparativo da população da paróquia do Pilar do Ouro Preto em 1838, 1872 e 1890 (por cor) em números relativos.....	196

GRÁFICO 12: População ouro-pretana por legitimidade em 1890.....	248
GRÁFICO 13: População ouro-pretana por estado civil em 1890	249
GRÁFICO 14: População ouro-pretana por cor em 1890.....	250
GRÁFICO 15: Batismos por ano (1838 a 1900)	263
GRÁFICO 16: População em Minas por condição social (1833, 1855, 1872)	266
GRÁFICO 17: Batismos por condição de legitimidade (1865-1900)	269
GRÁFICO 18: Batismos de escravos (1838/1871).....	271
GRÁFICO 19: Número de batismos por idade	286
GRÁFICO 20: Número de batismos de ingênuos por ano entre 1872 e 1887	293
GRÁFICO 21: Casamentos por condição social (1804-1839).....	302
GRÁFICO 22: Casamentos por ano (1838-1905)	312
GRÁFICO 23: Casamentos por condição de legitimidade (1838-1897).....	317
GRÁFICO 24: Variação de preços de escravos por idade (1800 e 1888).....	339
GRÁFICO 25: Casamentos na paróquia do Pilar do Ouro Preto (1882 a 1889)	341
GRÁFICO 26: Casamentos na paróquia do Pilar do Ouro Preto em 1888, por mês.....	341
GRÁFICO 27: Número de batismos por número de casamentos (1838-1900)	351
GRÁFICO 28: Óbitos por ano (1850-1865)	384
GRÁFICO 29: Locais de sepultamento entre 1838 e 1897	396
GRÁFICO 30: Número de óbitos por ano (de 1855 a 1880)	424
GRÁFICO 31: Óbitos de inocentes (1838-1900).....	431
GRÁFICO 32: Óbitos por idade (1838-1900)	433
GRÁFICO 33: Ministério dos sacramentos entre os adultos	438
GRÁFICO 34: Óbitos na freguesia do Pilar do Ouro Preto entre 1880 e 1890	439
GRÁFICO 35: Número de registros de óbitos por ano (de 1891 a 1900).....	441

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

MAPA 1: Distritos atuais da cidade de Ouro Preto (2006)	25
FIGURA 1: Assinatura do cônego Joaquim José de Sant'Anna.....	28
FIGURA 2: Cônego Joaquim José de Sant'Anna.....	29

FIGURA 3: Visto dado por Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides no livro de batismos celebrados nas capelas filiais da paróquia do Pilar	35
FIGURA 4: Planilha de batismo.....	54
FIGURA 5: Planilha de casamento.....	54
FIGURA 6: Planilha de óbito	54
FIGURA 7: Regulamentação de assentos de batismos, casamentos e óbitos no oitocentos	59
FIGURA 8: Freguesia de Nossa Senhora do Pilar e Freguesia de Antônio Dias	60
FIGURA 9: Capa do <i>Almanack</i> de Manoel Ozzori, publicado pela Typographia da Ordem, em Ouro Preto, em 1890, e que recebeu edição fac-similar cem anos depois, em Belo Horizonte	104
FIGURA 10: Foto da capela de São Francisco de Assis, na segunda metade do oitocentos	163
FIGURA 11: Foto de Guilherme Liebenau. Coleção Biblioteca Nacional	167
FIGURA 12: Foto de Maria Assumpção Miranda e Genesco Veloso, por ocasião de seu casamento, celebrado em Montes Claros, em fins do século XIX	314
FIGURA 13: A substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra assalariada, no âmbito doméstico, se reflete nos pequenos anúncios que circularam no oitocentos	352
FIGURA 14: Foto atual da portada da capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos.....	362
FIGURA 15: Lápide de mãe e filha, sepultadas, no fim dos oitocentos, na capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos.....	386
FIGURA 16: Vista lateral da Santa Casa de Misericórdia, no século XIX	392
FIGURA 17: Fundo da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.....	397
FIGURA 18: Vista parcial do atual cemitério da capela do Senhor Bom Jesus do Matozinhos	400
FIGURA 19: Cena de Rugendas retratando um cortejo fúnebre de negros africanos.....	402
FIGURA 20: Pelo olhar de Rugendas, a celebração de Nossa Senhora do Rosário	404
FIGURA 21: Panorama da Ouro Preto oitocentista, com a capela do Rosário dos Pretos em destaque.....	406
FIGURA 22: Aspecto atual da capela de São José, com seu cemitério lateral e posterior ao templo	408
FIGURA 23: Capela de Nossa Senhora das Mercês de Misericórdia de Ouro Preto, em registros atuais.....	409
FIGURA 24: Vista atual da área lateral da capela do Carmo	412
FIGURA 25: Portada do Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula	414
FIGURA 26: Foto do aspecto atual do pórtico que, possivelmente, dava entrada ao Lazareto de Ouro Preto	425
FIGURA 27: <i>Cena de família de Adolfo Augusto Pinto</i> . Óleo de José F. de Almeida Junior (1891)	445

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho traça o percurso demográfico, social e econômico da Imperial Cidade de Ouro Preto, entre 1838 e 1897, considerando, também, as discussões políticas e as mudanças culturais e de mentalidade que se consolidam no decorrer do período. O Decreto Imperial de 24 de fevereiro de 1823 elevou à condição de cidade todas as capitais provinciais. No caso específico de Vila Rica, a elevação se deu pela Carta-Régia de 20 de março daquele mesmo ano. Somente com o advento da República, em 1889, a capital mineira passou a se chamar simplesmente Ouro Preto.

A data inicial da pesquisa, 1838, foi determinada por dois motivos: temos, para aquele ano, a lista nominativa (recenseamento nominal dos habitantes por fogo¹ ou domicílio) do distrito de Ouro Preto, que perfazia a parte urbana da freguesia² (paróquia) de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Tal documento nos permite conhecer características importantes de sua população, possibilitando-nos, também, refletir sobre a situação econômica e social da cidade, bem como sobre o perfil demográfico de seus habitantes. O segundo motivo deve-se ao contexto político mais amplo, situado nos anos finais do período Regencial. Para compreendermos as mudanças que passam a se afirmar na segunda metade do século XIX, precisamos entender o período que fora marcado pela consolidação dos governos provinciais. Esse é caracterizado pela política liberal que pregava a descentralização do poder com vistas à melhor administração pública.

Apesar do movimento contrário, inaugurado pelo imperador D. Pedro II, na década de 1840, voltado para a centralização do poder e para a política conservadora, observamos que foi iniciada, nos anos 30 do século XIX, uma série de medidas

¹ Compreende-se por “fogo” a casa, ou parte dela, em que habitava uma pessoa livre ou uma família, dependente economicamente do chefe do domicílio, que o encabeçava. A família não se limitava ao parentesco por laços consanguíneos, podendo ser constituída, também, por agregados e escravos. No Capítulo II, retornaremos a esse conceito.

² De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa (*Dicionário da terra e da gente de Minas*), os termos “freguesia” e “paróquia” se equivaliam. Referem-se à divisão territorial de uma diocese sobre a qual tem jurisdição ordinária o pároco. Veremos, no decorrer do texto, que, nos séculos XVIII e XIX, as funções tanto da paróquia como de seu sacerdote estendiam-se para além do serviço espiritual e religioso.

administrativas que visavam à modernização de costumes, de que trataremos no decorrer do trabalho.

Ouro Preto, como capital de Minas Gerais, encabeçou, na província, um processo de mudanças culturais que se consolidou nos anos finais do século XIX, como descortinamos ao longo do texto. Além da presença do corpo administrativo, ali se formou e residiu a elite ilustrada da província, formada por lideranças políticas, religiosas e intelectuais. O movimento de formação dessa intelectualidade se deu principalmente a partir da fundação da Escola de Farmácia, criada pela lei nº 140, de 04 de abril de 1839; da Escola de Minas, inaugurada em 12 de outubro de 1876; e da Faculdade de Direito, fundada em 1892. Tanto os professores, vindos de outras províncias ou mesmo de outros países, para ali lecionarem, como os alunos formados por essas instituições participaram ativamente dos debates políticos que acaloraram os últimos anos do Império na década de 80 do século XIX.

Mesmo aqueles que estudaram em outras capitais, ou mesmo em Portugal, retornavam à cidade natal após completarem seus estudos superiores. De acordo com João Camilo Torres, “o debate político se deu de forma intensa nas Minas do século XIX”, facilitado pelo dinamismo da vida urbana, cujas raízes remontam ao século XVIII, e pela presença de uma classe média, que tornava o ambiente propício para as discussões.³

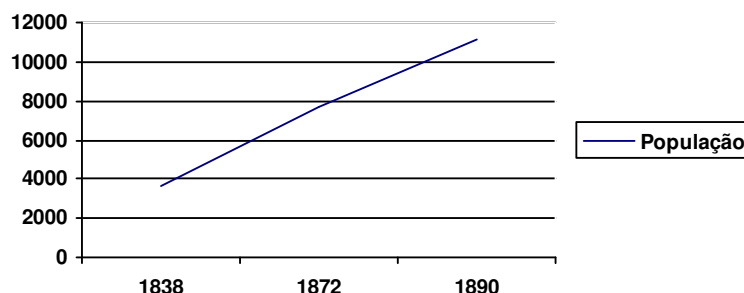
Em Ouro Preto, também circularam jornais, chegaram imigrantes europeus e participavam ativamente dos debates membros ilustres da cidade que estiveram no “estrangeiro” e na capital imperial, de onde traziam as novas ideias. O trânsito entre a capital mineira e o Rio de Janeiro nos é atestado pela presença marcante de padrinhos ilustres, oriundos da Corte, para os batismos e casamentos dos membros da classe mais abastada da cidade. Além disso, a presença do Regimento Militar também transformou a antiga Vila Rica em polo aglutinador de pessoas vindas de todo o país.

Sempre é muito difícil compararmos fontes documentais diversas, pois os critérios e as áreas cobertas mudam muito de uma época para outra, mas, grosso modo, se examinarmos o número de pessoas arroladas na freguesia do Pilar, em 1838, com os habitantes da mesma paróquia relacionados nos censos de 1872 e 1890, observamos

³ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. vol. IV. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [s.d.]. p. 885.

curva acentuada, indicando crescimento acelerado da população ali residente. O período estudado não foi marcado, de forma alguma, pelo esvaziamento demográfico, sugerindo portanto não ter havido estagnação econômica.

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL DE OURO PRETO ENTRE 1838 E 1890



4

A situação populacional apresentada acima se transforma totalmente em 1897, com a transferência da capital para a recém-inaugurada cidade das Minas, posterior Belo Horizonte. Por essa razão, elegemos esse ano para o término de nossa pesquisa.

Contudo, o ano de 1897 foi decisivo para a história de Ouro Preto. A transferência dos funcionários do Estado determinou o esvaziamento populacional e a paralisia econômica, que somente seria restabelecida em meados da década de 1920. Seu acervo Barroco foi, então, redescoberto pelos artistas modernistas, num movimento de resgate das raízes culturais brasileiras. Esse quadro de congelamento, entretanto, foi fundamental para a conservação das características coloniais e ecléticas da arquitetura civil e para a preservação dos templos barrocos e rococós, atualmente tão caros à cultura brasileira. Ao retomar seu desenvolvimento, Ouro Preto se beneficiou com a revalorização de seu patrimônio arquitetônico e com a concepção preservacionista consolidada pela fundação do SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937, atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O trabalho se organiza em cinco capítulos: o primeiro trata da descrição das fontes utilizadas, aspecto importante para reconhecermos suas possibilidades e limites.

⁴ Lista nominativa de 1838 (Cedeplar/FACE/UFGM), Censo de 1872 (CEBRAP/FAPESP) e Censo de 1890 (CEBRAP/FAPESP).

No segundo capítulo, traçamos o percurso populacional, social e econômico da capital mineira entre 1838, nosso marco inicial, e finais da década de 60, indo, basicamente, até 1868. Apresentamos, inicialmente, o panorama geral da freguesia do Pilar em 1838. Passamos, em seguida, a analisar as décadas de 40 a 60, observando, de maneira geral, a estabilidade das instituições e o momento de discussão e absorção das inovações, mas, ainda, no plano das ideias. O tráfico atlântico de escravos tem fim, com reflexo na composição dos plantéis e na concentração da propriedade cativa, devido ao aumento expressivo no preço dos cativos.⁵ Damos especial atenção à presença de africanos livres (emancipados) em Ouro Preto, fartamente registrados nos livros paroquiais.

No Capítulo III, focamos nossos estudos nas décadas de 1870 e 80, que tiveram como pano de fundo as discussões acerca do final da escravidão e o nascimento do movimento abolicionista. Constatamos o papel proeminente da capital mineira no processo de libertação dos escravos e as mudanças estabelecidas pela Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871. Identificamos, nas práticas sociais, o movimento de reforma religiosa encabeçada, na região, pelo bispo de Mariana, D. Antônio Viçoso, em consonância com a Sé romana, sendo que esse movimento, de cunho conservador, ficou conhecido pelo nome de “romanização”, ou “movimento ultramontano”. Destacamos, também, a inauguração da Escola de Minas, em 12 de outubro de 1876.

Consideramos o Censo de 1872 como fonte primorosa para o estudo desse período. Ao final do capítulo, voltamos nosso olhar para a última década do século XIX, mormente até 1897, quando a capital do então estado de Minas Gerais se transfere para Belo Horizonte. Verificamos que são anos de intensa discussão política em torno da possível transferência da capital, e de desenvolvimento econômico, possibilitado, principalmente, pela inauguração dos ramais ferroviários. Temos, para subsidiar nosso trabalho, o Censo de 1890, apesar das críticas feitas a ele, e o *Almanack administrativo*,

⁵ Utilizamos em nosso trabalho os termos “cativos” e “escravos” como sinônimos, apesar do alerta dado pela professora Hebe de Mattos sobre a diferença jurídica entre os dois conceitos: “os dois termos não eram sinônimos, no Império Português ou na Monarquia Brasileira. O cativo era aquele que havia sido capturado e, a partir daí, privado de sua liberdade. Apesar do peso do tráfico africano na reprodução da escravidão no Brasil, o termo ‘cativeiro’ é bem mais presente nas fontes brasileiras escritas referentes à escravidão indígena. [...] Em qualquer caso, escravo era aquele que já nascera sob esta condição jurídica. O caráter de mercadoria e a submissão a um senhor, além da idéia de trabalho forçado, estão todos mais relacionados à definição de escravo do que a de cativo”. Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memórias do cativeiro na história do Brasil*. Niterói: UFF, 2004. (mimeo). p. 59.

mercantil, industrial, científico e litterario do município de Ouro Preto, escrito por Manoel Ozzori, em 1890.

O quarto capítulo parte dos registros de batismos e casamentos para visualização das tendências demográficas e estratégias familiares presentes no período. Grande parte da população mineira, que, até então, pautava suas relações conjugais nas uniões consensuais, responsáveis pelo grande número de crianças ilegítimas, passa a ter, na Igreja romanizada, oposição a tais procedimentos. A mudança na estrutura de posse de cativos e a economia progressista, aliada ao aumento populacional, também têm influência nas práticas familiares. Por considerarmos os registros de batismos e de casamentos como duas fontes complementares para o estudo sobre a família, decidimos mantê-los juntos num mesmo capítulo, no qual observamos as novas identidades forjadas a partir do movimento abolicionista, como a presença dos “ingênuos”, filhos de escravas nascidos após a promulgação da Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre.

O quinto capítulo nos mostra como as autoridades, o clero e os moradores ouro-pretanos reagiram às novas exigências médico-higienistas que, ainda na primeira metade do oitocentos, proibiram os sepultamentos no interior dos templos católicos. Discussão difícil e longa, pois colocava frente a frente tradições religiosas seculares e concepções iluministas e científicas.

Concluímos nosso trabalho traçando algumas últimas considerações sobre a complexidade do período, em que as forças tradicionais e as chamadas progressistas se digladiam durante todo o tempo, refletindo-se na vida particular daqueles contemporâneos.

Os estudos tiveram como fonte documental básica os assentos de batismos, casamentos e óbitos da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, séries extremamente bem preservadas – fato raro no Brasil – e que, mesmo não estando completas, nos dão cobertura suficiente para a análise do período. Utilizamos, também, das fontes censitárias: a lista nominativa de 1838 e os censos de 1872 e 1890. Para contextualização do período delimitado em nossa pesquisa, recuamos aos princípios do século XIX, com rápida incursão ao Censo de Vila Rica de 1804 e às listas nominativas de 1830/31, muito bem analisadas na Tese de Doutorado da professora Clotilde Andrade Paiva, sobre a economia de Minas Gerais. Examinamos, ainda, relatos de visitantes europeus e de contemporâneos que deixaram suas memórias registradas.

Observamos, para a província de Minas Gerais, da segunda metade do XIX, uma aceleração nas mudanças sociais e culturais, determinadas por transformações mais amplas no contexto nacional e internacional, impostas pela economia e pela política do período. Temos o final do tráfico negreiro, o que transforma toda a dinâmica escravista do Império, a promulgação da Lei do Ventre Livre e, finalmente, a Lei Áurea, em 1888 e, no ano seguinte, a Proclamação da República, afirmando a consolidação das forças reacionárias e tradicionais da aristocracia rural, encabeçada pelos militares e proprietários rurais, principalmente os cafeicultores paulistas e mineiros.

Mudanças de paradigmas podem ser analisadas à luz das fontes pesquisadas e da bibliografia referente aos diversos temas que convergem, durante todo o tempo, em nosso trabalho. Além da implantação dos sepultamentos em cemitérios, refletimos sobre a progressiva separação que se dá entre as funções a cargo da administração pública e da paróquia. Pudemos constatar, também, através da documentação pesquisada, o impacto do avanço do conhecimento médico e da área tecnológica, identificado, na prática, pelas medidas de saneamento público, pela implantação de iluminação urbana e ferrovias, e pelas novas profissões que surgem.

A historiografia da segunda metade do século XIX mineiro tem, nos historiadores Douglas Cole Libby, Laird Bergad, Clotilde Andrade Paiva e Roberto Martins, as maiores referências sobre a economia e a dinâmica escravista e social. Estudiosos como Sheila de Castro Faria, Hebe Maria Mattos, Manolo Florentino, Sidney Chalhoub e Robert Conrad não tratam especificamente de Minas Gerais, mas nos dão subsídios para traçarmos uma conexão entre a província e demais regiões brasileiras, tanto no que se refere às relações escravistas como às familiares. Estudos sobre outras cidades e vilas no XIX também foram primordiais para nossas reflexões. Afonso de Alencastro Graça Filho e Sílvia Bruggier nos apresentam a cidade de São João del Rei, possibilitando-nos observar as especificidades de Ouro Preto.

Além dessas obras referenciais, temos tantos outros aos quais buscamos socorro para subsidiar nosso pensamento. Não podemos deixar de citar as dissertações e teses de mestrado e doutorado que tanto contribuíram para o aprofundamento de temas ligados ao nosso, além dos artigos publicados em periódicos, que colaboraram fundamentalmente para que compreendêssemos múltiplos aspectos do século XIX.

Por fim, resta-nos explicar que tal projeto de pesquisa nasceu da constatação da quase inexistência de estudos aprofundados referentes à cidade de Ouro Preto, especificamente na segunda metade do século XIX. Acreditamos, portanto, que poderá contribuir para os futuros estudiosos da sociedade e cultura das Minas no chamado “século da civilização”.⁶

A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO

Temos notícias, através de Waldemar de Almeida Barbosa, que, no ano de 1705, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto era elevada à condição de paróquia. O mesmo autor relata que, em 1707, já “paroquiava na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias o padre Marcelo Pinto Ribeiro”.⁷ Portanto, antes que Vila Rica adquirisse a condição de vila (1711), o povoado se dividira em duas jurisdições eclesiásticas, e essa divisão permanece durante todo o século XVIII, XIX, e boa parte do século XX.⁸ No entanto, nos livros da paróquia de Nossa Senhora do Pilar, são contemplados registros dos sacramentos ministrados a partir de dezembro de 1712.

A paróquia de Nossa Senhora do Pilar era constituída por seu templo sede e por suas capelas filiais. No núcleo urbano, ficavam as capelas de São José dos Homens Pardos, de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da Ordem Terceira do Carmo, de São Francisco de Paula, Capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos, do Bonfim, e de São Sebastião. As capelas filiais localizadas fora do núcleo urbano eram as de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista,⁹ Nossa Senhora da Conceição do Rodeio,¹⁰ Santo

⁶ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 32.

⁷ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Publicações do APM, 1985. p. 408.

⁸ Somente no século XX, Ouro Preto passou a ter outras paróquias: em 1964: instituição da paróquia do Cristo Rei. Criada por Dom Oscar de Oliveira, no dia 02 de fevereiro de 1964, foi desmembrada, em sua maior parte, da paróquia de Nossa Senhora da Conceição e, em pequena parte, da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Em 15 de agosto de 1994: paróquia de Santa Efigênia, desmembrada da freguesia do Antônio Dias.

⁹ Sobre o atual distrito de Rodrigo Silva: a fazenda de Boa Vista é a referência mais próxima que se tem de Rodrigo Silva, no século XVIII. Possuía uma empresa mineradora e uma capela de invocação à Santa Quitéria, onde se realizavam os serviços religiosos dos habitantes da localidade próximas. O primeiro nome conhecido da localidade é José Correia, provavelmente em homenagem ao dono do sítio onde está o centro do distrito. A igreja atual está localizada onde teria existido uma capela primitiva. Por volta de 1880, inicia-se a construção da ferrovia, inaugurada em 1º de dezembro de

Amaro do Botafogo, e Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Namão, ou Alemão.¹¹ A partir de 1857, encontramos referência à capela de Santo Antônio do José Correa, também localizada no arraial da Boa Vista. Apesar de pertencerem à freguesia do Pilar, não encontramos, nos livros paroquiais, registros de sacramentos ministrados nas capelas de São Sebastião e do Bonfim. As demais foram palco de casamentos, batismos e enterros, da mesma forma como a matriz, que se estabelecia como o local próprio para aquelas funções específicas do pároco.

MAPA 1: DISTRITOS ATUAIS DA CIDADE DE OURO PRETO (2006)



Fonte: <<http://www.ouropreto-ourtownworld.jor.br/distritos.htm>>

1888, com o nome em homenagem ao conselheiro da imperatriz, Rodrigo Augusto da Silva. A primeira igreja foi a do sítio de José Correia, com os altares recobertos de ouro. Essa teria sido reformada em meados de 1800, mas um incêndio queimou tudo o que havia em seu interior. Pouco a pouco, o novo templo começou a ser construído. Com o crescimento da população, a capela mostrou-se insuficiente para comportar todos os fiéis. Então, foi novamente demolida e construída a igreja que se encontra na praça central. A principal festa religiosa é dedicada a Santo Antônio, realizada no mês de junho, tendo se tornado uma grande festa junina. Disponível em: <http://www.ouropreto-ourtownworld.jor.br/rodrigo_silva.htm>.

¹⁰ Localizada no atual distrito de Miguel Burnier, cujo nome homenageia o engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, diretor da rede ferroviária no ano da inauguração daquela estação (1884).

¹¹ “Namão era o cognome de um antigo morador do lugar. Esse cognome alterou-se depois para Alemão”. In: TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. p. 214. De acordo com o § 10 da Lei 472, em 1850, a Aplicação do Chiqueiro do Alemão passou a pertencer à paróquia de Cachoeira do Campo, sendo desmembrada da freguesia do Ouro Preto. Cf. <<http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphbrs?d=NJMG&f=G&l=20&p=2&r=23&s1=alteram&u=/netahtml/njmg.html>>.

A falta de padres na capitania mineira, no século XVIII e, na mesma província, no século XIX, era motivo constante de queixas, tanto por parte dos devotos como dos párocos. Essa assertiva é válida para outras regiões, principalmente as de fronteira – o chamado sertão. No entanto, para Ouro Preto, esse não parece ter sido motivo de preocupação. Observamos sempre a presença de párocos e outros clérigos, auxiliando seus vigários como coadjutores ou como capelães, subordinados às irmandades. Listamos, abaixo, os vigários da freguesia do Pilar no decorrer do período pesquisado:

QUADRO 1: PÁROCOS DO PILAR ENTRE 1838-1900¹²

José da Cunha Mello, de 1836 a 1844. Presente nos livros de 1814 a 1848; Felicianno Ferreira de Carvalho. Presente nos registros entre 1840 e 1855; Joaquim Ferreira da Rocha, de 1844 a 1855; Joaquim José de Sant'Anna, de 1855 a 1890; José Benfica Scotti, de novembro de 1890 a janeiro de 1891 (não relacionamos nenhum registro assinado pelo então pároco); Cândido Ferreira Velloso, de 1891 a 1900. Presente nos documentos de 1883 a 1905.

Somente no ano de 1838, os templos da freguesia do Pilar eram contemplados com a presença de 14 padres. Não era por falta de pastores que o rebanho deixava de cumprir os preceitos religiosos.

¹² Volume 2974, rolo 219, Casa dos Contos.

**QUADRO 2: CLÉRIGOS PRESENTES EM OURO PRETO
DE ACORDO COM A LISTA NOMINATIVA DE 1838**

Quart.	Fogo	Nome	Raça	Idade
1	13	Isidoro Pinto de Resende	Branco	44
2	4	Antônio de Sousa Braga	Crioulo	29
2	9	Antônio Ribeiro de Andrade	Branco	60
2	14	José Felicíssimo do Nascimento	Branco	30
3	7	Domingos Francisco de Carvalho	Branco	88
3	23	Gomes dos Reis Coutinho	Branco	30
4	9	Pedro Muzi de Barros	Branco	38
7	26	Joaquim José dos Santos	Branco	30
8	37	Manoel da Costa Ferreira	Branco	60
9	32	Francisco José dos Santos	Branco	44
10	38	José da Cunha Melo	Branco	48
11	7	João Moreira Duarte	Branco	52
11	31	Joaquim Pereira de Magalhães	Branco	86
13	45	Francisco Manoel Pinheiro	Branco	78

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Relacionamos, a diante, os celebrantes que se destacaram na realização dos sacramentos, tanto na matriz do Pilar como em suas capelas filiais.

Ao observarmos a relação dos sacerdotes que atuaram de forma significativa na freguesia estudada, podemos tirar duas conclusões. A primeira é a abundância de clérigos durante todo o período, situação diferente daquela observada em outras localidades, que se viam desassistidas do conforto religioso. A segunda é a presença de sacerdotes longevos no intervalo pesquisado.

Destacamos, assim, o pároco Joaquim José de Sant'Anna, presente em nossa documentação no período de 1845 a 1890. Em 30 de outubro de 1855, há o primeiro óbito lançado por ele, como vigário encomendado. Torna-se vigário colado a 21 de abril de 1859. Faleceu em 13 de abril de 1890, quando, então, assume a paróquia o padre Cândido Vellozo, em 20 de janeiro de 1891.

Esteve presente, portanto, em grande parte do período estudado por nós, incumbindo-se pessoalmente dos registros paroquiais, apesar de todas as outras funções, tanto políticas como sociais, que absorveu no decorrer de sua missão como pároco da freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Mesmo que as cerimônias não tivessem sido realizadas pelo vigário, era ele quem registrava, em livro próprio, os assentos de seus paroquianos.

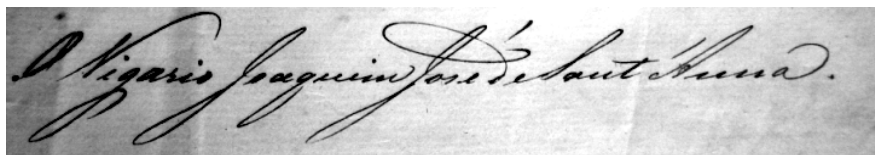


FIGURA 1: Assinatura do cônego Joaquim José de Sant'Anna.¹³

O Cônego Sant'Anna, como ficou conhecido, foi considerado por seus contemporâneos como sacerdote “exemplaríssimo” e cidadão patriota, que muitos e bons serviços prestou à causa pública. Foi citado, também, como modelo de abnegação pessoal, austeridade de procedimento e caridade cristã.¹⁴

Teve relevante presença política, tendo sido vice-presidente da província em 4 mandatos: 1878-1879, 1879-1880, 1881-1882, 1882-1883. Líder do partido liberal mineiro, aliou-se à causa abolicionista na década de 80 do século XIX.

Em 1886, foi aclamado presidente da Sociedade Libertadora Oupretana, entidade constituída por desembargadores, professores, militares, médicos, advogados, farmacêuticos, negociantes, clérigos, acadêmicos, funcionários públicos e artistas. O objetivo dessa associação era discutir os melhores meios para que todos os escravos da capital alcançassem a liberdade até a data da inauguração de seu ramal ferroviário.¹⁵

¹³ Livro de Batismos celebrados nas capelas filiais da freguesia do Pilar.

¹⁴ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais, 1998. p. 382.

¹⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007. p. 100-102.



FIGURA 2: Cônego Joaquim José de Sant'Anna.¹⁶

Autores da época deram destaque à festa, realizada em Ouro Preto por ocasião do jubileu de seu sacerdócio, nos dias 29 e 30 de novembro de 1887, quando, em sua homenagem, centenas de cartas de alforria foram distribuídas.

¹⁶ Pintura a óleo, de autoria de A. Bierry, 1881, Rio de Janeiro. Acervo do Museu da Inconfidência – Setor de Documentação Museológica. No retrato, podemos observar suas condecorações. Entre elas, a da Ordem Imperial de Cristo, sobre o peito (informações presentes na ficha do acervo do Museu da Inconfidência, Instituição à qual agradecemos a generosa contribuição).

QUADRO 3: CLÉRIGOS PRESENTES NA PARÓQUIA DO PILAR ENTRE 1838-1900

Padres que celebraram na freguesia do Pilar	Período
Afonso Henrique de Figueiredo Lemos	1872 e de 1880 a 1888
Alfredo José das Neves	de 1885 a 1890, 1898 e 1899
Americo Augusto Ribeiro de Carvalho	de 1882 a 1899
Antonio Augusto França	de 1850 a 1875
Antonio Cyrillo	de 1882 a 1897
Antonio de Souza Braga	de 1839 a 1842 e 1851
Antonio José da Silva	de 1844 a 1845
Antonio José Ribeiro Bhering	1843 e 1853
Antonio Maria Correa de Sá e Benevides	1883
Antonio Raimundo Nonnato de Carvalho	1877 e 1882
Antonio Ribeiro de Andrade	de 1838 a 1843
Bernardo Hygino Dias Coelho	de 1843 a 1849
Camillo Martins Pereira	1845, 1850 e 1861
Candido Ferreira Veloso – vigário	de 1883 a 1899
Emmerenciano Maximino de Azeredo Coutinho	de 1839 a 1859
Felecianno Joze Dias	1844, 1850, 1855, 1856
Felicianno Ferreira de Carvalho	de 1840 a 1865
Fernando Augusto de Figueiredo	de 1843 a 1845
Francisco Candido de Magalhaens Gomes	de 1842 a 1845
Francisco Candido de Magalhães	de 1860 a 1862
Francisco José dos Santos	de 1838 a 1848
Francisco Lopes Viejo	de 1897 a 1899
Francisco Xavier de Souza Meireles	de 1860 a 1865
Gomes José dos Reis Coutinho	de 1838 a 1848 e 1856
Isidoro Pinto de Rezende	de 1838 a 1845
João Ferreira de Carvalho	de 1843 a 1845 e de 1857 a 1859
João Honório de Magalhães Gomes	1851, 1853 e 1860
João Rodrigues Lages	1842 a 1844
Joaquim Ferreira da Rocha vigário	de 1845 a 1856
Joaquim José de Sant'Anna - vigário	de 1845 a 1890
Joaquim José de Senna	1838 e 1839, de 1856 a 1863
José Augusto Ferreira da Silva	1878 e 1880
José Caetano dos Santos Faria	1890 e 1894
José da Cunha Mello- vigário	de 1838 a 1848
José Felicissimo do Nascimento	1838, 1840 e 1846
José Marcos Penna	de 1895 a 1899
Joze da Cunha Mello	de 1838 a 1841 e 1845
Lucas Alves de Almeida	de 1843 a 1845 e 1854
Lucio da Silva Lessa	de 1881 a 1884 e 1888
Luis Terezio da Costa Braga cônego	1872, 1876, 1878
Manoel Alves Pereira	de 1895 a 1897
Manoel da Costa Ferreira	de 1839 a 1845
Manoel da Cunha e Mello	de 1843 a 1844
Manoel Fernandes Ribeiro - capelão da Boa Vista	de 1839 a 1845 e 1864
Pedro d' Arbues Chagas da Conceição	de 1888 a 1900
Pedro Muzi de Barros	de 1838 a 1839 e 1850
Servando Luis Ferreira Coelho	de 1881 a 1888
Tobias José da Silva	de 1896 a 1897

Fonte: Banco de Dados da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto

Joaquim Furtado de Menezes se refere ao padre Joaquim José de Sant'Anna como sacerdote modelo, cidadão prestimoso e probo, que exerceu a mais poderosa e moralizadora influência nas altas como nas baixas camadas sociais de toda a província.¹⁷

Das poucas informações biográficas do estimado pároco, sabemos que nasceu a 31 de julho de 1814, na paróquia da Cachoeira do Campo, tendo recebido as ordens sacras a 30 de novembro de 1837.¹⁸

O padre Joaquim José de Sant'Anna atuou como pároco até o final de seus dias, pois registrou o óbito ocorrido em 08 de abril de 1890. Ao falecer, cinco dias depois, tinha 76 anos de idade e 53 de ordenação. O próximo assento já não é assinado por ele. Passa a assinar o livro o padre Alfredo José das Neves, como vigário interino, que registra, então, o óbito de seu antigo pároco, falecido aos 13 de abril de 1890. Ficou registrado, ainda, que o clérigo “foi encomendado e sepultado na Igreja Matriz da freguesia do Ouro Preto”, como era prerrogativa dos religiosos. Lá se encontra, ainda hoje, placa indicativa de seu sepultamento.

Como estudiosos, somos imensamente gratos pela maneira dedicada e séria com que o padre Joaquim José de Sant'Anna exerceu, por tantos anos, sua função de vigário e cura d'almas, deixando-nos registros primorosos, possibilitando pesquisa segura e detalhada acerca da sociedade ouro-pretana da segunda metade do século XIX. Os livros deixados sob sua responsabilidade tornaram-se fonte documental da maior relevância histórica.

Como dissemos, o período estudado é caracterizado pela longevidade dos clérigos e longa permanência à frente de suas funções eclesiásticas. Durante todo o período enfocado, tivemos três papas: Gregório XVI (de 1831 a 1846), Pio IX (de 1846 a 1878), e Leão XIII (de 1878 a 1903). Os bispos foram D. Frei José da Santíssima Trindade (de 1819 a 1835), Dom Antonio Ferreira Viçoso (de 1844 a 1875), Dom Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (de 1877 a 1896), e Dom Silvério Gomes Pimenta (de 1896 a 1922).

¹⁷ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. *Publicações do IEPHA de Minas Gerais*. n. 1. Belo Horizonte, 1975. p. 20.

¹⁸ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras...* p. 382.

Esses aspectos são muito relevantes para nossa pesquisa, pois, a partir dos registros dos párocos, do estilo próprio a cada um, podemos observar mudanças que consideramos importantes para cada época. Como exemplo, citamos peculiaridades de determinados períodos que desaparecem em outros, como o caso da idade dos noivos. Com relação aos bispos, podemos acompanhar as tendências mais amplas da legislação eclesiástica, e também os valores sob os quais se alicerçavam as cartas pastorais e demais instruções dadas aos párocos e aos fiéis. Já a longevidade dos papas, é importante para que compreendamos as respostas da Igreja Católica Romana frente às novas discussões e concepções filosóficas que se disseminavam no período estudado.

A DIOCESE DE MARIANA

Mariana foi a sexta diocese criada no Brasil, depois do bispado da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1677) e Pará (1719). Até 1745, a Igreja, na província de Minas Gerais, obedecia à diocese do Rio de Janeiro. Nesse ano, “Minas já se encontrava consideravelmente desenvolvida, suas paróquias contavam quarenta e sua população atingira assustadores 300.000 habitantes, tornando-se a mais populosa das capitânicas”.¹⁹ Esses foram motivos suficientes para a criação do Bispado de Mariana.

De 1820 a 1835, Dom Frei José da Santíssima Trindade preside o bispado de Mariana. No início de seu apostolado, Minas contava com 71 paróquias e 312 curatos. Já podemos observar o espírito renovador nas medidas adotadas pela autoridade marianense. Para a ampliação do número de clérigos e para sua melhor formação espiritual, o bispo tratou de reerguer o Seminário de Mariana. Como medidas modernizadoras, Dom Frei José proibiu os enterros nas igrejas e, em Mariana, construiu o Cemitério de São Gonçalo, além de um grande hospital no bairro Santana. A educação dos fiéis foi outra preocupação do religioso.

Com a sua morte, em 1835, a sede episcopal ficou vacante até 1844, quando é nomeado Dom Antonio Ferreira Viçoso. “Foi no início de seu episcopado que o Padre Antonio Ferreira Viçoso chega ao Caraça com seus irmãos lazaristas para fundarem o Colégio. Anos mais tarde, em 1827, a mesma missão assume o Santuário de Congonhas

¹⁹ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana: 261 anos de História, 100 anos como Arquidiocese*. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2006. p. 40.

e lá é construído outro importante educandário”.²⁰ Figura de destaque e responsável por mudanças profundas na Igreja mineira oitocentista, conduziu o bispado até 1875, ou seja, durante quase todo o período abordado por nós nesta pesquisa.

Antonio Ferreira Viçoso nasceu aos 13 de maio de 1787, em Peniche, Portugal. Em 1819, foi enviado para o Brasil como missionário, mas, ao chegar, foi enviado ao Caraça para atuar como professor, “sem, no entanto, abandonar suas peregrinações missionárias”.²¹

A Igreja Católica do século XIX precisava recuperar terreno diante das questões postas pelas “luzes” do novo século, grandes desafios a serem enfrentados, como, por exemplo, o pensamento racional ilustrado e o avanço do protestantismo e do galicanismo, doutrina originária da França e que defendia a independência das igrejas nacionais em relação ao poder central do papa.²² O pensamento católico divulgado no Brasil, na segunda metade do século XIX, é considerado conservador, pois, além de se basear na reaproximação do papado, reafirma os dogmas e preceitos estabelecidos pelo Concílio de Trento (1545-1563), que delimita o perfil do catolicismo após a Reforma Protestante do século XVI.

Como considera o padre Marcelo Moreira Santiago, no Brasil, desde a expulsão dos jesuítas, e, principalmente durante o período da Regência, o clero tornou-se disperso e distante das orientações de Roma.²³ Tanto os registros das visitas pastorais, como das devassas eclesíásticas são pródigos em testemunhos sobre sacerdotes “descompromissados com os dogmas da fé católica”.²⁴ O padre Marcelo Santiago pondera que esse distanciamento de Roma teria permitido “o avanço da maçonaria e do pensamento liberal que, de certa forma, minava os esforços da Igreja em restituir a sua doutrina e a disciplina clerical no país”.²⁵

No período do Segundo Império, a disputa entre o poder secular do rei e o poder da Igreja se acirram. Por um lado, os bispos reformadores, sob a orientação do papado,

²⁰ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 69-70.

²¹ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 73.

²² SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 74.

²³ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 75.

²⁴ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 75.

²⁵ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 75.

tentam fortalecer-se através do movimento missionário, da formação doutrinária de seus representantes e da defesa dos princípios estabelecidos no Concílio Tridentino. Por outro lado, o governo central se fortalece, passando a exigir a submissão dos bispos à autoridade imperial. Além disso, o Estado secularizava-se e o pensamento racional cientificista tomava fôlego, pondo em xeque práticas religiosas consagradas. O número de acatólicos aumentava a cada dia, exigindo medidas que os beneficiassem, e a maçonaria desafiava o pensamento religioso, majoritário até então.

Nos anos finais do século XIX, o relacionamento entre a Igreja e o Estado se deteriora ainda mais, devido à insistência do governo central em diminuir a participação política do clero. A crise se intensifica, até que, com a Proclamação da República, há a separação dos poderes eclesiástico e secular.

Nas Minas, até então, a presença atuante das irmandades fora responsável pelo tom popular adquirido pela religiosidade. Diversas manifestações religiosas, consideradas vulgares ou em desacordo com as ordenações eclesiásticas, foram condenadas. Houve, também, movimentos para se “coibir a autonomia dos leigos, impondo a autoridade clerical às Irmandades”.²⁶ Entre 1849 e 1850, o jornal *Noticiador Cathólico*, publica, sob o título: *Abuzos que o progresso actual comndena*, artigos em que se arrolam “as rezas noturnas ao pé dos oratórios de rua”, chamando-as de “abusivas, ridículas, incômodas e escandalosas”.²⁷

É nesse momento de mudanças que Dom Viçoso chega ao Brasil, e são essas as principais razões do enorme zelo com que o futuro bispo dedicou-se à formação de sacerdotes, entrando para a história como o grande reformador do clero brasileiro.²⁸ Passou “a seguir fielmente o que havia sido estabelecido pelo Concílio de Trento, permitindo que se ordenassem apenas aqueles que de fato possuíssem vocação e

²⁶ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos: Reforma católica e irmandades no Rio de Janeiro imperial. In: *Lócus: Revista de História*. v. 8, n. 2. Juiz de Fora: EDUFJF, 2002. p. 74.

²⁷ COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Edufba, 2000. p. 105.

²⁸ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 75.

merecimento”.²⁹ Foi atacada também a questão da má-conduta moral do clero brasileiro, passando a ser exigido do sacerdote o respeito ao celibato.³⁰

D. Viçoso se preocupou, ainda, com a formação dos fiéis, e, por isso, voltou-se para a reativação dos seminários (instituições educacionais, já previstas no Concílio Tridentino, próprias para a formação dos futuros padres), e a criação de estabelecimentos educacionais, como a construção de “duas casas para servirem de orfanatos, uma para as meninas e outro para os meninos”, e a criação do Colégio da Providência de Mariana, “dedicado à educação das meninas”.³¹ Apesar de todas essas iniciativas, não deixou de lado sua vocação missionária, realizando visitas pastorais por toda a diocese.³²

As visitas pastorais se constituíam em dias de festa e apreensão, pois, naquelas ocasiões, eram ministradas a crisma, ou sacramento da confirmação, sob a responsabilidade específica do bispo. Também era função dos bispos, em suas visitas, inspecionar o estado das alfaias, ornamentos e demais objetos sagrados próprios ao culto, admoestar párocos e capelães desmazelados com seus deveres, receber denúncias acerca de paroquianos e padres com vida irregular, dar despachos de licenças para casamentos gratuitos, examinar se os sacramentos eram administrados competentemente e vistoriar os livros nos quais esses sacramentos eram assentados.

Pudemos acompanhar, nos livros paroquiais, os vistos dados pelos bispos em suas visitas periódicas à paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

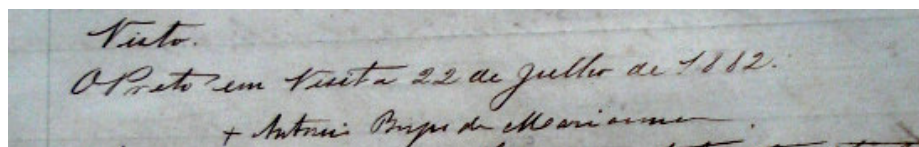


FIGURA 3: Visto dado por Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides no livro de batismos celebrados nas capelas filiais da paróquia do Pilar.

²⁹ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 76.

³⁰ AZZI, Riolando. *O clero no Brasil – Uma trajetória de crises e reformas.* Brasília/DF: Associação Rumos, 1992. p. 59.

³¹ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 78.

³² SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 78.

D. Antônio Viçoso teve maior alcance de suas ações com o desmembramento da diocese de Mariana. O bispado de Diamantina foi criado em 1853, e para lá foi enviado um de seus discípulos, Dom João Antônio dos Santos. De acordo com o historiador Antônio Carlos Fernandes, tanto o bispo de Mariana como o de Diamantina figuraram “entre os principais responsáveis pela introdução do pensamento conservador católico no Brasil, ao mesmo tempo em que se notabilizaram por uma forte campanha contra a escravidão e a maçonaria”.³³

A ação de D. Viçoso ultrapassou até mesmo o território da província de Minas Gerais. Em 1868, foi nomeado, como bispo do Rio de Janeiro, o padre Pedro Maria de Lacerda. Formado sob os auspícios do bispo de Mariana, “foi um dos principais arautos da Reforma Ultramontana”, empreendendo esforços para coibir a independência das irmandades, indicando-nos o grande alcance da religiosidade dos leigos inclusive nas províncias litorâneas.³⁴

Nas duas últimas décadas do século XIX, bispos e párocos tornaram-se defensores do abolicionismo, incentivadores da instrução escolar, sendo que, no caso de Diamantina, D. João se tornou ainda grande líder da indústria, assumindo o papel de empresário.³⁵ Tornaram-se, assim, representantes do pensamento moderno, entendendo como modernidade o discurso filosófico gerado na Europa, no século XIX, que vislumbrava, nos “novos tempos”, “a consciência da nova experiência do progresso e da aceleração dos acontecimentos históricos”.³⁶

A prática religiosa também se transforma. Consoante com a valorização dada ao indivíduo pelo movimento Iluminista, pretende-se que a religiosidade passe a ser mais interiorizada, na medida em que é valorizada a prece individual, solitária: “O indivíduo se sobrepõe à coletividade. A oração particular precede e alimenta o culto público e

³³ FERNANDES, Antônio Carlos. *O turbúlo e a chaminé: a ação do bispado no processo da constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. p. 9.

³⁴ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos:... p. 73.

³⁵ FERNANDES, Antônio Carlos. *O turbúlo e a chaminé...* p. 115.

³⁶ Sobre o significado de modernidade e sua influência no pensamento da Igreja mineira da segunda metade do século XIX e no século XX, ver: FERNANDES, Antônio Carlos. *O turbúlo e a chaminé...* p. 23-31.

normatizado”.³⁷ Da mesma forma, passa a ser condenado o fausto nas cerimônias religiosas: “O aparato desses préstitos, a riqueza cênica das alegorias, o grande número de andores e insígnias, tudo vai se tornando anacrônico e grotesco, mesmo na avaliação de seus promotores”.³⁸ As manifestações externas da fé vão sendo substituídas pela devoção interior. Nos documentos de batismos e de casamento, identificamos a propagação do culto privado, através do aumento da administração de batismos e de casamentos em residências.

Em visita à cidade de Mariana, o inglês Richard Burton se encontrou com Dom Antônio Viçoso. Este contava, na ocasião, com 80 anos, e foi descrito como tendo um “olhar brilhante e inteligente, e o rosto calmo e intelectual”.³⁹ O viajante e sua comitiva foram recebidos “amavelmente”, e levados à biblioteca, onde o acervo compunha-se, na sua maioria, por obras de teologia. Ainda de acordo com Burton, o “Reverendíssimo é muito conceituado, e muito tem feito pela educação eclesiástica, nesta e em outras províncias”. Professor de filosofia em Évora, e de teologia, matemática e línguas em Angra dos Reis, foi vigário, no Rio de Janeiro e no Caraça. Sua influência ultrapassava o limite da província, pois “ungiu, na Catedral de Mariana, dois de seus discípulos do Caraça, como bispos de Pará e Ceará, e, recentemente, esteve em Diamantina para fazer a mesma coisa ao seu diocesano”.⁴⁰ Em visita ao Seminário, Burton contabilizou 180 alunos internos. De acordo com ele, o “curso de estudos preparatórios dura cinco anos, depois do que os alunos que se destinam à Igreja são mandados para o Caraça e os outros para as várias academias do Império, onde doutores – em direito, Matemática e Medicina – são fabricados por atacado”.⁴¹ O inglês visitou também as irmãs de São Francisco de Paula. A educação feminina não era deixada de lado, estando ali internadas 66 alunas, “meninas e moças até a idade de 20 anos, e até mais”. Sua escolaridade era paga, mas em convênio com o governo, ali também residiam 64 órfãs. “Estas, em tempo oportuno, deveriam casar-se com homens capazes, interessados em arranjar esposa”.⁴²

³⁷ COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe...* p. 88.

³⁸ COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe...* p. 99.

³⁹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia; USP, 1976. p. 276.

⁴⁰ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 276.

⁴¹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 277.

⁴² BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 278.

O visitante também observou a horta e a presença do hospital. Com sua visão sempre crítica com relação à Igreja Católica, Burton, que era protestante, termina seu relato com dura repreensão à qualidade do ensino oferecido àquelas moças.

D. Viçoso faleceu no dia 07 de julho de 1875, aos 88 anos, 31 deles como bispo de Mariana.⁴³

Em 1877, assumiu o primeiro bispo brasileiro da diocese, Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides. Também realizou várias visitas pastorais, buscando dar continuidade à obra dos bispos anteriores. Durante seu episcopado, foi iniciada a construção de Belo Horizonte, futura capital de Minas, e foram libertados os escravos, medida que apoiava. Em 1889, “assistiu, contrafeito à Proclamação da República, monarquista convicto que era”.⁴⁴

Com a saúde debilitada, praticamente entregou o bispado para seu amigo e fiel colaborador monsenhor Silvério, que, em 1890, seria eleito bispo auxiliar para assumir quase todas as funções do prelado titular, até sua morte, em 15 de julho de 1896.

D. Silvério Gomes Pimenta foi o primeiro bispo afro-descendente de Mariana. Filho de família humilde, ficou órfão de pai aos 4 anos, e cedo precisou trabalhar, como caixeiro. Foi ordenado, por D. Viçoso, aos 22 anos, em 1862. Tornou-se, em 1906, o primeiro arcebispo de Mariana, onde faleceu, em 30 de agosto de 1922.⁴⁵

Todo o movimento de fortalecimento da Igreja Católica encabeçado, no Brasil, pelos bispos, teve orientação direta de Roma que, como já informamos, proveu, durante o período apresentado em nosso trabalho, a presença de três papas: Gregório XVI, Pio IX e Leão XIII.

Ao examinarmos as encíclicas, bulas e breves⁴⁶ publicados pelos papas durante seus pontificados, identificamos as preocupações que os afligiam, e as condutas desejadas tanto para os clérigos como para os fiéis. Em 15 de agosto de 1832, o papa Gregório XVI publicou a encíclica *Mirari vos*, rechaçando as ideias liberais e o

⁴³ SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana...* p. 79.

⁴⁴ CARVALHO, José de Assis. *Horizontes de fé e cultura*. Ponte Nova: Grafcolor, 1998. p. 108.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.domsilverio.mg.gov.br/historia/dom-silverio-gomes-pimenta/>>.

⁴⁶ Encíclica: carta dirigida aos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários. Bula: carta patente que contém decreto pontifício (*Dicionário Michaelis*). Breve: Rescrito papalino que contém uma decisão de caráter particular (*Dicionário Aurélio*).

racionalismo, que considerava como “indiferentismo”.⁴⁷ No breve *Dum acerbissimas*, de 26 de setembro de 1835, foram condenadas as obras escritas por Georg Hermes, professor de teologia em Münster/Westf e em Bonn. O professor foi acusado por Roma de ser “racionalista”, por “se empenhar por uma recepção teológica de Kant”.⁴⁸

Em 1839, o papa Gregório XVI, já consciente da infâmia da escravidão, condena tal prática, tanto em relação aos índios como aos negros:

que ninguém mais ouse no futuro maltratar injustamente os índios, os negros ou outros homens semelhantes, ou despojá-los dos seus bens, ou reduzi-los à escravidão, ou auxiliar e favorecer outros que fazem tais coisas com eles, ou praticar aquele comércio desumano, com o qual os negros, como se não fossem homens, mas puros e simples animais, reduzidos de qualquer modo à escravidão, sem nenhum discernimento, contra os direitos da justiça e da humanidade, são comprados, vendidos e obrigados às vezes a enfrentar duríssimos trabalhos.⁴⁹

Apesar da condenação papal, a consciência dos párocos mineiros com relação à escravidão, vai se delimitando lentamente, com o decorrer do século. Como exemplo, citamos o registro de batismo de João, filho de Gertrudes, crioula, em 04 de fevereiro de 1866, cujo padrinho, Felipe, também escravo, pertencia ao vigário Joaquim José de Sant’Anna, que futuramente aderiria à causa abolicionista.

O papa Pio IX dá continuidade às críticas feitas por seu antecessor, através da encíclica *Qui pluribus*, de 09 de novembro de 1846, na qual condena o racionalismo: “[sabeis que os inimigos do nome cristão] ensinam que os sacrossantos mistérios da nossa religião são imaginações e invenções dos homens, que a doutrina da Igreja católica é contrária ao bem e às vantagens da humanidade; e não temem renegar até Cristo e Deus”. Por meio da encíclica, os católicos são ainda orientados sobre o correto comportamento da razão humana diante da fé: “é preciso que a razão humana, para não ser enganada e para não errar em coisa tão importante, estude atentamente o fato da

⁴⁷ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Belo Horizonte: Ed. Paulinas; Ed. Loyola, 2009. p. 601.

⁴⁸ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 602.

⁴⁹ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 604.

revelação divina, para estar segura de que Deus falou e para prestar-lhe ‘obséquio segundo a razão’, como com grande sabedoria ensina o Apóstolo”.⁵⁰

O mesmo documento ainda estabelece a infalibilidade do papa – “e já que, onde está Pedro, aí está a Igreja, e Pedro fala pela boca do bispo de Roma e, nos seus sucessores” –, e recrimina as religiões protestantes e a maçonaria, que chama de “seita clandestina, surgida das trevas para a ruína e a devastação tanto do que é sagrado quanto do que é público”.⁵¹

De acordo com Denzinger, a encíclica *Quanta cura*, de 08 de dezembro de 1864, condena o naturalismo e o socialismo, além da independência do poder da Igreja do poder civil. Pio IX ainda “fez anexar à Encíclica *Quanta cura*, uma coleção de 80 proposições que ele tinha anteriormente condenado em diversos documentos”: o *Syllabus*, onde “certas proposições de natureza jurídica ou eclesiástico-política são em grande parte ligadas às circunstâncias do tempo”.⁵²

Pouco tempo antes da publicação do *Syllabus*, o papa Pio IX convocara os cardeais para um concílio, “que deveria contrapor a doutrina católica aos erros da época”. O Concílio do Vaticano I pautar-se-ia em dois temas: “a explicação da fé católica face aos erros da época e a doutrina a respeito da Igreja de Cristo”. No entanto, somente uma parte dos temas propostos pôde ser tratada, pois o Concílio foi interrompido devido aos acontecimentos políticos.⁵³

Em 1870, o poder papal sofre grande revés, pois os italianos invadem os Estados pontifícios, com vistas à unificação italiana. “Pio IX, amargurado, excomungou os supostos esbulhadores⁵⁴ e se recolheu prisioneiro atrás dos muros do Vaticano. E prisioneiros os papas se mantiveram até o Tratado de Latrão em 1929”.⁵⁵

No entanto, mesmo considerando-se prisioneiros, os papas posteriores não deixaram de se pronunciar a respeito das questões que afligiam os católicos frente à modernidade. Alguns temas abordados pelas diversas encíclicas publicadas por Leão

⁵⁰ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 609-611.

⁵¹ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 612-613.

⁵² DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 630-632.

⁵³ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 643.

⁵⁴ *Dicionário Aurélio*: esbulhadores = usurpadores.

⁵⁵ CARVALHO, José de Assis. *Horizontes de fé e cultura*. p. 29.

XIII nos dão uma mostra do caminho seguido pela Igreja de Roma: os direitos da pessoa na sociedade (encíclica *Quod apostolici muneris*, de 28 de dezembro de 1878); o poder na sociedade civil (encíclica *Diuturnum illud*, de 29 de junho de 1881); os “franco-maçons” (encíclica *Humanum genus*, de 20 de abril de 1884); a dignidade do homem em razão de sua liberdade (encíclica *Libertas praestantissimum*, de 20 de junho de 1888), em que são discutidas a lei natural, a lei humana, a liberdade de consciência, além da tolerância e da abrangência da liberdade civil; e, ainda, o direito e uso da propriedade privada (encíclica *Rerum novarum*, de 15 de maio de 1891), na qual é tratada também a questão do trabalho, num momento em que se está organizando uma nova forma de trabalho, o trabalho assalariado.⁵⁶

Outros temas, extremamente complexos, vieram à tona nos anos finais do século XIX, e mereceram profunda discussão por parte da Igreja, como o caso da cremação dos cadáveres e o aborto.⁵⁷

REFLEXÃO CONCEITUAL

O pensamento do século XIX, no Brasil, foi pautado pela difusão de dois princípios filosóficos: o Liberalismo e a Ilustração, e pelo fortalecimento da política eclesiástica denominada Romanização, e, sobre seus respectivos conceitos, cabe algum esclarecimento, inclusive porque são utilizados no decorrer do texto e subsidiam nossa análise sobre as mudanças ocorridas no período. Poderíamos acrescentar um quarto conceito, o de “república”. No entanto, este se torna mais presente apenas na última década do século, e, em Ouro Preto, a implantação do novo sistema político, em 1889, se vê obscurecida pela discussão acerca da possível transferência da capital, preocupação, para os ouro-pretanos, mais imediata. Após o afã pela abolição da escravidão, a instituição da Nova República se mostrou praticamente como desdobramento natural.

O primeiro conceito, portanto, é o de Ilustração, usado, também, como Iluminismo. Para Sérgio Paulo Rouanet, porém, há uma diferença fundamental de sentido entre os dois conceitos. Para ele, a Ilustração consistiu no movimento de ideias

⁵⁶ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 667-696.

⁵⁷ As questões sobre o matrimônio e assuntos correlatos serão discutidas no Capítulo 4, quando trataremos dos casamentos.

cristalizado, no século XVII, em torno de filósofos enciclopedistas; o Iluminismo, por sua vez, é entendido como entidade conceitual não limitada a nenhuma época específica, construída a partir dos grandes princípios emancipatórios da Ilustração, mas levando em conta, para corrigi-los e enriquecê-los, tendências históricas posteriores. De acordo com Rouanet, a Ilustração propôs um grande projeto de modernização do Ocidente. Herdeiros da Ilustração, vieram o liberalismo e o socialismo, sendo que, derivado dessas três configurações históricas, surge o conceito de modernização iluminista.⁵⁸

Para nossa breve análise, entretanto, não faremos distinção entre os dois termos, visto que os documentos da época tratam de maneira geral, como sendo representantes da elite ilustrada, aqueles seguidores dos princípios das Luzes, isto é, aqueles que postulavam os princípios defendidos pelos filósofos iluministas franceses do século XVIII: o racionalismo, o liberalismo, o individualismo e o universalismo.

Na base da filosofia iluminista, estava o preceito de que “todos os homens são iguais”. No entanto, essa igualdade referia-se à igualdade civil, ou seja, aquela que “garantiria os indivíduos contra as interferências abusivas do poder público”.⁵⁹ Essa igualdade não se estenderia, portanto, à área política ou à econômica.

Os conceitos de universalismo e individualismo podem nos parecer contraditórios, mas são, na realidade, complementares, visto que a ideia iluminista é “universalista em sua abrangência”, pois “visa todos os homens, sem limitações de sexo, raça, cultura, nação”, e é “individualista em seu foco”, já que “os sujeitos e os objetos do processo de civilização são indivíduos e não entidades coletivas”. O pensamento iluminista tinha como propósito a emancipação do ser humano, que acenderia à “plena autonomia” do pensamento, da política e da economia.⁶⁰ Já o racionalismo das Luzes tinha uma vertente positiva, a fé na ciência e na razão, e uma vertente negativa, a crítica da religião e da superstição.⁶¹

⁵⁸ ROUANET, Sergio Paulo. Ilustração e modernidade. In: _____. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 122.

⁵⁹ ROUANET, Sergio Paulo. Ilustração e modernidade. p. 158.

⁶⁰ ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. In: _____. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 101.

⁶¹ Cf. ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade*.

No entanto, enquanto, na França, o pensamento ilustrado teve forte conotação anticlerical, esse não foi marcante no Brasil, da mesma forma como não o fora na Península Ibérica. De acordo com Riolando Azzi, era unânime, entre os idealizadores do projeto iluminista, para Portugal e seus domínios, já no século XVIII, a convicção do importante papel educativo que os párocos deveriam assumir diante de seus fiéis. Portanto, caberia à instituição eclesiástica “tornar-se uma poderosa incentivadora das novas aquisições científicas entre o povo”.⁶² Foi sob esse conjunto de valores, que os bispos reformadores brasileiros do século XIX foram instruídos, compondo, juntamente com parte do clero, a Igreja Ilustrada da segunda metade do século XIX.

O segundo conceito acerca do qual cabe certo esclarecimento é o de “liberalismo”. Iniciado na França, parcialmente importado da Inglaterra (parlamentarismo inglês e economia política inglesa),⁶³ espalhou-se pela Europa e chegou ao Brasil, onde seu reflexo se deu de forma mais ou menos intensa nas diversas regiões, cidades e vilas. Em sua versão original, o liberalismo encarnava a ideia de autonomia cultural, política e econômica das sociedades.

O processo de independência do Brasil já se dá a partir desse conceito, e a primeira Constituição da jovem nação independente, outorgada em 1824, tinha em seu bojo aspectos contraditórios, pois, de um lado, pretendia-se liberal, em consonância com os padrões ideais da modernidade. Por outro lado, mantinha o sistema escravista, que excluía da condição de “cidadão” praticamente metade da população brasileira.

De acordo com Sergio Paulo Rouanet, o liberalismo, no Brasil, era desajustado ou deslocado. De acordo com o autor, esse fenômeno ocorreria sempre que houvesse discrepância entre ideias, de um lado, e práticas e relações sociais, de outro. Esse deslocamento podia se dar “no eixo espacial (nacional-estrangeiro)” ou “no eixo temporal (tradição e modernidade)”.⁶⁴ No Brasil, as duas situações ocorreram. Tanto a Constituição de 1824 se referia a ideais sociais e políticos distantes da realidade brasileira, como os liberais passaram a personificar as ideias modernistas, mesmo que as discussões nacionais abordassem aspectos distantes daqueles introduzidos pela teoria

⁶² AZZI, Riolando. *O clero no Brasil...* p. 38.

⁶³ ROUANET, Sergio Paulo. Antropologia e ética. In: _____. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 318.

⁶⁴ ROUANET, Sergio Paulo. Antropologia e ética. p. 318.

liberal europeia. Os princípios liberais tornaram-se, portanto, mais presentes, no cenário brasileiro, durante os debates pós-Independência. No período regencial brasileiro (entre 1831 e 1840), o movimento partidário torna-se mais acirrado, pois os interesses e as tendências políticas tornam-se mais claros. Os reacionários, que defendiam a volta de D. Pedro I, formam o partido Caramuru, que se extingue com a morte do antigo imperador, em 1834. Os moderados, partidários da Constituição de 1824, formavam o núcleo do Partido Conservador. Os exaltados, “revolucionários de toda ordem”, bem como os republicanos, agrupavam-se no Partido Liberal.⁶⁵ O liberalismo tinha no federalismo sua principal bandeira.

Após manobra articulada pelos liberais, instituindo a maioria de D. Pedro II, dá-se início à ação regressista, em 23 de março de 1841. É formado um novo ministério, que se mantém durante oito meses.⁶⁶ A dissolução da Câmara, com ampla maioria liberal, deu origem à Revolução de 1842.⁶⁷

A Revolução Liberal teve cunho nitidamente monarquista. O poder de D. Pedro II não era discutido. O ponto de pauta era a amplitude das prerrogativas da Coroa. Os liberais foram total e completamente derrotados, tendo sido resgatados os traços centralizadores presentes na Constituição de 1824: poder político centralizado, presença do poder moderador, senado vitalício e a constituição do Conselho de Estado.⁶⁸

As ideias liberais, dominantes no período regencial, foram extirpadas do poder na década de 1840, em nome da centralização política exigida para a manutenção do trabalho escravo. Afinal,

num país tão grande, de características geográficas e econômicas tão diversificadas, se as províncias fossem dotadas de amplos poderes, poderia suceder que em algumas delas o trabalho livre pusesse termo à escravidão e como não seria possível a coexistência, no mesmo país, desses dois regimes de trabalho antagônicos, os escravocratas, que dominavam o cenário político nacional, não podiam deixar de recorrer

⁶⁵ BONADIO, Geraldo. *A agonia do Projeto Liberal: o jornal O Tebyreçá e a Revolução de 1842*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992. p. 12-13.

⁶⁶ BONADIO, Geraldo. *A agonia do Projeto Liberal...* p. 24.

⁶⁷ BONADIO, Geraldo. *A agonia do Projeto Liberal...* p. 9.

⁶⁸ BONADIO, Geraldo. *A agonia do Projeto Liberal...* p. 37.

à centralização para resguardar, em todo o Império, a continuação da escravidão.⁶⁹

O debate político se deu de forma intensa nas Minas do século XIX, e, principalmente, na capital, onde estava instalada a elite política provincial.

Nesse sentido, Richard Burton observou: “o sentimento partidário é muito forte em Ouro Preto”,⁷⁰ sendo essa, também, a constatação de outros historiadores.

O terceiro conceito, importante para compreendermos a posição da Igreja frente a todo o projeto modernizante do século XIX, é o de “romanização”. A Santa Sé, no pontificado de Pio IX (1846-1878), apoiado pela maioria de seus prelados, deu início ao movimento pelo fortalecimento do papado, tornando o papa, perante a sociedade, o principal líder e mediador com o mundo espiritual. Essa ação do Vaticano foi, convencionalmente, denominada de Ultramontanismo.⁷¹

Como já tivemos a oportunidade de discorrer acima, o movimento ultramontano se deu como resposta de extremo tradicionalismo, mostrando-nos uma Igreja “acuada e agredida de todos os lados no plano das idéias e no plano de ação”.⁷²

No Brasil Imperial, o movimento reformista da Igreja se fez sentir, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. As relações ambíguas estabelecidas pelo Estado imperial geraram conflitos cada vez mais crônicos e maiores nas relações Igreja e Estado, identificando uma disputa entre o poder religioso e o secular.⁷³

A falta de padres era um sintoma identificado pelos bispados como reflexo da crise pela qual passava a Igreja. Richard Burton observou, em 1867, “uma excessiva economia de padres em Ouro Preto, sendo permitido uma terça parte para cada igreja. Em 1866 o Padre França, capelão da polícia, que também atendia à prisão, foi demitido.

⁶⁹ BONADIO, Geraldo. *A agonia do Projeto Liberal...* p. 16.

⁷⁰ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 308.

⁷¹ O termo “Reação Ultramontana”, ou “Movimento Ultramontano”, foi dado pelos franceses para indicar o crescente poder do Vaticano, que estava, para eles, além das montanhas (referindo-se aos Alpes, cadeia montanhosa que separa o sul da França do norte da Itália).

⁷² SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Legislando sobre a prática e criticando os costumes: a lei e as transformações dos ritos fúnebres em Minas Gerais*. (O caso da paróquia de Santo Antônio na cidade de Diamantina, 1846/1915), 2005b. (mimeo)... p. 148.

⁷³ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Legislando sobre a prática e criticando os costumes...* p. 148.

Informa ele que seu salário anual de 1:400\$000 lhe era pago para celebrar uma missa por quinzena”.⁷⁴

Burton caracteriza o mineiro como “um homem religioso, mas um católico displicente”. O combate à religiosidade popular e supersticiosa foi um dos estandartes do movimento ultramontano. Ainda de acordo com Burton, o catolicismo nas Minas está “muito afastado de seu centro legítimo, e sofreu algumas mudanças notáveis”. Na segunda metade do século XIX, era rara “a construção de uma igreja”, fato que, de acordo com o inglês, era “saudável sinal dos tempos”.⁷⁵ A dificuldade que os bispos oitocentistas teriam para disciplinar seu clero é assinalada ainda por Burton:

Os paroquianos não se mostram muito escandalizados com o vigário que toma uma esposa e vive bem com ela. O clima não favorece a castidade; a raça, especialmente quando o sangue é misturado, é um material inflamável, e o que os escravos falam e fazem não concorre para que as jovens conservem a inocência. Não preciso dizer que o celibato clerical é mera questão disciplinar, conservado porque é, ou se supõe ser, favorável ao espírito do cristianismo e porque, sem dúvida alguma, é altamente vantajoso para a Igreja.⁷⁶

Na visão de Burton, não havia, no Brasil, “frequência abusiva ao confessionário”, sendo que os homens, de maneira geral, não recorriam ao padre para aconselhamento acerca de todos os assuntos, “triviais ou importantes, seculares ou espirituais”. Essa atitude denotaria amadurecimento do povo para as reformas religiosas, e a principal delas, a liberdade religiosa, prescrevia que “todos os credos teriam permissão de construir, para o seu culto, templos e não casas”.⁷⁷ Difícil é sabermos se essas eram observações da realidade brasileira ou se representavam o imaginário ideal do protestante inglês.

Na década de 1870, a situação entre a Coroa e a Igreja torna-se mais tensa, principalmente entre o imperador e os bispos. Os párocos, representantes mais próximos da comunidade, cuidavam de seu “pasto espiritual”, e sua influência política se dava no nível da província. Aos bispos coube a função de firmar suas bases num contexto adverso, devido às ideias secularizantes e científicas que se desenvolviam.

⁷⁴ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 309.

⁷⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 333.

⁷⁶ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 333.

⁷⁷ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 333.

O auge da crise se deu com o episódio que passou a ser conhecido como Questão Religiosa, ocorrido entre 1872 e 1874, que levou à prisão os bispos D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa.

O conflito enquadra-se em uma discussão maior, que remonta à instituição do padroado no Brasil. Desde 1850, uma nova geração de eclesiásticos era formada dentro de padrões de comportamento mais rígidos. Esses viam as ações do Estado imperial como um problema à expansão da religiosidade e da moral ultramontana. Essa posição de romanização da Igreja brasileira vinha atrelada às preocupações crescentes da Santa Sé, devido ao avanço, sobre a sociedade, do imaginário laicizante. A Igreja questionava o pensamento liberal procurando garantir seu poder perante a sociedade. Em decorrência dessa nova direção da Igreja, o clero brasileiro repudiava o desenvolvimento da maçonaria e de missionários protestantes.⁷⁸

Em 17 de janeiro de 1890, o governo republicano provisório estabelecia a separação definitiva entre Igreja e Estado, tornando-o laico.

No dia 19 de agosto de 1890, os bispos brasileiros produziram a primeira *Pastoral Coletiva* da República, manifesto de apreensão e repúdio pelas mudanças que o novo regime político instaurava, como a obrigatoriedade do casamento civil, a proibição do ensino religioso, inelegibilidade do clero e a plena secularização dos cemitérios, entre outras. Foi seu redator Dom Macedo Costa, conhecido pela *Questão dos Bispos* e preso, pelo governo imperial, junto com D. Vital. O documento continha, entre as assinaturas do Arcebispo da Bahia e do Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, a de Dom João, Bispo de Diamantina.⁷⁹

O CLERO OURO-PRETANO

As três linhas de pensamento relacionadas acima podem bem ser identificadas, na Ouro Preto da segunda metade do século XIX, através do pensamento e da ação de seu clero.

⁷⁸ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Legislando sobre a prática e criticando os costumes...* p. 172. O autor cita VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

⁷⁹ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Legislando sobre a prática e criticando os costumes...* p. 174.

Se, de maneira geral, o pensamento liberal e ilustrado se contrapunha ao movimento conservador ultramontano, colocando em lados rivais as forças seculares e as religiosas, em Ouro Preto, vemos que foi outro o caminho percorrido. Podemos falar que, ali, formou-se um clero ilustrado, representado, no período estudado, pelo pároco Joaquim José de Sant'Anna.

Desde os primórdios do povoamento das Minas, foi proibida a entrada das ordens religiosas regulares na capitania mineradora. Esta questão foi responsável pela forte presença das irmandades religiosas de leigos, sob a orientação do clero secular. De um lado, a Igreja Católica institucional esteve aliada à Coroa, tanto portuguesa (no século XVIII), como brasileira (após 1822), no que se refere à implantação do projeto político de modo mais amplo. Por outro lado, membros da Igreja, de forma individual, se colocavam contra a posição oficial, tomando partido das linhas progressistas, como ocorreu no caso dos padres que participaram da Inconfidência Mineira.

Essa característica, de participação política ativa do clero não estava presente somente em Minas Gerais. Em outras províncias, vemos também religiosos participando e até liderando revoltas, como no caso da Conjuração Baiana, também chamada de Revolta dos Alfaiates, na Bahia (1798), com a participação do padre Francisco Agostinho Gomes; ou na Confederação do Equador, iniciada em Pernambuco, em 1824, com a presença de Frei Caneca. Afinal, os clérigos eram membros da sociedade e, muitas vezes, possuíam formação educacional acima da média da população, apesar das constantes queixas dos visitantes diocesanos, que, muitas vezes, lamentavam o baixo nível cultural dos padres e seu pouco preparo para as “coisas da fé”.

Nas Minas do século XIX, entre os réus pronunciados como cabeças da Rebelião Liberal de 1842, temos os padres: Manoel Felix de Oliveira, Manoel Teotônio de Castro, Valério de Alvarenga Ferreira, José Alves Leite, Germano Felix de Oliveira, José de Almeida Campos (despronunciado em recurso que interpôs, e solto), Francisco de Assis Ribeiro, Diogo Antônio Feijó (senador) e o vigário José Manoel de França.⁸⁰

Os clérigos eram participantes ativos da vida social de suas capelas ou paróquias, e alguns se destacaram na política ou como referências culturais. O cuidado para com a formação dos padres, imposto firmemente pela Igreja do oitocentos,

⁸⁰ ALMEIDA, Aluisio de. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944. p. 17-18.

transformou o perfil do clero, contrapondo-o àquele citado nas crônicas da época, que se referiam aos primeiros sacerdotes que vieram para as Minas no XVIII como “fanfarrões e com pouco recato”.

De acordo com Furtado de Menezes, “excetuando Antônio Francisco Lisboa, o legendário Aleijadinho, que se immortalizou como escultor e arquiteto, o maior artista de Ouro Preto foi um sacerdote católico, vigário de Antônio Dias, o Padre José Joaquim Viegas de Menezes”.

Pintor primoroso, gravador exímio e que, quase sem recursos, para servir a um amigo, imaginou e levou a efeito, com o auxílio do português Manoel José Barbosa, a construção de uma oficina tipográfica, em que foram feitas as primeiras impressões da Capitania, em que surgiu sob a redação do mesmo sacerdote o primeiro jornal que se publicou em Minas – *A abelha do Itacolomi*, a 14 de janeiro de 1824.⁸¹

Outro eminente jornalista, nascido em Ouro Preto, foi o cônego Antônio José Ribeiro Bhering, que publicou, em 1833, em Mariana, *O homem social*. Destacou-se também, como professor de retórica. Foi vice-diretor geral da instrução pública, “apresentando ao Presidente da Província relatórios notáveis sobre o estado da instrução e também deputado às assembléias legislativas provinciais de 1835 a 1837 e de 1846 a 1853, e à assembléia geral de 1834 a 1837”.⁸²

Os sacerdotes ouro-pretanos se destacaram nas mais diversas áreas do conhecimento. “O Jardim Botânico de Ouro Preto foi constituído sob os planos e a direção de um notável naturalista ouro-pretano, o Padre Joaquim Veloso de Miranda”.⁸³ Já o padre Antônio Ribeiro de Andrade recebeu homenagem do jornal *Correio Oficial de Minas*, a 26 de janeiro de 1860.

O Padre Antônio Ribeiro de Andrade, uma das glórias do foro mineiro, conta hoje com 90 anos de idade. Destes, 65 foram gastos no exercício da advocacia, em que tornou-se tão hábil que seus escritos são ainda no presente respeitados e lidos com atenção pelos homens que mais se distinguem no conhecimento de nossa legislação.⁸⁴

⁸¹ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 28.

⁸² MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 28.

⁸³ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 29.

⁸⁴ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 28-29.

Vida notável teve o Dr. Antônio Nogueira da Cruz. Formado em medicina em Portugal,

clinicou longo tempo em Ouro Preto, sua cidade natal, Mariana, Campanha, Lavras, Baependi. Casou-se e desse consórcio houve 17 filhos que todos educou e colocou. Enviuvando, ordenou-se em 1842, cantou sua primeira Missa na Matriz de Ouro Preto, a 29 de junho desse ano, foi nomeado Reitor do Seminário de Mariana e depois Vigário de Conceição do Rio Verde, ali ao mesmo tempo que curava as enfermidades do corpo, fazia cicatrizar as feridas da alma. Foi mais tarde Vigário de Sant' Anna de Itacarussu.⁸⁵

Ao acompanharmos o percurso dos ouro-pretanos durante praticamente sessenta anos de sua história, podemos identificar, por um lado, sua sintonia com relação às novidades do século que traz em seu bojo a ideia de modernidade. Por outro lado, no entanto, pudemos observar como eles souberam guardar suas tradições e sua cultura, ciosos de suas crenças religiosas.

É um grande desafio para o historiador apreender os costumes vislumbrados pelas fontes documentais. Consideramos, no entanto, que, observando os detalhes e ouvindo o sussurro dos registros deixados, pudemos capturar um pouco da alma da antiga capital mineira. Sem mais adiar, iniciemos nosso caminho!

⁸⁵ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 29.

CAPÍTULO I

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FONTES

Assim se me afigurava Ouro Preto
quando a vi pela primeira vez,
chegando de noite, as igrejas fantasticamente construídas
em cima das colinas de que parecem fazer parte.
Uma “paisagem cultural”,
como talvez não exista outra na América Latina.⁸⁶

1.1- AS FONTES PAROQUIAIS

O presente trabalho privilegia o estudo dos registros paroquiais da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto referentes ao período compreendido entre 1838 e 1900.⁸⁷ Os livros originais estão conservados no Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (AEPNSP) e, de maneira geral, encontram-se em bom estado de conservação.⁸⁸ Toda a documentação do acervo foi higienizada e está acondicionada dentro dos modernos padrões científicos de conservação de fontes arquivísticas.

Não podemos deixar de exaltar e elogiar o cuidado com que essa série documental tem sido preservada pelos responsáveis. O pároco, padre José Feliciano Simões, homem culto e consciente de seu papel como tutor de todo o patrimônio artístico e cultural da matriz de Nossa Senhora do Pilar⁸⁹, conduziu até seus últimos dias, com firmeza e carinho, a equipe coordenada pelo historiador Carlos José Aparecido de Oliveira (o Caju), cioso da importância da preservação de todo o acervo.

Parte dessa documentação, relativa ao período de 1712 a 1900, foi microfilmada e está depositada no CECO (Centro de Estudos do Ciclo do Ouro), localizado na Casa dos Contos de Ouro Preto (órgão do Ministério da Fazenda), em projeto de resgate da documentação referente à Vila Rica do século XVIII. Essa produção encontrava-se, até

⁸⁶ CARPEAUX, Otto Maria. *Os livros na mesa*. Rio de Janeiro: São José, 1960. p. 169.

⁸⁷ Apesar de nossa análise determinar como marco final do trabalho o ano de 1897, data da mudança da capital mineira para Belo Horizonte, utilizamo-nos dos registros de três anos subsequentes para identificarmos, através deles, o impacto dessa transferência na dinâmica populacional de Ouro Preto.

⁸⁸ O livro referente aos anos de 1834 a 1865 está em piores condições, faltando-lhe as páginas 62, 63, 142 e 143 (volume 409).

⁸⁹ O pároco faleceu em 20 de janeiro de 2009.

então, descentralizada, tanto no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, como no Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

O projeto que visa ao retorno da documentação concernente a Ouro Preto àquela cidade foi implantado em 06 de fevereiro de 1974, e resgatou, inicialmente, documentos que representam aspectos econômicos, fiscais, tributários e sociais do século XVIII. Posteriormente, a microfilmagem e catalogação de outros acervos vieram enriquecer o potencial da Instituição, entre eles, os assentos de batismos, casamentos e óbitos da paróquia do Pilar do Ouro Preto.⁹⁰

Em 1998, sob a coordenação da professora Dra. Adalgisa Arantes Campos, teve início a constituição de um banco de dados da referida documentação paroquial. Esse projeto envolveu o Departamento de História da FAFICH/UFMG (instituição outorgada) e o próprio CECO/Casa dos Contos (associada), com o apoio do FUNDEP (gestora) e FAPEMIG (outorgante). A dedicação e o trabalho de diversos pesquisadores e alunos bolsistas, tanto da Casa dos Contos, onde o projeto teve início, como da FAFICH/UFMG, para onde a base de dados foi transferida, foram essenciais para que a referida base documental estivesse em condições de subsidiar tão pretensiosa pesquisa.

O conjunto desses dados, riquíssimo, tem-se mostrado de grande valia para os mais diversos estudos acerca da família e da sociedade da região das Minas nos séculos XVIII e XIX.⁹¹ Para o período proposto, temos a existência de oito livros que não foram microfilmados, dos quais seis volumes referentes a assentos de batismos, sendo estes: um específico para o batismo de escravos, entre 1839 e 1871 (livro 3), outro próprio para batismos celebrados basicamente nas capelas filiais localizadas fora da urbe (livro

⁹⁰ FERRAZ, Eugênio. Casa dos Contos: Ensaio histórico e memória da restauração no ano de seu bicentenário. 1984. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/casa-dos-contos/home_4.swf>. Acessado em 22/03/2007.

⁹¹ O referido Banco de dados já possibilitou produção de diversas dissertações do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Fafich/UFMG, como: PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *O cativo e a messe nas Terras do Ouro: escravidão e catolicismo em Minas colonial* (2002); ARAÚJO, Jeaneth Xavier. *Para a decência do culto de Deus: artes e ofícios na Vila Rica setecentista* (2003); LOTT, Mirian Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839* (2004); OLIVEIRA, Patrícia Porto de. *Batismo de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto: 1715-1750* (2004); SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: o processo de criação do Campo Santo na cidade de Diamantina* (2005). MARTINS, Agnaldo Lopes. *Metadados para descrição de documentos remanescentes de fundo eclesiástico*: (Mestrado em Ciência da Informação da UFMG, 2006). Tal projeto subsidiou também a publicação da Revista *Varia História*, n. 31, jan. 2004, com artigos abordando as questões demográficas, políticas, sociais, familiares e religiosas dos setecentos e oitocentos mineiros.

3 B), e os demais, exclusivos para o registro de batismos de livres, com início em 1847 e final em 1894 (livros 3 A, 9, 10 e 11).

Os dois volumes relativos aos registros de casamentos que exigiram leitura diretamente dos originais abarcam o período entre 1865 e 1890 (livros 6 e 7). O livro 8, que cobriria a década de 90 do século XIX, infelizmente não foi localizado, deixando-nos com a lacuna de uma década. Os demais, editados em microfilme, foram lidos por bolsistas do curso de História, que, ao mesmo tempo em que se beneficiaram pela oportunidade de terem contato direto com fontes históricas tão relevantes, muito contribuíram para a realização desse estudo. O trabalho desses alunos foi supervisionado tanto pela coordenadora, professora Adalgisa, como pela autora da presente tese, o que nos garante a pertinência das informações e nos permite um trabalho sobre base documental segura.⁹²

A pesquisa não se limita à análise das planilhas preenchidas no banco de dados. Este foi utilizado principalmente para os exames quantitativos, pois, além de nos possibilitar visualização das informações básicas constantes em cada assento, permite que os dados sejam apresentados em forma de tabelas e gráficos, facilitando sua visualização abrangente e cruzamentos entre os diversos campos preenchidos.

Atualmente, a referida base de dados, formatada no programa Microsoft Access, conta com o registro de 17.771 batismos, 2.443 casamentos, e 13.614 óbitos, englobando os séculos XVIII e XIX. Para o período entre 01 de janeiro de 1838 e 31 de dezembro de 1900, temos 4.358 batismos, 1.355 casamentos, e 4.285 óbitos, que compõem o sustentáculo de nosso trabalho. Os livros de números 03, 3 A, 3 B e 9 foram digitalizados em planilhas do Excel. Somam 652 registros de batismos.

As informações contidas nas planilhas podem ser organizadas em tabelas, quadros, listagens ou gráficos. Podem, ainda, ser quantificadas e filtradas, a partir de seleção de dados (por data, condição social, condição de legitimidade) ou qualquer dos campos preenchidos, exceto o das observações. Estas devem ser resgatadas individualmente, mesmo porque não são referentes a informações objetivas, mas tratam

⁹² Agradecemos de maneira especial aos estudantes de História Julio Caetano, Edson, Flávia Gervásio (hoje graduada e com título de mestre) e, principalmente, a Aléxis Nascimento, pelo comprometimento e dedicação a seu trabalho de leitura paleográfica e digitação das planilhas.

de especificidades contidas num determinado assento. As planilhas, que sofreram várias modificações no decorrer do tempo, têm a seguinte configuração atual:

The form is titled 'Batizando' and contains the following fields:

- Condção:** (dropdown), **Cor:** (dropdown), **Sexo:** (dropdown), **Idade:** (dropdown)
- Data do Nascimento:** (text), **Data do Batismo:** (text), **Alforriado em pia batismal:** (checkbox), **Modo de batismo:** (dropdown), **in extremis:** (checkbox)
- Freguesia de nascimento:** (dropdown), **Cond.Social:** (dropdown)
- Mãe:** (text), **CondçãoMãe:** (dropdown), **Templo:** (dropdown)
- Pai:** (text), **CondçãoPai:** (dropdown), **Celebrante:** (dropdown)
- Padrinho:** (text), **CondçãoPadrinho:** (dropdown), **F-ProfissaoDosEnvolvidos:** (dropdown)
- Madrinha:** (text), **CondçãoMadrinha:** (dropdown), **DeQuem?** (dropdown), **Profissao:** (dropdown)
- Volume:** (text), **ID-Batismo:** (text, value: 15360), **Nome do dono:** (text), **CondDono:** (dropdown), **De quem?:** (dropdown), **Observações:** (text area)
- Rolo:** (text), **Legível?:** (checkbox, checked)

FIGURA 4: Planilha de batismo.

The form is titled 'Noiva' and contains the following fields:

- Freguesia Naturalidade da Noiva:** (dropdown, value: Taboais), **Cond.Noiva:** (dropdown), **Legit.Noiva:** (dropdown)
- Pai da Noiva:** (text), **Mãe da Noiva:** (text)
- Noivo:** (text), **Freguesia Naturalidade do Noivo:** (dropdown), **Cond.Noivo:** (dropdown), **LegitimidadeNoivo:** (dropdown)
- Pai do Noivo:** (text), **Mãe do Noivo:** (text), **Obs.:** (text area)
- Testemunha1:** (text), **CondSoc Testem1:** (dropdown), **Profissao dos envolvidos:** (dropdown)
- Testemunha2:** (text), **CondSocTestem2:** (dropdown), **DeQuem?** (dropdown), **Profissao:** (dropdown)
- Data do Casamento:** (text), **HoraCas.:** (text), **F-Dono de escravo:** (dropdown)
- Templo:** (dropdown), **Nome do dono:** (text), **CondDono:** (dropdown), **De quem?:** (dropdown)
- Celebrante:** (dropdown)
- Volume:** (text), **Rolo:** (text), **ID-Casame:** (text, value: 1588)
- Registro:** (text, value: 1560), **de 1560**

FIGURA 5: Planilha de casamento.

The form is titled 'Falecido' and contains the following fields:

- Cond Social:** (dropdown), **EstadoCivilCond:** (dropdown), **Legitimidade:** (dropdown), **Cor:** (dropdown), **Sexo:** (dropdown), **Idade:** (dropdown)
- Mãe:** (text), **IdadePresumida:** (text), **Tumba/Caixa:** (text), **Mortalha:** (text)
- Pai:** (text), **Data do óbito:** (text), **Sacramento:** (dropdown)
- Nome do Conjuge:** (text), **Causa do óbito:** (text)
- Celebrante:** (text), **Local do enterro:** (text)
- Freguesia de origem do Falecido:** (dropdown)
- Volume:** (text), **ID-óbito (eração):** (text), **Nome do dono:** (text), **CondDono:** (dropdown), **De quem?:** (dropdown), **Missa:** (dropdown)
- Rolo:** (text)
- Observações:** (text area), **Profissao dos envolvidos:** (dropdown), **DeQuem?** (dropdown), **Profissao:** (dropdown), **Irmandade (Freguesia):** (dropdown)
- Registro:** (text, value: 12094), **de 12094**

FIGURA 6: Planilha de óbito.

As informações capturadas a partir da base de dados citada, porém, são insuficientes para uma análise qualitativa dos registros. O estilo de cada período e/ou do pároco responsável, as informações privilegiadas num determinado momento, mas que, depois, desaparecem, são indícios da mentalidade e das preocupações de cada época. Por isso, não deixamos de investigar diretamente nos livros e microfilmes, fato que muito enriqueceu a pesquisa.

Os arquivos paroquiais passaram a se constituir em fonte privilegiada para os historiadores a partir da escola dos *Annales*, fundada, na França, em 1929,⁹³ na medida em que propõe o alargamento do campo da história: “Ao desertar o terreno político, esta acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes – a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes”.⁹⁴ Além disso, a história deixa de privilegiar os grandes líderes políticos para acompanhar a vida de uma vila, de uma comunidade e seus personagens, até então, incógnitos. Para tanto, “deve ampliar as fontes e os métodos, os quais devem incluir a estatística, a demografia, a lingüística, a psicologia, a numismática e a arqueologia”.⁹⁵ A aproximação da história com a demografia passou a permitir estudos sobre as populações e as famílias no contexto da história social, utilizando-se, principalmente, para os séculos XVIII e XIX, das fontes paroquiais.

A chamada demografia histórica desenvolveu-se, na França, a partir de 1956. Os pesquisadores franceses Louis Henry e Michel Fleury “utilizaram os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos para reconstruir o comportamento das populações vivendo em outros regimes demográficos”. Em 1966, surge outro grupo de pesquisadores, já na Inglaterra, utilizando-se dos registros paroquiais e das listas nominativas de habitantes, preocupados “em analisar a formação e a estrutura dos domicílios”.⁹⁶

⁹³ Marco dado pelo lançamento, em 15 de janeiro de 1929, da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, sob a direção de dois historiadores: Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁹⁴ DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 54.

⁹⁵ DOSSE, François. *A história em migalhas...* p. 54.

⁹⁶ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Abordagens quantitativas em história demográfica e social: novas possibilidades de estudo*. XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG, Juiz de Fora, jul. 2004, CD-rom.

Maria Abadia Cardoso⁹⁷ comenta que a história demográfica vai estabelecendo interfaces com a história social, na medida em que aspectos como mortalidade, natalidade e casamentos vão se relacionando com o modo de vida e a percepção de uma determinada comunidade. Nesse sentido, a história demográfica se obriga a perpassar a sua própria dimensão, partindo de fatos demográficos e chegando a aspectos antropológicos e culturais. Segundo a pesquisadora:

A História Demográfica é uma dimensão importante a ser examinada pelos historiadores e tem trazido muitas contribuições especialmente a partir da década de 1950, onde ocorreu um entrelaçamento com a História Regional. Os pioneiros foram os historiadores franceses, sobretudo Coubert e Pierre Vilar. É igualmente um campo rico em reflexões, pois, ao ter como prioridade de análise a “população”, esta noção já traz em si um leque de possibilidades.⁹⁸

No Brasil, a demografia histórica foi introduzida na década de 1960, e teve a professora Maria Luiza Marcílio como uma das pioneiras, ao desenvolver sua tese de doutorado, na França, com o professor Luis Henry. Posteriormente, essa pesquisadora utilizou, no Brasil, as fontes paroquiais para a reconstituição de famílias.⁹⁹

Não devemos deixar de citar importante núcleo de história demográfica vinculado ao departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que tem no professor Sérgio Odilon Nadalin seu maior representante. Estudos iniciados na década de 70 do século passado têm desvendado a particularidade de Curitiba, determinada pela presença marcante de imigrantes, principalmente germânicos. Além disso, um levantamento considerável de documentos tem oportunizado não apenas um trabalho dentro da técnica de demografia histórica, mas se aproximado da difícil tarefa de traçar a genealogia das famílias curitibanas. O trabalho de reconstituição da sociedade e da economia do Paraná, através da história econômica e social, se destacou igualmente pelas pesquisas de Altiva Balhana e Cecília Westphalen.

⁹⁷ CARDOSO, Maria Abadia. *O campo da história: especialidades e abordagens*. *Revista de História e Estudos Culturais*. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/>>. Último acesso em 20/04/2007.

⁹⁸ Cf. CARDOSO, Maria Abadia. *O campo da história*.

⁹⁹ Uma rápida retrospectiva sobre a introdução da demografia histórica no Brasil, ver: COSTA, Iraci del Nero da. *Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil*. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ap07.pdf> (acessado em 02/06/2008).

Ao se falar em demografia histórica, não podemos também deixar de mencionar os estudiosos Iraci del Nero da Costa¹⁰⁰ e Francisco Vidal Luna, que analisaram a estrutura demográfica e socioeconômica de várias localidades mineiras e paulistas. Destacamos estudo verticalizado sobre Vila Rica, a partir do Censo de 1804 e de fontes paroquiais referentes à matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, entre 1719 e 1826, abrindo um vastíssimo campo de trabalho para os pesquisadores posteriores.

Apesar de se constituir em fonte essencial para o estudo da estrutura social e da composição das famílias do período colonial e imperial brasileiro, precisamos observar alguns cuidados para a investigação das fontes paroquiais, pois devemos considerar que o objetivo desses documentos não era o de recenseamento da população. Por isso, não devemos cobrar deles rigor científico e total objetividade, por mais cuidadosamente que tenham sido produzidos. Primeiramente, referiam-se a comunidades pequenas, onde o pároco, responsável pelos registros, conhecia praticamente todos os moradores. Sua familiaridade com os participantes dos eventos religiosos tornava desnecessária, às vezes, que os dados fossem completos. Alguns aspectos que nos parecem obscuros podiam ser óbvios para os envolvidos no processo de assentamento dos sacramentos católicos, como, por exemplo, o nome completo ou mesmo a referência do nome em determinado assento. Citamos como exemplo o registro de batismo de Ignácio, celebrado em 29 de setembro de 1894, cujos padrinhos foram “Ignácio Burlamarqui e sua esposa”, pessoas bem conhecidas da sociedade da época, e, por isso, dispensavam menção mais detalhada.

Além disso, os documentos retratam uma época em que não prevalecia a informação precisa, como temos atualmente. O significado de tempo e espaço para aquelas comunidades era outro. Temos como exemplo registros de óbitos em que constam a idade do falecido como sendo entre 40 e 50 anos, horários de casamentos entre 8 e 9 horas da noite ou mesmo locais de residência citados como “no morro de São Sebastião”. Para aquelas pessoas, essas referências bastavam para suas vidas.

¹⁰⁰ Iraci del Nero da Costa: coordenador do Núcleo de Estudos em História Demográfica, que disponibiliza, pela Internet, resumos e artigos ligados à produção demográfica brasileira através do site: <http://historia_demografica.tripod.com/>

Mesmo a forma como os nomes são grafados varia, às vezes, dentro do mesmo documento. No registro de batismo de Jovelina (25 de março de 1894), seu nome é grafado na margem do assento como Juvelina. Nesse mesmo documento, o sobrenome de seu pai é Queiroz, enquanto o de sua mãe é grafado com “s”. Esse aspecto pode nos parecer um detalhe, mas é significativo no que diz respeito ao cuidado e às reservas que devemos ter ao analisarmos essas fontes históricas.

Por fim, devemos nos lembrar que os livros paroquiais não tinham somente o objetivo de registro dos sacramentos. Os párocos, como funcionários da Coroa, foram instados a colaborar nos levantamentos e recenseamentos periódicos da população provincial, a partir dos arrolamentos coletados nas freguesias sob sua responsabilidade.

Para tanto, temos diversas leis que tratam do assunto, como a de nº 46, de 18 de março de 1836. O art. 4º determina que “os assentos de nascimentos, casamentos e óbitos devem ser feitos pelos párocos, declarando o dia, e lugar do nascimento, o nome, domicílio e profissão dos pais: neles não se usará de abreviaturas ou algarismos, e serão assinados pelos mesmos párocos, ou por seus vice-gerentes, e pelo declarante”.¹⁰¹ O art. 15º manda que os párocos “devem remeter no fim de cada semestre um mapa muito circunstanciado dos nascimentos, casamentos, e óbitos havidos em suas paróquias”. Essa disposição foi alterada pela Lei nº 216, de abril de 1841, exigindo-se a remessa no fim de cada ano. Já a Lei nº 510, de 10 de outubro de 1851, alivia os párocos dessa obrigação.¹⁰²

Os livros 10 e 11, de batismos, e os livros 6 e 7, de casamentos, fazem referência em seus termos de abertura ao art. 12º da Lei Provincial Mineira nº 258, de 23 de março de 1844, que, ao definir as funções da fábrica da paróquia, cita como sendo de responsabilidade do pároco os registros dos assentos de batismos, casamentos e óbitos.

¹⁰¹ NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou índice alfabético das leis*. Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855. p. 17.

¹⁰² NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou índice alfabético das leis...* p. 207.

Art. 12.º A Fabrica ministrará os Livros de contas correntes, de receita e despesa, e também os dos assentos dos baptismos, casamentos, e obitos; estes ultimos serão abertos, numerados, e rubricados pelos Parochos gratuitamente.

FIGURA 7: Regulamentação de assentos de batismos, casamentos e óbitos no oitocentos.¹⁰³

1.1.2- A PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO

Durante os séculos XVIII, XIX, e grande parte do século XX, a primitiva Vila Rica, capital da capitania, e a posterior Ouro Preto, capital da província até 1897, era dividida em duas paróquias: a de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, no lado da cidade que se dirige para Mariana, e a de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, situada do lado em que a cidade dá saída para Cachoeira do Campo. A praça principal, hoje praça Tiradentes (no século XIX, praça da Independência), divide as duas freguesias.

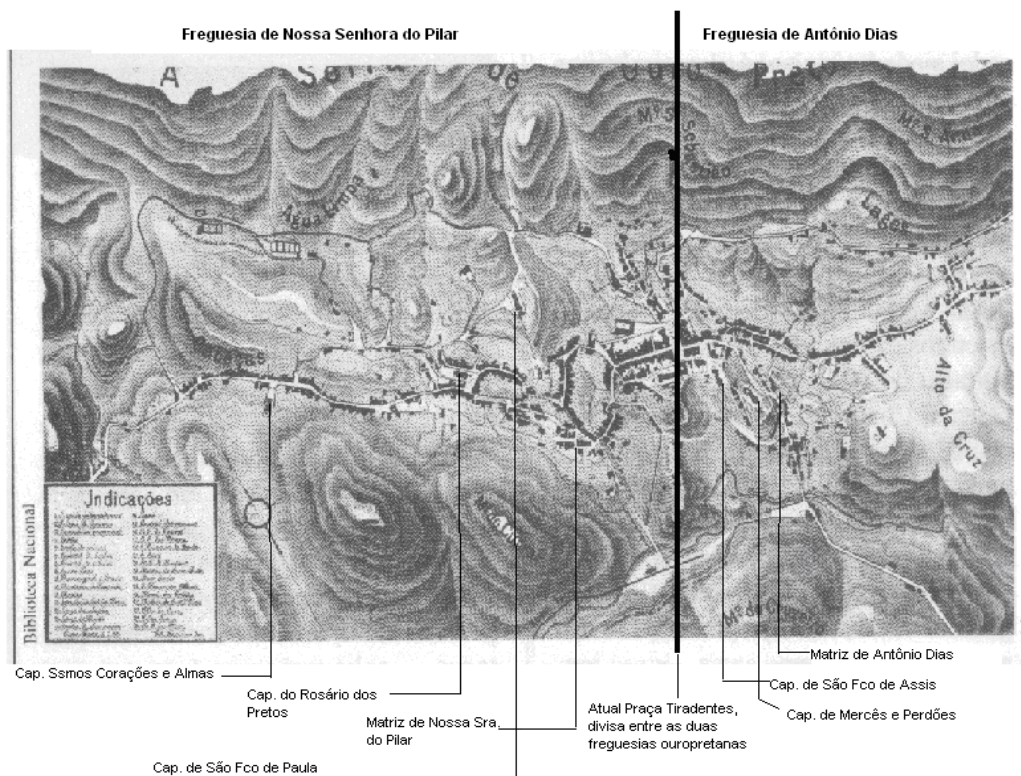
Nossa documentação básica refere-se aos assentos de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Nossa Senhora do Pilar, que abarca não somente os sacramentos celebrados no templo matriz, como em suas capelas filiais. Essas capelas pertenciam a irmandades (associações religiosas de leigos) fundadas por fiéis católicos que se uniam em torno da devoção a um santo e mandavam construir templos em sua honra. Essas confrarias tornavam-se responsáveis por assegurar assistência social e religiosa a seus associados.¹⁰⁴

No mapa abaixo, de 1888, podemos observar o núcleo urbano de Ouro Preto dividido nas duas freguesias: Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, sendo a praça principal o limite entre elas.

¹⁰³ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Documentação e informação – Atendimento ao Usuário: gdi@almg.gov.br. Recebido em 10 de dezembro de 2008.

¹⁰⁴ Nem toda irmandade chegava a se estruturar suficientemente para construir seu templo próprio. Nesse caso, permaneciam com seus altares laterais, no interior do templo paroquial. Temos, como exemplo, em Ouro Preto, a Irmandade da Boa Morte (na matriz de Antônio Dias) e a Irmandade de Santo Antônio (na matriz do Pilar do Ouro Preto).

FIGURA 8: Freguesia de Nossa Senhora do Pilar e Freguesia de Antônio Dias.



Nas capelas, além do santo padroeiro, havia a devoção a outros santos, que ocupavam os altares laterais da nave, mas cujos devotos não tinham tido condições financeiras suficientes para a construção de seus templos próprios¹⁰⁵. A matriz ou templo sede da paróquia ou freguesia também tem seu santo padroeiro, entronado no retábulo-mor, sob os auspícios da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Possui, também, altares laterais localizados na nave (corpo) do templo, pertencentes a devoções ou irmandades que nunca saíram daquele espaço.

¹⁰⁵ A professora Adalgisa Arantes Campos nos informa que não era somente a falta de condição financeira que impedia as devoções de saírem da Matriz e construírem capelas próprias. Algumas irmandades, tradicionalmente, estabeleciam-se na sede paroquial. Este é o caso, por exemplo, da irmandade de São Miguel e Almas. A capela existente em Ouro Preto, no bairro das Cabeças, sob tal invocação, é exceção, pois deve sua construção à doação de um devoto, no caso, o português José Simões Borges em 1771. CAMPOS, Adalgisa A. Roteiro Sagrado. P. 19.

A partir da leitura de livros de compromissos de irmandades, podemos apontar o tipo de auxílio que as confrarias deviam a seus fiéis, em troca do pagamento de anuidades e esmolas, além do trabalho voluntário. O préstimo devia-se tanto ao conforto espiritual como à assistência social. Entre outras, eram funções dos irmãos o acompanhamento durante o cortejo fúnebre, o empréstimo de dinheiro, bem como o apoio à viúva e aos órfãos dos confrades defuntos. Além disso, serviam como espaço para o sepultamento dos associados, papel primordial para as sociedades setecentistas. No decorrer do século XIX, a tradição dos enterramentos no interior dos templos é confrontada com a nova mentalidade higiênica e ilustrada que, vagarosamente, se instaura, como veremos mais especificamente no Capítulo V.

As irmandades cultivavam rivalidades entre si, manifestadas no cuidado com a construção e decoração dos templos e na ostentação presente nas festas religiosas e nas procissões, momentos que se transformavam em eventos sociais.

A paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto era formada pela matriz e por suas capelas filiais. As capelas de Nossa Senhora do Carmo,¹⁰⁶ Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos, de São José, Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, e de São Francisco de Paula localizavam-se no núcleo urbano. Havia, também, capelas mais distantes, sediadas em arraiais, como a de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista, Nossa Senhora da Conceição do Rodeio, Santo Amaro do Botafogo e Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Alemão.¹⁰⁷ As capelas do Bonfim, de São Sebastião, e as pequenas capelas dos Passos da Paixão, apesar de fazerem parte da freguesia do Pilar, não têm registros de batismos, casamentos e óbitos, porque não tinham capelães licenciados para tal ou por abrirem somente em ocasiões especiais, como no caso das capelas dos Passos, específicas para a procissão dos Passos, realizada nas sextas-feiras da Paixão. Na década de 1880, temos poucos registros na capela de Santo Antônio do José Correa, localizada no arraial da Boa Vista.

¹⁰⁶ A capela de Nossa Senhora do Carmo não pertencia a uma irmandade, mas à Ordem Terceira do Carmo ou do Monte Carmelo. No século XIX, diversas outras irmandades são alçadas ao estatuto de Ordens Terceiras, como a de São Francisco de Paula e de Nossa Senhora das Mercês.

¹⁰⁷ Como já foi citado em nossa Introdução, em 1850, a Aplicação do Chiqueiro do Alemão passou a pertencer à paróquia de Cachoeira do Campo, sendo desmembrada da freguesia do Ouro Preto.

Apesar de restringirmos nosso estudo à paróquia do Pilar, encontramos registrados, nos livros sob sua guarda, a instituição de alguns sacramentos celebrados nos templos da freguesia de Antônio Dias. Por isso, de certa forma, tanto a matriz de Nossa Senhora da Conceição como as capelas de São Francisco de Assis, Mercês e Perdões, do Rosário do Alto da Cruz, e de Nossa Senhora das Dores estão presentes em nossos estudos. Não temos registros paroquiais que contemplem as demais capelas dessa freguesia: do Padre Faria, do Bom Jesus do Taquaral, São João Batista, de Santana, e de Nossa Senhora da Piedade. Possivelmente, ali não eram ministrados os sacramentos do batismo e casamento, ou eram realizados em pequeno número. As paróquias alcançavam grande território, que formavam o “pasto espiritual” sob a responsabilidade de párocos e capelães ali assentados.

Os templos religiosos foram destaque na paisagem ouro-pretana, no decorrer de toda a história da paróquia. Eram os primeiros edifícios a serem visualizados pelos visitantes, tanto os que chegavam por Mariana como aqueles que vinham por Cachoeira do Campo. Representam muito bem, ainda hoje, a solidez da cultura religiosa daquela população.

1.1.3- REGISTROS DE BATISMOS

No registro de batismos, de acordo com o Concílio de Trento (1545-1563), reiterado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707),¹⁰⁸ deveria constar, obrigatoriamente, o nome do batizando, de seu pai, mãe e dos padrinhos. A forma também é determinada:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N, filho de N e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores de tal parte.¹⁰⁹

Além das questões regulamentadas pela legislação sinodal, era frequente, na documentação referente à matriz do Pilar do Ouro Preto, para os séculos XVIII e XIX, o

¹⁰⁸ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1853), feytas, e ordenadas pelo... Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide... propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro.

¹⁰⁹ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título XX, parágrafo 70.

registro da cor da criança (branca, parda ou preta), de sua condição social (livre, escrava ou exposta), e a condição de legitimidade da criança (filha legítima ou natural). No caso de o batizando ser filho natural, ou seja, fruto de relação consensual, era possibilitada, pelas *Constituições Primeiras*, a declaração do nome de seu pai, “se for coisa notória e sabida, e não houver escândalo”. Entretanto, essa autorização da legislação não se tornou usual em Ouro Preto. São raros os assentos em que consta o nome do pai de criança natural, e esses se limitam ao século XVIII. Em artigo sobre ilegitimidade, casamento e relações ditas ilícitas, em São João del Rei, para os anos de 1730 a 1850, a historiadora Silvia Maria Jardim Brügger confirma essa prática para a localidade, considerando ter sido mais recorrente para a primeira metade do século XVIII. Para ela, a instituição do bispado de Mariana, em 1745, determinou registros mais uniformes e de acordo com a legislação sinodal, e os “padres passaram a tomar mais cuidado com as informações que registravam”,¹¹⁰ exigindo “a declaração expressa do pai para a perfilhação”.¹¹¹

Havia uma diferenciação nos casos de ilegitimidade dos nascidos. As crianças podiam ser fruto de casais concubinados. Nesse caso, apesar de ambos os pais serem solteiros, não haviam regularizado sua união perante a Igreja Católica. Prática costumeira na sociedade mineira dos séculos XVIII e XIX, não determinava para aquela família, nenhum tipo de preconceito social. As crianças também podiam ser fruto de relações adulterinas (caso um dos pais fosse casado), afinal, numa sociedade escravista como a brasileira, em que era permitido ao senhor usufruir sexualmente de sua escrava, tal situação era comum. Muitas vezes, esses casos vinham a público através dos testamentos, pois, na hora da morte, o bom católico deveria prestar contas de seus pecados, além de garantir para seus filhos bastardos parte de sua herança. Um outro tipo de ilegitimidade era o sacrílego, ou seja, filho de padre. Também essa situação não era rara nas Minas coloniais. A essas crianças não era impedido o batismo, entretanto, alguns cuidados deveriam ser tomados: no caso de filhos de “clérigo de ordens sacras

¹¹⁰ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850). IX Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2000. *Anais...* v. 1. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. p. 43.

¹¹¹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850). p. 43. A autora cita a professora Sheila de Castro Faria (1998): *A Colônia em movimento...* p. 318.

ou beneficiado”, esses não deviam ser batizados “na pia da Igreja aonde seus pais forem Vigários, Coadjuutores, Curas, Capelães ou fregueses”, mas que fossem batizados na da freguesia mais próxima, sem pompa, nem acompanhamento além dos padrinhos.¹¹²

No entanto, essas diferenciações não são encontradas nos registros paroquiais. Os párocos, coadjutores e capelães, protetores da privacidade de seus devotos, designam a todos somente como legítimos ou naturais, exceto no caso dos enjeitados.

A condição de “exposta” é registrada nos assentos de batismos das crianças enjeitadas. As *Constituições Primeiras* se preocupam em alertar os párocos para que, no caso de constar a situação de enjeitado, que essa informação fosse confidencial: “o Pároco, ou quem tiver em seu poder o dito livro, não o dará nem tirará da Igreja, nem mostrará a pessoa alguma sem nossa licença, ou de quem nosso poder tiver, e fazendo o contrário será castigado com penas pecuniárias, e de prisão arbitrariamente”.¹¹³ É provável que essa orientação visasse a proteger a criança daquela situação de “exposta”. No entanto, a condição de enjeitamento acompanhava o indivíduo no decorrer de sua vida, pois deveria constar, também, nos assentos de casamento. O fenômeno da exposição de crianças, não somente nas Minas, ocorreu num período limitado, concentrando-se, principalmente, entre a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do XIX. A partir da década de 30 do oitocentos, essa categoria começa a diminuir. A historiadora Silvia Brügger vê a criação da roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei, em 1832, como determinante para esse declínio. Ela nos informa também que o crescimento da exposição, em finais dos setecentos, foi observado por Laura de Mello e Souza, ao estudar o fenômeno em Mariana.¹¹⁴ Entretanto, em Ouro Preto, não houve a implantação da roda e, mesmo assim, essas crianças desaparecem dos registros de batismos.

O batismo, rito introdutório do devoto ao universo católico, constituía-se também em registro de nascimento, numa época em que os párocos eram funcionários da Coroa, de acordo com o padroado régio, que determinava ingerência do poder civil

¹¹² CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título XI, parágrafo 40.

¹¹³ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título XX, parágrafo 73.

¹¹⁴ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850)... p. 56.

sobre o religioso. Cabia ao imperador nomear bispos, autorizar a construção de igrejas e capelas, além de recolher os dízimos e pagar as cômmodas aos párocos, colocando-os sob sua supervisão e serviço. Assim, como funcionários públicos, os párocos deviam registrar em livros próprios os assentos de nascimentos, casamentos e óbitos havidos em sua paróquia.

No referente aos escravos, o assento de batismo servia como documento de posse daquele cativo, ao constar o nome do(s) proprietário(s) do batizando, no caso de batismo de escravo adulto,¹¹⁵ ou dos pais ou da mãe do batizando. Lembremo-nos que a condição da criança seguia o ventre, ou seja, o filho da escrava era também cativo, exceto nos casos de alforria concedida em pia batismal ou dos nascidos após a promulgação, em 28 de setembro de 1871, da Lei do Ventre Livre, que será abordada posteriormente.

Os registros de batismos nos permitem conhecer características importantes da população, como estimar entre os batizados, a proporção de legítimos, a composição social das famílias, laços de compadrio, etc. O objetivo de nossa pesquisa é, portanto, identificar nas fontes paroquiais estudadas, principalmente as paroquiais, o impacto que tiveram, no comportamento da população ouro-pretana, as mudanças religiosas, legais, sociais e culturais ocorridas desde a metade do século XIX.

Ao investigarmos tais aspectos, não devemos desconsiderar que as populações do oitocentos se comportavam de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas em cada região e de sua maior ruralidade ou urbanidade. Sabemos, também, que se diferenciaram a partir de sua composição social, quando se observa, por exemplo, que, entre os escravos, o número de casamentos é menor, implicando, portanto, alto índice de ilegitimidade nas áreas onde a população mancipia era mais numerosa. Nesse sentido, pudemos observar, no decorrer da pesquisa, a importância que a legitimidade vai adquirindo a partir da segunda metade do século XIX.

¹¹⁵ Não foi abordada a questão do batismo de escravos adultos neste trabalho, por não ser característica do período estudado.

1.1.3.1- AS FONTES

Possuímos para análise, 6.728 batismos realizados, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, entre os anos de 1838 e 1900. Foram utilizados os seguintes corpos documentais para a pesquisa em questão:

Volume 495: não tem termo de abertura. Nele, constam registros a partir de maio de 1772 até 22 de agosto de 1838. Refere-se a batismos de escravos, em quase sua totalidade. Utilizamos somente dez assentos desse livro, referentes aos meses de 1838.

Os batismos dos escravos, para o período entre 1839 e 1871, estão no livro 3, guardado na paróquia, pois não foi microfilmado. O livro encontra-se em bom estado, com termo de abertura: “este livro há de servir para nele se lançarem os assentos de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar desta Imperial Cidade de Ouro Preto. Vai por mim numerado e assinado [...]. Assina o juiz de Paz Pedro da Costa Fonseca em 29/jan/1839”, indicando que seu objetivo extrapola o objetivo religioso e se coloca como instrumento notarial.

Encontramos relacionados, ali, alguns batismos de adultos e algumas alforrias em pia baptismal. Temos uma mãe “coartada”, nos indicando que, apesar de estar numa situação intermediária entre o cativo e a liberdade, seu filho foi assentado no livro de cativos.

O livro nos possibilita o esclarecimento sobre o comportamento dos cativos, sua condição de legitimidade, o número médio de filhos por cativas, o tamanho dos plantéis e as regras pelas quais se davam os convites para apadrinhamento das crianças e adultos. Chama a atenção a pluralidade de nomes escolhidos, provavelmente pelas mães, indicando cuidado e atenção para com seus filhos.

Mais uma vez, atentamos para a questão de que estamos utilizando essa fonte documental para objetivo muito diferente daquele para o qual foi criada. Por isso, temos algumas lacunas. Por exemplo: algumas vezes, constam como padrinhos pessoas com somente seu prenome, nos indicando a possibilidade de serem escravos. No entanto, não tomamos a liberdade dessa dedução. Da mesma forma, nem sempre consta no documento a condição de legitimidade das crianças. Nesse caso, optamos por considerá-las legítimas, no caso de estarem

registrados os nomes de seu pai e de sua mãe, e definimos como filhos naturais todos aqueles que somente têm o nome de sua mãe registrado. Há indícios de sub-registro para os anos de 1851 a 1855, observados através de páginas em branco, ou a ausência de registros para alguns meses. Este período foi marcado tanto por epidemias, que podem ter contribuído para a desorganização dos livros, como por mudanças na condução da paróquia do Pilar. Observamos essa descontinuidade também em outros corpos documentais, como no de óbitos, como alertaremos adiante.

Volume 497, Rolo 104: esse livro tem início no ano de 1765¹¹⁶ e registra batismos até o ano de 1865. Consta, na abertura, seu objetivo: “Assentos de brancos, pardos e pretos libertos e escravos das Aplicações das capelas de Santa Quitéria da Boa Vista e Senhora da Conceição do Chiqueiro do Namão”,¹¹⁷ capelas filiais localizadas em arraiais rurais, embora pertencentes à freguesia do Pilar.¹¹⁸ Pontualmente, guarda registros de cerimônias celebradas na capela de Santo Amaro do Botafogo e no Oratório do Capão, estes nos anos de 1827 e 1828, referentes a batismos de escravos do tenente coronel Anacleto Antonio do Carmo. Chamam-nos a atenção os 25 batismos que se realizaram na matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Cachoeira do Campo, registrados nos livros referentes à paróquia do Pilar, por não pertencer à freguesia em questão.

Embora tivessem sido registrados, de forma pontual, batismos celebrados na matriz do Pilar, a partir de 1842, esses assentos tornam-se mais constantes. O livro tem algumas páginas ilegíveis. No período de julho de 1851 a 1855, há um hiato nos assentos, com duas páginas em branco (páginas 249 e 250), que indicam a falta de uns nove assentos. Consideramos certa especificidade da década de 1850, pela maior instabilidade com relação à presença de párocos. O

¹¹⁶ O volume 497 registra um batismo do ano de 1736 e um batismo de 1737; passam a ser mais constantes a partir de 1765.

¹¹⁷ Os documentos tratam a referida capela tanto como Xiqueiro do Namão, Xiqueiro do Alemão ou Chiqueiro do Alemão. Passaremos a partir de agora a tratá-la pela última denominação, mais constante no decorrer do tempo.

¹¹⁸ O volume 497 registra o primeiro batismo celebrado na capela de Santo Antônio da Bocaina em 24 de julho de 1736; na capela de Nossa Senhora do Rodeio, em 05 de agosto de 1765; na capela de Santa Quitéria, em 19 de março de 1768; em Santo Amaro do Botafogo, 28 de outubro de 1770, e na capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Alemão, em 09 de outubro de 1778.

responsável, até então, o vigário José da Cunha Mello, assina seu último batismo em 10 de junho de 1848. Nesse período, torna-se vigário o padre Joaquim Ferreira da Rocha, e consta da documentação paroquial seu período de vigaria: entre 1844 a 1855. Observamos que sua presença não foi constante na paróquia, comprometendo relativamente a regularidade dos registros.¹¹⁹ Grande parte dos assentos é assinada pelos vigários coadjutores, Bernardo Higino Dias Coelho e Feliciano Ferreira de Carvalho. Este último passa a assinar como vigário em 05 de maio de 1849. Em 30 de agosto, há o primeiro batismo realizado pelo então vigário encomendado Joaquim José de Sant'Anna, que assume a paróquia de forma oficial, em 1855, e permanece à sua frente até 1890. A relativa desorganização dos livros identificada para a década de 50 é observada, principalmente, na série de óbitos. Podemos supor que o período tenha sido de extrema instabilidade, gerada pela epidemia de varíola, determinando aumento da mortalidade, não acompanhada pelos registros.

O volume 498, localizado no Rolo 104, contempla o período entre 1834 e 1851.¹²⁰ Consta em seu termo de abertura sua finalidade: “batismos de livres”. Notamos a presença de algumas crianças alforriadas em pia batismal. As alforrias dadas por ocasião do batismo podiam ser, também, registradas nos livros específicos para escravos, indicando-nos a fluidez com que a sociedade da época tratava os novos libertos. Específico para a igreja matriz, traz algumas exceções, como um batismo na capela de São Miguel e Almas, 10 celebrações

¹¹⁹ Alguns indícios sobre as outras pretensões do reverendo padre que dificultavam ou impediam sua dedicação à paróquia do Pilar: LEITE, Angelo Filomeno Palhares. *A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX* – uma filosofia de compêndio: um estudo sobre a disciplina de Filosofia no Liceu Mineiro (1854-1890). 2005. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Vê-se que, em 1854, o reverendo Joaquim Ferreira da Rocha é professor de Filosofia no Liceu Mineiro (p. 114). “No anno de 1856 a Aula de Philosophia do Lycêo Mineiro esteve fechada em função da ausência do Professor o Rdo. Joaquim Ferreira da Rocha, que se empregou como Capellão cura em um Districto do Termo de Marianna” (p. 160). Em “23 de Maio de 1856 – O Lente de filosofia Reverendo Joaquim Ferreira da Rocha pede licença de três meses, tendo apenas um aluno matriculado” (p. 165). Em data não referida: “O professor de Philosophia do Lycêo Mineiro – Joaquim Ferreira da Rocha – é punido com desconto de seis dias de seu ordenado, por faltar e comunicar vocalmente (com participação vocal), da qual o dito professor faz uma representação alegando injustiça pelo feito” (p. 171). Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_LeiteAF_1.pdf>.

¹²⁰ O volume 498 tem um batismo do ano de 1791, um de 1820, um de 1828, mas os assentos tornam-se constantes a partir de 17 de maio de 1834.

em casa, 2 batismos realizados na Ermida do Jardim Botânico, 1 na igreja matriz da freguesia da Saúde, e 1 na matriz de Santo Antônio de Ouro Branco.

Volume 499, Rolo 022: livro específico para o batismo de crianças ingênuas, de 1871 a 1888. Possui termo de abertura e está muito bem conservado. Mereceu uma análise própria, devido à sua especificidade. Informações como a cor, tanto da criança como da mãe, que haviam desaparecido dos registros regulares, passaram a ser sistematicamente anotados. Se desconsiderarmos os assentos das crianças filhas de escravas após 28 de setembro de 1871, temos 86% de registros em que não consta a cor do batizando, indicando que a identificação da cor relacionava-se, de alguma, forma com a exclusão social. Outro aspecto que nos chama a atenção nesse volume é o cuidado com o nome dos proprietários dos ingênuos e, conseqüentemente, de suas mães. Chamou-nos a atenção a presença do nome das esposas dos proprietários, denotando importância dada à propriedade do casal.

Volume 500, Rolo 029: de 1894 a 1897. Livro sem termo de abertura. O início está muito danificado e muitas informações estão comprometidas. O período é posterior à abolição da escravidão e, por isso, a análise dos indivíduos por condição social não procede. Entretanto, outras questões podem ser observadas. No final do século XIX, os sobrenomes estrangeiros começam a aparecer: são italianos, e temos também a presença de um chinês inserido na sociedade ouropretana. Sua presença em livro paroquial chama-nos a atenção, pois indica ser seguidor da religião católica, aspecto esclarecido por seu nome, não só ocidental, mas católico, Francisco Coelho. Consta regularmente nos documentos desse livro a data do nascimento, além da data do batismo. Esse dado havia aparecido, também constantemente, no volume relativo ao batismo dos ingênuos. Já consideramos que o livro específico para o batismo das crianças filhas de escravas, após a Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre, foi escrito com muito critério. O pároco Joaquim José de Sant'Anna, como homem esclarecido e futuro defensor da causa abolicionista, sabia da importância, para aquelas crianças, da informação acerca da data de seu nascimento, pois deveriam ser plenamente libertadas ao completar vinte e um anos. Já no livro após 1889,

podemos supor que a inserção da data de nascimento com mais assiduidade nos assentos do final do século fosse reflexo da obrigatoriedade do registro civil.¹²¹

No período pós-abolição, não aparece mais mãe ou pai dos batizados com um nome simples, como ocorria, até então, com os escravos, que eram impedidos de acrescentar sobrenome a seu prenome. Os escravos recém-libertados acrescentaram sobrenomes a seus nomes – mesmo que fosse um segundo nome – e, por isso, a identificação pelos pesquisadores sobre a inserção social desses ex-cativos torna-se praticamente impossível, ao menos através dos registros paroquiais. Observamos nomes como Manoel Antônio ou José Justino. Para as mulheres, encontramos: Thereza de Jesus, Francisca de Paula, Sabina Rosa, Maria do Rosário ou Maria Benedita. Entre as mulheres, nomes duplos são mais constantes que entre os homens.

No entanto, há algumas maneiras indiretas de identificação do papel social daquelas pessoas. Algumas mulheres têm o D. (dona) antecipando seu nome, como um pronome de tratamento, indicando distinção social. Constatamos, também, aumento vertiginoso nos batismos de crianças legítimas, ou seja, o número de casamentos teve grande acréscimo no período. Todos esses aspectos serão mais bem desenvolvidos adiante.

Os livros que não sofreram a digitalização e, por isso, necessitaram de leitura paleográfica a partir dos originais, localizados na própria matriz do Pilar, são identificados pelos números 3, 3 A, 3 B, 9, 10 e 11. Optamos por continuar a classificá-los assim. Os dois últimos, além de outros dois – relativos a matrimônios estavam –, por ocasião do projeto de microfilmagem realizado pela Casa dos Contos, em local separado dos demais. Possivelmente, por tratarem do final do século XIX, havia sobre eles demanda de consulta, e, por isso, localizavam-se na secretaria da paróquia. Os demais livros foram “descobertos” a partir da organização do acervo documental realizada durante o ano de 2008.

¹²¹ Criado, no Brasil, pelo decreto 5.604, de 25 de abril de 1874. Desde 1863, já havia o reconhecimento do Estado, mas sua universalização e obrigatoriedade se dá pelo decreto nº 9886 de 07, de março de 1888.

Em nossos momentos de pesquisa, presenciamos a busca por parte de descendentes daqueles ali relacionados de informações acerca de seus antepassados. Questões de herança e, principalmente, processos de obtenção de dupla cidadania levam descendentes de europeus, principalmente de italianos, ainda hoje, a buscarem comprovação da nacionalidade de seus ascendentes, demonstrando o aspecto ainda vivo desses registros para funções diversas da pesquisa acadêmica.

Como os livros são divididos por condição social (específicos para livres, escravos e ingênuos), e por local da celebração do batismo (matriz e capela filiais mais distantes), optamos por considerar essas peculiaridades, estabelecendo três linhas de análise. Uma, levando em consideração os batismos por condição social. Outra, aproveitando-nos do livro relativo aos batismos realizados no arraial da Boa Vista, para identificação de características da área mais rural da freguesia do Pilar. Por fim, debruçamo-nos no livro de batismos de ingênuos, para reflexões sobre o perfil da escravatura ouro-pretana do último quartel do século XIX.

1.1.4- REGISTROS DE CASAMENTOS

Os registros de casamentos são os mais detalhados. De acordo com as *Constituições Primeiras*, neles deveria constar:

Aos tantos de tal mês, de tal ano pela manhã ou de tarde em tal Igreja de tal Cidade, Vila, Lugar ou Freguesia, feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino nesta Igreja, onde os contraentes são naturais, e moradores, ou nesta, e tal, e tais Igrejas, onde N. contraente é natural, ou foi, ou é assistente, ou morador, sem se descobrir impedimento, ou tendo sentença de *dispensa* no impedimento, que lhe saiu, como consta da certidão ou certidões dos *banhos*, que ficam em meu poder, e sentença que me apresentaram, ou sendo dispensados nas denúncias, ou diferidas para depois do Matrimônio por licença do Senhor Arcebispo, em presença de mim N. Vigário, Capelão, ou Coadjutor da dita Igreja, ou em presença de N. de licença minha, ou do Senhor Arcebispo, ou do Provisor N., e sendo presentes por testemunhas N. e N., pessoas conhecidas (nomeando duas ou três das que se acharam presentes) se casaram em face da Igreja solenemente por palavras N. filho de N., e de N., natural, e morador de tal parte, e freguês de tal Igreja, com N. filha de N., ou viúva que ficou de N. natural, e morador de tal parte, e freguesia desta ou de tal Paróquia: (e se logo lhe der as bênçãos acrescentará) e logo lhe dei as *bênçãos* conforme os ritos, e cerimônias da Santa Madre

Igreja, do que tudo fiz este assento no mesmo dia, que por verdade assinei.¹²²

Mesmo sendo o registro no qual conseguimos identificar o maior número de informações acerca dos envolvidos, a forma adotada pela paróquia do Pilar é bem mais simplificada que a exigida pelo documento oficial.

Do mesmo modo que o batismo, o matrimônio não se restringia ao valor religioso; normatizava a nova família também perante a administração pública e a justiça. Além disso, regulava os direitos dos cônjuges e dos filhos advindos daquela união, que se tornavam legítimos descendentes e herdeiros. O pároco presidia a cerimônia na qual os nubentes se recebiam em sacramento, mas também era responsável pelo registro do consórcio em livro próprio. A Lei nº 46, de 18 de março de 1836, é exemplo, pois regia sobre o matrimônio, de acordo com a concepção já citada, outorgando deveres administrativos aos párocos. Segundo o art. 7º, “o termo de registro de Matrimônio deve ser feito pelo pároco com as testemunhas, que foram presentes, declarando-se os nomes, e idades dos contraentes, os nomes dos pais, a ocupação do marido, e qualquer oposição, e impedimento, que possa ter havido.”¹²³ Entretanto, nem sempre a legislação era completamente cumprida e todas as informações solicitadas eram registradas. Em 1844, a responsabilidade do pároco era enfatizada pelo art. 12º da Lei 258, aprovada em 23 de março daquele ano, também citada anteriormente.

A composição do documento muda de acordo com a época e a condição social do casal e de sua família. Noivos ilustres mereciam registros mais completos de seu enlace. Em alguns casos, consta o nome de seus avós, numa possibilidade de estudo da

¹²² CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título LXIV, parágrafo 269. Os grifos na citação do assento de casamento não são do texto original. Prestam-se, aqui, a esclarecimentos feitos pela autora, para dar maior clareza ao conteúdo citado. Sendo assim, no que se refere ao primeiro destaque, é importante lembrar que, apesar de a Igreja prever uma série de impedimentos para o casamento, os noivos podiam ser dispensados dos mesmos, o que ocorria com relativa frequência no Brasil. No caso de laços de parentesco em diversos níveis, podia haver “dispensa” por uma autoridade eclesiástica superior, nos chamados tribunais eclesiásticos. Na falta de documentação necessária para os proclamas, esta podia ser substituída por processos nos quais, por juramento ou testemunhas, o noivo ou a noiva confirmavam já serem batizados ou não terem outro compromisso que impedisse o matrimônio. O termo “banhos”, por sua vez, refere-se aos proclamas do casamento. O banho é o ato de anunciar o casamento, por três vezes, com o fim de ver se alguém denuncia alguma obstrução. A expressão comum é “correr os banhos” (Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*). Já no caso do casamento de viúva(o), os noivos não recebiam as “bênçãos”, por já terem sido dadas quando do primeiro enlace.

¹²³ NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou índice alfabético das leis...* p. 153.

genealogia de famílias abastadas da região. Em outros casos, o assento é extremamente sucinto, não sendo contempladas as informações mínimas exigidas pelo direito canônico. As atas de casamentos dos escravos tendiam a essa simplificação, preservando-se, contudo, o registro detalhado do nome dos proprietários. No decorrer do tempo, ao nos encaminharmos para o final do século XIX, observamos a tendência ao registro mais conciso para todos os extratos sociais.

Entre 1836 e 1843, consta com grande frequência a idade dos noivos. A identificação da cor surge também em 1836, mas desaparece a partir de 1840. Em 1849, a cor e a idade dos nubentes voltam a ser registradas com regularidade, desaparecendo em 1851, devido, provavelmente, à Lei nº 510, de 10 de outubro de 1851, que liberava o pároco da obrigação de recenseamento da população.

Esses dados, presentes no período pós-Independência, referem-se à preocupação da jovem nação em conhecer seus cidadãos. As décadas posteriores à Independência política brasileira são caracterizadas pela elaboração de listas nominativas e mapas de população, nos quais os habitantes de cada vila ou termo eram listados para que a administração pudesse melhor cobrar seus impostos e alistar suas milícias. A unidade tanto religiosa como administrativa era a freguesia ou paróquia, e os clérigos seculares, funcionários reais. Por isso, na ausência de documentos cartoriais e de juízes de paz, os registros paroquiais tinham essa dupla função: religiosa e administrativa, especialmente quando os párocos encaminhavam semestralmente, para o presidente da província, mapas de batismos, casamentos e óbitos. O poder provincial utilizava-se da organização das igrejas para seus propósitos governamentais.

No final do século, a informação sobre idade dos noivos e sua condição de legitimidade passam a ser rigorosamente observadas, indicando que as preocupações específicas de cada época variavam. Podemos observar, também, para o período proposto em nosso trabalho, algumas referências às profissões e ocupações dos noivos, com destaque para os cargos militares, além da grande quantidade de noivos originários de outras localidades, províncias e até países.

Era função do pároco conduzir o casamento, e o local adequado era a igreja matriz. Entretanto, observamos, pelas *Constituições primeiras*, que, sob licença, os coadjutores ou capelães podiam realizá-lo. Da mesma forma, o local podia ser outro. Temos a celebração de casamentos em capelas da freguesia ou em capelas e oratórios

particulares. O documento deveria ser assinado pelas testemunhas, pelo pároco ou sacerdote que assistiu ao matrimônio. A presença da assinatura das testemunhas é pontual.

De acordo com o Catecismo Romano, o sacramento do matrimônio tinha como finalidade máxima a maternidade e a formação de novos fiéis: a mulher deveria conceber, dar à luz e educar seus filhos na fé cristã. Da mesma forma, organizava a família de acordo com o modelo católico de regramento sexual e comportamental, de acordo com os deveres conjugais. Cabia ao marido a obrigação de tratar com generosidade e com honra a sua mulher, e de prover com seu trabalho o sustento da família. Entre os deveres da mulher, estavam a educação dos filhos e a administração das coisas da casa. Além disso, ela devia amar, respeitar e obedecer ao marido, além de ter um caráter íntegro e honesto.¹²⁴

No Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, durante todo o período colonial e imperial, o número de casamentos foi reduzido. Para o século XVIII, observamos que questões como a tradição ibérica (em Portugal, principalmente na região do Minho, de onde veio grande número de imigrantes para as Minas, a taxa de nupcialidade era extremamente baixa), a instabilidade social e geográfica da população que se deslocava em busca de melhores condições econômicas, e o desequilíbrio entre o número de mulheres e homens de mesma situação social inviabilizavam o casamento como norma. A grande maioria da população, tanto livre como escrava, mantinha-se em concubinato, vivendo coabitadas ou em domicílios separados, constituindo a chamada família fracionada, podendo ser identificadas pelo grande número de mulheres chefes de domicílio e homens solteiros vivendo sozinhos. A chamada família patriarcal, para as Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, limitava-se à aristocracia agrária, de número extremamente reduzido.¹²⁵

¹²⁴ HERNANDES, Pedro Martin (Tradução, introdução e notas). *Catecismo romano*. Madri: La Editorial Católica, 1956.

¹²⁵ Estudos detalhados sobre questões acerca da família mineira, ver: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989; FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias*. São Paulo: Hucitec, 1997; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – século XVIII e XIX). Niterói: Annablume, 2007.

Buscamos observar o comportamento conjugal da população ouro-pretana, na segunda metade do século XIX, interpretando, a partir das fontes, as novas forças culturais que se estabelecem com a menor presença do trabalho escravo, maior valorização da família burguesa, disseminação do discurso higienista, e acesso dos jovens e das jovens à literatura romântica.

A tendência da segunda metade do século XIX foi uma maior legitimação da família livre, enquanto houve diminuição acentuada dos casamentos dos escravos. Esse aspecto será um dos pontos desenvolvidos no capítulo que trata do matrimônio.

Todos os livros pesquisados guardam assentos tanto de livres como de escravos, e cobrem tanto as núpcias realizadas na matriz como nas capelas filiais. Com isso, podemos acompanhar o comportamento dos ouro-pretanos, de acordo com sua condição social, no decorrer do período proposto. As fontes são também preciosas para descobrirmos o quanto a legitimidade dos filhos passa a se constituir em valor social e como se davam as relações de sociabilidade travadas a partir das uniões entre famílias, bem como o convite para os apadrinhamentos. Para tanto, dispomos de 1.346 assentos de casamentos.

O volume 509, localizado no rolo 105, registra seu primeiro casamento em 07 de janeiro de 1834, e contempla as uniões até 09 de fevereiro de 1865. O livro número 6 dá continuidade aos assentos guardados no livro anterior, pois tem início em 19 de fevereiro de 1865. Possui termo de abertura assinado pelo vigário Joaquim José de Sant'Anna: "Em virtude do disposto no art. 12º da Lei Provincial Mineira nº 258 de 23 de março de 1844 rubrico este livro destinado para assentos de Casamentos desta freguesia de Nossa Senhora do Pilar [...] Ouro Preto, 05 de abril de 1865". O livro está muito bem conservado e cobre até o início do ano de 1882. O livro número 7 também dá continuidade ao volume anterior, sendo que tem como primeiro assento o casamento entre Marcolina Ferreira Couto, liberta, e Francisco Antônio Penido, realizado em 03 de dezembro de 1881.

Tanto a data de abertura do livro número 6 (posterior à data do primeiro assento lançado), como o primeiro registro do livro número 7 (realizado em data anterior à abertura oficial do volume) nos indicam que, apesar das ordens episcopais sobre a necessidade de se assentar o casamento logo ao final da cerimônia, muitas vezes, anotava-se os dados principais em um pedaço de papel que, posteriormente, eram

transcritos para o livro paroquial. Esse procedimento deveria ser comum para o caso das núpcias se realizarem nas capelas filiais ou mesmo em oratórios ou residências particulares. Isso acontecia também com os batismos e óbitos, e abria possibilidade para que se perdessem alguns registros, o que, futuramente, poderia causar dificuldade para aqueles indivíduos. Afinal, os assentos de batismos deveriam ser apresentados para a abertura dos proclamas de casamento e, possivelmente, para o sepultamento em solo sagrado. Da mesma forma, o registro de casamento era necessário para se comprovar a união legítima do casal, e o óbito do cônjuge deveria ser comprovado para o caso de novo enlace do viúvo ou viúva. Para remediar essas dificuldades, a matriz tinha livro específico para as justificações, chamado Livro Suplementar, que será apresentado adiante. Como já relatamos, não foi possível encontrar o livro de número 8, que abarcaria os anos de 1891 a 1901.

1.1.5- REGISTROS DE ÓBITOS

Para o período entre 1838 e 1900, temos um total de 4.286 óbitos. O assento de óbito, diferentemente dos de batismo e casamento, não se refere a um sacramento específico. No momento da morte do devoto católico, três sacramentos eram solicitados ao sacerdote, para garantir à sua alma um lugar privilegiado na Jerusalém Celeste: o sacramento da penitência, pelo qual o crente, arrependendo-se dos pecados cometidos, confessava-os e recebia a absolvição; a eucaristia, que lhe fortaleceria o espírito e significaria, possivelmente, o último alimento espiritual antes do trânsito de sua alma; e a extrema-unção, responsável pela preparação da alma do agonizante para o conforto da vida eterna. Este último, específico para o momento de grave enfermidade ou de perigo de morte, consistia na unção por óleo bento de partes do corpo do moribundo (olhos, ouvidos, nariz, boca, mãos e, eventualmente, os pés), quando era solicitado o perdão de Deus a todo pecado cometido através daqueles sentidos. Além disso, tal sacramento seria capaz, em alguns casos, de restabelecer a saúde do corpo do enfermo, pois, até meados do século XIX, a falta de explicação científica para as enfermidades levavam as pessoas, de uma maneira geral, a relacionarem as doenças a um castigo divino, por faltas cometidas. Se não ocorresse o restabelecimento da saúde, o sacramento da extrema-unção ou “santa unção”, como às vezes aparece redigido na documentação,

teria o objetivo de consolá-lo, dando-lhe confiança para que, na agonia da morte, pudesse levar com paciência as dores da enfermidade e, por fim, resistir aos assaltos do inimigo, que seriam as tentações do mal, personificadas pelo demônio.

As *Constituições* esclarecem a forma de se ministrar a extrema-unção e a maneira de se assentar o óbito em livro próprio. Podemos constatar que, entre as três séries documentais, as atas dos óbitos são as que seguem um padrão de redação mais constante. Essa série documental também nos possibilita estudo acerca da composição social local, e, em alguns casos, da causa *mortis*, assim como a idade, a cor e outros aspectos da vida cotidiana, como as devoções e a progressiva proibição de sepultamento no interior dos templos. Como os demais registros, seguem o padrão individual do pároco que o redige e assina, como também refletem as preocupações de cada época. Por exemplo: nos assentos da década de 1840, não é citada a legislação eclesiástica como definidora da forma do registro, mas eles são redigidos de acordo com a Lei Mineira. A lei exige a presença de testemunhas, mas não é cumprida, pois, apesar de constar no texto “que para constar mandei fazer este assento no qual assinam comigo os declarantes na forma da Lei Mineira”, somente o pároco assina. O conteúdo é mais pomposo para o início do período, com citações como: “foi levado em depósito e solenemente encomendado” (em 13 de janeiro de 1853). Com o decorrer do tempo, a redação vai se tornando mais concisa, e o conteúdo passa a se referir somente às informações básicas (data, nome do falecido, filiação – no caso dos inocentes –, sacramentos administrados, encomendação e local do enterro). Nos últimos anos do século XIX, os sacramentos ministrados deixam de constar na maioria dos assentos, o que pode ser considerado como indício da secularização dos costumes.

No livro 4, título XLIX, parágrafo 831, as *Constituições primeiras* definem a forma básica do assento dos defuntos:

Aos tantos dias de tal mês, e de tal ano faleceu da vida presente N. Sacerdote Diácono, ou Subdiácono; ou N. marido ou mulher de N ou viúvo, ou viúva de N., ou filho ou filha de N., do lugar de N., freguês desta, ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos anos, (se comodamente se puder saber) com todos ou tal Sacramento, ou sem eles: foi sepultado nesta ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que se fizessem tantos Ofícios; ou morreu ab intestado, ou era notoriamente pobre, e portanto se lhe fez o enterro sem se lhe levar esmola.

Da mesma forma que os demais registros, a prática não contempla o padrão exigido pelo documento oficial da Igreja. Nos assentos da matriz do Pilar do Ouro Preto, para o período pesquisado, não há a referência ao testamento feito. Somente em alguns consta a presença de ofícios e missas solicitados pelo falecido. O acompanhamento também não é imprescindível, diferentemente da encomendação, obrigatória para que se realizasse o sepultamento e presente em todos os registros. A idade é atestada em alguns períodos e desaparece em outros. A condição social é designada, no início do marco temporal proposto para o presente trabalho, mas vai desaparecendo, exceto para o caso dos escravos. Para os cativos, é sempre apontado o nome do proprietário ou proprietários, pois, no caso dos casados, consta o nome do dono e de sua mulher.

A identificação da cor ocorre de maneira oscilante por todo o período, aparecendo, no entanto, apenas em 20% do total de 4.286 registros entre 1838 e 1900. Há intensificação nos anos de 1849 e 1850. De maneira geral, a informação sobre a cor está inserida no texto do documento. No entanto, a partir de 1850, é registrada basicamente na margem do assento, abaixo do nome do falecido. Ali, é indicada a cor por meio de sua letra inicial: (B = branco, P = pardo, C = crioulo).

A partir da metade do século (1851), a cor passa a se ausentar dos registros, mas não desaparece. Passa a ser mais constante para a distinção de escravos. Esses não deixam de ser “marcados” pela cor ou origem. A referência à origem crioula ou africana não deixa de ser uma forma indireta de assinalar a cor dos cativos. A cor é presente também em alguns registros de livres. Mesmo que emancipados, os africanos não deixam de ser identificados nos assentos. Após 1888, a referência à cor mantém-se de forma residual. Observamos a indicação de “branco”, em alguns casos, já no período da República (após 1889).

Para análise quantitativa, consideramos intervalos de cinco anos, pois, assim, identificamos as tendências de cada período, reduzindo as variações pontuais:

- entre 1838 e 1842, para um total de 264 registros, temos a indicação da cor em 59,5%;
- entre 1843 e 1847, para um total de 191 registros, temos a indicação da cor em 31,5%;
- entre 1848 e 1852, para um total de 213 registros, temos a indicação da cor em 60%;

- entre 1853 e 1857, para um total de 335 registros, temos a indicação da cor em 10,4%. Nesse período, desaparece a designação para o branco. Estes vão ter a cor especificada no assento de maneira residual;
- entre 1858 e 1862, para um total de 454 registros, temos a indicação da cor em 14,3%;
- entre 1863 e 1867, para um total de 448 registros, temos a indicação da cor em 15,6%.
- entre 1868 e 1872, para um total de 468 registros, temos a indicação da cor em 17,7%.
- entre 1873 e 1877, para um total de 592 registros, temos a indicação da cor em 18,8%.
- entre 1878 e 1882, para um total de 431 registros, temos a indicação da cor em 17,4%;
- entre 1883 e 1887, para um total de 443 registros, temos a indicação da cor em 10,3%;
- entre 1888 e 1892, para um total de 295 registros, temos a indicação da cor em 4,4%. Nesse período, não é registrado nenhum pardo;
- e, entre 1893 e 1897, para um total de 100 registros, temos a indicação da cor em 7%. Estes se referem a 1 preto, 5 brancos e 1 indígena.

A preocupação em discriminar a cor preta é significativa, principalmente em se tratando de escravos. A partir de 1889, constatamos, nos registros de óbitos, o ideal republicano, devido ao qual passam a silenciar-se acerca da composição étnica do Brasil.

Esse silêncio sobre a cor é analisado pela professora Hebe Mattos:

Desde meados do século XIX, faz-se notar a ausência da discriminação da cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. O silêncio sobre a cor, que antecede o fim da escravidão, sem dúvida está relacionado ao significado da liberdade, assim como sua generalização sugere que, por trás dele, se encontra mais que uma ideologia de branqueamento, construída e imposta de cima para baixo.¹²⁶

Outras informações são constantes durante todo o período estudado. Nos óbitos de inocentes, a presença do nome dos pais (se a criança é filha legítima), e somente da mãe, para os filhos ilegítimos, é generalizada. Em alguns casos, filhos já adultos

¹²⁶ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 19.

também vêm acompanhados de sua filiação, pois são solteiros. Há assentos onde aparece somente o nome do pai. Supomos que, sendo a criança morta recém-nascida, sua mãe deveria estar de repouso, em resguardo, e as providências teriam, portanto, sido tomadas pelo pai. Em alguns poucos registros, não consta o nome da criança; possivelmente natimortos, não tiveram tempo de ter sua identidade definida. O nome do cônjuge é bem constante também, tanto nos óbitos de casados como de viúvos. No caso dos casados, é importante que se comprove, através do registro, o estado de viuvez, para o caso de novo matrimônio. Adiante, tratamos da grande presença de segundas núpcias, indicando que ser viúvo não era uma situação confortável para homens ou mulheres. A condição de legitimidade também é bem presente. Nem sempre é especificada no texto, mas subentendida, pois consta ser filho de (o nome do pai) e de sua mulher (o nome da mãe). Outra informação que percorre todo o período é o ministério dos sacramentos, apesar da taxa declinante, já no final do século. O local do enterro só é ausente em pouquíssimos casos, assim como a encomendação, pois, “conforme o direito, nenhum defunto pode ser enterrado sem, primeiro, ser encomendado pelo seu pároco, ou outro sacerdote de seu mandado”.¹²⁷ O estado da morte era definido pelo clérigo. Essa era uma função religiosa e não médica. Somente com o decorrer do século XIX, a ciência passa a exercer o papel de constatar a morte física e dar o atestado de óbito, em substituição à encomendação, para permissão do enterro, numa situação polêmica, como também foram as mudanças nas práticas do sepultamento.

Em Carta Régia de 1801, o príncipe regente D. João VI já demonstrava a preocupação da Coroa portuguesa com a saúde pública, decorrente da prática danosa dos sepultamentos no interior das igrejas localizadas nos centros urbanos ultramarinos.¹²⁸ A iniciativa de se impedir esses sepultamentos vinha contra práticas religiosas arraigadas e caras para as populações coloniais e, por isso, encontrou resistência tanto por parte das irmandades, que tinham a responsabilidade pela última morada dos devotos, como do clero e da população em geral.¹²⁹

¹²⁷ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro 4, Título XLV, parágrafo 812.

¹²⁸ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: o processo de criação do Campo Santo na Cidade de Diamantina (1846-1915)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005a. p. 92.

¹²⁹ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições:...* p. 93.

A lei de primeiro de outubro de 1828 pretendia, além de dar novo formato às câmaras municipais e organizar o funcionamento dos municípios, interditar definitivamente os sepultamentos no interior dos templos localizados nas cidades, por considerar tais práticas danosas à saúde pública. O art. 66 parágrafo 2º dessa mesma lei determina o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, não se referindo, entretanto, à construção dos mesmos fora da urbe. Essa brecha na lei permitiu que as irmandades e ordens terceiras passassem a edificar seus cemitérios atrás ou ao lado das igrejas e capelas.¹³⁰

A discussão do local dos sepultamentos permanece em todo o decorrer do século XIX. Na década de 40, ela está presente nas Posturas Municipais, aliadas à preocupação em se “embelezar e limpar” as cidades.

Na década de 50 do mesmo século, a epidemia de cólera-morbo, no Rio de Janeiro e em Salvador, legitimou todo o discurso higienista, e avisos expedidos pelo Ministério do Império passaram a ser cumpridos. No capítulo específico sobre óbitos, observamos o percurso que a polêmica toma em diversas cidades do Brasil, e como os ouro-pretanos lidaram com a questão.

Em alguns anos, os registros são mais sucintos, como acontece no ano de 1855. Ano em que a epidemia de cólera espalhava-se pela cidade. O crescimento da mortandade exige registros mais simples e rápidos. Em outros períodos, é evidente que os assentos são transcritos posteriormente, muitas vezes, por um coadjutor. É deixado um espaço entre os textos para assinatura do vigário, que deixa de fazê-lo.

Nos registros de óbitos da freguesia do Pilar do Ouro Preto, os enterros em cemitérios pertencentes às irmandades, nos espaços contíguos aos templos, começam a ser constantes em 1862, apesar de constar alguns enterros no Cemitério Geral, no período entre 09 de junho de 1835 e 06 de fevereiro de 1842, num número bem limitado e em situações bem específicas. Entretanto, a prática tradicional de sepultamentos no interior das igrejas permanece de forma residual, como no caso do enterro de índio, realizado em 02 de agosto de 1864, dentro da matriz, após ter sido batizado *in extremis*. O adro, ou seja, a área circundante do templo, é requalificada. O local – que, até meados do XIX, era destinado à inumação de escravos ou pessoas marginalizadas da sociedade,

¹³⁰ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições...* p. 98.

como no caso de forasteiros, mendigos ou aqueles que não faziam parte de nenhuma irmandade –, passa a receber devotos de todas as condições sociais. Se os vivos acabam por aceitar que seus mortos deixem de ser enterrados no interior dos templos, veem nos cemitérios das irmandades uma forma de ampliação do espaço sagrado, promovendo, assim, a permanência deles na urbe.

1.1.5.1- ÓBITOS – ESTUDO DEMOGRÁFICO

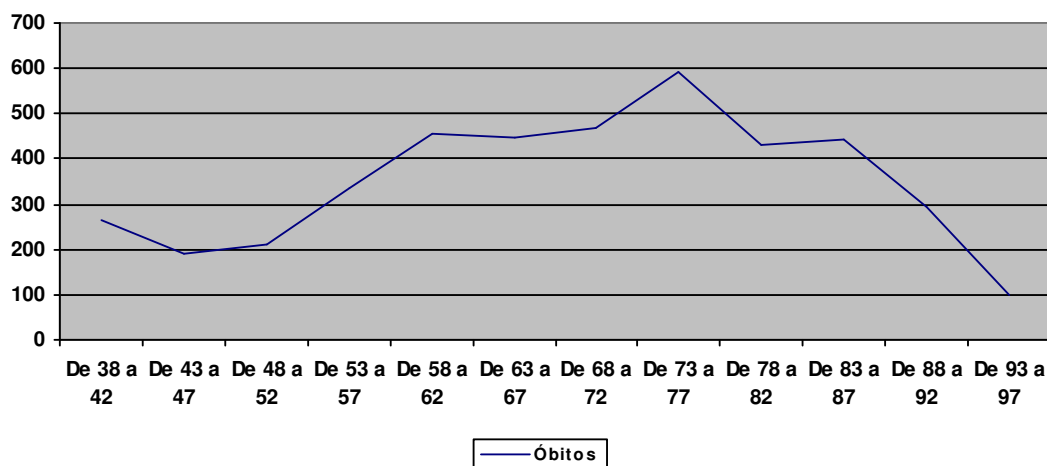
Através dos registros de óbitos, podemos tecer algumas conjecturas acerca de determinada sociedade. Temos, inicialmente, para nossos estudos, o número absoluto de óbitos por período, “que apesar de ser o dado-base de todo estudo sobre mortalidade, tem apenas significação limitada, pois não permite o cálculo básico a taxa bruta de mortalidade”.¹³¹ Esta se refere à relação entre o número de óbitos e o número de pessoas componentes do grupo observado. Podemos utilizar esse cálculo somente em 1838, 1872 e 1890, pois apenas nesses períodos possuímos dados populacionais mais confiáveis. Além disso, há outras variáveis importantes que devem ser consideradas, como a pirâmide etária da população, o sexo e as questões socioeconômicas. Por isso, optamos por refletir sobre a oscilação do número dos óbitos ou de seus registros nos livros paroquiais no decorrer do período, buscando explicação para tal.

Temos, para o período, 4.286 assentos. Agregamos esse total em quinquênios, pois, assim, as oscilações pontuais se diluem. A partir daí, podemos observar a seguinte dinâmica no decorrer do período.

Apesar do ligeiro declínio entre o primeiro e o segundo período, o número de óbitos se estabiliza e passa a um movimento de crescimento contínuo até alcançar o pico, em 1874. O aumento dos óbitos nesse período é devido à epidemia de varíola, ou bexigas, que se espalhou pelo Brasil. Após 1877, observamos uma tendência declinante que permanece até o final do período, intensificando-se a partir de 1888.

¹³¹ HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1973. p. 113.

GRÁFICO 2: ÓBITOS POR QUINQUÊNIO (1838-1897)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Em 07 de março de 1888, foi instituída a obrigatoriedade do registro de nascimento, casamento e óbitos, através do decreto número 9.886. A partir de então, a Igreja deixa de ter a prerrogativa dos assentos, que passam a ser feitos, por ofícios criados para tal finalidade ou pelos cartórios de notas, que, normalmente, já existiam nas pequenas cidades.

Os dados sobre a mortalidade infantil podem estar subdimensionados, pois, apesar da insistência da Igreja para que os batismos fossem realizados o mais breve possível, e a despeito de toda a devoção católica dos ouro-pretanos, é possível que alguns natimortos ou mesmo recém-nascidos não fossem devidamente registrados nos livros de óbitos. O desconhecimento médico e das condições de higiene, além de possíveis casamentos consanguíneos, também eram responsáveis pela grande mortalidade das crianças na primeira infância. A ideia de que esses inocentes morriam “anjinhos” e tinham um lugar especial no reino do céu não deixava de ser uma forma de aceitação dos pais e da sociedade a uma experiência dolorosa, porém inevitável. A preocupação com a salvação da alma dessas crianças estava presente nos rituais fúnebres, que ficaram registrados em fotografias do período. Tais crianças deveriam permanecer com os olhos abertos e deveriam trazer, na cabeça, uma espécie de touca com uma cruz, símbolo do pertencimento ao mundo cristão, para que pudessem

encontrar com mais facilidade o caminho do céu.¹³² Além disso, não foi encontrado o livro específico para os óbitos das crianças ingênuas, ou seja, filhas das escravas, nascidas após a Lei Rio Branco, de setembro de 1871. Essa lei obrigava os párocos a abrir livro próprio para aqueles lançamentos. O livro de batismos está completo e em boas condições de preservação, o que mereceu estudo à parte. Portanto, é possível que, a partir do último quartel do século XIX, os óbitos dos inocentes estejam reduzidos às crianças livres. Temos somente uma exceção de registro de óbito de inocente escravo. Falecido em 06 de março de 1872, foi sepultado na capela do Rosário dos Pretos.

A causalidade das mortes de homens e mulheres define-se por várias questões. Numa faixa de idade, temos uma diminuição do número de mulheres mortas em decorrência do parto. Por outro lado, os homens em idade produtiva estavam expostos a viagens, trabalhos perigosos e desgastantes e, muitas vezes, à alimentação e vida mais instável. No entanto, para as idades mais avançadas, o número de mulheres supera o de homens, por essas viverem mais.

Para o estudo das sociedades escravistas, devemos considerar os diversos estratos sociais dos indivíduos, pois as condições de vida dos escravos não eram as mesmas dos livres, visto que, em algumas atividades mais insalubres ou perigosas, como a mineração e o trabalho mais pesado, a mão-de-obra cativa era quase absoluta.

A análise dos óbitos num período mais longo nos fornece algumas pistas sobre episódios específicos. O período abarcado nesse trabalho nos remete a duas epidemias que se espalharam pelo Império. Tanto a de cólera-morbo, em meados da década de 50 do oitocentos, como a de varíola, que se espalhou a partir da corte e de São Paulo, nos anos de 1873 e 1874, estão marcadamente registradas na documentação a partir do aumento de óbitos dos períodos. As mudanças no costume, que vai se impondo com dificuldade por todo o século XIX, de se enterrar no interior das igrejas ou em seus arredores constituem outro dado para uma análise pertinente do período. As discussões, no âmbito da Assembléia, foram intensas, a legislação complexa, mas, como se deu a prática, somente podemos constatar a partir da documentação. A resistência da população ouro-pretana às medidas higienistas e os enterros no Lazareto do Jardim

¹³² BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 64-65.

Botânico de Ouro Preto, por ocasião da epidemia de varíola, ou de bexigas, como se dizia na época, são aspectos interessantes de estudo.

Para o final do período em tela, podemos acrescentar a nosso estudo a idade, frequentemente registrada, e as *causas-mortis* mais recorrentes. Como já citado, os assentos, apesar de certa padronização, incluíam novas informações em determinados períodos, muitas vezes, em decorrência das orientações administrativas ou das preocupações daquela época.

É característica das fontes pesquisadas a permanência, por longos períodos, de um mesmo pároco. Esse aspecto é relevante, como já dissemos, pois nos possibilita traçar um padrão nos registros, tanto na forma da escrita como no tratamento dado às diversas informações acerca dos participantes dos rituais católicos.

Nos períodos de ausência do pároco, ou quando faleciam, há uma nítida desorganização dos assentos. Tal desarranjo compromete o tratamento quantitativo das fontes, pois registros deixam de ser lançados. No volume 1857,¹³³ que tem início em 1844 e vai até julho de 1860, observamos esse tipo de deficiência. O número de páginas está completo, pois são numeradas e rubricadas pelo pároco que o inicia. No entanto, encontramos páginas em branco, como se estivessem aguardando para serem completadas. Há um hiato entre 02 de setembro de 1848 e 14 de maio de 1849, ou seja, temos praticamente oito meses descobertos. A partir de 1851, os registros se desorganizaram. Temos, então, quatro páginas em branco. Os assentos retornam, assinados por Cândido Fernandes Braga, em 17 de julho de 1852. Após 05 de setembro de 1852, há praticamente cinco páginas em branco. Alguns óbitos são lançados a partir de 08 de agosto de 1853, retornando em 31 de dezembro de 1854. A situação só se regulariza a partir de 30 de outubro de 1855, quando assume como vigário encomendado o padre Joaquim José de Sant'Anna.

Após a morte do conselheiro Joaquim José de Sant'Anna, em abril de 1890, também é nítida a desorganização do livro de assentos. Após 35 anos à frente da paróquia, é natural que a escrituração se desorganizasse por um tempo, e isso realmente ocorre, não somente no livro de óbitos, mas também nas outras séries documentais. O

¹³³ Volume 1857, rolo 107.

próprio pároco interino, o padre Alfredo José das Neves, justifica os lançamentos incompletos:

porque os óbitos se deram na Santa Casa ou então são irmãos das Ordens Terceiras e os [emissários] que os acompanharam não enviaram os apontamentos sendo impossível aos vigários fazerem uma escrituração perfeita por este [abuso] e de alguns, – acompanhei não pude até hoje obter das famílias os apontamentos apresentados [...] faço esta declaração para [...] não ser taxado de relaxado.

O novo pároco oficial, Candido Vellozo, assume em 1891, quando os livros voltam a ter o rigor e a organização apresentados anteriormente.

1.1.5.2- A SITUAÇÃO DAS FONTES

Os livros, de maneira geral, estão em ótimo estado de conservação. Os que foram microfilmados tiveram sua identificação referente ao volume e ao rolo do microfilme.

Volume 1854, rolo 106: livro específico para a capela de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista. Cobre o período de 1804 a 1888, abrangendo também a capela do Rodeio e a capela do Chiqueiro do Alemão. A partir de 1848, o livro passa a contemplar enterros na sede urbana, mas em pequeno número. Há um espaço de tempo descoberto, que vai de 02 de agosto de 1837 a 04 abril de 1842. Apesar de distante da sede paroquial, o volume é preenchido e assinado pelos párocos. No início do período estudado, assina o padre José da Cunha Mello. Em 1850, Joaquim Ferreira da Rocha, em 1851, Feliciano Ferreira de Carvalho e, a partir de 1855, Joaquim José de Sant'Anna.

Volume 1856, rolo 107: o livro que tem início em 1824. Termina em março de 1844. É específico para os assentos dos óbitos de livres e forros. Consta em seu termo de abertura que “há de servir para nele se lançarem os assentos dos mortos libertos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar desta Imperial Cidade”.

Até 23 de junho de 1836, o encerramento dos assentos se dá da seguinte forma: “... e para todo o tempo constar faço esse assentos que assino...”. Tal forma tem significado essencialmente religioso, pois refere-se à perpetuidade da Igreja e da importância da guarda dos corpos dos devotos, que ali ficariam à espera de sua

ressurreição, no fim dos tempos. A partir de julho de 1836, a forma de se finalizar cada documento muda: “... faço esse assento que assino com o(a) (os) declarante na forma da Lei...”. A lei referida é a de nº 46, de 18 de março de 1836. No art. 4º, reitera o pároco como responsável pelos assentos de nascimentos, casamentos e óbitos.¹³⁴ Um ano depois, o texto permanece com a exigência do declarante ou testemunha(s), mas nem sempre há outra assinatura além daquela do pároco. Nos registros em que constam os declarantes que acompanham o pároco, a forma também não é uniforme. No início, observamos uma assinatura diferente em cada registro. Já em 1841, o declarante Luiz Antonio da Silva e Lima acompanha o coadjutor Francisco José dos Santos. O pároco, ao se referir à legislação provincial, assume seu papel de funcionário da Coroa, numa simbiose entre Estado e Igreja permitida pelo padroado, que se rompe somente com o advento da República, em 1889, quando é estabelecida a separação entre o poder laico e o poder religioso.

Volume 1857, rolo 107: tem seu início em abril de 1844 e finalização em julho de 1860, e, portanto, é continuação imediata do livro anterior. Seu termo de abertura é assinado por Silvério Pereira da Silva Lagoa, mas os assentos, até outubro de 1855, estão sob a responsabilidade de Feliciano Ferreira de Carvalho, como coadjutor. Em seu termo de abertura, consta que “há de servir para assento dos óbitos da Matriz do Ouro Preto”, devendo, assim, contemplar os indivíduos de todas as categorias sociais. Desde o primeiro registro, a cor é especificada no texto e, em 1844, é também anotada na margem, ou seja, nesse período, essa informação é destacada. Na margem dos registros, encontramos o nome do falecido, o termo “inocente”, se for o caso, e a cor: pardo, crioulo ou branco. A idade também é informação recorrente nesse volume, e a referência à Lei Mineira permanece.

Entre janeiro de 1846 e abril de 1847, os registros não têm sequer a assinatura do pároco responsável. A partir daí, passa a constar a assinatura do padre Bernardo Hygino Dias Coelho, até 02 de setembro de 1848. Os assentos retornam, aos 09

¹³⁴ LOTT, Mirian Moura. *Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX*. p. 8. II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas. 23 a 26 de abril de 2006. UFGD/UFMS. Disponível no site: <<http://br.geocities.com/adarantes>>.

de abril de 1849, quando volta a assinar o padre Feliciano Ferreira de Carvalho, como pároco (este não é listado oficialmente como pároco, se considerarmos a documentação paroquial guardada na Casa dos Contos, sob a referência: “Volume 2974, rolo 219”). Com seu estilo próprio, volta a nos relatar a cor dos batizando nas margens dos assentos. Os termos utilizados são: crioulo, preto, branco, cabra¹³⁵ e pardo. Ele aponta, na margem, também a condição social, escravo, e, às vezes, o estado civil: solteiro, casado ou viúvo.

A partir de 08 de fevereiro de 1848, não há mais a referência à Lei Mineira. O próprio padre Bernardo, que vinha se referindo a essa disposição, deixa de fazê-lo. O ano de 1849 mostra-se totalmente atípico. De maneira quase absoluta, os registros seguem ordem cronológica, fato que não acontece no decorrer desse ano, levando-nos a crer que os assentos foram redigidos posteriormente, e não à medida em que iam acontecendo os óbitos, como era regulamentado pelas *Constituições primeiras*.

A partir de 27 de abril de 1850, o padrão e a letra dos registros mudam novamente. Esses não levam assinatura, e a cor é anotada na margem somente a partir das iniciais B para branco, C para crioulo e P para pardo. Não se nota mais a necessidade de se estabelecer a diferença entre o africano e o escravo nativo no Brasil, como ocorria até então, quando o preto significava basicamente o cativo vindo da África.

Em 11 de junho de 1851, assume como vigário encomendado Joaquim Pereira da Rocha. Não há mais referência à cor, na margem ou no texto. A partir de agosto, os registros se desorganizam completamente. São seguidos, então, de quatro páginas em branco. Quando retornam, em 17 de julho de 1852, são assinados por Cândido Fernandes Braga. Após o dia 05 de setembro do mesmo ano, há praticamente cinco páginas em branco. Os óbitos voltam a ser registrados em 08 de agosto de 1853, mas logo se desorganizam. Os assentos retornam em 31 de dezembro de 1854, em sua maioria, sem qualquer assinatura, numa forma bem sucinta, como se tivessem sido escritos posteriormente. Outros

¹³⁵ De acordo com o *Dicionário da terra e da gente de Minas*, de Waldemar de Almeida Barbosa, o significado mais generalizado do termo cabra referia-se ao cruzamento entre mulato e preto, podendo ainda indicar o mulato ou ter o mesmo significado que “cabore”, isto é, “indivíduo proveniente da união entre pretos e ameríndias”.¹³⁵

são assinados pelo vigário Joaquim Ferreira da Rocha ou por Feliciano Ferreira de Carvalho. Este último explica bem sua situação, pois assina “Feliciano Ferreira de Carvalho, servindo de pároco”. Em 30 de outubro de 1855, assume como vigário encomendado, Joaquim José de Sant’Anna, que nos acompanhará até 1890.

Volume 1858, rolo 055: tem seu início em 11 de junho de 1860 e término em 30 de agosto de 1871. Em seu termo de abertura, consta ter sido “autorizado pelo disposto no art. 12º da Lei Provincial número 258 de 23 de março de 1844”. Foi redigido completamente sob a responsabilidade do novo pároco, que se mostra criterioso e organizado durante todo o tempo.

Volume 1859, rolo 107.¹³⁶ Começa em 02 de setembro de 1871 e apresenta registros até a data de 09 de maio de 1890. Permanecem as características citadas acima até 13 de abril de 1890, quando falece o pároco Sant’Anna. Este é substituído imediatamente por Alfredo José das Neves, mas a normalidade dos registros só retorna em janeiro de 1891, quando assume o vigário Cândido Veloso. Após o óbito de 07 de janeiro de 1888, falta uma folha do livro, e podemos supor, com isso, a ausência de mais ou menos sete óbitos.

Volume 1860: inicia-se em janeiro de 1891 e termina em novembro de 1900. O livro está completo, inclusive com termo de abertura assinado pelo novo vigário, Cândido Veloso. No início do volume, as crianças falecidas são identificadas como “menores”, diferentemente de “inocentes”, como até então eram referidas. A idade é informação constante e a causa da morte aparece de forma mais recorrente. Nos outros aspectos, os assentos permanecem com as características até então observadas. Os párocos do final do século preocupam-se em manter os assentos bem organizados, pois seu papel como responsáveis pelos óbitos vinha sendo questionado pelas autoridades civis.

O período proposto para este trabalho é beneficiado, portanto, por sua cobertura documental, exceto para o período de 1838 a 1844, quando não temos o livro específico

¹³⁶ Agradeço ao colega Aléxis Nascimento Araújo, pela leitura cuidadosa do volume 1859.

para os óbitos de escravos. Para esse intervalo, contamos somente com assentos lançados no livro específico para Santa Quitéria do arraial da Boa Vista. Devemos considerar, também, pequenas interrupções e desorganização temporária decorrentes da ausência do pároco.

1.1.6- O LIVRO SUPLEMENTAR DE REGISTROS¹³⁷

A paróquia do Pilar conta com um livro especial de registros muito intrigante. As informações ali contidas são de caráter bem amplo e demonstram a complexidade do papel da Igreja Católica na vida de seus fiéis. Os assentos paroquiais não tinham somente o objetivo de legalizar uma situação, ato ou estado religioso. Sua importância impunha-se também no âmbito administrativo. Além disso, eram instrumentos vivos da sociabilidade contemporânea, acompanhando os passos daqueles indivíduos e podendo, inclusive, ser refeitos, modificados ou complementados. Muitas vezes, fazia-se uma observação posterior, às margens do registro, para atualizar uma informação acerca de determinado indivíduo, como, por exemplo, no caso de “legitimação posterior por casamento subsequente de seus pais”, como pudemos identificar em alguns registros de batismos da segunda metade do XIX, assim como para declarar alforria, como no assento de batismo de Antônio, de 29 de outubro de 1837. De acordo com o registro, a alforria foi dada pelo senhor por doação, mas, à margem, está escrito: “Declaro que o Sr. deste inocente recebeu a quantia de oitenta e cinco mil réis pela sua liberdade [...] Assina o vigário Joze de Jesus da Cunha”.

O livro suplementar tem, em seu termo de abertura, bem definido seu objetivo: “este livro há de servir de suplemento para que lhe se lancem os assentos dos batizados e mortos livres e escravos desta paróquia e capelas filiais que não estiverem lançados nos seus respectivos livros, o qual vai [...] e rubricado...”. A data da abertura é 20 de janeiro de 1799, e assina o vigário colado Vidal José do Valle. O período contemplado se estende por todo o oitocentos, sendo o último registro datado de 27 de julho de 1905. O perfil dos registros ali lançados vai mudando com o decorrer do tempo. Consideramos por bem dividi-lo em duas partes. A primeira até a década de 20 do século XIX, e a segunda, a partir daí até o final do século XIX. Essa segunda parte

¹³⁷ Agradeço à colega Flávia Klausing Gervásio, pela leitura paleográfica desse livro suplementar.

será alvo de análise mais detalhada, por se inserir no marco temporal do presente trabalho. Entretanto, alguns aspectos surpreendentes da primeira parte não poderiam ser desconsiderados, apesar do não aprofundamento das questões ali documentadas.

O livro suplementar, como o próprio nome indica, servia para se lançarem os registros não encontrados em seus livros específicos, por solicitação de algum interessado ou por necessidade de alguma ocasião. Por exemplo, podemos citar as proclamas do casamento. Para que este fosse realizado, era necessária a apresentação do assento de batismo. No caso de esses não serem encontrados ou não serem acessíveis, muitas vezes, pela distância, abria-se um processo “de justificação”, em que pessoas idôneas testemunhavam em favor do noivo ou da noiva e, com isso, a Igreja dava a licença para a celebração do matrimônio, com a dispensa da apresentação da documentação exigida. No caso do sepultamento no interior dos templos, é possível que também fosse exigido um “comprovante” da devoção e da crença do falecido, pelo menos se não fosse praticante ou se fosse oriundo de outra freguesia. No entanto, observamos outras funções sendo exercidas pelos registros suplementares.

A primeira diferença entre os registros dos últimos vinte anos do século XVIII, e que se estendem até 1820, e os demais, é que, na primeira parte, não é elucidada a justificativa para terem sido lançados ali. Os assentos são simples e se referem a batismos realizados muitos anos antes, algumas vezes vinte, trinta e até 63 anos antes da data da inscrição. Em algumas ocorrências, a data exata é desconhecida. Damos como exemplo o batismo realizado em 1767, “pouco mais ou menos”, na capela de Santa Quitéria da Boa Vista. O celebrante foi o reverendo Manoel Luiz de Almeida (capelão) e a batizanda, Thereza, filha legítima de Manoel Ferreira Marques e Maria Thereza Alves. Foram padrinhos Francisco de Barros e sua mulher, Vitória Maria da Silva. As testemunhas necessárias para o novo lançamento foram a própria madrinha e Manoel Joze de Barros. A data da inscrição é de 11 de junho de 1801 e assina o coadjutor Joaquim Roberto. Portanto, o registro foi feito 34 anos após o evento, e, para legitimá-lo, foram chamadas duas testemunhas, a madrinha, que presenciou o ritual original, e algum possível conhecido da família. Nada mais nos esclarece tal fonte. No entanto, ao examinarmos a série documental, podemos observar algumas especificidades.

Essa primeira parte do livro possui 111 assentos, sendo 103 de batismos de inocentes, um batismo de escravo adulto, 6 batismos de crianças expostas e um registro

de legitimação. Nesse assento, não consta a data da inscrição, mas refere-se ao batismo de Francisco, inocente, em 1784, filho natural (então), de Maria do Espírito Santo. Foi legitimado pelo casamento subsequente de sua mãe com Francisco da Costa Botelho.

No que tange ao local da realização dos batismos, temos, para um total de 112 batismos: 27 celebrados na matriz do Pilar e 64 nas capelas do Chiqueiro do Alemão, de Santa Quitéria da Boa Vista, do Rodeio e do Botafogo. Sabemos que essas capelas ficavam a uma distância considerável do núcleo urbano e, em algumas épocas, possuíam livros próprios para os registros de batismos e óbitos. Podemos considerar a possibilidade da perda de um desses livros ou a pouca seriedade de seus capelães com relação aos assentamentos dos sacramentos. A seriedade devida à obrigação de registro dos rituais católicos é citada nas *Constituições primeiras*, e o desleixo de alguns clérigos está presente nas admoestações feitas pelos bispos, durante suas visitas pastorais, em todo o período colonial.

O aspecto que mais chama a atenção, especificamente nessa documentação, é a grande quantidade de registros de batismos de legítimos. São 76, ou seja, 73% dos batismos, sendo 69 livres ou sem identificação de condição social, 5 batismos de filhos de forros, e 2 batismos em que os pais, escravos, eram casados. Os naturais somaram 27, sendo 22 livres ou sem identificação da condição social e 5 filhos de escrava. No livro de batismos regular, entre 1800 e 1821, temos, excetuando-se os batismos de expostos, 518 inocentes legítimos e 954 inocentes naturais recebendo o primeiro sacramento. A porcentagem se inverte, ou seja, nos assentos regulares, somente 35% de crianças eram legítimas.

O número surpreendente de batismos de legítimos nos faz crer que a solicitação de registro posterior tenha sido uma forma utilizada por casais que formalizaram sua união após o nascimento de seu filho, para reconhecimento da paternidade. Essa hipótese é fortalecida pelo seguinte caso: em 11 de setembro de 1813, foi inscrito o assento de batismo de Bernardo, batizado em 03 de abril de 1798, na capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada no palácio do governador, tendo sido o celebrante o reverendo Joaquim Roberto Silva. No mesmo dia, foram lançados outros dois assentos. De Marianna, batizada em 20 de agosto de 1802, também na capela do palácio, e de Antônio, batizado em 19 de outubro de 1803, na matriz de Nossa Senhora do Pilar. Os três são identificados como filhos legítimos do coronel José de Souza Lobo e de sua

mulher, D. Agostinha de Albuquerque. Nos três casos, quem testemunha sobre a fidedignidade das celebrações é o próprio pai. É de se estranhar que batismos de tamanha relevância social tivessem deixado de ser lançados na ocasião. Afinal, o padrinho das três crianças fora o próprio governador da província, Bernardo Joze de Lorena. Mas o caso não termina aí. Em 22 de agosto de 1815, é lançado novamente o registro de batismo de Bernardo. Ao final, consta que o assento atual fora “tirado do assento particular que tinha e me apresenta a sobredita D. Agostinha”. Posteriormente, nos deparamos com assento referente ao batismo de José, realizado em 18 de abril de 1799, filho legítimo do sargento-mor José da Silva Lobo e de sua mulher D. Agostinha Matilde de Albuquerque. O padrinho é novamente o Excelentíssimo Bernardo José de Lorena, então capitão-general e governador da capitania. Tal assento foi tirado de um outro particular “que me foi apresentado pelo dito José de Souza Lobo”. Em pesquisa ao livro regular de batismos, não encontramos de fato o batismo dos três filhos do casal (Bernardo, Marianna e Antônio), mas encontramos o batismo de Francisco, em 12 de outubro de 1800, filho de Agostinha e José de Souza Lobo. Mais uma vez, o padrinho foi o Sr. Bernardo Joze de Lorena. Não localizamos o assento de casamento de José de Souza Lobo com D. Agostinha ou o registro de óbito dos dois.

Outro aspecto que nos chama a atenção é o considerável número de registros em que os pais dos batizados são forros, tanto dos naturais (em sete registros, a mãe é forra) como de legítimos (cinco casos). O registro de batismo servia, nesses casos, para consolidar a situação de liberdade daquela criança e de liberto dos pais. Possivelmente, a posse da certidão de batismo fosse documento importante para comprovação daquela condição, tão precária, na ausência da carta de alforria.

As questões sugeridas nesses registros tornam-se mais claras na segunda parte do livro suplementar, além de outras que surgem. Além disso, há uma variedade maior de assentos, ou seja, a documentação torna-se mais complexa. Temos 95 batismos, 19 registros de legitimação, inclusive de 3 expostos, 5 registros de alforrias, 20 casamentos, 8 óbitos e uma crisma, documento raro nos livros paroquiais.

Entre os 95 batismos, o grande número de registros de legítimos continua a surpreender. São 71, ou seja, 74,7%, sendo todos filhos de pais livres ou sem identificação da condição social. Em alguns casos, o batismo se refere a filhos de pessoas de destaque social, como secretário do governo, coronel, tenente e outros. Entre

os 24 batismos de crianças naturais, em 14, a mãe é livre ou não consta sua condição social. Em 3, a mãe é forra, e em 7 casos, a mãe é escrava. Nos livros regulares de assentos de batismos da paróquia, podemos observar, para o período de 1822 a 1838, o batismo de 493 crianças legítimas e 651 crianças naturais. A proporção de legítimos aumentou, mas os filhos naturais ainda são maioria. Para o período de 1839 a 1897, o número de batismos de legítimos é de 1.008, para 358 batismos de crianças naturais. A proporção se inverte, passa a ser de 73,8%, demonstrando que o casamento e a legitimidade dos filhos passam a ser um valor para a família e a sociedade ouro-pretana oitocentista. Essa dinâmica social será detalhada ao longo do texto.

As justificações ou as explicações sobre o motivo do registro posterior passam a ser mais constantes. Em 44 assentos, o motivo do novo lançamento do batismo é “por não ter sido feito antes” ou “por não ter sido localizado”. Em 11, o motivo é a autorização por despacho, em 5, é cópia de outro particular, em 2 casos, por justificação judicial. Há também o caso de apresentação de certidão, declaração ou outro documento; 1 registro foi em virtude de sentença.

As alforrias também encontraram, nos registros de batismos, sua legitimação, como, por exemplo, no registro inscrito em 31 de setembro de 1835, relatando que, em 19 de maio de 1828, na matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, foi batizada Joaquina, inocente, filha natural de Silvéria, escrava de Malaquias Moreira Rodrigues Senna. Os padrinhos foram o dito Malaquias Moreira, tendo por procuradores Emerenciano Tomás de Almeida e Antônia Maria da Conceição. Esse novo assento “foi aberto a pedido do padrinho, para constar a declaração de que a inocente passa a ter a condição de forra, e liberta de toda a escravidão”, aos sete anos de idade. O assento acrescenta que “fica sem vigor o que se acha lançado no Livro de Batismos a f. 217”. Assinam o documento o vigário encomendado Francisco José Ferreira da Silva e Malaquias Moreira Rodrigues Senna”, o proprietário da cativa.

Três outras alforrias foram dadas na pia batismal, entretanto, Manoel, que fora libertado no batismo pelo padre Joaquim José de Magalhães, em 21 de fevereiro de 1816, não teve seu registro lançado em “lugar e tempo competente”. Por isso, “a requerimento de Manoel Pereira de Magalhães depois de ouvir o depoimento de pessoas fidedignas, o faço para constar aos 10/06/1865”. Assina o vigário Joaquim José de Sant’Anna. Aos 49 anos de idade, possivelmente, o próprio liberto tenha solicitado

registro de sua situação. O último assento também guarda como especificidade seu lançamento bem posterior ao fato ocorrido: em 17 de agosto de 1857, o vigário Joaquim José de Sant'Anna declara que faz a transferência do assento de batismo de "Maria, inocente, batizada em 09/05/1835 do livro de cativos dessa freguesia, folha nº 275 verso, para este de suplementos", porque essa Maria que fora batizada cativa, foi depois "libertada por sua senhora Antônia Roza de Mello, por título passado a 22/07/1839 por [...] Vellozo Pereira, pároco da mesma Antônia Roza de Mello, sendo testemunhas Fellipe Eugenio da Silva e Francisco Rodrigues Borges com o dito [...] Vellozo Pereira". Portanto, Maria, batizada em 1835, foi alforriada aos quatro anos e, apesar de ter sua condição de liberta documentada, somente dezoito anos depois teve seu registro de batismo regularizado. As cartas de alforria deveriam ser registradas em cartório ou a libertação podia ser documentada em testamento. Entretanto, muitas vezes, a promessa era feita de forma mais informal, podendo ser descumprida posteriormente pelo proprietário ou seus herdeiros. Constatamos, portanto, que o registro de batismo também servia como comprovante da manumissão, em substituição às cartas.

A Matriz do Pilar foi o templo onde mais batismos tiveram que ser relançados, porque os originais não foram registrados ou encontrados (em 32 cerimônias), enquanto as capelas de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista e as de sua proximidade foram responsáveis por apenas 6 registros. Podemos considerar essa situação como de grande desleixo por parte dos párocos ou pensarmos na possibilidade de esses registros servirem para referendar a legitimidade do filho ou filha, após matrimônio subsequente dos pais ou após o convívio, por muitos anos, do casal, como "se casados fossem", encarregando o tempo de consolidar uma situação de fato. Essa possibilidade nos é apontada na transcrição de parte de documento citado por Silvia Brügger, quando a pesquisadora trata da importância social do casamento, no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX:

[...] não por desrespeito à Igreja, nem por motivo outro além das circunstâncias de pouca importância, adiou de dia em dia a reparação que a essa senhora devia, e tal era sua intenção cumprir a palavra de casamento que lhe dera, retirando-a da casa de seus pais, habitantes na Ilha do Faial, que aos mesmos e aos mais parentes dela fez constar havê-la recebido como sua legítima mulher, que neste caráter como tal a apresentou nesta Corte, onde habita desde o ano de 1837, e onde

todas as pessoas de suas relações assim a tem considerado até hoje;
que como legítimos tem feito batizar os filhos dela havidos [...].¹³⁸

Dos 71 registros de batismos de legítimos, em 43 (60,5%), foram localizados os assentos de casamentos dos pais, sendo que todos foram realizados anteriormente ao batismo dos filhos. Em 27 casos, não encontramos as atas matrimoniais dos pais dos batizando. O reconhecimento por casamento subsequente dos pais é esclarecido no documento e há a legitimação de três expostos. Encontramos, também, uma justificação de filiação, na qual,

em virtude de uma petição do major Camillo Luis Maria na qualidade de procurador de sua [...] Anna Francisca da Guerra, procede à justificação de filiação de Maria, filha legítima de Veríssimo Pereira e de sua mulher Florência Dias de Souza, visto não haver nos Livros competentes assento de batismo da referida Maria, e em presença do depoimento das testemunhas Manoel de Faria e Anna Paulina de Lima, conhecedores daqueles, faço este assento de filiação de Maria, filha legítima de Veríssimo Pereira e de sua mulher Florência Dias de Souza. Freguesia de Ouro Preto, 30/10/1866. Assina o vigário Joaquim José de Sant'Anna.

Em 04 de novembro de 1777, ou seja, 89 anos antes, encontramos Maria sendo batizada como filha natural de Florência Dias de Souza. Há outro registro, datado de 1796, onde Genovefa foi batizada como filha legítima de Florência e Veríssimo Pereira dos Santos. No entanto, não localizamos o assento do casamento de ambos. Qual teria sido a necessidade de se determinar a filiação de Maria? Uma herança? Não sabemos. Entretanto, após tantos anos, sua condição de legitimidade foi mudada, pois, na memória dos conhecidos da família, desde antes de seu possível casamento, já formavam um casal aos olhos da comunidade, pois viviam como se fossem casados.

A historiadora Silvia Brügger encontrou, para o Rio de Janeiro, um livro específico para o registro de casamentos de “consciência”, ou seja, aqueles “contraídos às escondidas, sem publicação dos banhos, mediante autorização do bispo”,¹³⁹ para resguardar a honra da mulher, os direitos dos herdeiros ou por temer a hora da morte e da prestação de contas perante o sacramento da penitência e da extrema-unção. Na

¹³⁸ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso* (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888). 1995. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Rio de Janeiro, 1995. p. 113. (grifo nosso).

¹³⁹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais...* p. 112.

matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, não encontramos documento semelhante, mas os ditos casamentos de consciência podem ser identificados nos livros regulares e nesse livro suplementar, se tivermos um olhar mais atento ou mesmo a partir de singularidades registradas.

Com relação ao sacramento do matrimônio, temos, ainda no livro suplementar, registro de 1 casamento entre acatólico e católica, 1 casamento com a legitimação de 5 filhos, e 2 casamentos em que consta a dispensa para realização das núpcias em tempo proibido (quaresma ou advento).

Os dois registros que mais divergem em sua forma e surpreendem por não ter sua justificativa esclarecida são duas declarações de idade:

Em virtude do requerimento de Francisco de Araújo, natural da freguesia do Rio Manso, no bispado de Diamantina e presentemente morador nesta do Ouro Preto, procede a justificação judicial, em que ficou provado, a vista do depoimento das testemunhas, também naturais da referida freguesia do Rio Manso, que o justificante Francisco José de Araújo tem vinte e oito anos de idade. E para em todo o tempo constar, faço esse assento aos 07/10/1887. Assina o vigário Joaquim José de Sant' Anna.

Em outro registro, de 15 de julho de 1868, o pároco faz e assina a seguinte declaração:

A requerimento de D. Delfina Alves Pereira Carneiro, foi julgado maior de trinta anos, a vista de depoimento de testemunhas fidedignas, cuja justificação teve lugar no Juízo Eclesiástico desta Comarca, seu irmão José Alves Pereira Carneiro, filho legítimo do Ajudante José Alves Pereira Carneiro e de sua mulher D. Maria Fernandes da Silva, e para constar faço esta declaração.

Podemos supor que a declaração de idade pudesse ter vários objetivos. A comprovação da maioridade para casamentos sem a necessária permissão dos pais, para se comprovar a filiação, ao se confirmar o nascimento em época de determinado romance ou relação afetiva entre os supostos pais, e, talvez, até o objetivo de alistamento militar ou para fins eleitorais. O senhor Meira de Vasconcellos, senador do Império, ao discursar em favor da implantação dos registros civis, cita o despreparo de párocos para continuar a desempenhar a função dos registros de batismos, casamentos e óbitos. Ao exemplificar que, muitas vezes, eram passadas certidões de batismos sem os respectivos assentamentos nos livros paroquiais, o senador cita o caso de um

conterrâneo seu que, “precisando de uma certidão de idade, requereu-a ao respectivo vigário e este declarou que não havia assentamento, mas que ia abri-lo para passar a certidão”. O senador se surpreende e se revolta ao alertar ao Senado “que não era mais tempo de abrir assentamento, senão mediante justificação, como é de direito”. O senador considera que “o vigário, demasiadamente benévolo e condescendente cometeu a falta grave, senão o crime, de passar certidão, da qual a parte fez uso, e, portanto, produziu os efeitos legais”.¹⁴⁰ Apesar de não clarearmos os objetivos de tais certidões, estas vêm nos apresentar o grande alcance da Igreja nos mais diversos aspectos sociais da vida imperial brasileira e sua presença de natureza quase que cartorial.

1.1.7- LISTAS NOMINATIVAS, MAPAS DE POPULAÇÃO E RECEASEAMENTOS

Além da documentação paroquial, podemos utilizar outras fontes seriais para o estudo acerca do século XIX, como as listas nominativas e os recenseamentos. A fase anterior a 1872, no Brasil, é chamada pelos estudiosos da demografia histórica como “pré-censitária”, caracterizada por dados esparsos e nem sempre confiáveis. Desde a década de 30 do século XIX, o governo central e a administração provincial passaram a se preocupar com mais intensidade em mapear a população da jovem nação. Esse conhecimento serviria como balizador para as políticas públicas. Como não havia um critério rígido de pesquisa, as informações ficavam à mercê da interpretação dos funcionários responsáveis pelos recenseamentos. Além disso, esses documentos eram utilizados pelo governo para o alistamento militar e a cobrança de impostos. Portanto, havia o interesse em se omitir ou alterar dados que fossem considerados prejudiciais aos moradores dos domicílios pesquisados.

Para o período de nosso estudo, temos, para a cidade de Ouro Preto, a lista nominativa de 1838, que nos possibilita uma visão bem ampla da família ouro-pretana, pois registra, para cada domicílio, o nome dos moradores, idade, cor (qualidade), condição social (estatuto legal), estado matrimonial (solteiro, casado ou viúvo), nível de alfabetização e ocupação basicamente do chefe do fogo. Pelo posicionamento na lista ainda podemos sugerir o parentesco de cada um dos moradores do fogo com seu chefe.

¹⁴⁰ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 242.

A listagem não está completa para o núcleo urbano de Ouro Preto. Possuímos registro somente da paróquia do Pilar. São 3.691 habitantes, divididos em 176 fogos. Podemos, a partir dessa listagem, traçar o perfil econômico da freguesia, as características dos plantéis de escravos e sua disseminação pela população, bem como outros estudos quantitativos, como a pirâmide etária, o índice de masculinidade naquela sociedade, fogos chefiados por mulheres, média de filhos, presença da família escrava e outras considerações acerca da sociedade do início do período contemplado. A complexidade dos dados apresentados nos possibilita não apenas uma análise quantitativa, mas qualitativa da sociedade da capital da província. Podemos refletir, também, sobre as informações que as autoridades provinciais e centrais achavam pertinente saber sobre sua população, pois, pela primeira vez, se pretende quantificar o número de alfabetizados e a profissão das pessoas listadas.

Até o advento da República, não havia, no Brasil, o registro civil. Os párocos eram responsáveis pela sistematização das informações acerca de sua freguesia. Para tanto, encaminhavam mapas (quadros) de batismos, casamentos e óbitos, semestralmente, para a presidência da província. Essa documentação, referente aos anos de 1839, 1841, 1867, e preservada no Arquivo Público Mineiro (APM), nos permite o acompanhamento do comportamento social da população e é mais uma fonte serial que nos informa uma gama de informações sobre as populações e sociedades pretéritas. Questões como a idade dos noivos, caracterização dos noivos com relação à sua condição social (nos mapas de casamentos), o local dos óbitos, a causa e a idade dos falecidos (mapas de óbitos), o sexo e a condição de legitimidade dos batizando (mapas de batismos) nos possibilitam a análise no decorrer do tempo e a comparação entre uma freguesia e outra. Os estudos comparativos são importantes para conseguirmos traçar um perfil para a província de Minas Gerais, no século XIX, pois, sendo as condições de desenvolvimento econômico muito diferentes, possibilitaram também percursos sociais e populacionais díspares, concretizando a frase que nos diz que as “Minas são muitas”.

Uma série de mapas de população referentes ao início das décadas de 1850/60 foi localizada no APM.¹⁴¹ Os primeiros referem-se a dados gerais da província e, como

¹⁴¹ Os mapas de população de 1850/51 estão disponíveis no *site*: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/456/>>. Já os mapas de população referentes aos anos de 1861/62 têm sofrido análise de equipe de pesquisadores do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG), sob a coordenação da

os últimos não abrangem dados para todos os municípios, os estudos têm contemplado as especificidades socioeconômicas das diversas regiões mineiras. Podemos, a partir daí, determinar a inserção de Ouro Preto na região central da província, cujas características básicas podem ser relacionadas: grande concentração populacional, percentual de escravos com relação à população livre pouco abaixo da média da província (24,4%) e produção econômica voltada para a exploração da lavoura de suprimentos básicos para alimentar a população, associada à indústria de ouro e ferro. A documentação destaca, também, a criação de bestas para a formação de tropas direcionadas para o comércio intra-regional.¹⁴²

A ideia de um censo geral surgiu durante a década de 1850. “Várias leis foram homologadas marcando a data em que o recenseamento deveria começar e foram criadas, em todas as províncias, repartições responsáveis pelas estatísticas”.¹⁴³ Sabemos, entretanto, que essas tentativas não obtiveram sucesso e, com isso, o primeiro Censo Geral do Império será realizado somente em 1872. Esse permanece elegendo a paróquia como unidade de referência, tornando explícita a associação entre a Igreja e o Estado, além de privilegiar a família como a unidade básica da pesquisa. O foco do censo teria como objetivo subsidiar políticas públicas que então se implantavam: a Lei do Ventre Livre, a distribuição de eleitores por paróquias, a instrução pública e os desafios do saneamento nas grandes cidades. Esse documento também é fonte privilegiada, no sentido de nos oferecer, num momento crucial da vida política e econômica do Império, o panorama sociopopulacional da capital mineira. Temos os dados por paróquia do núcleo urbano (de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias), e a população caracterizada por idade, condição social, gênero, cor, profissão, nacionalidades, além da determinação de casados e solteiros, alfabetizados e analfabetos, católicos e acatólicos e descrição de deficiências físicas e mentais, complementando o quadro com a distinção entre população presente e ausente.

professora Dra. Maria do Carmo Salazar Martins, sendo que produções parciais já foram publicadas em meio eletrônico.

¹⁴² MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX*. p. 8-12. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003-90pdf>.

¹⁴³ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX...* p. 2.

Não tão completo como o Censo de 1872, há também o Censo de 1890, o primeiro da República. Os registros disponibilizam dados referentes à população ouro-pretana acerca da cor, gênero, legitimidade e se casados, solteiros, viúvos ou divorciados. Os dados também têm como referência a freguesia, demonstrando a permanência da inserção dos núcleos eclesiásticos que deram origem aos distritos de paz.

Finalmente, devemos considerar a especificidade do estudo sobre os escravos. “A própria condição subordinada desse segmento populacional”¹⁴⁴ nos remete a uma dificuldade de análise. No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos da América, onde os escravos deixaram grande número de correspondências particulares, escritas por eles próprios, ou por outrem, por solicitação deles, os registros não são de autoria dos próprios cativos. Eram os livres, inclusive os estrangeiros e autoridades governamentais (no caso de processos jurídicos), que se referiam aos escravos, deixando transparecer toda a sua carga cultural, muitas vezes preconceituosa ou desconhecadora dos costumes africanos ou afro-brasileiros. Os próprios assentos paroquiais tendem a registrar os sacramentos ministrados aos escravos de uma maneira reduzida e sucinta. Além disso, a referência à cor e à condição social da população vai desaparecendo, de maneira geral, dos registros civis e paroquiais, o que, mesmo com exames aprofundados, como o que fez a professora Hebe de Mattos, em *Das cores do silêncio*, dificulta, para o final do século XIX, os estudos demográficos acerca da composição social do Império. A exceção é o livro de batismos de ingênuos, que registra sistematicamente a cor das crianças e de suas mães cativas.

O período contemplado na presente pesquisa engloba o amplo debate sobre o fim da escravidão no Brasil, inaugurado, em 1850, com a proibição do tráfico atlântico. Destacam-se questões relevantes no processo de libertação dos cativos, como a presença dos emancipados, africanos desembarcados no Brasil após a Lei de 1831, que proibia tal prática. Apesar de ter sido *letra morta*, determinou uma situação *sui generis* para um número considerável de pessoas que não se inseriam entre os escravos, nem entre os

¹⁴⁴ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História demográfica e escravidão em Minas Gerais no século XIX. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano IV, n. 6. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, abr. 1996. p. 110-115.

livres ou libertos. Estas são destacadas na documentação paroquial e nos permitiram reflexões sobre sua inserção social.

A Lei Rio Branco, também designada como do Ventre Livre, em 1871, pode ser considerada um divisor de águas no processo de emancipação. A situação das crianças nascidas após essa data nos possibilita estudo acerca desses *ingênuos*, que tiveram livro específico de registro de batismos. Apesar de previsto na lei, não nos foi possível localizar o livro de óbitos dessas crianças. No livro de registros ordinário, pudemos observar somente um óbito de ingênuo, apesar de sabermos da grande mortalidade infantil na época e do cuidado que o pároco Joaquim de Sant'Anna dispensou para os assentos relativos aos sacramentos de seu rebanho. O desfecho do processo, em 1888, com a Lei Áurea, assim como seus reflexos sociais pós-abolição, podem ser considerados por mudanças no ritmo do ministério dos sacramentos, além de mudanças no perfil demográfico.

Podemos tentar, a partir daí, identificar os ex-escravos, apesar das políticas públicas que intentavam invisibilizá-los, por exemplo, através da queima de documentos realizada pelo ministro Rui Barbosa, em 14 de dezembro de 1890, alegando que “a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira”.¹⁴⁵

1.1.8- ALMANAQUES

Os almanaques difundiram-se amplamente na Europa, principalmente na França, desde os séculos XVI e XVII. Inicialmente, voltaram-se para as artes do calendário, divulgando as fases da lua, os feriados e as festas religiosas.¹⁴⁶ No Brasil, os almanaques se firmam, no século XIX, “como modo de instrução e propaganda de um saber profundo e secular”.¹⁴⁷ O almanaque conjuga o gosto pelo saber enciclopédico,

¹⁴⁵ Cf. CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura – Arquivo Público Mineiro/Copasa, 1988. p. 12.

¹⁴⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 16.

¹⁴⁷ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República...* p. 17.

característico do século XVIII europeu, com o cientificismo próprio do século XIX. As temáticas vão se modificando, assumindo novas formas: “são almanaques agrícolas, de saúde, literários, históricos, enciclopédicos, de família, de recreação, informativos, de cidades, administrativos, de livreria, às vezes guias urbanos”, conservando uma estrutura de organização temática e mantendo uma “matriz textual”.¹⁴⁸

No caso do Brasil, sua popularização, ocorrida na segunda metade do século XIX, se deveu à ampliação da escolarização e do letramento da população de maneira geral. Como bem sintetiza a professora Eliana Dutra, desde os anos 40 do século XIX, um processo de fortalecimento das condições sociais, culturais e técnicas vinha propiciando a formação de um público leitor e o comércio de edições. Essa preocupação com a formação de leitores e com a inclusão do Brasil no dito processo civilizatório, que tinha a Europa como modelo, é identificada pela abertura de bibliotecas e pela instalação, particularmente no Rio de Janeiro, de livrerias e tipografias. Ouro Preto não se omite desse papel cosmopolita, e conta, em 1890, de acordo com Manoel Ozzori, com cinco publicações jornalísticas, uma revista escolar, com tiragem quinzenal, e três tipografias. Além disso, já se registra o funcionamento da Biblioteca Pública, além de uma sociedade artística e do Liceu de Artes e Ofícios.

Para nossa pesquisa, utilizamos o *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Municipio de Ouro Preto*, escrito por Ozzori, em 1890. É interessante observarmos, em sua parte final, a presença de um suplemento literário, especialmente voltado para as mulheres, com crônicas, contos, poesias e até algumas piadas sobre o cotidiano.

¹⁴⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República...* p. 17.

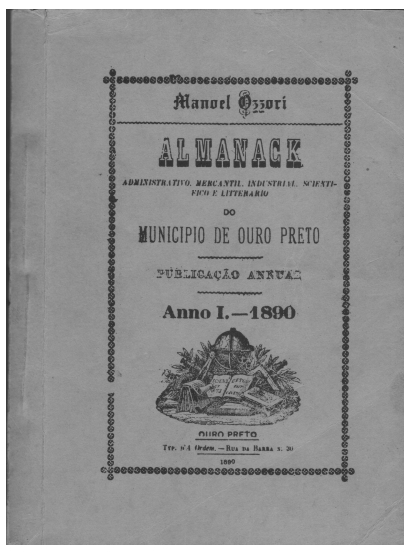


FIGURA 9: capa do *Almanack* de Manoel Ozzori, publicado pela Typographia da Ordem, em Ouro Preto, em 1890, e que recebeu edição fac-similar cem anos depois, em Belo Horizonte.¹⁴⁹

Esse almanaque nos permite visualizar a estrutura urbanística de Ouro Preto, a organização administrativa provincial e local, os serviços públicos e particulares oferecidos, instituições educacionais presentes, o grau de sofisticação do comércio, produtos manufaturados e até identificar os membros ilustres da sociedade.

1.1.9- JORNAIS

O estudo da história a partir de publicações periódicas, como os jornais, permite examinar o registro que se dá no momento e no calor dos acontecimentos. Porém, o limite desse tipo de fonte é dado pelo mesmo motivo. Não há o distanciamento necessário para uma análise mais profunda sobre os fatos ocorridos. Os registros se mostram fragmentados e “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”,¹⁵⁰ visto que a maioria das publicações alinhava-se claramente a determinadas linhas políticas. Entretanto, podemos destacar as questões que ocupavam o debate da época, e, a partir de análise de uma série mais completa, observar como essas preocupações se desenrolavam, ou seja, se os debates arrefeciam ou determinavam uma

¹⁴⁹ Agradeço à professora Adalgisa Arantes Campos, pelo empréstimo do *Almanack* de Manoel Ozzori, tão útil para nossa pesquisa.

¹⁵⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112.

tensão suficiente para que mudanças ocorressem. Um estudo mais serial dos jornais não foi feito para o presente trabalho. Utilizamos dos periódicos pontualmente, para corroborar pesquisas em outras fontes e para elucidar algumas questões que se mostravam obscuras ou ausentes também nas outras bases documentais.

Nenhuma fonte documental é mais ou menos neutra que outra e, nesse sentido, devemos considerar os periódicos, principalmente os jornais. Além disso, devemos destacar desde a tiragem e o alcance de difusão de uma determinada edição, como a publicidade, aspecto importante, na medida em que, de certa forma, financia o empreendimento, além da relação de sua linha editorial com as instituições políticas, grupos econômicos e financeiros.¹⁵¹

A atividade de imprensa se desenvolveu com intensidade na capital mineira durante o século XIX.¹⁵² Em 1821, o Padre José Joaquim Viegas de Menezes, que tivera acesso às técnicas tipográficas em Portugal, onde concluíra seus estudos teológicos, “com o auxílio do português Manuel José Barbosa, construiu a primeira tipografia de Minas: tipos móveis, prancha, chapas etc.”.¹⁵³ Em 20 de abril de 1822, o príncipe regente comunicava ao governador haver concedido a licença para o funcionamento de tal oficina tipográfica, cujos utensílios foram “todos feitos por oficiais desta mesma vila”. Foi ali, na oficina nomeada “Patrícia”, de Barbosa & Cia., impresso o primeiro número do *Compilador Mineiro*, em 13 de outubro de 1823. Este circulou de outubro de 1823 a 09 de janeiro de 1824, tendo editado o total de 39 números.¹⁵⁴

Em 1867, Richard Burton nos elucida sobre a importância dos jornais: “o mais importante alimento literário em toda Minas. Em qualquer loja ou armazém, desde o nascer do dia, seu dono ou seus caixeiros podem ser vistos perdendo o tempo – como dizem os estrangeiros – com a leitura dos periódicos”.¹⁵⁵ Era através dos periódicos que

¹⁵¹ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. p. 116.

¹⁵² Para estudo sobre a imprensa no Brasil e o percurso dos jornais mineiros, ver: MENDES, Jairo Faria. *O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação do jornais mineiros*. São Paulo: Universidade Metodista, 2007. (mimeo). Disponibilizado no site: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=802>. Acessado em 23/11/2008.

¹⁵³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. v. 2. Ed. Comunicação. [s.n.t.]. p. 506.

¹⁵⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. p. 506-507.

¹⁵⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 336.

os cidadãos mantinham-se a par das “novidades” da Corte e das discussões políticas, tanto as mais amplas como as de destaque provincial e local.

Os noticiosos não eram diários, mas esforçavam-se por manterem-se regularmente e eram vendidos avulsos ou por assinatura. Destacamos a presença do jornal *O Universal*, desde 18 de julho de 1825. Sua publicação durou até 1842. Foi considerado o principal jornal da província, sendo a publicação de maior influência política nas Gerais.

Os títulos vão se multiplicando no decorrer do século. Na década de 1850, já temos o *Diario da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes*, *O Conciliador*, *O Bom Senso*, *A Regeneração e Correio Official de Minas*, nem todos com vida longa.

Em 1880, as posições políticas defendidas pelos diversos jornais se definem. O Jornal *A Actualidade* se identifica abertamente como órgão do Partido Liberal, de propriedade de J. E da Silva Campos e de Carlos Gabriel Andrade, enquanto *A Nação* se intitula órgão conservador. Os jornais não pretendem ser apenas informativos, mas prestadores de serviço e veículo literário. Os anúncios vão se diversificando, com oferecimento de serviços de advogado, propagandas de medicamentos, lojas e fábricas, notícias funerárias e comunicados de pessoas que se mudam ou se ausentam da cidade.

Em 1888, temos os jornais *A União*, órgão do Partido Conservador e de propriedade do Sr. João Francisco de Paula Castro; *A Província de Minas*, também conservador, sob os auspícios do Dr. Francisco Luiz da Veiga e José Pedro Xavier da Veiga.

A Gazeta de Ouro Preto substituiu o jornal *União Postal*, e pretendia-se literário e noticioso. Pertenceu a Modestino Elesiário de Arnide. *O Itacolomy*, que havia sido lançado na década de 40, retorna, em 1890, pretendendo ser “órgão da indústria, das letras e das Artes”. É seu objetivo expresso também servir ao bem público em geral e, em particular, ao município de Ouro Preto, dando destaque para as questões da educação. Seu público-alvo não é formado somente por homens, mas também por mães de família, que “encontrarão sempre em suas colunas úteis leituras, para distrair-lhes o espírito e para lhes fazer sentir os santos deveres da vida”.¹⁵⁶ Para contemplar as mulheres, os jornais incluíam também em suas colunas poesias e contos.

¹⁵⁶ Jornal *O Itacolomy*. Edição n.1, de 10/10/1890. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acessado em 10/02/2009.

O jornal *Liberal Mineiro*, de edição diária, tinha como proprietário o Barão de Saramenha, e era órgão do Partido Liberal. Os detalhes de sua publicação nos são dados pelo *Almanack* de Ozzori: destacava-se por sua grande estrutura pessoal e material, pois contava, na área editorial, com um redator-chefe, gerente, ajudante, dois revisores, dois repórteres. Na área produtiva, possuía uma oficina de composição (com um chefe, 12 compositores e 4 distribuidores); oficina de impressão (impressor, dois margeadores e um foguista); e oficina de encadernação (um encadernador e seu ajudante). Entre os funcionários, havia também um entregador e dois serventes. Tanto este como os demais jornais podiam ser assinados por ano, seja na capital ou no interior.

O *Movimento* era um jornal semanal, órgão do Partido Republicano. De acordo com Ozzori, contava com um redator-chefe, gerente, ajudante impressor, três compositores e distribuidores. O Partido Conservador tinha como seu órgão difusor o jornal *A Província de Minas*. Sua distribuição era bi-semanal e contava com dois redatores, gerente e nove empregados. A *União*, publicação bi-semanal, também representava o partido Conservador. Sua equipe de trabalho era formada pelo proprietário, 10 compositores e distribuidores, além de outros seis funcionários.

Por fim, a província mineira contava com a *Resenha Jurídica*, publicação mensal dedicada à jurisprudência, doutrina e legislação. Sua publicação se dava nas oficinas tipográficas do jornal *Província de Minas*, cujo redator, Dr. Francisco Luiz da Veiga, era também o diretor da *Resenha Jurídica*.

Além desses, ainda relacionamos, para a década de 1890, o *Correio da Noite*, *O Estado de Minas Geraes*, *A Ordem*, *o Jornal de Minas*.¹⁵⁷

1.1.10- PUBLICAÇÕES DE CONTEMPORÂNEOS, BIOGRAFIAS, GENEALOGIAS E RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS

Foi com grata satisfação que nos deparamos com publicações de pessoas que viveram parte de sua vida no decurso do século XIX. Essas se colocaram como uma janela para o período em estudo, pois, muitas vezes, somaram às experiências e à memória, intensa pesquisa arquivística, como foi o caso de José Pedro Xavier da Veiga. Membro atuante da sociedade ouro-pretana, foi proprietário e redator do jornal *A*

¹⁵⁷ As cópias digitalizadas dos jornais referidos acima podem ser acessadas pelo site: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=Ouro+Preto>>. Acessado em 10/11/2008.

Província de Minas e autor da monumental obra *Efemérides mineiras: 1664-1897*, que teve sua primeira publicação em 1897, pela Imprensa Oficial do Estado, em Ouro Preto. Foi republicada pelo Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, em 1998. O autor faz um imenso arrolamento dos fatos mais importantes acontecidos na capitania e na província mineira, sendo fonte fundamental para o estudo dos séculos XVIII e XIX.

Destacamos, também, a obra do Dr. Henrique Barbosa da Silva Cabral. Nascido em Ouro Preto, a 19 de setembro de 1875, pertencia à família de prestígio social, pois era filho do advogado Agostinho José Cabral e neto do farmacêutico Manuel José Cabral, organizador e primeiro diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Por parte de mãe, era neto do Dr. Quintiliano José da Silva, político de grande relevo e ex-presidente da província de Minas. Residiu em Ouro Preto até a transferência da capital, como tantos outros, e deixou registrado em seu livro memórias de sua infância e juventude. Em 1901, já em Belo Horizonte, recebeu o grau de bacharel e, no ano seguinte, foi nomeado promotor de justiça da Comarca de Pitangui. Além de ter assumido outros cargos públicos e jurídicos de destaque, foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados, pertenceu ao Instituto dos Advogados de Minas Gerais, da seção de Minas Gerais do Instituto da Ordem dos Advogados, e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico de Minas.¹⁵⁸

Outra obra utilizada por nós foi *Homens e factos de meu tempo*, escrita por Aurélio Egídio dos Santos Pires,¹⁵⁹ nascido no Serro (MG), no dia 23 de março de 1862, e falecido no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1937. Cidadão atuante desde seus tempos de estudante, publicou, aos 17 anos, seu primeiro artigo no jornal de estudantes de Diamantina, *A Mocidade*. Na mesma cidade, editou o órgão republicano *Idéia Nova*, durante o período de 1879 e 1881. Em 1894, formou-se em farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto (EFOP). No ano de 1897, mudou-se para Belo Horizonte, cidade ainda em construção, e abriu a Farmácia Aurélio Pires, que manteve até outubro de 1903. Na capital, foi reitor do Ginásio Mineiro, diretor e professor de Geografia,

¹⁵⁸ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: [s.n.], 1969. p. 309.

¹⁵⁹ Aurélio Pires publicou também as seguintes obras: *Evangelina*; *Sinonímia química*; *Homenagem ao Dr. João Pinheiro da Silva*; *Subsídios para a história da fundação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte*, e *Compêndio de farmácia galênica*.

História e Educação Moral e Cívica na Escola Normal Oficial. Entre 1910 e 1913, desempenhou, no Rio de Janeiro, o cargo de diretor de seção do Ministério da Viação e Obras Públicas. Ao regressar a Belo Horizonte, entrou para o corpo docente da então Faculdade Livre de Medicina, onde regeu as cadeiras de Toxicologia e Farmacologia (1913-1933). A convite do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, dirigiu o Arquivo Público Mineiro, de janeiro de 1927 a agosto de 1930.

Aurélio Pires foi o irmão mais novo de Antônio Olyntho dos Santos Pires. Chefe do Partido Constitucional, participou do 1º Congresso Republicano, realizado em Ouro Preto, no ano de 1888. À mesma época, assumiu a direção do órgão republicano *O Movimento*. Elegeu-se Deputado Federal Constituinte para o período de 1891 a 1896, porém, renunciou ao mandato em novembro de 1894. Retornou ao jornalismo ao fundar e dirigir *O Estado de Minas*, em Ouro Preto, durante o período de 1893 e 1894. Dentre as diversas funções que exerceu ao longo de sua trajetória, foi chefe da Missão Brasileira junto à exposição de Saint-Louis, nos Estados Unidos, no ano de 1904. Deixou numerosos estudos e publicações. Foi o primeiro presidente do Estado de Minas Gerais, ocupando o cargo por oito dias, logo após a proclamação da República.¹⁶⁰

Entre os viajantes estrangeiros, tão presentes nas Minas do século XIX, destacamos Richard Francis Burton, explorador e orientalista britânico. Nasceu em 19 de março de 1821. Estudioso viajado, conhecedor da Índia, da Arábia, da Somália e outras regiões da África, versado em diversas línguas, publicou várias obras e fez parte da Royal Geographical Society. Apresenta-se, em 1868, como ex-presidente da Sociedade de Antropologia de Londres. Em 1861, passou a pertencer ao serviço diplomático e o Ministério do Interior da Inglaterra o envia para o Brasil, em 1865. Foi até o Paraguai, em seguida para Damasco e Trieste, onde vem a falecer, em 20 de outubro de 1890.¹⁶¹ Fez a viagem, com início em junho de 1867, entre o Rio de Janeiro e a mina de Morro Velho. Passou ainda por Sabará e se dirigiu, posteriormente, à Cuiabá. Esteve em Ouro Preto, onde descreve sua natureza, aspectos físicos e sua experiência com os moradores dali. Sua vasta experiência de cientista faz com que suas observações extrapolem a simples descrição do pitoresco. No entanto, a advertência

¹⁶⁰ Cf. <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=41>.

¹⁶¹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 9-10.

acerca de alguns conceitos pré-estabelecidos por ele nos é dada por sua própria mulher, Isabel Burton, que o acompanhou pelo interior do Brasil por três anos:

chamo a atenção, indignada, particularmente para a maneira deturpada de se referir à nossa Santa Igreja Católica Romana e para o apoio ao antinatural e repulsivo costume da poligamia, que o autor tem o cuidado de não praticar, mas que, do alto de um pedestal de moralidade, prega aos ignorantes, como recurso para o povoamento das nações jovens.¹⁶²

Conflitos domésticos à parte, é sempre bom nos lembrarmos de que se trata de um olhar estrangeiro sobre nossa complexa sociedade, e que, como o próprio estudioso nos relata, sua presença nos diversos lugares causava estranhamento aos nativos, interditando-lhe uma visão completa de seu cotidiano.

Tomamos, também, o relatório escrito pelo engenheiro militar alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld e pelo Dr. Johann Jacques von Tshudi: *A província brasileira de Minas Gerais*.¹⁶³ Com essa publicação, em 1862, os autores traçam um panorama da província mineira, utilizando-se de levantamentos feitos entre 1836 e 1855. Fernando Halfeld foi designado para construir a estrada do Paraibuna, que ligava a capital mineira à Paraibuna, na divisa do Rio de Janeiro. Deu ele nova orientação à estrada, que, além de integrar a província de Minas, com maior segurança e conforto, teve o mérito de influir decisivamente no surgimento da Cidade de Juiz de Fora. Em 1842, no posto de capitão de Engenharia, participa da vitória das tropas leais ao imperador na batalha de Santa Luzia, onde recebe elogios de Caxias por sua coragem, sangue frio e bravura. Por seus leais serviços no campo de batalha, foi condecorado com o “hábito da Ordem Rosa”. No ano de 1852, foi encarregado de realizar o balizamento do rio São Francisco, tendo percorrido e explorado o rio com seus afluentes, desde Pirapora até ao Oceano Atlântico, num total de mais de 2 mil quilômetros, resultando em um extraordinário relatório, consultado até os dias de hoje.¹⁶⁴

¹⁶² BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 14.

¹⁶³ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSHUDI, Johann Jacques von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

¹⁶⁴ Cf. <<http://www.sgai.pjf.mg.gov.br/premios/biografia.php>>. Acessado em 15/10/2008.

1.2- CONSIDERAÇÕES

Essas fontes dialogam todo o tempo com outras, que precisaram ser buscadas para responder a perguntas surgidas no decorrer do trabalho, preencher lacunas e complementar informações acerca da vida, família e sociedade ouro-pretana do período em pauta.

A segunda metade do século XIX, no Brasil, tem por marca a organização e sistematização das leis, bem como o esforço por identificar pessoas de destaque social, e o movimento obsessivo de quantificar a população e delinear suas características por condição social. Temos também presente no período a preocupação com a alfabetização e a criação de diversos estabelecimentos de ensino, que seriam responsáveis pela inserção do Brasil no “mundo civilizado”. A identificação da cor vai desaparecendo no decorrer do oitocentos, como bem considerou Hebe de Mattos, em *As cores do silêncio*. Outros elementos permanecem renitentes nos documentos, por todo o período, como a determinação da condição de legitimidade. Alguns dados novos vão se apresentando, como a nacionalidade, a religião professada, além da preocupação com as atividades ocupacionais.

Resta-nos identificar todas essas informações, refletir sobre elas, relacioná-las e sistematizá-las a partir da questão que se coloca, que é a forma como a população, sociedade e família da cidade de Ouro Preto se defrontou com tantas mudanças sociais, culturais, econômicas e religiosas ocorridas entre os anos de 1838 e 1897.

CAPÍTULO II

PERCURSO DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIAL DE OURO PRETO (1838-1868)

Que segredos saltam destas ladeiras?
Que horas caem os pêndulos perdidos?
Quem caminha sobre este chão?
Quem parte e não regressa?¹⁶⁵

Já havia algum tempo, a então Vila Rica¹⁶⁶ fora descrita por viajantes estrangeiros como decadente. De acordo com Saint-Hilaire, que lá esteve em 1816, seu aspecto era de abandono: tristonho e desolador. Suas casas eram “quase todas construídas de barro e mal conservadas, o que tudo anunciava a diminuta fortuna dos seus moradores. [...] Calculava-se a sua população em 8.000 habitantes. Não havia livraria, nem biblioteca pública”.

Realmente, identificamos o esvaziamento do núcleo urbano da capital da província desde o final do século XVIII, através de documentação paroquial (assentos de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto) e através de pesquisa realizada por Iraci del Nero da Costa acerca da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias. Ambas formavam o núcleo urbano da capital mineira.

No entanto, se o fausto do ouro já se encerrara, as atividades ditas complementares à lida mineratória, como a agricultura de subsistência e o comércio local e provincial, tornaram-se as centrais, pois já sabemos que a extração mineral nunca foi a única atividade econômica das regiões mineradoras.

O período de fome e necessidades dos primórdios da extração aurífera se limitou ao primeiro decênio do século XVIII, quando a chegada dos paulistas e, logo após, de portugueses e habitantes das demais capitanias, em busca de riquezas minerais, se deu de forma desorganizada. No entanto, bem cedo, com a fixação da população em vilas e

¹⁶⁵ MOURA, Emílio. Meditação à tarde, em Ouro Preto (*Lira mineira*). In: _____. *Itinerário poético*. Poemas reunidos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

¹⁶⁶ Alçada à condição de vila em 1711, Vila Rica torna-se capital da capitania das Minas Gerais. Com a independência política do Brasil, permanece como capital da província e é elevada à condição de cidade, em 1823, com o nome de Imperial Cidade de Ouro Preto.

arraiais, a necessidade de alimentação e de produtos básicos foi sendo suprida através de pequenas roças e vendas. Em 1705, já temos notícias da criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, na Vila Rica, e, desde 1712, encontramos registros de batismos na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Claro que não eram identificadas pelos belos templos que admiramos hoje, mas por pequenas edificações responsáveis pela inserção daquele espaço não somente no mundo cristão, mas no mundo lusitano. Posteriormente, nas décadas de 20 e 30 do setecentos, os pequenos templos foram sendo ampliados ou substituídos pelos edifícios barrocos que conhecemos.

Apesar da avidez pela descoberta de ouro, a mineração nunca se manteve sozinha. Ao lado das datas,¹⁶⁷ adventícios solicitavam do rei outorga de sesmarias, constituindo-se na primeira aristocracia agrária das Minas. Silvia Brügger argumenta que as bandeiras paulistas eram expedições basicamente familiares, e nos relata o exemplo de Fernão Dias Pais, que se fez acompanhar por seu genro, Manoel de Borba Gato em sua viagem de exploração ao Serro do Frio. Nesse primeiro momento, os homens se lançaram à aventura da conquista, mas, posteriormente, já assentados, trouxeram os demais membros da família.

Brügger busca nos textos do viajante Taunay confirmação de suas premissas:

Já sossegado, [...] o nosso Tenente-General Manoel de Borba Gato, mandou vir a sua família para o Rio das Velhas, e dois genros que tinha naturais da Ilha de São Miguel [...]. Portanto, o enraizamento da população em Minas se deveu basicamente à atividade agrícola, possibilitando a sobrevivência das vilas após a exaustão do ouro aluvial. Ainda citando o exemplo Borba Gato, a autora nos esclarece que, após ter “abandonado a atividade mineratória, (retirou-se) para um sítio, banhado por um rio fértil de peixe e boas terras de mantimentos.”¹⁶⁸

Num outro exemplo, observamos o caso de Paulo Rodrigues Pereira. É citado por Donald Ramos quando o autor analisa a religiosidade popular de origem africana nas minas setecentistas. O estudo do professor se dá com outro objetivo, mas podemos

¹⁶⁷ Pequena extensão de terra cedida pelo rei de Portugal para a extração de ouro.

¹⁶⁸ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Família e patriarcalismo em Minas Gerais. In: PAIVA, Eduardo França (Org.) *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português* (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006.

utilizá-lo para vislumbrar a dupla atividade daquele proprietário, como fazendeiro e minerador. Homem culto, licenciado, Paulo Rodrigues chamou Gaspar, um escravo de Angola, conhecido feiticeiro da região, para “curar” as doenças de “muitos” escravos na sua fazenda. “Gaspar também conseguiu aumentar a produção de ouro em outra lavra – produção que tinha diminuído como resultado de feitiços”.¹⁶⁹

A primeira metade do século XVIII, portanto, pode ser caracterizada como de franco desenvolvimento para a região mineradora. A arrecadação de ouro é inédita e, paralelamente, se desenvolvem atividades agropastoris e comerciais para abastecimento das vilas e arraiais. As décadas de 40 e 50 do setecentos são consideradas como o período áureo de Vila Rica, com a construção de pontes e chafarizes. Os templos passaram a ser ampliados e enriquecidos para dar conta do grande número de devotos. No entanto, o florescimento proporcionado pela abundância do ouro foi breve, e o declínio da produção aurífera passou a ser sentido já na segunda metade do século.

Os sintomas de decadência econômica e de redução populacional são identificados por Iraci del Nero pela diminuição e mudança do perfil dos habitantes da freguesia de Antonio Dias. A constituição demográfica dos núcleos urbanos ligados à extração mineral tradicional mudou, passando a caracterizar-se por número cada vez maior de mulheres livres e diminuição dos plantéis de escravos, indicativos de declínio econômico e do êxodo de homens jovens em busca de novas terras e oportunidades.

Não podemos, no entanto, generalizar para toda a província esse aspecto desolador, que se estende até as primeiras décadas do século XIX. Tal panorama foi mais intenso na área central da capitania, onde, tradicionalmente, foram exploradas as minas auríferas. Estudos historiográficos já mostraram que não houve, a partir da segunda metade do século XVIII, decadência generalizada da economia mineira, pois, como já consideramos, desde a chegada dos paulistas, à procura do ouro, a mineração não foi a única atividade econômica. Bem cedo, a agricultura, a criação para subsistência e abastecimento local e o comércio desenvolveram-se concomitantemente à extração do ouro. Essa complexidade da economia mineira fez com que a diminuição da

¹⁶⁹ RAMOS, Donald. A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais do século XVIII. In: *Oficina do Inconfidência*: Revista de Trabalho. Ano 2, n. 1 (dez.) 2001. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2001. p. 38.

produção aurífera não se transformasse em decadência generalizada e esvaziamento da província.

Laird Bergad nos confirma a agricultura como base econômica da província de Minas na primeira metade do século XIX:

Apesar dos importantes centros urbanos, de um setor de mineração e muitas pequenas indústrias caseiras, a maioria da população de Minas (escravos e pessoas livres) vivia em áreas rurais. Nesta economia predominantemente rural, a propriedade da terra era um determinante fundamental da riqueza e da estrutura social.¹⁷⁰

Homens, principalmente jovens, deixavam as áreas mineradoras, já exauridas, e iam em busca de novas terras e oportunidades. Foi esse o momento de desbravamento do sertão em direção ao norte e oeste. A fronteira é rompida, o sertão é explorado e vários povoados florescem nesse período, no noroeste e na região do triângulo mineiro, em direção ao Goiás. A economia se diversifica e seu eixo se desloca da mineração para as atividades agropastoris.

No ano de 1808, a chegada da corte lisboeta ao Rio de Janeiro dá novo impulso à capitania das Minas. Áreas que eram periféricas passam a se especializar nas atividades voltadas para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, como é o caso do Sul de Minas, Zona da Mata mineira e Campo das Vertentes, com destaque para a vila de São João del Rei. Essas regiões passaram a abastecer de víveres a capital do reino, enquanto compravam de lá objetos importados da Europa e africanos, pois os escravos continuam como base da mão-de-obra em Minas.

Traçar breve histórico do perfil econômico de Minas Gerais e contextualizar a cidade de Ouro Preto no primeiro terço do século XIX é fundamental para que identifiquemos o perfil socioeconômico da cidade, em 1838, momento inicial de nossa pesquisa.

Ouro Preto tem sua especificidade, por ser a capital da província. Após o declínio mineratório, reergue-se sobre novas bases econômicas e sociais. Para compreendermos o que estava se passando na sede do governo mineiro, já às vésperas do segundo reinado, utilizamos, para análise, a lista nominativa de 1838. Esta cobre o

¹⁷⁰ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 120.

distrito e parte da freguesia do Ouro Preto, uma das duas paróquias que constituem o núcleo urbano da cidade. No entanto, é importante enfatizarmos que estamos visualizando apenas parte de Ouro Preto, apesar de ser parte significativa, já que a paróquia do Pilar é mais rica e populosa que a de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias. O Censo de 1804 já nos indica sua superioridade, relacionando, para ela, 2.871 habitantes, enquanto foram recenseados 1.694 habitantes em Antonio Dias.

Devemos alertar, também, para o fato de estarmos tratando da área mais central da cidade, apesar de já observarmos características rurais nos últimos fogos listados, indicativos de sua localização no limite da freguesia. No entanto, trata-se de fonte primorosa para a visualização daquela localidade, sua composição demográfica, social e econômica.

Em alguns aspectos, as informações censitárias foram cotejadas com dados dos registros paroquiais da mesma paróquia. A bibliografia referente ao período também foi utilizada para subsidiar as reflexões possíveis a partir das informações contidas nas fontes citadas.

2.1- PERFIL ECONÔMICO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NAS DÉCADAS DE 20 E 30 DO OITOCENTOS

A economia da província foi muito bem equacionada pelo professor Douglas Cole Libby: “Não resta dúvida de que o grande sustentáculo da economia mineira do século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao auto-consumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província”.¹⁷¹ Entretanto, seu perfil econômico é bem mais complexo, e Minas Gerais não se estabelece na primeira metade do século XIX somente como centro abastecedor intra e inter provincial de produtos agropastoris. O próprio autor nos revela o destaque da província nas atividades manufatureiras. A siderurgia, cujas primeiras fundições datam de meados do século XVIII; a mineração, com exploração de minas subterrâneas que demandavam maior tecnologia, e cuja presença na região de Ouro Preto se dá desde 1819, com a exploração da mina de Passagem (de Mariana) e a manufatura de têxteis,

¹⁷¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Brasiliense, 1988. p. 14.

possibilitada pelo final das leis restritivas às indústrias e presente em todas as regiões da província, inclusive com a grande utilização de mão-de-obra feminina e livre.

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro deu novo fôlego à economia mineira, principalmente para a comarca do Rio das Mortes, por localizar-se mais próxima à capital imperial, com destaque para o termo de São João del Rei. Essa região passou a abastecer a sede do Império com produtos como toucinho, laticínios, couros, entre outros. O café só passa a se destacar no último terço do século XIX, com seu cultivo evidenciado na Zona da Mata mineira e sul de Minas. A agricultura permanece como o grande sustentáculo da economia durante todo o século XIX, mas não podemos desconsiderar o setor de transformação. Enquanto a indústria têxtil era encontrada dispersa por toda a província, os setores mineradores do ferro e do ouro destacavam-se na zona central, onde estava localizada a capital da província. Na década de 1820, começam a surgir diversas fundições de ferro em Itabira, Caeté e em áreas adjacentes a Ouro Preto.¹⁷² Além disso, a produção do ouro ainda era significativa para as economias regionais de Ouro Preto e rio das Velhas.

De acordo com Laird Bergad, as exportações de Minas Gerais, em 1828, estavam assim distribuídas: açúcar e derivados, 2,8%; café, 3,6%; tabaco, 11,7%; produtos têxteis, 15,0%; animais e sub-produtos, 59,8%; produtos da lavoura (farinha de milho), 0,1%; minérios, 4,9%; diversos, 2,0%.¹⁷³ Os produtos alimentícios básicos, como milho e mandioca, o destilado da cana e a rapadura, eram produzidos em todas as regiões e tinham como objetivo o consumo na própria província, assim como, provavelmente, parte da produção têxtil.¹⁷⁴

As antigas áreas mineradoras concentravam mais de 60% do total de 1.726 engenhos, fato demonstrativo do estabelecimento de novas bases econômicas na região central de Minas, em distritos que haviam concentrado a população e a mineração no século XVIII.¹⁷⁵

Se, por um lado, a economia agrária foi responsável pela ruralização de parte da população, “também é certo que uma considerável população urbana dos antigos centros

¹⁷² BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 88.

¹⁷³ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 84.

¹⁷⁴ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 86.

¹⁷⁵ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 88.

burocráticos e mineradores e também das cidades mais novas fosse importante consumidora dos produtos agro-pastoris e manufaturados da província”.¹⁷⁶

O outro ponto que mobilizou os historiadores que voltaram seus estudos para a província de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, foi a dinâmica ímpar do escravismo que ali se desenvolveu. Apesar de a população cativa ir diminuindo, no decorrer dos oitocentos, no período anterior à abolição, em 1888, ainda perfazia o maior contingente do Império. Essa permanência, ligada à diminuição da proporção entre escravos e escravas, supõe maior importância para o crescimento vegetativo da população mancipia. Caso único, Minas mantém o maior plantel de escravos do Império, sem, entretanto, basear sua economia em cultura para exportação.

2.1.1- AS LISTAS NOMINATIVAS DE 1830/31 E DE 1838/40

Após sua independência de Portugal, o Estado nacional brasileiro tratou de se organizar administrativamente. Esse processo fortaleceu-se no decorrer da década de 1830, com o estímulo à maior autonomia dos governos provinciais, que aprovavam leis que visavam à “organização do aparelho burocrático e constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas”.¹⁷⁷ A preocupação com o recenseamento da população que se consolida nessa época já acontecia anteriormente. De acordo com Herculano Mathias, ao apresentar-nos o Censo de 1804, referente ao núcleo urbano de Vila Rica,

as razões que determinaram esse trabalho demográfico residiram na necessidade urgente de recolher fundos – proporcionados à situação individual de cada morador – destinados a aliviar as pesadas despesas de Portugal durante os primeiros anos do século XIX, às voltas com a inquieta situação gerada pelos conflitos militares, com a Espanha e às constantes e insuportáveis pressões napoleônicas, que iriam se traduzir, em 1807, na invasão pelas tropas francesas sob o comando de Junot.¹⁷⁸

¹⁷⁶ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 98.

¹⁷⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII*. V Jornada Setecentista, 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: CEDOPE, 2003. p. 8.

¹⁷⁸ MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. p. VII.

Além do objetivo tributário, podemos considerar que esses levantamentos da população atendiam também aos objetivos de convocação militar e organização administrativa. Serviram ainda como base para diversas mudanças nos limites dos distritos e vilas e elevação de vilas à condição de cidades, modificando constantemente os limites das bases eleitorais. Ao trabalharmos com as fontes paroquiais, temos como referência a freguesia; ao lidarmos com a documentação civil, temos como base territorial o distrito. A diferença entre o território de uma determinada freguesia e seu equivalente distrito também nos é esclarecida pelo próprio Mathias. O recenseamento do núcleo urbano de Vila Rica, em 1804, cobre seis distritos: Ouro Preto, Antonio Dias, Cabeças, Morro, Alto da Cruz e Padre Faria. No entanto, para o mesmo território, só há duas freguesias: Ouro Preto e Antonio Dias. Os demais distritos são pertencentes a uma ou outra, sendo que o Morro (de São Sebastião) tem parte de sua área pertencente a cada uma delas. A saber: Cabeças pertence a Ouro Preto; Alto da Cruz e Padre Faria pertencem à paróquia de Antonio Dias.

Em 1837, Raimundo José da Cunha Matos nos permite a visualização da divisão administrativa no início do período proposto para o presente trabalho:

dou o nome de “grande distrito” ao território compreendido nos limites de uma paróquia; e de “pequeno distrito” àquele que, por ora, tem comandante de ordenanças subordinado ao comandante paroquial. Deve, contudo, reformar-se esta classificação logo que estejam demarcados os círculos dos juízes de paz na maneira que se acha projetada.¹⁷⁹

Portanto, para a freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, temos os seguintes distritos: Ouro Preto e Cabeças, parte do arraial de São Sebastião, arraial da Boa Vista, e arraial do Rodeio. Enquanto a paróquia tratava da divisão eclesiástica, no aspecto civil, as vilas e cidades eram divididas em distritos. Nas localidades maiores, nem sempre as freguesias e os distritos se equivaliam, diferentemente dos núcleos urbanos menores, que tinham o território civil e eclesiástico equivalentes.

¹⁷⁹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. v. I. Belo Horizonte: Publicações do APM, 1979. [1837]. p. 70.

Até a promulgação da lei imperial que institui o cargo de juiz de paz,¹⁸⁰ em 15 de outubro de 1827, os distritos eram administrados pelos capitães de distrito. Estes tiveram a incumbência de realizar os primeiros recenseamentos, sob a responsabilidade de um capitão-mor. Para o Censo de 1804, é-nos esclarecido que “o Capitão-Mor era, como ficou indicado, Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira. Os seis capitães ou comandantes de distrito estavam a ele diretamente subordinados”. A função de recensear os fogos e seus moradores era ainda entregue a outro funcionário, pois

o alferes José Antonio da Assumpção entregou no dia 10 de setembro a ‘relação das pessoas existentes no Distrito de Ouro Preto’ a seu comandante, José Bento Soares”. [...] “O capitão do distrito do Alto da Cruz, Francisco Caetano Ribeiro encarregou do serviço ao seu imediato, alferes José Soterio de Jesus, que encerrou o trabalho no dia 31 de agosto.”¹⁸¹

Cada distrito, por sua vez, era constituído por quarteirões. Nesse processo, os párocos tiveram destaque, pois, na falta do juiz de paz, atuavam como funcionários do governo no fornecimento de informações. Nos locais onde ainda não se haviam constituído distritos de paz, a unidade administrativa permanecia sendo a freguesia. Além disso, devemos lembrar que, em logradouros pequenos, freguesias e distritos se equivaliam. Além das funções religiosas, cabia aos párocos a responsabilidade por encaminhar, semestralmente, ao presidente da província, os mapas de população de sua freguesia, que deviam complementar as informações recolhidas pelos censos periódicos. Em 13 de dezembro de 1832, o Conselho Geral da província, considerando sua vastidão e as grandes distâncias das povoações e dos moradores, que tornavam difícil aos povos o conhecimento das leis e ordens a que deviam obedecer, resolve, em seu art. 1º, que “as leis e decretos tanto gerais como peculiares, serão publicadas na província de Minas

¹⁸⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 36: “O cargo de Juiz de Paz foi criado pela primeira Constituição do Brasil, em 1824, e com seus poderes especificados e ampliados três anos depois, era ao mesmo tempo uma maneira de evitar o atravancamento dos tribunais com pequenas querelas e um contrapeso liberal à autoridade central e deliberadamente separado dos canais das nomeações e do clientelismo pelo qual o imperador concentrava e distribuía seu poder. Sua criação foi uma tentativa de tornar as autoridades locais sensíveis às necessidades locais. Sem formação específica, mas muito bem pago com o mesmo salário de um magistrado de alta hierarquia formado em direito o juiz de paz era responsável pela conciliação de disputas entre membros da comunidade, brigões e desordeiros, antes que seus conflitos chegassem aos tribunais, o que fazia dele uma figura bastante conhecida no município”.

¹⁸¹ MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais...* p. VII.

pelos párocos e curas¹⁸² na estação da missa conventual”. O art. 2º complementa tal lei, pois, “remetidas as leis e decretos às Câmaras Municipais, estas farão imediatamente remessa delas aos párocos e curas dos seus municípios, exigindo as declarações necessárias depois da publicação”.¹⁸³

Já em 18 de março de 1836, a Lei Mineira nº 46 provê sobre o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos e acerca do arrolamento decenal de todos os habitantes da província. No entanto, esta, como outras leis “que foram decretadas na primeira legislatura da Assembléia Mineira, que legislou com admirável critério e patriotismo sobre as mais palpitantes necessidades da província, [...] teve apenas deficiente execução, e por pouco tempo”.¹⁸⁴

Confirmamos a brevidade da obediência às leis postuladas acima, pois observamos que os registros de casamentos elaborados pelo pároco da matriz do Pilar, em Ouro Preto contêm referências sobre a idade dos noivos, sua cor e ocupação, no período de 1836 a 1841, sendo que essas informações específicas passam a ser esparsas, até desaparecerem dos documentos. Os mapas de população que estão preservados no Arquivo Público Mineiro também se referem a um período limitado, desaparecendo no transcorrer da segunda metade do século XIX.¹⁸⁵ Em outubro de 1851, os párocos são desincumbidos da tarefa de enviarem os quadros-resumo dos batismos, casamentos e óbitos para os presidentes da província.

Dessas e outras orientações do governo provincial, temos mapas de população, que são quadros-resumo dos nascimentos, casamentos e óbitos que deveriam ser encaminhados pelo pároco ao presidente da província a cada seis meses. Temos, também, as listas nominativas, que tratam de recenseamentos das populações igualmente por freguesias ou distritos, nas quais temos registrado o nome de cada habitante, por domicílio, agrupados por quarteirões. Cada domicílio, ou fogo, é encabeçado por seu chefe, seguido pelo cônjuge, filhos, parentes, agregados, parentes

¹⁸² Curas: o termo se refere aos párocos ou capelães fixos em determinada matriz ou capela. O significado vem de “cura da alma”, designando como função do sacerdote ser o pastor espiritual de seu rebanho.

¹⁸³ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 1050.

¹⁸⁴ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 299.

¹⁸⁵ Cf.: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=61>. Coleção MP, de 1826 a 1863.

dos agregados, escravos e parentes dos escravos. Aos nomes dos membros de cada fogo são acrescentadas outras informações, como cor, idade, estado civil, nacionalidade e ocupação.¹⁸⁶ Pelo posicionamento na lista, foram deduzidas a condição social e a relação de cada membro daquele domicílio com o chefe, já que essa informação não está presente de forma sistemática. Nas listas de 1838, foram acrescentadas as informações quanto a cada sujeito ser ou não alfabetizado, aspecto que, até então, não era solicitado pelas autoridades. O significado de algumas variáveis constitutivas das listas nominativas merece algumas observações, antes que iniciemos a análise sobre Ouro Preto.

O quarteirão referia-se a conjunto de domicílios deixados a cargo do inspetor de quarteirão. Os dados de cada um eram recolhidos e completavam o recenseamento de cada distrito ou freguesia. O brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos enfatiza a advertência de que “a divisão dos distritos paroquiais não é a mesma dos distritos municipais, e que algumas paróquias pertencem a termo diverso”. Com esse comentário, o autor nos esclarece um dos objetivos dos diversos recenseamentos provinciais propostos na primeira metade do século XIX: “o que prova a necessidade de se fazer uma demarcação paroquial mais interessante aos povos da província do que aquela que atualmente se acha estabelecida pelo direito de antigas posses”.¹⁸⁷ Em cada quarteirão, há um conjunto de fogos. Ao refletir sobre o conceito de fogo e/ou família, a professora Clotilde Paiva conclui que:

fogo e família são termos que tem sido usados como sinônimos nas listas de habitantes mineiras, tanto nos casos onde há relações consangüíneas explícitas quanto nos demais casos. A presença de pessoas ligadas por relações de parentesco, juntamente com agregados e escravos dentro de uma mesma unidade sugere que os critérios usados para definir fogo ou família iam além da presença ou não das relações consangüíneas.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Nas listas originais de Ouro Preto, de 1838, as categorias utilizadas são: número do quarteirão, fogo, idade, qualidade (branco, preto, crioulo, pardo ou cabra), condições (livre, cativo, liberto), estado (casado, solteiro ou viúvo), sabe ler ou não, e empregos.

¹⁸⁷ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais...* p. 419.

¹⁸⁸ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. (mimeo). p. 59.

A professora nos alerta, também, sobre o critério de co-residência, *stritu sensu*, isto é, viver sob o mesmo teto, que deve ser repensado a partir das listas nominativas mineiras. São identificados vários exemplos de fogos ou famílias em que parte dos integrantes residia em local distinto daquele do chefe, como no caso da presença de muitos escravos. Portanto, embora todas as pessoas tenham sido listadas naquela “caza”, não necessariamente residiam na mesma “morada”.¹⁸⁹

Baseada nas premissas citadas acima, a professora propõe o conceito de fogo como sendo “um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe. Residir em um fogo não significava necessariamente estar vivendo sob o mesmo teto”. O indivíduo, portanto, identificava-se com o fogo por sua articulação com os demais membros coordenados pelo chefe.¹⁹⁰

Após a identificação dos fogos, as listas nos trazem os nomes de seus ocupantes, encabeçados sempre por seu chefe. A seguir, vem o nome do cônjuge, quando é o caso, dos filhos, parentes, agregados, parentes dos agregados, escravos e parentes dos escravos, nessa ordem. Muitas vezes, os critérios utilizados pelos recenseadores para considerar a relação dos moradores de determinado fogo com seu chefe nos fogem à compreensão, por serem constitutivos daquela sociedade. Aventamos, por exemplo, a possibilidade da presença, em determinados fogos, da mulher concubinada, resguardada sob a referência de agregada, ou mesmo pela falta de identificação sobre sua relação com o chefe do domicílio. Outro conceito complexo refere-se ao significado de agregado.¹⁹¹ Sob essa alcunha, podem estar empregados, hóspedes, parentes e aprendizes.

Como era preocupação das autoridades administrativas a caracterização da população da província, é dada grande importância à identificação da cor, ou da qualidade, termo que aparece originalmente nas listas. As pessoas eram identificadas como brancas, pretas, crioulas, pardas ou mestiças, que englobavam os cabras e caboclos. Podemos conferir aos pretos a origem africana, sendo que os crioulos eram

¹⁸⁹ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 60.

¹⁹⁰ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 61.

¹⁹¹ Sobre o significado de agregados, para o ambiente urbano oitocentista, ver: LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 113-115.

seus descendentes, ou seja, aqueles já nascidos no Brasil, porém, sem o componente da miscigenação. A subjetividade do conceito de pardo é bem estudada pela professora Hebe de Mattos, que analisa seu componente social. São encontradas pessoas, na documentação da época, identificadas como pardas, em alguns momentos de sua vida, mas que têm sua origem miscigenada ocultada devido à melhora de sua condição social. O significado do termo cabra ainda é, para os historiadores mineiros, um grande enigma a ser decifrado, devido à sua complexidade. Em seu *Dicionário da terra e da gente de Minas*, Waldemar de Almeida Barbosa nos confirma tal complexidade: “Um cruzamento considerável tem lugar entre os mulatos e os pretos e cujo produto se denomina *cabra*. A cor destes costuma ser um pardo amarelado [...]. Este é o significado mais generalizado do termo”.¹⁹² Para outros autores, o *cabra* poderia ser identificado com o mulato, ou, ainda, teria o mesmo significado que “cabore”, isto é, “indivíduo proveniente da união entre pretos e ameríndias”.¹⁹³ Já caboclo, que, de início, designava pejorativamente o índio, passa a referir-se, no século XIX, ao mameluco ou, ainda, como definiu Freireyss, “a raça proveniente do cruzamento da caucásica com americana. Para Teodoro Sampaio, o termo é de origem tupi e significa ‘tirado, ou procedente do mato’”.¹⁹⁴ Fazia-se uma nítida distinção entre os índios “mansos” e os “selvagens”. Os primeiros eram relacionados como aldeiaados, enquanto os demais eram os temidos tapuias.¹⁹⁵ Ao se inserirem na cultura dominante ou ao se unirem aos brancos, passavam a ser caboclos.

Como, na década de 30 do século XIX, o conceito de raça ainda não havia sido enrijecido pelas teorias científicas racialistas,¹⁹⁶ podemos indicar que a identificação da cor era dada a partir de critérios extremamente subjetivos, baseados na observação dos recenseadores e do posicionamento social de cada indivíduo.

¹⁹² BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. p. 40. Nessa consideração, Barbosa remete a: FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Itatiaia; USP, 1982. p. 110.

¹⁹³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas...* p. 40.

¹⁹⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas...* p. 39.

¹⁹⁵ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas...* p. 180.

¹⁹⁶ Para análise da construção do conceito de raça, na Europa, a partir do século XVIII, ver artigo de FELIPE, Sônia T. Vicissitudes do pensamento racialista na filosofia. UFSC, UL (Lisboa). Disponibilizado no site: <<http://www.neabrazil.com.br/revista/index.php/neabrazil/article/view/8/9>> Acessado em 26/12/2008.

No que se refere à condição social, os habitantes dividiam-se entre os livres, forros e escravos. O número de forros é pequeno, visto que o termo está incorporado somente a uma geração. Além disso, pode estar subdimensionado, devido à sua posição intermediária entre o cativo e a liberdade.

A população também se dividia por estado conjugal, sendo que, entre os solteiros, estariam aqueles que constituíam a família concubinada ou fruto de uniões consensuais. Estas se caracterizariam, basicamente, por uniões entre desiguais, e formariam a família mestiça.¹⁹⁷

Nas listas de 1838/40, temos como novidade a questão sobre o estado de alfabetização dos habitantes, não sendo possível, contudo, análise sobre o grau considerado para essa categoria, visto que somente é informado se o sujeito é alfabetizado ou não. O período regencial e os governos provinciais de Minas se preocuparam com a elevação do nível escolar da população livre, e a inserção desse elemento nos recenseamentos nos mostra a intenção de, a partir da pesquisa demográfica, aumentar seus índices. O nível de escolaridade era considerado elemento fundamental para o progresso e desenvolvimento da nação. Por isso, se, durante o período colonial, a educação fora deixada a cargo da Igreja, já na década de 20 do século XIX, observamos a instalação de estabelecimentos de instrução pública nas principais vilas e cidades, em acordo com o art. 179, que, em seu item XXXII, previa como garantia da Constituição a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.

De acordo com Cunha Matos, em 1826,

existiam nas aulas públicas da província (exclusas as dos termos de Mariana e Jacuí, das quais não se fizeram relações), 1.107 alunos de primeiras letras, 233 estudantes de latim, 9 de filosofia, 3 de anatomia e 6 de desenho. Além desses, havia, nos dois seminários e aulas particulares (ainda excluídos os números de Mariana e Jacuí), 2.940 alunos de primeiras letras, 68 ditos de latim e 7 estudantes de filosofia. No Seminário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Serra do Caraça, havia 143 jovens. Professores recebiam vencimentos por conta da Fazenda Nacional, sendo que a província de Minas contava, no ano de 1831, com uma cadeira de filosofia racional e uma de

¹⁹⁷ Para estudo verticalizado sobre o concubinato e suas tipologias, ver: CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume, 2008.

anatomia. Os professores de primeiras letras somavam 46 e os de língua latina, 16.¹⁹⁸

Já em 1840, de acordo com o relatório do Presidente da província, havia, em Minas Gerais, “180 cadeiras de instrução primária, sendo 126 do 1º grau, 35 do 2º e 19 para o sexo feminino”, sendo que “as aulas foram habitualmente freqüentadas no último ano por 5.844 alunos e 650 alunas”. Esses números não incluíam as escolas particulares, das quais “não tem sido possível obter notícias exatas e circunstanciadas”.¹⁹⁹

Aurélio Pires, que residiu em diversas cidades mineiras, é testemunha da situação de escolaridade em Minas, em fins da década de 60 do oitocentos:

Aprendi primeiras letras aqui, ali, acolá, em aulas de ensino público de diversas cidades por onde íamos peregrinando. [...] Tenho, porém a impressão de que, se cheguei a aprender a ler e a escrever aos sete anos de idade, não foi, propriamente, naquelas aulas, confiadas, em geral, a professores brutais e ignorantes, mas graças às pacientes lições que me eram dadas, em casa, por meu pai e por minha mãe.²⁰⁰

Ainda se referindo à sua formação, Aurélio Pires relata que, se pouco aprendera, não foi por falta de esforços seus ou de seu mestre, em cujo domicílio residiu por um tempo, mas pela imperfeição do método de ensino adotado, “o qual consistia, quase exclusivamente, em decorar regras de gramática, sem explicação prática, e em repeti-las servilmente e sem assimilá-las”. O intelectual se lembrava, ainda, que a memória, não raro, era “aguçada e estimulada pelo espocar odioso dos *bolos* aplicados pela horrenda palmatória”.²⁰¹

O recenseamento também fazia referência à nacionalidade, vinculada à preocupação em se traçar o perfil dos habitantes da província e em acompanhar a chegada de forasteiros. Porém, o silêncio impera em praticamente toda a lista ouro-pretana, com exceção dos africanos, que são designados, de forma abrangente, como “pretos de nação”.

¹⁹⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais...* v. II. p. 90-92.

¹⁹⁹ Os relatórios dos presidentes da província nos mostram a preocupação da administração pública com a situação da educação em Minas. Ver: <<http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>>.

²⁰⁰ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. Companhia Nacional, 1939. (Coleção Brasileira, 146). p. 20.

²⁰¹ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 22.

Por fim, merece certo esclarecimento a variável acerca da ocupação, que buscamos na tese da professora Clotilde Paiva:

Em alguns casos, a ocupação é a atividade de onde a pessoa retira a sua fonte de renda não sendo especificada qual a sua função dentro daquela. Revela o setor da economia ao qual aquela pessoa pode estar vinculada, mais do que sua situação sócio-profissional. Em outros casos, a ocupação coincidia com o que chamaríamos de profissão, isto é, o ofício no qual a pessoa é especialista. [...] Há ainda uma terceira situação, onde está indicada não a tarefa exercida, mas a forma de participação do indivíduo no mercado. Este é o caso de ocupações como jornaleros, agência, proprietários, capitalistas, etc.²⁰²

Existem dois conjuntos de listas nominativas para a província de Minas Gerais: um para 1831/32 e outro para 1838/40. Organizadas sob a responsabilidade dos juízes de paz, “em atendimento à solicitação do Governo Provincial, esses arrolamentos objetivavam facilitar as deliberações da administração política para fins tributários, decisão político administrativa, recrutamento militar e etc.”.²⁰³

As primeiras foram pesquisadas e organizadas em uma base de dados sob a responsabilidade do Cedeplar,²⁰⁴ De acordo com os estudos, em 1831/32, havia 410 distritos de paz que compunham a província de Minas Gerais. Os distritos que possuem listas nominativas são em número de 242. Portanto, a cobertura não foi homogênea em toda a província. A área onde a cidade de Ouro Preto está inserida, tem uma cobertura de 73,8%, sendo uma das que está melhor representada.²⁰⁵ No entanto, não foram localizadas as relativas ao núcleo urbano de Ouro Preto.

As listas nominativas de 1838-40 estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, mas já sofrem estudos pontuais pelo mesmo Cedeplar/UFMG, sob os auspícios da professora Maria do Carmo Salazar Martins.²⁰⁶ A lista do distrito do Ouro Preto

²⁰² PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 62-63.

²⁰³ CORRÊA, Carolina Perpetuo. Aspectos da demografia e vida familiar dos escravos de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1833. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 20 a 24 de setembro, 2004. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004. p. 5.

²⁰⁴ Cedeplar: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

²⁰⁵ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 69-70.

²⁰⁶ Agradeço à professora Dra. Maria do Carmo Salazar Martins, pela cessão da cópia dos dados referentes à lista nominativa de 1838 de Ouro Preto.

(referente a parte da freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto) foi conservada e é sobre ela que nos debruçamos.

2.1.2- OURO PRETO NA DÉCADA DE 30

Já sabemos que Ouro Preto passou por dinâmica econômica e demográfica que se repetiu por outras vilas da região mineradora central oeste, assim nomeada pela professora Clotilde Paiva a área onde se localiza a capital provincial. O professor Tarcísio Botelho observa o mesmo perfil para Catas Altas, caracterizando o “comportamento de algumas variáveis demográficas para além do período de auge econômico como de acomodação”.²⁰⁷ Também em Catas Altas, a queda da produção aurífera, na segunda metade do século XVIII, não significou sua derrocada, pois, “desde as décadas anteriores já se observava uma diversificação da economia local, com a presença da agricultura e a produção de derivados de cana de açúcar e de milho”.²⁰⁸

O perfil da região mineradora tradicional foi traçado pela professora, que utilizou em seus estudos as listas de 1831/32, relatos de viajantes que estiveram em Minas no período e a relação de engenhos e casas de negócios por distritos, elaborada em 1836.

Localizada na área central oeste, seus tradicionais núcleos mineradores formaram uma estrutura urbana mais consolidada. Se, por um lado, os viajantes estrangeiros se sentiram frustrados por não conhecerem o fausto proporcionado pelo auge da mineração, ocorrido cem anos antes, por outro, de uma forma mais discreta, nos deram algumas pistas acerca da sobrevivência daquelas vilas e cidades. “As casas tinham melhor padrão de construção com utilização de materiais caros, como vidro, e os hábitos de consumo eram mais sofisticados, envolvendo bens de luxo importados”. A sofisticação do comércio local era identificada pelo “maior número de vendas especializadas em produtos importados”.²⁰⁹

²⁰⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. p. 4. O termo “economia de acomodação evolutiva” foi proposto pelo professor Douglas Cole Libby, em sua tese de doutorado, publicada em 1988: *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*.

²⁰⁸ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. p. 5-6.

²⁰⁹ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 117.

Nessa região, estavam os centros urbanos mais importantes, inclusive Ouro Preto. Havia um bom número de vilas de padrão mais elevado do que as demais da província, além de inúmeros núcleos de menor porte. Consoante com o tamanho de sua população, havia um bom número de casas de negócios, muitas delas bem requintadas para os padrões vigentes. O grande número e a variedade de artesãos também foi notado pelos viajantes estrangeiros.²¹⁰

A economia do século XIX estava mais organizada na parte do território onde, no século XVIII, a economia do ouro se mostrara mais vigorosa. A possível explicação para essa organização tem suas raízes nas formas de produção e de ocupação do século XVIII. A riqueza criada pela extração aurífera deu origem à formação e consolidação de núcleos urbanos nos arredores das minas. Outras atividades econômicas se desenvolveram em apoio à atividade nuclear e prosperaram, paralelas à mineração, na primeira metade do século XVIII. Com o correr do tempo, se estabeleceram, superaram a lida mineratória e proporcionaram a recuperação econômica e, conseqüentemente, populacional da região, após o declínio da produção do ouro de aluvião.

Ao consultarmos a documentação disponível, podemos identificar com certo rigor o momento da retomada em Vila Rica. Donald Ramos, ao analisar a população urbana do termo de Vila Rica, considera o seguinte movimento:

**TABELA 1: POPULAÇÃO DO DISTRITO URBANO DO TERMO DE VILA RICA
POR CONDIÇÃO SOCIAL**

	Nº de livres	% de livres	Nº de escravos	% de escravos	TOTAL
1804	6045	68,8	2740	31,2	8785
1815	4796	72,3	1841	27,7	6637
1818	4978	72,5	1892	27,5	6870
1823	5791	76,2	1808	23,8	7599

Fonte: RAMOS, Donald. A estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*. vol. V. Ouro Preto: IPHAN, 1978. p. 43 (adaptado).

O autor se utiliza de diversas fontes para nos apresentar o quadro acima. Os dados de 1804 são referentes ao censo demográfico organizado por Herculano Mathias e

²¹⁰ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 115.

confirmam sua própria observação acerca da estagnação da população geral da vila. Estes nos expõem que o êxodo urbano, iniciado a partir da segunda metade do século XVIII, decorrente da escassez do ouro de aluvião, ainda estava ocorrendo. No entanto, a relação de livres por cativos é a menor, indicando presença mais marcante do trabalho escravo. Os dados dos anos de 1815, 1818 e 1823 foram baseados em mapas estatísticos.

Entre 1804 e 1815, a população, tanto livre como escrava, declina, para, então, retomar seu crescimento. No intervalo entre 1815 e 1818, o crescimento da população livre é mais intenso, em comparação com o crescimento da população escrava, que também se dá, mas de forma mais lenta. No próximo período analisado, entre 1818 e 1823, temos maior crescimento dos livres e ligeiro declínio entre os escravos. A mão-de-obra cativa continua sendo a base da economia mineira durante todo o século XIX, mas observamos que, nos núcleos urbanos, a dependência para com o trabalho forçado diminui.

Cunha Matos nos dá um quadro populacional, para 1823, bem próximo ao apresentado por Donald Ramos. De acordo com aquele estudioso da província, a soma da população das duas freguesias, a de Nossa Senhora do Pilar e a de Antônio Dias, perfazia 7.766 habitantes. Desses, 4.901 habitantes residiam na jurisdição da paróquia do Pilar, assim distribuídos nos pequenos distritos:

- Ouro Preto e Cabeças: 3.546 almas, divididos em 827 fogos;
- Arraial de São Sebastião: 398 almas em 75 fogos;
- Arraial da Boa Vista: 692 almas em 125 fogos;
- Arraial do Rodeio: 265 almas em 365 fogos.²¹¹

Sobre o número maior de fogos por habitantes, identificado para o arraial do Rodeio, encontramos a explicação no próprio autor. De acordo com Matos, é difícil a identificação exata do número de fogos que compõem os pequenos arraiais, pois “acham-se na maior parte do tempo desertos, em consequência de residirem os seus proprietários nas fazendas de agricultura e gado (ou nos trabalhos minerais), donde ordinariamente vêm às povoações nos domingos ou dias de grandes festividades”.²¹²

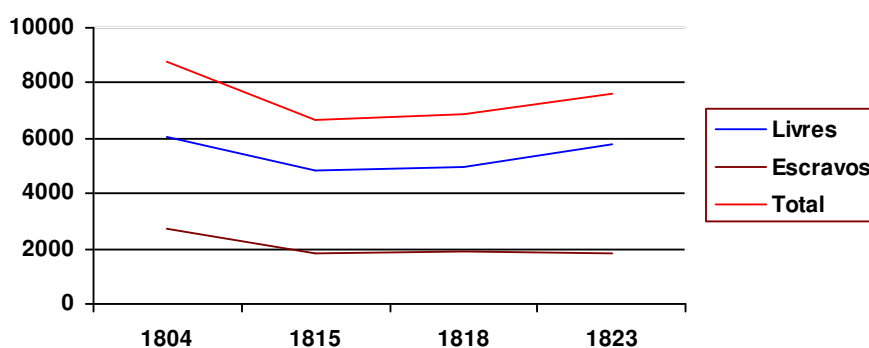
²¹¹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais...* p. 70.

²¹² MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais...* p. 71.

Apesar de ser uma tentação temerária a comparação entre diversas fontes quantitativas, devido às constantes mudanças nos limites dos distritos, aos diferentes métodos e objetivos específicos de cada levantamento, consideramos o crescimento populacional aproximado de 4% nos 15 anos que separam 1823 de 1838.

Através do gráfico abaixo, podemos observar melhor o movimento populacional no período, utilizando-nos dos dados compilados por Donald Ramos.

GRÁFICO 3: POPULAÇÃO DO DISTRITO URBANO DO TERMO DE VILA RICA POR CONDIÇÃO SOCIAL



Fonte: RAMOS, Donald. A estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*. vol. V. Ouro Preto: IPHAN, 1978. p. 43 (adaptado).

A tendência, no decorrer de todo o século XIX, foi o crescimento populacional como um todo na província. No entanto, “a proporção de escravos na população total cai com o passar do tempo em todas as regiões”, enquanto a população livre “aumentava com mais rapidez”.²¹³

O quadro abaixo, referente à paróquia do Pilar do Ouro Preto, também nos mostra o período da retomada populacional e econômica do núcleo urbano da capital de Minas. Trata-se do quadriênio 1813/1816, quando observamos o incremento de batismos em todos os setores sociais. Nos primeiros anos, observa-se, primeiramente, o decréscimo de livres. Por falta de oportunidades econômicas, jovens, principalmente homens, tratavam de buscar novas áreas mineradoras ou mesmo terras propícias para o desenvolvimento de atividade agropastoril, pois o solo da região ouro-pretana não é apropriado para vastas culturas. A chegada de escravos adultos já era bem reduzida,

²¹³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 46.

demonstrando baixo dinamismo econômico. No entanto, podemos deduzir, pela redução de batismos de crianças escravas, uma emigração também de escravos. Supomos que alguns acompanhassem seus proprietários nas novas empreitadas e outros eram vendidos para a arrecadação de capital, também para esses novos empreendimentos.

O retorno do dinamismo econômico é visualizado a partir da retomada de compra de escravos adultos e do nascimento de crianças cativas. Podemos observar, para Ouro Preto, a formação de plantéis tanto via tráfico como via crescimento vegetativo.

Enquanto o fluxo de livres permanece positivo, a chegada de boçais através do tráfico internacional é bem oscilante, sendo que, a partir de 1833, o decréscimo é definitivo.²¹⁴ Consideramos a possibilidade da chegada de africanos via tráfico interno, e estes não estariam representados nos registros de batismos, pois, em 1838, os cativos ainda são, em sua maioria, africanos. Os dados posteriores a 1830 devem ser analisados com muito cuidado, pois não podemos desconsiderar as leis proibitivas ao tráfico internacional, aprovadas a partir de 1831. Já sabemos que tais leis não foram suficientes para cessar a chegada de africanos ao Brasil e que, pelo contrário, há um acirramento da entrada de cativos nas décadas de 30 e 40. No entanto, os registros podem ter sido manipulados, pois os assentos de batismos serviam como documento comprobatório da posse de um determinado cativo e, naquele contexto, também de sua origem.

²¹⁴ Voltaremos a esse ponto ao estudarmos a presença dos africanos livres em Ouro Preto, ainda neste capítulo.

**QUADRO 4: BATISMOS POR CONDIÇÃO SOCIAL:
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO (1801-1840)**

Período	Livres	Escravos adultos	Escravos inocentes	Alforriados em pia batismal	Total
1801-1804	387	7	174	7	962
1805-1808	58	4	145	1	208
1809-1812	84	8	47	0	139
1813-1816	96	52	147	6	301
1817-1820	74	65	139	1	279
1821-1824	67	20	130	1	218
1825-1828	82	98	112	2	294
1829-1832	100	138	141	0	379
1833-1836	243	34	142	8	427
1837-1840	252	4	52	8	316

Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Após breve contextualização da província de Minas Gerais, principalmente da região onde está localizada a cidade de Ouro Preto, e da própria capital da província, nas décadas anteriores ao marco temporal proposto em nossa pesquisa, passamos a tratar de seu percurso demográfico, econômico e social.

Partimos do ano de 1838, quando podemos ter uma ampla visão da população e da composição social, familiar e cultural do distrito de Ouro Preto, parte integrante da freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Depois, passamos às três décadas seguintes, considerando que há, para esse período, relativa estabilidade social na cidade, aliada ao constante crescimento populacional. Destacamos a presença, ali, da primeira escola de farmácia da América do Sul,²¹⁵ responsável pela chegada de jovens e professores de diversas localidades e províncias do país.

²¹⁵ A Escola de Farmácia de Ouro Preto foi criada pela Lei nº 140, votada em 4 de abril de 1839. Funcionou precariamente durante os primeiros anos, chegando seus dois únicos professores a trabalharem gratuitamente, devido ao corte do orçamento destinado à instituição. Pela Lei nº 178, de 01 de abril de 1840, foi anexada ao Colégio de Ouro Preto, sob a direção do missionário e educador Padre Leandro Peixoto Rabello e Castro, da Congregação das Missões. Anos mais tarde, em 1854, foi incorporada ao Liceu Mineiro, subordinado à Diretoria Geral da Instrução Pública, quando suas subvenções foram regularizadas. Por volta de 1872, foi instalada num sobrado da rua das Mercês de Ouro Preto, prédio que foi, mais tarde, ampliado e reformado para servir à sede da Escola de Minas. In: ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930). Disponível na Internet: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>.

Temos, para nos subsidiar no estudo desse período, o relato de viagem do inglês Richard Burton, o relatório sobre a economia mineira, escrito pelo engenheiro alemão e funcionário do governo Fernando Henrique Halfeld, além da bibliografia concernente ao período, dados censitários estimativos que datam entre 1854 e 1857, e os mapas de população de 1861/63, que, se não contemplam a cidade de Ouro Preto, nos dão visão do perfil econômico da região.

2.2- OURO PRETO EM 1838

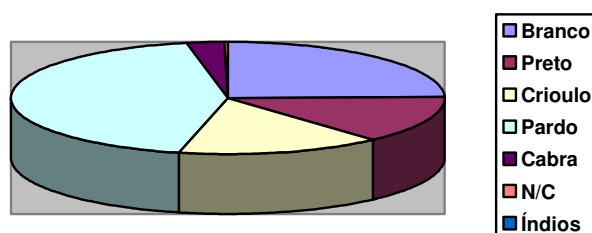
Não devemos deixar de enfatizar algumas questões acerca da lista nominativa de 1838,²¹⁶ antes de passarmos à análise de seus dados. Primeiramente, elas se referem à parte da cidade, da mesma forma como não cobre toda a freguesia abarcada pela matriz de Nossa Senhora do Pilar. Cunha Matos nos revela que, em 1837, a freguesia, ou grande distrito, de Nossa Senhora do Pilar era formada pelos seguintes pequenos distritos: Ouro Preto, São Sebastião, Boa Vista e Rodeio. Além disso, devemos lembrar que uma lista nominativa é um retrato instantâneo de uma dada localidade. Pessoas ausentes podem ter sido omitidas, além do que, o objetivo tributário e de arregimentação militar podem também ser responsáveis pela relatividade das informações. Além disso, cada distrito ficava sob a responsabilidade de um funcionário da província, e algumas informações podem ser fruto de sua subjetividade. O próprio juiz de paz que assina o documento, datado de 25 de dezembro de 1838, Tristão Francisco Pereira de Andrade, nos indica que a lista nominal dos habitantes do distrito e freguesia do Ouro Preto foi “extraída das relações dadas pelos inspetores dos quarteirões abaixo declarados em cumprimento de Ofício e recebida pelo Ilmo e Exmo Snr. Presidente da Província”. Em suma, devemos ter o devido cuidado com esse documento, da mesma forma com que devemos considerar qualquer outra fonte histórica.

De toda maneira, essa é a Ouro Preto que nos é apresentada para 1838. São 3.690 habitantes, com a seguinte constituição étnica: os pardos vêm em primeiro lugar,

²¹⁶ Para a apresentação da presente análise, utilizamo-nos da base de dados já compilada pelo Cedeplar/UFMG, gentilmente cedidos pela professora Dra. Maria do Carmo Salazar Martins. A documentação original encontra-se no Arquivo Público Mineiro (MP-Cx 07 – Doc. 19 – MP Rolo 04 /Flash-01).

com 1.604 habitantes, perfazendo 43,4% do total de habitantes; são seguidos numericamente pelos brancos (911) que formam 24,6%; os crioulos (556, ou 15%) são seguidos de perto pelos africanos (509, ou 13,8%), sendo que as duas últimas categorias, se somadas, ultrapassam o número dos considerados brancos. Temos ainda pequeno percentual de mestiços. São identificados dessa maneira os cabras e caboclos (102, ou 2,76%). Foram listados, também, 4 índios e, em sete casos, não consta a cor – ou qualidade – do indivíduo.

GRÁFICO 4: HABITANTES DE OURO PRETO POR COR EM 1838



Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Os brancos formam quase um quarto dos habitantes e, desses, grande parte constituía-se do corpo administrativo e militar da província. Esse aspecto é específico do centro administrativo provincial, pois é característico das áreas mineradoras número bem mais expressivo de pardos. Como exemplo, citamos o estudo feito por Carolina Corrêa, para Santa Luzia (MG), em que constata, através da lista nominativa de 1831 para aquela localidade, somente 8,63% de brancos.

Os pardos, que perfazem 43% da população total de Ouro Preto, muito se aproximam do percentual encontrado para Santa Luzia (44,14%). Os pardos são frutos da mestiçagem tão difundida nas Minas desde os primórdios da mineração e das práticas de alforria, presentes principalmente nas áreas de origem mineradora. A diferença entre as duas localidades volta a se apresentar com os negros. Se somarmos os crioulos e africanos, temos 28,8% para Ouro Preto, enquanto, em Santa Luzia, temos 40,5%.

O viajante Saint-Hilaire encontrou para a Vila de São João del Rei da primeira metade do século XIX número ainda maior de brancos, se comparados com a capital

mineira. Sua presença, ali, seria justificada pela tradição econômica agropecuária da região, menos dependente do trabalho cativo que a mineração e também por sua maior proximidade com a Corte, fato que possibilitou grande presença de europeus, principalmente portugueses.²¹⁷

Podemos analisar, ainda, a condição social da população da freguesia do Ouro Preto, encontrando a seguinte constituição:

GRÁFICO 5: HABITANTES DE OURO PRETO POR CONDIÇÃO SOCIAL EM 1838



Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Do total da população, 73,5% são constituídos por livres. Os escravos referiam-se a 23,14% e os forros a 3% da população. Num estudo sobre a vila de São José del Rei (atual cidade de Tiradentes), em 1795, o professor Douglas Cole Libby e a professora Clotilde Paiva nos esclarecem que o percentual da população escrava numa determinada região é sintoma de seu dinamismo econômico. Enquanto, nos tradicionais distritos mineradores, “a proporção escrava da população pairava por volta de 30% até meados do século XIX, [...] na região de São José se manteve mais ou menos estável em 40% até a década de 1850”.²¹⁸

Esse raciocínio é válido para áreas mineradoras ou voltadas para a agricultura. No entanto, lidamos com área de características econômicas mais urbanas e, por isso, consideramos outras variáveis, como a progressiva independência com relação ao trabalho cativo. Atividades especializadas ou voltadas para o comércio e a manufatura,

²¹⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...* p. 40.

²¹⁸ LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 17. n. 1/2. jan./dez. 2000. p. 23. Esse artigo nos possibilita visão detalhada do padrão identificado nas práticas de manumissão, nas Minas Gerais, a partir do exemplo de São José del Rei, em 1795.

além dos 67% dos fogos onde não consta a presença de sequer um escravo, nos indicam a presença do trabalho livre ou familiar. Apesar da pequena proporção de escravos, não identificamos sinal de estagnação econômica no período, como já observamos. O próprio professor Douglas, em pesquisa posterior sobre a mesma vila de São José, realizada com o pesquisador Afonso de Alencastro, nos esclarece que, entre 1795 e 1831, houve “declínio relativo da participação dos escravos e dos alforriados na população total”, pois, mesmo tendo registrado aumento moderado no período, não acompanhou o ritmo de crescimento da população nascida livre.²¹⁹

A pouca expressividade dos forros na composição populacional de Ouro Preto também pode ser explicada pelos estudiosos citados acima. De acordo com eles, “as alforrias haviam se tornado cada vez menos freqüentes desde o início do século XIX”.²²⁰ No entanto, fatores políticos, além dos demográficos, explicariam o pequeno número de alforriados identificados na lista nominativa de 1831 para São José del Rei. Para o sistema eleitoral emergente e para a necessidade de consolidação do Estado brasileiro, “a distinção entre o nascido livre e o forro havia perdido boa medida de sua importância”, pois a única distinção válida passaria a ser entre livre e escravo, mesmo que nem todos tivessem nascidos “sem a mancha da escravidão”.²²¹

A Constituição de 1824 definia que somente aqueles nascidos livres (ingênuos) teriam assegurado seu pleno direito à cidadania. Esse aspecto sofreu oposição por parte de políticos conceituados, como Antônio Pereira Rebouças. Para ele, “constitucionalmente, no Império do Brasil, ou se era escravo ou se era cidadão e, com base nesse princípio, quaisquer exceções abertas, aberrações”.²²²

Podemos conhecer ainda mais acerca da composição social da população de Ouro Preto ao incluirmos o componente cor ou etnia em nossa análise:

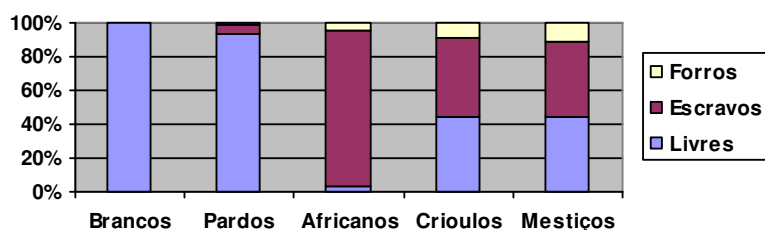
²¹⁹ LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. n. 30. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG. jul. 2003. p. 116.

²²⁰ LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade... p. 118.

²²¹ LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade... p. 119.

²²² CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 42.

GRÁFICO 6: HABITANTES POR COR E CONDIÇÃO SOCIAL EM 1838²²³



Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Todos os brancos listados eram livres. Os pardos, além de serem livres em quase sua totalidade, compunham o maior contingente da população. Não devemos deixar de considerar que a designação da cor, no Brasil escravista, não se referia exatamente à cor da pele, mas tinha imbuída, em seu conceito, fluido e permeável, a condição social do indivíduo que a carregava.

De maneira geral, a alforria privilegiava os crioulos e mestiços na mesma proporção. Para a cidade de Ouro Preto, temos, para o ano de 1838, porcentagem populacional bem pequena de forros (3%). Já consideramos a possibilidade de subdimensionamento dessa categoria, devido à fragilidade de seu lugar social, entre os livres e os cativos. Além disso, o baixo número de libertos pode ser creditado a vários fatores. Primeiramente, a designação refere-se a uma só geração. Além disso, podemos pensar na possibilidade de ser realmente bem pequeno, nesse período, o montante das alforrias na capital, pois os plantéis já eram bem reduzidos, ou seja, basicamente, as famílias já contavam com número mínimo de serviçais, voltados principalmente para o setor doméstico ou artesanal. Duas outras situações possivelmente expliquem o pequeno número de forros. A primeira é determinada pelo aumento contínuo do preço dos escravos, cujos valores vão subindo aos poucos, década a década, até 1850, quando os preços explodem. Laird Bergad computa um aumento de 33% entre 1830 e 1840.²²⁴ Por fim, é possível que o processo de secularização que se consolida no decorrer do século XIX tenha diminuído a prática de conceder alforria a escravos em testamentos. Nas

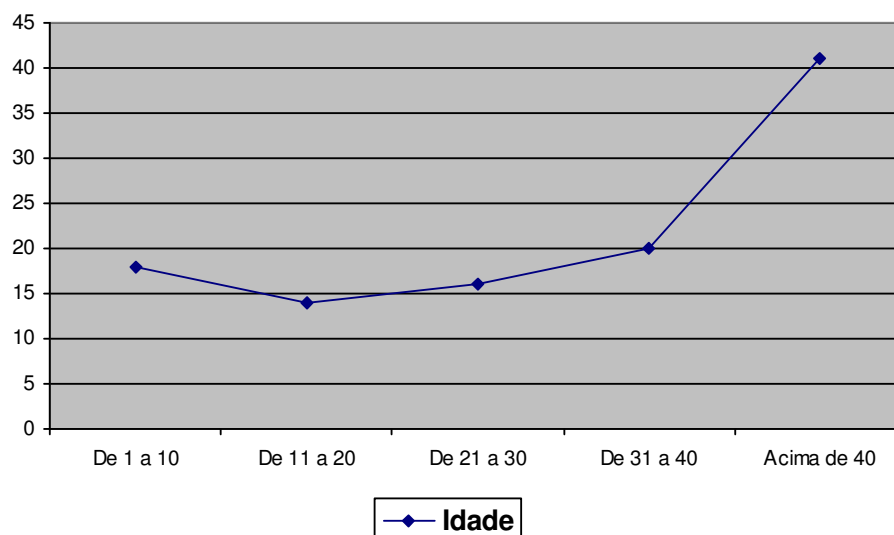
²²³ Nos gráficos 5 e 6 não foram incluídos os índios e os habitantes para os quais não constam sua cor ou condição social.

²²⁴ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 249.

Minas do século XVIII e início do XIX, era considerada prática caridosa a manumissão de um ou mais escravos que tivessem servido com devoção a seu proprietário.

A condição de liberto, muitas vezes, era alcançada tardiamente, pois, com exceção das alforrias dadas em pia batismal, era fruto de compra por parte do cativo ou era deixada através de testamento por seu dono. No primeiro caso, o acúmulo de pecúlio demandava tempo. Na hipótese da alforria via herança, também eram requeridos do cativo anos a fio de prestação de serviço e lealdade suficientes para merecer a benesse da libertação, que poderia ser ainda condicionada ao trabalho, por determinado tempo, junto aos proprietários ou a seus herdeiros. O gráfico abaixo nos indica as idades daqueles que, em 1838, foram designados como forros. Podemos identificar as alforrias dadas em pia batismal, relativas à primeira idade, que não eram numerosas. Depois, constatamos um decréscimo, pois não era interessante para o proprietário a alforria do cativo em plena idade produtiva. Por isso, o menor número refere-se aos forros entre 11 e 20 anos. A curva passa a ter ritmo ascendente mais evidente a partir dos quarenta anos de idade.

GRÁFICO 7: IDADE DOS FORROS EM 1838



Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFGM)

Em Ouro Preto, a alforria se dava preferencialmente entre as mulheres, visto que, enquanto relacionamos 30 homens forros, temos 79 mulheres libertas. Para as

Minas do século XVIII, diversos estudos historiográficos já concluíram “que as mulheres eram consideravelmente mais passíveis de receberem sua liberdade que os homens”.²²⁵ Essa tendência teria permanecido durante a primeira metade do século XIX, como foi apontado por estudo de cartas de alforrias para o termo de São José.²²⁶

Entre os negros, os crioulos tinham maior acesso à liberdade, pois somam pouco mais de 50% entre livres e forros, enquanto os africanos são cativos em quase toda a sua totalidade. Apesar da pequena representatividade, os mestiços (cabras, caboclos) têm sua constituição formada por pequena margem de maioria livre.

Os dados sobre os libertos nos indicam que os crioulos tinham maiores oportunidades de conquistar sua liberdade, comparativamente aos mulatos. Esse aspecto foi identificado para o termo de São José, no estudo já referido, e também em Ouro Preto. Entre os 109 libertos identificados na lista de 1838, 48 (44%) eram crioulos, número ligeiramente inferior à soma de africanos e pardos. Mais uma vez, concretiza-se a ideia de que a melhor condição social e econômica eram fatores determinantes para a identificação da cor entre a população oitocentista, e que a mestiçagem, no primeiro terço do século XIX, referencia-se como indício de liberdade e sintoma de progressão social. Como exemplo, citamos o caso de Felizarda Angélica do Paraíso, parda livre de 68 anos, alfabetizada, que cuida de seu negócio e chefia um fogo composto por nove pessoas, inclusive quatro escravos. Outra mulher que deve ter-se orgulhado de sua vida foi D. Senhorinha Rosa Moreira. Parda liberta, alfabetizada, vivia com seu filho, José de Souza, médico, duas outras filhas, também alfabetizadas, além de duas agregadas, sendo que uma delas ali residia com duas filhas pequenas. A aceitação social dessa senhora pode ser constatada por sua designação como “dona”, título praticamente exclusivo de mulheres brancas.

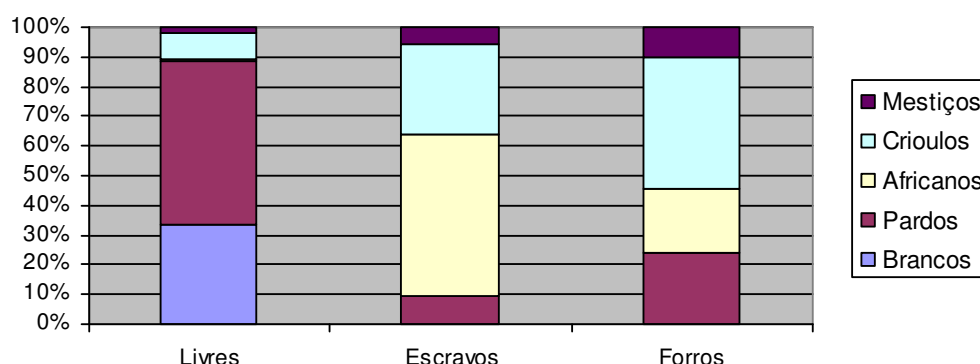
Podemos resumir, portanto, dos dados apresentados e reflexões desenvolvidas acima, que, na Ouro Preto de 1838, a composição dos livres era formada por ampla maioria parda. A grande presença de africanos entre os escravos demonstra que a situação econômica do núcleo urbano da capital já não era de estagnação, como foi

²²⁵ LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Reconstruindo a liberdade...* p. 123. Os autores citam os consagrados estudos de PAIVA (1995), HIGGINS (1999), LIBBY e PAIVA (2000) e PAIVA (2001).

²²⁶ LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Reconstruindo a liberdade...* p. 124.

identificado para o início do século, apesar da menor dependência do trabalho cativo nas atividades urbanas. Além disso, observamos a possibilidade, mesmo que mínima, de escravos nascidos no Brasil alcançarem a sua alforria nesse período e formarem famílias estáveis e numerosas, como aconteceu com Sirino dos Anjos, crioulo de 49 anos, alfabetizado, minerador, que vivia com sua mulher, Tereza Maria, e seis filhos.

GRÁFICO 8: HABITANTES POR CONDIÇÃO SOCIAL E COR



Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFGM)

No que se refere à composição por gênero, observamos proporção maior de mulheres no segmento dos livres. Enquanto os homens somam 1.235 habitantes, as mulheres são em 1.596, para um total de 2.831. O *deficit* de 361 homens equivale a 12,75% a mais de mulheres. Nesse sentido, o fato de ser centro burocrático e militar não foi suficiente para tornar a cidade pólo de recepção de elementos masculinos suficientes para o equilíbrio entre os sexos. Essa maior porcentagem de mulheres livres é observada, na capital das Minas, desde a segunda metade do século XVIII, período caracterizado pelo êxodo de jovens rapazes em busca de melhores oportunidades econômicas, devido à decadência da exploração aurífera na região. Entretanto, como já foi alertado no início deste trabalho, não podemos desconsiderar a possibilidade de homens (tropeiros, militares, fazendeiros) encontrarem-se ausentes de seus domicílios por ocasião do recenseamento.

A composição dos escravos por sexo se mostra muito peculiar. Homens somam 456 e as mulheres perfazem 403, para o total de 859, determinando, portanto, relativo

equilíbrio. Este equilíbrio é mais observado entre os crioulos. Entre os pretos nascidos no Brasil, 50,7% são homens, definindo alta equivalência entre os sexos.

Os africanos formavam a maior parte da escravidão em Ouro Preto, mas o perfil, por gênero, não segue o padrão de importação prioritária de homens, pois 275 são homens e 191 mulheres, ou seja, o gênero feminino constitui 41% dos cativos, porcentagem bem alta. Esse percentual nos faz imaginar que as escravas não vinham diretamente da África, mas foram compradas de outras localidades ou províncias, e para o trabalho requerido, não havia preferência pelo sexo masculino. O núcleo urbano se caracteriza por grande variedade de funções exercidas pelos cativos, sendo muitas delas do âmbito feminino, como aquelas específicas do trabalho doméstico. Podemos considerar também o preço inferior das mulheres cativas. Relativizamos, para esse período, a premissa de que grande número de cativos homens determina sua aquisição via comércio, enquanto o equilíbrio de sexos caracteriza o crescimento natural.

Ao consultarmos os registros de batismos da paróquia do Pilar, nos anos de 1837 e 1838, encontramos o batismo de 14 escravos adultos, que podem nos indicar serem boçais, ou seja, recém-chegados da África. Entre eles, somente dois eram homens, enquanto doze eram mulheres. Há desconfiança entre os historiadores que, mesmo os escravos tendo sido batizados precariamente nas costas africanas, antes de embarcar, o fossem novamente ao chegar no Rio de Janeiro ou em outro porto brasileiro, antes de seguir perigosa viagem até o interior do país. Chegando a seu destino final, pode ser que fossem batizados novamente. Este batismo deveria se dar *sub conditione*, pois desde os primórdios da Igreja cristã, havia a convicção de que o batismo não deveria se repetir. A discussão, portanto não versaria sobre batizar novamente, mas se o batismo anterior fora válido ou não. No entanto, o sacramento do batismo não se constituía somente num importante ritual religioso, mas a certidão daí gerada valia como comprovante da propriedade daquele cativo. Haja vista a preocupação dos registros em sempre assinalar o nome dos proprietários do batizando.

Grande parte dos africanos foi comprada poucos anos antes do recenseamento de 1838, pois, de um total de 466, pouco menos da metade (201) tem entre 21 e 30 anos, seguidos pelos jovens de 10 a 20 anos, que somam 118. Essas duas faixas etárias formam 68,5%. Temos 6 crianças cativas entre 0 e 9 anos, e outras 6 com a idade de 10 anos. Elas podem ter vindo acompanhando suas mães, apesar de ser comum a venda de

crianças em separado, principalmente quando eram frutos de relações não sancionadas pelo matrimônio católico. Mesmo entre os escravos casados, se, de alguma forma, os casais eram preservados, como orientava as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, não havia restrição sobre a venda de seus filhos.

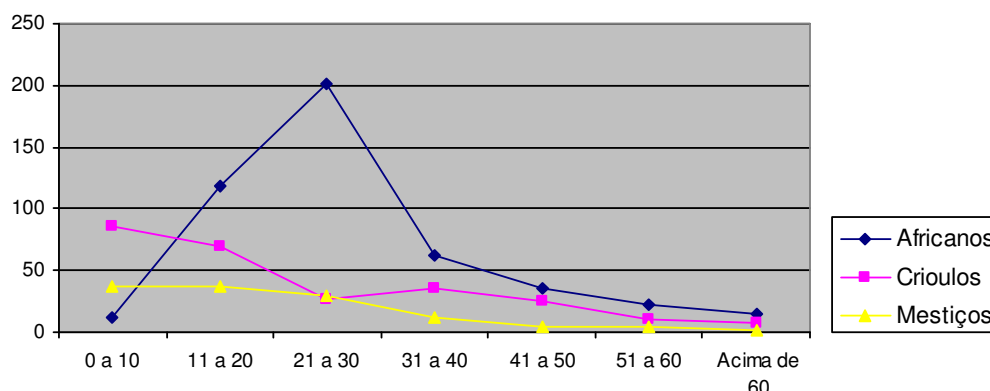
A análise por idade, entre os escravos crioulos, nos revela o seguinte perfil: 33% tem até 10 anos, seguidos pelos jovens de 11 a 20 anos. Há uma baixa considerável nos cativos de 21 a 30 anos, determinando, portanto, que os crioulos não eram conseguidos basicamente através da compra, que prioriza escravos no início da idade produtiva. Não podemos considerar essa baixa como decorrente da venda de cativos, pois, para a mesma faixa etária, temos acréscimo substancial de escravos africanos. Podemos pensar na possibilidade de os crioulos (crianças e jovens) referirem-se a filhos de africanos. Para tanto, analisemos o fogo de Nicolau Soares de Couto, apresentado adiante. Lá, estão presentes 19 escravos. Destes, 10 são homens e 9 mulheres, pois, como já observamos acima, para os afazeres urbanos não havia preferência substancial para o gênero masculino. A composição da escravaria por cor ou origem constituía-se por 14 africanos, 4 crioulos e 1 pardo. Este último, Rufino, de 30 anos, está listado em primeiro lugar, podendo tratar-se de algum cativo de confiança do chefe do domicílio. Entre os africanos, temos uma criança de 7 anos, que possivelmente acompanhou sua mãe quando esta foi comprada. Temos outro, de 52 anos, e os demais estão na faixa etária dos 20 anos. Já os crioulos têm idade abaixo de 12 anos. Apesar de o domicílio de Nicolau Soares não ser característico de Ouro Preto, como veremos adiante, referenda nossa análise e auxilia na interpretação do gráfico que nos apresenta o perfil dos escravos listados no recenseamento por faixa etária e por cor (origem).

Tanto entre os africanos como entre os crioulos, temos a presença de escravos de idade avançada. Temos 73 africanos acima de 40 anos, que perfazem 15,6% dessa categoria, e 44 crioulos com idade superior a 40 anos, ou 16,8% dos cativos nascidos no Brasil. Esses escravos mais velhos, possivelmente remanescentes de plantéis mais antigos, são prova de que a estagnação econômica não foi definidora da venda de toda mão-de-obra cativa.

Os escravos pardos e cabras (mestiços) são em menor número e sua composição por idade é bem específica. Há grande concentração de crianças e jovens cativos.

Observamos certa redução entre aqueles entre 21 e 30 anos, sendo que, a partir daí, a redução torna-se mais acentuada.

GRÁFICO 9: ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA X COR (ORIGEM) – 1838



Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Permanece, nesse período, o estado de solteiro para a maioria da população, característica encontrada na região das Minas desde o início de seu povoamento, apesar do investimento da Igreja Católica para normatizar a família mineira. Entre os livres, temos percentual de 71,36% de solteiros e 23% de casados. Se esse percentual de solteirismo já é bastante elevado, entre os escravos, ele se intensifica, pois temos 95,8% de solteiros. Entre os forros, o índice se aproxima dos livres, pois 77,3% são solteiros e 14,5% são casados.

TABELA 2: ESTADO CONJUGAL DOS HABITANTES

		Número	Porcentagem
Estado	Não consta	56	1,5
	Solteiro	2.848	77,2
	Casado	652	17,7
	Viúvo	134	3,6
	Total	3.690	100.0

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Se considerarmos a população acima de 10 anos, temos 63,4% de livres solteiros, sendo que 36,6% são ou foram casados. Entre os cativos a partir dos 11 anos,

95,5% são solteiros. É importante observarmos que a estrutura etária dos africanos é mais propensa ao casamento, pois grande parte já chega ao Brasil em idade adulta. Em 1838, a presença de africanos na freguesia ouropretana é marcante, com 232 cativos, praticamente todos acima dos 10 anos de idade. O índice de casados entre estes, apesar de pequeno, é o dobro que entre os crioulos²²⁷. A formação por gêneros é outro aspecto que influencia o maior ou menor número de casamentos entre os cativos. No entanto, como já observamos, em Ouro Preto há relativo equilíbrio de sexos na população escrava.

Os forros também têm dinâmica própria, que rege o matrimônio entre eles, ficando para os livres o matrimônio como alvo da política do Império e da Igreja, no sentido de regular a vida sexual de seus súditos e seguidores. Do total de 860 escravos, somente 12 eram casados em 1838, ou seja, somente 1,5% dos cativos tiveram acesso ao sacramento do matrimônio. Um dos motivos para tão poucos enlaces parece ter sido o pequeno tamanho dos plantéis, pois podemos considerar como excepcional o casamento entre escravos de proprietários diferentes. Na Ouro Preto de 1838, 11,7% dos fogos contava com apenas um escravo. No entanto, outras questões dificultavam a realização do matrimônio entre cativos, sendo que, mesmo no domicílio pertencente a Miguel da Silva, de 58 anos, agricultor, casado com Maria, de 64 anos, onde trabalhavam 28 cativos, todos eram solteiros. Outra explicação é a alta de preços que já se anuncia nos anos 30 do oitocentos, bem como a orientação dada pelas Constituições primeiras do arcebispado da Bahia²²⁸ para que não se separassem os casais cativos. No entanto, a ausência da efetivação do matrimônio não determina a inexistência da família escrava. A análise desta, através das listas nominativas é prejudicada, pois, na maioria das vezes, os escravos solteiros vêm todos arrolados indistintamente e, por isso, é distorcida a localização dos casais e seus filhos. No entanto, a presença de crianças crioulas, as chamadas “crias da casa”, nos indicam a presença das famílias ali constituídas.

É surpreendente o fato de 492 domicílios não terem relacionado ao menos um escravo a ser utilizado no trabalho mais pesado, no serviço doméstico ou mesmo para

²²⁷ Escravos africanos acima de 10 anos casados: 3%. Escravos crioulos acima de 10 anos casados: 1,4%.

²²⁸ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro 1, Título LXXI, § 303.

contribuir com a renda daquela família ou unidade produtiva, ao ser alugado ou direcionado a algum serviço de ganho.

2.2.1- CARACTERÍSTICAS DOS CHEFES DE DOMICÍLIO

A lista relaciona a população por domicílios, estabelecimentos ou mesmo unidades produtivas. Afinal, o mundo da vida familiar e do trabalho não se diferenciava de maneira rígida. Cada fogo é encabeçado pelo chefe (homem ou mulher), seguido por seu cônjuge, filhos, parentes, agregados, parentes dos agregados e, por fim, escravos. Há a presença de parentes dos escravos, mas em número irrelevante, apesar da curiosidade sobre qual seria sua possível relação com o chefe, aspecto fundamental para aqueles pertencentes a um mesmo domicílio.

Agregado era o nome dado a outras pessoas livres domiciliadas num determinado fogo, e que tinham uma relação de dependência com o chefe. Sua constituição era bem ampla. Podiam ser trabalhadores pobres, livres ou alforriados que executavam tarefas diversas. Além das relações de trabalho que se estabeleciam entre agregados e senhores, havia também relações mais estreitas de amizade, fidelidade e apadrinhamento. Podiam ser agregadas também pessoas idosas ou pobres, parentes ou hóspedes, ou seja, moradores de favor ou temporários. Sugerimos a possibilidade de jovens agregados serem aprendizes ou mesmo estudantes, visto que não era incomum jovens residirem na casa de seu professor ou tutor para se educarem.

Mais uma vez, lançamos mão das memórias de Aurélio Pires. Ele nos relata que, tendo concluído o curso primário aos onze anos de idade, residia na cidade mineira de Sete Lagoas, onde não havia professor público de latim e francês. De acordo com suas palavras, seu pai o colocou, como interno, na casa de um mestre dessas disciplinas, da cidade de Santa Luzia do Rio das Velhas, a fim de prosseguir o estudo das mesmas. O jovem Aurélio ainda se lembra que foram momentos difíceis, pela saudade da família, embora se lembre com carinho das mulheres residentes na casa de seu mestre.²²⁹

Constatamos que, no ano de 1838, em Ouro Preto, 172 fogos tinham agregados. Se considerarmos as 242 pessoas arroladas como agregadas, 211 como parentes (não estão incluídos aqui esposa/marido e filhos), e ainda 62 pessoas como parentes de

²²⁹ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 21.

agregados, temos uma média de 3 agregados em cada um desses fogos. Somando essas três categorias, temos 14% da população geral.

Transcrevemos, adiante, o fogo chefiado por Nicolau Soares de Couto. Este se mostra excepcional, primeiramente, pelo tamanho. É o fogo mais numeroso relacionado. Localizava-se no quarteirão 3, que significa local central da cidade.

Vemos a função conjunta de tal domicílio. Além de moradia, refere-se a um estabelecimento comercial. Nicolau, já idoso, tinha dois auxiliares para fazer a escrita da loja. Eram dois jovens sem nenhum vínculo com o núcleo familiar. A administração do negócio era dividida com Manoel Soares de Couto. Este era casado com Henriqueta de Cássia Carneiro, formando núcleo familiar secundário. Entre os escravos, há um pardo, africanos e crioulos, sendo 10 homens e 9 mulheres. A preferência era dada ao trabalho africano, e os crioulos, pela idade, eram basicamente crias da casa, sugerindo, portanto, a presença de famílias escravas. A presença de dois agregados pode referir-se tanto a parentes mais distantes como a trabalhadores livres ou mesmo aprendizes. Chama-nos a atenção o pequeno Honório M. Soares, de dois anos, pois não era costume dar sobrenome a crianças tão pequenas naquela época.

A constituição desse fogo, apesar de ser excepcional, nos dá ideia da complexidade com que as famílias se constituíam no século XIX. Encontramos, também, fogos onde não é esclarecida a relação entre aqueles ali domiciliados. Temos, por exemplo, o fogo formado por Francisco Xavier Teixeira, de 54 anos, branco, militar; João Viegas, 26 anos, pardo, negociante; e Manoel José, 16 anos, pardo, caixeiro. Os três eram solteiros e aparentemente não guardavam nenhuma relação de parentesco ou de trabalho entre si.

QUADRO 5: LISTA NOMINATIVA DE 1838: FOGO DE NICOLAU SOARES DE COUTO

Nome	Relação	Raça	Condição social	Idade	Estado civil	Alfabetizado	Ocupação
Nicolau Soares de Couto	chefe	Branco	Livre	77	Solteiro	Sim	Comerciante
Florêncio Machado Coelho	n/c	Branco	Livre	18	Solteiro	Sim	Caixeiro
Antônio de Carvalho Amarante	n/c	Branco	Livre	14	Solteiro	Sim	Caixeiro
Rufino	Escravo	Pardo	Escravo	30	Solteiro	Não	n/c
Lucas	Escravo	Preto	Escravo	25	Solteiro	Não	n/c
José	Escravo	Preto	Escravo	24	Solteiro	Não	n/c
Paulo	Escravo	Preto	Escravo	26	Solteiro	Não	n/c
Antônio	Escravo	Preto	Escravo	52	Solteiro	Não	n/c
Jusa	Escravo	Preto	Escravo	22	Solteiro	Não	n/c
Manoel	Escravo	Preto	Escravo	28	Solteiro	Não	n/c
Norberta	Escravo	Preto	Escravo	27	Solteiro	Não	n/c
Adelaide	Escravo	Crioulo	Escravo	8	Solteiro	Não	n/c
Manoel Soares de Couto	Parente	Branco	Livre	36	Casado	Sim	Comerciante
Henriqueta de Cássia Caneiro	Parente	Branco	Livre	27	Casada	Sim	n/c
Angélica Soares de Couto	Parente	Branco	Livre	11	Solteiro	Sim	n/c
Amélia Soares	Parente	Branco	Livre	10	Solteiro	Sim	n/c
Manoel Soares de Couto	Parente	Branco	Livre	8	Solteiro	Sim	n/c
Gabriela Augusta	Parente	Branco	Livre	5	Solteiro	Não	n/c
Honório M. Soares	Parente	Branco	Livre	2	Solteiro	Não	n/c
Mateus	Agregado	Branco	Livre	16	Solteiro	Não	n/c
Valeriana Rosa	Agregado	Branco	Livre	20	Solteiro	Não	n/c
Júlia	Escravo	Preto	Escravo	19	Solteiro	Não	n/c
Eugênia	Escravo	Preto	Escravo	27	Solteiro	Não	n/c
Flávia	Escravo	Preto	Escravo	27	Solteiro	Não	n/c
Delfina	Escravo	Preto	Escravo	30	Solteiro	Não	n/c
Elvira	Escravo	Crioulo	Escravo	12	Solteiro	Não	n/c
Cora	Escravo	Preto	Escravo	2	Solteiro	Não	n/c
Tito	Escravo	Crioulo	Escravo	5	Solteiro	Não	n/c
Lourença	Escravo	Crioulo	Escravo	8	Solteiro	Não	n/c
Egídio	Escravo	Preto	Escravo	7	Solteiro	Não	n/c
José	Escravo	Preto	Escravo	23	Solteiro	Não	n/c

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

A listagem dos habitantes parte da região mais central do distrito, pois se inicia na atual Praça Tiradentes (marco divisor das paróquias de Antônio Dias e do Ouro

Preto) e se encaminha para as áreas mais periféricas. Esse aspecto nos permite visualizar a distribuição dos perfis profissionais pelo núcleo urbano da capital, além das nuances acerca da escravaria. O total de almas é de 3.690, distribuídas por quatorze quarteirões e por 725 fogos. Esses fogos, ou domicílios, são identificados por seus respectivos chefes.

Entre os chefes de domicílio, 433, ou 59,7%, são homens, e 292, ou seja, 40,3%, são mulheres. Do total, prevalecem os pardos, tanto nos lares chefiados por homens como por mulheres, sendo os homens maioria (58,7%). Seguem-se os lares liderados pelos brancos, sendo assim constituídos: 40% liderados por homens, e 30% por mulheres. Entre os crioulos e pretos, os lares chefiados por mulheres ultrapassam os masculinos, sendo que a diferença maior é encontrada entre os crioulos. Enquanto temos somente 6% de homens, 13% dos fogos são chefiados por crioulas livres ou forras.

Por condição social, 95% são livres; 4,8% são libertos, sendo que somente um escravo tinha seu domicílio privativo: José, africano de 40 anos, e que morava sozinho. Não consta sua ocupação, mas residia na área periférica de Ouro Preto (quarteirão 14).

Apesar da grande proporção dos lares chefiados por mulheres, observamos menor poder aquisitivo delas. Os homens são detentores dos maiores plantéis.

QUADRO 6: CHEFES POR COR X SEXO

		SEXO		Total
		Homem	Mulher	
Cor ou etnia	Branco	176	86	262
	Preto	10	11	21
	Crioulo	26	39	65
	Pardo	216	152	368
	Cabra ou mestiço	5	4	9
Total		433	292	725

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Os médios e grandes proprietários, detentores de mais de seis cativos, são minoria tanto entre homens como mulheres, com prevalência para os homens. Quase 8% dos homens chefiam lares que se inserem nessa faixa, enquanto temos somente a presença de 1,7% das mulheres chefiando grandes propriedades. Elas são maioria somente nos domicílios onde não há a presença do trabalho forçado.

QUADRO 7: CHEFES DE FOGOS POR SEXO X PLANTEL X COR

		Cor ou etnia					Total	
SEXO		Branco	Preto	Crioulo	Pardo	Cabra ou mestiço		
Homem	PLANTEL	0 escravos	62	9	24	164	4	263
		1 escravo	29	0	2	25	0	56
		2 escravos	20	0	0	5	0	25
		3 a 5 escravos	35	1	0	18	1	55
		6 a 10 escravos	19	0	0	4	0	23
		11 a 20 escravos	8	0	0	0	0	8
		21 e + escravos	3	0	0	0	0	3
	Total	176	10	26	216	5	433	
Mulher	PLANTEL	0 escravos	43	11	39	126	4	223
		1 escravo	12	0	0	10	0	22
		2 escravos	14	0	0	9	0	23
		3 a 5 escravos	13	0	0	6	0	19
		6 a 10 escravos	1	0	0	1	0	2
		11 a 20 escravos	2	0	0	0	0	2
		21 e + escravos	1	0	0	0	0	1
	Total	86	11	39	152	4	292	

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

De acordo com o quadro acima, constatamos que o trabalho livre imperava, tanto nos lares masculinos como femininos, pois, como já consideramos, o número de domicílio onde não há a presença da mão-de-obra cativa é relevante. Em 486, ou 67%, dos fogos não havia escravos. E, onde há a presença da mão-de-obra cativa, os pequenos plantéis são maioria. Além disso, apesar do estatuto de liberdade e da autonomia de pardos e pretos, tanto africanos como crioulos, o quadro nos mostra que a diferenciação social permanece privilegiando os brancos, pois estes detêm quase a totalidade dos maiores plantéis. Os pardos têm presença marcante em propriedades cujos plantéis somam até 5 escravos.

2.2.2- CARACTERÍSTICAS DOS FOGOS

Apesar de constarem a ocupação²³⁰ de somente 18,75% dos habitantes, é possível deduzirmos algumas características econômicas de Ouro Preto. Tanto foram registradas ocupações dos membros de determinado domicílio, principalmente de seu

²³⁰ O professor Douglas Libby nos alerta para os cuidados que devemos ter na análise das listas nominativas do século XIX, principalmente no que se refere às ocupações. Para o estudioso, “o levantamento das categorias ocupacionais suscitaram problemas tanto de sistematização quanto de interpretação”. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 27-45.

chefe, como a atividade de alguns estabelecimentos. A ocupação de maior destaque relacionada é a de negociante, ou comerciante. Foram listadas 127 pessoas dedicadas a essa atividade. Em segundo lugar, estão os militares. Ouro Preto era sede de regimento provincial e denuncia a chegada de militares durante todo o período estudado. No capítulo sobre casamentos, temos a oportunidade de constatar a presença de jovens soldados solteiros e de famílias de militares mais graduados, vindos de outras localidades e províncias. Em terceiro lugar, temos a presença de 29 funcionários públicos.

Foi possível a identificação de duas escolas. Elas se localizam na área mais central, pois foram relacionadas nos quarteirões 3 e 4. Uma delas, com nove mulheres listadas, e outra com dez pessoas listadas, sendo somente um rapaz, de dezessete anos, sem que se conste sua função ali. Nessa segunda escola, há a presença de uma escrava.

No quarteirão 13, temos uma propriedade dedicada à mineração. Chefiada por Jacintha Thereza de Jesus, de 60 anos, branca, relacionada como mineira. Lá estão listados dois feitores de mineração e 21 escravos, sendo seis mulheres e os demais homens, mas todos na lida da mineração. Os dois escravos mais novos têm 31 anos e a mais velha tem 60 anos. Os feitores são pardos e, entre os escravos, três são africanos e os demais são crioulos.

Já no último quarteirão, ou seja, no limite dessa freguesia, eminentemente urbana, encontramos duas fazendas. A primeira, de propriedade de Francisca Branca, 50 anos, que ali residia com seus cinco filhos homens. Três foram nomeados como negociantes e os outros dois como feitores. Para auxiliá-los na lida do campo, encontramos a presença de 14 escravos. Dez são africanos, sendo nove homens e uma mulher. Os quatro crioulos são bem jovens. Dois têm 8 anos e dois têm 6 anos. Se algum é filho da escrava Joana, de 40 anos, não temos como comprovar, mas podemos supor, pois a presença da família escrava não era rara, tornando possível a manutenção de plantéis não somente através da compra de cativos, mas através de seu crescimento vegetativo. Apesar de Francisca ser analfabeta, seus filhos tiveram pelo menos as primeiras letras, pois constam como alfabetizados.

Nos registros de batismos referentes aos anos 30 do oitocentos, já constatamos que escravos de nações africanas continuavam chegando a Ouro Preto, inclusive sem

receio de serem assim designados pelo pároco, apesar das primeiras medidas proibitivas ao tráfico internacional, datadas de 1831.

No quarteirão 14, encontramos a fazenda de Miguel da Silva. Residia ali com sua mulher, Maria, e 28 escravos. A constituição de seu plantel é bem mais complexa. Estão ali dezoito homens e dez mulheres. Quinze são africanos (oito homens e sete mulheres), cinco cativos são crioulos e, entre os pardos, temos a presença de cinco homens e duas mulheres. A presença da família escrava nessa propriedade é bem mais provável de ser verificada, pois os cinco crioulos têm idade bem tenra, inclusive um com 2 anos. Três pardos têm menos que 13 anos. Cinco africanas têm entre 9 e 15 anos. Podemos pensar na possibilidade de essas jovens terem sido compradas para formarem famílias escravas ou, também, na hipótese de escravos mais jovens serem mais baratos e, portanto, numa região onde a economia não era tão dinâmica, que essa fosse uma forma mais acessível para se constituir um plantel. Afinal de contas, o fazendeiro Miguel da Silva se destacava na região por seu grande número de escravos, bem fora do padrão médio da região.

Constatamos a presença de três propriedades voltadas para a manufatura. São duas fábricas de louça e uma fábrica de ferro. As primeiras constituem pequenos empreendimentos, com utilização de mão-de-obra familiar e/ou livre. Joaquim Barreto, crioulo, administra sua fábrica praticamente sozinho, pois reside somente com sua mulher, Feliciano, também crioula, e com os dois filhos pequenos. A fonte não nos possibilita saber se ali era utilizado o trabalho de jornaleiros. Na outra fábrica de louça também não há a presença da mão-de-obra cativa. Seu proprietário é Francisco de Paula, pardo e alfabetizado. É casado com Leonor, parda, e possuem três crianças. Residem com eles duas parentas, de 32 e 50 anos, que possivelmente auxiliavam na produção ou nos afazeres domésticos.

A fábrica de ferro já se estabelece como um empreendimento de médio porte. Seu proprietário é Antonio Gomes Lisboa, serralheiro, pardo, de 69 anos. É casado com Maria de Oliveira, de 30 anos. Residem com eles sete filhos, sendo os três mais velhos de um possível primeiro casamento. Constatamos a presença, ainda, de três agregados, todos pardos. A escravaria é formada por sete africanos (seis homens e uma mulher), além de uma crioula. Esta, Emiliana, é bem jovem, tem 12 anos, e possivelmente é cria da casa.

Nenhum outro fogo mereceu destaque como estabelecimento eminentemente comercial, manufatureiro, administrativo ou artesanal. Deviam, portanto, conjugar o domicílio com a atividade econômica de seu proprietário. Por isso, passamos a uma análise das funções ou ocupações descritas, apesar de também serem bem limitadas. A função de cada fogo não devia ser uma das preocupações centrais dos recenseadores, pois não constam para 3.000 dos moradores. Destacamos as ocupações mais relevantes, pois nos interessa determinar o perfil econômico e social da sede da província, por sua posição própria.

Entre os residentes que se dedicavam à prestação de serviços, próprios ao núcleo comercial, destacamos os açougueiros (2), advogados (3), alfaiates (43), caixeiros ou guarda-livros (45), carpinteiros ou carapinas (18), carteiro (1), costureiras (2), padres (14), funcionários públicos (34), engenheiros (2), escrivães (2), estudantes (11), farmacêuticos (5), ferreiros (30), juiz de direito (1), marceneiros (9), médicos ou cirurgiões (3), militares (99), músicos (14), negociantes ou comerciantes (149), ourives (10), professores (3), sapateiros (43), tabeliães (2), tropeiros (12), viajantes (4), funileiros (4) e aqueles que vivem de renda (6).

Entre as ocupações que não têm um caráter eminentemente urbano, identificamos 4 faiscadores, 7 feitores, 4 hortelãos, além das fazendas já citadas.

A ausência da informação sobre a ocupação de escravos e mulheres é surpreendente. A enorme complexidade entre as situações de trabalho e outros aspectos da vida econômica e social seriam fatores determinantes para tal silêncio. Afinal, escravos e mulheres tinham implícitos, em suas condições individuais, o exercício de um leque de tarefas cotidianas voltadas para o lar, como serviço doméstico em geral, a fiação e a tecelagem, além de deverem fazer o que lhes mandassem. Essa gama de atividades podia não ser percebida pelo recenseador como algo distinto da sua própria condição. Além disso, é possível supor que ter uma ocupação determinada e reconhecida socialmente era alguma coisa que distinguia o indivíduo, tornava clara sua “identidade”, diferenciando-o dentro do grupo.²³¹

Não era rara a presença de fogos individuais. A professora Eni de Mesquita Samara observa a variedade da composição dos fogos tanto pelo número de pessoas que

²³¹ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 64.

ali vivia como pelas relações que travavam entre si. No distrito do Ouro Preto, 81 pessoas viviam sós, o que não significava que fossem solitárias, pois o grande número de celibatários podia indicar que, apesar de viverem separados, casais se “visitassem”, respondendo pelo grande número de filhos naturais.

QUADRO 8: TAMANHO DOS FOGOS POR SEXO DO CHEFE

PESSOAS	SEXO		TOTAL
	Homens	Mulheres	
1	32	49	81
2	77	64	141
3	63	51	114
4	48	44	92
5	34	26	60
6	29	14	43
7	28	15	43
8	25	6	31
9	28	4	32
10	18	8	26
11	12	3	15
12	4	1	5
13	10	1	11
14	2	2	4
15	2	2	4
16	5	0	5
17	2	0	2
18	2	0	2
20	3	1	4
21	3	0	3
22	1	0	1
24	1	1	2
25	1	0	1
29	1	0	1
30	1	0	1
31	1	0	1
Total	433	292	725

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFMG)

Pequenas famílias também são destaque no perfil dos domicílios de Ouro Preto, e podemos conjecturar sobre a relação entre o pequeno número de filhos e a idade mais avançada dos noivos por ocasião de seu casamento.

Observamos, ainda, pessoas vivendo na mesma residência, mas sem qualquer vínculo de parentesco. O quadro acima nos mostra essa situação.

Os homens são chefes de domicílios em 60% dos casos, e, economicamente, são mais poderosos, pois, enquanto as mulheres se destacam nos pequenos fogos, sua presença vai diminuindo na medida em que aumentam o número de componentes dos mesmos. Portanto, não deixa de ser admirável que uma mulher administre uma residência onde vivem 24 pessoas.

Se considerarmos o número de filhos pelo número de chefes de domicílio, temos uma média de 1,35, número bem baixo. Se desconsiderarmos os fogos em que não há filhos relacionados, a média passa a ser de 2,98 filhos por fogos. Não é predominante a família numerosa em Ouro Preto, nesse período. De maneira geral, tanto o número de livres como o de escravos é pequeno por domicílio.

Temos uma média de 1,12 escravos para cada fogo. No entanto, temos 492 fogos onde não há a presença de cativos, perfazendo quase 68% do total de domicílios arrolados. Podemos determinar, portanto, que, entre os domicílios que contam com a mão-de-obra cativa, a média é de 3,5 escravos por fogo. Em 85 fogos (11,7%), temos a presença de um único cativo. As pequenas propriedades de cativos determinavam maior convívio entre estes e seus senhores. Muitos trabalhavam ao lado de seus donos, no serviço doméstico ou auxiliando-os em seus pequenos negócios. A exiguidade dos terrenos também se responsabilizava por aproximar os escravos de seus donos. Na ausência de senzalas, podiam dormir em quartos, nos fundos da casa, ou mesmo no chão da cozinha. O professor Douglas Libby, ao analisar o perfil dos oficiais mecânicos e artífices em Vila Rica, a partir do Censo de 1804, faz uma surpreendente afirmação. Ele diz que os brancos relacionados como artífices constituíam pouco menos que um quinto da população total da vila, e que, portanto, não haveria, entre eles, uma intrínseca aversão à participação em atividades envolvendo habilidades manuais. O historiador observa que, já no início do século XIX, na futura Ouro Preto, praticamente “todos os homens brancos arrolados como artesãos eram também proprietários de escravos e alguns de seus cativos praticavam o mesmo ofício que seus senhores”.²³² Esse é mais

²³² LIBBY, Douglas Cole. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume. 2006. p. 67.

um mito que se desfaz, pois, de acordo com a historiografia tradicional, haveria forte aversão dos brancos ao trabalho manual, considerado como “trabalho escravo”. O forte envolvimento da população livre e também branca nos mais diversos campos do trabalho é confirmado em nossa análise da lista nominativa de 1838, para a Imperial Cidade de Ouro Preto.

TABELA 3: RELAÇÃO COM O CHEFE DO DOMICÍLIO

	Número	Porcentagem
Não consta	354	9,6
Chefe	725	19,6
Cônjuge	268	7,3
Filho	982	26,6
Parente do chefe	211	5,7
Agregado	242	6,6
Parente do agregado	62	1,7
Escravo	817	22,1
Parente do escravo	29	0,8
Total	3.690	100,0

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFGM)

Esses dados, juntamente com o número de agregados e parentes, terminam por nos convencer de que, em 1838, o trabalho não era somente o escravo. Havia utilização de mão-de-obra livre tanto agregada como familiar, como observamos na casa de Ângela, de 56 anos. Esta residia com seus quatro filhos, que tinham idades entre 20 e 26 anos, e cinco parentes, sendo duas crianças de 7 e 9 anos, dois idosos e uma jovem de 24 anos. Consta a ocupação do parente mais idoso. Serafim, de 70 anos, era negociante. Em outros domicílios, o trabalho era dividido entre escravos e livres. Narciso, carpinteiro de 34 anos, residia com sua mulher, Praxédia, de 32 anos, com sua escrava, Cândida, de 30 anos, e um agregado, Francisco, de 14 anos.

2.2.3- ALFABETIZAÇÃO

A relação das pessoas alfabetizadas ou não-alfabetizadas é novidade na lista de 1838. Até então, esse dado não aparece nos recenseamentos. Temos, assim, para esse ano, 1.225 alfabetizados, que contemplam 33% da população geral. Destes, somente 0,5% é de escravos, determinando a alfabetização como prerrogativa quase absoluta dos livres. Temos somente 18 escravos alfabetizados. Dois deles eram sapateiros. Entre os 12 forros alfabetizados, também temos relacionadas algumas ocupações: além de 2 comerciantes e 2 carpinteiros, temos um indivíduo relacionado para cada uma destas atividades: alfaiate, cirurgião, pedreiro, sapateiro – todas ocupações de caráter bem urbano, e que necessitavam certo conhecimento, mesmo que prático. Como vimos acima, os estabelecimentos educacionais eram raros ainda nesse período. As primeiras letras eram ensinadas, principalmente, no interior das próprias casas, por familiares, padres ou preceptores contratados.

Entre os livres acima dos 7 anos, 51% das pessoas sabiam ler e escrever, pelo menos suficientemente para serem consideradas alfabetizadas. Entre os forros, a porcentagem dos alfabetizados baixava para 11%, bem inferior ao índice registrado entre os livres, mas já demonstrando seu afastamento do mundo cativo, ou seja, sua relativa ascensão social média. Entre os libertos alfabetizados, temos a presença de um agricultor, um cirurgião, um mineiro e um pedreiro. As atividades de alfaiate, caldeireiro, carpinteiro e ferreiro listavam 2 indivíduos cada. Três eram comerciantes e ainda se destacavam 5 sapateiros.

A análise por cor nos indica que 606 brancos eram alfabetizados, 542 pardos, 58 crioulos, 14 cabras e 3 pretos. Se considerarmos a população como um todo, vemos a concentração que se dá entre os brancos alfabetizados, pois, enquanto se constituem em 24,6% da população como um todo, formam quase 50% dos alfabetizados.

A concentração de alfabetizados também se dá entre os homens, em detrimento das mulheres. Apesar de estas serem majoritárias na sociedade ouro-pretana, somam somente 34,5% daqueles que sabem ler e escrever. Mesmo se considerarmos somente os chefes de domicílio, observamos que, dos 292 lares chefiados por mulheres, 27,7% eram alfabetizadas, enquanto, entre os homens que encabeçavam seus lares, 86,8% eram

alfabetizados. Observamos fogos em que os filhos homens são letrados, enquanto às mulheres não é dada a oportunidade para se alfabetizarem.

A alfabetização passa a ser um fator importante para a mensuração da modernidade de um país ou região no século XIX. Em 1840, é implantada, em Ouro Preto, a Escola Normal, para preparação de novos professores. Em 1848, é criada a Diretoria Geral de Instrução Pública, para supervisionar o avanço da educação provincial.²³³

De acordo com Richard Burton, “em toda a Inglaterra, em 1840, apenas 58% das pessoas podiam assinar seu nome nos registros de casamento. Em 1851, a população elevou-se a 62%, e, em 1864, a 72%”. Da mesma forma, na França, na década de 60, “uma terça parte da população não sabe ler e escrever”.²³⁴ A existência desse quesito nos recenseamentos de 1838 demonstra a preocupação das autoridades centrais em conhecer o perfil de sua população para a elaboração de políticas afinadas com o conceito vigente de civilidade.

Por fim, temos a identificação dos habitantes por nacionalidade. Consideramos aqueles não identificados como brasileiros. Curiosamente, os portugueses não são identificados entre os estrangeiros. Sabemos que “a Constituição de 1824 naturalizou todos os nascidos em Portugal que aqui permaneceram após a independência e que tivessem aderido à ‘causa do Brasil’”.²³⁵ No entanto, apesar do silêncio dos recenseadores, nós observamos, através dos registros de casamentos, a presença de diversos lusitanos em Ouro Preto.

No decênio de 1830 a 1840, tivemos o casamento de três portugueses. O alemão residente em Ouro Preto é o engenheiro Fernando Halfeld, que, em 1836, foi nomeado engenheiro da província de Minas Gerais, quando passou a residir na cidade. Destacamos a presença de africanos, denominados de forma genérica, ou com identificação de sua origem ou região de embarque para o Brasil, formando 6,5% da população.

²³³ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. vol. IV. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [s.d.]. p. 1034.

²³⁴ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 343.

²³⁵ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. p. 19.

TABELA 4: COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NACIONALIDADE

		Número	Porcentagem
Nacionalidade	N/consta	3.444	93,3
	Estrangeiro	4	0,1
	Alemão	1	0,0
	Francês	2	0,1
	Africano	5	0,1
	Angola	11	0,3
	Benguela	6	0,2
	Cabinda	2	0,1
	Cassange	2	0,1
	Congo	8	0,2
	Mina	1	0,0
	Moçambique	6	0,2
	De nação	197	5,3
	Rebolo	1	0,0
	Total	3.690	100,0

Fonte: Lista Nominativa de 1838 (Cedeplar/UFG)

Apesar das primeiras medidas do governo central, buscando incentivar a entrada de colonos europeus no Brasil, estes não chegaram ainda em Ouro Preto. A política de colonização visava a áreas agrícolas ou despovoadas. Já em 17 de dezembro de 1831, formava-se comissão encarregada de apresentar propostas ou representações sobre os diversos pontos indicados para a instalação de projetos de desenvolvimento provincial, como de navegação do rio Doce, de cultura dos sertões, e a civilização dos indígenas selvagens. Para tanto, seria necessário o aumento da população, “através da emigração de estrangeiros úteis e laboriosos que venham fixar residência e empregar seus fundos e faculdades intelectuais, já na agricultura, já na mineração e já, finalmente, na exploração de muitos produtos [e no] desenvolvimento da indústria rural e fabril”.²³⁶

O incentivo dado pelo governo central para a imigração europeia, no Brasil, foi intensificado a partir de 1852, devido ao final da entrada de africanos. Havia receio de escassez de mão-de-obra, principalmente na lavoura; por isso, o objetivo era que esses trabalhadores fossem encaminhados para as fazendas ou para colônias rurais. De acordo com Richard Burton, a lista oficial contabilizava 10.032 imigrantes entrados no Rio de Janeiro durante o ano de 1867. Destes, cerca da metade era formada por portugueses;

²³⁶ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 1064.

outras nações somavam 2.411, seguidos pelos norte-americanos. Havia ainda ingleses, alemães e irlandeses.²³⁷ Em Minas, as primeiras levas se dirigiram para o vale do Rio Doce. Em 1868, entraram 2.700 pessoas no país, sendo que, para Minas, vieram 100 imigrantes.²³⁸

2.3- A ESTABILIDADE: OURO PRETO EM MEADOS DO SÉCULO (DÉCADAS DE 50 E 60)

A característica básica de Ouro Preto, em meados do século XIX, é a estabilidade social e econômica, ligada ao relativo crescimento de sua população. Para a época abordada neste item da pesquisa, não temos dados censitários para o núcleo urbano de Ouro Preto e, por isso, nos remetemos a informações mais abrangentes que cobrem a região Central-Mineradora – também identificada pela história econômica como Metalúrgica-Mantiqueira –, aos registros paroquiais e aos viajantes que lá estiveram, com destaque para o cientista, explorador e escritor Richard Francis Burton, e para o engenheiro alemão Fernando Henrique Halfeld.

De acordo com Richard Burton, Ouro Preto teria, na década de 60 do século XIX, entre 6.000 e 10.000 almas, em 1.500 casas, com uma proporção de seis brancos para um negro, em 1865, caindo ainda mais por ocasião de sua visita (sete para um). Essa informação parece ter sido recebida dos moradores locais, pois, numa observação pessoal, o visitante diz que prefere o número de 8.000 para o número de habitantes, considerando, no entanto, a presença de considerável população flutuante, podendo, portanto, chegar a 10.000 em determinadas ocasiões. Ao confiarmos nesses números, temos ligeiro acréscimo populacional entre os anos 20 e 60 do oitocentos, confirmando a situação de estabilidade encontrada pelos demógrafos e historiadores econômicos que analisaram a região mineradora central.

Roberto Martins nos informa que “não houve nenhuma redistribuição significativa da população escrava entre as regiões neste período”. As regiões da Mata e do sul receberam maior contingente cativo, mas esse aumento não foi decorrente da

²³⁷ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 22.

²³⁸ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 21.

perda de outras áreas, mas de outras províncias.²³⁹ Ainda de acordo com Martins, “a região Metalúrgica-Mantiqueira, que abrigava a maior parte das antigas áreas mineradoras [...] teve uma importação líquida de 31.915 indivíduos, equivalente a quase 40 por cento de sua população inicial, e a 34 por cento do total importado pela Província”.²⁴⁰ Como assinalamos anteriormente, Ouro Preto já não se baseava exclusivamente no trabalho escravo em 1838, pois, na maioria dos fogos, não havia a presença de cativos. Paulatinamente, o trabalho escravo vai cedendo espaço para o livre, devido à proibição do tráfico internacional, que determinou o aumento do preço dos escravos.

Consideramos que o desenvolvimento econômico regional não deixa de se refletir na capital provincial; se, por um lado, Ouro Preto é importante mercado para bens de consumo, por outro, é polo fornecedor de serviços. A cidade, além de sede do poder administrativo, é polo receptador, principalmente do elemento livre que para lá se dirige em busca das novas oportunidades econômicas, sociais e culturais.

O relatório sobre a província de Minas Gerais feito pelo engenheiro Halfeld cobre o período entre 1836 e 1855. Publicado em 1862, nos informa que, naquela época, o número de escravos chegava a 318 mil, o que representava 25% da população total. Halfeld nos indica, ainda, que:

Nos dois últimos anos, enquanto algumas províncias do norte, principalmente a Bahia, devido à escassez de alimentos, à miséria e à crise financeira, tiveram de vender grande parte de seus escravos para o Rio, os proprietários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se fortaleceram com essa mão de obra.²⁴¹

Como já foi referido, no início do capítulo, a agricultura mantém-se como a base econômica da província, principalmente a produção de alimentos. A cultura mais extensa e importante é a do milho: “Este é o alimento mais indispensável para todas as

²³⁹ MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 124.

²⁴⁰ MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. p. 124-125.

²⁴¹ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 106. Em nota de rodapé, Roberto Martins dá seus próprios números, que não se diferenciam substancialmente daqueles de Halfeld: “Meu próprio cálculo, baseado em fontes arquivísticas do período 1854-1857 é de uma população total de 1.302 mil habitantes em 1855 (318 mil cativos e 984 mil livres) e 1.585 mil em 1860 (336 mil escravos e 1.249 mil livres). p. 108.

camadas da população, a principal ração para os cavalos e as mulas, e sua farinha grosseira substitui o pão”. Em segundo lugar em importância está a cana de açúcar”.²⁴²

O autor cita também o café, o feijão, o arroz, o trigo, abóboras e o algodão.

Ainda de acordo com Halfeld, “a pecuária é tão importante para a província de Minas quanto a agricultura”. O dinamismo do setor é evidenciado pela observação de que “Minas abastece a capital do império e uma grande parte da província do Rio de Janeiro com gado de corte”. O autor considera significativa a criação de suínos.²⁴³

As localidades não eram auto-suficientes e Ouro Preto, além de centro consumidor de alimentos e bens diversos, era rota para as demais regiões da província, dando-lhe destaque para o comércio.

O gado bovino, que servia à capital, vinha da região do rio São Francisco, demonstrando a amplitude do comércio intraprovincial.²⁴⁴ Em meados do século XIX, o transporte desenvolvia-se, inclusive com o início da construção de ferrovias, privilegiando ainda mais Ouro Preto como centro comercial. Halfeld nos esclarece que, naquela época, só existia uma estrada que fazia jus a esse nome, pois podia “ser percorrida por carros”. Todos os outros caminhos serviam apenas para animais de montaria ou de carga ou, no máximo, para carros de bois. “A estrada de rodagem, ou *grande estrada de Minas*, começava na fronteira com a província do Rio de Janeiro, mais exatamente no Rio Paraibuna”. A ideia era “ligar a capital do Império à província da Bahia, cortando Minas Gerais em toda a sua extensão”. De Barbacena, passaria a Ouro Preto; seguindo para Sabará até sua junção com o São Francisco. O primeiro trecho, entre Petrópolis e Juiz de Fora, já fora construído na ocasião, pela “companhia de capital aberto, chamada União e Indústria, liderada por um mineiro, Mariano Procópio Ferreira Lage”.²⁴⁵ Inaugurada em 23 de julho de 1861, “entrou rapidamente em declínio em virtude da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que só começou a

²⁴² HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 111-112.

²⁴³ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 113-114.

²⁴⁴ RESTITUTTI, Cristiano Corte. O mercantilismo interno provincial: um estudo dos preços de mercado dos gêneros da produção mineira em 1839/40. *Seminário de Economia Mineira*. Cedeplar/UFMG. 2006. p. 12.

²⁴⁵ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 126.

operar em território mineiro em 27 de junho de 1869, mas já competia por fretes com a União e Indústria desde 1864”.²⁴⁶

O relatório de Halfeld nos informa que, alguns anos antes, era grande a produção de bom tecido de algodão, “utilizado principalmente na confecção de camisas e de calças para os escravos, do qual se fazia uma exportação considerável para o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, onde havia sempre grandes fazendeiros interessados em comprá-lo”. No entanto, ele observa a decadência desse ramo da indústria, e nos dá suas razões:

primeiro, o algodão não tem sido mais plantado na mesma extensão de antes, pois o trabalho escravo encareceu e, segundo vários fazendeiros, os algodoeiros degeneraram e não produzem o mesmo que outrora. Em segundo lugar, porque é importado dos Estados Unidos e da Inglaterra por preço muito mais baixo, um tecido semelhante, com o qual o pano mineiro, mais forte mas de custo bem mais alto, não consegue competir.²⁴⁷



FIGURA 10: Foto da capela de São Francisco de Assis, na segunda metade do oitocentos.

²⁴⁶ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Nota de rodapé escrita por Roberto Borges Martins, p. 126.

²⁴⁷ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 115.

A foto acima, tirada por Marc Ferrez, e datada de 1880, nos mostra o contraste entre a beleza rococó da capela de São Francisco de Assis, projetada e adornada por Aleijadinho, e o mercado onde tropeiros concentravam seus negócios. Essa vista nos permite concluir pela importante posição de Ouro Preto como entreposto comercial e mercado consumidor, tanto de produtos alimentícios como de objetos manufaturados, vindos da Corte ou importados, que abasteciam a elite política e econômica da capital provincial.

De acordo com o critério do engenheiro Halfeld, toda a província de Minas Gerais era muito pobre em entidades voltadas para a formação cultural e o entretenimento. Só havia biblioteca pública na capital e em São João del Rei, estando ambas em situação muito precária até 1858. Ele considera medíocre o jardim botânico localizado na vizinhança de Ouro Preto, da mesma forma como “o único teatro da província, que fica também em Ouro Preto. Lá está situada a *Typografia Provincial*, onde é impresso o jornal do governo, o *Correio Oficial*”.²⁴⁸

Nesse meado de século, já temos, no entanto, a presença de estabelecimentos educacionais em Ouro Preto, como o Liceu Mineiro, para estudos secundários. Fundado em 05 de fevereiro de 1854, foi considerado por Halfeld como “principal escola secular da província”, apesar de, ainda de acordo com o alemão, apresentar “deficiências tão grandes que os deputados da Assembléia Provincial já aconselharam várias vezes o seu fechamento”.²⁴⁹ Nesse mesmo ano, foi incorporada ao Liceu Mineiro a Escola de Farmácia, que vinha funcionando precariamente desde a sua fundação, em 1839. Passou a ser subordinada à Diretoria Geral da Instrução Pública, tendo suas subvenções estabilizadas. Nessa época, ficou sediada no prédio da Inspetoria da Instrução Pública, na rua São José, junto com o Liceu e Ginásio Mineiro. “As aulas teóricas e práticas eram dadas numa única sala e a Escola era dirigida pelo inspetor de Instrução Pública, ficando sua fiscalização a cargo do diretor do Liceu”.²⁵⁰ A Lei nº 624, de 30 de maio de

²⁴⁸ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 119.

²⁴⁹ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 117.

²⁵⁰ Cf. ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930). Disponível na Internet: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>.

1853, previa também a criação da Escola Normal de Agricultura, que se localizaria no Jardim Botânico da capital.²⁵¹

Chamaram a atenção de Halfeld as numerosas instituições de caridade presentes em todo o Brasil. De acordo com ele, em Minas Gerais, o número de hospitais é muito grande, “tendo sido a maioria deles fundada e dotada por iniciativa particular, mas só raramente em nível suficiente para conseguir se manter sem subsídios do Estado”.²⁵² Por fim, o engenheiro cita a presença de outras duas instituições públicas da província: uma filial do Banco do Brasil e uma Caixa Econômica, ambas em Ouro Preto.²⁵³

A Ouro Preto da década de 1860 também foi observada pelo cientista inglês Richard Burton. Ao vir da cidade de Mariana, hospedou-se em Passagem de Mariana, na residência do inglês Mr. Symons, acionista da mineradora Anglo-Brazilian Gold Mining Company (Limited). A vocação mineradora da região é ilustrada pela presença, em seu entorno, de pequenas minas: “de Bawden, de Cornelius (nova), de Benício, de Honório, de Branco e as Minas da Sociedade, um serviço muito antigo”.²⁵⁴ Como nos esclarece o professor Douglas Libby, a mão-de-obra básica da mineração era a cativa, mas havia a presença de livres, inclusive de estrangeiros, como é o caso de Mr. McRogers, chefe geral da mineração que acompanhou a visita do senhor Burton. Este citou, também, outros trabalhadores especializados, como Mr. Thomas Treloar, já experiente em seu trabalho anterior, na mina do Gongo Soco, e Mr. Hosken, outro chefe de mineração.

Burton considerou o caminho entre Passagem e Ouro Preto como decadente, pois lera que, em 1801, “era cheia de pequenos povoados e ranchos de mineiros nas elevações, perto da água”.²⁵⁵ Por ocasião de sua visita, a estrada era ora lamacenta, ora poeirenta, com aspecto de abandono. Sua primeira impressão da cidade também não foi positiva. Para ele, não passava de uma aldeia, “uma única rua, construída à moda de Minas, ao longo da estrada real e perto da água necessária à lavagem do ouro”.²⁵⁶ Como

²⁵¹ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 146.

²⁵² HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 119.

²⁵³ HALFELD, H. G. F.; TSHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 120.

²⁵⁴ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 282.

²⁵⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 286.

²⁵⁶ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 287.

outros visitantes, surpreendeu-se com a topografia irregular da região, considerando, no entanto, “singular, cheia de surpresas, e, de certo modo, romântica e pitoresca, plenamente mineira”.²⁵⁷

Apesar da primeira observação acerca do aspecto aldeão da cidade, Burton passa a descrever aspectos bem modernos e dinâmicos da capital, relatando que pouco observou da decadência assinalada por Mr. Walsh, em 1829.²⁵⁸ Ou a cidade desenvolvera-se naqueles 30 anos ou o olhar de Burton era mais otimista. Consideramos o acréscimo da população, sinalizado através do aumento dos batismos, e o estabelecimento de maior estrutura pública e educacional como suficientes para acreditarmos na primeira hipótese.

Com relação aos batismos, temos, nos livros da paróquia do Pilar do Ouro Preto, informações confiáveis para o período de 1838 a 1845, e para aqueles posteriores a 1866. A década de 50 e parte das décadas de 40 e 60 estão subdimensionadas, por motivos já explicados no capítulo referente às fontes. Portanto, numa comparação entre a média de três períodos: de 1838 a 1845, de 1866 a 1873, e de 1874 a 1881, temos os seguintes números absolutos: 561, 591 e 667, indicando acréscimo de 2,6% e de 6%, respectivamente. Estes percentuais nos apontam o crescimento populacional da cidade, que pode ter sido causado pelo aumento da fecundidade, da migração líquida positiva, ou ambos os processos. Com relação à chegada de novos moradores, podemos considerar os jovens que se dirigiam à capital para estudar, os militares que formavam as tropas provinciais (apesar da diminuição do contingente, em luta no Paraguai) e aos funcionários públicos permanentemente transferidos para a sede provincial. Em 1867, sete hotéis já estão em funcionamento na cidade, além de pensões e estalagens.²⁵⁹

De acordo com Burton, a maior parte das casas tinha um andar superior, exceto nos subúrbios, onde predominavam as casas térreas. Além disso, no centro da cidade, “quase todas apresentavam vidraças e tetos forrados com esteiras de taquara”.²⁶⁰

A rua São José, considerada a artéria principal da parte ocidental da cidade, era formada por casas, lojas e armazéns. Existiam letreiros, mas as “tabuletas eram raras e

²⁵⁷ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 287.

²⁵⁸ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 294.

²⁵⁹ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 293-295.

²⁶⁰ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 289.

canhestras”. As “vitrininhas despretensiosas” eram penduradas durante o dia e retiradas à noite. A presença, ali, de artesãos e comerciantes é bem descrita:

Como todas as casas comerciais ficam ao rés do chão, os alfaiates, sapateiros e demais artesãos empregam metade do tempo conversando com algum amigo que passa. São comuns as lojas de ingleses e há, como é hábito nessas cidades abastecedoras, um pequeno comércio retalhista que vende tudo que é necessário ao tropeiro ou ao sertanejo.²⁶¹



FIGURA 11: Foto de Guilherme Liebenau. Coleção Biblioteca Nacional.

Burton também lamenta a falta de estrutura para o florescimento cultural da população, observando não haver, na cidade, nenhuma livraria. A foto acima, datada de 1875, nos permite visualizar a rua do Tiradentes, já calçada, com sobrados sólidos e bem conservados. Observamos a utilização de vidros nas janelas e as sacadas de ferro fundido, modernizações do século XIX. Burton se refere à presença do vidro na capital como sinal de opulência.²⁶²

O viajante inglês, na década de 1860, alertava para as dificuldades que a topografia de Ouro Preto traria para a incorporação dos avanços tecnológicos já vislumbrados nas cidades mais desenvolvidas. De acordo com ele, “haverá todas as pitorescas dificuldades para a construção da rede de esgotos e de gás – um preço um

²⁶¹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 294.

²⁶² BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 307.

tanto alto para tanta curvatura”.²⁶³ As ruas estreitas impossibilitavam o uso de carruagens e de “carris urbanos”, além da região não ser “apropriada para o cavalo de ferro”.²⁶⁴ Observa as terras improdutivas ao redor da cidade e conclui que a cidade só sobrevivia graças às pequenas indústrias e à presença do aparato governamental. Em sua opinião, “quanto mais cedo for encontrado novo lugar para a capital, tanto melhor”.²⁶⁵ Pelo visto, a ideia de transferência da capital já rondava as ruas da velha cidade.

2.4- O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DO TRÁFICO E A PRESENÇA DE AFRICANOS LIVRES EM OURO PRETO (1831-1872)

A Inglaterra aboliu o tráfico de escravos africanos para suas colônias, nas Antilhas, em 1807. Foram definidores para essa medida tanto os apelos humanitários como os interesses econômicos de uma elite voltada para outros investimentos ligados às manufaturas e setores financeiros. A partir daí, ela passa a pressionar os demais países a procederem da mesma maneira.

Em 1808, a invasão de Portugal pelos exércitos napoleônicos determinou a transferência da corte lisboeta para o Brasil, colocando “o governo português sob a integral dependência da armada britânica”.²⁶⁶ Aproveitando-se da conjuntura, a Inglaterra passa a exigir que D. João VI promova a gradual abolição do tráfico atlântico de escravos africanos. Com isso, em 1810, o príncipe regente D. João VI, pressionado pela Inglaterra, assinou um tratado de aliança, no qual “cooperaria com a abolição gradual do comércio de escravos e tornaria ilegal o tráfico em territórios não portugueses na África”.²⁶⁷ Em 1812, navios da marinha britânica capturaram navios negreiros portugueses na costa africana, causando muitos protestos por parte dos importadores e fazendeiros portugueses e brasileiros.²⁶⁸

²⁶³ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 294.

²⁶⁴ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 296.

²⁶⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 296.

²⁶⁶ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 41.

²⁶⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 31.

²⁶⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. p. 31.

O alvará de 24 de novembro de 1813 limita “a cinco escravos por tonelada o total de escravos que um negreiro podia carregar, além de ordenar a implementação de medidas relativas à higiene e alimentação dos cativos em trânsito”.²⁶⁹ Já a queda de Napoleão Bonaparte, em 1815, leva o Congresso de Viena a condenar tanto a escravatura como o comércio de escravos da África. Com o apoio da Grã-Bretanha, o tratado de 22 de janeiro de 1815 extingue o tráfico ao norte do Equador.

Com a proclamação da independência política do Brasil, em 1822, as pressões inglesas passam a ter como alvo o novo governo, e condiciona o reconhecimento da jovem nação à abolição do comércio atlântico de africanos. Em 23 de novembro de 1826, é assinado um novo tratado antitráfico, que determinava o fim do comércio atlântico, após três anos da ratificação do documento pelo governo inglês, que aconteceu em 13 de março de 1827. Ultrapassado o prazo e submetido à pressão externa, o Brasil aprova a Lei de 1831, determinando a proibição do tráfico. Contudo, esta não é aplicada e os escravos continuam chegando ao Brasil, principalmente pelo porto do Rio de Janeiro.

Depois de receber de cem a 1200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839, cifra que oscilou de 14 mil a 23 mil anuais durante a primeira metade da década de 1840. Chegou-se a uma média anual de quase 50 mil africanos desembarcados entre 1846 e 1850.²⁷⁰

Na realidade, desde o ano de 1826, já se observa uma compra desenfreada de africanos, pois as circunstâncias mostram a inevitabilidade próxima do final do tráfico. Manolo Florentino considera o grande número de escravos comprados a partir de 1826 como sinal de força política e econômica das elites escravocratas cariocas, ao reagirem às pressões inglesas pelo final do chamado comércio de almas ou comércio de braços.

2.4.1- A PROIBIÇÃO DO TRÁFICO

Em 1831, a Lei de 07 de novembro declarou livres todos os escravos vindos de fora do Império. Essa lei não foi capaz de terminar com o tráfico atlântico. Pelo contrário, nunca se importou tantos escravos como nas décadas de 30 e 40 do XIX. O

²⁶⁹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 42.

²⁷⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 43.

significado dessa lei foi observado, posteriormente, quando escravos africanos, se comprovassem ter chegado ao Brasil após 1831, conseguiam sua libertação, após longo processo jurídico. Apesar do pequeno número de escravos beneficiados por tal medida, foi a primeira vez que a liberdade pôde ser alcançada de outra maneira que não a concedida pelo senhor, pois, até então, a alforria oferecida espontaneamente ou comprada pelo cativo, ao final, dependia sempre do proprietário.

A Lei de 1831 sofria críticas, como as de Rebouças, deputado pela Bahia, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 1837. Para ele, o tráfico continuou existindo como contravenção, privando a Fazenda Pública da cobrança dos direitos de importação dos africanos, além de prejudicar a cobrança de impostos pelo comércio de fazendas e outros produtos, brasileiros ou não, que se fazia de um para outro lado do Atlântico. Na realidade, de acordo com a interpretação de Rebouças, a lucratividade dos importadores de escravos de má-fé aumentou ainda mais, pois se livraram do pagamento das taxas alfandegárias.²⁷¹

A situação dos africanos contrabandeados para o Brasil, a partir de novembro de 1831, determinava, para eles, duas situações: serem escravizados ilegalmente ou serem apreendidos pelo poder público. Sendo a segunda opção, os africanos deveriam ser interrogados, batizados, se ainda não o tivessem sido, e colocados em depósito – normalmente as casas de correção – sob a responsabilidade de um curador.²⁷² A partir daí, se abriam várias discussões. A primeira se deu acerca do sustento dos africanos livres. O deputado Luiz Cavalcanti afirmava que essas despesas deveriam ser pagas por meio do montante arrecadado com as multas aplicadas aos traficantes. “Entretanto, deliberadamente ou não, a quantidade de processos instaurados na justiça brasileira para julgar contrabando de africanos após 1831, é ínfima”.²⁷³ De acordo com Beatriz Gallotti,

aproximadamente 11.000 africanos foram emancipados e postos sob a custódia do governo brasileiro entre 1831 e 1856 por terem sido trazidos ilegalmente ao país. De acordo com acordos internacionais, eles tinham que servir por 14 anos como “criados ou trabalhadores

²⁷¹ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000. p. 91.

²⁷² RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* p. 185.

²⁷³ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* p. 130.

livres” e para isso foram distribuídos entre instituições públicas e concessionários particulares.²⁷⁴

Ainda de acordo com Gallotti, mais de 80% dos africanos livres foram concedidos a particulares. De maneira geral, faziam o serviço doméstico. Os homens cultivavam roças e trabalhavam como cocheiros, enquanto as mulheres cuidavam das crianças de seus concessionários. Alguns eram alugados ou podiam viver sobre si e pagar o jornal semanalmente. A concessão de africanos livres se dava por favorecimento político a funcionários do governo imperial ou membros da elite política.²⁷⁵ Em nenhum momento se pensou em preparar esses emancipados para uma liberdade de fato.

Sob a justificativa de que os africanos necessitavam de um “período de aprendizado”, foram mantidos pelo governo imperial brasileiro sob tutela por décadas.²⁷⁶ Não podiam deixar seus locais de trabalho sem autorização e não recebiam salários. Na prática, sua vida não se diferenciava da dos demais escravos. Inclusive, na grande maioria das vezes, trabalhavam ao lado destes, sem nenhum privilégio. Tal situação demonstra a resistência do governo e da sociedade brasileira em garantir não somente aos africanos, mas aos negros em geral, a plena liberdade.

Em 1837, foi elaborado um projeto de lei para ser discutido no Senado, sobre a revogação da lei de 1831. “Nesse projeto, os africanos livres que houvessem sido comprados como escravos ficariam impossibilitados de reverter sua situação e reivindicarem a condição de livres, porque os senhores que os houvessem comprado ficavam a salvo de qualquer ação penal”.²⁷⁷ Na ocasião, a utilização dos africanos livres em obras públicas também foi motivo de discussão. Holanda Cavalcanti sugeria a proibição do uso desses africanos livres em obras públicas, como uma das formas de

²⁷⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando o problema da “transição para o trabalho livre” no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres. In: *GT Mundos do Trabalho – Jornadas de História do Trabalho – Pelotas*, 6-8/11/2002. p. 01.

²⁷⁵ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando o problema da “transição para o trabalho livre” no Brasil... p. 2-4.

²⁷⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando o problema da “transição para o trabalho livre” no Brasil... p. 1.

²⁷⁷ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* p. 110.

acabar com o tráfico,²⁷⁸ informando-nos que essa prática podia, ao invés de coibir a importação de africanos, incentivá-la. Outro ponto de controvérsia era o artigo da lei de 1831 que estabelecia a reexportação dos africanos ilegalmente importados. Essa possibilidade não se realizou, pois se justificava que, além do custo e risco da viagem, aqueles seriam re-escravizados assim que chegassem à África.²⁷⁹ O projeto de lei não foi aprovado, mas demonstra a intensa discussão sobre a destinação dos africanos aportados no Brasil na década de 30 do oitocentos.

Em 1851, há a supressão do tráfico africano, como consequência do acirramento da pressão inglesa. A partir dessa data, a população escrava passa a diminuir, pois não é capaz de se manter somente através do crescimento natural. A grande mortalidade infantil, maior número de homens, uso do castigo físico, trabalho esgotante, roupas, alimentação e habitação deficientes, cuidados médicos pouco eficientes podem ser considerados, entre outras, como razões para a inviabilidade da sustentação da mão-de-obra cativa via crescimento natural. Essa impossibilidade de sobrevivência e reprodução é prova da dureza da escravidão brasileira. A visão dos proprietários era eminentemente empresarial. A busca pelo lucro a curto prazo e a facilidade de compra de mão-de-obra cativa faziam com que a manutenção da vida do escravo fosse desconsiderada.

Com o fim do tráfico, a falta de mão-de-obra torna-se mais evidente, principalmente nas províncias do sudeste, cuja cultura do café se intensifica. Estas passaram a resolver o problema de abastecimento de trabalhadores com o comércio interprovincial. Ao se comparar a situação do Brasil com o sul dos Estados Unidos, no século XIX, observamos que, naquele país, fatores como o final precoce da importação de escravos africanos e a estabilidade econômica da região possibilitaram às famílias escravas viverem numa mesma propriedade por várias gerações, daí decorrendo alta taxa de crescimento vegetativo.²⁸⁰ No Brasil, os casamentos de escravos, mais comuns em Minas e São Paulo, eram praticamente inexpressivos em outras regiões. É preciso considerar, entretanto, que, ao nos referirmos ao casamento, no Brasil, estamos considerando o rito sagrado do matrimônio católico, enquanto, nos estudos sobre a

²⁷⁸ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* p. 90.

²⁷⁹ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio...* p. 109.

²⁸⁰ Cf. GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom: 1750-1925*. New York, USA: Vintage Books, 1976.

família escrava norte-americana, são considerados os casais que vivem conjugalmente. Os ritos de casamentos em países de tradição protestante são particulares, assistidos por um pastor da própria comunidade escrava, pelo proprietário ou, então, se resume a uma festa que tem o papel de tornar pública a vida conjugal do novo casal. No Brasil, como nos demais países católicos, o casamento é precedido de um processo mais lento, onde os noivos devem comprovar terem sido batizados e não terem impedimentos para que o sacramento seja realizado. No Capítulo III, tratamos do comportamento dos casamentos entre escravos no decorrer do século XIX.

Para se reverter o quadro da falta de mão-de-obra no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, foi proposta a imigração chinesa, europeia e africana, através de leis de locação de serviços para se incentivar a colonização estrangeira. Entretanto, como eram extremamente duras, não foram capazes de promover a vinda desses indivíduos em número significativo, apesar das várias medidas de incentivo patrocinadas pelo governo central e provincial.

Apesar do grande número de livres pobres vivendo no interior do Brasil, não houve política para inseri-los como trabalhadores rurais, principalmente no sudeste. No norte e nordeste, eles foram absorvidos primeiramente, pois, nessas regiões, a economia voltada para o comércio local fez com que a escravidão declinasse mais rapidamente. Nesse aspecto, Minas Gerais se diferencia, pois, mesmo nas regiões em que a economia não está baseada na exportação ou no comércio interprovincial, a mão-de-obra escrava continua dominante, como veremos adiante.

O comércio de escravos interprovincial foi tão cruel quanto o atlântico. O deslocamento de grande número de cativos para a região cafeeicultora do sudeste possibilitou a transformação das províncias do norte em um sistema de trabalho eminentemente livre, além favorecer sua inserção no movimento pró-abolicionista, pois se tornaram independentes do trabalho escravo.

Durante a década 1860, desenvolve-se um movimento emancipacionista significativo no Brasil, que culmina, em 1871, por pressão internacional, a partir da libertação de escravos em outros países. Além disso, decisões particulares, como a dos beneditinos, em 1864, iniciam processos voluntários de libertação de escravos (até certo ponto, pois já havia a pressão social sobre os setores religiosos, administrativos e internacionais).

A Guerra do Paraguai paralisa o andamento das discussões políticas, mas dá início a algumas ações, como o decreto de 1866, que libertava escravos do Estado para servirem no exército, incentivava o alistamento voluntário, fornecia títulos de nobreza a proprietários que fornecessem escravos para o exército, ou mesmo a oferta, em 1867, de 100 contos para a compra da liberdade de escravos que fossem lutar na guerra contra o Paraguai.

Em 1868, escritores, políticos liberais, estudantes e população urbana informada iniciam forte oposição ao ministério conservador de D. Pedro II. Em 25 de agosto de 1869, foram proibidos os leilões públicos e comerciais de escravos e a venda separada de marido e mulher ou da mãe e seu filho menor de 15 anos. Em 1870, há a proliferação de clubes emancipacionistas, frequentes reuniões pró-abolição e o início do jornalismo antiescravista. Esse ano também presencia o final da Guerra do Paraguai e o início do processo abolicionista em Cuba e Porto Rico. No Brasil, intensifica-se a pressão por medidas que ao menos indicassem, para uma data futura, o final da escravidão.

Podemos concluir que, até 1871, o foco de atenção permaneceu sendo os africanos chegados ao Brasil após 1831. Os escravos crioulos ou nascidos no Brasil só passarão a ter a atenção do poder público a partir da Lei do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885).

A presença de grande número de africanos no país era motivo de preocupação na época, determinado pelo medo da “haitização”, ou seja, da rebelião dos negros, como ocorrera no Haiti, em 1804, quando da conquista de sua independência e estabelecimento da abolição da escravatura. Além disso, o discurso político – “travestido” de científico – higienista, que pregava a formação da família disciplinada, e que considerava a presença dos africanos nos “lares” brasileiros favorecedora da corrupção dos costumes e a proposta de nação europeizada baseada no “clareamento da raça” brasileira justificavam todo o debate em torno da presença e a condição dos africanos no Brasil nas décadas de 30 e 40 do XIX.

Em 28 de dezembro de 1853, o imperador, na figura de seu ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo, declara que os africanos livres arrematados por particulares ficariam emancipados depois que tivessem prestado serviços por quatorze anos e se assim o requeressem. Deveriam, então, passar a residir em lugar designado pelo governo e tomar “ocupação ou serviços mediante um

salário”, ou seja, seu trabalho seria arrendado por particulares ou pelo próprio governo para execução de obras públicas. O africano deveria requerer carta de emancipação ou ressalva de serviços e comprovar o tempo trabalhado através de testemunho próprio ou de outras pessoas, na maioria das vezes, africanos livres. Entretanto, para que recebessem sua carta de emancipação do chefe de polícia, foi montado um esquema burocrático extremamente complexo, o que nos mostra a resistência dos proprietários em se desfazerem de sua mão-de-obra já instituída. O requerimento era apresentado através de advogado ou promotor público. Em seguida, o curador era notificado, as testemunhas ouvidas. “Com os autos conclusos, o curador dava seu parecer, para só então o juiz de órfãos dar o veredicto. Julgado procedente o requerimento, o presidente da Província era notificado para determinar o local de residência daquele recém-emancipado”.²⁸¹ Em 1864, com o Decreto nº 3.340, o direito à emancipação se estendeu aos africanos livres que prestavam serviço em estabelecimentos públicos. Podemos observar a presença desses africanos, livres ou emancipados, em Ouro Preto. A Lei Rio Branco, nº 2.040, ou do Ventre Livre, como ficou conhecida, outorgada pela Princesa Isabel, em 28 de setembro de 1871, reitera o estabelecimento dos africanos aportados no país após 1831 como libertos, no parágrafo 1º do art. 6º: “Serão declarados libertos os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o Governo a ocupação que julgar conveniente”.²⁸² No art. 8º da mesma lei, observamos a preocupação do governo em identificar os cativos, mandando-se realizar, até o prazo de um ano, matrícula de todos os escravos existentes no Império, com o nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fosse conhecida.

A escravidão, no Brasil, foi uma instituição que se mostrou extremamente vital até o fim, e, até a década de 1870, os movimentos de oposição a ela podem ser considerados fracos.

O debate sobre o comércio internacional de africanos para o Brasil se dava em vários níveis. De um lado, havia a pressão inglesa, se posicionando contra desde que proibira o tráfico de africanos para suas colônias. Por outro lado, havia o interesse dos

²⁸¹ BERTIN, Enidelce. Os africanos livres e a luta pela liberdade em São Paulo no século XIX. XXIII Simpósio Nacional ANPUH. História: Guerra e Paz. *Anais...* Londrina, 2005. p. 01. In: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/ENIDELCE%20BERTIN.pdf>

²⁸² CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. p. 368.

comerciantes de escravos e dos fazendeiros brasileiros, que tinham nos cativos a base de sua mão-de-obra. Devemos considerar, também, o debate político e jurídico no qual pessoas do governo e juristas defendiam ou condenavam a escravidão, contrapondo, dessa maneira, liberais e conservadores que se revezavam no poder. Por fim, não podemos desconsiderar a opinião pública, que vai se constituindo numa força de mudança a partir da segunda metade do século XIX. A escravidão vai perdendo sua legitimidade à medida que intelectuais, jornalistas, advogados e as camadas médias urbanas passam a ver a escravidão como sinal de falta de civilidade e de atraso social.

Entre idas e vindas, a legislação do período nos mostra como essa questão complexa vai delineando seu caminho, no sentido de não lesar os proprietários e de não desestruturar a base social e econômica do país, ou seja, a libertação dos escravos deveria ser feita a longo prazo, causando o menor abalo possível. Isso aconteceu, até certo ponto!

2.5- EMANCIPADOS EM OURO PRETO

Em relatório do Governo Mineiro de 1858, consta a presença de 43 africanos livres em Ouro Preto, capital da província, sendo dois a serviço do Quartel do Corpo Policial; 1 na Repartição das Obras Públicas; 1 preso, e 39 empregados na abertura da estrada do Funil ao Saramenha, sendo que, alguma vez, foram desviados para se ocuparem de reparos de que “necessitarão as do Falcão e dos Henriques”. No mesmo relatório, é citada a presença de africanos livres em outros municípios: “mais de 40 africanos livres existem com o Barão da Ayuruoca, sob cuja direção empregam-se no serviço que demandam as estradas do Mar de Hespanha, e Leopoldina”. O relatório conclui citando a despesa da província com o sustento desses emancipados: “com todos esses africanos, e com outros empregados no Jardim Botânico, despende a Província o sustento, vestuário, curativo, e pequenas gratificações pecuniárias a 4 dos que se acham nesta Capital”.²⁸³

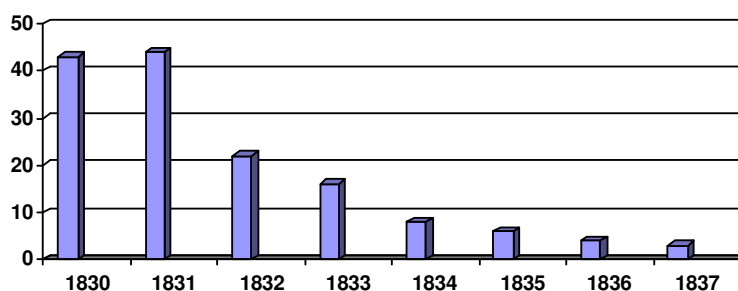
Ao analisarmos os assentos paroquiais da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, constatamos, primeiramente, que os escravos africanos continuavam a ser

²⁸³ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 23.

identificados nos registros com essa mesma condição, apesar de sua chegada ao Brasil ter se transformado numa contravenção, como vimos, desde novembro de 1831.

Observamos a presença de 58 africanos, sendo batizados entre 1832 e 1837; a partir daí, os registros de batismos de adultos tornam-se raros.²⁸⁴ Se considerarmos que o batismo se realizava assim que o cativo chegasse ao seu destino, conforme tradicionalmente mandava o Código Filipino,²⁸⁵ podemos concluir que escravos africanos continuavam chegando na província de Minas Gerais e que esse fato não era encoberto ou dissimulado.

GRÁFICO 10: BATISMOS DE ESCRAVOS AFRICANOS EM OURO PRETO (1830-1837)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Em 1863 e 1864, localizamos dois registros de casamento de escravos africanos. Apesar de não constar a idade dos nubentes, cabe perguntar se teriam chegado ao Brasil antes de 1831, afinal, mesmo que tivessem aportado bem jovens, já haviam decorrido 33 anos.

QUADRO 9: CASAMENTOS DE AFRICANOS ESCRAVOS (1840-1865)

Data	Noiva	Noivo	Proprietário dos noivos
20/06/1863	Albina	Antônio (Monjolo)	Manoel da Costa Fonseca
1864	Joana (crioula)	Antônio (Cabinda)	Justino Coelho Neto

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

²⁸⁴ Batismos de escravos adultos a partir de 1838: Efigênia, batizada em 28/10/1842; Joaquina, batizada em 15/05/1847; David, batizado em 18/06/1848; Antonio, batizado em 11/04/1850; e Rosa, batizada em 29/07/1852.

²⁸⁵ De acordo com as Ordenações Filipinas, o senhor tinha o prazo máximo de seis meses para “fazer batizar” seu escravo maior de 10 anos (Livro 5, título 99).

Francisco Iglesias, em sua obra *Política econômica do governo provincial* (1835-1889),²⁸⁶ nos esclarece que, em 1851, o governo imperial cedeu 120 africanos livres para a província de Minas Gerais. Estes deveriam prestar serviços nas obras públicas, sendo que os homens foram aproveitados na construção de estradas, enquanto as mulheres estiveram ocupadas na cultura do chá, no Jardim Botânico, ou no Hospital da Santa Casa de Ouro Preto, em serviços acomodados às suas forças e sexo, como foi determinado pelo presidente da província Francisco José de Sousa Soares de Andréia, em mensagem de 1843. Interessada no destino desses africanos livres, a presidência se preocupou ainda em promover casamentos entre eles, para vantagem geral e para “fomentar por meio dos laços de família a conveniente moralidade destes indivíduos”.²⁸⁷ Em 1847, período anterior à oferta do governo imperial, já observamos a presença de emancipados em Ouro Preto. No entanto, a informação apresentada pelo relatório provincial sobre a chegada de inúmeros africanos livres em Minas, e, especificamente, em Ouro Preto, é confirmada pelos assentos de batismos celebrados nos dias 08 e 15 de janeiro de 1854, transcritos abaixo. Esses assentos mostram-se excepcionais em sua forma por serem coletivos. Não há, no período estudado, outro exemplo desse tipo de celebração.

Aos oito de janeiro de mil oito centos e cinquenta e quatro baptizei sollemnemente aos Africanos seguintes sub conditione por não saberem dizer se forão ou não baptizados e derem alguns indícios de o terem sido. Os mesmos são livres mas obrigados a trabalharem em Estabellcimentos Nacionais. São os seguintes: (Hilena) Padrinhos Man[oel] Alves da Silva e Innocencia. (Maria) Padrinhos Jacinto Antonio da Costa e Joanna de Sousa Lima (Carolina) Padrinhos Luis er^o escravo do Vigario Rocha. (Faustina) Padrinhos o mesmo Luis er^o escravo do Vigario (Fábia) Padrinhos – Izidoro africano do jardim (Helena) Padrinho Caetano do Jardim Botanico. (Custodia) Padrinho o mesmo Caetano (Angélica) Padrinhos Francisco de Paula [...] e Maria da Conceição Lima. (Cecília) Padrinhos Jacinto Anton[io] da Costa e Francisca de Sousa Lima (Antonia) Padrinhos Domingos Africano do Jardim, e Severina escrava de D. Maria Furtunata de [...] (Emerencianna) Padrinhos Domingos Mina do Jardim e Joanna escrava do finado Major Brandão. (Flora) Padrinhos o mesmo Domingos Mina e Joanna a mesma do Major Brandão (Gervasia) Padrinhos Francisco do Nascimento e Cassia Iria (Antonio) Padrinhos

²⁸⁶ IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro* (1835-1889). Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958. p. 131.

²⁸⁷ Iglésias cita Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, em relatório de 12 de outubro de 1857.

Antonio de Magalhães Gomes (Vicente) Padrinho Francisco Africano do Jardim (Jo [...]) Padrinhos João escravo de D. Maria Senhorinha Candido dos [...]sos Pellucia; e Theresa de Faria Sousa (Manoel) Padrinhos o Caetano do Jardim e Innocencia. De que para constar f[...] este assento. O Vigario Joaquim Ferreira da Rocha. Assim m[...] (Maria). Padrinhos Manoel Soares e Maria Rodrigues. O Vigario Rocha [...] s[...] () indice os Baptisados que forão hoje oito de Janeiro.²⁸⁸

Os africanos acima não souberam dizer se já haviam sido batizados. Com isso, podemos deduzir que ainda não se expressavam bem na língua nacional, e, portanto, eram recém-chegados da África.

Os africanos abaixo listados, em outro assento coletivo, cuja cerimônia realizou-se uma semana depois, não o obtiveram *sub-conditione*, ou seja, provavelmente, não tinham ainda recebido o sacramento da iniciação cristã. Eles foram encaminhados para trabalharem especificamente no Jardim Botânico.

Aos quinse de janeiro de mil oito centos e cinquenta e quatro baptizei sollemnemente os Africanos seguintes que virão para trabalharem no Jardim Botânico desta Cidade, o que são por Lei livres = (Siprianna) [Padrinho] Antonio Joaquim Ferreira e Rosa Bhering – (Anna) Padrinhos Manoel Álvares da Silva e Antonia do Nascimento (Heduvirges) Padrinhos João Arieira (Joanna) Padrinhos Gregorio do senhor Bartholomeo e Constança de D. Maria da Graça (Balbina) Antonio Leandro Ribeiro e Maria Rita de Cassia (Prudencianna) Padrinhos Elleuterio Francisco de Paula e Cecilia Gonçalves Coelho (Anna) Padrinhos Elleuterio Francisco de Paula Prudencianna Gonçalves Coelho (Tristão) Manoel Pereira de Magalhaes e Maria Magdalena Pereira de Magalhães. De que para constar faço este assento – o Vigario Joaquim Ferreira da Rocha

Constatamos a presença maciça dos emancipados no Jardim Botânico, mas, com o decorrer do tempo, eles se inseriram em outros tipos de trabalho, principalmente após a Lei de 1871, que libertava, por fim, todos os africanos chegados ao Brasil após 1831.

A presença marcante desses africanos tanto no Jardim Botânico como em outros estabelecimentos e no trabalho de obras públicas, como na construção de ferrovias, possibilitou a recriação de sua sociabilidade, tanto por meio de estabelecimento de laços de apadrinhamento como pelo matrimônio entre eles.

²⁸⁸ Registros transcritos por Aléxis Nascimento Araújo do Livro de batismos número 3: paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Observamos, pelo quadro seguinte, a grande incidência de casamentos entre os africanos livres. Num primeiro momento, estes foram incentivados pelo governo para estabilidade daqueles recém-chegados. No entanto, com o passar do tempo, a busca pela formalização das relações conjugais permanece, demonstrando, assim, que não havia resistência cultural dos africanos pelo matrimônio, inclusive entre representantes de grupos étnicos diferentes. Pelo contrário, a busca por um novo enlace após o falecimento do cônjuge é recorrente, sendo que podemos observar casos em que uma determinada pessoa casa-se três vezes, como Carlos Braga, que, viúvo de Anna, casa-se com Anna Fernandes e, depois, com Maria Isabel; ou Calisto, que, tendo enviuvado de Custódia, casa-se com Anna Gertrude e, depois, com Roza Guilhermina.

Podemos concluir, portanto, que a razão do número insignificante de casamentos entre escravos após 1850 não é decorrente de nenhum aspecto de resistência cultural, mas da situação de cativo, como veremos adiante, no Capítulo IV.

O Jardim Botânico de Ouro Preto, planejado pelo naturalista mineiro Joaquim Velloso de Miranda, no final do setecentos, teve sua criação efetivada por Portaria, em 02 de setembro de 1825. Para seu estabelecimento, o governo foi autorizado a comprar um terreno entre as cidades de Ouro Preto e Mariana, que fosse mais adequado (Lei nº 570 de 10 de outubro de 1851, art. 5º). No entanto, não foi construído nesse local, estando localizado no lugar chamado Passa Dez, a duas léguas do núcleo urbano, na saída para Cachoeira do Campo. Em 1840, sediou a primeira Escola de Agricultura, para ensino prático, visando a desenvolver o melhor método de plantação, cultura, preparo e fabrico do chá.²⁸⁹ Era prevista para o mesmo ano a criação de um internato na mesma escola, que se propunha a “admissão gratuita de certo número de órfãos pobres; engajamento de chineses e outros indivíduos adestrados naquela indústria”.²⁹⁰

²⁸⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. p.139.

²⁹⁰ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 141-142.

QUADRO 10: CASAMENTOS DE AFRICANOS LIVRES EM OURO PRETO (1840-1880)

Data	Nome e origem da noiva	Nome e origem do noivo	Observações
07/06/1847	Anna Fernandes	Joaquim Alves Lima	Africanos livres
18/06/1859	Balbina Benguela	Domingos Congo	Trabalhavam na obra do Jardim Botânico.
02/07/1859	[] Benguela	Miguel Cabinda	Africanos livres
16/06/1859	Cipriana Benguela	Francisco Congo	"Africanos empregados no serviço do Jardim Botânico, digo livres"
27/08/1859	Emerenciana	Vitorino	Africanos livres empregados no serviço do Jardim Botânico
19/06/1860	Gervásia Benguela	Thiago Moçambique	Africanos livres empregados no serviço do Jardim Botânico
08/04/1861	Angélica Moçambique	[]	Africanos livres empregados no serviço do Jardim Botânico
27/07/1861	Jacinta Benguela	Frederico Moçambique	Africanos livres empregados no serviço do Jardim Botânico
30/08/1864	Petronilla Benguela	João Cabinda	Empregados no Jardim Botânico
30/08/1864	[] Benguela	Antônio Benguela	Empregados no Jardim Botânico
01/07/1866	Rosa Affonso de Macedo	Paulo Gonçalves	O noivo é viúvo
28/07/1866	Anna Fernandes	Carlos Braga	O noivo é africano livre, viúvo de Anna
22/08/1869	Vivência Maria Simplicia	Demetrio Antonio Jeremias	A noiva é crioula livre, o noivo é africano emancipado
06/11/1869	Angelica	Pedro	Os cônjuges são africanos emancipados. A noiva é viúva de Eloy, também africano emancipado
06/05/1871	Clara Maria da Conceição	Victor Moçambique	A noiva é crioula, filha de africanos emancipados (Rafael e Carolina). O noivo é africano emancipado.
01/03/1873	Maria Justina Pereira da Fonseca	João Paulo da Costa Benguela	A noiva é crioula livre, viúva de Valério de Medeiros. O noivo é africano emancipado
13/08/1873	Rachel Bertulina	José Leitão Benguela	O noivo é africano emancipado
20/12/1873	Anna Gertrude Gabriella	Calisto Congo	A noiva é crioula livre. O noivo é viúvo de Custódia
02/02/1874	Justiniana da Conceição Couto	Paulo Moçambique	O noivo é africano emancipado
09/05/1874	Eulália Benguela	João Cambinda	Ambos são africanos emancipados e viúvos, de Zebedeo e Petronilla, também africanos emancipados
02/05/1875	Thereza Francisca de Jesus	Eulálio Congo	A noiva é livre, filha de libertos. O noivo é africano emancipado
13/11/1875	Maria Isabel dos Santos	Carlos Braga da Costa	A noiva é filha de Cipriana, emancipada. O noivo é africano emancipado, viúvo de Anna Fernandes da Silva
11/11/1876	Carolina Ferreira de Sales	Joaquim Antônio Moçambique	A noiva é crioula livre. O noivo é viúvo de Maria Rita
12/01/1878	Roza Guilhermina Wagner	Calisto	A noiva é crioula. O noivo é viúvo de Anna Gertrude Gabriella
28/09/1878	Clementina Maria Joaquina	José Leitão	O noivo é africano emancipado e viúvo de Rachel Bertulina
02/01/1879	Justina Cardozo	Victor Menezes	Africano emancipado

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Ainda em 1840, de acordo com a lei nº 175 (de 31 de maio de 1840), foi autorizado que o governo provincial comprasse até vinte escravos para o estabelecimento do dito Jardim Botânico. Este era aberto ao público todos os dias, das 7 horas da manhã até as 7 da “tarde”, exceto aos indivíduos que estivessem embriagados, aos loucos e aos que levassem armas (regulamento nº 34).²⁹¹

O Jardim Botânico teve seu período de maior desenvolvimento na década de 40, quando foi introduzida, ali, a criação de abelhas europeias para a produção de mel e cera. Esses produtos chegaram a ser produzidos em abundância e obtinham altos preços nos mercados.²⁹² Na época, resolveu-se também pela criação do bicho da seda. Para tanto, fez-se no local larga plantação de amoreiras.²⁹³

Em sua visita a Ouro Preto, o viajante Richard Burton foi informado de que “o Jardim Botânico, que, sob os governadores-gerais, espalhou, outrora, 20.000 libras de chá pela região, foi arrendado a um particular, por 200\$000 por ano”.²⁹⁴

O memorialista Henrique Cabral também se lembrava ou ouvira falar da bela estrutura física do Jardim Botânico: “com sua grande casa assobradada, toda construída de pedras, com ampla varanda na frente, salas enormes, quartos espaçosos e outras dependências”. Completando seu relato, observou que “houve governadores da Capitania e Presidentes da Província que passavam ali dias de repouso ou que para ali iam, a fim de trabalharem mais tranquilamente”. Toda essa suntuosidade foi abandonada, “foi-se desmoronando até se tornar em ruínas, alguns alqueires de terra”.²⁹⁵ Nos anos de 1874, 1876 e 1888, quando irrompeu a epidemia de varíola em Ouro Preto, “o vasto casarão serviu de Lazareto para os variolosos ou bexigosos”.²⁹⁶

Pelas fontes analisadas, não podemos saber mais a respeito das condições de trabalho dos africanos livres naquela instituição, mas parece óbvio que trabalhavam ao lado de escravos, dividindo as mesmas funções. Possivelmente, o trabalho entre eles não

²⁹¹ Cf. NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou índice alfabético das leis...*

²⁹² CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 142.

²⁹³ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 143.

²⁹⁴ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 299.

²⁹⁵ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 139.

²⁹⁶ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 147.

era diferenciado, pois, em ambos os casos, era compulsório. Ali também trabalharam presos, até 21 de maio de 1831, quando foram substituídos por jornaleiros.²⁹⁷

Se o casamento entre africanos livres ou escravos era incentivado como fator de pacificação e socialização, estes também se inseriram na sociedade ouro-pretana a partir dos demais sacramentos da Igreja Católica e de sua adesão às irmandades de negros, já que um grande número foi sepultado, ao falecer, na capela do Rosário dos Pretos.

Africanos livres foram padrinhos de batismo de crianças filhas de escravas, após 1871, ou seja, após a Lei do Ventre Livre. Em 04 de janeiro de 1874, Maximiano, africano livre, e Antônia, escrava, apadrinharam duas gêmeas, Andréa e Avelina, filhas da escrava Joana. Em 03 de maio de 1876, Antônio Demétrio Jeremias, africano emancipado, apadrinhou, juntamente com Leocádia, escrava do capitão Carlos Gabriel d'Andrade, Idalina, filha da preta Marcela, escrava de Pedro Gomes Lisboa e sua mulher. Da mesma forma, foram padrinhos, em 1879, os africanos livres Paulo Gonçalves da Silva e Roza Afonso, e, em 1883, o africano liberto, Brás Pires, e sua mulher, Maria Joaquina Clemência.

O registro de batismo de Thereza guarda aspecto curioso. Em 15 de dezembro de 1872, Thereza, inocente, foi batizada como filha natural de Rita Ferreira, crioula livre. No entanto, consta no registro que Rita se casara com Vitor, africano emancipado em 12 de outubro. Os padrinhos também eram africanos livres: Paulo Gonçallo e Rosa Affonso. Ambos casados. Os registros em que constam batismos de filhos naturais de mães casadas são novidade nos livros paroquiais do período estudado, e será fruto de análise no Capítulo IV, no qual analisamos os batismos e casamentos.

²⁹⁷ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 87.

QUADRO 11: AFRICANOS LIVRES – PADRINHOS DE FILHOS DE ESCRAVAS (1872-1888)

Data	Batizando	Legit.	Cor	Mãe	Padrinhos
04/01/1874	Andréa	Natural	Preta	Joana (crioula)	Maximiano (afric. livre) e Antônia (Escrava)
04/01/1874	Avelina	Natural	Preta	Joana (crioula)	Maximiano (afric. livre) e Antônia (Escrava)
03/05/1876	Idalina	Natural	Parda	Marcela	Antônio Demétrio Jeremias (africano emancipado) e Leocádia (escrava)
24/06/1879	Francisco	Natural	Preto	Maria da Cruz (crioula)	Paulo Gonçalves da Silva e Roza Afonso (africanos livres)
21/01/1883	Virgílio	Natural	Pardo	Rita	Brás Pires (africano liberto) e sua mulher Maria Joaquina Clemência

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Se, por um lado, os registros de batismos apresentados acima nos indicam estreitas relações sociais entre africanos livres e escravos, a proximidade dos emancipados com os livres nos é apresentada a partir das testemunhas dos casamentos daqueles emancipados. Todos foram apadrinhados por livres em seu enlace matrimonial, determinando uma prática já observada, em outra época, para os cativos. Entre 1804 e 1839, na referida paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, temos o registro de 861 casamentos. Destes, 68 são de escravos, e somente dois casais de cativos tiveram como testemunhas de sua cerimônia de casamento outros escravos.²⁹⁸ Os demais buscavam tecer redes de sociabilidade com pessoas acima de sua condição social, que pudessem lhes proporcionar proteção a partir dos laços de parentesco espiritual.

Nos registros paroquiais, foi possível também a localização de dezesseis assentos de óbitos de africanos livres, como Tristão, falecido em 04 de fevereiro de 1856, “existente no estabelecimento do Jardim Botânico desta cidade”, e de Joaquim, morador no Botafogo, morto em 04 de maio de 1856. Seus filhos, ao falecerem, também indicavam a procedência de seus pais, como no assento de óbito de Pedro, falecido aos 3 anos, em 05 de dezembro de 1856, filho de Jacintha, africana livre, existente no

²⁹⁸ Cf. LOTT, Mirian Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839*. Belo Horizonte, 2004. (mimeo).

Jardim Botânico ou de Felippa, filha de Gervásia, africana livre, morta em 10 de março de 1857.

QUADRO 12: REGISTROS DE ÓBITOS DE AFRICANOS LIVRES (1856-1878)

Nome	Data do óbito	Local do enterro	Observações
Tristão	04/02/1856	Cap. N. Sra. do Rosário	Existente no estabelecimento do Jardim botânico desta cidade
Joaquim	04/05/1856	Cap. N. Sra. do Rosário	Morador no Botafogo
Antônio "vulgo santeiro"	25/05/1856	Adro da cap. das Almas	
Faustina	28/10/1856	Cap. N. Sra. do Rosário	Existente no Jardim Botânico
Anastácio	17/04/1857	Cap. N. Sra. do Rosário	Que existia no Jardim Botânico
Maria do Carmo	10/08/1857	Cap. N. Sra. do Rosário	Existente no Jardim Botânico (morreu no parto)
Custódio Benguela	11/03/1859	Cap. N. Sra. do Rosário	Foi encontrado morto. Existente no Jardim Botânico
Anna Benguela	07/09/1864	Cap. N. Sra. do Rosário	Casada com Carlos Moçambique. Os cônjuges trabalhavam no Hospital da Caridade
Estevão	11/08/1873	Cemitério das Dores	Solteiro
Maurício	05/08/1875	Cap. N. Sra. do Rosário	Solteiro
Rafael	30/01/1876	Campo do Raymundo	Casado com Carolina, emancipada
Eleutério	25/06/1876	Cap. N. Sra. do Rosário	Solteiro
Claudina	17/08/1877	Cap. N. Sra. do Rosário	Viúva de Rafael, também africano emancipado
Angelica	09/01/1878	Cap. N. Sra. do Rosário	Casada com Pedro, também africano emancipado
Matheos	09/05/1878	Cap. N. Sra. do Rosário	Solteiro
Amaro	27/07/1878	Cap. N. Sra. do Rosário	Casado (não consta o nome da mulher)

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Destacamos o óbito de Anna, benguela, em 07 de setembro de 1864. Anna faleceu no Hospital de Caridade, onde ela e seu marido, Carlos Moçambique, trabalhavam. Foi enterrada no Rosário e recebeu todos os sacramentos, como era desejável na sociedade barroca ouro-pretana. Em 02 de janeiro de 1863, falece Clara, filha de João Moçambique e Fábila Benguela, ambos emancipados. Em 15 de dezembro de 1864, falece Raimunda, filha de Anna Benguela e Carlos Moçambique. Como podemos observar no quadro acima, sua mãe havia morrido três meses antes. Em 30 de

abril de 1867, morre Filomena, filha de Francisco Congo e Cipriana, também emancipados. As três crianças foram enterradas no Rosário dos Pretos.

Como conclusão, reiteramos a afirmação de que os africanos livres, pertencentes ao Estado ou não, se tornaram parte da sociedade ouro-pretana da segunda metade do século XIX, a partir da observação de sua participação nos sacramentos católicos.

Além disso, teceram teias de sociabilidade com livres e escravos, a partir das testemunhas presentes em seu matrimônio, e constituíram laços de parentesco espiritual, estabelecendo relações de compadrio advindos dos batismos. Também se filiavam a irmandades religiosas, principalmente a do Rosário dos Pretos, que lhes proporcionava participação em celebrações religiosas e sociais, como procissões e missas, direito à assistência em caso de doença e necessidade, além de possibilitar-lhes enterro em espaço sagrado.

Finalmente, é importante enfatizar que, mesmo após as diversas leis e sua libertação incondicional, de acordo com a lei de 1871, muitos africanos continuaram servindo como escravos, por desconhecimento da lei que os beneficiava ou pela recusa de seus senhores em garantir-lhes seu direito à liberdade.

O processo em direção à liberdade foi lento e cheio de percalços, como veremos no próximo capítulo. A discussão sobre a abolição gradual da escravidão torna-se, entre 1868 e 1888, o centro das atenções, tanto do governo como da sociedade em geral, que vai se posicionando contra ou a favor, de acordo com seus interesses particulares e convicções ideológicas. Setores rurais, ainda dependentes do trabalho cativo, resistem à mudança estrutural do trabalho, enquanto a noção de civilidade e de modernidade que a abolição representa vai se consolidando principalmente entre os representantes dos setores urbanos. Afinada com estes últimos, Ouro Preto assumiu seu papel de liderança provincial e nacional.

CAPÍTULO III

OURO PRETO ENTRE 1868 E 1897

O Modernismo,
arrastado pela onda do progresso,
foi-se intrometendo nos costumes,
tudo modificando ou renovando.²⁹⁹

3.1- A INSTABILIDADE (1868-1889)

No artigo “Nem desconcentração espacial, nem ruralização”, a equipe do Cedeplar/UFGM³⁰⁰ analisa, de maneira bem elucidativa, o desenvolvimento econômico e o processo de ocupação demográfica na província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. Através de estudo comparativo entre as listas nominativas de 1831/32 e o Censo Geral do Império de 1872, os autores chegam a importantes conclusões, que podem ser assim sintetizadas: em primeiro lugar, os estudos historiográficos são unânimes em afirmar que a economia mineira não se desestruturou com o final da mineração, e, por ocasião do Censo Geral de 1872, ainda se constituía na província mais populosa do Império. Além disso, o caráter urbano que marcou a ocupação do território mineiro desde o século XVIII, permanece.³⁰¹

De acordo com os autores, na década de 30, praticamente 80% da população estimada concentrava-se nas áreas correspondentes “à porção meridional da província e às áreas centrais, de ocupação, pela exploração das minas de ouro e diamantes”.³⁰² A economia baseava-se, principalmente, na agricultura (cana-de-açúcar, tabaco, algodão) e pecuária (bovinos, suínos).³⁰³ A agroindústria era vigorosa (fabricação de toucinho,

²⁹⁹ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 305.

³⁰⁰ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira; SANTOS JUNIOR, José Maria dos; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. XII Seminário sobre a Economia Mineira, 29 de agosto a 1º de setembro, 2006. Diamantina. *Anais...* Diamantina: Cedeplar/UFGM, 2006.

³⁰¹ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 1.

³⁰² MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 9.

³⁰³ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 9. No capítulo anterior, já traçamos análise mais detalhada sobre a economia mineira na década de 30 do século XIX. Para tanto, baseamo-nos nos autores: LIBBY, Douglas Cole (1988), PAIVA, Clotilde Andrade (1996) e BERGAD, Laird W. (2004).

couros, laticínios, rapadura, aguardente e setor têxtil) e o extrativismo mineral de ouro, diamantes e de pedras preciosas ainda tinha algum vulto, além da crescente exploração do ferro, com sua incipiente indústria siderúrgica. Além desses, destacavam-se o comércio e os “setores de serviços e as diversas atividades manuais e mecânicas”, que refletiam, em parte, “a complexa e densa rede de cidades dessa porção do território”.³⁰⁴ O artigo dá destaque para Ouro Preto, sempre lembrada como sede do corpo administrativo provincial e como polo de atendimento às necessidades da população, como a educação, a justiça e o comércio.

No período entre 1830 e 1872, Minas Gerais mantém taxa de aumento populacional superior à média brasileira, próxima da apresentada por São Paulo e Paraná. Tal fato sugere, para os estudiosos do Cedeplar, que “a província de Minas tenha tido saldo migratório positivo, ao longo do período, seja pelo afluxo de livres, seja pelo tráfico de escravos, e não uma região de dispersão de população”.³⁰⁵

No entanto, a dinâmica interna se modifica. As regiões periféricas têm ritmo de desenvolvimento mais acelerado, como a do Triângulo e a do sertão do Rio Doce, até então consideradas áreas de vazio demográfico. A zona da Mata, que já vinha demonstrando crescimento populacional, se torna forte área de atração tanto de livres como de escravos, devido ao grande desenvolvimento da cultura cafeeira no último quartel do século XIX.³⁰⁶

Algumas regiões tiveram crescimento considerado intermediário, como a de Araxá e a Mineradora Central Leste. Nelas, apesar da grande quantidade de terras menos exploradas, há afluxo populacional vindo de outros lugares.³⁰⁷ Já as regiões de povoamento mais antigo, como a área Mineradora Central, têm crescimento, apesar do ritmo menor, identificando-se, portanto como regiões de “atração populacional, seja como imigrantes, seja pelo tráfico de escravos”.³⁰⁸

³⁰⁴ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 10.

³⁰⁵ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 12.

³⁰⁶ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 12.

³⁰⁷ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 13.

³⁰⁸ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 12-13.

Apesar da redistribuição da população das Minas no sentido de sua desconcentração, a alta densidade permanece na antiga área Mineradora Central, assim como a forte presença de setores de perfil mais urbano, “ou senão, menos relacionadas com o meio rural, como as profissões liberais, o comércio, e as atividades fabris”.³⁰⁹

Entretanto, se, por um lado, o crescimento populacional e econômico da província como um todo permanece por mais tempo, o período iniciado no final da década de 1860, e que se estende pelas duas décadas seguintes, foi de profundas transformações políticas e sociais de âmbito nacional, que se refletiram nas práticas mineiras. “No cerne destas idéias estiveram as que, progressivamente, contestaram a ordem vigente e, mas tarde, contribuiriam para o declínio do Estado Imperial, ao minar suas bases de sustentação”.³¹⁰ A estudiosa Cláudia Rodrigues lança mão de vários historiadores para sintetizar o período pós-1868 como sendo o “grande divisor de águas entre a fase mais estável do Segundo Reinado e a sua longa crise que culminaria, vinte anos mais tarde, com a Abolição e a República”.³¹¹

No aspecto político, a crise se deu em 1868, quando o imperador demitiu o gabinete liberal progressista, “substituindo-o por outro conservador, apesar de a maioria da Câmara eleita ser liberal”.³¹² Uma vez na oposição, os liberais passaram a reivindicar mudanças mais radicais, defendendo o fim da escravidão e sua substituição pelo trabalho livre e assalariado. Eram, então, apoiados pelos setores urbanos da sociedade. A polarização política entre conservadores e liberais possibilitou o surgimento de uma ala radical entre os últimos, que clamava por “eleições diretas, ampliação do número de eleitores, descentralização política, extinção do poder Moderador, reforma do Judiciário, supressão da Guarda Nacional e abolição da escravidão”. Em 1870, surge o movimento Republicano, “expressando a visão de que somente a mudança do regime tornaria possível a implementação daquelas propostas”.³¹³

Nesse período, já se prenunciava o final da escravidão, com medidas práticas que se iniciaram, em 1850, com o final do tráfico internacional. As discussões sobre o

³⁰⁹ MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira *et al.* Nem desconcentração espacial, nem ruralização... p. 17.

³¹⁰ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 154.

³¹¹ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 154.

³¹² RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 154.

³¹³ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 155.

assunto diminuíram durante Guerra do Paraguai (de dezembro de 1864 a março de 1870), mas não se ausentaram do imaginário popular, visto que Richard Burton, ao referir-se à escravidão, em 1868, afirmou que “é difícil encontrar-se, no país, um homem instruído que não deseje, com razão vê-la abolida, se se puder encontrar um sucedâneo”. Era pensamento generalizado que a mão-de-obra escrava deveria ser substituída pela mão-de-obra livre, de preferência formada por imigrantes europeus, e que ambos os trabalhos não poderiam coexistir.³¹⁴

As conversas acerca da abolição, naquela década, já não estavam limitadas aos meios mais cultos e aos parlamentares. Em visita a Ouro Preto, em 1867, Burton observou que a população servil estava “se tornando muito inclinada a atos de violência”. Acrescenta, ainda, que os ouvira comentando no chafariz: “os ingleses vêm nos libertar em breve”.³¹⁵ Em 1871, é dado o primeiro passo efetivo em direção à libertação dos cativos, com a Lei Rio Branco, que analisaremos adiante.

Em meio à disputa política travada entre conservadores e liberais, vai tomando corpo o processo de construção da nação brasileira. Este, inaugurado com o golpe da maioria que deu início ao governo de D. Pedro II, em 1840, fortaleceu-se com a Guerra do Paraguai, reconhecida como “um grande fator na formação de uma identidade brasileira”.³¹⁶ Esse panorama de afirmação da nação brasileira, aliado à necessidade de conhecimento do tamanho e do perfil populacional do Império, possibilitou a realização do primeiro Censo Geral do Império. Os objetivos visavam claramente à implantação de políticas públicas sobre bases seguras. Como exemplo, citamos a Lei do Ventre Livre, que “tornava imprescindível conhecer a população escrava do sexo feminino” e a política de instrução pública, já que “atacar o problema da educação primária dependia de se averiguar de forma mais acurada a população infantil a ser atendida”.³¹⁷

³¹⁴ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 234.

³¹⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 341.

³¹⁶ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1, jun. 2005. p. 324.

³¹⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. p. 330.

A unidade censitária foi a paróquia, e, como temos os números relativos às duas paróquias constitutivas de Ouro Preto, utilizamo-nos de seus dados para visualizar o perfil populacional, econômico e familiar da antiga capital mineira.

3.2- O CENSO DE 1872³¹⁸

O Primeiro Censo Geral do Império (de 1872) foi realizado para subsidiar o esforço imperial que visava à retomada do desenvolvimento econômico pós Guerra do Paraguai, e também para enfrentar as transformações sociais que se vislumbravam, principalmente no que se refere ao processo abolicionista.

De acordo com o professor Paul Hugon, “apesar de suas imperfeições, ele marca um progresso decisivo para um conhecimento demográfico preciso”. A partir daí, passou a ser possível seguir, com certa exatidão, a evolução da população brasileira, apesar da precisão dos dados não ser absoluta. Afinal, a obrigatoriedade dos registros civis se dá somente em 1889, sendo que, nessa ocasião, ainda estaria longe de ser aplicado em toda parte.³¹⁹

Antes dessa data, as estatísticas se davam por recomendação das autoridades provinciais, sempre preocupadas em quantificar e conhecer as populações de seus territórios.³²⁰ A responsabilidade era das autoridades eclesiásticas ou dos juízes de paz, que deveriam proceder ao arrolamento das populações das áreas subordinadas às respectivas jurisdições, sendo que, a partir de 1842, passaram a ser incumbidos dessa tarefa os chefes de polícia.³²¹ Esses arrolamentos foram realizados para atender a interesses militares de recrutamento para as forças armadas, para a cobrança de

³¹⁸ Agradeço ao professor Tarcísio Botelho, pela cessão do CD com os dados compilados dos Censos de 1872 e de 1890, produzido pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), sob a coordenação de Pedro Puntoni e Miriam Dolhnikoff, com o apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

³¹⁹ HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. p. 39.

³²⁰ O histórico das propostas de recenseamentos no Brasil, desde o século XVIII, é retratado de forma mais detalhada em: PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), com o apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), 2004. CD-rom, 4 vol.

³²¹ De acordo com o regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, art. 18º, § 17, da lei interpretativa do Ato Adicional (13/05/1840). Cf. PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 6.

impostos e para a organização das seções eleitorais, o que pode dar lugar a suspeitas de que seus resultados tenham ficado aquém da realidade.³²²

A ideia da realização de um censo geral tomou corpo a partir da estabilidade política nascida com o Segundo Reinado. O primeiro desafio que se apresentava era o estabelecimento das bases de um sistema eleitoral confiável. A legislação eleitoral de 1846 previa a realização de censos a cada oito anos, “refletindo bem as preocupações eleitorais, já que visava cobrir o lapso de duas legislaturas”.³²³

Em 1850, a proposta de um recenseamento geral do Império ganha forma. Para sua realização, o legislativo concedeu autorização para que o governo despendesse a quantia que fosse necessária. No entanto, o projeto não foi adiante, devido a dificuldades práticas e políticas, além da resistência da população, que via com desconfiança os objetivos de tal empreendimento. “O censo previa a regularização do registro civil. A partir de primeiro de janeiro de 1852 o registro de nascimento e de óbitos seria obrigatório”. De acordo com Puntoni, “tal medida contrariava a prática tradicional, herdada do período colonial, na qual os nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados nos livros eclesiásticos”.³²⁴

Segundo o ministro da justiça da época, as revoltas, que se intensificaram nas províncias do nordeste, originaram-se do boato de que o registro civil tinha por finalidade escravizar a gente de cor.³²⁵

Somente em 1870, a sociedade mostrar-se-ia pronta para aceitar ser conhecida pelas autoridades governamentais, visto que, com o fim da Guerra do Paraguai, os temores de que o arrolamento objetivava aumento do fisco e alistamento militar não tinham mais procedência.

O processo ficou a cargo da Diretoria Geral de Estatística, criada pelo governo geral, em 09 de setembro de 1870, para este fim. O relatório da Diretoria Geral de

³²² Metodologia do Censo Demográfico 2000. In: IBGE: Série Relatórios Metodológicos. v. 25. Rio de Janeiro, 2003. Disponível na Internet, em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacemento2000.pdf>>. Consultado em 05/04/2007. p. 13.

³²³ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. p. 328.

³²⁴ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 7.

³²⁵ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 8.

Estatística sobre a organização interna e a marcha dos serviços de apuração desse censo “dá uma expressiva idéia da morosidade dos processos de apuração então adotados e a carga do reduzido pessoal responsável pelo serviço”, bem como assinala “a falta do devido tirocínio na prática de um trabalho inteiramente novo”.³²⁶

Apesar da escassez dos meios disponíveis, 10.112.061 habitantes foram recenseados em 1872, em todas as províncias, e a sua distribuição se fez tendo em vista as seguintes variáveis: raça (cor); nacionalidade; sexo, idade, estado conjugal; profissão, alfabetização; domicílio; fogos ou famílias; condição (livre ou escravo); religião; imigração e emigração e naturalização.

As características demográficas consideradas pelo censo foram marcadas pela preocupação com a padronização, pois deveriam atender a todas as províncias. Além disso, os aspectos recenseados nos revelam os valores importantes para aquela sociedade. Primeiramente, não são enumerados os habitantes, mas as “almas” de determinada localidade ou freguesia, indicando estreita relação com o universo religioso.

Até meados do século XIX, a população brasileira era dividida por cor, entre brancos, pardos, pretos e caboclos, sendo que essas não se referiam diretamente à cor da pele do indivíduo, mas a seu lugar na sociedade. Como nos esclarece Hebe Mattos,

a noção de “cor”, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas.³²⁷

Somente a partir da segunda metade do oitocentos, desenvolvem-se as teorias racialistas na Europa e na América, que passam a buscar, na biologia, justificativas para a manutenção da escravidão e explicações para as diferenças sociais. Note-se que a historiografia contemporânea tem debatido sobre o significado da “cor” na sociedade colonial e imperial, que definia a hierarquia da sociedade brasileira, sendo que seu sentido não permanece o mesmo no decorrer do tempo.

Até a independência política do Brasil, as legislações portuguesas, baseadas nos princípios nobiliárquicos do nascimento, impediam a ascensão política e social daqueles

³²⁶ Metodologia do Censo Demográfico 2000. In: IBGE: Série Relatórios Metodológicos. p. 11.

³²⁷ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 98.

que tinham “mancha de sangue”. Originalmente, referiam-se aos descendentes de judeus e mouros. No século XVI, as restrições foram estendidas para os descendentes de ciganos e indígenas e, no século XVII, foram acrescentados os negros e mulatos, pelas Ordenações Filipinas.³²⁸ Mesmo aqueles que haviam se convertido ao catolicismo eram discriminados como “cristãos novos”, em oposição aos “cristãos velhos”. Em 1776, Pombal revogaria as restrições aos descendentes de judeus, mouros e indígenas. Legalmente, as restrições aos descendentes de africanos “só seriam rompidas no Brasil pela Constituição de 1824”.³²⁹ No entanto, a necessidade de povoamento dos sertões brasileiros e a intensa miscigenação tornaram a questão extremamente complexa. Muitos mestiços eram filhos ilegítimos de pessoas de destacado poder econômico e político, tidos com suas escravas, e ascenderam tanto a cargos militares como religiosos.

Ser branco significava ser livre, estando, assim, aberto o caminho para a inserção social e o acesso à propriedade. Os brancos formavam, no Brasil, a elite econômica e política. No entanto, durante a segunda metade do século XIX, “esta representação da liberdade começa a ter as suas bases solapadas”, devido ao crescimento demográfico de negros e mestiços, tanto livres como libertos. A concentração da mão-de-obra cativa e o aumento do trabalho livre também contribuíram para a ampliação do número de brancos pobres e despossuídos, que se afastavam do ideal de liberdade representado pelo “não-trabalho”.³³⁰

Da mesma forma, o termo pardo estava, em grande parte, relacionado com a condição de livre daquele que o carregava. Pardo seria, portanto, conceito abrangente para designar o “não-branco”. Para Hebe Mattos, pardo seria tanto o “escravo descendente de homem livre (branco), como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não”.³³¹ A designação da cor nos séculos XVIII e XIX não era determinada de forma rígida, sendo que não era incomum determinada pessoa ser considerada preta numa fonte documental e parda em outra, principalmente à medida que se afastava do mundo do cativo.

³²⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. p. 14.

³²⁹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. p. 14.

³³⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 33.

³³¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 30.

O termo caboclo substituiu o termo cabra, mais geral, presente nas listas nominativas da década de 30, e tem seu significado explicado por Waldemar de Almeida Barbosa: “designação dada primitivamente ao índio. [...] Com o tempo, passou a designar os descendentes do índio”. O professor acrescenta: “representa o elemento indígena amansado e que das selvas viera coabitar com a gente civilizada”. Ao índio “selvagem”, era dado o nome de Tapuia. Sobre o tema, Almeida Barbosa ainda nos esclarece em seu dicionário:

Com Pombal, teve início, em 1751, uma política de incorporação do indígena à comunhão brasileira; e em 1755, um alvará régio determinava várias medidas, nesse sentido e terminava assim: “... outrossim, proíbo que os ditos meus vassallos casados com índias, ou seus descendentes sejam tratados com o nome de caboclos, ou outro semelhante, que possa ser injurioso”.³³²

Em 1872, o termo “caboclo” já havia perdido seu componente discriminatório, passando a indicar, simplesmente, o mestiço do branco com o indígena.

Já os termos crioulo e preto “mostravam-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes”.³³³ Há também os africanos livres, presentes de forma significativa na sociedade ouro-pretana. Devemos considerar, ainda, que, para o último quartel do século XIX, já não é importante a diferenciação entre os africanos (pretos) e crioulos, principalmente porque foi recenseada à parte a nacionalidade da população.

Hebe Mattos constatou, em seus estudos, que a designação da cor vai desaparecendo no decorrer do século XIX, principalmente no caso do registro de livres, permanecendo a referência para os escravos e os recém-libertos.³³⁴

Nossa tendência é de concordar com a professora, pois, ao analisar o livro de batismos das crianças ingênuas, filhas de escravas, após a Lei do Ventre Livre, comprovamos a assertiva acima, já que praticamente todas as crianças e grande parte de suas mães têm a referência da cor.³³⁵ Nos demais registros de batismos, observamos identificação da cor, de forma mais constante, em períodos alternados: de 1838 a março de 1841, de 1847 a abril de 1851, tornado-se cada vez mais ausente a partir daí. Essa

³³² BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas...* p. 39-180.

³³³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 30.

³³⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 98.

³³⁵ Esse assunto será abordado de maneira mais profunda no Capítulo IV.

característica dos registros paroquiais pode ser decorrente, ao menos em parte, da Lei nº 510, de 10 de outubro de 1851, que aliviava os párocos da obrigação de preencher e encaminhar para os presidentes da província mapas-resumo com os dados dos batismos, casamentos e óbitos ocorridos em suas paróquias.³³⁶

Se compararmos os habitantes da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto entre 1838, 1872 e 1890 (gráfico 11 A), observamos que, além de crescimento total exponencial, houve uma mudança em sua composição por cor. Devemos atentar para as seguintes ressalvas, adotadas para que pudéssemos reunir os dados para os três períodos: no quadro onde estão indicados os pretos, foram reunidos tanto os africanos como crioulos, que foram listados separadamente em 1838. No Censo de 1890, “substituiu-se a classificação de ‘pardo’, que ‘quer dizer apenas o branco com o preto, por mestiço, categoria mais ampla’”.³³⁷

GRÁFICO 11 A: COMPARATIVO DA POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DO PILAR DO OURO PRETO EM 1838, 1872 E 1890 (POR COR) – EM NÚMEROS ABSOLUTOS

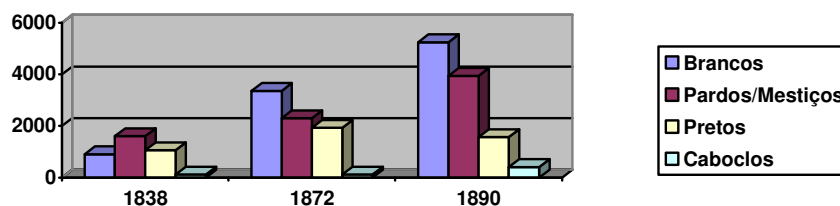
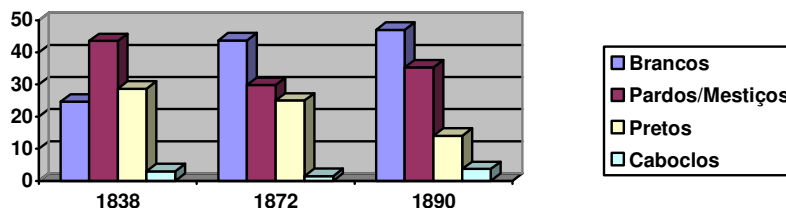


GRÁFICO 11 B: COMPARATIVO DA POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DO PILAR DO OURO PRETO EM 1838, 1872 E 1890 (POR COR) – EM NÚMEROS RELATIVOS



Fontes: Lista Nominativa de 1838, Censo de 1872, Censo de 1890

³³⁶ NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou índice alfabético das leis...* p. 207.

³³⁷ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 20.

Ao apresentarmos a população relativa em cada um dos três censos, podemos visualizar melhor a proporção entre os sujeitos das várias cores ou qualidade. Entre 1838 e 1872, houve mudança drástica entre a proporção de brancos e pardos, sendo que, se esses perfaziam 43% da população, passam a compor praticamente 30%, tendo ligeira retomada em 1890 (35%). Como não constatamos a chegada expressiva de colonos brancos ou mesmo fluxo migratório intenso para o primeiro período, podemos concluir que o significado de pardo muda. Não tanto os pretos adquirem o *status* de pardo, mas, esses têm sua cor “branqueada” no recenseamento de 1872.

Já entre o primeiro Censo Geral do Império e o primeiro republicano, a observação mais imediata é com relação à redução proporcional no número de pretos. Se, em 1838, estes somam 28%, em 1872, já se veem reduzidos para 25% do total da população, e, em 1890, tornam-se 14%. A tendência ao “branqueamento” da população se mantém, observado tanto através da maior proporção de brancos como de pardos. A proporção de caboclos também aumenta, indicando-nos a mudança de interpretação dada ao termo, levando à sua maior valorização, pois não consta, em nossa documentação, indícios de chegada de índios ou de mestiços de índios na região.

O professor Tarcísio Botelho analisa os resultados do Censo de 1872 e, a partir de seus resultados, descreve a nação brasileira no início do último quartel do século XIX. Ajuda-nos, assim, de certa forma, a explicar o movimento social identificado pela mudança de concepção referente à cor dos sujeitos daquela época, além da preocupação oficial em se encobrir uma realidade indesejável:

uma nação homogênea quanto aos aspectos culturais, mas hierarquizada quanto à sua condição social e quanto à cor. A preocupação com a cor seria o foco das indagações, nas décadas seguintes, acerca dos destinos da nação. Nessa época, estava sendo alvo de reelaboração por parte de uma nova geração de intelectuais, que passava a se preocupar, sobretudo com a questão racial.³³⁸

Ainda de acordo com o professor, havia um “incômodo causado pela constatação de que nossa população era marcada e crescentemente mestiça”. Essa realidade apontava “para os limites da realização de um ideal de civilização e

³³⁸ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. p. 336.

progresso”, estabelecido pelas teorias racialistas que “ganharam vigor nas décadas finais do século XIX”.³³⁹

O Censo de 1872 se preocupou em identificar a população com relação à naturalidade e à nacionalidade. Não há referência às nações da África, sendo que os originários daquele continente foram relacionados, de forma genérica, como “africanos”. A generalização da origem dos escravos vindos da África já era presente nos documentos paroquiais, sendo que, muitas vezes, eram identificados, simplesmente, como “de nação”. Ao considerar o estado civil, há o acréscimo do item divorciado. No quesito condição social, não há mais a designação de liberto.

O processo de construção da cidadania brasileira, iniciado com a independência política, em 1822, e referendado pela Constituição de 1824, deu início ao debate sobre os direitos civis dos libertos, pois a Carta Magna reconhecia o direito civil de todos os cidadãos brasileiros. No entanto, os direitos políticos eram determinados em função das posses de cada um. O sistema de voto censitário diferenciava o cidadão passivo (sem renda suficiente para ter direito a voto) daquele ativo votante (com renda suficiente para votar), sendo que havia ainda o cidadão ativo eleitor e elegível. No entanto, para se qualificar como eleitor, era exigido que o sujeito tivesse nascido “ingênuo”, isto é, não tivesse nascido escravo.³⁴⁰

Para pensadores da época, como Antônio Pereira Rebouças, essa limitação era uma aberração, pois, se somente o direito de propriedade legitimava a escravidão, “uma vez liberto, o ex-escravo nascido no Brasil automaticamente tornava-se cidadão brasileiro, com todas as suas prerrogativas civis e políticas”.³⁴¹ Como no Censo de 1872 já constatamos a ausência dos alforriados, podemos concluir que a discussão sobre os direitos civis dos libertos havia se encerrado, e a população passou a ser dividida entre os livres e os escravos.

O primeiro recenseamento geral do Império possibilita que tenhamos uma visão bem panorâmica da província de Minas Gerais, esclarecendo sobre sua complexidade

³³⁹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. p. 337.

³⁴⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. p. 20-21.

³⁴¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. p. 43.

econômica e as especificidades regionais. O conjunto de dados de 1872 está completo para 358 das 372 paróquias existentes em Minas Gerais.³⁴²

O Censo Geral do Império, que, em Minas, é concluído em 1873, tem a paróquia como unidade de referência. “Em cada paróquia seria criada uma comissão censitária composta por cinco residentes nomeados pelos presidentes das províncias”. Da mesma forma, “as comissões deveriam dividir o termo da paróquia em seções e escolher agentes recenseadores”. Estes últimos distribuiriam boletins (ou mapas) familiares, que seriam recolhidos alguns dias depois. Deveriam também fiscalizar os trabalhos e garantir “o seu correto preenchimento, que era obrigação dos chefes de família”. No caso dos chefes de domicílios serem analfabetos, cabia ao próprio agente recenseador auxiliar o preenchimento.³⁴³ Esse aspecto torna-se importante, pois nos indica que as informações eram, em grande parte, autodeclaradas.

Para analisarmos o núcleo urbano de Ouro Preto, devemos, portanto, somar os números de cada uma das paróquias (Nossa Senhora do Pilar e Antônio Dias).

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO

QUADRO 13: POPULAÇÃO POR COR, SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL EM 1872

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Branços	1.986	1.375	3.361	-	-	-	3.361
Pardos	961	1.011	1.972	156	172	328	2.300
Pretos	647	656	1.303	324	299	623	1.926
Caboclos	67	47	114	-	-	-	114
Total	3.661	3.089	6.750	480	471	951	7.701

PORCENTAGENS

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Branços	25,79	17,85	43,64	-	-	-	43,64
Pardos	12,48	13,13	25,61	2,02	2,23	4,26	29,87
Pretos	8,40	8,52	16,92	4,21	3,88	8,10	25,01
Caboclos	0,87	0,61	1,48	-	-	-	1,48
Total	47,54	40,11	87,65	6,23	6,11	12,36	100

³⁴² BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 155.

³⁴³ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 14.

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ANTÔNIO DIAS

QUADRO 14: POPULAÇÃO POR COR, SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL EM 1872

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Branços	1.621	1.423	3.044	-	-	-	3.044
Pardos	964	813	1.777	104	37	141	1.918
Pretos	466	449	915	217	194	411	1.326
Caboclos	66	23	89	-	-	-	89
Total	3.117	2.708	5.825	321	231	552	6.377

PORCENTAGENS

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Branços	25,42	22,31	47,73	-	-	-	47,73
Pardos	15,12	12,75	27,86	1,63	0,58	2,21	30,07
Pretos	7,30	7,04	14,35	3,40	3,04	6,45	20,80
Caboclos	1,04	0,36	1,40	-	-	-	1,40
Total	48,88	42,46	91,34	5,03	3,62	8,66	100

Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

Antes de analisarmos o núcleo urbano de Ouro Preto, vamos desvendar um pouco cada uma de suas freguesias. De acordo com os quadros e tabelas acima, podemos constatar a importância da paróquia de Nossa Senhora do Pilar, responsável por 54,7% da população da urbe ouro-pretana. A diferença entre a população dessa freguesia e a de Antônio Dias se mostra mais acentuada entre os homens brancos, indicando que ali residia a maior parte do corpo administrativo da cidade. O estabelecimento, nessa freguesia, do Regimento Militar também contribuiu para a presença marcante de homens livres brancos.

Exceto entre as mulheres brancas, superiores em Antônio Dias, por pequeno número, em todas as outras categorias, os habitantes no Pilar são mais numerosos. Podemos considerá-la também como mais rica, devido à maior proporção de escravos ali presentes, aspecto indicado também pelos fogos mais numerosos. Enquanto a média de habitantes por domicílio na freguesia do Pilar era de 10,7, em Antônio Dias, viviam, de maneira geral, 8,5 pessoas por fogo habitado.

Constatamos outras diferenças entre as duas paróquias. A de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto voltava-se mais para os serviços urbanos, visto que tinha número de advogados, farmacêuticos, professores e empregados públicos a mais. A presença, ali,

do Quartel Regimental determinou que, nessa paróquia, residissem 531 militares a mais que na de Antônio Dias, sendo que o número de lavradores e de servidores domésticos também era superior, em 852 e 435 trabalhadores, respectivamente.

A freguesia de Antônio Dias tinha perfil diverso, determinado pela presença maior de artistas, assim como maior número de capitalistas, proprietários e comerciantes, além dos oficiais em edificações, vestuário e calçados. Nessa paróquia, o número de pessoas cuja ocupação não é identificada soma 309 a mais que na paróquia do Pilar, indicando maior presença de trabalhadores sem especialização.

Entre as ocupações majoritariamente femininas, também podemos tecer algumas observações: o número de costureiras mantém um equilíbrio entre as duas freguesias. Elas somam 867 mulheres livres solteiras, 312 casadas e 105 viúvas. Temos, também, aquelas voltadas para o trabalho em tecidos (fiandeiras e tecedeiras). As 478 mulheres solteiras se destacavam na paróquia do Pilar, sendo 90 casadas e 38 viúvas. Já na freguesia de Antônio Dias, as solteiras e casadas praticamente se equivaliam, somando 235 e 223, respectivamente. Somente seis viúvas viviam desses ofícios.

A composição dos trabalhadores relacionados nos serviços domésticos é muito interessante. Apesar de ocupação majoritariamente feminina, com grande incidência tanto entre as livres solteiras como entre as casadas, há forte presença de homens também livres, tanto solteiros como casados. Estes somam 621, ou seja, 23,3% dos 2.662 servidores domésticos.

A análise da urbe de Ouro Preto se dá a partir da soma dos quantitativos das duas paróquias, a do Pilar do Ouro Preto e de Antônio Dias, com suas características expostas acima.

OURO PRETO

QUADRO 15: POPULAÇÃO POR COR, SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL EM 1872

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Brancos	3.607	2.798	6.405	-	-	-	6.405
Pardos	1.925	1.824	3.749	260	209	469	4.218
Pretos	1.113	1.105	2.218	541	493	1.034	3.252
Caboclos	133	70	203	-	-	-	203
Total	6.778	5.797	12.575	801	702	1.503	14.078

Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

PORCENTAGENS

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Branços	25,62	19,87	45,50	-	-	-	45,50
Pardos	13,67	12,95	26,63	1,85	1,48	3,33	29,96
Pretos	7,91	7,85	15,75	3,84	3,50	7,35	23,10
Caboclos	0,95	0,50	1,44	-	-	-	1,44
Total	48,15	41,17	89,32	5,69	4,98	10,68	100

Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

Podemos, a partir dos números apresentados nos quadros acima, apontar uma série de características para a capital da província de Minas Gerais, no início do último quartel do século XIX. Entre os brancos, o número de homens é maior que o de mulheres em quase 6%. Aliás, o número de homens é superior ao de mulheres em todos os segmentos e condições.

O grande número de homens brancos é determinado pela presença de autoridades provinciais na capital e pela presença de militares, visto que Ouro Preto sediava, como foi dito, regimento militar. Como já analisamos anteriormente, encontramos praticamente uma inversão na composição da população ouro-pretana por cor. Já consideramos também a irrelevância do fluxo migratório de europeus, sendo que constatamos, pelo recenseamento, a presença de 97 europeus, com destaque para 59 portugueses e 17 italianos. Infelizmente, o censo não identifica as ocupações por cor, mas podemos considerar, para somar à população branca, além desses europeus, a presença de estudantes e professores.

O censo nos mostra a grande comunicação que havia entre as províncias. A ligação de Ouro Preto se fazia de maneira mais intensa com o Rio de Janeiro, visto que temos relacionados 81 livres oriundos daquela província vizinha. Esse aspecto é observado nos registros de batismos e casamentos da matriz de Nossa Senhora do Pilar, quando se dá a escolha de padrinhos e testemunhas entre as famílias de maior prestígio. Como veremos no próximo capítulo, nem sempre esses convidados podiam comparecer à cerimônia, pois eram representados por procuradores. No entanto, independentemente de sua presença, o convite nos permite constatar sobre a grande interlocução entre as duas províncias e as relações de amizade que se formavam entre aquelas pessoas. Em segundo lugar, vinham os paulistas (29), seguidos de perto pelos pernambucanos (26).

Os baianos eram treze, e aqueles vindos da distante província do Rio Grande do Sul eram nove. Os escravos naturais de outras províncias estão presentes no Censo em número bem menor, sendo que oito vieram do Rio de Janeiro, e temos dois escravos vindos de Pernambuco, Bahia e São Paulo. Sua presença tanto pode ser sintoma do mercado interprovincial que se expande no Brasil, de maneira geral, após 1850, com o final do tráfico atlântico, como também é possível que tenham vindo acompanhando seus senhores.

A economia do núcleo urbano ouro-pretano baseava-se na prestação de serviços para a manutenção do aparato administrativo e nota-se que a população livre já estava bem menos dependente da mão-de-obra escrava, pois esta não constituía 11% da população.

O Censo de 1872 nos permite estudo comparativo entre a composição demográfica e social do núcleo urbano ouro-pretano e do município de Ouro Preto, incluindo, portanto, distritos com características mais rurais e agrícolas. Os números nos levam a observações bem interessantes³⁴⁴.

A capital, com seus 14.078 moradores, sediava praticamente 30% da população arrolada para todo o município (48.214 habitantes). Neste, 88,3% da população era formada por livres. Na sede, o número de livres era relativamente superior, somando 89,33% do total dos habitantes.

Ainda entre os livres, os homens somavam 51,3% na área mais ampla do município sendo que em Ouro Preto, totalizavam 54%. Em ambos os casos, a proporção é maior do que na província como um todo.³⁴⁵

A explicação já foi dada acima, pois se deveu, principalmente, à sua condição de capital e sede de regimento militar. Pelo mesmo motivo, os brancos constituem 51% da população da capital, percentual maior que os 41,5% identificados para o total do município, seguidos de perto pelos pardos, 35%. Os pretos formavam 21,82% (6.826

³⁴⁴ A fonte eletrônica utilizada por nós acerca dos censos de 1872 e 1890 não são esclarecedoras quanto ao limite das paróquias e dos municípios apresentados. No entanto, consideramos que as paróquias de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias referem-se à área mais urbana da capital mineira, visto que a soma da população de ambas é 14.078 habitantes, enquanto o município de Ouro Preto conta com a população de 48.214 habitantes. Apesar do município contar com outros núcleos urbanos, como o de Cachoeira do Campo, julgamos que não possuem a representatividade da capital da província.

³⁴⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 58.

livres e 3.695 escravos) e os caboclos participavam minimamente da população, constituindo 1,5%.

A atividade agrícola era a principal absorvedora de mão-de-obra cativa, e esse aspecto explicaria maior proporção de escravos em distritos com características mais rurais. No entanto, constatamos que, nos arredores de Ouro Preto, não havia grande concentração de propriedade escrava. Os pequenos plantéis também imperavam. Os 11,7% de cativos identificados para o município e os 10,7% registrados para o núcleo urbano nos mostram a progressiva utilização da mão-de-obra livre na região, indicando, para a essa parte da região central da província, a pequena dependência da mão-de-obra escrava. Numa comparação entre 1831 e 1872, podemos observar queda de quase metade do plantel de escravos. Se, na primeira mostra quantitativa, a região Metalúrgica–Mantiqueira detinha o maior plantel de escravos de todas as regiões da província, em 1872, esse lugar havia sido tomado pela Zona da Mata. No entanto, em 1872, a província mineira ainda mantinha o maior plantel de escravos do país, constituindo 1/5 da população mancipia total.³⁴⁶

Ouro Preto se mostra peculiar também quando observamos os habitantes alfabetizados, em comparação com outros distritos. Ali, 19,27% da população sabia ler e escrever, contra 14% no total municipal. Se compararmos esses números com a lista nominativa de 1838, que aponta 33% da população alfabetizada, podemos considerar que o declínio entre os dois períodos pode estar relacionado com a insuficiência do investimento provincial necessário à educação básica de sua população.

Por outro lado, podemos considerar a possibilidade de mudança de concepção sobre o que significava ser alfabetizado, ou seja, quem poderia ser considerado alfabetizado em 1838 talvez não o fosse mais para os padrões de 1872. Enquanto, nas listas nominativas da década de 30, somente consta se o indivíduo era alfabetizado ou não, no Recenseamento Geral do Império, há quatro campos a serem preenchidos sobre a questão: “sabem ler e escrever”, “analfabetos”, “freqüentam a escola”, “não freqüentam a escola”. Tanto os analfabetos como aqueles que não frequentavam a escola eram maioria. Todos os que sabiam ler e escrever eram livres. Não foi

³⁴⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 51-52.

relacionado nenhum escravo alfabetizado, indicando, portanto, que a política de escolarização era voltada especificamente para os livres.

A apuração da população livre analfabeta era importante para planejamento da criação de estabelecimentos educandários, e a preocupação não se restringia ao ensino das primeiras letras, mas a instrução formal, na segunda metade do século XIX, era vista como

um dos meios capazes de desenvolver na população normas, costumes e valores considerados modernos e civilizados. A disciplina *Regras de Civilidade*, por exemplo, possibilitaria ensinar aos alunos padrões de comportamento socialmente aceitáveis. Já as disciplinas como *Noções sobre a Moral e o culto Católico*, presente em todos os currículos da instrução primária – formariam indivíduos, por meio do catolicismo, dentro de um conjunto de regras de conduta e costumes.³⁴⁷

No entanto, a prioridade para a educação masculina pode ser observada em ambos os ambientes, sendo ligeiramente superior na capital, pois, ali, 70% dos alfabetizados eram homens, enquanto, em meios de feições mais rurais, a proporção é de 68%. Podemos concluir que, apesar da criação do Liceu Mineiro, em 1854, e de estabelecimentos particulares que cuidavam da alfabetização dos ouro-pretanos, sua abrangência ainda era muito limitada.

O perfil dos escravos nas duas áreas analisadas é semelhante, com pequena diferença de percentuais. Um percentual de 60% é constituído por pretos e, tanto entre estes como entre os pardos, o número de homens é ligeiramente superior: 53% de homens, 46% de mulheres. A diferença entre os gêneros se mostra maior quando analisamos os escravos por local de origem, sendo que estes vêm relacionados genericamente como nativos ou africanos. Os cativos africanos, apesar de somarem, respectivamente, no município e na cidade, somente 12% e 16%, carregavam ainda a marca do tráfico, que se caracterizava pela preferência pelo comércio de homens, que somavam 62% e 59% nas regiões analisadas.

Em dois outros aspectos, identificamos alguma diferença entre a região mais ampla do município e a sede administrativa. O primeiro refere-se ao estado conjugal.

³⁴⁷ ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. Organização da instrução na província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). Uberlândia: Faculdade de Educação/UFU, 2007. p. 215. Disponível em: <http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1416>. Acessado em 20 de janeiro de 2009.

Entre os livres, o contraste não era relevante, sendo que os solteiros perfaziam 66% da população, independentemente da área analisada. 28% eram casados e somente 5% eram viúvos. Já o índice de solteirismo era maior entre os escravos da capital, identificando comportamento específico para cada região. Enquanto, no município, os cativos solteiros somavam 87,5%, na cidade, o percentual chegava a 91,4%. As razões são analisadas no capítulo que trata do matrimônio, mas podemos adiantar que o tamanho dos plantéis era uma das justificativas para o pequeno número de matrimônios entre cativos.

A outra questão observada é o número de pessoas por fogos. Se considerarmos o número total de habitantes e dividirmos pelo número de fogos habitados listados no censo, podemos encontrar uma média de 9,6 pessoas vivendo em cada domicílio habitado do núcleo urbano, sendo que para o município em geral, o número também aproxima de 9. Esse dado se diferencia profundamente daqueles apresentados na lista nominativa de 1838, quando os domicílios médios eram constituídos por 5,2 habitantes por fogo. Além disso, 67% dos fogos eram compostos por até cinco moradores. A constituição familiar do período também é ponto de discussão posterior, mas podemos já observar profundas mudanças, que nos apontam para maior número de filhos entre os livres, aliado à menor taxa de mortalidade, que seria um dos aspectos responsáveis pelo acelerado crescimento populacional identificado para todo o século XIX.

Somente a partir da década de 1870, constatamos a presença de estrangeiros em Ouro Preto nas pesquisas dos registros paroquiais de Nossa Senhora do Pilar. Estes não vieram devido às medidas de incentivo à colonização europeia, presentes desde 1831, como podemos constatar, a partir da proposta apresentada no Conselho Geral, em 17 de dezembro daquele ano, pois essas visavam às regiões menos desenvolvidas. Algumas propostas, como “a navegação do rio Doce, a cultura dos sertões, a civilização dos indígenas selvagens”, exigiam “o aumento da população, através da emigração de estrangeiros úteis e laboriosos”. Esses deveriam “fixar residência e empregar seus fundos e faculdades intelectuais”, tanto na agricultura, como na mineração, tanto na exploração de “muitos produtos, como no desenvolvimento da indústria rural e fabril”.³⁴⁸

³⁴⁸ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 1064.

O fim do tráfico internacional de escravos deu novo fôlego à ideia da necessidade de abastecimento de mão-de-obra através de colonos, principalmente europeus.

Em 21 de junho de 1856, por decreto, o governo provincial “manda vir da Europa o número de colonos que julgar conveniente para fazer um ensaio de colonização na província, disponibilizando quantia necessária”.³⁴⁹

Já nos momentos de intensificação da discussão acerca da abolição da escravatura, temos a Lei Mineira nº 3.417, de 26 de agosto de 1887, que autorizava o governo a auxiliar o serviço de imigração e colonização na província, podendo, para isso, fazer operações de crédito até a importância de mil contos de réis.³⁵⁰

Após a abolição, temos ainda diversas medidas de incentivo à colonização europeia, como a Lei Mineira nº 3.714, de 13 de agosto de 1889, que, em seu art. 4º, parágrafo 5º, autoriza o governo da província, a reorganizar o serviço de colonização e imigração, “subvencionando ou garantindo juros de 5% até ao capital de dez mil contos a empresas organizadas ou que se organizarem que tenham por capital propriedades agrícolas, e por fim a introdução e colocação de colonos estrangeiros ou nacionais”.³⁵¹

A política governamental de incentivo à colonização não cessou com a proclamação da República. A Lei Mineira nº 19, de 26 de novembro de 1891, em seu art. 26, autorizava o presidente do Estado a fazer operações de crédito para garantia de juros de 6% até o capital máximo de 50.000:000\$000 a empresas que se propuserem à introdução e localização de imigrantes no estado, à construção de pequenas estradas de ferro vicinais destinadas a ligarem núcleos coloniais à estrada principal da zona e à construção de uma via férrea de bitola de um metro que, procurando o Peçanha a partir de Ouro Preto, facilitasse a ligação do centro do estado aos pontos da Bahia e Espírito Santo.³⁵²

Em 18 de julho de 1892, a Lei Mineira autorizava o presidente do Estado a promover a introdução de colonos e trabalhadores agrícolas mediante diversos favores, abrindo-lhe para esse fim um crédito de até cinco mil contos de réis.

³⁴⁹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 579.

³⁵⁰ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 785.

³⁵¹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 759.

³⁵² VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 1011.

Em 20 de julho de 1896, a Lei Mineira nº 150 dispunha sobre a criação de núcleos coloniais:

Art. 1:... são estabelecidos no estado seis “Núcleos Coloniais”, à margem das estradas de ferro, nos pontos julgados mais convenientes, a juízo do governo.

Art. 2: Cada um dos “Núcleos” terá uma escola primária mista e compor-se-á de cem casinhas, [...] e de duzentos lotes de terras divididos, [...]

Art. 3: Os lotes de cada “Núcleo” com habitação serão destinados a imigrantes do norte da Itália, alemães ou portugueses insulares, agricultores de profissão, laboriosos e morigerados e que venham acompanhados das respectivas famílias.³⁵³

Pelas determinações acima, podemos constatar que a preocupação do governo se pautava na necessidade de braços para a produção agrícola e na colonização de áreas ainda despovoadas, assim como a construção de vias que interligassem a província.

Não podemos nos furtar à observação acerca da preferência por italianos, alemães e portugueses. A segunda metade do século XIX foi o momento de desenvolvimento das teorias racializantes e nacionalistas que embasaram a ideia de branqueamento da população brasileira, como fator fundamental para o desenvolvimento do país. Além disso, os italianos e portugueses eram católicos, o que diminuía o risco de conflitos religiosos e culturais na província. A forte presença de protestantes na Corte levou à necessidade de adequação da legislação eclesiástica sobre os sacramentos, principalmente do matrimônio, que tratava dos casamentos mistos, presentes em número bem limitado em Ouro Preto,³⁵⁴ como levou também a uma série de discussões sobre o sepultamento de acatólicos nos cemitérios administrados pelos párocos e pelas irmandades (ver capítulo sobre óbitos).

Apesar da presença notada de um ou outro estrangeiro, como no caso do empreendedor alemão que, em 1819, organizou uma sociedade para explorar a mina de

³⁵³ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 694.

³⁵⁴ Exceção feita à comunidade protestante moradora em Passagem de Mariana, localidade vizinha de Ouro Preto, que sediava a Mina da Passagem, sob a administração da Anglo Brazilian Gold Mining Company Limited.

Passagem entre Ouro Preto e Mariana,³⁵⁵ só pudemos localizar nos registros de óbitos a presença desses com maior frequência na capital provincial a partir das quatro últimas décadas do século.³⁵⁶

Na década de 1840 a presença de estrangeiros na capital era tão excepcional, que em 06 de janeiro de 1844, ao falecer, Julio Henrique Malard, com 32 anos, foi identificado simplesmente como “estrangeiro”. No entanto, não podemos nos certificar ser com segurança oriundo de outro país, pois também D. Maria de Tal, ao falecer em 23 de março de 1876, foi designada como estrangeira, apesar de estar citada como originária do Rio Grande do Norte.

Esses europeus iam para Ouro Preto atraídos pelas novas oportunidades profissionais que se apresentavam. Eram professores, como o alemão Augusto Guilherme Alexandre de Fues, que faleceu em 18 de agosto de 1885, e era lente de francês do Liceu Mineiro. Encontramos, também, dois austríacos, três espanhóis, sendo um falecido em 1884, como trabalhador no Ramal da Rede Ferroviária, e os outros, mortos em 1888 e 1891, além de um suíço. Pudemos destacar a presença de oito franceses, presentes em Ouro Preto entre 1865 e 1888; outro funcionário da estrada de ferro, austríaco, faleceu em 1886. Entre os quatro italianos, um deles também era funcionário da estrada de ferro.

Vinte e cinco portugueses faleceram de acordo com os registros da freguesia do Pilar entre 1860 e 1895. Desses, temos a ocupação de cinco deles. Em 1864, faleceu Valeriano José Lisboa, ator da companhia dramática. Tivemos também o mágico da Companhia equestre Casali, natural da cidade de Lisboa, falecido em 1881. Outro português faleceu, em 1885, “de desastre no lugar denominado José Correia. Era feitor dos trabalhadores no ramal da estrada de Ferro ouropretana”. Também pudemos constatar a presença de um alfaiate, morto em 1890. Em 1893, faleceu outro português, na “estação de Ouro Preto, proveniente de desastre ocorrido na estrada de ferro entre Tripuí e Rodrigo Silva. O falecido era pedreiro”.

³⁵⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 261.

³⁵⁶ Ao mencionar os estrangeiros presentes nos registros de óbitos, referimo-nos aos europeus, exceto portugueses, que estiveram presentes na população mineira e ouro-pretana desde os primórdios do povoamento, em finais do século XVII.

Um originário da Dinamarca, agrimensor, faleceu em 1851, aos 32 anos. Seis italianos faleceram também nessa época, sendo um deles trabalhador na estrada de ferro.

Nem sempre os europeus gozavam de boa vida no Brasil, visto o óbito de José Lopes da Cunha, de 66 anos, “natural da Europa”, casado com Thereza Maria de Jesus, “natural da Imperial cidade de Ouro Preto, moradores na praça da mesma e vivendo de esmolas nos últimos meses de sua vida”.³⁵⁷

O incentivo do governo imperial à vinda de mão-de-obra europeia não se refletiu na capital da província de Minas Gerais. Os núcleos de colonização se concentraram nos caminhos das vias férreas e nas regiões agrícolas.

Ao todo, eram 510 estrangeiros, perfazendo 3,6% da população. A porcentagem é extremamente baixa, se considerarmos que a maioria é de africanos, escravizados ou não, vindos compulsoriamente. Os europeus não vinham com suas famílias, mas grande parte, formada por homens (todos os 17 italianos eram homens, assim como 55 dos 59 portugueses), vinha sozinha, e constituíam sua família após estabelecimento na localidade escolhida.

**QUADRO 16: PRESENÇA DE ESTRANGEIROS EM OURO PRETO
DE ACORDO COM O CENSO DE 1872**

ORIGEM	MATRIZ DO PILAR	MATRIZ DE ANTÔNIO DIAS
Africanos escravos	89	152
Africanos livres	157	15
Portugueses	43	16
Italianos	07	10
Franceses	06	01
Espanhóis	03	00
Alemães	03	03
Paraguaios	02	01
Ingleses	01	00
Norte-americanos	01	00
TOTAL	312	198

Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

De acordo com os assentos de óbitos da matriz do Pilar, faleceram, entre 1840 e 1900, naquela freguesia, 169 africanos. Em 23 de julho de 1891, temos a última certidão

³⁵⁷ Banco de dados referente aos registros paroquiais da matriz do Pilar do Ouro Preto.

de óbito referente a africano presente em nossas fontes. A característica dos africanos, nas três últimas décadas do século XIX, é a idade avançada e a redução em seu número. Na década de 60, faleceram 44. Na década de 70, foram 58. Temos, nesse período, a incidência da epidemia de varíola, como veremos no capítulo sobre óbitos. Já entre 1880 e 1900, foram 32 falecidos, e, com exceção de Carlos Braga Costa, de 45 anos, todos os demais tinham acima da 50 anos.

Desses africanos, sete eram emancipados, 82 eram cativos, 48 eram forros, e quinze eram livres. Nos demais assentos, não consta a condição social dos falecidos.

3.3- A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO ABOLICIONISTA

De acordo com Robert Conrad, em 1868, escritores, políticos liberais, estudantes e população urbana informada iniciam forte oposição ao ministério conservador. Em 1870, há a proliferação de clubes emancipacionistas, onde a abolição da escravatura era o tema debatido, e o aparecimento da imprensa antiescravista.

Medidas já mencionadas anteriormente, como a proibição dos leilões públicos e comerciais de escravos e a venda em separado de marido e mulher ou mãe e filho menor que 15 anos, e as notícias de movimentos abolicionistas em outros países, Cuba e Porto Rico, incrementam o debate.³⁵⁸ No entanto, o primeiro passo efetivo para a emancipação dos escravos no país foi a promulgação da Lei do Ventre Livre.³⁵⁹

3.3.1- A LEI Nº 2040, DE 28.09.1871, RIO BRANCO OU DO VENTRE LIVRE

A Lei do Ventre Livre, como ficou conhecida, foi sancionada pela Princesa Imperial Regente Isabel, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II. Constituiu-se no primeiro passo concreto em direção à abolição da escravatura, e legislava sobre diversos assuntos, extrapolando em muito seu nome popular. Pela primeira vez, o governo interferia na relação entre o proprietário e seu escravo, reconhecendo o direito do cativo de amealhar pecúlio e comprar sua alforria. Até então, a libertação era prerrogativa única do proprietário, inclusive tendo este o direito de arrepender-se e de reescravizar o escravo por motivo de ingratidão, direito assegurado no próprio Código

³⁵⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. P. 105-106.

³⁵⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. P. 112-113.

Filipino. Além disso, cria um fundo de emancipação responsável por manumissões. Com isso, o Estado se posiciona a favor da libertação progressiva dos cativos. Não temos o propósito de reproduzirmos a lei em sua totalidade, mas consideramos importante remeter aos artigos que tratam das mudanças estruturais que primeiro balançaram a instituição escravista no Brasil.³⁶⁰

O art. 1º definia que os filhos de mulher escrava que nascessem no Império, desde aquela data, seriam considerados de condição livre. No entanto, a liberdade não era dada imediatamente, pois o artigo era complementado pelos seguintes parágrafos:

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

§ 4.º - Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1.º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los, e o senhor anuir a ficar com eles.

§ 5.º - No caso da alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

Art. 3.º - Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação...

Art. 4.º - É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1.º - Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3º.

³⁶⁰ A lei completa encontra-se em: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. p. 366-369.

§ 4.º - O escravo que pertencer a condôminos e for libertado por um destes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos...

§ 7.º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.

§ 8.º - Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-lo sob seu domínio, mediante reposição da quota, ou parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado...

§ 9.º Fica derogada a Ord. Liv. 4º tit. 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão.

Art. 6.º - Serão declarados libertos:

§ 1.º - Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2.º - Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3.º - Os escravos das heranças vagas.

§ 4.º - Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5.º - Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço.

Art. 8.º - O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

§ 2.º - Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos.

§ 4.º - Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100\$000 a 200\$000, repetidas tantas vezes quantos forem os indivíduos omitidos, e por fraude nas penas do art. 179 do código criminal.

§ 5.º - Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000.

A aprovação da lei não se deu sem resistência, bem evidenciada no quadro abaixo, que nos esclarece as regiões onde o processo abolicionista sofria maior oposição. Os números nos mostram a resistência das províncias de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro em aceitar o andamento do processo, mesmo que de forma gradual. Essas províncias detinham os maiores plantéis, concentrados nas áreas de cultivo do café.

QUADRO 17: VOTAÇÃO DA LEI RIO BRANCO

Região	Câmara		Senado	
	A favor	Contra	A favor	Contra
Extremo Norte	6	3	3	0
Nordeste	39	6	15	2
Oeste e Sul	8	6	5	0
Centro-Sul	12	30	10	5
TOTAL	65	45	33	7

Fonte: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 362.

Em 1880, a maior parte do Brasil já progredira para um sistema de trabalho livre. Por isso, surgiu o que se pode chamar de “o verdadeiro movimento abolicionista”. As diferenças regionais eram grandes e por isso as províncias produtoras de café (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), mais dependentes da mão-de-obra escrava, foram as mais fortes defensoras da instituição durante os últimos 30 anos de sua existência. Até meados do século XIX, os cativos eram executores de todas as tarefas economicamente importantes. Até mesmo as pessoas livres pobres possuíam escravos, e, às vezes, estes eram sua única fonte de renda. Os viajantes estrangeiros também observaram a presença estrutural da escravidão no Brasil. O trabalho manual era considerado desonroso, apesar de observarmos forte presença do trabalho livre em Ouro Preto a partir da Lista Nominativa de 1838. Essa concepção explicaria, então, a prática dos forros comprarem escravos assim que alcançavam sua liberdade. Buscavam se aproximar do mundo dos livres o mais rápido possível, muitas vezes, distanciando-se do mundo do trabalho.

De acordo com o professor Douglas Libby, “a amplitude da base de sustentação do escravismo em Minas Gerais evidentemente tem importantes implicações sobre a lentidão do processo abolicionista”.³⁶¹ Ainda de acordo com o professor, alguns setores

³⁶¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 104.

eram mais dependentes do trabalho cativo, como o siderúrgico, cujas primeiras fundições datam de meados do século XVIII, para produção de utensílios utilizados tanto na mineração como na agricultura. O conhecimento prévio que os africanos trouxeram para o Brasil foi fundamental para que o setor de transformação do ferro ficasse a cargo dos escravos. Em 1885, apenas três anos antes da abolição, estes continuavam sendo essenciais à siderurgia mineira.³⁶² O setor da mineração subterrânea também dependeu fortemente do trabalho escravo. Pela lei inglesa de 1843, os súditos britânicos eram proibidos de qualquer participação na comercialização de mancipios. Foi necessário, então, que as empresas mineradoras, na maioria dos casos, pertencentes a corporações britânicas, lançassem mão do aluguel de escravos.³⁶³ A mão-de-obra livre, principalmente até 1850, era formada basicamente por pequenos agricultores, proprietários ou não, e, por isso, constituída por trabalhadores eventuais, ou sazonais. Os capitalistas ingleses reclamavam renitentemente da inconstância e do absenteísmo desses trabalhadores, devido tanto às estações de cultivo e colheita como devido à época de feriados e festas religiosas.³⁶⁴ A partir da metade do século, a situação começa a se modificar, pois a cessação do tráfico internacional determina aumento de preços dos cativos e progressiva concentração da propriedade escrava. Dá-se início também a ações de desapropriação de pequenos proprietários rurais, dando origem ao “lento processo de proletarianização do homem do campo mineiro”.³⁶⁵

O setor têxtil, diferentemente dos relacionados acima, teve base produtiva bem diferente. Tanto a produção doméstica, tradicionalmente difundida por toda a província, devido ao cultivo e tecelagem do algodão pelos indígenas, durante todo o século XIX, como a maquinofatura de tecidos, desenvolvida principalmente nos últimos 20 anos da monarquia, utilizaram-se basicamente da mão-de-obra livre, com destaque para as mulheres. As fiandeiras e tecedeiras são relacionadas em grande número nas listas nominativas da década de 1830,³⁶⁶ assim como são destaque no Censo de 1872. Parcela extremamente representativa em Ouro Preto, as costureiras e aquelas que trabalhavam

³⁶² LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 172.

³⁶³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 319.

³⁶⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 321.

³⁶⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 322.

³⁶⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 197.

com tecidos de maneira geral eram, em sua maioria, mulheres solteiras (1.580), seguidas pelas casadas (625) e viúvas (149).

A posse de escravos em Minas Gerais mostra o seguinte comportamento: na década de 30 era privilégio de 1/3 da população livre, sendo que o maior grupo de proprietários eram os donos de três a cinco cativos.³⁶⁷ Em Ouro Preto, dos 239 fogos que possuíam cativos, 200 tinham cinco ou menos. Além disso, entre os proprietários, a maior parte era formada por pardos.³⁶⁸

Além da posse de escravos, outras características marcavam o mundo livre. Estas foram apontadas pela professora Hebe de Mattos: a mobilidade geográfica, o acesso à propriedade e a definição da cor do sujeito, delineada não somente a partir da tonalidade da pele, mas de sua condição social.³⁶⁹ Ainda considerando a questão da cor, Robert Conrad explica que a escravidão, no Brasil, independia da cor, acontecendo inclusive de haver proprietários e escravos meio-irmãos, pois era comum a união entre o senhor e sua escrava. Possuir escravos era símbolo de *status*, e até mesmo ingleses residentes no Brasil possuíam escravos, causando certo constrangimento, pois se contrapunham à política oficial britânica. Para se defenderem, alegavam que a escravidão penetrava na vida brasileira em todos os setores e que, portanto, seria impossível viver nesse país sem escravos.

No capítulo referente aos batismos, analisamos os registros dos ingênuos da matriz do Pilar, ou seja, dos filhos das escravas após a elaboração da Lei de 1871, como foi estipulado no parágrafo 5º do art. 8º. Podemos observar a pequena taxa de natalidade e outros aspectos relativos às teias sociais traçadas entre os cativos e livres num momento em que se aponta para o final da escravidão.

No entanto, observamos que membros da elite ouro-pretana se anteciparam à lei, alforriando crianças em pia batismal. A alforria dos pequenos não foi forma mais comum de manumissão nas Minas. Em estudo para São José del Rei em 1795, os professores Douglas Libby e Clotilde Paiva traçam o perfil dessas libertações. Elas raramente chegavam cedo na vida do escravo, podendo ser deixadas em testamento (era

³⁶⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 98.

³⁶⁸ Lista nominativa de 1838. Ver Capítulo II.

³⁶⁹ Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...*

considerada obra de misericórdia para o catolicismo tridentino), gratuitamente, em agradecimento por anos de trabalho leal ou condicionadas a “pagamentos aos herdeiros do falecido senhor ou a serviços adicionais para os sobreviventes do testador”.³⁷⁰ No entanto, grande parte das alforrias eram alcançadas mediante a autocompra, muitas vezes pela quartação, que “consistia em uma espécie de contrato entre o escravo e o senhor no qual ambos acordavam que o cativo adquiriria sua liberdade via pagamento anual de valores estipulados”.³⁷¹ Os autores ainda constatarem que as alforrias se davam em maior número entre os pardos, especialmente entre as mulheres pardas, motivadas pela possibilidade de estabelecimento de “relações com homens livres” e pela possibilidade, nos centros urbanos, de as mulheres escravas “acumularem economias através dos rendimentos que excediam os pagamentos diários ou semanais aos senhores”.³⁷²

Entre 1838 e 1872, temos 26 alforrias em pia batismal. Nos anos entre 1866 e 1872, ou seja, no período anterior à Lei do Ventre Livre, elas se intensificaram, totalizando, no período, doze de todo o total. Foram quatro no ano de 1866, uma no ano de 1870, quatro em 1871 e uma em março de 1872, data já sob o vigor da Lei Rio Branco. Na ocasião, o inocente Horácio, filho natural de Felisbina, parda, e escrava de Henriqueta Soares Carneiro Leão, teve sua libertação antecipada, tendo a senhora Henriqueta declarado que “espontaneamente libertava este inocente, embora assim livre nascesse, segundo a lei nº 2040 de vinte oito de setembro”.³⁷³ Após essa data, não houve mais nenhuma alforria registrada nos assentos de batismos. As alforrias dadas às vésperas ou mesmo logo após a aprovação da Lei Rio Branco, apresentadas como “um ato de benevolência e caridade de seus senhores”, foram uma forma de os proprietários mostrarem “que a liberdade ainda era uma prerrogativa senhorial”.³⁷⁴ Contrapunham-se, assim, ao Estado, que passou a ter o direito de definir o valor de autocompra do cativo, caso não houvesse acordo com o dono.

³⁷⁰ LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira... p. 31.

³⁷¹ LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira... p. 36-37.

³⁷² LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira... p. 30.

³⁷³ Assento de batismo ID 514.

³⁷⁴ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 59.

Sobre o alcance da Lei Rio Branco, temos alguns indícios através dos registros paroquiais, como no caso do óbito de Maria, em 01 de julho de 1877. Africana, estava liberta por não ter sido matriculada. Se, por um lado, a lei foi o primeiro passo rumo à abolição da escravatura, na prática, o exercício da liberdade era dificultado, por meio de diversos ardis. A ideia geral era de que os negros não tinham condições plenas de emancipação, pois se tornariam vadios e um estorvo social. Nesse sentido, é curioso o casamento entre Carlota da Costa Lopes e Francisco José da Costa, celebrado em 18 de janeiro de 1873, na capela da venerável Ordem Terceira do Carmo. De acordo com o registro, o noivo é crioulo emancipado pela lei de 28 de setembro de 1871. Natural da fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, foi dado em usufruto à Coroa. A noiva havia sido libertada pelo finado Elias da Costa Lopes.

Uma dificuldade apontada pelos autores que estudam a escravidão no Brasil refere-se ao fato dos escravos brasileiros, na sua quase totalidade, serem analfabetos e por isso seus registros escritos se apresentarem raros. Por isso, suas experiências e reações à sua condição são descritas por homens e mulheres livres, ou seja, só temos acesso à sua vida através de impressões de outros personagens da sociedade da época.

Esses registros nos revelam que os escravos nunca foram dóceis, resistindo a seus opressores de várias maneiras. A rebeldia, a insurreição, as diversas formas de resistência, as fugas, as estratégias cotidianas para alcançar melhoria da qualidade de vida estiveram presentes durante todo o período escravocrata brasileiro. Esse estado de tensão constante se acirrou nos últimos meses que antecederam a abolição completa, em 1888. A libertação dos escravos não significou um golpe fatal na economia tradicional agrária, visto que, desde a década de 50, já se aplicavam medidas para a progressiva substituição do trabalho escravo pelo livre. Além disso, desde a Lei Rio Branco, o final da escravidão já se desenhava.³⁷⁵ No entanto, enfraqueceram-se as instituições, que tinham raízes nos tempos coloniais, como as atitudes aristocráticas com relação ao direito à educação e contra o trabalho braçal, um sistema eleitoral restrito, assim como a noção de cidadania, limitada aos livres. A abolição significou, portanto, um duro golpe social, cultural e principalmente político, visto que foi transferida para a monarquia a insatisfação dos setores agrários cafeicultores.

³⁷⁵ Essa lei será analisada quando tratarmos do batismo de ingênuos, no próximo capítulo.

Ao analisar 157 Ações de Liberdade movidas por escravos, através de seus representantes na Comarca de Campinas, entre 1803 e 1888, Fernando Antônio Abrahão³⁷⁶ concluiu que o acesso ao sistema judiciário foi sendo progressivamente facilitado no decorrer do XIX. O autor localizou cinco processos para os anos anteriores a 1871. Entre 1871 e 1885, foram 108 e entre 1885 e 1888, foram arrolados 44 processos. Entre os tipos de ações, 47,8% tratou de solicitações de liberdade por pecúlio, ou seja, havia uma negociação em torno do valor oferecido pelo escravo para a compra de sua liberdade e o valor requerido por seu proprietário. Caso não houvesse acordo, o sistema judiciário intervinha, inclusive disponibilizando avaliadores, de acordo com o estabelecido na Lei de 1871.

No trabalho apresentado por Fernando Antônio, sete processos foram movidos com o argumento de tráfico ilegal. A alegação era a chegada de africanos cativos ao Brasil após a Lei de 1831, que proibía o tráfico internacional. Apesar de não ter sido obedecida, essa lei nunca foi abolida, e, a partir de 1872, passou a ser argumento para a libertação desses que haviam sido escravizados ilegalmente. Entre os sete processos apresentados, transcrevemos dois deles, por sua complementaridade:

Ação Sumária de Liberdade baseada na Lei de 07 de nov. 1831 (tráfico ilegal). Autora: Laura, aproximadamente 40 anos, escrava de Antônio Pereira de Sá Peixoto e outros. Solicitador: Firmino Ramalho. Curador: o mesmo. Sentença: julgada procedente. Campinas, 06 out. 1875/03 jul. 1877. 46 fls

Ação Sumária de Liberdade baseada na Lei de 07 nov. 1831 (tráfico ilegal). Autores: Laurinda, 23 anos, Laurentino, 20 anos e Laudelina, 18 anos, filhos da liberta Laura, escravos da herança de Custódio José Ignácio Rodrigues. Solicitador: Firmino Ramalho. Curador: o mesmo. Sentença: julgada procedente. Campinas, 18 abr./14 jun 1876. 26 fls ³⁷⁷

Ambos os processos correram quase ao mesmo tempo. Tendo sido comprovada a situação de emancipada da mãe, os filhos tiveram tal benefício estendido para eles, pois afinal, “o ventre seguia a mãe”.

As cidades de Mariana e Ouro Preto, na província mineira, também presenciaram ações judiciais em favor dos escravos a partir de 1872. Estes não podiam

³⁷⁶ ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Campinas: UNICAMP, Centro de Memória, 1992. p. 5.

³⁷⁷ ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. p. 19.

acionar o sistema judicial por conta própria. Deveriam “conseguir que uma pessoa livre solicitasse a abertura do processo em seu nome ao juiz competente, explicitando as razões pelas quais teria direito à liberdade”. Deveria requerer, ainda, “a nomeação de um curador e um depositário legal que se responsabilizasse por sua guarda enquanto demandava a alforria”.³⁷⁸ Os escravos podiam recorrer à justiça devido a diversas situações:

Muitos poderiam alegar serem descendentes de pessoas livres ou libertas; estar recebendo maus tratos excessivos por parte de seus senhores; terem o interesse em comprar sua própria alforria; terem obtido a promessa de alforria por parte dos senhores já falecidos, tendo ocorrido o descumprimento da promessa por parte dos herdeiros; ou ainda apresentar a alegação de terem chegado ao Brasil após o término do tráfico negreiro.³⁷⁹

Lancemos mão, ainda, do trabalho de Luiz Cota, que a nosso ver, considera a relevância das ações judiciais em prol da libertação dos escravos. De acordo com o estudioso, a Lei do Ventre Livre embasava reclamações sobre irregularidades nas matrículas obrigatórias. Apesar de inseridas num “terreno tido, muitas vezes, como marcado por uma ação abolicionista mais moderada ou legalista, a justiça pode ter sido na verdade um campo de batalha pela abolição muito mais profícuo do que alguns historiadores pensaram”.³⁸⁰ Apesar das ações abolicionistas radicalizarem-se na década de 80, não é possível desmerecer o movimento na década anterior. “Os ataques desferidos por um advogado em um tribunal contra a escravidão, em defesa de um “cliente” escravo, antes mesmo que a “onda abolicionista” tomasse forma, não podem ser considerados como uma ação estritamente moderada”.³⁸¹ Os advogados foram fundamentais para denunciar o caráter ilegal da escravidão para um número vultoso de cativos, pois, “se os africanos introduzidos no país após 1831 eram todos livres automaticamente seus descendentes também seriam. Sendo assim, a escravidão não seria apenas imprópria, imoral ou ilegítima, mas ilegal”.³⁸² Pudemos observar o

³⁷⁸ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 145.

³⁷⁹ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 147.

³⁸⁰ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 141.

³⁸¹ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 143.

³⁸² COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 144.

exemplo através do processo em benefício de Laura e seus filhos, corrido em Campinas. Concluindo o pensamento de Luiz Cota, “as raízes para a radicalização estavam fincadas em terreno jurídico”.³⁸³

De maneira geral, os advogados defendiam tanto cativos como proprietários, mas com a progressiva legitimação do discurso abolicionista, estes passaram a se posicionar a favor dos cativos. Em 28 de setembro de 1886, por ocasião do 15º aniversário da Lei do Ventre Livre, vinte advogados ouro-pretanos assinaram “declaração de que não aceitariam quaisquer causas que, direta ou indiretamente, sejam contrárias a libertação de escravizados”.³⁸⁴ Um dos advogados mais atuantes nas causas em favor dos escravos foi Camilo Augusto Maria de Britto. Em onze atuações, entre 1873 e 1887, defendeu dez escravos. Era também político, promotor, magistrado e professor.

Outro advogado que se posicionou a favor dos cativos foi Manoel Joaquim de Lemos. Membro do Diretório Liberal de Ouro Preto, era conhecido por seus contemporâneos como um “batalhador da grande causa”, tendo inclusive liderado uma sociedade abolicionista secreta que auxiliava “escravos fugidos que chegavam à capital nos últimos anos de escravidão”.³⁸⁵ Era pessoa de prestígio, com grande visibilidade social. Vindo do Rio de Janeiro, casou-se com a filha da cidade, Maria Guilhermina de Carvalho, em 30 de novembro de 1833, com a qual teve quatro filhos: João, Antônio, Luiza e Manoel. Teve também uma filha fora do casamento, Francisca de Paula, com Maria Graciana de Carvalho. Está presente nos assentos da paróquia do Pilar tanto como pai, como padrinho, além de ter sido convidado para testemunhar cerimônias de casamento de filhos de famílias ouro-pretanas ilustres. É nomeado nesses assentos como tenente-coronel (em 1865) e como Brigadeiro (em 1877).

A complexidade da questão da escravidão e a discussão sobre o processo abolicionista pode ser exemplificada pelo batismo de Gennaro. O inocente foi batizado em 02 de fevereiro de 1881. Era filho de Carolina, escrava do Dr. Manoel Joaquim de Lemos, filho do renomado advogado dos cativos.

³⁸³ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 144.

³⁸⁴ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 214.

³⁸⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 145.

Em 1884, foi proposto pelo senador Manoel Dantas, projeto de lei para libertar os escravos que tivessem mais que 60 anos, mas não foi aceito. Posteriormente, foi modificada e aprovada, com o nome de Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários (Lei no. 3.270 de 28/09/1885).

Considerava-se que essa lei não causaria impacto aos interesses econômicos, principalmente agrícolas, pois não se esperava que o escravo de 60 anos deixasse o local de sua vida e trabalho, mesmo que pudesse. Para Rui Barbosa,

o velho cativo, pela debilidade do corpo enfermo, pela tendência irresistível de costumes inveterados, por laços de família, [...] está preso à fazenda onde encaneceu [...] e não deixará a casa do senhor mormente que este, por um salário, ainda mínimo, que lhe falhe aos módicos interesses dessa idade, souber compensar-lhe os serviços.³⁸⁶

A discussão que se trava ao redor da libertação dos escravos a partir dos 60 anos de idade faz-se interessante porque os proprietários mentiram a idade de seus escravos nos recenseamentos obrigatórios, aumentando-a. Tinham receio de que a Lei de 1831, que proibía o tráfico atlântico, fosse lembrada, e que se exigisse dos proprietários a liberdade de seus escravos africanos que, pela idade, comprovassem ter chegado ao Brasil após aquela data. Estes, portanto, agora teriam de libertar seus escravos sexagenários que, na realidade, não tinham essa idade. Essa questão justifica a grande oposição que teve essa lei.

Assim como a Lei Rio Branco (do Ventre Livre), também a Lei dos Sexagenários teve resultado parcial. No apêndice I, Robert Conrad nos alerta para a possibilidade da inexatidão dos dados quantitativos, principalmente em se tratando de escravos, onde “o descuido e a fraude eram tão características destas contagens de escravos quanto a diligência e a boa-fé”.

Nem a Lei Rio Branco (1871) nem a Lei Saraiva-Cotegipe (1885) foram suficientes para silenciar os abolicionistas. Além disso, a instituição de penalidades para os protetores de escravos fugitivos também revoltavam os militantes pró-abolição. A Lei dos Sexagenários torna-se mais um passo na concepção de abolição gradual da escravidão. O número de escravos, na província, e aos quais, desde logo, aproveitou o

³⁸⁶ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 116.

benefício da lei nº 3.270, eram em número de 18.508, sendo que, no município de Ouro Preto: 246.³⁸⁷

Em 1886, uma lei põe fim aos castigos físicos e à pena de açoite aos escravos. A partir daí as posições se acirraram e o conflito nacional tornou-se de fato radical.

Após a proibição do açoite, os escravos, incitados por abolicionistas, começaram subitamente a abandonar as fazendas em grandes números. Não havia forças no Brasil que os pudessem deter. O choque decisivo iniciou-se em Santos, desencadeando uma série de acontecimentos regionais e nacionais. Portanto, os paulistas somente passam a considerar o movimento abolicionista quando a situação já é irreversível. Os fazendeiros, sem a mão-de-obra necessária para a colheita, sem apoio da opinião pública e sem o apoio da polícia e até do exército, que deixa de prender escravos fugitivos e limita-se a preservar a ordem pública, passam a considerar a abolição, inicialmente, a partir do compromisso de trabalho dos ex-escravos por um determinado tempo, e até a abolição imediata. A violência, o caos, o prejuízo econômico e a vinda de imigrantes italianos foram os argumentos necessários para que os paulistas se tornassem abolicionistas.

A situação da província do Rio de Janeiro diferenciava-se de São Paulo porque, lá, os fazendeiros, além de ainda dependerem da mão-de-obra escrava, estavam empobrecidos. Lá também ocorreram fugas maciças, greves e incêndio de canaviais. Para se evitar o caos instaurado, deu-se início ao processo de abolição oficial do Brasil, com a queda do ministério de Cotegipe e o estabelecimento do ministério liderado pelo senador conservador de Pernambuco, João Alfredo Correia de Oliveira.

Podemos concluir dessa breve descrição do processo abolicionista que a Lei Áurea, na realidade, veio confirmar uma situação que já havia sido implementada na prática, sem, contudo, considerar outras transformações que teriam sido necessárias para incluir de uma forma mais justa os ex-escravos na sociedade brasileira.

Não devemos deixar de considerar que a libertação dos escravos ocorreu de forma diferente nas várias províncias brasileiras. O processo se deu de forma diferenciada nas áreas rurais ou urbanas e ainda se desenrolou de forma específica nas propriedades rurais. Aquelas voltadas para o cultivo do café e cana de açúcar, ou seja,

³⁸⁷ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 854.

produtoras em larga escala para exportação, dependiam ainda em maior grau do trabalho cativo, diferentemente das que produziam para o autoconsumo ou para o abastecimento local.

3.3.2- O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NAS DIVERSAS PROVÍNCIAS

É importante se analisar a diferença entre as províncias e sua postura em relação à libertação dos escravos. As províncias do norte e nordeste, menos dependentes da mão-de-obra cativa, se posicionaram a favor da abolição da escravatura. As províncias do sudeste, principalmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, resistiam às mudanças, pois, dependentes da mão-de-obra escrava, principalmente para o cultivo do café, julgavam-se prejudicadas com as medidas que vinham sendo tomadas pelo governo brasileiro desde 1831, com a proibição do tráfico de escravos africanos. Também nas áreas urbanas, o movimento antiescravista era mais forte. Além disso, enquanto as províncias do norte atraíam centenas de milhares de brasileiros livres ociosos para suas fazendas, o sudeste conservava teimosamente seus escravos e procurava nos imigrantes europeus e asiáticos a solução para o problema de falta de mão-de-obra. As províncias do sudeste também passaram a comprar escravos principalmente das regiões norte e nordeste, num movimento que se intensificou até 1880, quando passaram a surgir medidas que impediam essa prática.

Apesar de ter sido proibido pela Câmara de São Paulo, em 1880, o tráfico interno dos Estados do Norte para aquela província permanece até 1881. Em dezembro do mesmo ano, “o governo mineiro estipulou um imposto no valor de R 2:000\$000 por escravo importado para a província.”³⁸⁸ O tráfico interprovincial foi totalmente proibido em 1885, pelo §19º da Lei Saraiva-Cotegipe, que resolvia: O domicílio do escravo é intransferível para província diversa da em que estiver matriculado ao tempo da promulgação dessa lei.

No início de 1879, a diferença de pensamento entre as províncias do norte/nordeste/sul antiescravistas e do sudeste pró-escravista se intensifica. A partir da

³⁸⁸ FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Juiz de Fora: Instituto de Ciências Humanas/UFJF, 2006. p. 65. Disponível em: <http://www.bdtf.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=45>. Acessado em 20/01/2009.

ação dos políticos, jornalistas, clubes, sociedades, associações, o movimento se expande de modo quase espontâneo na capital do Império.

A preocupação do movimento abolicionista se concentrava na libertação dos cativos. Não foi evidente para os abolicionistas a necessidade de se realizar novas reformas ou de preparar os antigos escravos para a cidadania, pois se esperava que eles continuassem trabalhando no campo. Entretanto, alguns líderes viam a necessidade de outras reformas, como a descentralização administrativa, a igualdade religiosa, representação política mais ampla, imigração europeia, reformas econômicas e financeiras. Os mais radicais esperavam a extensão da educação a todas as classes, e oportunidades econômicas para que milhões de negros e mulatos assumissem um lugar de igualdade numa nação mais homogênea e próspera. Fica evidente, nesse momento, como a proclamação da República, em 1889, foi um movimento reacionário, ao dar um fim para toda essa discussão e movimentação social.

O Ceará teve destaque especial no movimento abolicionista, tornando-se exemplo para outras províncias. Lá o surto abolicionista foi precipitado tanto pela natureza como pelos legisladores das províncias do sul. De 1877 a 1880 a seca devastara a vida e a propriedade do nordeste, forçando os proprietários a venderem seus escravos para o sul. Além disso, lá já havia se desenvolvido o uso generalizado de mão-de-obra livre. A lei de 25 de janeiro de 1881 restringia a entrada de cativos na província de São Paulo. Isto determinou a queda do preço de escravos para a venda interprovincial, dando início ao movimento abolicionista cearense, que tinha como característica principal o envolvimento espontâneo da população.

Em 1882, exceto no Ceará, o movimento abolicionista estava adormecido, devido à formação do governo conservador. A posição do imperador mostrava-se dúbia e indecisa, pois pessoalmente era a favor, mas seu governo, defensor dos interesses dos cafeicultores era contra. O movimento no Ceará torna-se mais forte, sendo a primeira província a libertar seus escravos, afetando as regiões vizinhas. Nas *Efemérides mineiras*, José Pedro Xavier Veiga nos relata sobre as esplêndidas festas populares realizadas em Ouro Preto em comemoração à completa extinção dos escravos na

província do Ceará, promovidas pelas beneméritas associações abolicionistas *Visconde do Rio Branco* e *Libertadora Mineira* em 25 de março de 1884.³⁸⁹

A peculiaridade do processo abolicionista do Rio Grande do Sul foi determinada pela interpretação do 4º artigo da Lei Rio Branco, que possibilitava o escravo comprar sua liberdade com seu trabalho, através de um contrato de trabalho com prazo definido. A alforria, apesar de possível desde o século XVIII, só foi discriminada em lei a partir de 1871, determinando ser possível ao escravo acumular pecúlio para a compra de sua liberdade. Entretanto, ser forro não significava ser inteiramente livre.

Há casos de forros que continuavam presos ao seu antigo senhor, há libertos que almejavam tornar-se eles próprios donos de escravos, assim como há ex-escravos reclamando das arbitrariedades contra eles cometidas e denunciando o peso da escravidão sobre seus companheiros.³⁹⁰

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea brasileira, de nº 3.353, declara extinta a escravidão no Império. José Pedro Xavier da Veiga nos dá o montante daqueles alcançados pela lei. De acordo com ele, ainda existiam, em Minas Gerais, cerca de 230.000 cativos. Esse número já havia decaído, visto que foram matriculados na província, por força da lei de 28 de setembro de 1871, 353.134. Até 1885, haviam entrado mais 103.435, saído 97.706, e falecido 46.360. No mesmo período, as manumissões registradas foram 14.231, das quais 3.436 a título oneroso e 10.795 a título gratuito, existindo em Minas, em 1885, segundo dados oficiais, 298.272 cativos. Esse algarismo foi decrescendo sensivelmente todos os dias “pelo efeito das manumissões cada vez mais numerosas (por liberalidade particular e por força da citada lei e da de 28 de setembro de 1885) e pela ação da morte”.³⁹¹ Da mesma forma, o número de escravos decaía rapidamente na capital. Se, em 1877, eles perfaziam 5.632, em 1880 eram 2.756 e, em 1887, contabilizavam 1.986.³⁹²

A proposta do governo de abolição gradual vinha percorrendo seu curso, quando as ações se precipitaram. De acordo com o estudo de Luiz Cota, inicialmente, o

³⁸⁹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 334.

³⁹⁰ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 127.

³⁹¹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 495.

³⁹² COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p 33.

processo abolicionista mineiro foi pautado pelo caráter moderado e legalista. No entanto, principalmente a imprensa teria auxiliado na “construção de uma mentalidade antiescravista na província, inclusive entre os escravos”,³⁹³ mesmo estes sendo analfabetos, pois era prática recorrente a leitura em voz alta dos jornais em público. Os debates ganhavam as ruas.

As cidades de Mariana e Ouro Preto inseriram-se na luta abolicionista de forma mais intensa que outras localidades mineiras, principalmente na década de 80. Além da imprensa ativa, através de jornais abolicionistas, a presença, em Mariana, do bispado, que se alinha a favor da abolição, e ao grande número de estabelecimentos educandários, tanto na Sé como na capital da província, propiciaram ampla discussão e mobilização em prol da libertação dos cativos.

Em Ouro Preto, os estudantes e professores foram fundamentais para o acirramento do movimento abolicionista. Temos já em pleno funcionamento a Escola de Farmácia, o Liceu Mineiro, instituição de ensino secundário, a Escola Normal, criada em 1873, a Escola de Minas, fundada em 1876, e o Liceu de Artes e Ofícios, “fundado pelos engenheiros abolicionistas Chrockatt de Sá e Archias Medrado em 1884, sendo subordinado ao governo provincial a partir de 1886”.³⁹⁴ A Faculdade Livre de Direito se instalou em 10 de dezembro de 1892, no chalé situado na Rua da Praia de Ouro Preto, onde, até então, funcionara a Escola de Farmácia.³⁹⁵

As ideias liberais deixavam as instituições educacionais e alcançavam “a rua, a praça, a senzala, a venda de secos e molhados, o café, a república de estudantes, a plantação, a escola, a igreja, os auditórios da justiça, as páginas de um jornal, a irmandade ou o partido”.³⁹⁶ O movimento deixava de se restringir aos debates parlamentares e aos salões da elite. Luiz Cota cita a professora Maria Helena Machado, que constatou, também para a província de São Paulo, a popularização das discussões acerca da abolição, e, segundo ela, “ao dividirem o mesmo espaço, a urbe, grupos sociais distintos poderiam interagir de maneira surpreendente”.³⁹⁷

³⁹³ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 19.

³⁹⁴ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 104.

³⁹⁵ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 135.

³⁹⁶ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 41.

³⁹⁷ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 43.

Os jornais ouro-pretanos também tiveram papel expoente na defesa e divulgação do movimento abolicionista. Aos poucos, os anúncios de escravos fugidos foram dando espaço para notícias sobre manumissões, com louvores aos proprietários, “verdadeiros arautos da liberdade”.³⁹⁸ Há referências sobre a criação de três jornais abolicionistas em Ouro Preto: *O Trabalho* (1883), *A Vela do Jangadeiro* (1884), e *Ordem e Progresso* (1884). De acordo com Luiz Cota, pouco restou desses periódicos.³⁹⁹

Em 1883, foi fundada a Confederação Abolicionista no Rio de Janeiro. Em pouco tempo, aquela entidade “congregava 17 sociedades abolicionistas da Corte e de outras plagas do Império”. O movimento se radicalizava e a promoção de fugas passaram “a ser uma das táticas mais caras aos que lutavam pela abolição imediata e sem indenização”.⁴⁰⁰ Em fevereiro de 1881, é fundada a *Sociedade Abolicionista Ouropretana*, por iniciativa dos professores e alunos da Escola de Minas de Ouro Preto, tendo à frente o professor Archias Eurípedes da Rocha Medrado, que viria a assumir o cargo de direção da instituição, dez anos depois.⁴⁰¹ Em 10 de novembro de 1883, foi criada a *Sociedade Libertadora Mineira*. À frente estava novamente o professor Archias. O Clube Visconde do Rio Branco foi criado também em 1883. O engenheiro Chrockatt de Sá Pereira de Castro, futuro fundador do Liceu de Artes e Ofícios, assumiu a presidência.⁴⁰²

O prestígio social alcançado pelo mestre e abolicionista Archias Medrado pode ser retratado por seu casamento, em 24 de junho de 1880, com D. Luiza Jane Joutten, filha de pais ingleses. Como testemunhas, foram convidados o desembargador Quintiliano José da Silva, presidente da província nos anos de 1844 e 1847, e D. Anna Guilhermina Barbosa da Silva.

As associações abolicionistas foram locais importantes para discussão dos ideais libertários. No entanto, nem elas, nem os fundos de emancipação, criados pelo governo tiveram impacto real nas manumissões. As libertações individuais ou coletivas, por ocasião de momentos festivos, foram em número bem maior, indicando que as pessoas

³⁹⁸ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 63.

³⁹⁹ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 78.

⁴⁰⁰ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 67.

⁴⁰¹ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 72.

⁴⁰² COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade...* p. 87.

envolviam-se pessoalmente com o projeto da abolição. Como exemplo, citamos a visita do imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina a Ouro Preto, em março de 1881. “Em honra à visita de SS. MM. Imperiais foram libertados vários escravos”.⁴⁰³ Também o dia 30 de novembro de 1887 foi dia de festa. Por ocasião do jubileu sacerdotal do conselheiro Joaquim José de Sant’Anna, seus admiradores e correligionários políticos lhe entregaram algumas dezenas de cartas de alforrias, que seriam entregues pelo próprio pároco, citando o nome de cada um dos beneficiados.⁴⁰⁴

O movimento abolicionista vai se intensificando, e no ano de 1888, “a velha capital se transformou em asilo de numerosos escravos fugidos, que desertavam as fazendas em busca de liberdade que lhes era assegurada pelos irmãos brancos”.⁴⁰⁵ A notícia da abolição foi recebida com festa, acompanhada pelo “bimbalhar de todos os sinos de todas as igrejas, e pelo estrugir de milhares de foguetes”.⁴⁰⁶ Vencida essa batalha, os ouro-pretanos se voltaram para a nova discussão que se revigorava. No dia 15 de novembro daquele mesmo ano, “reuniu-se em Ouro Preto, um Congresso Republicano, cujas decisões tiveram repercussão larga e profunda em todo o Estado de Minas Gerais”.⁴⁰⁷

A lei de 13 de maio de 1888 foi considerada, na época, como complemento indispensável das de 28 de setembro (a de 1871, Lei Rio Branco, e a de 1885), e foi descrita por Xavier da Veiga como “a redenção abençoada para cerca de 230.000 infelizes em Minas Gerais e para quase oitocentos mil no Brasil”.⁴⁰⁸

A crítica atual que se faz à Lei Áurea é a de não ter criado formas de inserção social e econômica para os recém-libertados, pois nenhuma medida foi proposta para a absorção desses milhares de trabalhadores nas novas organizações capitalistas que se instauravam e no processo de urbanização iniciado com o advento da República.

⁴⁰³ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 169.

⁴⁰⁴ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 233. Aurélio Pires, em *Homens e factos de meu tempo* (p. 83), se refere a centenas de cartas de alforria distribuídas pelo pároco Santana.

⁴⁰⁵ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 83.

⁴⁰⁶ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 84.

⁴⁰⁷ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 84. O autor nos relata que a data da reunião, aos 15 de novembro, foi realmente uma notável coincidência (p. 116).

⁴⁰⁸ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 495.

De acordo com John French, a abolição do escravismo, em 1888, “não assegurou o fim de várias formas de coerção”, numa citação a Cláudio Batalha, historiador da formação do movimento operário brasileiro.⁴⁰⁹ Além disso, “a cultura autoritária e paternalista das classes dominantes, com seus impulsos repressivos inatos, continuaria a permear a sociedade brasileira mesmo depois de 1888”.⁴¹⁰

Estudos recentes já constataram que a escravidão não se manteve no Brasil por cerca de 350 anos às custas somente da coerção. As relações entre senhores e escravos eram complexas, exigindo deles negociações permanentes acerca do limite do cativo. Além disso, a sociedade brasileira dita escravista não era dicotômica: escravos de um lado, livres de outro. Havia os agregados (livres, porém dependentes de um proprietário de terra ou do chefe do domicílio em que residia), os libertos e aqueles em fase de compra de sua alforria (os quartados). Ou seja, “livre e não livre eram categorias ambíguas na sociedade brasileira”.⁴¹¹

Infelizmente, é muito difícil, ao menos a partir da base documental consultada, descobrirmos como se deu a inserção dos ex-escravos na sociedade ouro-pretana. Sabemos, ao compararmos os censos de 1872 e 1890, que a população ouro-pretana cresceu 26,8%. No entanto, sua conformação étnica, ou por cor, muda, como já apontamos no início deste capítulo, e como detalharemos adiante.

Ao tratarmos da segunda metade do século XIX e nos referirmos ao ambiente urbano, devemos atentar ainda mais para a linha tênue que separava o trabalho cativo do trabalho livre nos últimos anos de escravidão. Basta nos lembrarmos que Ouro Preto já contava com aproximadamente 76% de livres e forros em sua população em 1838.

Observamos, na última década da escravidão, em Ouro Preto, algumas exceções a uma tradição que se estabelecera em Minas, desde a chegada dos primeiros colonos, no século XVIII. Trata-se da quase total ausência dos casamentos entre escravos de proprietários diferentes. Esse aspecto pode ser explicado pela menor autonomia que os donos teriam em vender ou transferir seus cativos, além da questão da moradia, dos

⁴⁰⁹ FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume. 2006. p. 75.

⁴¹⁰ FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade... p. 78.

⁴¹¹ FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade... p. 81.

filhos daquele casal e outras que, no fim, praticamente impediam essa prática. No entanto, se os escravos tinham determinada autonomia de trabalho e de vida particular, nada impediria seu casamento. Foi o que vimos, por exemplo, no enlace de Lucrecia e Antonio, celebrado em 11 de agosto de 1880. A receptividade a essa união está comprovada pelo fato de que os próprios proprietários testemunharam as núpcias de seus escravos.

John French conclui em seu artigo que, “quer tenham sido ex-escravos, libertos ou nascidos livres, as vidas dos trabalhadores rurais mudou apenas em aspectos limitados depois de 1888”.⁴¹² O dia 13 de maio daquele ano teria sido importante marco simbólico,⁴¹³ além, é claro, de ter promovido a inserção jurídica dos ex-escravos na sociedade como seres de direitos. Questões profundas como a concentração da terra nas mãos de grandes proprietários, a falta de um projeto educacional e habitacional que contemplasse os ex-escravos urbanos contribuíram para que o quadro de exclusão social permanecesse com o advento da República.

3.4- OURO PRETO NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XIX

Ouro Preto na última década do século é uma cidade otimista. De acordo com Henrique Barbosa Cabral, que na ocasião contava com quinze anos, a proclamação da República determinou entusiasmo pelas mudanças que traria. “O poder se organiza e se movimenta. Várias medidas, asseguradoras do bem público, são tomadas. A fisionomia da cidade vai se transformando”.⁴¹⁴ A capital do novo estado, orgulhosa, nem imagina o que a aguarda daí a poucos anos. O serviço de limpeza urbana é instituído. O lixo passa a ser recolhido das portas das casas e as principais ruas e praças são varridas diariamente. Estas também recebem novo calçamento, de paralelepípedos, e são construídos passeios públicos. A cidade passa a ser dotada de água canalizada e rede de esgotos, além de ser melhorado o escoamento das águas pluviais.

O comércio se especializa, com a abertura de livrarias, até então ausentes na capital, e de papelarias, onde era vendido material para escritório, além de casas de

⁴¹² FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade... p. 81.

⁴¹³ FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade... p. 95.

⁴¹⁴ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 303.

ferragens, relojoarias, sapatarias e outras. Até aí, as lojas eram armazéns ou bazares nos quais se encontrava de tudo.

Medidas são tomadas para que se proibissem animais estacionados pelas ruas. Estes deveriam, obrigatoriamente, se reunir no mercado. Os habitantes passam a ser mais exigentes e, de acordo ainda com Henrique Cabral, “o modernismo, arrastado pela onda de progresso, foi-se intrometendo nos costumes, tudo modificando ou renovando”.⁴¹⁵

Algumas iniciativas progressistas já estavam em curso em 1890. Discussões sobre a libertação dos escravos, a vinda de colonos europeus para substituição da mão-de-obra cativa, e projetos industriais eram marcantes na década anterior. Na realidade, a proclamação da República é o ápice do sentimento progressista que se instalava no Império, empurrado, inclusive, pelo desenvolvimento industrial europeu.

Vem dessa década a preocupação com o embelezamento e limpeza da cidade. Em 22 de julho de 1886, a Câmara Municipal resolvia, entre outras questões, que as casas deveriam fazer encanamentos de tubos de barro vidrado ou pedra, e deveriam manter suas latrinas convenientemente limpas e asseadas. O lixo deveria ser removido diariamente para lugares designados pela Câmara.⁴¹⁶ Em 1887, já havia abastecimento de luz elétrica, sendo que, em 1891, o serviço já se mostrava satisfatório. Deixando transbordar seu bairrismo, Henrique Cabral observa que Ouro Preto “foi a primeira cidade em Minas que adotou o telefone automático, antes mesmo que o Rio de Janeiro”,⁴¹⁷ e desde 1871, o telégrafo ligava a capital mineira à Corte.

Dentre todas essas medidas modernizadoras, a mais importante foi a inauguração do ramal de Ouro Preto da Estrada de Ferro Pedro II, depois chamada Central do Brasil. A estação foi inaugurada em 1887, em meio a grandes festas, mas somente no dia 22 de julho de 1888, foi inaugurado o ramal com o trem que conduzia sua majestade D. Pedro II, sua alteza imperial e comitiva. O imperador esteve por duas vezes em Ouro Preto. Por ocasião da inauguração da ferrovia e, anteriormente, em 1881, quando foi de trem do Rio de Janeiro até a cidade de Barbacena, e completou seu trajeto de carruagem.

⁴¹⁵ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 305.

⁴¹⁶ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 83.

⁴¹⁷ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 108.

O ímpeto empreendedor da década propiciou algumas iniciativas que não permaneceram, mas nos ajudam a vislumbrar o sentimento de euforia da época. Como exemplo, citamos a proposta de se criar uma linha de bonde na cidade. Inaugurada em 1888, teve seu funcionamento encerrado em 1891. Puxado por animais, o transporte por bonde, em Ouro Preto, teve vida breve. Quem conhece as ladeiras da cidade é capaz de reconhecer a inviabilidade de tal projeto.

A década de 90 também se destacou pela chegada de estrangeiros à cidade, principalmente italianos. Estes se ocuparam basicamente do comércio e de indústrias, trazendo novidades para a capital. Os italianos Marchiari & Cia. fundaram, na rua Quintiliano, próxima à Praça Tiradentes, uma fábrica de cerveja, somando-se a outras duas localizadas na rua São José e na Ladeira das Escadinhas. Em 1882, encontrava-se à venda café moído, na padaria Bertholini & Cia., e a primeira fábrica de macarrão, instalada na rua das Lages, em 1886, era de propriedade de Francisco Langeri & Cia.

Para analisarmos a composição populacional, social e econômica de Ouro Preto, e conformarmos o panorama da cidade na década de 90 do oitocentos, utilizamos basicamente como fontes: o *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do município de Ouro Preto*, de Manoel Ozzori, de 1890; o livro *Ouro Preto*, do Dr. Henrique Barbosa da Silva Cabral; as *Efemérides mineiras*, de autoria de José Pedro Xavier Veiga, cuja primeira publicação se deu em 1897, pela Imprensa Oficial do Estado, em Ouro Preto; e os censos de 1872 e de 1890,⁴¹⁸ além, é claro, do cruzamento dessas informações com as fontes paroquiais da freguesia do Pilar, nossa base documental.

Nunca é demais alertarmos sobre o limite de nossa pesquisa. Esta tem como marco espacial o núcleo urbano de Ouro Preto, sendo desconsiderados seus distritos. Apesar de já situarmos o estudo no final do século XIX, observamos que a referência do espaço da cidade permanece sendo a paróquia ou freguesia. Tanto no almanaque como nos censos, as informações se mostram divididas nesses dois lados da cidade. Consideramos a possibilidade de trabalharmos somente com a freguesia do Pilar, mas ponderamos que seria mais interessante, para futuros estudiosos da antiga capital mineira, a soma das informações constantes sobre os dois lados, pois essa possibilidade

⁴¹⁸ Agradeço ao professor Tarcísio Botelho pelo CD com os censos de 1872 e 1890.

nos proporciona visão mais abrangente da cidade. Essas fontes nos mostram momentos estáticos da cidade, porém, em ocasiões de extrema importância.

Como já vimos, o Censo de 1872 foi o primeiro geral do Império, e se deu num momento de ampla discussão política e social: a Guerra do Paraguai, que configurou novas forças sociais, e a Lei do Ventre Livre, que apontou para o fim da escravidão, determinaram a necessidade de se conhecer a configuração social do Império. A própria Lei citada acima estabelecia que se fizesse uma listagem de todos os escravos. Essa medida visava a planejar o fundo de emancipação criado na ocasião e, possivelmente, determinar o impacto da libertação dos escravos que já se vislumbrava.

O Censo de 1890 se dá dentro da nova configuração política brasileira, e foi importante para subsidiar as novas medidas administrativas propostas pela República. Retrata, também, uma nova configuração social, sem escravos, libertados em 13 de maio de 1888. Para os estudiosos da sociedade brasileira do século XIX, há uma perda substancial de informações, e uma discussão interessante seria a localização desses ex-escravos na sociedade ouro-pretana. Entretanto, dados como a cor e a condição social (se casados, solteiros, viúvos ou divorciados) permanece.

O almanaque de Ozzori nos contempla com informações mais qualitativas. A organização política e administrativa da capital, entidades educacionais, de saúde e culturais são relacionadas, além de estabelecimentos comerciais. Toda a estrutura urbana do período é apresentada por um contemporâneo, da mesma forma que as *Efemérides mineiras* e a obra de Henrique Cabral. Ali está, aliada à memória de cidadãos ouro-pretanos do período, extensa pesquisa arquivística.

3.4.1- OURO PRETO EM 1890

A proclamação da República foi celebrada com festa em Ouro Preto. Após os primeiros dias de surpresa pelas notícias que vinham do Rio de Janeiro, e curto governo provisório (de 17/11/1889 a 24/11/1889), assumido por Antônio Olinto dos Santos Pires, líder do Partido Republicano Mineiro, chega à capital o primeiro governador oficial do Estado, Sr. José Cesário de Faria Alvim. Este foi recebido, em 27 de novembro de 1889, com banda de música, salvas e a cidade toda ornamentada de bandeirolas e colchas nas janelas, além de bandeiras, nas quais “se estampava com

freqüência o lema da Inconfidência: “*Libertas Quae Sera Tamem*”.⁴¹⁹ Ouro Preto, como todo o país, nutria a esperança pelas transformações dos novos tempos. No entanto, a alegria e otimismo da cidade duraram pouco, pois, com as novas ideias republicanas, renasceu, com toda força, uma ideia que não era nova, e os argumentos já conhecidos: a transferência da capital.⁴²⁰

Se compararmos a população ouro-pretana em 1890, 17.860, com a de 1872, 13.719, observamos que a cidade estava em franco crescimento, e já era de conhecimento geral que a situação geográfica e geológica de Ouro Preto não possibilitava o crescimento demandado para a capital do estado de Minas Gerais. Além disso, suas ruas estreitas e curvas e sua tradição colonial e imperial não lhe davam o aspecto requerido pela nova mentalidade positivista que se instalava no poder republicano.

As discussões tornaram-se acaloradas e a cidade se dividiu entre os mudancistas (adeptos da mudança da capital) e os não-mudancistas. Os mudancistas baseavam seus argumentos nos defeitos estruturais da cidade e suas péssimas condições de salubridade.⁴²¹ Já os não-mudancistas embasaram sua posição tanto em argumentos práticos, como o alto custo e o transtorno econômico que “ocasionaria aos cofres mineiros a construção de uma nova sede”,⁴²² como em motivos subjetivos e emotivos, pois, afinal, Ouro Preto era o “berço das tradições mineiras, da luta pela liberdade, e mais, como primeiro reduto republicano do Brasil”.⁴²³

No entanto, não era suficiente para os não-mudancistas a reafirmação da tradição libertária de Vila Rica e o mito de Tiradentes. “Era preciso superar seu passado imperial e seu presente, alvos das mais duras críticas. Fazia-se necessário reinventá-la, recriá-la”.⁴²⁴

⁴¹⁹ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade*. A resistência de Ouro Preto à mudança da capital. Belo Horizonte: UFMG. 1998. (mimeo). p. 2.

⁴²⁰ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 2.

⁴²¹ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 25.

⁴²² FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 32.

⁴²³ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 41.

⁴²⁴ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 41.

Foi nesse sentido que foi dado início a um amplo “programa de reordenamento urbano-estrutural da cidade, cuja proposta era modernizar para sobreviver”.⁴²⁵

O primeiro passo nesse sentido foi o contrato fechado entre a intendência municipal e José Alexandre de Moura Costa e José Barreiros, em 12 de setembro de 1891. Por ele, cogitava-se a abertura e calçamento de ruas, construção de casas e de um teatro.⁴²⁶

Esse aspecto de renovação urbanística foi registrado por vários dos ouro-pretanos contemporâneos, como Henrique Barbosa da Silva Cabral, Manoel Ozzori, Aurélio Pires e por Joaquim Nabuco Linhares, em sua obra *Mudança da capital*,⁴²⁷ e se estendeu entre 1891 e 1895. De acordo com Joaquim Linhares, “a população de Ouro Preto, presenciando a arrojada e franca propaganda contra a permanência da capital ali, tentou por todos os meios dignos que estavam a seu alcance, frustrar os planos mudancistas”, principalmente através de melhoramentos locais. Em 12 de dezembro de 1889, foi contratada pela Câmara Municipal a abertura de uma rua que, partindo da rua das Flores, se dirigisse às proximidades da matriz da freguesia de Ouro Preto.⁴²⁸ Além dessa, outra obra mais ambiciosa foi planejada. Assim, o Sr. Comendador Walter Heilbuth requereu ao então governador do Estado, Dr. C. J. Bias Fortes, privilégio por 30 anos para o arrasamento do morro do Curral e nivelamento do planalto do Cruzeiro, a fim de adaptá-los à construção de novos arrabaldes, onde se propunha a erigir nada menos de 5.000 casas, isto é, uma nova cidade, aliás, mais desenvolvida do que muitas já formadas e importantes, que absolutamente não contam aquele número de prédios. Ainda de acordo com o autor, “despachada favoravelmente essa pretensão, em 19 de setembro de 1890, a população ouro-pretana encheu-se de indizível contentamento, publicamente demonstrado”.⁴²⁹ A água para o abastecimento seria captada dos mananciais do soberbo Itamonte e a comunicação para a cidade se daria através de “um

⁴²⁵ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 42.

⁴²⁶ Introdução do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, citado por: MOTA, Lia: A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 22, 1987. p. 113.

⁴²⁷ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital*: Ouro Preto – Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957. p. 45.

⁴²⁸ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital...* p. 47.

⁴²⁹ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital...* p. 45.

colossal viaduto, ligado à fralda do morro de Santa Quitéria, travessa do Jangadeiro”.⁴³⁰
Havia a proposta de instalação de bondes e até de construção de um elevador, “para ligar a Estação ao centro da cidade”.⁴³¹

Além das obras de ampliação e melhorias da cidade, que ainda previam calçamento e alargamento das ruas, alinhamento das casas, reforma dos chafarizes e colocação de placas com os nomes das ruas e o número das casas, construção de muros de arrimo e de calçadas,⁴³² foi estabelecido um conjunto de normas para sanear e limpar a cidade, estabelecendo horário e critério para a coleta de lixo e multa para os infratores, medidas restritivas para animais soltos pelas ruas e regularização para o estabelecimento e funcionamento de curtumes, matadouros, cemitérios, mercados e acampamentos de tropas.⁴³³

Tais projetos sofreram duros protestos por parte da imprensa de Juiz de Fora, considerada por Nabuco como uma das candidatas a sede da nova capital.⁴³⁴

No entanto, não foi suficiente todo o envolvimento da população ouro-pretana frente à ameaça da transferência, que, como presumiam, seria responsável pelo esvaziamento tanto político como populacional da velha capital. Em 17 de dezembro de 1893, é promulgada, pelo Congresso Mineiro, reunido em Barbacena, em sessão extraordinária, a Lei nº 03, adicional à Constituição do Estado, determinando a mudança da capital de Minas Gerais para a localidade Belo Horizonte, no prazo máximo de quatro anos.⁴³⁵

A organização interna da cidade de Ouro Preto e sua estrutura urbana, em 1890, podem ser visualizadas a partir do *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do município de Ouro Preto*, escrito por Manoel Ozzori, em 1890. Constatamos que, mesmo no período anterior ao contrato para modernização de Ouro Preto, a cidade respirava ares de crescimento e desenvolvimento.

⁴³⁰ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital...* p. 45.

⁴³¹ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 65.

⁴³² FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 61.

⁴³³ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 65.

⁴³⁴ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital...* p. 46.

⁴³⁵ Cf. VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*.

Os almanaques tiveram seu ápice no Brasil, no século XIX, e sua divulgação está ligada ao desenvolvimento tipográfico do período, além da presença de um número maior de leitores, constituídos com a ampliação do sistema educacional da província. De acordo com Maria Francelina Ibraim Drummond, na apresentação da obra, a atividade de imprensa se desenvolveu com intensidade em Ouro Preto, durante o século XIX, iniciando suas atividades em 13 de outubro de 1823, com o periódico *Compilador Mineiro*, publicado três vezes por semana. Bem redigido, trazia informações oficiais, transcrevia assuntos da imprensa do Rio, além das reclamações que publicava, sob a forma de avisos.⁴³⁶ O perfil dos almanaques variou no decorrer do século quanto à “primazia dada ao fato noticioso”. Nas décadas de 20 a 40, predominaram as questões nacionais. De 40 a 80, enfatizaram-se as notícias acerca da província e, no final do XIX, a cidade torna-se o “centro do enfoque jornalístico”.

A estrutura do almanaque citado é muito interessante. Ele se propõe a ser um veículo de consulta para a população, com informações sobre a estrutura social, econômica, administrativa e política da cidade. Inicia-se com o calendário, incluindo as fases da lua e as principais festas católicas e encerra com a parte literária, constituída por poesias, piadas e contos, voltados em sua maioria para a população feminina, demonstrando a inserção das mulheres na vida cultural urbana.

A sociedade do núcleo urbano ouro-pretano é apresentada a partir das duas freguesias. Cada uma delas encabeçadas por seu vigário e quatro juizes de paz. A freguesia de Ouro Preto é dividida em duas subdelegacias: Ouro Preto e Matozinhos, e a freguesia de Antônio Dias, em três subdelegacias: de Antônio Dias, de Dores, e de Santa Efigênia. Além desses representantes do poder público, cada uma das freguesias conta com um escrivão de paz, também responsável pelo trabalho de polícia e encarregado do registro civil e um fiscal da câmara municipal.

A cidade conta ainda com o morro de São Sebastião: “uma pequena povoação, situada a pouca distância de Ouro Preto, constituindo quase um subúrbio da capital. Divide-se em duas partes, pertencendo uma à freguesia de Ouro Preto e outra à de

⁴³⁶ Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*.

Antônio Dias”.⁴³⁷ Nesse lugarejo, evidencia-se a presença de um capitalista: tenente Florêncio Machado Coelho e dez tropeiros.

As pequenas povoações próximas à paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto são: distrito de José Correia e a Saramenha. O primeiro é distante da sede em 24 quilômetros. Sua população é composta, em grande parte, por trabalhadores do ramal ferroviário. Na localidade se destaca a presença de uma olaria e de vários negociantes de molhados e gêneros do país. Mais distantes, encontram-se os distritos de Botafogo, da Boa Vista e S. Julião. Pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias: Taquaral, identificado como pequena povoação, situado a mais ou menos um quilômetro do Ouro Preto, no caminho para Mariana. São citadas também as povoações de Sant’Anna e S. João, como constituintes do subúrbio da cidade, e a uma distância maior: os distritos de Lavras Novas, Santa Rita e Salto.

Para completar a constituição do município de Ouro Preto, são citadas as outras freguesias: de Antônio Pereira, São Bartolomeu e Cachoeira do Campo. A essa última, pertencem o distrito de Santo Antônio do Leite, a povoação de Santo Antônio de Tabuões e os pequenos povoados de Nossa Senhora das Dores da Boa Vista, Santo Antônio do Monte e Nossa Senhora da Conceição do Alemão (antigamente – Chiqueiro do Alemão).⁴³⁸

A obra analisada lista, nominalmente, os moradores de maior destaque social, econômico e político da capital da província do final dos oitocentos. Podemos observar atividades próprias de cidades cosmopolitas, como fotógrafos, charutarias, um retratista a *crayon*, chapeleiro, dentistas, bilhares, fabricante de cigarros, de calçados e massas e modistas. Há grande destaque para o comércio, principalmente negociantes de molhados e gêneros. É muito interessante observar a existência de quatro hotéis, casas de pensão, restaurantes e botequins, caracterizando a cidade como local de trânsito, além de uma fábrica de cerveja e duas fábricas de bebidas, sendo que uma delas era de propriedade de D. Delmira Augusta dos Santos, uma exceção em meio a uma sociedade liderada quase que exclusivamente por homens. As mulheres são modistas e costureiras, e estão

⁴³⁷ OZZORI, Manoel. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do município de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990. (Edição fac-similar). p. 94.

⁴³⁸ OZZORI, Manoel. *Almanack...* p. 106.

presentes entre os professores, e em minoria, entre os negociantes de molhados e gêneros do país. Registrou-se a existência de um consertador de máquinas de costuras.

Ouro Preto se destaca principalmente por ser a sede política da província de Minas Gerais, com toda sua estrutura governamental. A hierarquia política encabeçada pelo presidente da província era seguida por seis vice-presidentes, sendo que somente o primeiro conselheiro, o monsenhor Joaquim José de Sant'Anna, residia em Ouro Preto. Este, figura notável, era também o pároco da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, além de exercer a função de vigário forâneo da comarca eclesiástica do município. O Foro Eclesiástico era formado, primeiramente, pelo vigário forâneo da comarca eclesiástica: conselheiro monsenhor Joaquim José de Sant'Anna. Faziam parte, também, o promotor, padre Alfredo José das Neves; o escrivão, Silvério Teixeira da Costa; o solicitador, podendo ser qualquer advogado; e o meirinho, João Baptista de Medeiros.

Constituíam o aparato governamental as secretarias da Assembléia, do governo e a secretaria militar; seguidas pelas diretorias Geral de Obras Públicas, da Fazenda Provincial, da Coletoria Provincial; Secretaria da Polícia; a Inspeção Geral da Instrução Pública; a Tesouraria da Fazenda; a Administração Geral dos Correios, e a Diretoria Geral dos Índios.⁴³⁹

No campo educacional, a cidade destacava-se como sede da Escola de Minas (inaugurada em 12 de outubro de 1876), Escola Normal, Escola de Farmácia, o Liceu Mineiro, o Ginásio Mineiro (inaugurado em 1892), e o Liceu de Artes e Ofícios (inaugurado em 1897), e a Companhia de Aprendizes Militares, atendendo a 40 jovens. O Poder Judiciário era formado pelo Tribunal da Relação, Juízo de Direito, Ofícios de Justiça, e Foro Eclesiástico. A Força Pública era formada pelo Estado Maior e por oito companhias, e o Poder Legislativo, pela Câmara Municipal.

A cidade contava, ainda, com 30 advogados, 15 médicos, 43 procuradores, 34 professores particulares – sendo 5 mulheres – e 10 sacerdotes. Manoel Ozzori ainda nos esclarece que:

Existem na capital cerca de duzentos carpinteiros, atualmente em atividade constante, pois as construções de prédios em Ouro Preto têm crescido muito e continuam a multiplicar-se todos os dias. Outros

⁴³⁹ OZZORI, Manoel. *Almanack...* p. 34.

oficiais, e principalmente pedreiros, existem igualmente aqui em número considerável.⁴⁴⁰

Os quadros abaixo nos possibilitam observar a constituição política, social e econômica de Ouro Preto, em 1890, de acordo com o *Almanack* de Manoel Ozzori. O destaque é para o setor de serviços, característico de unidade urbana. Observamos, também, a superioridade da freguesia do Pilar, onde de acordo com o Censo de 1890, viviam 62,5% da população, além de seu maior dinamismo econômico.

QUADRO 18: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE OURO PRETO EM 1890

	Freguesia do Pilar	Freguesia do Antônio Dias
Juiz de Paz	04	04
Subdelegacias	02	03
Escrivão de Paz, polícia e encarregado do registro civil	01	01
Vigário	01	01
Fiscal da Câmara municipal	01	01
Administrador do matadouro	01	-
Guarda fiscal	-	01
Administrador do mercado	-	01

Fonte: *Almanack administrativo...* (OZZORI, 1890).

QUADRO 19: PROPRIETÁRIOS EM 1890

	Freguesia do Pilar	Freguesia do Antônio Dias
Bilhar	02	
Restaurante	04	02
Açougue	02	02
Alfaiatarias	07	
Charutaria	04	
Botequins	01	07
Colchoaria	01	
Livraria e papelaria	01	

Fonte: *Almanack administrativo...* (OZZORI, 1890).

⁴⁴⁰ OZZORI, Manoel. *Almanack...* p. 93.

QUADRO 20: FABRICANTES EM 1890

	Freguesia do Pilar	Freguesia do Antônio Dias
De cigarros	01	
De calçados	04	
De massas	03	
De mobílias	02	
De cerveja	01	01
De bebidas	01	01

Fonte: *Almanack administrativo...* (OZZORI, 1890).

QUADRO 21: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM 1890

	Freguesia do Pilar	Freguesia do Antônio Dias
Farmácia	03	03
Hotel	04	
Casa de Pensão	03	03
Marcenaria	02	01
Casa de Tiro ao alvo e objetos de arte	01	
Casa de Comissões e Consignações		02
Atelier de pintura	01	

Fonte: *Almanack administrativo...* (OZZORI, 1890).

QUADRO 22: NEGOCIANTES EM 1890

	Freguesia do Pilar	Freguesia do Antônio Dias
De molhados e gêneros do país	59	58
De molhados	01	08
Molhados, gêneros do país e fazendas	01	01
De especialidades	01	
De fazendas	07	09
De ferragem e louças	02	
De fazendas, modas, etc.	08	
De molhados, calçados e chapéus	01	
De peixes e frutas	01	
De livros		01
Madeira, ferragem, telhas, tijolos		01

Fonte: *Almanack administrativo...* (OZZORI, 1890).

QUADRO 23: PROFISSÕES E OFÍCIOS

	Freguesia do Pilar	Freguesia do Antônio Dias
Professoras	03	07
Delegado literário	01	01
Agente de jornais	01	
Agente de loterias	01	01
Alfaiate	41	04
Caldeireiro	01	
Chapeleiro	01	
Consertador de máq. de costura	01	
Dentista	04	
Funileiro	03	
Farmacêutico	01	
Fotógrafo	05	
Relojoeiro	02	
Relojoeiro e joalheiro	02	
Ourives	05	
Modistas e costureiras	02	
Retratista a crayon	01	
Sapateiro	04	04
Seleiro	01	01
Marceneiro	22	
Pintor (artista)	01	
Carpinteiro	49	18
Colchoeiro	02	
Ferreiro	04	01
Fogueteiro	03	02
Pedreiro	19	
Pintor (de parede)	12	05
Entalhador		03

Fonte: *Almanack administrativo...* (OZZORI, 1890).

3.4.2- A ESTRUTURA URBANA

A cidade de Ouro Preto tinha os seguintes serviços, em contrato com particulares: limpeza pública, com varrição de ruas e recolhimento de lixo das casas particulares e a iluminação pública. No ano da publicação do *Almanack*, já havia sido feito contrato para que a iluminação passasse a ser feita a gás, mas ainda não se efetivara. O serviço de canalização e esgoto, autorizado por lei provincial de 01 de outubro de 1887, já se iniciara, com exploração prevista em contrato para 30 anos.

A Santa Casa de Misericórdia funcionava no local do antigo quartel da polícia, que fora ampliado. A cargo da Santa Casa achava-se a direção do Campo Santo de Ouro Preto, ou Cemitério Público da Saramenha. Havia o Instituto Sanitário São Rafael, fundado em outubro de 1889, com 02 médicos. A estrutura médica se completava com o consultório médico municipal, composto por 8 clínicos e com o consultório médico-cirúrgico municipal, com fornecimento de medicamentos receitados. Os médicos consultavam seus pacientes no paço municipal e visitavam os doentes pobres.

Destacava-se, também, em Ouro Preto, a publicação de jornais: *O Liberal Mineiro*, de distribuição diária, ligado ao Partido Liberal e de propriedade do Barão de Saramenha; *O Movimento*, semanal, ligado ao Partido Republicano; *A Província de Minas*, bissemanal, ligado ao Partido Conservador; *A União*, jornal oficial, de distribuição bi-semanal; a *Resenha Jurídica*, mensal; além da *Revista Escolar*, com tiragem quinzenal.

Notamos a presença de associações e sociedades com caráter cultural e artístico, como a Sociedade Artística, instalada em 25 de março de 1886; Sociedade Beneficente Ouro Pretana; a Sociedade Cooperativa Econômica, dos funcionários públicos; e a Sociedade dos Operários Italianos, contando, na época, com 180 sócios. Como abordaremos no Capítulo V, as associações religiosas de leigos deixam de ser, no final do século XIX, os únicos espaços de convivência e assistência a seus membros. Nesse sentido, a política de secularização da sociedade e separação entre o Estado e a Igreja, vencedora com a proclamação da República, se reflete em novas práticas sociais.

As instituições bancárias estabelecidas eram: o Banco Provincial de Minas Gerais, com sede em Ouro Preto e filial no Rio de Janeiro; Banco Territorial e Mercantil, de Juiz de Fora de Minas, com filial em Ouro Preto; Caixa Econômica Particular, fundada em 1837.

No âmbito industrial, não podemos deixar de citar a instalação, em 12 de setembro de 1889, da Companhia Industrial de Ouro Preto. Com sede no Rio de Janeiro, tinha a finalidade de estabelecer na Cachoeira do Tombadouro (freguesia de Antônio Dias) uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão.

Havia preocupação com a inserção das províncias no projeto republicano. Por isso, houve grande investimento tanto nas vias de transportes como na comunicação, a partir das novas tecnologias. Uma estação da Companhia das Linhas Telegráficas do

Interior foi instalada, em 1871, e a comunicação com a capital do Império passa a ser feita com certa rapidez. A telefonia começava a funcionar, em julho de 1886, sendo que linhas telefônicas ligavam o palácio do governo às repartições públicas.

No dia 23 de julho de 1889, D. Pedro II desembarcava com D. Teresa Cristina, a princesa Isabel e o príncipe D. Pedro Augusto na estação ferroviária de Ouro Preto. Era a inauguração oficial do tráfego ferroviário. O imperador já estivera, em visita oficial à cidade, em março de 1881.

3.4.3- O CENSO DE 1890

O relativo êxito do Recenseamento de 1872 deveria ter incentivado o governo imperial a “prosseguir nos seus esforços para melhorar a estatística do País, habilitando o Departamento criado em 1871 a proceder, em melhores bases, às pesquisas que lhe cumpria efetuar no campo da Demografia”. O amplo conhecimento da população só poderia ser atingido “com a normalização dos inquéritos censitários, levados a efeito periodicamente e em moldes cada vez mais aperfeiçoados, graças à experiência adquirida na série de operações sucessivas que tivesse a seu cargo realizar”.⁴⁴¹ Entretanto, não foi o que se deu. Somente com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi restaurada a extinta Diretoria Geral de Estatística pelo Decreto nº 113-d, de 02 de janeiro de 1890, possibilitando a organização do primeiro censo da República.

O Recenseamento foi realizado utilizando-se boletins, ou listas de famílias, nos quais se perquiriam as condições da população: quanto às características dos habitantes isoladamente considerados – nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência; quanto à família – nome de cada um dos cônjuges, ano de casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e já falecidos, segundo o sexo e também relativamente aos defeitos físicos; quanto à sociedade – nome, nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto professado, profissão, título científico, literário ou artístico, e renda.⁴⁴²

⁴⁴¹ Disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacyenso2000.pdf>>. p. 14. Acessado em 05/04/2007.

⁴⁴² Disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacyenso2000.pdf>>. p. 14. Acessado em 05/04/2007.

O inquérito foi dirigido pela Diretoria de Estatística, auxiliada por comissões censitárias paroquiais e agentes recenseadores, ou seja, a paróquia ou freguesia permanece como unidade administrativa e censitária.

As funções das comissões censitárias e das repartições de estatística eram: proceder à divisão do território das paróquias em tantas seções quantas fossem indispensáveis, para que o recenseamento pudesse ser executado escrupulosa e facilmente por um só agente recenseador; nomear esses agentes, escolhendo-os entre pessoas que soubessem ler e escrever corretamente, além de outros predicados capazes de assegurar o bom desempenho do cargo; e distribuir o material censitário pelos agentes recenseadores, levando em conta, nessa distribuição, o número provável de domicílios a serem recenseados em cada seção, a fim de que as sobras verificadas em uma delas não concorressem para a deficiência de formulários em outras, daí resultando prejuízos ao inquérito.

Cabia ainda às comissões censitárias locais e às repartições de estatística a fiscalização dos serviços dos recenseadores e sua orientação na solução dos casos imprevistos e duvidosos; o exame das informações registradas nos boletins coletados, preenchendo as possíveis lacunas retificando os registros inexatos e promovendo a remessa dos questionários, expurgados dos erros e omissões, à Diretoria Geral de Estatística, acompanhados de um minucioso relatório sobre os principais fatos ocorridos durante o recenseamento.

Os trabalhos de apuração do Censo de 1890 ocorreram com grande morosidade, sendo que, somente em 1900, às vésperas do II Censo Decenal da República, é que o engenheiro Dr. Alfredo Eugênio de Almeida Maia, então Ministro da Viação, pôde anunciar a entrada no prelo da Diretoria Geral de Estatística do último volume da série de publicações do censo.⁴⁴³

Houve muita crítica ao Censo de 1890, considerado um fracasso,⁴⁴⁴ se comparado a seu antecessor, de 1872. Além da morosidade dos trabalhos de apuração, já citada, a complexidade do boletim familiar foi criticada, devido ao aumento dos

⁴⁴³ Disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacycenso2000.pdf>>. p. 15. Acessado em 05/04/2007.

⁴⁴⁴ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 23.

aspectos a serem recenseados. No entanto, as características recenseadas nos indicam muito acerca das preocupações da época. Houve acréscimo da condição de divorciado e do município de nascimento. Na coluna “naturalidade”, foi incluída a data da chegada do estrangeiro. Entre os defeitos físicos, incluiu-se a surdez e mudou-se demente por idiota. Acrescentou-se uma questão sobre a nacionalidade paterna e materna. Se alguns quesitos nos parecem retóricos, outros se mostram muito interessantes, como, por exemplo, a inclusão de questões sobre a designação do título ou diploma científico e sobre a renda, seja ela da profissão, do emprego ou de uma propriedade. A designação da cor permanece, mas lembramos que o termo “pardo”, que “quer dizer apenas o branco com o preto”, é substituído por “mestiço”, “categoria mais ampla”.⁴⁴⁵

Outras dificuldades que afetaram os resultados do censo foram devidas à situação política delicada, logo após a proclamação da República. Por ocasião do recenseamento, “realizavam-se eleições de deputados à constituinte, e pouco dinheiro havia sido previsto para a organização da operação censitária”.⁴⁴⁶

QUADRO 24: CENSO DE 1890

	Antônio Dias		N. Sra. do Pilar		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Branços solteiros	773	480	2103	1528	4884
Branços casados	300	262	721	645	1928
Branços viúvos	23	67	64	181	335
Branços divorciados	-	-	2	4	6
Pretos solteiros	317	283	558	580	1738
Pretos casados	164	153	204	134	655
Pretos viúvos	11	31	13	71	126
Pretos divorciados	3	-	4	5	12
Caboclos solteiros	78	77	155	125	435
Caboclos casados	32	42	58	64	196
Caboclos viúvos	2	16	-	7	25
Caboclos divorciados	-	-	-	2	2
Mestiços solteiros	1198	1085	1450	1169	4902
Mestiços casados	532	561	631	515	2239
Mestiços viúvos	29	161	37	125	352
Mestiços divorciados	3	11	4	7	25
Total por sexo	3465	3229	6004	5162	
Total por paróquia	6.694		11.166		
Total	17.860				17.860

Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

⁴⁴⁵ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 20.

⁴⁴⁶ PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. p. 25.

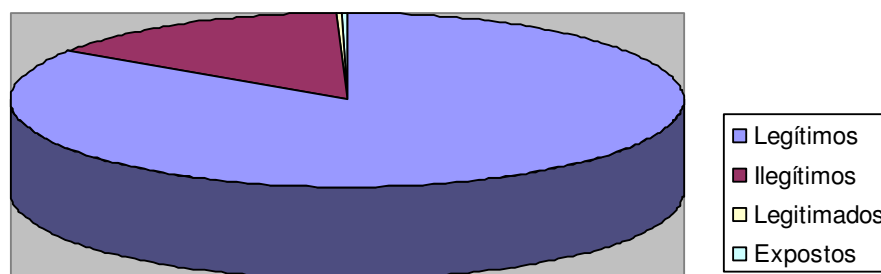
A paróquia de Nossa Senhora do Pilar continua sendo a mais populosa e rica, caracterizando-se pela presença da maioria dos funcionários públicos e soldados da guarnição, pois ali os brancos (tanto homens como mulheres) estão bem mais representados. Os homens são em número superior de maneira geral nas duas paróquias. No entanto, as mulheres superam os homens entre as viúvas, independentemente da cor. Há, também, ligeira superioridade das pretas solteiras no Pilar, das mestiças casadas em Antônio Dias e das caboclas casadas nas duas paróquias.

Com relação à religião professada, na freguesia do Pilar, os católicos romanos somam 11.103 seguidores, enquanto temos 15 relacionados em outras (religiões), 26 positivistas, e 22 pessoas que se declararam sem religião. Na paróquia de Antônio Dias, todos são católicos romanos. Esses dados nos possibilitam determinar o grande alcance dos sacramentos católicos, e concluirmos que, ainda no final do século XIX, apesar da laicização determinada pelo positivismo, podemos considerá-los como indicadores relativamente precisos de estudos demográficos.

Com relação à legitimidade da população, os dados do Censo de 1890 são surpreendentes. Para a paróquia do Pilar, contam-se 9.396 legítimos, 1.667 ilegítimos, 77 legitimados e 26 expostos. Para a freguesia de Antônio Dias, 5.683 são legítimos, 990 ilegítimos, 16 legitimados e 5 expostos.

O grande percentual de legítimos nos possibilita constatar, para Ouro Preto, a tendência à normatização das famílias, através da celebração do casamento, que, para o recenseamento, podia tanto ser o matrimônio católico, que possui alcance civil até o ano de 1916, quando é promulgado o novo Código Civil, como o próprio casamento civil, instituído obrigatoriamente pelo decreto 181 de 24 de janeiro de 1890.

GRÁFICO 12: POPULAÇÃO OURO-PRETANA POR LEGITIMIDADE EM 1890

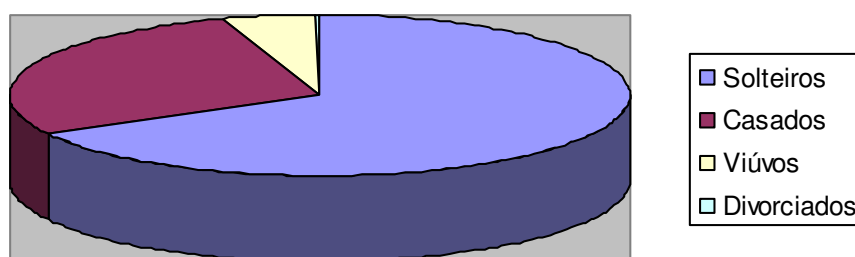


Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

A preocupação com a legitimidade dos filhos é observada na documentação paroquial da matriz do Pilar do Ouro Preto, onde são acrescidos aos batismos das crianças a informação acerca de sua legitimação por “casamento subsequente de seus pais”.

Por outro lado, se comparamos o gráfico acima com o número de pessoas casadas e solteiras, constatamos expressiva superioridade no número de filhos entre os casados, visto que 28% de casados em Ouro Preto, em 1890, são responsáveis por 84,4% de filhos legítimos. Essas questões serão melhor desenvolvidas no próximo capítulo, referente aos batismos.

GRÁFICO 13: POPULAÇÃO OURO-PRETANA POR ESTADO CIVIL EM 1890⁴⁴⁷



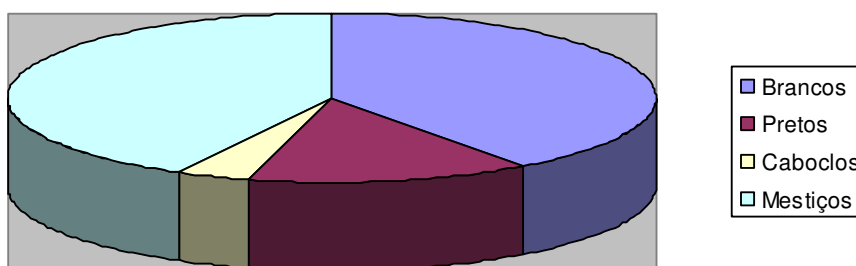
Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

Podemos ainda caracterizar melhor a população ouro-pretana em 1890. Os homens perfazem 53% da população. Na questão referente à cor, o Censo de 1890 substitui o termo “pardo” por “mestiço”, e o recorte de cor ficou limitado aos dados sobre a população geral e estado civil, pois tendo encerrado o período escravista, já não se categorizava as pessoas por condição social. De acordo com Alessandra Santos Nascimento, “a utilização da categoria mestiço é significativa em um período em que se formula uma política de branqueamento da população, alicerçada na miscigenação”.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ O Censo de 1890 utilizado em nossa pesquisa não apresenta a população por idade. Por isso, não foram subtraídas as crianças, aspecto que determinaria dados mais exatos para nosso trabalho.

⁴⁴⁸ NASCIMENTO, Alessandra Santos. *Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate*. Perspectivas, n. 29. São Paulo, 2006. p. 133-148. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=perspectivas&page=article&op=viewFile&path\[\]=35&path\[\]=28](http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=perspectivas&page=article&op=viewFile&path[]=35&path[]=28)>. Acessado em 03/11/2008.

GRÁFICO 14: POPULAÇÃO OURO-PRETANA POR COR EM 1890



Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo, CEBRAP.

A maioria, formada por mestiços, é acompanhada de perto pelos brancos. Parte da população mestiça e dos pretos representa parte da escravidão libertada em 1888, pois, como afirmou Bergad, “imigrantes estrangeiros tiveram pouca influência nas estruturas demográficas mineiras imediatamente antes ou depois da abolição da escravidão, deixando implícito que os antigos escravos muito provavelmente tenham sido bem integrados à força de trabalho depois da abolição”.⁴⁴⁹

Se compararmos o Censo de 1872 com o Censo de 1890, podemos constatar a população escrava em Ouro Preto referia-se a 10,68% do total no primeiro recenseamento, sendo constituída por 469 pardos e 1.034 pretos. Ou seja, os negros formavam 23% da população ouro-pretana, em 1872, independentemente de sua condição social (eram 2.218 livres e 1.034 escravos). Já, de acordo com o Censo de 1890, os negros representavam 14% dos habitantes. Numa comparação mais profunda entre os dois momentos recenseados, observamos que a população, de maneira geral, cresceu 26,8%, ou seja, crescimento expressivo para um período menor que 20 anos. O predomínio de homens permanece nos dois períodos. Independentemente do sexo, os brancos têm um crescimento menor (11,67%), enquanto os mestiços (pardos) e caboclos crescem surpreendentemente, 78% e 224%, respectivamente. Somente aqueles identificados como pretos diminuem, pois passam de 3.252 para 2.531, perfazendo uma redução de 28%. Podemos sugerir duas opções para explicar o movimento populacional observado acima. Numa primeira hipótese, a miscigenação aumentou, fato que explicaria o crescimento da população mestiça e cabocla, aspecto que será abordado no capítulo sobre casamentos. No entanto, há uma outra hipótese, que seria indicativa do

⁴⁴⁹ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 143.

preconceito contra os negros. Essa possibilidade é levantada devido ao enorme crescimento entre os caboclos, que seriam aqueles miscigenados com o índio, elemento sempre ausente da população ouro-pretana, desde os primeiros registros do século XVIII. No entanto, é possível que, para se esconder a pele escura e fugir do passado escravista, muitos negros tenham se classificado como caboclos, termo menos carregado de preconceito.

3.4.4- O IMPACTO DA MUDANÇA DA CAPITAL

Toda a década de 1890 foi marcada, em Ouro Preto, pela perspectiva da mudança da capital. Já em 28 de outubro de 1891, é determinado que o governo mande com urgência realizar estudos em Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Vargem do Marçal e Juiz de Fora para definição do local propício para a nova capital.⁴⁵⁰ Em 30 de agosto de 1894, o decreto nº 776 desliga o território do distrito de Belo Horizonte do município de Sabará e providencia desapropriações. Em 1895, o decreto nº 803 estabelece as bases para o levantamento do plano geral da capital do estado, além de concessões, vendas e distribuições de lotes urbanos e suburbanos para construções naquele distrito.⁴⁵¹

Em 1897, apesar da oposição de parcela da população ouro-pretana, os setores administrativos e econômicos, além de famílias inteiras transferem-se para a nova capital. A partir daí, a cidade esvazia-se por completo. A perda do papel administrativo de sede do Estado será fato de grande importância para a conservação das feições urbanas da antiga Vila Rica, que, sem a necessidade do acelerado crescimento imposto às capitais brasileiras no século XX, mantém praticamente inalterado seu conjunto arquitetônico, artístico e natural.

O farmacêutico e professor Aurélio Egidio dos Santos Pires foi um dos milhares de habitantes que deixaram Ouro Preto por ocasião da inauguração da nova capital. Em 1902, ele retorna à velha capital para visitar o túmulo de sua mãe, falecida há dez anos. Sua impressão ao chegar à estação nos dá a medida da situação à qual Ouro Preto ficara reduzida.

⁴⁵⁰ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 929.

⁴⁵¹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. p. 143.

Um silêncio vasto e uma vasta tristeza envolviam a cidade, outrora tão cheia de borborinho da vida, tão palpitante do estuar do trabalho. [...] Lá em cima, a Igreja de São Francisco de Paula, branca como a inocência e firme como a fé. [...] Lá embaixo, porém, nas ruas caladas, onde raros transeuntes se cruzavam, tediosos e cabisbaixos, se me deparavam, a cada passo, sinais visíveis do abandono e desleixo que conduzem à ruína.

Súbito, uma nota sonora e prolongada se espalhou pelo ar dormente, despertando ecos apagados de tempos já idos. Era a voz potente e majestosa do grande sino da Igreja do Carmo, que vibrava solenemente, desferindo, de sua boca de bronze, esse grito sugestivo que convida as almas a se evolverem para essas regiões misteriosas e desejadas, até as quais não chega a ação destruidora do tempo e da morte.⁴⁵²

Mas, antes que a nostalgia nos consuma, retornemos ao período anterior à transferência da capital, para conhecermos um pouco mais sobre o dia-a-dia dos moradores de Ouro Preto.

⁴⁵² PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 237.

CAPÍTULO IV

A DESSACRALIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

Encontrei o porto;
adeus esperança, adeus fortuna!
Bastante me enganaste;
brincai agora com outros mortais.⁴⁵³

A epígrafe acima, apresentada como um lamento por Aurélio Pires, ao relatar sobre seu casamento, nos demonstra que não era desconhecido do homem do século XIX o papel estabilizador do matrimônio. Se, por um lado, no decorrer do século XIX, as práticas religiosas permaneceram como definidoras da mentalidade ouro-pretana, deixaram de ser as únicas opções de vida social para seus habitantes.

Até meados do oitocentos, a vida transcorria ao redor das irmandades e suas capelas, e os ritos de passagem se davam nas matrizes, através das celebrações dos batismos e casamentos. As procissões que saíam às ruas na Semana Santa e as festas de Pentecostes e *Corpus Christi* mobilizavam grande parte da população, tanto livre como escrava. De tempos em tempos, as visitas episcopais também uniam clero e devotos em preparativos em que se misturavam júbilo e receio, pois era função do bispo investigar sobre a decência dos objetos de culto, vistoriar os livros de registros paroquiais, escutar queixas e investigar denúncias. Estas podiam referir-se tanto a sacerdotes relapsos para com suas funções, ou que tivessem vida escandalosa, vivendo em concubinato e tendo filhos sacrílegos, como de devotos que também não vivessem de acordo com os preceitos católicos. Para todos esses momentos públicos, havia grande preparação. Os objetos de prata e ouro eram polidos, as alfaías dos padres sofriam a manutenção necessária, os irmãos preparavam suas opas (sinais de distinção) e se organizavam para que a música, as velas e orações estivessem de acordo com a importância do evento. As confrarias rivalizavam-se entre si e, por isso, cada uma ocupava-se em se destacar mais que a outra.

O tempo, tanto individual como coletivo, girava em torno da religiosidade. O toque dos sinos não só demarcava o tempo diário, como anunciava acontecimentos

⁴⁵³ Verso citado por Aurélio Pires, ao referir-se ao seu casamento com sua prima Maria Olyntha de Sá Pires. In: PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 81.

extraordinários, como a morte ou nascimento de um devoto, ou ainda sinalizava uma notícia importante que chegava à cidade.

A vida política também girava ao redor das freguesias, que se tornaram espaço administrativo sob a jurisdição dos párocos, que, até a nomeação de juízes de paz, eram os responsáveis pelos recenseamentos populacionais, pelas listagens dos eleitores, e pelas próprias eleições, que aconteciam no interior dos templos. Os párocos eram admoestados a comunicar aos fregueses as leis provinciais, no decorrer das missas dominicais, como nos confirma a Lei de 13 de dezembro de 1832:

O Conselho Geral, considerando que a vastidão da província e as grandes distâncias das povoações e dos moradores tornam mui difícil aos povos o conhecimento das leis e ordens a que devem obedecer, acontecendo que algumas se publicam e se revogam sem que disso tenham notícia algumas povoações: RESOLVE:

Art. 1º. As leis e decretos tanto gerais como peculiares, serão publicadas na província de Minas pelos párocos e curas na estação da missa conventual.

Art. 2º. Remetidas as leis e decretos às Câmaras Municipais, estas farão imediatamente remessa delas aos párocos e curas dos seus municípios, exigindo as declarações necessárias depois da publicação.⁴⁵⁴

A partir da segunda metade do século XIX, surgem novas opções de lazer e de cultura, alimentadas, na capital mineira, pela chegada de jovens de outras localidades e até de outras províncias que para lá se deslocavam com o objetivo de estudarem nos estabelecimentos educacionais que iam se tornando referência nacional. Da mesma forma, as mulheres que, à época, se viam impedidas por seus pais de obterem a mais básica educação formal, passam a ter acesso às primeiras letras e a outros aspectos educativos considerados próprios para elas, como o bordado e a música.

Se, até então, o ideal para a mulher era ser respeitável, e esse termo significava ser recatada, a partir da segunda metade do oitocentos, outros predicados passam a ser incorporados ao ideal feminino, ao menos para aquelas mulheres pertencentes às famílias de condição social superior. Passa a ser exigido que as mulheres tivessem trato social, soubessem conversar, se vestir, e serem boas anfitriãs. No entanto, vai-se

⁴⁵⁴ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. p. 1050.

constituindo também, como valor, que a mulher fosse boa mãe e esposa, ou seja, define-se para a mulher o papel de “rainha do lar”.

Com a disseminação da escolaridade básica, as mulheres tornam-se leitoras, passando a ter acesso às informações através dos diversos meios literários. Os jornais, além de notícias, traziam pequenas peças literárias, da mesma forma que os almanaques, publicações populares na época, que pretendiam ser informativos e também traziam suplementos literários, muitas vezes apropriados, segundo os padrões da época, para a leitura feminina. O jornal *O Itacolomy*, veiculado na década de 40 do século XIX, foi relançado em 10 de outubro de 1890. Na apresentação de sua nova edição, o periódico preocupa-se em contemplar seu público feminino: “as mães de família encontrarão sempre em suas colunas úteis leituras, para distrair-lhes o espírito e para lhes fazer sentir os santos deveres da vida”.⁴⁵⁵

A esses, somavam-se os romances, representantes da literatura romântica, muito apreciados tanto pelas mulheres, solteiras ou casadas, como também pelos rapazes. O sentimento romântico, inaugurado na literatura brasileira pelo romance *A moreninha*, de 1844-1845, descreve o amor platônico, também chamado “amor à moderna”. No Romantismo, “são propostos sentimentos novos, em que a escolha do cônjuge passa a ser vista como condição de felicidade”.⁴⁵⁶

No entanto, essas mudanças, que poderiam, à primeira vista, nos indicar maior liberdade para a mulher, foram contrapostas a novas formas de condicioná-las ao lar e à criação dos filhos. Mesmo o sentimento romântico, veiculado através das artes de maneira geral, e da literatura, de maneira especial, determinaram pequena mudança no comportamento matrimonial, que se mantém como união entre pessoas da mesma condição social. Um amor platônico podia ser cultivado da mesma forma como podia ser frustrado, se não estivesse de acordo com as expectativas familiares e sociais. Se os encontros e namoricos tornavam-se mais acessíveis, era preocupação dos pais que se realizassem dentro de seu meio social. As formas de se burlar casamentos “arranjados”

⁴⁵⁵ Jornal *O Itacolomy*. Edição n.1, de 10/10/1890. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acessado em 10/02/2009.

⁴⁵⁶ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 233-234.

pelos pais permaneciam sendo a fuga e o rapto consentido. Nesses casos, a formalização da união, mesmo trazendo dissabor à família, visava a restituir a honra da moça.

Em estudo sobre as mulheres do sertão nordestino, Miridan Knox Falci trata de famílias da elite do Piauí, em finais do século XIX, e refere-se aos momentos propícios para os encontros e namoros, proporcionados por festas e piqueniques, bailes e passeios a cavalo, “mais comuns em julho ou nas férias de fim de ano, quando os irmãos traziam os amigos e colegas, estudantes do curso jurídico de Recife ou do de medicina na Bahia”.⁴⁵⁷ Momentos dessa nova sociabilidade foram lembrados também por Henrique Barbosa Cabral, que nos informa sobre os momentos de lazer dos ouro-pretanos, durante os quais prevalecia a etiqueta francesa.

Na boa sociedade, a festa mais agradável, das que ainda alcançamos, era a que denominavam *soirée íntima*, ou *assustado*. Consistia em danças, que se iniciavam às 20 horas e se prolongavam comumente até as duas da madrugada. [...] Eram iniciadas por uma quadrilha. Seguiam-se as valsas, polcas, tangos, schottish e lanceiros. Lanceiros! A dança das medidas e da graça aristocráticas com movimentos de recato e polidez. A contradança preferida era a polca, originária de Paris, que em julho de 1845 foi pela primeira vez dançada no Teatro D. Pedro.⁴⁵⁸

Para a elite social, havia os bailes de luxo, mas os setores médios e populares também tinham seus momentos festivos. Henrique Cabral cita os piqueniques, as serenatas, jogos de peteca e de malha (nos adros das igrejas e no Morro da Força), além dos papagaios de papel.⁴⁵⁹

As festas religiosas, diferentemente das procissões, que passavam a ser orientadas pelo pensamento ultramontano, perdiam seu ar austero e hierárquico, sendo que se destacavam as “fogueiras nas noites de São João, Santo Antônio, São Pedro e Santana, completadas com broas, biscoitos e outras quitandas”. Os meninos assavam batata-doce, mandioca e caninha, e se divertiam com balões e fogos de artifício.⁴⁶⁰

⁴⁵⁷ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 258.

⁴⁵⁸ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 180.

⁴⁵⁹ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 182-184.

⁴⁶⁰ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 185-186.

Henrique Cabral ainda se refere às festas religiosas tradicionais. Havia as danças promovidas aos domingos “pelos pretos, na maioria africanos, reunidos em frente à Igreja do Rosário”, até 1888. Dançavam “ao som de caxambus e pandeiros, conforme o costume de sua terra”. Essas danças eram “assistidas por grande número de pessoas, que gostavam de ouvir os cânticos, que eram tristes e dolentes”.⁴⁶¹

Também partia da capela do Rosário dos Pretos, a procissão de São Jorge. O cortejo saía ao meio dia, “momento em que eram queimadas girândolas e repicavam os sinos de todas as igrejas da cidade”.⁴⁶²

Todos esses eventos tornavam-se, nas palavras do memorialista, momentos propícios “para se estreitarem relações de amizade resultando casamentos muito felizes”.⁴⁶³

Na introdução ao presente trabalho, tecemos algumas considerações acerca de medidas adotadas pela Igreja Católica romanizada, no século XIX, que se constituem como respostas às angústias dos novos tempos. Podemos dividir as orientações dadas ao clero e aos fiéis em três grandes temas. O primeiro trata-se da revalorização dos sacramentos, principalmente do matrimônio, confirmando os princípios estabelecidos em Trento, no século XVI. Em segundo lugar, observamos o fortalecimento dos valores familiares, concretizados através da devoção a São José, visto como o exemplo de marido e pai e através do culto à *Sagrada Família*. Por fim, constatamos a preocupação da Igreja com as novas questões colocadas pela ciência e pela visão higiênica do período. Os papas tratam de temas espinhosos, em encíclicas e decretos, como o casamento e o divórcio civil, a inseminação artificial, o aborto, as medidas contraceptivas e a cremação dos cadáveres. O conflito interior que a Igreja Católica sofre deve-se à necessidade de estabelecer limites às novidades, buscando respostas em suas raízes dogmáticas.

Em 08 de junho de 1842, o papa Gregório XVI, em resposta dirigida ao bispo de Le Mans, orienta sobre o “uso do matrimônio de modo a impedir o concebimento”, ou

⁴⁶¹ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 195.

⁴⁶² CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 200. Ainda de acordo com Henrique Cabral, “como o Secretário da Câmara de Ouro Preto, Antônio Tassara de Pádua fosse muito devoto desse Santo, tornava-se o principal promotor dos respectivos festejos, não poupando esforços para seu brilhantismo. Coincidentemente, depois que ele faleceu, jamais em Ouro Preto se fez esta procissão”.

⁴⁶³ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 184.

seja, define se os casais podiam, sem pecar, utilizar-se de técnicas contraceptivas em seu ato sexual.⁴⁶⁴ Em 21 de maio de 1851, o papa Pio IX volta ao tema, condenando tanto a prática do coito interrompido como o uso de preservativos para se evitar a concepção.⁴⁶⁵ Em instrução dada em 15 de janeiro de 1866, a Igreja se posiciona de forma veemente contra o casamento civil, considerando que “entre cristãos, qualquer outra união de homem e mulher fora do sacramento, mesmo com sanção da lei civil, nada mais é que torpe e funesto concubinato”.⁴⁶⁶ Em 1880, o papa Leão XIII renova a orientação aos fiéis sobre a autoridade da Igreja sobre o matrimônio.⁴⁶⁷

Os estudos acerca da família e do casamento, nas Minas do século XVIII, e na primeira metade do século XIX, nos confirmam que a prole ilegítima era aceita com naturalidade, sendo também muito comum a geração de filhos antes do casamento. Estes eram então legitimados por casamento subsequente de seus pais.

Já na segunda metade do século, alguns aspectos identificados nos registros paroquiais de Ouro Preto nos indicam o início de certo constrangimento mediante essa situação. Fato é que os valores familiares, como o amor filial e maternal, e o cuidado paterno, passam a ser incentivados.

A política higiênica, desenvolvida a partir da terceira década do século XIX, também contribuiu para revolucionar os costumes familiares. Aspectos higiênicos como o aleitamento materno e o cuidado com os filhos passam a ser valorizados. O sentimento romântico, característico desse período, também descreve o amor maternal como natural e sublime. A mulher domesticada, mãe e esposa, torna-se a imagem ideal da mulher burguesa no final do dezenove.

O modelo de família torna-se aquele conjugal e nuclear, principalmente nas cidades que crescem a cada dia. À luz de todas essas mudanças, consideramos que tanto o batismo como o matrimônio permaneceram como referência não apenas religiosa, como social, e, portanto, passamos a identificar, através dessas fontes paroquiais, e de outras do período, como o comportamento das famílias se deu em Ouro Preto, na segunda metade do século XIX.

⁴⁶⁴ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 607.

⁴⁶⁵ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 613-614.

⁴⁶⁶ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 641.

⁴⁶⁷ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 671.

4.1- BATISMOS

O batismo é o primeiro dos sete sacramentos da Igreja Católica, porta de ingresso à vida espiritual. Por meio dele o fiel torna-se membro da Igreja Católica. No entanto, o batismo não tem somente o objetivo de iniciação e de inserção do fiel no mundo cristão.

A partir dos batismos, que foi certamente o sacramento “mais popular na América Portuguesa”,⁴⁶⁸ se criam laços de compadrio e apadrinhamento, se estreitam relações sociais entre livres e escravos e se ampliam as redes de poder político, o chamado clientelismo. Ou seja, a partir do batismo, traçam-se características fundamentais da sociedade oitocentista.

No âmbito religioso, o batismo é definido como sacramento de conversão, de penitência e de salvação. Nos primeiros tempos do cristianismo, os batizados eram adultos, convertidos para a nova fé. No Brasil colonial e no século XIX até o final do tráfico internacional, o batismo de adultos é presente, pela chegada incessante de escravos africanos. Em Ouro Preto os cativos recém-chegados da África estão presentes nos registros paroquiais até 1852.

O batismo também é sacramento de penitência, pois através dele, tanto o pecado original, como os pecados pregressos, eram perdoados. Além disso, era essencial para a salvação da alma, pois somente através dele era possível alcançar o reino celeste. Esses aspectos fizeram com que o sacramento do batismo não somente fosse amplamente ministrado no Brasil dos séculos XVIII e XIX, mas também diligentemente registrado, como era ordenado pela legislação eclesiástica.

4.1.1- ANTECEDENTES

Apesar de não se referir especificamente ao período em tela, consideramos importante traçarmos rápido perfil dos batizados da primeira metade do oitocentos, para melhor caracterizarmos as mudanças e permanências no decorrer do XIX a partir da série documental adotada em nossa pesquisa.

⁴⁶⁸ FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*. n. 31. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2004. p. 40.

QUADRO 25: BATISMOS POR CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE – PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO (1801-1838)

Período	Expostos	Legítimos	Naturais	Africanos adultos	Não consta	Total
1801-1802	47	114	148	3	-	312
1803-1804	33	74	153	4	-	264
1805-1806	4	32	70	1	01	108
1807-1808	3	28	66	3	-	100
1809-1810	2	22	39	7	-	70
1811-1812	1	39	28	1	-	69
1813-1814	4	42	74	32	-	152
1815-1816	1	40	87	20	01	149
1817-1818	1	30	78	42	01	152
1819-1820	1	24	84	23	02	134
1821-1822	2	26	67	11	-	106
1823-1824	-	33	70	9	-	112
1825-1826	-	40	52	23	01	116
1827-1828	1	37	66	75	-	179
1829-1830	-	54	77	71	-	202
1831-1832	1	40	70	66	-	177
1833-1834	2	54	87	23	-	166
1835-1836	1	115	133	11	-	260
1837-1838	3	86	63	3	-	155
TOTAL	107	930	1.512	428	6	2.983

Fonte: Banco de dados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

O quadro acima nos possibilita uma série de reflexões. Ao analisarmos os totais de batismos do período, podemos observar claramente o período em que se dá a retomada populacional e econômica da então Vila Rica: biênio de 1813/14. Até então, a população vinha diminuindo e então há um crescimento superior a 100%. No entanto, podemos observar que esse crescimento se deu entre os filhos naturais (nascidos de uniões consensuais), onde os escravos são maioria, e entre os africanos recém adquiridos do tráfico internacional. Entre os africanos batizados, identificamos vinte e cinco homens e sete mulheres, mantendo o padrão da preferência por compra de braços masculinos, aspecto que muda no período posterior. Também constatamos aumento significativo de batismos de escravos boçais (recém-chegados da África) entre 1827 e 1832.

O número de expostos (crianças enjeitadas, deixadas nas soleiras das portas) diminui radicalmente já no início do século XIX, mantendo-se a partir daí de forma residual.

Os legítimos (filhos nascidos de casais unidos pelo matrimônio) são minoria, exceto nos anos de 1811-1812, período em que, possivelmente, o número de cativos se reduziu ao máximo. É interessante notarmos que, exatamente nesse biênio, praticamente não há compra de africanos, fortalecendo a suposição de estagnação econômica.

QUADRO 26: BATISMOS POR LEGITIMIDADE E CONDIÇÃO SOCIAL DO BATIZANDO (EXCETO EXPOSTOS E ADULTOS) – PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO (1801-1838)

Período	Escravos		Livres		Forros		N/C	Total
	Legít.	Nat.	Legít.	Nat.	Legít.	Nat.		
1801-1802	10	76*	104	71	-	04	02	267
1803-1804	11	81	63	69	-	03	03	230
1805-1806	11	64	21	6	-	-	04	106
1807-1808	08	61	19	5	01	-	03	97
1809-1810	02	28	20	11	-	-	03	64
1811-1812	02	15	37	13	-	-	02	69
1813-1814	10	60	30	13	02	01	-	116
1815-1816	09	67	29	19	02	01	-	127
1817-1818	03	64	27	14	-	-	01	109
1819-1820	04	68	20	15	-	01	01	109
1821-1822	06	59	20	8	-	-	-	93
1823-1824	04	61	29	8	-	01	-	103
1825-1826	09	45	31	6	-	01	-	92
1827-1828	06	52	31	13	-	01	02	105
1829-1830	10	67	44	10	-	-	-	131
1831-1832	07	58	33	12	-	-	02	112
1833-1834	05	66	48	18	01	03	-	141
1835-1836	01	70	114	59	-	04	-	248
1837-1838	01	18	84	42	01	03	-	149
Total	119	1.080	804	412	07	23	23	2.468

Há realização de batismo de um quartado.

Fonte: Banco de dados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Os legítimos e naturais guardam características específicas no que tange à sua composição social, como podemos observar no quadro acima.

A legitimidade era atributo em grande parte dos livres. A tendência regressiva que atinge seu ponto mais baixo entre 1819 e 1822 retoma a curva ascendente, alcançando o pico no ano de 1836. O período inicial do século, entre 1805 e 1818, considerado de decadência econômica, teve a maior proporção de filhos legítimos, apesar da queda dos nascimentos em geral. As alforrias em pia batismal diminuem com o tempo, tornando-se excepcionais. De forma inversa, a ilegitimidade era característica básica dos escravos, permanecendo extremamente alta em todo o período analisado.

Os forros do quadro acima se referem aos filhos de mulheres escravas libertos em pia batismal, pois os filhos das mulheres forras já são batizados como livres. Desses, somente dois tiveram sua liberdade comprada. Na ocasião, o padrinho, Joaquim Alves da Rocha, “despendeu para tanto, trinta e duas oitavas”. Em outro caso, o senhor do batizando recebeu a quantia de cem mil reis. Os demais foram emancipados por doação.

Para o início do século, identificamos queda vertiginosa nos batismos de livres. Uma região pouco próspera determina emigração de jovens principalmente do sexo masculino, que vão para outras regiões em busca de novas oportunidades. Iraci del Nero da Costa já havia constatado equilíbrio da taxa de masculinidade no final do século XVIII, sendo que Vila Rica chega ao século XIX com número superior de mulheres, exceto escravas. Entre os cativos, o número de homens permanece. O nascimento de escravos também tem uma queda acentuada no biênio 1811 e 1812, mas a retomada se dá logo após, permanecendo estável até 1836. Como já não consideramos os batismos de escravos adultos no quadro acima, pois estes eram identificados à parte, podemos sugerir a existência de crescimento dos plantéis via nascimento, devido ao grande número de crianças cativas sendo batizadas. Mesmo atentando para a alta mortalidade infantil, é bem possível que esses inocentes viessem a compor grande parte dos plantéis, pois, somente em 1827-1828, a compra de adultos superou o nascimento de escravos. Entre os livres, a retomada no aumento de batismos é mais lenta, pois não conta com a entrada de adultos, como no caso da compra de novos escravos.

A alforria em pia batismal é mais constante no início do século XIX. Toma tendência declinante até 1832, mas cresce ligeiramente entre 1833 e 1838.

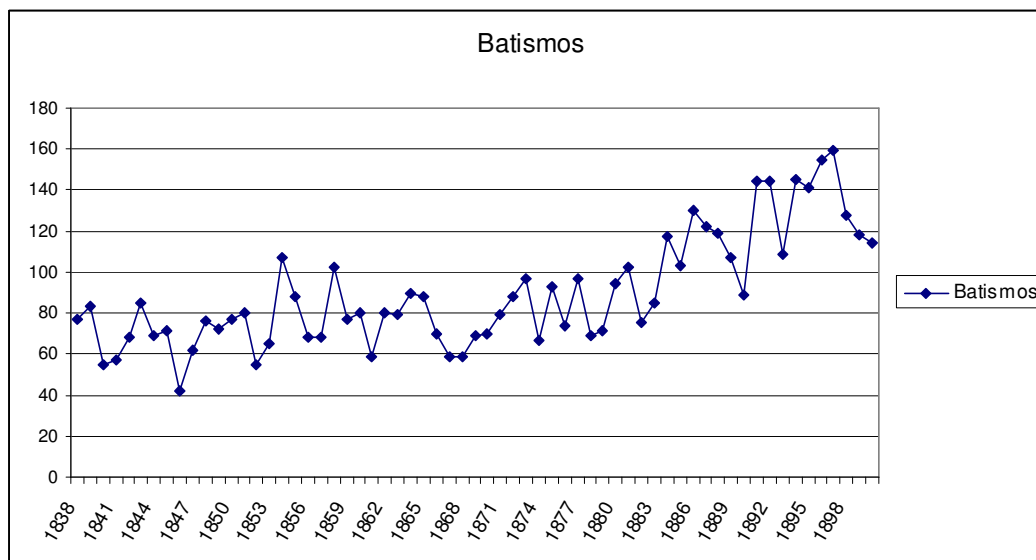
4.1.2- BATISMOS ENTRE 1838 E 1897

Podemos observar no gráfico seguinte, relativa estabilidade nos nascimentos entre 1838 e 1854. Após a tendência de alta, em 1854, o período de meados do século permanece estável. O incremento nos batismos pode ser constatado a partir do início da década de 80. O rápido declínio verificado no ano de 1890 nos sugere sub-registro naquele ano de falecimento do pároco Joaquim José de Sant'Anna, fato que determinou desorganização dos livros de registro.

O aumento verificado entre os anos de 1891 e 1897 deve-se ao aumento do número de filhos nas famílias, além da inserção dos ex-cativos no mundo livre, que lhes proporciona oportunidade de passarem a seguir o padrão de concepção dos livres.

Em 1898, visualizamos o esvaziamento do núcleo urbano de Ouro Preto, devido à transferência da capital mineira para Belo Horizonte.

GRÁFICO 15: BATISMOS POR ANO (1838 a 1900)



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

A análise mais detida em cada um dos livros que contempla determinado período permite que apontemos quando e como se deram as mudanças culturais e sociais em Ouro Preto. Entre 1838 e 1846, temos livro específico para o registro de batismos de livres celebrados no núcleo urbano de Ouro Preto. Os assentos de batismos de escravos e aqueles realizados nas capelas filiais localizadas nos arraiais serão

contemplados posteriormente. Estão ali registrados 482 batismos, dos quais temos 11 expostos, 328 filhos legítimos e 103 crianças naturais. Não consta a condição de legitimidade em 40 registros. Nesse primeiro momento, 68% dos livres eram filhos de casais cuja união fora sancionada pela Igreja Católica. Silvia Brügger, ao estudar a sociedade de São João del Rei, já observara alto grau de legitimidade entre os livres. Curiosamente, foi na década de 30, que a autora encontrou menor índice de legitimidade: 67,1%, sendo que entre 1841 e 1850, o percentual chegou a 71,1%.⁴⁶⁹ A referência à cor dos batizados é pontual no período, pois em 320 registros, não consta essa informação. Dentre aqueles cuja cor foi registrada, 72 eram brancos, 65 eram pardos e 24 eram pretos. A legitimidade entre os brancos era maior, perfazendo percentual de 82%. Entre os pardos, 30 ou 46% eram legítimos, enquanto os pretos guardavam a taxa de 29% de legitimidade.

O panorama geral de Minas Gerais nos é dado pelo Relatório Provincial de 1852, referente a 141 paróquias mineiras de um total de 196, entre 01 de julho de 1850 a 30 de junho de 1851. O número de nascimentos foi de 23.332, e o de óbitos foi 11.838. Portanto, os óbitos estão para os nascimentos na razão de pouco mais de 50%. O relatório considera, também, a população por condição social: para os 17.314 nascidos livres, 7.647 morreram no período, perfazendo, portanto 44 mortes em cada 100 nascimentos. Entre os escravos, a proporção é bem maior, pois, para 6.018 nascimentos, temos 4.191 óbitos, perfazendo razão de 70 óbitos para cada 100 nascimentos.⁴⁷⁰

Temos também o mapa de nascimentos para o ano de 1852.⁴⁷¹ Ele nos esclarece sobre o alcance do batismo, além da legitimidade e a cor dos nascidos. Temos 16.765 registros de crianças que já haviam sido batizadas, enquanto 547 ainda não tinham recebido o primeiro sacramento. Isto determina que quase 72% dos inocentes foram batizados. A preocupação em se batizar as crianças se dava em número proporcional ao seu risco de vida e de sua fragilidade social, pois para 61% dos legítimos, temos praticamente 97% das crianças ilegítimas batizadas. O percentual é ainda maior entre os expostos: 97,7%.

⁴⁶⁹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – século XVIII e XIX). Niterói: Annablume, 2007. p. 77.

⁴⁷⁰ Cf.: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/456/000014.html>>.

⁴⁷¹ Cf.: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/456/000029.html>>.

A população nascida entre 1850 e 1851, em Minas como um todo, era majoritariamente legítima: 70%. O índice de legitimidade era maior entre os livres (78,2%) que entre os cativos (47%).

Com relação à condição social, 6.022 nasceram escravos, e 17.310, livres, referentes a 25,8% e 74,2% do total de nascimentos. Em estudo feito por Roberto Martins sobre o perfil populacional de Minas Gerais, em 1855, concluiu-se que a população total era constituída por 75,6% de livres e 24,4% de escravos.⁴⁷² Portanto, a proporção de nascimento por condição social é semelhante à estrutura populacional por condição citada por Martins para 1855. No entanto, outros aspectos precisam ser levados em conta, antes de tirarmos conclusões tendo como referência os dados acima. Outras questões interferiam nessa conta, pois, enquanto a população escrava tinha seu crescimento comprometido pela maior taxa de mortalidade e pelas alforrias, novos elementos entravam por meio da compra, renovando a oferta de mão-de-obra necessária às mais básicas funções dessa sociedade escravista.

Outro aspecto dos nascimentos coincide com o perfil da população provincial. Desde o século XVIII observou-se a forte miscigenação da população mineira. Também o número de nascimentos era maior entre os pardos, que eram na grande maioria, livres. Para 8.803 de nascimentos de pardos livres, temos 1.168 nascimentos de escravos miscigenados, numa proporção 7,5 maior para os livres. Os pretos livres somam 1.894 para 4.854 escravos, demonstrando que a possibilidade de libertação não era inviável para os pretos, sem distinção no referido documento à sua origem crioula ou africana. Os brancos somavam 6.613, perfazendo a minoria da população provincial.

Os casamentos por condição social, em meados do século, estão assim distribuídos na província de Minas Gerais: para o total de 10.342 enlances, 8.152 foram entre livres e 2.190 entre cativos.

Esses dados mais gerais são importantes, mas não dizem muito sobre determinado município ou cidade estudada, pois vários indicativos determinavam diferenças regionais. Essas diferenças dizem respeito, principalmente, à condição mais urbana ou rural, e a seu perfil econômico. Consideramos, em nossa pesquisa, comportamento bem específico para a cidade de Ouro Preto.

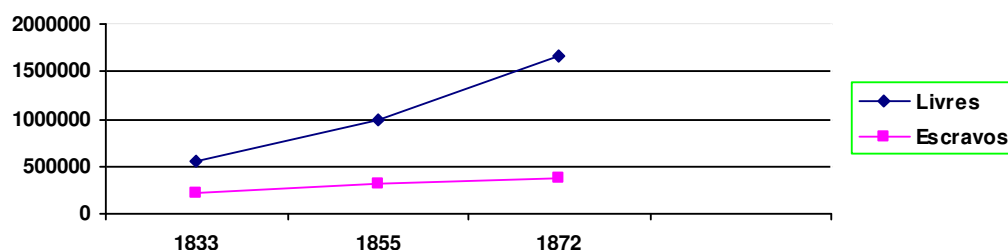
⁴⁷² MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. p. 101.

QUADRO 27: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1833, 1855, 1872)⁴⁷³

POR COR E CONDIÇÃO SOCIAL

	Livres			Escravos	
	Brancos	Mulatos	Pretos	Mulatos	Pretos
Em 1833 por cor/cond. Soc.	237.653	236.617	85.321	33.238	175.837
Em 1833 por cond. Soc.	559.591			209.075	
Em 1855 por cond. Soc.	984.392			317.760	
Em 1872 por cor/cond. Soc.	831.797	630.544 ⁴⁷⁴	207.075	106.603	264.759
Em 1872 por cond. Soc.	1.669.416			371.362	

GRÁFICO 16: POPULAÇÃO EM MINAS POR CONDIÇÃO SOCIAL (1833, 1855, 1872)



Em 1872: brancos: 42,7%, mulatos livres: 29,3%, negros livres: 10%, escravos: 18%.⁴⁷⁵

Os livros de batismos que cobrem o período entre 1846 e 1865 nos dão indicativo de maior observância por parte do pároco e demais clérigos dos preceitos tridentinos da igreja Católica, ao denunciar, em alguns casos, o nascimento de filhos ilegítimos de mães casadas. A historiadora Silvia Brügger já identificara nos assentos são joanenses, esse tipo de registro em período anterior, sendo que, “em vários casos, há a indicação dos nomes dos maridos das mães, atribuindo-lhes ausências prolongadas, que impediriam a paternidade”.⁴⁷⁶ No entanto, em Ouro Preto, o primeiro a abordar essa questão é o registro de Joaquina, batizada em 26 de janeiro de 1852. Ela era “filha

⁴⁷³ MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. p. 101; BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* tabela B4, [s. p.].

⁴⁷⁴ Estão incluídos nesse quadro: 32.500 caboclos e 598.044 mulatos livres.

⁴⁷⁵ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 163.

⁴⁷⁶ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...* p. 75.

natural de Generosa de Paula Antunes, que sendo casada vive separada de seu marido a quatro anos”. Não encontramos, nos batismos registrados nos livros do Pilar, nenhuma identificação acerca de filhos adulterinos. Os termos usados pelos párocos são sempre filhos naturais ou legítimos, mesmo que, como no caso acima, fossem filhos de mulheres casadas. O aparecimento da observação acerca da situação de casada da mãe, nos assentos, nos sugere que a Igreja Católica passa a não aceitar com naturalidade essa situação.

Dos 1.313 batismos celebrados no período, 66.3% dos batizados eram legítimos. Houve, portanto, ligeira queda em comparação com o período anterior. No entanto, temos 17 registros onde consta que o filho foi legitimado posteriormente por casamento subsequente de seus pais. Em alguns casos, não foi suficiente a anotação do reconhecimento da paternidade na margem do assento, mas foi feita a anulação do registro anterior, como ocorreu com o batismo de Francisca em 14 de agosto de 1858:

por este novo assento fica sem vigor o lançado às folhas setenta e duas deste livro, porque compareceu em minha presença o Alferes Jerônimo da Fonseca Villa Nova declarando que aquela inocente Francisca era sua filha, e que por tal a reconhecia, para cujo fim assina esta declaração em presença de duas testemunhas.

A cor dos batizados é registrada em poucos casos. Mais uma vez, observamos a legitimidade de forma mais abrangente entre os brancos. Dos 83 inocentes identificados como brancos, 74, ou 89%, eram legítimos. Daqueles relacionados como pardos, 44, ou 66%, eram legítimos, seguidos de perto pelos 13 crioulos, compostos por 61,5% de legítimos.

Consta nos livros desse período o assento de batismo de 45 escravos, sendo 3 legítimos. Apesar do número limitado, constatamos a grande ilegitimidade entre cativos. Temos também a presença de 12 alforrias em pia batismal. Dessas, 8 foram gratuitas, duas condicionadas e duas compradas pelas mães das crianças. Destacamos três registros onde consta que mãe litiga a respeito de sua liberdade.

Outra característica dos registros de meados do século XIX é a grande porcentagem de madrinhas mulheres dos padrinhos. Consideramos esse aspecto como

indicativo de maior valorização dos laços conjugais e familiares, presentes dentro dos próprios rituais religiosos. Nada menos que 144 casais apadrinharam entre 1846 e 1865.

Temos, para o período que se inicia em 1865, dados bem seguros acerca da população livre ouro-pretana. Isso devido à longevidade do pároco e ao cuidado com o qual se incumbia de sua tarefa de registrar os sacramentos ministrados. Constatamos acréscimo de filhos legítimos, pois estes passam a compor 81% do total de batizados.

A condição de legitimidade tem maior incremento na década de 80, aumentando ainda mais a partir de 1890. Além disso, observamos número maior de filhos por família nos últimos trinta anos do século XIX. Listamos as mulheres que tiveram 4 filhos ou mais nos livros que cobriam o núcleo urbano de Ouro Preto. Mesmo que o resultado de nossa pesquisa a esse respeito não seja absoluto, devido à inconstância dos nomes próprios, encontramos 10 mulheres que batizaram 4 e 5 filhos nas décadas de 30 e 40 do século XIX. Não encontramos nenhuma família que tivesse batizado número maior de filhos. Nas décadas de 40 e 50, tivemos sete mulheres que batizaram 4 filhos cada. Duas mulheres batizaram cinco filhos cada e somente uma levou à pia batismal 6 filhos. Nas décadas de 50 e 60 a prole continua formada por poucas crianças. Nas décadas de 60 e 70 temos incremento maior. São então listadas 13 mulheres batizando 4 filhos cada. Tivemos também 8 mulheres que batizaram cinco filhos. Em sete casos, mulheres tiveram 6 filhos, e duas mulheres tiveram sete filhos cada. As famílias numerosas são, em grande parte, legitimadas pelo matrimônio. Nesse último período abordado, temos uma exceção: D. Generosa Maria do Carmo batizou cinco filhos naturais.

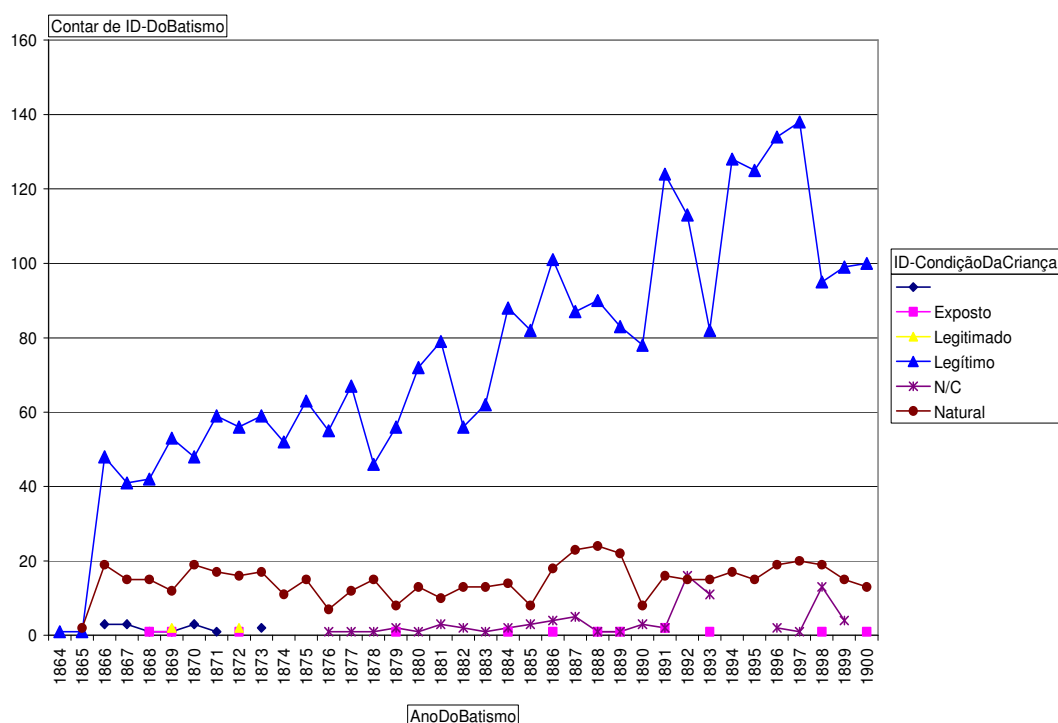
Nas décadas de 70 e 80, as famílias ficam maiores, apontando tanto para um aumento da natalidade, em parte explicada pela maior legitimidade das crianças, como pela menor mortalidade. Esta seria consequência dos maiores cuidados com a higiene, preconizados pelos médicos e agentes sanitários do período⁴⁷⁷. O aumento do registro de batismos de crianças legítimas pode ser observado no próximo gráfico. Encontramos, então, 16 famílias constituídas por quatro filhos, nove mulheres tiveram 5 filhos, 13 tiveram 6 filhos e 10 mulheres tiveram 7 filhos. Aparece nesses vinte anos, 5 mulheres

⁴⁷⁷ Estes aspectos sofrerão maiores reflexões adiante.

batizando 8 filhos e 3 mulheres batizaram 9 filhos. Em uma família encontramos 10 filhos, e em duas, 11 crianças.

Algumas mulheres dedicaram-se muitos anos à maternidade, como o caso de D. Francisca de Paula Naziazeno do Espírito Santo, casada com Francisco de Paula Lopes de Oliveira, que batizou 8 filhos entre 1871 e 1891. Entre o nascimento do primeiro filho e o segundo passaram-se 15 meses. Quatro filhos foram gerados com o espaço de 2 anos e 7 meses em média entre eles. O sétimo filho nasceu após 5 anos e um mês. Logo após um ano e dois meses, nasceu seu último filho batizado.

GRÁFICO 17: BATISMOS POR CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE (1865-1900)



Praticamente todas as crianças das grandes famílias eram legítimas, mas encontramos algumas exceções, como Florinda Rosa de Viterbo, que batizou 2 filhos naturais e 2 legítimos. Observamos também o caso de Firmina Herculana Pacífica. Ela

teve 8 filhos, entre 1868 e 1887. O primeiro, João, era filho legítimo de João Fagundes Gonçalves. Em 1870 e 1872, Firmina registra o batismo de duas crianças, mas não consta no assento o nome do pai, apesar de João Fagundes ainda estar vivo, pois localizamos seu óbito em 04 de dezembro de 1875. Ao enviuvar, Firmina passou alguns anos sem conceber, até se casar com Casemiro José de Souza, com quem teve mais 5 filhos.

Da mesma forma, D. Idalina Ambrozia da Conceição não encerrou sua maternidade com a viuvez. Do seu casamento com Antonio Hilário da Silva, nasceram 5 filhos, entre 1869 e 1877. Dois anos depois, seu marido faleceu. No entanto, D. Idalina ainda gerou 6 filhos, entre 1880 e 1888. A regularidade dos nascimentos nos indica a constituição de nova relação conjugal, embora não a tenha sacramentado perante a Igreja.

Nas décadas de 80 e 90, nada menos que 40 famílias batizaram 4 filhos cada, seguidas por 24 famílias com 5 filhos. Esse parece ter se tornado o ideal para a família normatizada do final do século. Temos ainda 9 famílias com seis filhos e seis com 8 filhos cada. Excepcionalmente, encontramos uma família com 10 filhos e outra com 11. Ainda vemos mulheres que registram filhos legítimos e naturais, como é o caso de Laura Casemira Pacheco, que levou à pia batismal 2 crianças legítimas e 3 naturais, ou ainda Anna Perpétua dos Santos, que teve 7 filhos, sendo 2 naturais e 5 legítimos.

A importância que a condição de legitimidade passa a ter nas décadas de 80 e 90 nos é indicada pelos registros dos cinco filhos de Maria Joaquina da Conceição. Eles foram batizados em 1870, 1871, 1875, 1878 e 1880, respectivamente, como filhos naturais. No entanto, consta em seus assentos que foram legitimados por casamento subsequente de sua mãe com Francisco Xavier Machado, em 20 de maio de 1890, ou seja, vinte anos após o nascimento do primogênito. É possível que a condição de filhos ilegítimos tivesse pesando sobre aqueles jovens e crianças.

4.1.3- BATISMOS DE ESCRAVOS

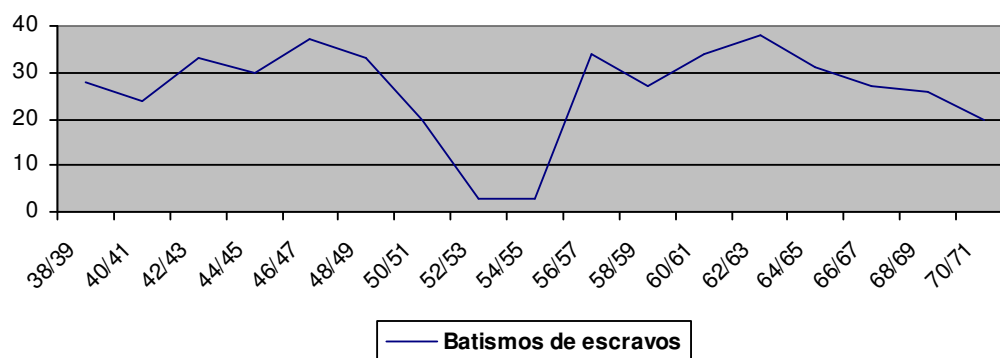
Os batismos de escravos eram lançados em livro específico para tal fim. No entanto, os escravos analisados nesse momento se referem somente aos cativos que receberam o sacramento no núcleo urbano da freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Posteriormente, contemplaremos os batismos celebrados nas capelas dos arredores da

cidade, assentados em livro próprio. Temos 448 registros, para o período de 1838 a 1871, pois, a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), abre-se livro exclusivo para o batismo de ingênuos.

O gráfico, a seguir, nos apresenta a situação desses batismos. Podemos observar a tendência ascendente até o ano de 1849. No entanto, temos subregistro para os anos de 1851 a 1855, sendo que, em 1856, os assentos voltam à normalidade. Essa peculiaridade nos livros da paróquia de Nossa Senhora do Pilar já foi devidamente esclarecida na análise das fontes, e deveu-se à ausência de pároco fixo no período.

Temos o auge de registros no ano de 1863, quando 22 crianças escravas foram batizadas. A partir daí, a tendência torna-se declinante. Os registros nos informam sobre outros aspectos dos batismos dos escravos. Dividimos nossa análise em dois períodos. O primeiro entre 1838 e 1850, do período inicial de nossa pesquisa ao final do tráfico internacional. O segundo, de 1851 a setembro de 1871, quando é aberto outro livro para assentos dos batismos dos ingênuos, ou seja, filhos das escravas após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Temos uma média de 16,6 batismos por ano no primeiro período, e de 12,4 batismos anuais no segundo período, apontando para o decréscimo da população cativa em Ouro Preto. Essa média diminui ainda mais com o decorrer do tempo, chegando a 9,3 batismos por ano, entre 1872 e 1888, como veremos adiante.

GRÁFICO 18: BATISMOS DE ESCRAVOS (1838/1871)



Fonte: Registros de batismos: Livro 3. Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

A cor é mais presente no primeiro período, pois a parece em 36,5% dos casos. Temos o registro de 4 africanos, 4 pretos, 54 crioulos, 1 cabra e 10 pardos. No segundo

período, somente em 3,6% temos alguma indicação da cor ou origem do cativo. São eles: 1 africano, 4 crioulos, 4 pardos.

Constatamos que 10 adultos foram batizados, apesar de nem todos terem sido identificados como africanos. Entre eles, 8 são mulheres, e somente 2 são homens. Já consideramos que a preferência pela compra de mulheres no núcleo urbano de Ouro Preto devia-se ao tipo de trabalho, basicamente doméstico, exercido pelos cativos.

O índice de legitimidade dos batizados é de 8,9% no período, excetuando os africanos e 10 casos onde não temos a indicação da condição de legitimidade. No segundo período, os legítimos somam 9,7% do total de batizados, sendo que temos também um registro cuja criança foi legitimada pelo casamento subsequente de seus pais. Apesar do decréscimo da população cativa, há maior grau de legitimidade.

Temos no livro o registro de batismo de seis crianças forras. A situação do liberto era bastante vaga, e essa indefinição é demonstrada pelo pároco, que assentava essas crianças ora nos livros específicos para os cativos, ora o fazia no livro dos batismos de livres.

A fonte não nos oferece segurança para a identificação do número de filhos por escrava, devido à falta costumeira de sobrenomes para cativos. No entanto, nenhuma escrava do mesmo proprietário batizou mais de 3 filhos. Da mesma forma como a prole era pequena, também os plantéis eram bem reduzidos. O proprietário que mais batizou escravos foi o capitão Manoel Pereira de Andrade. Seu plantel foi acrescido com o nascimento de 12 inocentes, filhos de suas escravas Francelina (crioula), Sebastiana (angola), Salustiana, Ambrosina (casada com Cassiano), Luzia (crioula) e Victória (parda, casada com Antônio Daniel, também pardo). No entanto, grande parte dos proprietários não possuíam mais que 3 escravas, pelo menos que foram mães e batizaram seus filhos nesse período.

O apadrinhamento se deu da seguinte maneira: em 243 registros, não consta a condição social dos padrinhos. Em 109 casos, tanto o padrinho como a madrinha eram escravos e em 15 batismos, ambos eram livres. Em 28 registros, a madrinha era escrava, mas não consta a condição social do padrinho, e em 22 casos, aconteceu o contrário. O padrinho era cativo, mas não consta a condição da madrinha. As demais composições são minoritárias, perfazendo 6,5% dos assentos.

Em 19 registros, não consta o padrinho, sendo que não temos a identificação da madrinha em 32 assentos. Em um caso, temos a presença da madrinha espiritual: Nossa Senhora da Conceição. A ausência de proprietários como padrinhos identificada para outros períodos pela bibliografia que analisa a família escrava em outras localidades e períodos permanece. No entanto, observamos a presença de filhos dos proprietários como padrinhos e, em 2 casos, o proprietário da mãe apadrinha o inocente. Em ambos os casos, o batizado foi alforriado em pia batismal por doação, ou seja, foi alforriado de forma gratuita e de forma incondicional.

4.1.4- CARACTERÍSTICAS RURAIS DOS BATISMOS OURO-PRETANOS

Estão guardados no arquivo da paróquia de Nossa Senhora do Pilar dois livros em que constam batismos celebrados majoritariamente nos arraiais próximos a Ouro Preto, pertencentes àquela freguesia. São, ao todo, 922 batismos, entre 1838 e 1890. As capelas que, embora constitutivas da freguesia do Pilar, localizavam-se fora da urbe, eram as de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista, de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Alemão,⁴⁷⁸ de Santo Amaro do Botafogo, de Santo Antônio do José Correa. Nesses livros, também estão assentados 366 batismos celebrados na própria matriz do Pilar. A documentação não nos permite concluir a razão para, num determinado período, fazerem-se lançamentos de batismos promovidos na sede paroquial em dois livros diferentes. Consideramos a possibilidade de um deles tratar de batismos de moradores ou filhos de moradores dos arraiais, que optaram por celebrar o sacramento de iniciação à vida cristã na cidade. Alguns registros nos sugerem tal prática, pois especificam que “todos eram moradores do José Correa”, ou que os pais “eram moradores na Bocaina”.

Há, também, batismos realizados em matrizes e capelas que não pertenciam à freguesia, mas pouco distantes dela, como é o caso dos setenta e oito batismos celebrados na matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo e dos doze batizados celebrados na capela de Lavras Novas. Excepcionalmente, também estão presentes na documentação as matrizes de São Bartolomeu e de Ouro Branco.

⁴⁷⁸ Em 1850, a capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Alemão passa a fazer parte da freguesia de Cachoeira do Campo.

De 1865 a 1889, passa a ser costumeira a supressão do nome do templo. Em sessenta registros não há nenhuma referência ao local da celebração. Em 56 é indicado no documento que o sacramento fora celebrado “nesta freguesia”. A prática segue padrão encontrado também para o núcleo urbano de Ouro Preto. Da mesma forma, consideramos possível que esses sacramentos tenham sido realizados em residências, dos pais ou padrinhos. Somente num caso, consta especificamente o local privado do batismo: em 27 de dezembro de 1841, foi batizado João, livre, filho natural de Maria Silvéria, no Oratório de Feliciano Alves Vianna.

Os livros nos trazem algumas características daquelas localidades rurais. Como já pudemos constatar em capítulos anteriores, a mão-de-obra utilizada já era predominantemente livre. Comprovamos esse fato pela parcela insignificante de batismos de escravos. Até 1872, temos o registro de 37 batismos de escravos, ou seja, 4% do total. Desses, somente um era africano. Entre os inocentes, sete eram legítimos, ou seja, quase 19% dos cativos batizados. Apesar do número irrisório, observamos grande diferença do núcleo urbano, caracterizado por índice bem menor de legitimidade entre os escravos. Somente José, batizado em 20 de dezembro de 1839 foi alforriado em pia batismal, “por doação pelo dono, que não assinou o termo, por não poder escrever”.

Entre os livres, temos 3 expostos, 1 legitimado por casamento subsequente de seus pais, 127 filhos naturais e 747 filhos legítimos. Em seis registros, não consta a legitimidade do batizando. O índice de 84,5% de legítimos entre livres é característico também de outras regiões rurais. Leonardo Viana faz estudo das listas nominativas de 1830 para o distrito de Santa Luzia, localizada na comarca do Rio das Velhas. O recenseamento provincial daquela localidade tinha uma peculiaridade: dividia os fogos em áreas urbanas, suburbanas e rurais. Assim, o autor passa a analisar as características específicas de cada uma das áreas. Ao observar a população de Santa Luzia, por estado matrimonial, o autor observa “que o percentual de solteiros e viúvos decresce progressivamente da área urbana em direção à rural”. O autor vê na presença de comportamento mais rígido a justificativa para tal procedimento, além da possibilidade de uma população mais flutuante na área urbana.⁴⁷⁹ Outro motivo seria a utilização da

⁴⁷⁹ SILVA, Leonardo Viana. *Redescoberto o espaço urbano mineiro oitocentista*: Santa Luzia, Tapera, Mercês do Pomba e Oliveira em 1831. Monografia (Bacharelado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995. p. 163-165.

mão-de-obra familiar, ou seja, os filhos, na idade produtiva, passariam a contribuir, com seu trabalho, para produção agrária da família.

4.2- A LEI DO VENTRE LIVRE E O BATISMO DE INGÊNUOS

O primeiro passo efetivo para a emancipação dos escravos no Brasil deu-se, como assinalamos, em 1871, com a Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre, como se tornou mais conhecida. Tal nome não retrata de fato aquilo que a lei previa, pois a liberdade não se realizava verdadeiramente com o nascimento do filho ou da filha da cativa. De acordo com tal lei, os donos das mães deveriam cuidar das crianças até os 8 anos de idade. No momento em que a criança atingisse essa idade, os proprietários podiam optar entre libertá-lo e receber uma indenização do Estado ou usar o trabalho dos menores (ingênuos) até que eles alcançassem a idade de 21 anos. Somente então esse jovem tornava-se completamente livre. No primeiro caso, o governo assumiria a responsabilidade sobre aquele menor.

Além disso, foi negada a essas crianças a identidade de “livre”. Foi utilizado o termo “ingênuo” para caracterizá-las, sendo, portanto, identificadas assim nos registros de batismo. Ingênuos,⁴⁸⁰ termo de origem romana, também está presente na Constituição Brasileira de 1824, a qual estabelecia que “são cidadãos brasileiros [...] os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos”.⁴⁸¹ Nossa primeira Carta Magna excluía do escravo o direito à cidadania, indicando que, mesmo tendo nascido no Brasil, estaria fora da proteção que a lei assegurava aos cidadãos, além de ter seus direitos de cidadania reduzidos. Como exemplo, citamos que os escravos não podiam pessoalmente entrar na justiça em defesa de algum direito que considerassem violado. Necessitavam que um livre lhes representasse. Foi grande o número de

⁴⁸⁰ Ingênuos: (do latim *ingenuus* – livre). O termo designa, durante toda a Alta Idade Média, os homens livres que resultam da transformação gradual dos “clientes” romanos e se inserem, portanto, entre a classe superior dos possesores (os chefes, os antigos, “patrícios”) e a classe inferior dos *servi*. Nos reinos peninsulares oriundos da Reconquista, os *ingenui*, patentes na documentação dos séculos IX a XII, representam os pequenos proprietários alodiais, os arrendatários, os trabalhadores livres, em suma, todos aqueles que, entre os chamados populares, se colocam acima dos colonos, dos libertos, dos adscritos e dos escravos (Cf.: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. vol. II, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1966).

⁴⁸¹ BARRETO, Célia de *et al.* O processo de emancipação. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo 2, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

advogados que, na segunda metade do século XIX, passaram a defender causas que beneficiassem os cativos.

A lei nº 2.040 (do Ventre Livre vinha ao encontro da política brasileira de libertação gradual da escravidão e “desencadeou um debate nacional quase sem precedentes”.⁴⁸²

Tal iniciativa governamental teve o impacto de “levar os agentes econômicos a trabalharem com a certeza do fim da escravidão, num prazo que, se não era curto, pela primeira vez podia ser mensurado”.⁴⁸³ O projeto de emancipação dos cativos, iniciado de fato em 1850, com a extinção do tráfico atlântico, juntamente com a votação da Lei de Terras, fortaleceu-se em 1871, quando o governo procurou regulamentar o trabalho do liberto, com a “obrigatoriedade de contratos longos e severas punições à ‘vadiagem’”.⁴⁸⁴ Além dessa lei, a proibição legal da separação de famílias escravas, em 1869, o reconhecimento do direito ao pecúlio para a obtenção da liberdade (1871) e a proibição do açoite (1886) “significaram golpes expressivos nos fundamentos sobre os quais se construía a dominação senhorial”.⁴⁸⁵

Como reação às mudanças ocorridas em 1871, os plantadores de café discutiam a noção de propriedade, que para eles estava sendo infringida, e reacenderam a ideia do republicanismo. O objetivo, entretanto, dessa lei, era manter a escravidão então atual, libertando a geração futura. Considerava-se que, assim, o proprietário seria protegido em curto prazo, dando-lhe condição para se preparar para o final da escravidão.

Os opositores da Lei do Ventre Livre utilizavam-se de vários argumentos: consideravam inadequada a indenização a ser paga aos “proprietários que preferissem entregar as crianças quando estas alcançassem a idade de oito anos”⁴⁸⁶ e afirmavam que a mortalidade dessas crianças aumentaria, pois “os senhores não teriam qualquer interesse em criar e educar crianças que fossem livres e seu abandono ocorreria na maior escala imaginável”.⁴⁸⁷ Os críticos da lei também temiam a revolta dos escravos

⁴⁸² CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. p. 116.

⁴⁸³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 237.

⁴⁸⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 237.

⁴⁸⁵ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 237.

⁴⁸⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. p.120.

⁴⁸⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. p. 121.

fomentada pela libertação de alguns e as consequências econômicas que daí decorreriam. Em 1882, o Barão de Prados se mostra preocupado com o aumento do número de ingênuos em sua propriedade rural próxima a Barbacena. De acordo com ele, isso ocorreria caso suas escravas sancionassem seus relacionamentos através do matrimônio. Para ele “o número de ingênuos aumentará necessariamente: novo obstáculo para o futuro”.⁴⁸⁸

Pudemos observar, para a freguesia do Ouro Preto, a presença baixíssima de escravas casadas, e também um número muito pequeno de filhos por escrava. O pensamento do barão devia ser compartilhado com outros proprietários, que também temiam ter que arcar com as despesas da criação daqueles ingênuos, sendo que não vislumbravam lucros futuros com eles. Além disso, aquele tradicional fazendeiro tinha dificuldade em imaginar que tipo de relação social se estabeleceria para aquela geração de indivíduos quando alcançassem os vinte e um anos e sua plena liberdade.

Se constatamos, para o período anterior à Lei do Ventre Livre, o respeito ao princípio de não separação dos casais escravos por ocasião de venda ou partilha determinada pelos inventários *post mortem* esse aspecto não era observado para os filhos. Afonso de Alencastro Graça Filho constata para São José do Rio das Mortes que “de 865 filhos arrolados nos inventários, cujas idades variavam de recém-nascidos até os 24 anos, 43,35% foram separados dos pais durante a partilha. No caso das mães com filhos, sem referência aos pais, 54,12% foram separadas de sua prole”.⁴⁸⁹

Essa situação mudaria com a lei. No caso da mulher obter sua liberdade, seus filhos menores de 8 anos deveriam ser-lhe entregues, exceto se ela preferisse deixá-los e o senhor aceitasse ficar com eles. No caso da alienação da escrava, seus filhos menores de 12 anos a acompanhariam e o novo senhor passaria a ter os mesmos direitos e obrigações que o antecessor.

Caso o senhor maltratasse a criança, infringindo-lhe castigos excessivos, cessaria a prestação de seu serviço antes do prazo determinado. Além disso, essa mesma lei libertou os escravos de propriedade do Estado e instituiu a libertação de um número

⁴⁸⁸ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1988. p. 282.

⁴⁸⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. v. 23, n. 37. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2006. jan./jun. 2007. p. 190.

determinado de escravos por ano, de acordo com um fundo disponibilizado para esse objetivo.

O art. 8º ordenava um registro nacional de todos os escravos, com declaração do nome, sexo, estado (matrimonial), aptidão para o trabalho e filiação de cada um deles (se fosse conhecida). A elaboração das matrículas municipais deveria ser feita a partir de 01 de abril de 1872. Conrad considera provável que muitas crianças tiveram seu registro de ingênuos falseados, pois além de um aumento significativo de registros em 1870, não foi observado nenhum logo após 28/set/1871, data da aprovação da lei. Além disso, o autor julga o número de crianças registradas como ingênuas menor que aquelas mulheres poderiam ter tido, podendo significar, além da fraude, um alto índice de mortalidade ou baixo índice de natalidade.

4.2.1- BATISMOS DE INGÊNUOS EM OURO PRETO

Em nossa pesquisa, as observações feitas por Conrad não se sustentaram. Para a elaboração desse artigo, analisamos os assentos de batismos de crianças ingênuas da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, entre o final de 1871 e março de 1888. Não acreditamos que tenha havido um falseamento dos dados desses registros, pois, além da data do batismo, consta dos documentos a data de nascimento das crianças. Não concordamos, também, com o argumento formulado por Conrad sobre o desinteresse dos proprietários na sobrevivência desses ingênuos. Entretanto, confirmamos, na pesquisa, um número muito baixo de batismos, possibilitando conclusão sobre a baixíssima taxa de natalidade ou de sobrevivência das crianças, como veremos adiante. A perspectiva de liberdade futura não foi capaz de incentivar as mães cativas a conceber e criar seus filhos com maiores cuidados. As taxas de natalidade de escravos anteriores a 1871 confirmariam como normal o pequeno número de filhos entre escravas. No entanto, infelizmente nossa base documental não contempla o batismo de escravos entre 1865 e 1872.

Compreendemos que esse período é específico no que se refere à relação dessas mulheres com seus filhos. A discussão sobre o futuro da escravidão no Brasil já se intensificara e, talvez, essa questão tenha influenciado as mulheres a, de alguma forma, evitarem ou adiarem o nascimento de suas crianças.

Sobre o registro desses ingênuos, a lei determinava no §4º do art. 8º: “Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava que por essa lei ficam livres, instituindo-se uma multa para cada caso omissso”. No §5º do mesmo artigo, definia-se que os párocos seriam obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data daquela lei, ficando também sujeito à multa no caso de omissão.

O livro de registro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, em que consta o nascimento e o batismo dessas crianças ingênuas, foi preservado e encontra-se em boas condições. A folha de abertura registra seu objetivo específico:

Este livro há de servir para assentamento dos termos de nascimentos dos filhos de mulher-escrava, que tiverem logar desde a data da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 na Freguezia de N. S. do Pilar do Ouro Preto do Município da Capital na conformidade do § 5º do art. 8º da mesma Lei. Em virtude da designação feito pelo Ilmo e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella Presidente desta Província de Minas Gerais vae todo numerado e rubricado por mim e com termo de encerramento no fim. Secretario do Governo Fernando Teixeira de Souza Mag. (sic)⁴⁹⁰

É importante a informação localizada ao lado dos dois primeiros assentos desse livro: “assento transferido do Livro de baptizados captivos fª 72 e fª 72 verso” (sic). Essa observação nos indica que, antes de tomar conhecimento da Lei 2040, o vigário Joaquim José de Sant’Anna já havia registrado estas duas crianças como escravas, e prontamente se preocupou em retificar o seu erro. Esses dois primeiros registros referem-se ao batismo de Maria, filha de Luzia, nascida em 12/out.1871 e batizada em 03/11 do mesmo ano e de Cecília, filha natural de Paula, nascida em 10 de novembro de 1871, batizada em 03 de dezembro de 1871.

Esse livro especial mostrou-se uma fonte importante para a elucidação de algumas questões sobre os últimos anos de escravidão em Ouro Preto, especificamente,

⁴⁹⁰ Banco de dados referente aos registros paroquiais da matriz do Pilar do Ouro Preto. FAFICH/UFMG/CECO/FUNDEP/FAPEMIG: microfilme volume nº 499, rolo nº 029. Transcrito por Maria José Ferro de Souza: Casa dos Contos/Centro de Estudos do Cielo do Ouro. Todos os dados subsequentes foram retirados dessa documentação.

na jurisdição da freguesia do Pilar.⁴⁹¹ Devemos considerar que os aspectos da escravidão urbana eram distintos da escravidão rural, da mesma maneira como eram diferentes os comportamentos sociais em regiões de grande desenvolvimento ou de estagnação econômica e de regiões de economia mais tradicional em oposição a regiões de fronteira, onde há um grande fluxo de pessoas. É importante que tenhamos essas considerações, pois alguns comportamentos podem ser observados localmente, enquanto outros aspectos são detectados como uma tendência mais geral na província. Em Ouro Preto, provavelmente muitas das escravas, mães dos batizados, estariam voltadas para o serviço doméstico, fato que determinaria uma relação mais próxima que a travada entre os senhores e suas escravas voltadas para o trabalho rural. É interessante a observação de que o proprietário de Luiza, José Rodrigues Lima, era oriundo da Bahia e deixou sua escrava em Ouro Preto por ela estar grávida, demonstrando cuidado por seu estado. Outras atividades comuns realizadas por escravas além do serviço doméstico (cozinheira, lavadeira e mucama), eram de fiadeira e costureira, como consta na relação de escravos pertencentes a Antônio Ribeiro de Andrade, residente na paróquia de São José do Paraopeba em 25 de julho de 1872.⁴⁹²

Cativas podiam também render lucro para seu proprietário como escravas de ganho, as chamadas quitadeiras, que pagavam, como jornal no final do dia, uma porcentagem do valor arrecadado ou ao ser alugada, como citado no jornal *A Actualidade*, Ouro Preto, 15 de março de 1879: “aluga-se uma boa escrava, que lava, *cosinha* e *engomma* com perfeição; trata-se com o abaixo *assignado* na Rua do Dr. Cláudio nº 3. Ouro Preto, 14 de março de 1879. Ass. Antônio Augusto de Oliveira.”⁴⁹³

Os assentos de batismo são assinados pelo vigário Joaquim José de Sant’Anna. Esse acompanha todo o período, pois é ele também quem encerra o livro, registrando que: “Fica encerrado este Livro de Baptismo de ingenuos em virtude da Lei 3353 de 13 de maio de 1888 que declarou extinta a escravidão no Brasil”. Como já observamos, a presença de um pároco longo é importante para que se constitua um padrão nos registros, pois sabemos que uma das dificuldades em se estudar as fontes documentais

⁴⁹¹ Como já mencionado, a cidade de Ouro Preto era dividida em duas jurisdições eclesiásticas: a freguesia ou paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e a paróquia de Antônio Dias.

⁴⁹² CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 23.

⁴⁹³ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 23.

refere-se à subjetividade determinada por aqueles que as escrevem. É importante também lembrarmos que cada tipo de fonte tem seus objetivos específicos e cada autor ou escrivão insere um componente pessoal a tais registros. A emoção causada ao se ler um documento judicial ou penal é totalmente diferente daquela que nos causa a leitura de um documento de caráter religioso. A escravidão desvendada por um tipo de documento é diversa do tipo que encontramos em outro. Por isso é fundamental a análise dos fatos por diversos ângulos, pois só assim conseguimos conhecer minimamente a maneira de viver de nossos antepassados. Devemos ter claro que estamos utilizando tal documentação para um objetivo diverso daquele para o qual ela foi pensada e utilizada, em seu tempo.

Os registros dos sacramentos eram importantes em momentos determinados da vida do fiel, como no caso da apresentação obrigatória do registro de batismo para a realização do matrimônio, ou para que o devoto fosse enterrado em solo sagrado por ocasião de sua morte até praticamente o final do século XIX. Em Ouro Preto, os cemitérios surgem incorporados aos adros das capelas e pertencentes às irmandades, mostrando que a proibição nos enterros dentro dos templos não significou a secularização da morte.

Não podemos deixar de citar também o papel desses registros paroquiais para a administração civil, pois os párocos, como funcionários públicos, deveriam encaminhar para o presidente da província, semestralmente, mapas alusivos aos assentos de batismos, casamentos e óbitos de sua freguesia.

Além disso, ao nos referirmos a uma comunidade restrita, como uma paróquia do século XIX, consideramos que o vigário conhecia seu rebanho e, por isso, às vezes registrava algumas observações que, para ele, eram naturais. Entretanto, para nós, abre-se a possibilidade de um entendimento equivocado acerca dos costumes da época.

Portanto, alguns esclarecimentos precisam ser dados:

Em dois registros, o nome do proprietário é o mesmo, mas o nome da escrava difere-se em algum aspecto. Com isso, não podemos determinar se o nome composto ou sobrenome da escrava tem o objetivo de diferenciá-la de outra do mesmo plantel com o mesmo prenome ou se são a mesma pessoa e um assento está mais completo que outro. Citamos o batismo de Izaura, filha de Constança Maria da Conceição e o de José, filho de Constança, ambas pertencentes a Antônio Rodrigues do Nascimento. O intervalo

entre os dois nascimentos é de 3 anos e 3 meses. As informações constantes no assento não são suficientes para concluirmos tratar-se ou não da mesma cativa. No caso do batismo realizado em 24 de dezembro de 1878, a mãe é Rita de Cássia Guerra, e no batismo de 24 de outubro de 1881, quase três anos depois, consta o nome de Rita, como mãe do batizando. Em ambos os casos, a proprietária é Jesuína Manoella do Carmo Guerra. Da mesma forma, não podemos confirmar a identidade única da mãe, inclusive porque o intervalo em que aparecem os registros pode nos sugerir as duas opções: serem ou não a mesma pessoa. Essas considerações são importantes para determinarmos o relativismo acerca de conclusões possíveis a partir das fontes analisadas, como por exemplo, ao determinarmos o número médio de filhos por escrava ou o tamanho dos plantéis.

Não era costumeiro o escravo ou escrava possuir nome composto ou sobrenome, mas estes aparecem algumas vezes. No caso acima descrito, a escrava apropriou-se do sobrenome da proprietária, da mesma forma que fez Maria Caetano Monteiro, escrava de Carlos Benedito Monteiro e de sua mulher Lucinda Augusta Maria do Carmo. Em outros casos, é acrescido outro nome, muitas vezes para diferenciar aquela cativa de outra com o mesmo nome, já que a variedade é muito pequena, com uma infinidade de Marias, Anas, etc. Esse é o caso de Maria Patrocínia ou Francisca Romana.

O casamento também dava oportunidade para algumas escravas adquirirem sobrenome, como Eva Maria Rozenda e Celestina da Silva. Não podemos, entretanto, generalizar essa conclusão, devido ao pequeno número de escravas casadas. Destas, uma era casada com liberto (Euzébio Soares). Outros três maridos, escravos, tinham sobrenome: Venâncio de Paula, Antônio Alves e Quintiliano Teixeira de Oliveira. Os demais (4), tinham somente um único nome.

Ao considerarmos os nomes dos padrinhos e madrinhas dos batizados, também encontramos alguns escravos com nome e sobrenome, como Marcelina Augusta da Silva, Adão Nonnato Galvão, Joaquim Bento e Claudina Soares.

Portanto, podemos considerar que ter sobrenome ocorria de forma esporádica e pontual entre os escravos, concluindo que a presença deste era fator de diferenciação e de posicionamento social para os livres, apesar de não totalmente vedado aos cativos. A maior constância de escravos com sobrenome no período pós 1872 pode nos indicar afrouxamento dos laços da escravidão.

Outro aspecto a ser esclarecido deve-se ainda à dúvida sobre a identificação da escrava em mais de um registro como sendo uma única pessoa. Como a maioria tem somente um nome, a melhor forma de considerarmos que se trata da mesma escrava em vários registros, é através da identificação do mesmo proprietário. Entretanto, esse pressuposto se perde no caso da escrava ter sido vendida. A série analisada neste trabalho é privilegiada nesse sentido. Os nomes repetem-se poucas vezes e, Ouro Preto, em fins do século XIX, não é uma cidade cuja população esteja em processo de mobilidade geográfica e econômica. Ela mantém relativa estabilidade, portanto o risco de analisarmos incorretamente os dados é mínimo. Uma exceção é o caso da escrava Sensata, que aparece em dois registros pertencendo a proprietários diferentes, o que dá margem a se pensar na possibilidade dela ter sido vendida entre o nascimento de seus dois filhos, ocorridos em 11 de janeiro de 1881 e 08 de abril de 1887 ou de tratar-se de duas pessoas.

4.2.2- A PRECOCIDADE DOS BATISMOS

Os 159 registros de batismos de ingênuos contêm dados tanto quantitativos como qualitativos, esclarecendo alguns aspectos quanto à composição social e à vida cotidiana de Ouro Preto na década de 70 e 80 do século XIX.

O primeiro aspecto que chama a atenção nesse livro especificamente é a precocidade dos batismos, ou seja, a preocupação em se batizar o inocente o mais cedo possível. Como exemplo, citamos o batizado de Vicente (pardo), filho natural de Sebastiana (preta crioula), escrava do Dr. Carlos Tomás de Magalhães Gomes e de sua mulher D. Maria Benícia de Magalhães Gomes. O batismo deu-se em 20 de abril de 1873, sendo que a criança nascera no dia 5 do mesmo mês. Foram padrinhos: Carlos Eustáquio e Maria da Paixão Magalhães. As datas acima nos mostram que Vicente foi batizado com 15 dias de nascido. Esse caso não era exceção. Era instrução das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁴⁹⁴ que o batismo ocorresse o mais breve possível, para que a criança não corresse o risco de morrer sem ele. Essa hipótese causaria um terrível dano para o destino de sua alma. A observância desse preceito nos

⁴⁹⁴ Legislação sinodal aprovada em 1707, que adapta para o Brasil os princípios do Concílio Tridentino, especificando detalhadamente a forma, o objeto e o objetivo dos sacramentos católicos, entre outras normatizações.

mostra como a Igreja Católica ainda tinha uma forte presença na sociedade do final do XIX, apesar das ideias laicas que o cientificismo e o positivismo da época estabeleciam para as sociedades. No entanto, exatamente por ser um sacramento tão valorizado, com o perigo de morte da criança, qualquer pessoa poderia ministrá-lo. Havia inclusive preocupação das *Constituições Primeiras* para que as parteiras fossem orientadas sobre a forma correta para se batizar a criança nesse caso.

Por que muitas vezes acontece perigarem as mulheres de parto, e outro-sim perigarem as crianças, antes de acabarem de sair do ventre de suas mães, mandamos as parteiras, que aparecendo a cabeça ou outra alguma parte da criança, posto que seja mão, ou pé, ou dedo, quando tal perigo houver, a batizem na parte que aparecer.⁴⁹⁵

Esse batismo, apesar de ser realizado fora do recinto da igreja e por pessoa leiga, era considerado válido perante a crença católica, mas se a criança sobrevivesse, a cerimônia deveria ser confirmada posteriormente na igreja, *sub-conditione*, pois sempre pairaria a dúvida acerca da forma conveniente que o primeiro teria sido realizado. O rito celebrado no templo, por sacerdote, seguia o ritual estabelecido, com a presença dos padrinhos e com a aplicação dos óleos sagrados na testa e peito do batizando. Nesse momento, era registrado o batismo, com a observação pertinente. Na documentação analisada, essa situação aparece por três vezes.

A possibilidade descrita acima, de a criança morrer logo ao nascer, o que não devia ser raro, implica que não temos nenhum registro sobre o número exato de inocentes que nasciam e morriam durante o parto ou logo após. Dessa maneira, o estudo sobre a taxa de natalidade ou fecundidade das mulheres no período fica comprometido, pois o registro de batismo, até o início do século XX, é o primeiro documento oficial sobre aquela pessoa.

Da mesma forma em que a legislação faz exigência sobre um livro de batismos específico para as crianças ingênuas, é determinado um livro de óbitos para o mesmo fim. No entanto, este não foi encontrado na matriz do Pilar, e os demais livros de óbitos do período não arrolam as mortes desses ingênuos.

Observamos, entretanto, a preocupação das mães e possivelmente dos proprietários para que o batismo se realizasse o mais rapidamente possível. Estes

⁴⁹⁵ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título XIII, parágrafo 44.

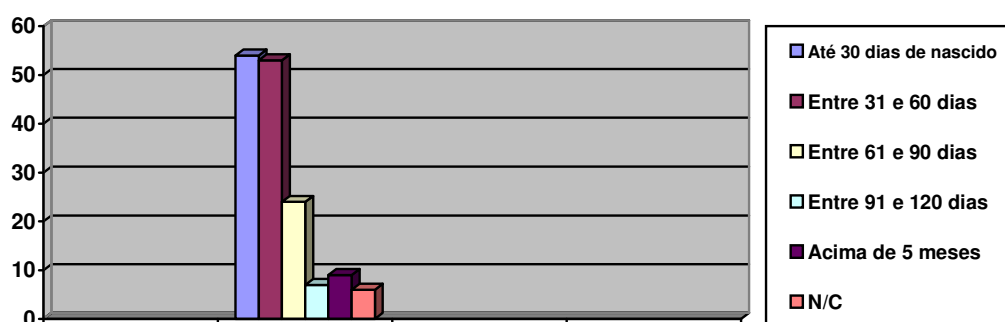
últimos podiam estar preocupados com alguma mudança na legislação e eles perderiam o trabalho daqueles ingênuos até os 21 anos, quando estes de fato passariam a gozar da situação de liberdade. Afinal, o assento de batismo também era utilizado como registro de posse do cativo.

Durante os dezesseis anos de vigor da Lei do Ventre Livre só observamos um caso, em que a proprietária da escrava Felisbina, D. Henriqueta Soares Carneiro Leão, espontaneamente libertou Horácio na pia batismal (“este inocente, embora assim livre nascesse”). A mesma “sorte” não teve Maria, também filha de Felisbina, que nasceu 3 anos depois que seu irmão, pois na ocasião, Felisbina já pertencia aos herdeiros de D. Henriqueta. O costume de libertar criança escrava em pia batismal ou um cativo mais velho, que havia acompanhado seu proprietário de forma fiel e dedicada durante muitos anos através de testamento, vem desde o século XVIII em Minas Gerais, e permaneceu minimamente já no findar do XIX, mesmo num período em que os cativos tinham seu preço valorizado a partir do final do tráfico atlântico, em 1850.

A discussão sobre o movimento abolicionista percorre toda a segunda metade do século XIX. O início do fim da escravidão no Brasil se dá em 1850, com o final do tráfico atlântico. O segundo passo decisivo foi a lei de 1871, do Ventre Livre, mas entre esses dois marcos a sociedade foi se mobilizando ao redor dessa questão. Em 1868, inicia-se forte oposição ao ministério conservador. Escritores, políticos liberais, estudantes, a população urbana informada passam a aderir à causa abolicionista. A escravidão passa a ser vista como falta de civilização, como barbárie. Em 25 de agosto de 1869 são proibidos os leilões públicos e comerciais de escravos, além da proibição da venda separada do marido e mulher ou da mãe e seu filho menor que 15 anos. Em 1870, há o final da Guerra do Paraguai e o início do processo abolicionista em Cuba e Porto Rico. Há também a proliferação de clubes emancipacionistas, o início do jornalismo antiescravista e frequentes reuniões antiescravistas. Em 1871, a própria lei que libertava os filhos das escravas, lembra-se dos africanos desembarcados no Brasil a partir de 1831, quando houve a proibição oficial da chegada de escravos da África⁴⁹⁶.

⁴⁹⁶ A Lei do Ventre Livre encontra-se mais detalhada nas páginas 212 e 213.

GRÁFICO 19: NÚMERO DE BATISMOS POR IDADE



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto – Volume 499, rolo 029.

Toda essa mobilização pode ser observada nos registros de óbitos de matriz do Pilar do Ouro Preto no período entre 1866 e 1871. Proprietários de escravos da capital mineira não esperaram a Lei Rio Branco ser promulgada para dar início à libertação dos filhos de suas escravas. Entre 06 de abril de 1866 a 03 de agosto de 1871, são 16 crianças que faleceram como livres, apesar de suas mães serem escravas. Membros da elite provincial se mostravam a partir dessa iniciativa, como cidadãos liberais e humanitários, antecipando a Lei do Ventre Livre. Entre esses proprietários identificamos, Luis José de Oliveira (major), Raimundo Nonato da Silva Athaíde (tenente-coronel), Francisco de Paula Soares Ferreira, Claudino da Costa Monteiro, João José Cardoso, José Baptista de Figueiredo (comendador), Manoel de Magalhães Gomes (coronel), Francisco Ribeiro Guimarães, Francisco Coelho de Magalhães Gomes (capitão), David Morethzson, Carlos Gabriel Andrade (tenente) e João de Oliveira Souza.

4.2.3- REFLEXÕES SOBRE A COR

A questão sobre a identificação da cor, como já tivemos oportunidade de considerarmos, é polêmica e ainda não totalmente esclarecida pelos historiadores. Hoornaert, no livro *História da Igreja no Brasil*, refere-se às confrarias mineiras:

Os documentos mineiros impressionam pela “verdade” com que falam da diversidade das raças no Brasil. [...] No segundo livro de devassas ou visitas feitas em Minas nos anos 1733-1734, conservado no arquivo de Mariana, fala-se abertamente em pardos forros, pretos escravos, pretos forros, mestiços forros, bastardos forros, crioulos

escravos, brancos (os homens), e crioulas escravas, crioulas forras, pardas escravas, pardas forras, pretas minas, mestiças forras, bastardas escravas, índias carijós, mestiças escravas (as mulheres).⁴⁹⁷

Podemos discutir a complexidade do sentido de “verdade” ao nos referirmos à identificação da cor, sabendo que esse conceito estava ligado à condição social da pessoa, podendo inclusive mudar no decorrer de sua vida.

O significado da cor durante o século XIX é eixo de pesquisa da professora Hebe Maria Mattos. O registro da cor nos assentos de casamentos é observado com mais constância na década de 30 dos oitocentos. A partir de meados do século XIX, faz-se notar a ausência da discriminação da cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. De acordo com a autora citada, o silêncio sobre a cor, que antecede o fim da escravidão, está relacionado com o significado da liberdade e com a ideologia do branqueamento da população brasileira, construída e imposta de cima para baixo.⁴⁹⁸

O Brasil da segunda metade dos oitocentos estava se consolidando como nação e para isso seu povo precisava ter uma identidade. Num país escravocrata os papéis sociais são muito bem definidos. Aos livres são permitidas a posse de propriedades, a liberdade de locomoção geográfica e a liberdade de escolher para quem trabalhar. Estes são valores perseguidos pelos ex-escravos. Também é significado de liberdade o direito de não trabalhar e o uso de sobrenomes, como vimos acima. Entretanto, no Brasil estas barreiras não eram intransponíveis. Havia a compra ou a concessão de alforrias, que dava direito ao escravo de almejar a ascensão social. Além disso, no Brasil, como já foi mencionado, a escravidão não era baseada na cor. O processo de miscigenação acontecido, desde o início da colonização portuguesa, entre colonos e indígenas, e, posteriormente, com os africanos, tornou a situação ainda mais complexa, estreitando, de certa maneira, a distância entre escravos e livres, ou pelo menos tornando mais difícil o reconhecimento imediato da condição social do sujeito. A necessidade da sociedade da época em se identificar os escravos foi responsável pelo alvará de 20 de fevereiro de

⁴⁹⁷ HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: Primeira época*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979. p. 97.

⁴⁹⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 19.

1696 que determinava a proibição das escravas usarem joias e roupas de seda em todo o Brasil, para que não fossem confundidas com senhoras livres.⁴⁹⁹

Sobre identificação da pessoa como parda, Hebe de Mattos esclarece que seu significado não está ligado somente à cor (mais clara do mestiço). A designação de ‘pardo’ era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não. Pardo, portanto, seria a designação para os negros ou mestiços livres, brancos empobrecidos e mesmo alguns cativos que logravam ampliar seu espaço de autonomia dentro do cativeiro.⁵⁰⁰ A historiadora ainda nos chama a atenção para a possibilidade de – no ambiente urbano, mais que no contexto rural –, ao escravo, tornar-se possível “viver sobre si”, ou seja, aproximar-se do mundo dos livres, um mundo que era, então, predominantemente “pardo”.⁵⁰¹

Ao analisarmos os registros dos ingênuos da freguesia do Pilar do Ouro Preto, podemos observar que o número de escravas pardas (45) realmente não se configura numa informação muito precisa, pois há o caso da escrava Gertrude, citada na ocasião do batismo de seu filho Américo como preta, no batismo de sua filha Maria em 26 de abril de 1884 como parda, e, novamente, como preta em 08 de janeiro de 1888, no registro de batismo de sua filha Ermelinda.

Ainda de acordo com o estudo de Hebe de Mattos, não se usava o termo “negro” para os nascidos livres. Os termos crioulo e preto mostravam-se claramente reservados aos escravos e forros nascidos no Brasil e o significante “preto”, até a primeira metade do século, era referido preferencialmente aos africanos.⁵⁰² A designação de ‘negro’ era mais rara e, sem dúvida, guardava um componente de preconceito racial, quando aparecia nos censos de época, (des) qualificando a população livre. “Como regra geral, nos processos analisados, ‘negro’ e ‘escravo’ eram utilizados como sinônimos”.⁵⁰³ Aos

⁴⁹⁹ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 61.

⁵⁰⁰ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 57.

⁵⁰¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio...* p. 56.

⁵⁰² CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 34.

⁵⁰³ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 56.

pardos livres era reservada a inserção social intermediária, fossem ou não mestiços. A cor limitava a mobilidade não só social, mas espacial, pois ao se distanciarem de suas comunidades, as pessoas “de cor”, mesmo que livres ou libertas, passavam a ser ameaçadas pela possibilidade de reescravização. A mobilidade espacial fazia-se preferencialmente entre áreas próximas, frequentemente mesmo entre freguesias vizinhas, o que a tornava restrita, mas não interdita aos não brancos livres, especialmente quando demograficamente deixavam de ser incomuns.⁵⁰⁴

A partir dos registros de batismos das crianças ingênuas ouro-pretanas e das considerações citadas acima, podemos avançar um pouco na reflexão iniciada nos capítulos anteriores. Primeiramente, o termo “crioulo”, apesar de caracterizar o escravo nascido no Brasil, aparece com bastante persistência no início da década de 70 do século XIX como definidor da cor da mãe da criança. A escrava Ignez (crioula) teve seu filho Antônio batizado em 24 de maio de 1874. Já em 07 de maio de 1876 Ignez consta no registro de batismo de seu filho Teófilo como preta, determinando uma equivalência de significado entre os dois vocábulos. Situação semelhante aconteceu com Eva, crioula em 02 de abril de 1876 e preta em 20 de novembro de 1878. Conclui-se que, com o decorrer do tempo, já não era considerado importante definir as escravas acima citadas por sua origem (crioula), mas por sua cor (preta). Se, para a primeira metade do século XIX, o termo “preto” designava o africano, nas décadas de 70 e 80 do oitocentos, passa a equivaler a escravo, independentemente de sua origem. Essa correspondência é identificada também nos registros de batismo dos filhos de Leocádia: em 1875, a cativa é preta. Em 1877 e em 1880, é registrada como crioula, sendo que, em 1883, volta a ser identificada como preta pelo pároco.

O termo “crioulo” vai desaparecendo dos registros de batismos das crianças ingênuas a partir de 1881, fazendo-se a distinção, a partir daí, somente entre as pardas e as pretas. Com o distanciamento temporal da proibição do tráfico atlântico e, portanto, da entrada de africanos no Brasil, deixa de ter sentido especificar a origem africana do escravo, principalmente se considerarmos que o africano aportado no Brasil, após 1831, e que conseguisse comprovar tal situação, tornara-se liberto, pela lei, em 1872. É interessante observarmos ainda que o número de pretas não decresce com o passar do

⁵⁰⁴ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 35.

tempo, ou seja, não há um branqueamento da população escrava, como se poderia pensar ao considerarmos que desde 1850 não entravam africanos no Brasil. Essa particularidade nos faz deduzir que os relacionamentos eram basicamente homogâmicos. Não podemos confirmar esse dado a partir dos registros analisados, pois o número de escravas casadas é muito pequeno para considerarmos uma tendência.

Das atas lidas, somente oito referem-se a crianças legítimas, ou seja, frutos de pais casados pelas normas da Igreja Católica. Destes, em um não consta a cor do pai, por ser liberto e nos demais a homogamia é a norma, ou seja, o casamento dava-se dentro do mesmo grupo étnico.

Nos casos em que o batizando é natural (fruto de uma relação consensual) não consta o nome do pai. No entanto, é interessante observarmos que em 49 casos consta a cor da mãe como preta e o filho como pardo. É possível que o pároco conhecesse o pai da criança e, por isso, mesmo não constando seu nome no assento, registrava sua influência pessoal na indicação da cor da criança. Além disso, devemos considerar a dificuldade de se caracterizar a cor de uma criança recém-nascida. Esse dado, registrado pelo pároco, é bem subjetivo. Principalmente se considerarmos o registro do batismo de Francisca, branca, filha natural de Carolina, parda. Para que consideremos esse dado como algo inédito e surpreendente ou como uma simples distração do pároco, precisamos compará-lo com outros estudos, ou seja, aprofundar mais a pesquisa, pois considerar o filho de uma parda como branco, principalmente em se tratando de uma escrava, contraria a ideia da época, de a cor ser determinada pela condição social. Outro registro curioso é o de 09 de janeiro de 1876, onde a mãe, parda batiza seu filho preto. Possivelmente, esse aspecto foi uma conclusão do pároco, baseado em sua observação ou no conhecimento do pai do inocente.

Para completar a análise sobre a cor nos assentos de batismos de ingênuos, são importantes algumas considerações. Consta na documentação o registro de uma escrava “preta de nação”, indicando sua naturalidade africana e duas “pretas-crioulas”, enfatizando nesses casos não só a origem como a cor dessas cativas.

O termo “cabra” aparece somente uma vez, para determinar a origem ou a cor da escrava Rozaura. (11/08/1872). Esse termo não tem significado preciso, como já tivemos oportunidade de considerar. Num anúncio sobre fuga de escravos no jornal O Liberal de Minas, Ouro Preto, 03/07/1868, o proprietário gratifica a quem encontrar o

escravo Adão, que tem os seguintes sinais: “pardo bem fechado, ou vulgarmente, cabra, boa altura,...”.⁵⁰⁵

QUADRO 28: COR DAS MÃES (1872-1887)

	72/73	74/75	76/77	78/79	80/81	82/83	84/85	86/87	Total
Parda	10	5	8	2	2	6	7	4	44
Crioula	15	8	10	5	3				41
Preta	1	5	9	3	10	9	14	9	60
Preta de Nação	1								1
Preta Crioula	1			1					2
Cabra	1								1
Não Consta	3		1		2				6
Total	32	18	28	11	17	15	21	13	155

Obs.: Não foram incluídas as mães de 2 batismos realizados em 1871 (2 crioulas) e as mães dos 2 batizando de 1888 (1 preta e 1 parda).

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto – Volume 499, rolo 029.

QUADRO 29: COR DOS BATIZANDOS (1872-1887)⁵⁰⁶

	72/73	74/75	76/77	78/79	80/81	82/83	84/85	86/87	Total
Branco			1						1
Pardo	20	10	15	6	13	10	12	9	95
Preto	11	8	11	5	4	5	9	4	57
Não consta	1		1						2
Total	32	18	28	11	17	15	21	13	155

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto – Volume 499, rolo 029.

4.2.4- ILEGITIMIDADE ENTRE ESCRAVOS, NUPCIALIDADE ENTRE LIVRES

Ainda sobre os registros de batismos das crianças ingênuas, destacamos o altíssimo número de filhos naturais das escravas. Dos 159 registros, em 4 não consta a condição de legitimidade. Em 9, as crianças são legítimas, perfazendo, portanto, um total de quase 92% de filhos naturais.

O número de filhos de cada escrava é baixíssimo, pois 84% das mulheres batizaram somente um filho durante todo o período. Somente 25 tiveram mais de um filho registrado, sendo que o número máximo de filhos (4) é de Leocádia. Esta tem um

⁵⁰⁵ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 53.

⁵⁰⁶ Não foram incluídos dois batismos de 1871 (pretos) e dois batismos realizados em 1888 (1 preto e 1 pardo).

filho natural em abril de 1875. Em setembro de 1877 nasce sua filha Eva, também natural. Em outubro de 80 ela reaparece nos registros acompanhando o batizado de seu terceiro filho, casada com Bartholomeu, crioulo. O último batismo, celebrado em 06 de janeiro de 1883, é de seu filho Joaquim, também legítimo, filho de Bartholomeu. A média do intervalo entre os nascimentos de seus filhos é de 2 anos e meio.

Entre os filhos naturais de uma mesma escrava, podemos considerar o intervalo de nascimento de seus filhos, entre 2 anos e meio e três anos, como razoável, se computarmos um período relativamente longo (entre um e dois anos) para a amamentação. Não devemos deixar de considerar o papel das escravas como amas de leite.⁵⁰⁷ Algumas escravas saem do padrão, como Sebastiana, cujo segundo filho nasceu 5 anos e três meses após o primeiro. A informação mais intrigante nesses registros refere-se ao pequeno número de filhos de cada escrava. Interpretamos que esse número tão baixo de nascimentos e de sobrevivência de crianças cativas, perfazendo uma média de 10 batismos por ano, refere-se em parte, a um período em que a discussão sobre a eventual libertação dos escravos já se mostrava presente. Entretanto, não podemos desconsiderar outras hipóteses, como a função de ama de leite das escravas citada acima. Sabemos que, apesar de não serem casadas, muitas escravas viviam concubinas em relação estável com seus parceiros. Em algumas ocasiões, esse parceiro era também escravo do mesmo domicílio. Entretanto, podemos considerar que as uniões consensuais deviam-se a uma premissa, qual seja, a existência do impedimento, se não legal, ao menos de fato, para o casamento entre escravos de proprietários diferentes.

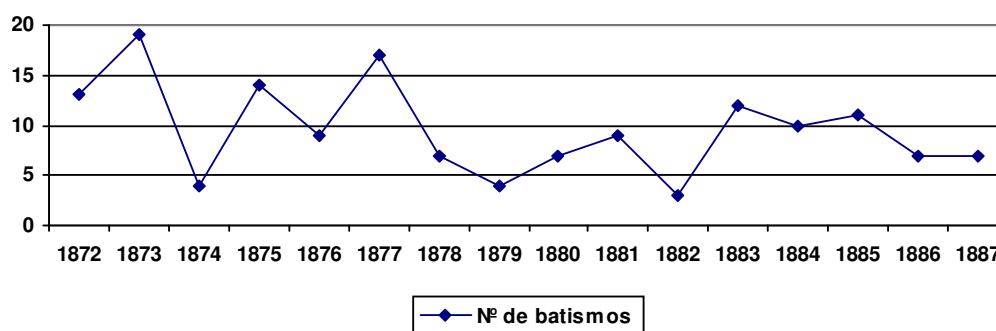
Em contraposição ao alto índice de ilegitimidade dos escravos, observamos número significativo de casados entre os livres, identificados através do registro dos senhores das escravas. Dos 159 assentos, em 92 (57,8%) aparecem casais como proprietários. Alguns se repetem, pois tanto se referem a escravas que tiveram mais de um filho, quanto à propriedade de mais de uma cativa. Esse grande número de cônjuges é característico de sociedade estável e reflete o movimento social conservador presente na segunda metade do século XIX. Do total de casais, em 61 a mulher tem pelo menos

⁵⁰⁷ Nesse levantamento, não consideramos dois partos de gêmeos.

um sobrenome do marido. Um número significativo de mulheres (30) também aparece como proprietárias, sugerindo que vivessem sozinhas ou fossem chefes de domicílio.

Além dos aspectos considerados acima, observamos tendência decrescente do número de batismos no decorrer do período, além de uma grande oscilação, como podemos observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 20: NÚMERO DE BATISMOS DE INGÊNUOS POR ANO ENTRE 1872 E 1887



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto – Volume 499, rolo 029.

Temos 2 batismos nos dois últimos meses de 1871 e também 2 para os meses iniciais de 1888. Em dois registros não consta a data da cerimônia.

A queda dos batismos, em 1874, pode ser explicada pela presença da epidemia de varíola, responsável por grande mortandade tanto de inocentes como de adultos.

Após 1877 a tendência à redução dos batismos se estabelece e as variações anuais, com exceção de 1882, tornam-se menos evidentes. Podemos buscar o motivo dessa redução no contexto político mais amplo. A partir da década de 70 as compras de cativos já não eram suficientes para substituir os que morriam e aqueles que iam sendo alforriados. A partir da ação dos políticos, clérigos, jornalistas, clubes, sociedades abolicionistas e principalmente estudantes e professores, o movimento abolicionista expande-se de modo quase espontâneo na capital da província. A resistência às ideias de libertação dos cativos fixa-se nos rincões agrários, principalmente aqueles voltados para a cultura cafeeira, ainda extremamente dependente da mão-de-obra escrava.

4.2.5- LAÇOS DE COMPADRIO E APADRINHAMENTO

O apadrinhamento determinava laço de parentesco espiritual entre os padrinhos e o batizando e seus pais, inclusive impedindo casamento entre eles. Os padrinhos tornavam-se co-responsáveis pela formação cristã do afilhado, principalmente na ausência dos pais. Tais laços, o apadrinhamento (entre o batizando e os padrinhos) e o compadrio (entre os pais do batizando e os padrinhos), ultrapassaram a esfera religiosa e espiritual no Brasil, tanto no período colonial como imperial, transformando-se numa complexa teia social, em que se relacionavam escravos, livres, libertos, brancos, pardos e negros.

Para o início do século XVIII, consideramos que havia orientação oficial para que os padrinhos de escravos adultos não fossem seus companheiros de cativeiro, pois como assinou o Conde D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, em 28 de novembro de 1719:

[...] o que me obrigou a rogar aos vigários da Vara dispusessem que os párocos nas suas freguesias fugissem de aceitar por Padrinho mais que homem branco, no que me parece se não falta ao instituto deste sacramento, porque sendo os Padrinhos para doutrinar e instruírem na Santa Fé aos afilhados, é bem notório que vindo os negros para esta conquista adultos, e ainda bárbaros, não poderão doutrina-los e ensiná-los com a ciência e zelo com que o farão os homens brancos que se criaram com o leite da Igreja [...].⁵⁰⁸

Entretanto, desde então, os padrinhos exerciam influência social sobre os afilhados, e estes buscavam neles a proteção e inserção social, pois:

É digno também de se considerar que a maior parte dos negros que se batizam tomam por seus Padrinhos outros, que nas suas terras são de mais autoridades e parente dos régulos que os governam, a quem reconhecem algum gênero de superioridade, e lhes ficam tão subordinados que não somente lhes obedecem quanto lhes é possível, muitas vezes lhes entregam os jornais de seus Senhores, sem temer o castigo que por esta causa recebem [...].⁵⁰⁹

Essa preferência cultural por padrinhos de melhor condição social aliada à orientação das autoridades políticas para que se evitassem padrinhos escravos para

⁵⁰⁸ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 41.

⁵⁰⁹ CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. p. 41.

batizando adultos, determinou que durante todo o período escravista, a maioria dos padrinhos de escravos fossem pessoas livres.

No caso abordado, do batismo de ingênuos, a situação torna-se mais complexa. No final do século XIX, a sociedade já não é totalmente compartimentada, nem o cativo tão estigmatizado, ao menos nos núcleos urbanos. Observamos um trânsito social entre todos os componentes da sociedade e os registros dos padrinhos e madrinhas de batismo nos faz confirmar tais afirmações com bastante convicção.

Naturalmente, constatamos que a grande maioria dos padrinhos é formada por livres. Entretanto, madrinha e padrinho raramente são casados entre si. Somente em 13 casos, entre os 159 registros, observamos essa situação. Em alguns casos, escravos aparecem apadrinhando as crianças ingênuas. Em 7 momentos, tanto o padrinho como a madrinha são escravos (em 4, pertencem ao mesmo proprietário, em 2, são de proprietários diferentes e em 1, não consta o nome do proprietário). Entretanto, o trânsito ou a interação social permitida no período é caracterizado pelos 13 casais de padrinhos formados por livres e escravos.

Consideramos que existe um impedimento de fato, se não de direito, para que o padrinho seja o proprietário do escravo. Mesmo nessa situação transitória, em que os ingênuos vislumbravam o futuro de liberdade, somente em um caso o proprietário da escrava torna-se padrinho de seu filho. No batismo de João, filho natural de Laudovina, realizado em 12 de agosto de 1872, os padrinhos foram o comendador Carlos José Álvares Antunes e D. Rita de Cássia Alves d'Oliveira, sendo que os proprietários de Laudovina eram o próprio comendador e seus filhos.

Em muitas ocasiões são escolhidos, para padrinho e madrinha, irmãos entre si (07), pai e filha (03), mãe e filho (02).

Outros casos interessantes referem-se à presença somente de um dos padrinhos, apesar da orientação das Constituições Primeiras determinar a presença de ambos, madrinha e padrinho. Em dois batismos, é registrado somente o nome da madrinha e em 3 batismos, consta o nome do padrinho desacompanhado.

Outras composições sociais e familiares interessantes apresentam-se na documentação como padrinhos: um casal de africanos livres ou emancipados, (Paulo Gonçalves da Silva e Roza Afonso); Braz Pires, africano liberto e sua mulher Maria Joaquina Clemência e finalmente, um batismo onde o padrinho é “acompanhado” por

Nossa Senhora das Dores, num resgate de costume religioso típico do século XVIII, onde o batizando era oferecido a “Nossa Senhora”.

Apesar de observarmos em alguns casos a nítida superioridade social dos padrinhos com relação aos batizados, identificada pelo título do padrinho como capitão, tenente ou doutor, constatamos que essa não é a regra geral, pois sabemos que a condição social de livre nem sempre determinava melhor condição econômica daquele sujeito. Muitos livres viviam em situação de penúria. Por outro lado, como já consideramos, um padrinho bem colocado socialmente podia abrir caminhos para seu afilhado, protegendo-o ou beneficiando-o, tanto social como economicamente.

De toda maneira, é muito interessante observarmos livres, libertos e cativos, brancos, pardos e negros participando lado a lado ao redor da pia batismal, num momento que, certamente, tinha importante significado tanto religioso como social para todos os envolvidos.

4.2.6- SOBRE A MORTALIDADE DAS CRIANÇAS ESCRAVAS

Infelizmente não temos o livro de registro de óbitos das crianças ingênuas. Até meados do século XIX, quando se deu a extinção do tráfico internacional, não havia por parte dos proprietários, nenhuma preocupação com a reprodução de seus cativos. Facilmente, os falecidos eram substituídos por novas peças, já na idade produtiva, sem que se incorresse no risco de gastos com a criação de crianças cativas que somente no futuro trariam retorno econômico. Nesse sentido, de maneira geral as mães não eram poupadas do trabalho em seus momentos de gravidez, nem tinham privilégios alimentares, além de também retornarem ao serviço logo após o parto e muitas vezes serem requeridas como amas de leite. Esses aspectos determinaram o grande percentual de óbitos dos recém-nascidos.

As fontes não nos levam à hipótese de que essa situação tenha se modificado a partir da década de 50, com o fim do tráfico internacional. Talvez por isso, Richard Burton tenha se surpreendido ao presenciar escravas levando seus filhos recém-batizados para receber a recompensa da fertilidade na Mina do Morro Velho. O visitante considerou o pagamento pela propagação como uma boa ideia, pois considerava que as mães não se interessariam em gerar filhos que viveriam no cativeiro. De alguma forma aquele estabelecimento tentava incentivar as escravas a conceberem, pois recebiam

benesses quando grávidas, sendo temporariamente afastadas do serviço. No entanto, ainda de acordo com a observação do inglês, assim que nascia o segundo bebê, o primeiro era negligenciado, e raramente o médico era chamado a tempo de salvar a vida daquela criança. Nos registros do hospital pertencente à mina, no primeiro semestre de 1867, nasceram 16 escravos e morreram 32.⁵¹⁰

Ao estudar a população escrava em Montes Claros, no norte de Minas entre 1810 e 1888, Tarcísio Botelho constatou que “a partir da década de 1840, a ocorrência da reprodução natural [...] contribuiu para manter a população escrava numericamente estável, pelo menos até a década de 1870”.⁵¹¹ Seria, de acordo com o autor, uma estratégia dos proprietários para a preservação e manutenção da propriedade cativa, e pode ser identificada pelo “expressivo número de nascimentos, comparado ao reduzido tamanho dos plantéis onde estavam ocorrendo”.⁵¹² A região de Montes Claros guardava algumas semelhanças com Ouro Preto, visto que sua população escrava somava 20% da população total, distribuída em pequenos plantéis.⁵¹³ Já a historiadora Maria Lúcia Teixeira estuda região bem diversa daquela. No distrito de Lages e no quarteirão de Mosquito, o percentual de cativos ultrapassava 53% da população total, e os plantéis também maiores. Essa localidade mostrava-se totalmente atípica, pois apresentava alto padrão de casamentos formais entre os escravos e famílias cativas com numerosas crianças.⁵¹⁴

⁵¹⁰ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 208-209.

⁵¹¹ TEIXEIRA, Maria Lucia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do rio das Mortes... O distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 105.

⁵¹² TEIXEIRA, Maria Lucia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do rio das Mortes...* p. 105.

⁵¹³ TEIXEIRA, Maria Lucia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do rio das Mortes...* p. 106.

⁵¹⁴ TEIXEIRA, Maria Lucia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do rio das Mortes...* p. 106.

4.3- O MATRIMÔNIO

No Brasil, desde a chegada dos primeiros portugueses, coube à Igreja a instituição do matrimônio, dentre os demais sacramentos do catolicismo.⁵¹⁵ Cabia aos clérigos a imensa tarefa de catequizar os gentios da terra, como eram chamados os índios e os escravos, vindos da África para compor a mão-de-obra básica das diversas atividades desenvolvidas desde a instalação dos engenhos de açúcar no nordeste. Cabia à Igreja também manter sob suas rédeas da moralidade os portugueses que aqui chegaram, permaneceram e participaram da colonização desse quinhão do império lusitano. Podemos considerar que o batismo triunfou em sua tarefa de inserir nos cânones cristãos, grande parte da população colonial e imperial brasileira. Nas Minas Gerais a religiosidade foi incentivada desde os primórdios da mineração, tendo se desenvolvido a partir da riqueza proporcionada pela extração aurífera. A ereção de tantos templos é indicadora da presença da Igreja representada em Minas pelas irmandades leigas, que assumiram o papel de entidades socializadoras e assistenciais.

Se o batismo teve grande alcance, contemplando boa parte da população, inclusive escrava, o casamento nunca conseguiu a adesão ampla dos habitantes do território brasileiro, por maior que fosse o empenho dos representantes da Coroa e do clero. Essa característica é evidente nas Minas do ouro do século XVIII, onde a grande maioria das pessoas vivia à revelia desse sacramento. Mesmo com o declínio da mineração e a estruturação da economia agropastoril a partir da segunda metade do século XVIII, o casamento mantém-se num patamar limitado.

Em estudo pioneiro, Maria Beatriz Nizza considerou que os impedimentos primordiais para a realização dos enlaces matrimoniais no Brasil seriam o alto custo do processo e suas dificuldades burocráticas. Os proclamas ou banhos exigiam a apresentação do registro de batismo dos nubentes e declarações das paróquias onde estes tivessem residido por mais de seis meses no decorrer de sua idade adulta. Além disso, não podiam ter uma série de impedimentos listados pela legislação eclesiástica. No entanto, pesquisas posteriores revelaram que os custos podiam ser reduzidos, com a dispensa do pagamento das taxas para noivos alegadamente pobres, assim como podiam

⁵¹⁵ CAHALI, Yussef Said. *Divórcio e separação*. Tomo 1. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994. p. 41.

ser dispensados os impedimentos com relativa facilidade. A documentação exigida para a celebração do enlace podia ser substituída por testemunhos de pessoas idôneas, que juravam conhecer os noivos e atestavam que eles eram batizados, solteiros e não tinham outro tipo de impedimento para a realização do casamento.

A baixa nupcialidade não estaria presente em todas as regiões brasileiras na mesma proporção. Algumas localidades, como Ubatuba e Santo Amaro, estudadas respectivamente por Maria Luiza Marcílio e Renato Pinto Venâncio teriam perfis diferentes de comportamento conjugal.⁵¹⁶ A região de Campos dos Goitacazes, no interior do Rio de Janeiro, estudada por Sheila de Castro Faria apresentava índice de 89,6% de legitimidade entre a população livre e forra. A autora analisa que altos índices de ilegitimidade e, portanto, número limitado de casamentos ocorreriam de modo especial em centros urbanos, portuários e mineradores, ao contrário das áreas rurais, onde o matrimônio seria mais presente.

Ronaldo Vainfas, em seu estudo sobre concubinato⁵¹⁷ nos indica que o casamento significava estabilidade, e, portanto, a instabilidade presente na vida cotidiana dos mineiros justificaria a baixa nupcialidade destes. Essa justificativa, assim como a pequena presença do elemento feminino, principalmente de mulheres brancas, são bem razoáveis para os primórdios da colonização mineira.

No entanto, observamos que ao dirigirmos nosso olhar para o período posterior àquele áureo da mineração, a realização do casamento continua sendo a opção de pequena parte dos habitantes das Minas, o que não significa, no entanto, desprestígio daquele sacramento. O enlace matrimonial era valorizado e desejado. As questões para sua dispensa eram, portanto, mais complexas, e nossa conclusão, ao estudarmos o casamento e a família mineira entre 1804 e 1839, tendo Ouro Preto como local pesquisado, nos leva a considerar que o limite da oficialização conjugal devia-se ao fato de que as uniões formais se davam basicamente entre pessoas da mesma cor e da mesma condição social. Sendo assim, não era costumeiro que as uniões interétnicas e entre pessoas de condição social diversas, fossem sancionadas pela Igreja, mesmo que estáveis e duradouras.

⁵¹⁶ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850)... p. 256.

⁵¹⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados...* especialmente o capítulo 3: Concubinato e matrimônio.

O segundo motivo era a relativa condescendência do clero frente às chamadas uniões espúrias, formadas por concubinos, vivendo coabitados ou não. Portanto, como nos alerta Rangel Cerceau, que estudou o concubinato na comarca do Rio das Velhas no século XVIII, não podemos associar a palavra concubinato às relações promíscuas ou fundamentadas em princípios devassos e pecaminosos. Muitas vezes se tratavam de “uniões conjugais costumeiras, assentadas em práticas revestidas de legitimidade social”.⁵¹⁸ Ainda de acordo com Rangel, o casamento e o concubinato eram duas formas de união que não se excluía, mas que coexistiam, tendo cada uma delas, suas bases se sustentação. Enquanto o concubinato caracterizava, basicamente, a família mestiça, o matrimônio representava a família oficial, instituída a partir dos preceitos da união entre pares, ou seja, a união se dava entre pessoas tanto da mesma condição social como da mesma etnia ou cor.

Numa análise dos registros da matriz de Nossa do Pilar do Ouro Preto para o século XVIII e início do XIX (1712-1810), os professores Douglas Libby e Tarcísio Botelho determinaram o índice de legitimidade dos batizados⁵¹⁹ tanto por condição social como por estado conjugal das mães e constataram diferença de comportamento entre elas. De acordo com os pesquisadores, a taxa média de legitimidade dos filhos de mães listadas como livres para todo o período ficou em 78,8%, taxa que se assemelhava às observadas em Portugal para o mesmo período, sobretudo na região do Minho, região de onde partiram grande parte dos emigrantes portugueses que se dirigiram para as Minas. As décadas de 1780 e 1790 apresentaram quedas no percentual de legitimidade. Coincidentemente esse período apresenta crescimento do número de expostos. Esses anos também são caracterizados por declínio das atividades mineradoras da região, determinando empobrecimento da população livre e êxodo de homens, principalmente jovens solteiros, que partiam em direção ao sertão em busca de melhores oportunidades econômicas.

⁵¹⁸ CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa do outro...* p. 43.

⁵¹⁹ Neste estudo, foram excluídos os batismos de escravos adultos e de expostos, por não se conhecer sua filiação.

A taxa de legitimidade entre os filhos das escravas era de 11,1% e entre os filhos de forras, 21,9% eram legítimos.⁵²⁰

A análise da legitimidade para reflexão acerca da incidência do matrimônio nas sociedades dos séculos passados deve ser feita com certo cuidado, pois o número médio de filhos variava tanto a propósito da condição social como do estado conjugal das mães. No mesmo estudo sobre a paróquia do Pilar do Ouro Preto, Douglas e Tarcísio identificaram esses padrões, concluindo que as mulheres solteiras tinham menos filhos, independentemente de sua condição social, da mesma forma que as escravas, tanto solteiras como casadas, “tiveram número médio de filhos mais baixo”. O estudo nos surpreende quando aponta maior média de filhos de libertas, visto que estudos anteriores apontavam para a instabilidade econômica e casamentos tardios entre os alforriados para justificarem menor número de filhos destes.

Em artigo que analisa a legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei entre 1730 e 1850, a professora Silvia Maria Jardim Brügger⁵²¹ encontra índice de legitimidade sempre superior a 67% para os filhos de mães livres. O índice permanece estável, mas há uma ligeira tendência de queda, indicando que não há relação obrigatoriamente direta entre desenvolvimento econômico e nupcialidade. Entre as mulheres forras a média foi de 36,8% de filhos legítimos e entre as escravas a taxa de legitimidade média era de 27,5%, sendo que houve uma drástica redução no índice de legitimidade entre as crianças filhas das cativas a partir de 1831.

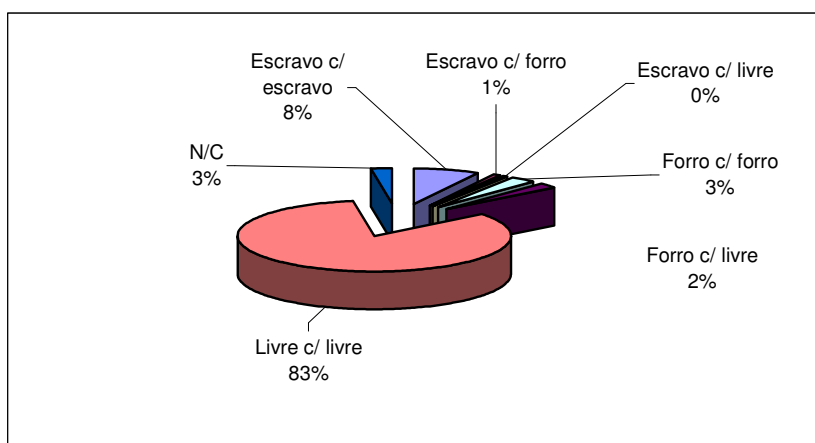
Para a freguesia do Pilar de Ouro Preto no período de 1804 a 1839 temos o seguinte quadro referente aos casamentos por condição social:⁵²²

⁵²⁰ LIBBY, Douglas Cole. BOTELO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, v. 31. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2004. p. 81.

⁵²¹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850)... p. 45.

⁵²² LOTT, Mirian Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais...* p. 83.

GRÁFICO 21: CASAMENTOS POR CONDIÇÃO SOCIAL (1804-1839)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Fato é que, se no decorrer do século XVIII na capitania das Minas, o projeto de catequese da Igreja Católica não havia conseguido estabelecer o matrimônio como valor para a grande parte da população. Esse panorama permanece na primeira metade do século XIX e ainda se mostra como ponto de preocupação do bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade. Este, em relatório enviado para a Sé romana, em 1827, descreve a capitania e revela sobre suas viagens pastorais realizadas entre 1821 e 1825. Suas palavras são de tristeza, ao revelar sobre “quantos escândalos de muitos em concubinato e, entre eles, cônjuges desregrados que se separam um do outro. Quantos matrimônios celebrados invalidamente? Quantos impedimentos para válida e licitamente se contrair o matrimônio?”⁵²³ O bispo considerou que a sagração das uniões era muitas vezes dificultada pelos impedimentos tanto de consanguinidade como de afinidade, “provenientes de cópula lícita e ilícita, em que estavam incursos em quase todos os graus, puros e mistos, nas linhas retas e colaterais”, os quais deveriam ser dispensados através de processo eclesiástico.

Dom Frei José cita a Bula publicada pelo papa Pio VI de 26 de janeiro de 1796, válida por vinte e cinco anos, e a de 04 de outubro de 1822, redigida sob o papado de Pio VII, que revalidava por mais 25 anos a faculdade dos bispos para dispensa de impedimentos matrimoniais, para justificar sua ação: “feita a confissão geral dos

⁵²³ RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro (Org.). *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. v. 3. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005. p. 149.

pecados e cumpridas outras salutares penitências, movido pela piedade, dispensei-os, sem qualquer estipêndio ou multa em dinheiro, por causa da pobreza, cujo número computa-se em mais de três mil, tanto dentro das Visitas quanto fora delas”. Considerava que assim agia com prudência e atenção, “olhando pela salvação das almas” a ele confiadas. Com isso “mantinha satisfeita e atendida a disciplina da Santa Igreja Romana”.⁵²⁴

Em outro ponto de seu relatório o bispo volta a tocar no assunto e por correspondência pede à Congregação encarregada de resolver assuntos extraordinários que lhe concedesse autoridade para dispensa do impedimento de afinidade proveniente de cópula lícita, em primeiro grau, de linha colateral a todos os diocesanos de seu bispado.

Resta-nos, portanto, analisar as razões pelas quais, a partir da segunda metade do oitocentos, o casamento vai se consolidando como um valor para os livres, enquanto os enlaces entre escravos vai diminuindo numa proporção bem mais elevada que seu declínio proporcional na população. Numa visão geral da província, o número absoluto de escravos cresce durante todo o período imperial nas Minas, mas não proporcionalmente ao número de livres.

Consideramos que o motivo pelo qual a união sacramentada pela Igreja tem alcance limitado, é a permanência do costume de pessoas de condição ou cor diferentes não se casarem. Pelo menos é o que pensa Richard Burton, ao descrever o mineiro do ponto de vista histórico:

No litoral, os colonos encontram oportunidade de casar as filhas com homens vindos do Velho Mundo, e o mais baixo dos “mendigos” de alto nascimento” era preferido aos mais ricos e mais poderosos dos nativos. No interior, todavia, o mulatismo tornou-se um mal necessário. Em consequência, mesmo nos dias de hoje, há uma estranha aversão ao casamento, que, em país tão jovem, forçosamente espanta o observador. Os homens não gostam de “casar para sempre e a humana lei latina, que facilita o reconhecimento dos filhos ilegítimos, priva o matrimônio de um atrativo especial.”⁵²⁵

⁵²⁴ RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro (Org.). *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. v. 3. p. 149-150.

⁵²⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 319.

A independência e a instauração da jovem monarquia não alteraram a relação entre o poder temporal e o espiritual. A Igreja Católica continua sendo a oficial e o decreto de 03 de novembro de 1827 manteve o matrimônio sob as orientações do Concílio de Trento por intermédio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. O poder civil servia-se da ação da Igreja para os efeitos jurídicos na sociedade temporal e aproveitava-se da estrutura paroquial para efeitos administrativos e eletivos.

No entanto, a partir das propostas liberais do segundo reinado para “modernizar” o país, o poder secular e religioso começam a divergir sobre vários aspectos, movidos pelas transformações sociais e culturais do período. A Igreja Católica romanizada reage em várias frentes. No que se refere ao presente capítulo, ela reafirma a importância do sacramento do Matrimônio e investe na melhoria da conduta moral de seu clero.

4.3.1- CARACTERÍSTICAS DO MATRIMÔNIO ENTRE 1838 E 1900

Até meados do século XIX, havia certa tolerância dos padres com relação às relações ilícitas vividas pelos devotos, principalmente se aquelas uniões não causassem escândalo, ou seja, se vivessem “como se casados fossem”. Da mesma forma, os fiéis também eram transigentes com seus pastores, desde que sua vida pessoal não prejudicasse o cumprimento de suas obrigações eclesiásticas, principalmente se dissesse respeito à administração dos sacramentos e à celebração de missas. Sua vida particular, se não fosse escandalosa e não prejudicasse suas funções eclesiásticas, não era motivo de denúncias ou devassas.⁵²⁶

Na segunda metade do século XIX, passamos a observar nos registros paroquiais ouro-pretanos, alguns indícios de mudanças. No entanto, concluímos que, somente no final do oitocentos e início do século XX, as mudanças culturais se consolidam, dando origem a uma nova mentalidade e à introdução de novos papéis sociais na família, que passaram a caracterizar a família urbana e nuclear, moldada para atender aos novos tempos modernos.

⁵²⁶ O próprio Concílio de Trento, seguindo tradição da Igreja desde o século IV-V, reconhece que o ministro, mesmo estando em pecado mortal, administrasse os sacramentos, desde que observasse “todo o essencial” à sua execução, indicando que o sacramento não depende do ministro para transmitir a graça, mas unicamente de Deus, do qual o ministro é instrumento. In: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 417.

Entre todos os desafios pelos quais passou a Igreja Católica no Brasil da segunda metade do século XIX, a implantação dos registros civis foi dos que mais gerou contestação. A primeira desvinculação entre o casamento religioso e civil deu-se com o Decreto 1.144, de 11 de setembro de 1861, com seu regulamento nº 3.069, de 17 de abril de 1863, que regulou o casamento entre pessoas de seitas dissidentes, celebrado em harmonia com as prescrições da respectiva religião. Essa medida foi necessária para contemplar os colonos europeus que passaram a chegar ao país em 1808, muitos de países da Europa setentrional, em especial ingleses, postulantes das religiões protestantes. Em Minas Gerais, os ingleses já estavam presentes em 1826, com investimentos no campo da mineração, através de companhias mineradoras como a St. John d'El Rey, que explorou a Mina de Morro Velho,⁵²⁷ e a Imperial Brazilian Mining Association, administradora da Mina do Gongo Soco, onde construiu um cemitério para protestantes (esse assunto será revisitado no capítulo sobre óbitos).

Até então, a única possibilidade de um acatólico, basicamente protestante, normatizar sua relação conjugal no Brasil era através da religião católica: Edward William Jacobson Lott, nascido na cidade de Exeter, na Inglaterra, em 1812, veio para o Brasil em 1830, e se instalou na cidade do Serro como um dos diretores da Companhia Candonga. Em 1832, deu início a novo empreendimento na cidade mineira de Guanhões (fazenda do Candonga). Lá, além da extração de ouro, montou fábrica de ferro no sistema catalão e edificou a sede da fazenda em 1834.

Em 1848, o inglês retornou ao Serro, onde se casou com D. Maria Tereza Felisberto Caldeira Brant, ele com 36 anos e ela com 16 anos. Para que a família dos Caldeira Brant consentisse nesse consórcio o noivo teve que assinar dois juramentos: 1º - que a prole advinda daquele consórcio fosse educada na crença Católica Apostólica Romana; 2º que havia sido batizado na crença Anglicana. Para tanto, foi utilizado seu testemunho: “tanto é verdade que me lembro dos nomes dos meus padrinhos” e declinou os respectivos nomes.⁵²⁸ O batismo protestante era aceito pela Igreja Católica como meio de inserção daquele sujeito na cristandade.

⁵²⁷ Sobre a presença do capital inglês financiando a extração mineral em Minas Gerais, no século XIX, ver: LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*. O caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

⁵²⁸ Relato escrito por descendentes da família. Sem referência.

Num outro exemplo, temos o casamento de D. Luiza Jane Joutten, natural de Congonhas do Sabará com o Dr. Archias Euripedes da Rocha Medrado, em 24 de junho de 1880. O enlace foi celebrado na freguesia do Pilar na medida em que “foi dispensado a 20 de maio do corrente ano o impedimento de *Mistae Communio* por ser a contraente de origem inglesa e filha de pais protestantes”. A dispensa por sua vez se deu sob a “condição de não obstar a contraente que seu marido cumpra os deveres de sua religião e de educar nesta seus filhos e a seu turno o contraente a de empregar todos os meios a seu alcance para alcançar a conversão de sua consorte ao Catolicismo”.

Portanto, as tentativas que visavam a plena secularização do casamento, “o que, aliás, transparece nos projetos da codificação civil”,⁵²⁹ inserem-se na discussão mais ampla das mudanças relativas à segunda metade do século XIX. Estas objetivavam retirar da Igreja Católica o monopólio sobre a organização social e por isso incidiram pesadamente nos sacramentos, tanto de batismos, como nos casamentos e óbitos. No entanto, como se tratavam de mudanças na estrutura religiosa e cultural, precisaram de todo o decorrer do oitocentos para se implantarem.

Richard Burton nos esclarece que, na década de 60 do XIX, o casamento civil já era permitido por lei, um grande progresso em comparação com certos atos “nebulosos”, realizados por nossos irmãos hispano-argentinos, que, nos últimos meses, se amotinaram contra a inovação. Ainda de acordo com o inglês, os casamentos entre brasileiros e estrangeiros, porém, “precisam ficar livres de certos obstáculos, como o da obrigatoriedade da cerimônia ser realizada pelo credo de Roma. Quando a Igreja cede, o Estado não pode ficar atrás. Algum dia, o cidadão imigrante será admitido a exercer os mais altos cargos do governo do qual voluntariamente se tornou súdito; atualmente, ele pode ser senador, mas não deputado”.

As mudanças foram plenamente implementadas com o respaldo do novo regime político, pois somente com a proclamação da República foi instituído obrigatoriamente o casamento civil, através do decreto 181, de 24 de janeiro de 1890. De acordo com Henrique Cabral, “o primeiro que, sob esse regime, teve lugar foi realizado em 28 de

⁵²⁹ Cf. CAHALI, Yussef Said. *Divórcio e separação*.

junho daquele ano. Os nubentes eram Francisco de Assis Oliveira e Francisca Batista”.⁵³⁰

Tal lei, entretanto, “manteve-se fiel aos postulados do Direito Canônico, preservando a indissolubilidade do vínculo matrimonial”.⁵³¹ A possibilidade de separação do casal também se mantém na acepção canônica, mantidas as causas que o já o autorizavam: adultério, sevícia ou injúria grave, além do abandono voluntário do domicílio conjugal por dois anos contínuos, e mútuo consentimento dos cônjuges, se fossem casados há mais de dois anos.⁵³² “Talvez por ter se mantido de acordo com os princípios católicos, a lei não tenha despertado curiosidade”.

O casamento é um ato complexo. É sacramento, contrato, instituição, além de ter a natureza de um acordo de vontades, ou seja, consensual. As Constituições Primeiras dão destaque a esse princípio. Para que o matrimônio se constitua é imprescindível a anuência explícita dos noivos, ou como diz o próprio documento, seu mútuo consentimento.⁵³³

Para Lucy Mair, citada na obra *Responsabilidade Civil no Direito de Família*, de Inácio de Carvalho Neto, a importância primordial no casamento é a paternidade. São homens, diz a autora, “que dão seus nomes, sua situação social – na medida que esta seja hereditária – aos filhos da mulher com a qual hajam celebrado um contrato”.⁵³⁴

Nesse sentido observamos para o século XIX documentação onde pais legitimam seus filhos, assumindo-os perante a sociedade e a Igreja, muitas vezes a partir de casamento subsequente ao nascimento dos filhos. Se a paternidade era assumida por meio dos testamentos, a legitimação se dá através da instituição da família sacralizada pelo casamento. Com a filiação declarada, o filho ou filha inseria-se de uma forma mais definida na sociedade, visto que as legitimações se davam por pessoas de condição econômica e social estáveis, além de abrandarem questões de consciência, num momento em que a moralidade evidenciava-se e os valores familiares se intensificavam.

⁵³⁰ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 292.

⁵³¹ Cf. CAHALI, Yussef Said. *Divórcio e separação*.

⁵³² CAHALI, Yussef Said. *Divórcio e separação*. p. 42.

⁵³³ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título 68, parágrafo 287.

⁵³⁴ CARVALHO NETO, Inácio de. *Responsabilidade civil no direito de família*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 98.

No entanto, nem sempre o reconhecimento ou a legitimação dos filhos se dava de forma tranquila. Deparamo-nos com o seguinte documento, registrado em livro de batismo da matriz do Pilar, que sugere dúvida e arrependimento quanto à veracidade da filiação da criança.

Maria Inocente

Em virtude da ordem do Reverendo Senhor Vigário Geral do Bispado [...] fica sem efeito a filiação declarada a folha 41 verso deste mesmo Livro, acrescentando, que Representando João Alves d' Almeida França, que no acto da assinatura desta filiação se achava muito trahido, e Iludido, e que por isso requeria, que se declarasse a dita filiação sem efeito, obteve o despacho seguinte = Na forma que requerer. Marianna 20 de Junho de 1856. Paula. [Epa][...]ntar depois do juramento da parte, fis esta declaração para evitar duvidas para o futuro. Ouro Preto 23 de Junho de 18[56] O Vigário Em[...] Joaquim José de Sant' Anna. João Alves d' Almeida Franca

Como Testemunha João Nepomuceno de Paula Pinto

Como Testemunha Ma[...] Soares do Carmo

Numa sociedade preocupada com os matrimônios regulados por normas religiosas mais rígidas, a função de investigação da Igreja com relação aos possíveis impedimentos complicava-se devido à presença de grande número de ilegítimos, muitos sendo filhos de pais desconhecidos. O bispado preocupava-se com possíveis vínculos de parentesco entre dois jovens que decidiam se casar. Na documentação paroquial essa preocupação é visível através de observações como “houve dispensa competente da autoridade do suposto impedimento de consangüinidade”. Essa observação, citada no registro do casamento entre Pocidônia Francisca Tertuliana e João Francisco de Souza, era procedente, visto que a noiva era filha natural. Outros casais tiveram dispensados os impedimentos de “consangüinidade que se diz haver” entre ambos, ou então foram dispensados *ad cautelam*, ou seja, de forma preventiva, por suposta consanguinidade entre eles.

Do ponto de vista da religião católica, podemos considerar a procriação e a educação dos filhos na fé como finalidade primária do casamento. Entretanto, esse não é seu único objetivo. O matrimônio evidencia-se como fundamental também para o regramento sexual. O casamento torna-se o lugar das relações sexuais disciplinadas, baseadas na fidelidade dos cônjuges e na indissolubilidade da união. Tanto que

observamos a presença de casamentos de viúvos, cuja idade já não os permitia pensar em filhos.

Considerando-se a questão a partir do ponto de vista civil, destacamos que o casamento tem como objetivos gerais prezar pela estabilidade do sistema das relações sociais e a manutenção do *status quo* patrimonial. A legitimidade ou legitimação e a educação dos filhos é vista como forma de imprimir efeitos jurídicos a certas situações de fato.⁵³⁵

Além dos aspectos relacionados acima, consideramos a importância do casamento como representativo de respeitabilidade social, que se evidencia de forma crescente no decorrer do século XIX, quando o sacramento vai se consolidando como valor para livres e pessoas de destaque socioeconômico da capital da província de Minas Gerais. A escolha das testemunhas também nos mostra como as núpcias são momentos de sociabilidade e de se dar visibilidade às relações sociais. Alguns membros da sociedade ouro-pretana se destacam como testemunhas em diversos casamentos, como por exemplo o advogado Marçal José dos Santos, identificado na lista nominativa de 1838 como solteiro, branco e juiz de direito. O Dr. Marçal testemunha o maior número de casamentos: de 08 de abril de 1839 a 16 de dezembro de 1882, esse juiz testemunhou 30 celebrações. Em algumas cerimônias, foi acompanhado por sua mulher, D. Joanna Perpetua de Oliveira Santos. Em 1867, o Dr. Marçal é apontado por Richard Burton como presidente da filial ouro-pretana do Banco do Brasil.⁵³⁶ Como membro prestigioso da sociedade ouro-pretana, o Dr. Marçal testemunhou, juntamente com o conselheiro Herculano Ferreira Pena, presidente da província, o casamento do engenheiro Henrique Dumont com D. Francisca de Paula Santos, futuros pais de Alberto Santos Dumont, em 06 de setembro de 1856.

Já conhecemos o perfil demográfico e social de Ouro Preto e podemos creditar o alto grau de solteirismo a seu perfil urbano. Além disso, pudemos caracterizar a constituição populacional da paróquia do Pilar de Ouro Preto, em 1838, como sendo majoritariamente constituída por livres (73,5%) e maior proporção de mulheres. Entre

⁵³⁵ CARVALHO NETO, Inácio de. *Responsabilidade civil no direito de família*. p. 99. Nessa passagem, o autor cita FACHIN, Luiz Edson. *Elementos críticos do direito de família*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 108.

⁵³⁶ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 301.

os livres, 71,36% eram solteiros e 23% casados. O percentual de solteirismo se intensifica ainda mais entre os cativos, com 95,8% solteiros. Entre os forros, o índice se aproxima dos livres, pois 77,3% são solteiros e 14,5% são casados.⁵³⁷

Para meados do século XIX temos o mapa dos casamentos que tiveram lugar em 141 paróquias da província entre junho de 1850 e julho de 1851.⁵³⁸ De um total de 10.342 celebrações, 8.152 (78,8%) foram entre livres, e 2.190 (21,17%) entre escravos. A tônica dominante é o casamento entre pessoas de mesma cor e mesma condição social. As exceções foram as seguintes: quinze homens brancos não se casaram com mulheres brancas. Dentre esses, quatorze casaram-se com mulheres pardas e um casou-se com mulher preta, embora todas de condição livre. Quarenta mulheres pretas livres se casaram com escravos (7 pardos e 33 pretos). As exceções somam pouco mais que 0,5%, fração insignificante, se não fosse pela brecha que nos é apresentada sobre a possibilidade, mesmo que mínima, das núpcias interétnicas e entre indivíduos de condição social diferente.

Observamos em estudo anterior, quase a totalidade das uniões sancionadas pela Igreja se realizando entre indivíduos da mesma cor e mesma condição social. Constatamos também que o matrimônio não era opção da elite branca provincial. Os casamentos majoritários se deram entre pardos livres, seguidos pelos brancos e com grande representação dos pretos também livres. Já entre os escravos o número era bem menor. No início do período, acompanhava a proporção dos cativos no montante da população mineira. Com o decorrer dos anos, as núpcias entre escravos vão diminuindo de forma ainda mais acentuada, característica que veremos adiante.

Ao observarmos o mapa de casamentos da província, ainda constatamos que grande parte dos noivos uniu-se entre 20 e 29 anos, seguidos de perto por aqueles entre 15 e 19 anos. Nesta última faixa de idade, os escravos aparecem casando-se mais que os livres, o que em nossa opinião, é surpreendente. Enquanto cerca de 30% dos brancos e 28% dos pardos e pretos livres uniram-se entre 15 e 19 anos, 33,37% dos escravos celebraram as núpcias em tenra idade. Não havia necessidade entre os últimos de estruturação econômica para a constituição do novo lar. Os casamentos precoces entre

⁵³⁷ Ver Capítulo II.

⁵³⁸ Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/456/000028.html>>.

os cativos podem ainda nos indicar incentivo à maior natalidade entre estes, após o final do tráfico internacional. Essa pode não ter sido estratégia utilizada largamente, mas pode ser apontada em estudos específicos acerca de localidades mineiras.

O comportamento dos nubentes livres é bem parecido, independentemente da cor. Se 40,5% dos brancos casaram-se entre os 20 e 29 anos, 40,4% dos pretos e pardos livres também o fizeram nessa faixa etária.

Já, em 1872, temos perfil diverso para a capital mineira. Os homens passam a ser majoritários, tanto os livres como cativos, sendo que a maior diferença é encontrada entre os brancos, onde temos 6% de homens a mais que mulheres da mesma cor. De acordo com o Censo Imperial, 33,7% dos livres eram casados ou viúvos. Percentual bem maior que os 23% de casados, em 1838.

Se o número de celebrações de casamentos crescia entre os livres, entre os cativos a situação era inversa. Enquanto, em 1838, o percentual de escravos solteiros chegava a 91,4%, em 1872, os solteiros perfaziam 93,3% do total da população escrava, ou seja, há decréscimo no percentual de casamentos entre cativos.

Se considerarmos a população total, podemos comparar o comportamento dos casamentos nos períodos dos três recenseamentos. Em 1838, 20,6% dos habitantes da freguesia do Pilar eram casados. Em 1872, a porcentagem subia para 25,3%. Em 1890, o primeiro censo republicano já nos informava que dos 11.166 habitantes, 3.498 ou 31,3% foram ao menos uma vez casados:

- Casados: 2.972 (26,6%)
- Viúvos: 498 (4,5%)
- Divorciados: 28 (0,2%)

O perfil dos casados estava assim distribuído:

- Brancos casados: 1.366 (26%) do total de brancos
- Pretos casados: 338 (21,5%)
- Caboclos casados: 122 (29,7%)
- Mestiços casados: 1.146 (29%)

Podemos concluir a partir dos dados acima, que a família normatizada pelo casamento ia se tornando lentamente, a opção de maior número de ouro-pretanos. Além disso, permanece válida a observação de que a celebração das núpcias não era

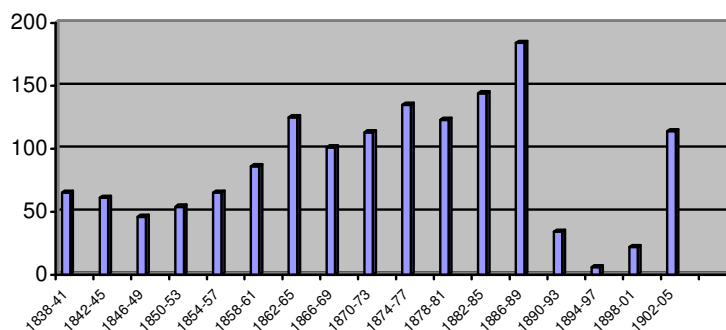
prerrogativa da elite social, visto que os mestiços e caboclos casavam-se mais que os brancos.

4.3.2- OS REGISTROS PAROQUIAIS DE CASAMENTOS

Os registros de casamentos constituem-se na série mais constante de nossa pesquisa. Por representarem cerimônia marcada com antecedência e maiores cuidados, não sofreram interferência tão drástica nos momentos de substituições de párocos nem das épocas de epidemia. A abolição da escravidão foi o único momento claramente visualizado através dos livros de assentos da paróquia do Pilar, com aumento expressivo dos enlaces no ano de 1888, principalmente nos meses subsequentes à Lei Áurea.

Para o estudo dos casamentos celebrados na paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto entre 1838 e 1890, temos três livros de registros. O primeiro cobre do momento inicial de nossa pesquisa até o início de 1865. Os outros dois dão sequência aos assentos, sendo que o livro 6 termina em 1881, e o livro 7 contempla as celebrações realizadas até 01 de outubro de 1890.

GRÁFICO 22: CASAMENTOS POR ANO (1838-1905)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Infelizmente, não foi possível encontrarmos o livro paroquial onde estariam registrados os matrimônios celebrados na década de 90 do século XIX. A análise desses dez anos seria fundamental para compreendermos o comportamento da população ouro-pretana frente à obrigatoriedade dos registros civis e à separação entre o Estado e a Igreja. No entanto, já apresentamos a posição oficial da Igreja Romana, frontalmente contra o casamento civil. Portanto, consideramos possível que o casamento religioso tenha permanecido como ritual importante, tanto no aspecto espiritual como social. Embora tratando do início do século XX, citamos como exemplo as bodas de Maria do Carmo de Castro Queiroz, nascida em Ouro Preto aos 28 dias de julho de 1892. O casamento com seu primo João de Castro Queiroz realizou-se no dia 29 de abril de 1916, em sua residência, à rua Espírito Santo, em Belo Horizonte, para onde houvera se mudado com seus pais em 1900. “A cerimônia religiosa foi oficializada pelo pe. João Batista, da Igreja São José, sendo padrinhos da noiva, seus avós maternos, Levindo Ferreira Lopes e Luíza Guerra Lopes; do civil, Cícero Ferreira Lopes e Abigail da Silva Lopes, seus tios”.⁵³⁹

A importância do ritual católico não se restringia à elite econômica e social ouro-pretana. Como podemos observar no gráfico acima, há grande aumento do número de casamentos celebrados em 1888, principalmente nos meses posteriores à Lei Áurea. Esse aspecto será melhor analisado posteriormente, mas podemos adiantar que os escravos, livres do jugo da escravidão, incorporaram os valores já caros para os livres, e trataram de regularizar sua união conjugal, mesmo antes da obrigatoriedade do registro civil. Fizeram como Luiz Gonçalves Santiago, livre e Antônia, escrava, em 1880. Os noivos se uniram em matrimônio em 31 de agosto daquele ano, na ermida da Fazenda da Conceição, distrito da cidade de São Domingos do Prata. No entanto, se preocuparam também em registrar sua união no Cartório Civil, em 27 de setembro de 1880.⁵⁴⁰

Cada um dos livros tem características específicas, que muito nos dizem das preocupações de sua época, e por isso, decidimos dar tratamento distinto a cada um.

⁵³⁹ CASTRO, Ruth de. *Nossas raízes...* p. 26.

⁵⁴⁰ SANTIAGO, Frei Thiago. *A escrava Totonha: minha avó*. Belo Horizonte: Santa Edwirges, 1995. p. 18-20.

Além disso, buscamos traçar um perfil comparativo, para acompanharmos as transformações culturais no decorrer do período.

4.3.3- CASAMENTOS POR CONDIÇÃO SOCIAL

Permanece por todo o período estudado, o princípio de que o casamento se realizava entre pares, principalmente no que se refere à condição social. O registro da cor dos noivos é recorrente entre os anos de 1838 e 1843, retornando parcialmente em 1849. A partir daí, torna-se praticamente ausente, com registros excepcionais, quando os noivos são identificados como crioulos, cabras ou pardos, indicando-nos que a referência à cor relacionava-se com a proximidade da escravidão. Em alguns assentos, consta que os noivos são “crioulos livres”, numa maneira de marcar o incomum. Da mesma forma, os contraentes são identificados quando não trazem a mesma cor. Em 1838, temos casamento entre noivo branco e noiva parda; em 1873, temos casamento entre o noivo crioulo e noiva cabra. Já em 24 de janeiro de 1874, o noivo crioulo se casa com uma parda. Os casamentos entre desiguais são, em todo o período, em número de seis. Os demais são todos entre iguais. O casamento se dava, preferencialmente, entre pardos, somando 21 celebrações, enquanto, entre brancos, totalizaram dez. Os crioulos vêm a seguir, com seis casamentos. Temos dois registros de casamentos entre pretos, mas estes vinham identificados por sua origem africana, e não pela cor.



FIGURA 12: Foto de Maria Assumpção Miranda e Genesco Veloso, por ocasião de seu casamento, celebrado em Montes Claros, em 1920.

A análise por condição social se mostra mais completa, devido ao registro mais acurado. Numa análise por períodos de dez anos, observamos que a união matrimonial era a forma de organização familiar fundamentalmente dos livres. Os casamentos permanecem sendo realizados entre pessoas de mesma condição social. As exceções são mínimas, como no caso do soldado de Guarnição nas Minas, João Ferreira, natural da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Morro Vermelho, em Caeté. O militar casou-se com Rita Pacífica, libertada pela finada Joana Angélica da Purificação, em 26 de novembro de 1861.

Outro aspecto que nos chama a atenção nos estudos das fontes é a maior importância que os africanos davam ao casamento. No caso dos africanos livres, a situação é diferente, pois havia uma preocupação da administração para que estes se unissem matrimonialmente.

QUADRO 30: CASAMENTOS POR CONDIÇÃO SOCIAL (1838-1897)

Período	Livre com livre	Forro com forro	Escravo com escravo	Não consta	Total de casamentos no período
1838 a 1847	136	01	03	05	145
1848 a 1857	132	-	02	11	146
1858 a 1867	248	03	09	07	267
1868 a 1877	286	01	03	-	296
1878 a 1887	315	04	06	12	342
1888 a 1897	155	-	-	-	155

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Obs: Do total de casamentos, foram excluídos 11 celebrações realizadas entre pessoas de condição social diferentes.

Esclarecemos que, no quadro acima, consideramos como casamentos entre livres àqueles onde não constava a condição social de nenhum dos contraentes. Foram desconsiderados os registros onde constava a condição social de somente um dos nubentes, e também foram excluídos da análise acima, 11 celebrações realizadas entre pessoas de condição social diferentes.

Observamos que, a partir de 1868, aumenta o número de uniões entre pessoas de condição social diferentes, apesar de continuarem minoritárias. Para o período entre 1858 e 1867, temos somente um casamento entre forro com livre. Já entre 1868 e 1877, três noivas livres se casaram com forros, duas livres se casaram com africanos

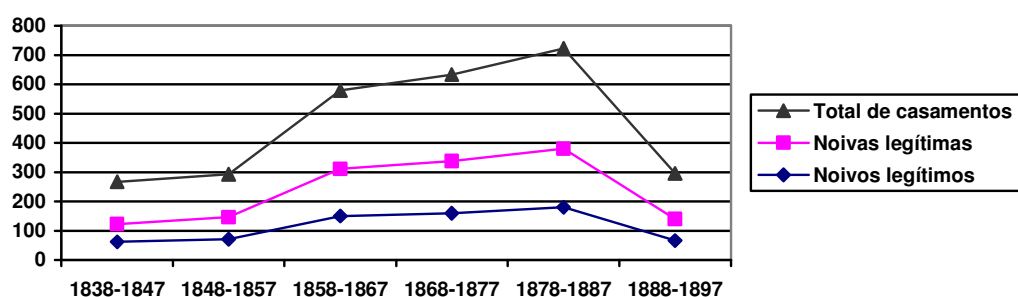
emancipados e uma forra uniu-se a um livre. No período de 1878 a 1887, três noivas livres se casaram com escravos, sendo que houve um casamento entre noiva forra e noivo escravo. Mesmo que de forma bem subliminar, os vínculos da escravidão vão se tornando mais frágeis, flexibilizando algumas práticas. Uma delas é o casamento entre escravos de proprietários diferentes. De 1874 a 1882, temos 4 registros onde os noivos não eram companheiros do mesmo cativo.

4.3.4- A CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS NUBENTES

A condição de legitimidade é a informação mais presente nos assentos paroquiais do Pilar do Ouro Preto. Poucos são os registros onde não consta essa referência.

Como podemos observar no gráfico abaixo, a condição de legitimidade toma forte curva ascendente a partir de 1848, em comparação com o total de casamentos. A elevação no número de casamentos se dá de forma mais intensa nos períodos de 1858 a 1867 (com destaque para o ano de 1864), e de 1878 a 1887, acompanhada de forma ainda mais intensa pelo aumento dos noivos legítimos. Com isso, podemos considerar que, já a partir da segunda metade do século XIX, as orientações da Igreja Católica Ultramontana passam a ser mais consideradas. Observamos maior número de noivas legítimas em comparação com os noivos, em todos os períodos, exceto entre 1838 e 1847. Podemos supor que havia maior preocupação com a condição de legitimidade das moças, ou ainda que rapazes, filhos de mulheres solteiras, vindos de outras localidades, buscassem no matrimônio, forma de se inserirem na sociedade ouropretana.

GRÁFICO 23: CASAMENTOS POR CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE (1838-1897)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

O último período analisado no gráfico representa praticamente os anos de 1888 a 1890, pois a partir desse ano, praticamente não temos registros. Em 1888, ao mesmo tempo em que observamos aumento expressivo no número total de casamentos, constatamos diminuição do percentual de legitimidade dos noivos. Enquanto tivemos em 1887, 62,7% das noivas legítimas, no ano de 1888, o percentual de noivas legítimas passa a ser de 51%. Consideramos que o menor percentual de noivos legítimos é decorrente dos casamentos dos ex-escravos, que, livres das amarras do cativeiro, assumem a prática dos livres, regularizando sua situação conjugal, não somente pela via legal do registro civil, mas sacramentando sua união perante Deus e a Igreja.

Ao estudar o catolicismo e o casamento civil na cidade de Goiás, entre 1860 e 1920, Maria da Conceição Silva constatou acréscimo no número de casamentos a partir de 1868,⁵⁴¹ ou seja, num período posterior ao observado na documentação de Ouro Preto. A historiadora goiana registrou o expressivo acréscimo dos casamentos celebrados nos anos de 1888 e 1889, fato também destacado em nossa pesquisa.

Como não possuímos praticamente nenhum registro para a última década do século XIX, nos servimos novamente do artigo publicado por Maria da Conceição Silva. Na cidade de Goiás, após aumento expressivo de casamentos no biênio de 1888 e 1889, quando foram registradas 162 núpcias, o número volta ao patamar do início da década de 80. A autora não tem assentos referentes aos anos de 1896 e 1897, e registra ligeiro declínio nos seis anos seguintes. Seus assentos registram forte retomada, a partir

⁵⁴¹ SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 46. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003. p. 131.

de 1908, demonstrando que a proclamação da República e a instituição do casamento civil não foram suficientes para determinar o desprestígio dos sacramentos católicos.⁵⁴²

4.3.5- A IDADE DOS NOIVOS

A idade aparece regularmente entre os anos de 1838 e 1843 e de 1849 a 1850. A partir desse ano a informação desaparece, retornando em 1884, e permanecendo até a celebração de 15 de fevereiro de 1890.

Entre 1838 e 1843, temos 71 celebrações, nas quais constam a idade de ambos os noivos. Destes, a média de idade da noiva, com exceção de duas viúvas, é de 23,1 anos, e dos noivos, 30 anos, excetuando os 5 viúvos presentes na documentação.

QUADRO 31: NOIVOS POR IDADE (DE 1838 A 1865)

Idade	De 14 a 19	De 20 a 25	De 26 a 31	De 32 a 37	De 38 a 43	44 ou mais
Noiva	24	26	10	5	2	2
Noivo	4	16	24	11	6	10

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

A idade mínima das noivas é de 14 anos e a máxima é de 52. As duas viúvas tinham 26 e 50 anos cada uma ao celebrarem suas segundas núpcias. O noivo mais velho, João José Pereira, viúvo, tinha 71 anos ao se casar com Rosa Gonçalves Chaves, de 52 anos em 29 de maio de 1841. Ambos eram pardos e viviam de suas agências. O noivo mais novo tinha 19 anos.

Em 62 celebrações onde consta a idade dos nubentes, o noivo era mais velho que a noiva. Em somente 5 enlacs, a noiva era mais velha, e em 4 os noivos tinham a mesma idade. De maneira geral, as idades mantêm certa proporção, ou seja, noivos mais jovens casam-se com moças também mais jovens. A maior diferença de idade entre os contraentes foi de 29 anos. O noivo era tenente coronel, natural de Baependi. Tinha 46 anos quando se uniu a Antonia Rosa de São José com 17 anos em 09 de dezembro de 1842.

A indicação da cor dos contraentes é bem frequente nos anos iniciais da pesquisa (1838-1839). Já foi considerado anteriormente que os registros bem completos

⁵⁴² SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás... p. 130.

encontrados para os anos de 1836 a 1842 referem-se a determinações provinciais, preocupadas em traçar o perfil demográfico e social de Minas Gerais. Dos 21 assentos onde consta a cor dos noivos, temos: 5 casamentos entre brancos, 14 entre pardos, um entre pretos e um entre crioulos. Somente uma cerimônia não seguiu o costume, pois temos um casamento entre noivo branco e noiva parda.

Entre os anos de 1838 e 1845 temos também a referência à ocupação do noivo e, às vezes, da noiva, e da patente militar do contraente. O termo *vive de sua agência* acompanha 33 noivos. Temos também os termos: *vive de seu negócio*, *vive de seu trabalho* e *vive de soldo*. Constatamos a presença de noivos exercendo profissões liberais eminentemente urbanas, como sapateiro, barbeiro, relojoeiro, empregado público, alfaiate, negociante, marceneiro e advogado.

Encontramos referências à presença de filhos anteriores à realização do matrimônio, que eram então legitimados. É indicativo de que o casal tinha uma vida em comum anterior ao casamento, observações do tipo: “vivem de sua agência”, denotando participação de ambos em determinado negócio.

Em todo o período, temos a presença de número significativo de noivos forasteiros. Eles vêm tanto de cidades próximas a Ouro Preto, como de outras províncias, ou mesmo de outros países. As localidades próximas eram as cidades de Mariana, Cachoeira do Campo, e arraiais como Antônio Pereira. Demos destaque à cidade do Rio de Janeiro, pois observamos intenso contato entre as duas capitais. O fato de ser sede do governo provincial e centro comercial determinava contato estreito com a província vizinha. Richard Burton nos descreve sua viagem entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, em 1867:

Ao sair do Rio de Janeiro pega-se um vapor e leva-se um dia até o desembarcadouro de Mauá, sendo a próxima etapa da viagem por trem. O restante da viagem se deu por carruagem. De Petrópolis a Juiz de Fora foram 9 horas de viagem e mais nove até Barbacena. Levou uma semana na travessia via Petrópolis e Barbacena. No total, o percurso até Ouro Preto se deu em cerca de uma semana.⁵⁴³

Dos noivos procedentes de outras províncias, destacam-se os baianos. Das cidade mineiras vieram rapazes principalmente de Diamantina e São João del Rei,

⁵⁴³ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 35.

apesar de a capital mineira receber jovens das mais diversas localidades. Algumas noivas também eram originárias de outras freguesias, mas em número bem mais limitado.

De 1838 a 1865 tivemos 117 noivos originários de outras regiões. Das mais diversas localidades mineiras vieram 49. De outras províncias vieram 21 jovens, sendo que somente do Rio de Janeiro vieram 7 noivos. Das localidades próximas vieram 14. Temos a presença de 17 portugueses, e outros 4 noivos vieram de outros países. Temos ainda a presença de 5 noivos africanos. Já as noivas forasteiras somaram 52. Além do número reduzido, vinham preferencialmente de locais mais próximos, pois 13 vieram de localidades próximas, e 29 vieram de localidades mineiras. Somente duas noivas vieram do Rio de Janeiro, 4 de outras províncias e uma de Portugal. Três noivas eram originárias da África.

Os registros de 1865 a 1881 já têm outras peculiaridades. Não consta a idade dos noivos, e a cor aparece pontualmente, como necessidade de identificação àquelas pessoas especificamente ou quando o casamento guardava alguma originalidade. Temos, portanto, seis referências ao noivo crioulo e sete à noiva crioula. Em dois casos, consta os noivos serem crioulos livres. Há destaque para os noivos de cor diferentes, como no caso de casamento entre noivo crioulo e noiva cabra, ou entre noivo crioulo e noiva parda.

Já quase não aparecem ocupações ou profissões dos noivos, mas somente patentes militares. Temos a relação de 11 doutores e 4 bacharéis. Todas as outras indicações são de cargos militares, com destaque para os 36 soldados. As patentes inferiores são a maioria, pois basicamente os noivos eram jovens, e portanto, estavam iniciando sua carreira militar.

Os noivos oriundos de outras paragens continuam presentes na documentação. Entre 1865 e 1881, vieram de outras localidades mineiras 91 noivos e 34 noivas. As moças continuam vindo de locais mais próximos, pois 46 noivas vieram das cidades e arraiais vizinhos de Ouro Preto, enquanto somente 30 rapazes vieram de localidades próximas. Destacam-se também os 25 noivos portugueses e os 25 jovens procedentes de outras províncias. Temos o registro de 24 noivos africanos e 8 noivas nascidas naquele continente. Do Rio de Janeiro, vieram 7 noivos e 3 noivas.

Devemos destacar outra característica presente nos registros a partir de 1865. Trata-se da presença marcante da terceira testemunha à celebração do matrimônio. Conforme decreta o Sagrado Concílio Tridentino, para que o matrimônio tenha valor, é necessária a presença do pároco ou outro sacerdote “de licença sua ou do Ordinário” e deve ser realizado em presença de duas ou três testemunhas.⁵⁴⁴ No entanto, a presença da terceira testemunha de uma forma mais constante foi observada somente a partir de 1863. Esse aspecto nos indica uma ampliação das relações sociais e a cerimônia das núpcias como forma de externalizar esses vínculos de amizade e reciprocidade social. Além disso, os casais passam a ter maior visibilidade social, pois se, até então, as duas testemunhas eram masculinas, a partir da década de 60 muitas vezes a terceira testemunha é presença feminina e esposa de uma das duas testemunhas minimamente obrigatórias.

No período entre 1838 e 1865, com somente 4 exceções, todas as 93 terceiras testemunhas femininas eram designadas como *donas*, e em 81 celebrações, eram mulheres da primeira ou da segunda testemunha. Em 215 outras celebrações, a terceira testemunha era masculina, denotando expansão das relações sociais.

No livro número 7, que contempla enlaces de 1882 a setembro de 1890, a referência à idade dos noivos retorna a partir de 1884. A média de idade dos noivos diminui ligeiramente, se comparada ao período anterior, de 1838 a 1842. As noivas passaram a ter, em média, 23 anos e os noivos, 29,5 anos.

No entanto, se a média de idade permanece praticamente a mesma, observamos algumas mudanças no comportamento dos contraentes:

QUADRO 32: NOIVOS POR IDADE (DE 1884 A 1890)

Idade	De 14 a 19	De 20 a 25	De 26 a 31	De 32 a 37	De 38 a 43	44 ou mais
Noiva	86	76	28	8	14	7
Noivo	11	93	59	20	18	21

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Tanto as noivas como os noivos passam a se casar mais cedo. No entanto, observamos também maior número de casamentos de pessoas maduras. A noiva mais

⁵⁴⁴ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título 68, parágrafo 293.

nova tinha 14 anos, e as duas mais velhas tinham 55 anos cada. O noivo mais velho tinha 70 anos e o mais novo, tinha somente 18 anos. Além disso, a disparidade de idades também aparece com mais destaque. Os casamentos nos quais o noivo era pelo menos vinte anos mais velho que a noiva tornam-se mais comuns, diferentemente dos períodos estudados até então.⁵⁴⁵

Outro aspecto muda no período entre 1882 e 1890. Se, até então, praticamente todos os noivos eram mais velhos que as noivas, observamos, para a década de 80, número expressivo de noivas mais velhas que seus consortes. Em 195 celebrações, o noivo era mais velho, e em 36, a noiva tinha maior idade. Aspectos práticos e econômicos levavam jovens forasteiros a se unirem a mulheres mais maduras, talvez com seu negócio estabelecido. Da mesma forma, mulheres, às vezes viúvas, buscavam noivos mais novos para auxiliar-lhes nos negócios deixados pelo falecido marido. Podemos nos perguntar se seria esse o caso do casamento celebrado em 04 de outubro de 1884, entre Antônio José Neto, de 24 anos, filho natural, oriundo de Itaverava, e D. Emilia Maria da Silva Campos, viúva do Coronel José Egydio da Silva Campos, com 40 anos. O casamento, celebrado na capela do Carmo, teve como testemunhas, pessoas de destacada posição social.

A presença da terceira testemunha continua presente na documentação do período, sendo que os homens, perfazendo 93, permanecem majoritários. As mulheres somam 38, mas não são todas *donas*. A presença da terceira testemunha torna-se bem comum, e talvez por isso, os casamentos da elite passam a contar com uma quarta testemunha. Esta está presente em somente 14 celebrações, e são nitidamente enlaces entre famílias de destaque social.

As profissões são relacionadas em poucos assentos, mas surgem, além dos 9 doutores e de algumas patentes militares, as profissões acadêmicas e urbanas, como engenheiros de Minas, o diretor da Escola de Minas, professor da escola de música, estudante, médico e telegrafista.

O número tanto de noivos como de noivas vindos de outras regiões aumenta. As razões vão do maior dinamismo da cidade, sede ainda da administração provincial e do Regimento Militar ao estabelecimento de instituições educacionais de renome nacional.

⁵⁴⁵ Sobre os manuais portugueses e as orientações sobre o bem-casar, ver: LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano...* p. 104-108.

Não podemos desconsiderar a melhor qualidade e segurança das estradas e dos transportes. A inauguração do ramal ferroviário de Ouro Preto em 22 de dezembro de 1887⁵⁴⁶ aproxima a capital mineira da Corte e de outras localidades, assegurando viagens mais rápidas.

Nos 9 anos finais de nossa pesquisa, identificamos o casamento de noivos vindos do Rio de Janeiro (11), de Portugal (17), de outras províncias (25), outras localidades mineiras (110), outros países (10) e de localidades próximas (16), além de 8 africanos. Também as mulheres circularam mais na década de 80 do século XIX, além de viajarem por maiores distâncias. Encontramos na documentação noivas vindas do Rio de Janeiro (4), de outros países (5), de outras províncias (9), de localidades próximas (24) e de outras localidades mineiras (89).

Para o recém chegado, o casamento é a forma de se inserir na sociedade local, e o pároco facilitava a consumação dessas uniões dentro dos cânones católicos, inclusive com dispensas relativas à documentação necessária a ser apresentada através das Justificações, processos abertos a partir de testemunhos idôneos que comprovavam o recebimento do batismo e da ausência de casamento anterior por parte do forasteiro.

Observamos a grande presença de noivos militares nos registros de casamentos. Um dos motivos foi destacado acima. Vinham de outras localidades e o enlace matrimonial era uma forma de criar raízes, constituir redes sociais. Outro motivo nos é esclarecido por trecho de uma correspondência trocada entre o vice-presidente da província e o coronel chefe da 1ª região do Município de Barbacena em 05 de abril de 1835, onde é recomendado: “que nos destacamentos onde houver de prestar à requisição do mesmo Juiz de Direito, empregue com preferência aqueles guardas a quem for menos pesado o serviço por fazerem menos falta às suas casas e famílias” .⁵⁴⁷

Portanto, os solteiros se encaixavam melhor no perfil delimitado para os soldados convocados. Afastar um chefe de família causava muito mais transtorno que jovens descompromissados.

Consideramos a possibilidade de alguns jovens, filhos naturais, terem buscado na carreira militar estabilidade e segurança, além da oportunidade de tentarem vida nova

⁵⁴⁶ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 117.

⁵⁴⁷ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais...* p. 115.

em outras regiões. Por desconhecerem a identidade de seu pai, ou pela impossibilidade de aproximação, os filhos naturais não tinham a oportunidade de, como os filhos legítimos, permanecerem junto a seus pais auxiliando-os em seu negócio, ou mesmo, substituindo-os como herdeiro. A grande presença em Ouro Preto, de filhos naturais, sendo militares ou não, vindos de outras paragens, é suficiente para levantarmos essa hipótese, inclusive, considerando a partir dessa referência, que os párocos e os próprios paroquianos passavam a não ver mais com naturalidade esses filhos de relações concubinárias, muitas vezes adúlteras, forçando-os a se estabelecer em outras paragens, distantes daquelas de seu nascimento.

4.3.6- CASAMENTOS DE CONSCIÊNCIA

Ao analisarmos os casamentos a partir de 1838 observamos que esse sacramento cumpria um papel social de extrema relevância, além de seu papel religioso. Percorrer todos os passos definidos pela doutrina católica significava ser batizado, ter seu batismo confirmado através da crisma, receber a penitência e a eucaristia, e casar-se para criar seus filhos sob a graça de Deus e com a ajuda dos padrinhos, que se tornavam parte da família espiritual daqueles devotos. Sua fé era fortalecida com a possibilidade do sacramento da penitência, responsável por reaproximar o pecador arrependido do corpo da Igreja, e da Eucaristia. Na hora da morte, o fiel deveria também receber a extrema-unção e somente assim, estaria preparado para a jornada em direção à Jerusalém celeste.⁵⁴⁸

Somente com a consagração de sua união com Rita de Cássia, Riginaldo pôde contemplar todos os seus deveres como bom católico e ficar em paz com a sua consciência, além de referendar perante a sociedade os direitos de sua companheira e de seu filho

Ao primeiro de agosto de mil oitocentos e cinquenta e um nesta cidade de Ouro Preto em casa de Riginaldo Leandro Rabello, tendo ele sido chamado para confessa-lo 'in articulo mortis' fui informado de que o

⁵⁴⁸ De acordo com a doutrina católica, a vida na terra equivaleria à Jerusalém padecente, o purgatório era a Jerusalém penitente, onde a alma do devoto teria oportunidade de se purificar pelo fogo. A Jerusalém celeste seria o estado de graça e felicidade eterna alcançada após o pagamento dos pecados.

mesmo tinha em casa uma muher com quem tinha um filho e não tinha pessoa de confiança que o tractasse neste caso não podendo o mesmo receber os sacramentos da Santa Igreja conforme determinou a Constituição Eclesiástica, persuadi que se casasse com a dita senhora que tinha em casa de nome Rita de Cássia Theresa de Jesus ao que o mesmo anuiu duas vezes com a cabeça em signal affirmativo pelo que seguindo a opinião dos Aucttores Theologicos (Montes e Grusin) os recebi em Matrimônio antes de proclamar aos ditos Riginaldo Leandro Rabello e Rita de Cássia Theresa de Jesus, sendo testemunhas deste acto os senhores Capitão Antonio Xavier da Silva, Florindo da Silva Brandão, Luiz Roiz Jardim, José Gonçalves, e Tertulianna mulher do referido Luiz Roiz de que faço este assento e assigno
o reverendo vigário Joaquim Ferreira da Rocha⁵⁴⁹

Sílvia Brüggner estuda livro onde estão registrados esses “casamentos de consciência”, para casais tidos como casados publicamente, inclusive batizando seus filhos como legítimos. No final de suas vidas prevalecia os preceitos de temor do pecado e a preocupação com o destino de suas almas. A concepção do “bem morrer”⁵⁵⁰ permanece até finais dos oitocentos, como podemos confirmar pelo casamento de Maria das Dores Firmina da Piedade e Fernando Maria da Silva Leal em 09 de junho de 1882, quando “o noivo encontrava-se em *articulo mortis*”. Este, há meses residente nessa freguesia, preocupava-se em deixar sua mulher em situação de instabilidade social. Temos também o enlace entre Felisberta Casemira e Francisco Pires de Magalhães. O noivo tinha 40 anos e a noiva, 50, sendo que no registro constam duas observações: foi “dispensado o impedimento suposto de afinidade ilícita” entre eles e o noivo se achava em *articulo mortis*. A enfermidade do noivo foi fator decisivo para que o matrimônio se realizasse apesar do impedimento declarado, demonstrando grande preocupação tanto da Igreja como dos fiéis com a salvação da alma.

4.3.7- O CASAMENTO E SEU PAPEL DE LEGITIMAÇÃO DOS FILHOS

Durante o século XVIII e primeira metade do século XIX observamos na capitania das Minas Gerais o testamento como meio para reconhecimento da paternidade, muitas vezes de filhos adulterinos ou fruto de relações entre senhores e escravas. Havia também naquela época a aceitação social das relações consensuais,

⁵⁴⁹ Volume 509, Rolo 105.

⁵⁵⁰ A concepção do “bem morrer”, própria da cultura barroca, e presente nos oitocentos mineiros, será mais detalhada quando tratarmos dos óbitos.

concubinárias ou não, que geravam um grande número de filhos naturais. Apesar de o casal não ter nenhum impedimento para a realização do matrimônio, estas uniões não se oficializavam, tanto por motivo de serem entre pessoas de condição social ou cor diferentes ou mesmo por não constituírem o perfil de estabilidade econômica desejável para a constituição familiar plena. Essa questão tem sido abordada por historiadores da família colonial como Luciano Figueiredo em *Barrocas Famílias* e Ronaldo Vainfas em *Trópico dos Pecados*. Cabe a esse trabalho refletir como essa dinâmica familiar se constitui no decorrer do século XIX, quando a sociedade ouro-pretana vai se estabilizando.

Nos registros de casamentos da segunda metade do século XIX aparecem informações sobre legitimação de filhos naturais a partir do casamento dos pais, realizado posteriormente ao nascimento daqueles. Esse nos parece ser um papel novo que o sacramento do matrimônio adquire a partir da segunda metade do oitocentos mineiro. A composição social de Ouro Preto já não é tão fluida como nos primeiros anos da mineração e nem se caracteriza pela grande instabilidade econômica e geográfica, quando aventureiros iam em busca de lavras mineratórias. Além disso, nunca é demais relembrar o papel da cidade como capital da província, com a presença de seu corpo burocrático administrativo. O casamento é caminho para a inserção e respeitabilidade social.

Inicialmente o casamento servia para formar a família dentro dos preceitos católicos que determinavam a lealdade e fidelidade dos cônjuges por toda a vida. Os filhos nascidos dessa união eram filhos legítimos, com todos os seus direitos assegurados. A importância dada à legitimidade dos filhos pode ser constatada através das legitimações possibilitadas pelo casamento dos pais, subsequente ao nascimento de seus filhos. Em 06 de fevereiro de 1864, casou-se D. Basília de Paula Pereira com João Rodrigues da Silva Junior. A noiva era filha legítima por matrimônio subsequente de seus pais Francisco de Paula Pereira e D. Anna Luiza de Jesus. O reconhecimento da paternidade muitas vezes acontecia somente na hora da morte do pai, através dos testamentos. A legitimação, entretanto, se dava exclusivamente pelo casamento dos pais. Em 04/03/1858 encontramos o registro do casamento de Emilia Augusta Moretzohn, filha legitimada de David Moretzohn e Maria Carolina de Almeida. Em 30 de junho de 1863 casa-se D. Guilhermina Moretzohn, outra filha legitimada e

reconhecida. A legitimação dessas duas jovens se deu com o “contrato matrimonial” de seus pais David Moretzohn e D. Maria Carolina Almeida. Esse consórcio encontra-se no livro suplementar e data de 10 de setembro de 1848. O matrimônio se realizou após a dispensa pelo impedimento de disparidade de culto e “sob a condição deste não impedir o [...] da Religião Católica Apostólica Romana à sua consorte e de na mesma Religião educar seus filhos”. Não tendo sido feito esse assento em tempo competente, por ordem do Exmo. Sr. Bispo Diocesano D. Antônio Ferreira Viçoso, o fez aos vinte dias do mês de maio de 1856. Assinam o documento o vigário Joaquim José de Sant’Anna e as testemunhas Marçal José dos Santos e Bartholomeu Paulo Álvares da Costa.

Richard Burton, em sua visita a Ouro Preto, em 1867, conheceu o Sr. David Morethzsohn. De acordo com ele, o alemão foi condômino das terras onde agora se encontra a mina de Morro Velho, e era, naquela ocasião, “delegado do consulado francês do Rio de Janeiro”.⁵⁵¹

No mesmo livro de registros encontramos o batismo dos quatro filhos de D. Maria Carolina e de David Moretzohn. Em 16 de julho de 1839 Rozalina, nascida em 16 de julho de 1838 foi batizada como filha natural de Maria Carolina de Almeida. Em 30 de julho de 1840, David, nascido em 09 de dezembro de 1839 foi batizado também como filho natural. Em 03 de abril de 1843, nascia Guilhermina, a noiva citada acima, também batizada como filha natural. Somente Maria, nascida em 24 de junho de 1847, e batizada aos 24 dias de junho de 1848, foi registrada como filha legítima de D. Maria Carolina e David Moretzohn. Neste último registro, consta o nome do pai e, unicamente dessa vez, a mãe das crianças teve o título de “dona” antecedendo seu nome. É interessante notar, entretanto, que o batismo de Maria, a filha caçula, foi anterior ao registro de casamento de seus pais, mas já foram considerados “casados” pelo pároco. A situação dos três filhos mais velhos foi regularizada por uma observação no canto da página do livro de batismos dando-os como filhos legítimos de David Moretzohn “por matrimônio subsequente”. Podemos supor, portanto que David Moretzohn e Maria Carolina já viviam concubinais há muitos anos. No entanto, a projeção social do casal e o casamento de suas filhas, possivelmente com rapazes também de destaque social passou a causar constrangimento público, fato que convenceu o bispo a autorizar o

⁵⁵¹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 294.

enlace, apesar desse ter sido assentado no livro paroquial somente oito anos após sua celebração.

Para compreendermos a complexidade da questão, observemos o assento do casamento de Basília Rodrigues do Espírito Santo, com Elisiário João de Souza, em 07 de fevereiro de 1865. Para que o matrimônio se realizasse, os noivos foram “dispensados competentemente do impedimento de afinidade ilícita em primeiro grau de linha transversal igual”. Além disso, consta no registro que o noivo era filho legitimado. O século XVIII mineiro e a primeira metade do século XIX produziram um grande número de registros de filhos naturais, com a paternidade incógnita. É possível que, muitas vezes, apesar de não constar o seu nome no assento, a identidade do pai era publicamente conhecida. Outras vezes, entretanto, foi necessário o desvendamento da paternidade através da legitimação, para que o novo casal não incorresse no impedimento de parentesco consanguíneo, legal ou espiritual ao contrair matrimônio. A preocupação com a legitimação dos filhos naturais através de casamento subsequente nos revela também que o grande número de relações ilícitas já não era aceita com tanta naturalidade como no período anterior.

Não constatamos em nenhum momento alguma referência à virgindade da noiva. Nem sequer nos processos de banhos haverá referência a este quesito, pois trata-se de uma questão moral, não canônica; ou seja: é de foro interno, não de foro externo como o casamento. No entanto, os documentos nos dão indícios de certa resistência do pároco à aceitação de casais concubinos e seus filhos naturais. O vigário, como representante da sociedade daquela época, passa a mencionar, em alguns registros de batismos de filhos naturais, a condição de casada da mãe, denunciando assim tal irregularidade. Como exemplo, citamos o batismo celebrado em 06 de maio de 1900. José era filho natural de “mãe separada procedente de Piranga”.

4.3.8- CASAMENTOS CONSANGUÍNEOS

O assento citado acima nos remete a outro ponto de destaque das núpcias no período observado: o grande número de casamentos entre parentes. De acordo com as Constituições Primeiras, entre os impedimentos dirimentes do matrimônio consta o da Cognação: “é esta de três maneiras, natural, espiritual, e legal”. Natural, se os contraentes são parentes por consanguinidade até o quarto grau. O parentesco espiritual

é o laço que se contrai no sacramento do batismo, entre o que batiza e o batizado, e seu pai e mãe, ou seja, os padrinhos, afilhados e compadres tornam-se parentes espirituais aos olhos da legislação católica e, portanto passam a ter impedimento para casarem entre si. Da mesma maneira acontece a partir do sacramento da Confirmação. O parentesco legal é aquele que provém da adoção e se contrai entre o perfilhante, e o perfilhado, e os filhos do mesmo, que perfilha, enquanto estão debaixo do mesmo poder, ou dura a perfilhação. E bem assim entre a mulher do adotado e adotante, e entre a mulher do adotante e o adotado.⁵⁵²

Apesar de a legislação eclesiástica ser extremamente rígida no que se refere aos impedimentos por parentesco consanguíneo ou espiritual dos noivos, observamos a flexibilização na prática com as “dispensas” dadas competentemente pelo Tribunal Eclesiástico, ou, em alguns casos, pelo próprio pároco.

No relatório enviado ao papa, em 1827, o bispo Dom Frei José considera os diversos impedimentos como fatores para o grande número de concubinados existentes na província. Defende, assim, a dispensa dos impedimentos, necessários para que os matrimônios fossem válida e licitamente contraídos, exatamente para aproximar os fiéis da vida religiosa.

Vários, contudo, com a ajuda da graça de Deus, voltaram a uma melhor conduta de vida; outros, no entanto, desejosos de contrair uniões ou de revalidar as nulas, não podiam consegui-lo a não ser que, com o recurso da dispensa, se desembaraçassem de impedimentos tanto de consangüinidade como de afinidade, proveniente de cópula lícita e ilícita, em que estavam incursos em quase todos os graus, puros ou mistos, nas linhas retas e colaterais.

O bispo justificava o grande número de dispensas pelas bulas “*Magnam profecto curam*” publicada pelo papa Pio VI em 06 de janeiro de 1796 “com validade para o período de vinte e cinco anos, obtida por instância da Rainha Fidelíssima” e a “*Benignitas Sedis Apostolicae*” de 04 de outubro de 1822, prorrogando por outros vinte e cinco anos a possibilidade das dispensas “sem qualquer estipêndio ou multa em dinheiro, por causa da pobreza, cujo número computa-se em mais de três mil, tanto dentro das Visitas quanto fora delas”. As dispensas eram, na visão do bispo, necessárias

⁵⁵² CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Título 67, parágrafo 285.

para a “salvação das almas a mim confiadas”, além de visar “manter satisfeita e atendida a disciplina da Santa Igreja Romana.”⁵⁵³

São três as possibilidades para a ocorrência de numerosos casamentos entre parentes. A primeira é característica de vilas ou arraiais pequenos e relativamente isolados, onde os laços familiares se ampliam, e por serem todos “meio parentes”, diminui o leque de escolhas para os futuros contraentes. Este, definitivamente, não era o caso de Ouro Preto. O fato de ser capital da província determinava grande chegada de novos servidores públicos, que vinham com suas famílias, diversificando o número de jovens disponíveis. O outro fato que nos leva a excluir a possibilidade acima é a presença, na capital, de regimento militar. A chegada constante de soldados também diversificava o “mercado” matrimonial. Por fim, Ouro Preto sempre teve grande destaque no comércio, e por isso era uma cidade que recebia tropeiros, mascates, além de se localizar em região de trânsito para outras áreas da província. Chegavam também jovens que vinham para complementar seus estudos nas renomadas instituições educacionais da capital provincial.

O costume dos casamentos realizarem-se entre pessoas de mesma condição social e mesmo entre noivos de mesma cor era outro aspecto que limitava as possibilidades de escolha dos cônjuges, determinando grande número de casamentos endogâmicos. Por fim, consideramos que entre pessoas de condição social elevada, o casamento de filhos não deixava de fortalecer relações de interesse político, econômico e social. Apesar de mais comum no meio rural, onde as famílias lançavam mão das uniões matrimoniais para manter ou ampliar suas propriedades, esse aspecto também é observado no meio urbano. Como exemplo, citamos o grande número de casamentos entre filhos de militares ou filha de militar com noivo militar.⁵⁵⁴

Já sabemos que para a realização do matrimônio, era necessário que se corresse os proclamas, ou seja, era aberto um processo para que se comprovasse a ausência de impedimento que tornasse nula aquela união. Vários eram os impedimentos, mas a professora Sheila de Castro nos chama a atenção para a facilidade com que eram dispensados. É essa realidade que observamos, pois temos vários assentos em que as

⁵⁵³ RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro (Org.). *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. v. 3. p. 149-150.

⁵⁵⁴ Sobre os casamentos no meio militar, ver: LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano...* p. 129-134.

bodas se realizaram tendo sido “dispensados competentemente os impedimentos”. Estes se referem basicamente aos diversos graus e formas de parentesco, e observamos nos documentos que, às vezes as famílias estavam tão entrelaçadas que se torna difícil identificarmos a que tipo de parentesco o pároco se referia. Constatamos também que mesmo casamentos entre parentes próximos eram autorizados mediante dispensa, como o de Maria Cândida de Jesus e Manoel José Dias, que por serem primos, foram dispensados os impedimentos de consanguinidade em segundo grau (31/07/1856).

O *Catecismo romano* nos ensina que os impedimentos de parentesco podem ser de cinco tipos:

a) de consanguinidade ou natural, que é o vínculo de sangue comum que une aos que descendem de mesmo tronco próximo por geração. A consanguinidade em linha reta anula o matrimônio em todos os graus. (ex.: pais, filhos, avós, netos,...). Em linha colateral (tios e primos) é nulo até o terceiro grau inclusive (primos em segundo grau).

b) de afinidade: afinidade é o vínculo legal que existe entre o cônjuge e os consanguíneos do outro. Em linha reta, a afinidade dirime o matrimônio em todos os graus. Em linha colateral torna-se impedimento até o segundo grau, este inclusive.

c) de pública honestidade: este se assemelha ao de afinidade. Supõe um matrimônio anterior inválido, seja ou não consumado; ou um estado de concubinato público e notório semelhante à vida conjugal. Esse impedimento dirime o matrimônio em primeiro e segundo grau de linha reta entre o varão e os consanguíneos da mulher e vice-versa.

d) de parentesco espiritual: é o impedimento que se origina, por disposição da Igreja, da administração do batismo ou da confirmação (crisma). Invalida o casamento entre o batizado e o batizante, ou seja, entre afilhados e padrinhos.

e) de parentesco legal: é o impedimento que se origina da adoção legal. Esse impedimento está sujeito à lei de cada país, podendo ser impediante ou dirimente, variando também o grau abrangido.⁵⁵⁵

Outros impedimentos também eram passíveis de serem considerados, após dispensa competente, como é o caso da diferença de religiões entre os cônjuges, como já

⁵⁵⁵ HERNANDES, Pedro Martin (Tradução, introdução e notas). *Catecismo romano*: Capítulo VII, El Matrimônio, item IX Recepção do sacramento, b) Impedimentos matrimoniais.

vimos anteriormente. De acordo com a advogada Ana Elizabeth,⁵⁵⁶ os parentescos consanguíneos podem ser em linha reta ou colateral. A “linha vem a ser a vinculação de alguém a um tronco ancestral comum”. Portanto, são parentes em linha reta as pessoas que estão ligadas por um vínculo de ascendência e descendência. Os parentes em linha colateral são aqueles que, embora descendentes de um tronco comum, não descendem umas das outras. Para se estabelecer o grau de parentesco entre um parente e outro, basta verificar as gerações que os separam, já que cada geração forma um grau. Por fim, ainda temos o parentesco por afinidade, que é o vínculo que une o cônjuge aos parentes do outro. Em diversos casos, as redes de parentesco se tornavam tão emaranhadas que se mostram incompreensíveis para nós, pesquisadores do século XXI. Por exemplo, citamos o casamento entre D. Joséfina Amélia da Cerqueira e Veríssimo Antonio da Silveira, que se realizou em 20 de maio de 1865. Os noivos foram dispensados do “impedimento de parentesco consanguíneo duplicado em 3º grau de linha transversal desigual misto de 2º e em 4º misto de terceiro”.

Aspecto interessante presente na documentação é o parentesco suposto. Havia desconfiança de algum tipo de ligação entre os nubentes, e por isso instaurava-se processo para solicitação de dispensa. Esse parentesco suposto podia ocorrer no caso de jovens que haviam sido expostos a terceiros e, portanto tinham a identidade de seus pais desconhecida. O outro caso devia-se aos filhos ilegítimos, que também tinham desconhecimento sobre a identidade de seu pai. A suposição acerca do parentesco nos revela que o pai não era tão incógnito assim. Haveria ao menos uma desconfiança acerca de sua identidade. Encontramos outros tipos de dispensas, apesar daquelas por consanguinidade serem majoritárias. Podia haver a dispensa do tempo interdito (quaresma e advento) ou por diferença de culto (quando um dos noivos era protestante).

Nem sempre os casamentos deixavam de ser celebrados devido à necessidade de investigação acerca de possíveis impedimentos. Encontramos registro em que o matrimônio foi celebrado *sub conditione*, ou seja, condicionado ao futuro parecer eclesiástico. Não pudemos saber sobre a vida conjugal desses casais que embora casados, aguardavam o final do processo matrimonial. No entanto, sabemos que a

⁵⁵⁶ CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. *As implicações dos impedimentos matrimoniais na união estável*. Disponível em: <<http://www.cavalcanti.adv.br/download.php?fed9819937bdf11d8d6227b32ac6230e>>.

consumação da vida marital e o nascimento de filhos muitas vezes antecedia a formalização das uniões.

4.3.9- CASAMENTOS DE ESCRAVOS

A historiografia recente tem se debruçado sobre a existência e o significado da família para os escravos. Para os Estados Unidos temos belíssima obra de Gutman que resgata os laços de parentesco entre os cativos do sul norte-americano. No Brasil, Robert Slenes analisa profundamente a vida familiar dos escravos nas fazendas de café do interior paulista. No entanto, estas obras tratam do ambiente rural, e até onde os estudos atuais nos levam, “é comum descobrir que entre um quarto e um terço dos escravos adultos se casava, e, em alguns lugares, muito mais do que isso”.⁵⁵⁷ Os escravos não eram autônomos para decisão acerca de seu projeto matrimonial. O interesse dos proprietários em possibilitar e até incentivar o matrimônio de seus escravos era fundamental e nos foi bem esclarecido por diversos autores que se debruçaram sobre o estudo sobre a formação das famílias cativas. Os “homens casados [...] ficariam menos inclinados a fugir ou se rebelar e mais propensos à segurança do serviço obediente”.⁵⁵⁸

No entanto, o incentivo à normatização das uniões entre escravos não se deu de forma uniforme no território brasileiro, sendo que constatamos diferenças de tratamento acerca do tema tanto nas diversas províncias como na diversidade do ambiente mais rural ou urbano. Havia também a concepção individual do proprietário, que se colocava mais próximo ou mais distanciado das orientações da Igreja.

Havia alguns obstáculos para a constituição familiar dos escravos a partir da concepção católica. A igreja se colocava contrária à venda separada de casais e tal orientação se viu reforçada pela lei que, em 1869, estabelecia tal princípio. Outro aspecto limitador era a prática dos casamentos entre escravos de mesmo plantel. Apesar de não haver lei proibindo o contrário, temos na história da escravidão brasileira esse aspecto como excepcional.

⁵⁵⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não...* p. 54.

⁵⁵⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não...* p. 55.

Sandra Lauderdale não vê “uma política coletiva de comum acordo”⁵⁵⁹ entre os proprietários para o incentivo generalizado à união sacramental de seus cativos. A professora considera razão bem mais rotineira, posto que “naquela época a família era considerada o modo normal de ordenar a sociedade, inclusive seus escravos”.⁵⁶⁰ Sua conclusão se deu ao estudar a fazenda Rio Claro pertencente a Luis Mariano de Tolosa. Localizada na província de São Paulo, onde se deu a recusa de Caetana, escrava considerada da casa, em permanecer casada. Esta solicita a seu proprietário a anulação de seu casamento, que se realizara por imposição do mesmo, e que não havia sido consumado, pois a cativa recusara-se a se deitar com o marido. Em 1830, dois padres residiam na propriedade e seu plantel era composto por 85 homens e 49 mulheres. A presença de crianças cativas é indicativa da presença de famílias e a diferença entre os sexos nos leva à outra limitação ao casamento dos escravos. Na maioria das propriedades encontramos número bem maior de homens. Ali aproximadamente 98% de todos os adultos eram casados.

No entanto, a experiência pessoal de cada proprietário poderia levá-lo a atitudes diversas. Em 21 de fevereiro de 1882 o conde de Prados, fazendeiro na região de Barbacena, Minas Gerais, estando na Corte, respondia por carta à solicitação de sua mulher Joséfina que pedia autorização para casamento de suas escravas:

É constante e a história dessa fazenda revela, que são justamente as casadas que maiores escândalos e desgostos tem aí causado, e mesmo desgraças lamentáveis. As fraquezas humanas são mais favoráveis o que o crime e o escândalo. A prova de que é assim está no sossego relativo das grandes fazendas do Rio de Janeiro (Breves – Nova Friburgo, Avelares e outras) que não casam negras.

O conde ainda argumenta contra o enlace de suas cativas sob a alegação de que

o número de ingênuos aumentará necessariamente: novo obstáculo para o futuro. [...] É preciso atender, que entre os rapazes novos há um grande número, cujo casamento embarçará para o futuro, porque pretendo deixá-los libertos, uns por dever e outros por afeição. Como ficarão essas famílias?

⁵⁵⁹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não...* p. 56.

⁵⁶⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não...* p. 56.

No final, o marido não foi capaz de negar completamente a solicitação da mulher, condicionando, no entanto, sua autorização:

Em todo caso, a efetuarem-se esses casamentos por motivo de desentulho, único admissível, devem ser preferidos os mais velhos a fim de que se não reproduza a sorte do Altivo e outros que não são casados nem solteiros. Case-os embora, mas com estas condições.

As questões não eram simples de serem resolvidas. Da mesma forma como Caetana recusou permanecer casada, também Altivo e outros não tiveram experiência positiva com o casamento. A situação de insatisfação e disputa entre escravos poderia, ao invés de estabilidade, levar ao estado de tensão, transformando as propriedades em palco de ciúmes e desentendimentos.

O Conde de Prados falece poucos meses depois no Rio de Janeiro. Possuía 299 escravos, incluindo os ingênuos. Todos foram libertados por ele ou por sua esposa a Condessa de Prados e seus genros.⁵⁶¹

A justificativa de maior destaque na correspondência acima refere-se à preocupação com a separação das famílias. No caso relatado, por intenção de alforriar alguns jovens, mas poderia ser para o caso de precisar vendê-los. Este último argumento fortalece a análise desenvolvida acima, que supõe ser a dificuldade de separação posterior dos casais importante fator para manutenção dos escravos solteiros.

A diminuição no número dos casamentos de escravos constatada a partir dos registros paroquiais é flagrante. Reduz-se de forma mais acentuada que a proporção da população cativa, que também diminui com o tempo na capital mineira. Podemos supor algumas razões para esse comportamento: as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia proibiam a venda de um dos cônjuges e a separação da família. A legislação civil também passa a proibir a venda separada de marido e mulher ou da mãe e seu filho menor que 15 anos em 25 de agosto de 1869. Esses impedimentos não deixam de ser um limitador para o controle dos senhores sobre seus plantéis, principalmente após o fim da entrada de escravos africanos, em 1850, e a consequente elevação os preços dos cativos. Portanto, até meados do século, alguns proprietários incentivavam o casamento de seus escravos para promover a socialização e pacificação dos recém chegados. Eles

⁵⁶¹ Cf. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais*.

consideravam que os escravos ao constituírem família se insurgiam e fugiam menos, como bem nos esclarece Manolo Florentino em *A paz nas senzala*. No entanto, após 1850 decresce o interesse por parte dos senhores na formalização das famílias.

A conquista pelo espaço de moradia e da autonomia possibilitadas pelo casamento de escravos, identificada na pesquisa de Robert Slenes para Campinas, onde o trabalho se dá em grandes propriedades, com a produção cafeeira voltada para o exterior também perde sua razão de ser no ambiente urbano de Ouro Preto, onde escravos têm seu trabalho basicamente voltado para os serviços domésticos ou para ocupações mais especializadas, e sua autonomia de ir e vir não decorria de domicílios próprios, mas do perfil das atividades exercidas. De acordo com a lista nominativa de 1838, somente um escravo é apresentado como chefe de domicílio. José, de 40 anos, vive com Panteão de 38 anos e com Antônio de 36 anos. Os três são pretos e cativos. A Lista não nos fornece indicação de sua ocupação.

A lista nominativa também nos dá outras referências para análise: Dos 859 escravos arrolados para o ano de 1838, 648 têm mais que 14 anos, ou seja, estão em idade propícia para se casarem. No entanto, o percentual de casados entre esses é extremamente baixo. Os solteiros perfazem 95,3%. Em 16 referências, não consta o estado civil dos cativos. Somente 12 são casados e 2 viúvos.

Ao buscarmos nessa fonte razões para tão baixa nupcialidade, observamos que os plantéis ouro-pretanos são formados por 341 homens e 307 mulheres, ou seja, não é a disparidade entre sexos o fator limitador para os enlaces. Cai por terra, portanto, a explicação da baixa nupcialidade devido à escassez de mulheres.

Outra hipótese é o grau de africanidade dos cativos. Os africanos casam-se mais que os crioulos. Essa característica foi constatada por Afonso de Alencastro para São José del Rei. O período estudado por ele não coincide totalmente com o nosso, pois ele analisa inventários e atas de casamentos entre 1785 e 1850, mas nos auxilia a observar alguns limites para a constituição da família escrava.⁵⁶² Já sabemos que foi incentivada a realização do matrimônio entre os africanos emancipados que chegaram a Ouro Preto.

Analizamos a possibilidade dos proprietários incentivarem também o casamento de seus cativos africanos, devido ao menor grau de confiança depositado naqueles

⁵⁶² GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento... p. 184-207.

estrangeiros, nem sempre já adaptados ao trabalho forçado. Portanto, na medida em que os plantéis passavam a se constituir por crioulos, menor o índice de enlaces matrimoniais.

Na lista nominativa de 1838 constatamos que não é registrada a nacionalidade de 425 cativos. No entanto, para efeito de análise, consideramos que sejam crioulos. Desses, somente 6 são casados e um é viúvo, determinando um percentual de solteirismo de 98,3%. Os demais 223 são africanos. Entre esses últimos, um é viúvo, e 6 são casados. A porcentagem de solteirismo é pouco menor: 96,8%, mas a diferença não é relevante. O número de homens entre os africanos é um pouco maior (61,8%), mas não suficiente para explicar tão raras uniões matrimoniais. A explicação não está, portanto, nem na relação de sexo nem da origem.

A preocupação com a manutenção das crianças ingênuas também nos parece questão determinante para a ausência cada vez maior de casamentos entre cativos. Utilizamo-nos novamente do estudo realizado por Graça Filho e sua equipe sobre São José Del Rei. Se lá foi observado que casais eram mantidos juntos após a partilha, fato também descrito por Florentino e Góes para o Rio de Janeiro, no caso do destino dos filhos a situação era diferente. “De 865 filhos arrolados nos inventários, cujas idades variavam de recém-nascidos até os 24 anos, 43,35% foram separados dos pais durante a partilha”.⁵⁶³ Portanto, a promulgação da Lei Rio Branco, em 1871, é aspecto importante a ser considerado. Esta determinou, como já sabemos, que os filhos permanecessem com suas mães e fossem mantidos pelos senhores até completarem 8 anos.⁵⁶⁴

Consideramos a importância de cada um dos indícios acima, mas nenhum é capaz de explicar sozinho o número irrisório de casamentos entre cativos, nem sua tendência declinante no decorrer do século XIX.

Os dois fatores que nos parecem ser capazes de esclarecer as razões para a baixa nupcialidade entre os escravos de Ouro Preto seriam então: em primeiro lugar, a dificuldade de casamentos entre cativos do mesmo plantel. Sabemos que em todo o Brasil definiu-se como prática o casamento entre escravos de mesmo senhor. Ouro

⁵⁶³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento... p. 190.

⁵⁶⁴ Ver, no capítulo anterior, o tópico “3.3.1- A Lei nº 2040, de 28.09.1871, Rio Branco ou do Ventre Livre”, quando tratamos mais detidamente do texto legal.

Preto, principalmente em seu núcleo urbano, caracteriza-se por pequenas escravarias. Ao considerarmos que, em 1838, foram relacionados 859 cativos para 725 fogos, temos a média de 1.18 escravos por fogos. Em toda a documentação pesquisada encontramos número bem limitado de casamento entre cativos pertencentes a donos diferentes. Um deles refere-se às núpcias de Magdalena e Ildefonso. O noivo pertencia a Manoel Antônio Alves, a noiva, a José Caetano Eduardo, e o enlace se deu em 31 de janeiro de 1863. Outro foi celebrado na matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Cachoeira do Campo a 18 de janeiro de 1882. Joséfa, crioula, escrava do capitão João Antônio Tassara de Pádua, casou-se com Jorge, africano, pertencente ao tenente Antônio Augusto da Silva Ramos. Infelizmente, os registros extremamente sucintos, não nos permitem desvendar outras particularidades dessas exceções. Esse aspecto limitador pode ter contribuído para o decréscimo da constituição da família escrava de acordo com os cânones tridentinos.

Além da legislação religiosa e a lei positiva, a própria sociedade, movida pelos apelos abolicionistas que vão se constituindo no decorrer da segunda metade do século, passam a ver com “maus olhos” a divisão das famílias pela venda de um de seus membros.

Em análise de inventários de São José Del Rei, entre 1785 e 1850, Graça Filho constata que “90,6% dos casais de cativos foram mantidos juntos no período total da amostra. Esse dado evidencia a grande preocupação dos senhores em respeitar a estabilidade dos laços familiares construídos no cativeiro”. Apesar de tratar de um período longo, o autor considera que “as variações de conjuntura do tráfico seria irrisória”.⁵⁶⁵

O principal motivo, no entanto, nos parece ser a vertiginosa valorização da mão-de-obra cativa. Laird Bergad nos dá uma visão clara da situação a partir do gráfico que reproduzimos a seguir:

⁵⁶⁵ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento... p. 190.

GRÁFICO 24: VARIAÇÃO DE PREÇOS DE ESCRAVOS POR IDADE: (1800 E 1888)⁵⁶⁶

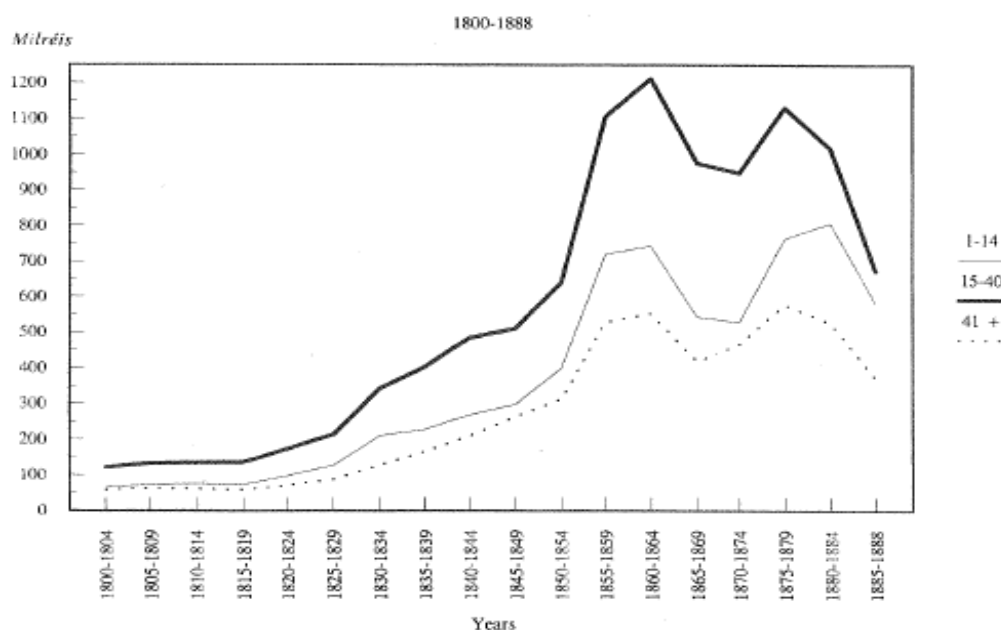


Figure 5.9. Average slave prices by age group for five-year periods for entire data base (in milréis)

No gráfico acima, observamos a diferença nos preços de escravos de diferentes faixas etárias. Os cativos mais caros estavam na idade produtiva, entre 15 e 40 anos. Em segundo lugar vinham os mais novos, de 1 a 14 anos e por últimos aqueles acima de 41 anos. No entanto, as variações de preço de uma categoria eram acompanhadas no mesmo ritmo pelas demais. Constatamos um crescimento vertiginoso a partir de 1850 com o final da entrada de africanos no Brasil, chegando à maior valorização em 1860. Após nova queda de preços, até 1870/74, provavelmente em reflexo à Lei do Ventre Livre e à insegurança dos proprietários com o processo abolicionista em andamento, novo pico é identificado em 1875. Após essa data, o declínio se estabelece até a abolição, em 1888.

⁵⁶⁶ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica...* p. 267.

4.3.10- OS CASAMENTOS APÓS A LEI ÁUREA

Temos, para a década de 80 do oitocentos, estabilidade no número de matrimônios, com exceção para o ano de 1888, onde identificamos setenta e seis celebrações, muito acima que qualquer outro ano até então pesquisado, ou seja, há uma intensificação do ministério do sétimo sacramento.

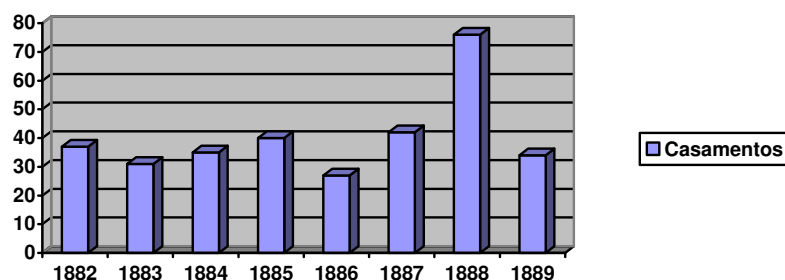
Não podemos identificar os ex-cativos entre os noivos nos casamentos após a Lei Áurea, mas podemos, através de indícios bem fortes, supor que estes passaram a regulamentar suas uniões conjugais após 13 de maio de 1888. No decorrer do século XIX houve movimento no sentido de se omitir a cor nos registros paroquiais. Nos assentos de casamento a identificação da condição social também deixa de ser arrolada. Com a proclamação da República, em 1889, a política do governo central de tornar os ex-escravos invisíveis torna-se bem clara com a queima das matrículas de escravos. Temia-se uma avalanche de pedidos de indenização tanto por parte dos recém libertados como dos proprietários que se sentiram aliçados de sua propriedade.

Nos Estados Unidos, com o fim da escravidão, foi identificada uma corrida dos recém-libertados para a sacramentalização dos seus relacionamentos conjugais. Naquele país, os casamentos de escravos não eram reconhecidos pela lei nos estados do sul. Portanto, a legislação passou a exigir o casamento formal para manutenção dos direitos do casal.

Herbert Gutman considera a situação dos recém libertados bem complexa, porque a abolição se deu subsequente à Guerra de Secessão (1865). Logo após o processo de abolição dos escravos norte-americanos, foi constatado por Gutman o registro de 7.638 casamentos, perfazendo 61.3% do total de matrimônios, em 7 condados. Em 1870 foram registrados 3.427 casamentos de negros em 31 condados e 2.204 de brancos.

Os registros ouro-pretanos da década de 80 nos guarda informações esclarecedoras. O gráfico abaixo nos dá indicação de que o matrimônio, tão caro aos componentes livres da sociedade, tenha sido almejado pelos ex-escravos, até então, impossibilitados de regulamentar sua união pelos motivos já levantados anteriormente.

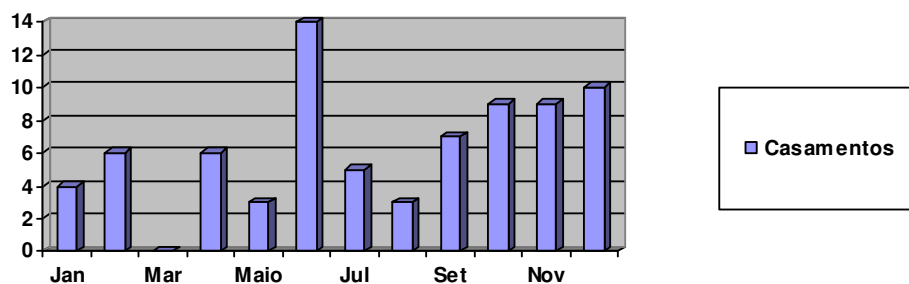
GRÁFICO 25: CASAMENTOS NA PARÓQUIA DO PILAR DO OURO PRETO (1882 A 1889)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Podemos observar um crescimento significativo nos casamentos de 1888. Os números que vinham sendo relativamente constantes desde o início da década quase dobram no ano da abolição. Para evidenciarmos ainda mais a suposição de que os recém libertados buscaram sua inserção social através do matrimônio, identificamos o número de casamentos celebrados, em 1888, por mês:

GRÁFICO 26: CASAMENTOS NA PARÓQUIA DO PILAR DO OURO PRETO EM 1888, POR MÊS



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

O mês de março não registra nenhum casamento. É o tempo interdito da quaresma sendo respeitado. Logo após há uma elevação natural, pois durante quarenta dias não houve nenhuma celebração. No entanto, o aumento identificado no mês subsequente à Lei Áurea é bem sintomático.

Há um outro aspecto que pode vir a solidificar essas conjecturas. Se a legitimidade entre os livres era majoritária como já analisamos, essa condição é uma medida indireta para identificarmos quem se casava:

TABELA 5: CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS NOIVOS EM PORCENTAGEM

Ano/Condição de legitimidade	1886	1887	1888
Legítimos	61%	62%	51,3%
Naturais	20,4%	15,5%	35,5%
Não Consta	14,8%	21,5%	11,8%
Legitimados	3,7%	1%	1,4%

Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Constatamos aumento significativo de casamentos entre naturais. Como a maioria desses, era composta por escravos, consideramos a possibilidade desses terem maior acesso à consagração de suas uniões.

A professora Sônia Maria de Souza também constata o aumento evidente do número dos casamentos, visto que

os jornais que circularam no imediato pós-abolição trazem notícias, informando sobre a realização de casamentos em série dos libertos”. Mesmo não se tratando de Juiz de Fora, mas de uma região próxima, é significativo o comunicado, publicado no dia 25 de setembro de 1888, informando que “desde 19 de Maio a 17 do corrente, quatro meses mais ou menos, casaram-se em São João Nepomuceno 250 libertos. Em Santa Barbara, termo da mesma cidade, dizem que o número de casamento de libertos subiu a 300.⁵⁶⁷ Além das notícias de enlace matrimonial em massa dos libertos, veiculadas nos jornais do período, os registros de casamento dão a medida de como a constituição formal da família foi uma meta perseguida por eles. De 659 registros de casamentos civis, realizados na freguesia de Rosário a partir de 1889, 142 deles (21,55%) trazem alguma pista de que os envolvidos eram libertos ou seus descendentes. Um índice maior de casamentos entre os libertos, no imediato pós-abolição, também foi percebido. Dos 142 registros de casamento que indicam os noivos como libertos ou seus descendentes, 43 deles, o equivalente a 30,28%, foram realizados entre os anos de 1889 e 1892. Para o ano de 1889, localizei um total de 17 registros, sendo que, em nove deles, os noivos foram identificados como pretos ou pardos.⁵⁶⁸

Ao analisar as causas do incremento de casamentos dos ex-escravos, a professora também identifica o final do papel coercitivo do senhor, pois “a partir da abolição, esse processo foi facilitado, uma vez que não havia mais a figura do senhor a

⁵⁶⁷ *Jornal Diário de Minas*, 25 de setembro de 1888, p. 1. Além dessas notícias, os proclames de casamentos, publicados nos jornais, trazem inúmeras referências de libertos que pretendiam se casar.

⁵⁶⁸ SOUZA, Sônia Maria de. *Escravidão e trabalho livre: estratégias elaboradas pelos ex-escravos visando a um projeto camponês*. XV Encontro Regional da ANPUH. 2006. *Anais eletrônicos...* São João Del Rei, jul. 2006. p. 8.

dificultar este projeto”. Sônia ainda cita o caso do casamento “realizado em 13 de maio de 1891, envolvendo o casal Martiniano Antonio da Costa de 60 anos e Jacintha com 31 anos. O casal declarou que tinha sete filhos (todos nascidos antes do casamento), sendo que o mais velho, à época, tinha a idade de 18 anos, os quais seriam legitimados a partir de então”.⁵⁶⁹

A conclusão da autora é que, se os laços familiares, normatizados pelo casamento ou não, já eram importantes para os cativos no período anterior a maio de 1888, após a abolição a importância permanece, a partir daí no sentido de “contribuir para a sobrevivência em uma nova ordem”,⁵⁷⁰ já que livres do cativeiro, não podiam mais contar com a proteção de seus senhores.

4.3.11- OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO CASAMENTO EM 1888

Não podemos, entretanto creditar todo o acréscimo dos matrimônios aos ex-escravos, pois identificamos, para o período de janeiro a agosto de 1888, grande chegada de forasteiros, inclusive um fomento entre europeus. O expressivo número de noivos vindos de outras freguesias, ou seja, forasteiros ou filhos de forasteiros, já havia sido identificado para o período até 1865. Essa característica credita a Ouro Preto do final do XIX papel importante de núcleo aglutinador. Esse aspecto vê-se intensificado: 51% das noivas são oriundas de outras localidades e 71,8% dos noivos são originários de outros municípios ou países. Entre as freguesias de origem dos noivos destaca-se a cidade de Diamantina (3 noivas e 1 noivo), sendo que identificamos ainda uma noiva de Gouveia e 1 noivo do Serro, regiões próximas a Diamantina. Os rapazes de maneira geral migram mais e ousam vir de mais longe. Temos, portanto um noivo italiano, um paraguaio, um cearense e um vindo de Vitória no Espírito Santo, que era telegrafista.

As noivas nomeadas por “dona” também têm relevância nesses registros de 1888. São doze (30,7%) as moças que detêm esse título honorífico. Sua presença não está diretamente ligada à idade ou à condição de legitimidade. No entanto, as mães das noivas legítimas (7) também são nomeadas por “dona”, enquanto as mães solteiras não detêm esse título. Em dois casos a noiva não tem identificado o nome dos pais; em

⁵⁶⁹ SOUZA, Sônia Maria de. *Escravidão e trabalho livre...* p. 8.

⁵⁷⁰ SOUZA, Sônia Maria de. *Escravidão e trabalho livre...* p. 8.

ambos as noivas têm 30 anos, sendo uma viúva. Ao estudar o perfil racial de Cachoeira do Campo a partir das listas nominativas de 1830 e 1838, Marcus Vinícius Fonseca faz a seguinte declaração:

A maioria das mulheres brancas é designada como *Dona*, enquanto que nenhuma mulher fora deste grupo é classificada desta forma. Mesmo que uma mulher parda tivesse um certo destaque, por ser chefe do domicílio e possuir um plantel significativo de escravos, ou ser casada com um homem branco, nunca recebia o acréscimo de *Dona* ao seu nome. Tratava-se de um privilégio exclusivo das mulheres do grupo racial representado pelos brancos. Muitas delas eram ainda crianças, com 7 ou 8 anos, e já recebiam o termo *Dona* em acréscimo ao nome.⁵⁷¹

Renato Pinto Venâncio confirma a citação acima, pois considera que “a designação de ‘Dona’ (feminino de ‘Dom’) é um importante indicador de ‘fidalguia’ feminina, sendo o termo usado principalmente entre mulheres brancas da elite”.⁵⁷²

Não temos como comprovar a assertiva acima, devido ao pequeno número de registros onde consta a cor dos noivos. Consideramos, entretanto, a possibilidade desse tratamento ter-se tornado uma forma velada de se identificar a cor e a condição social daquelas mulheres. Essas características não eram mais esclarecidas nos documentos, mas uma sociedade hierarquizada fundada nos princípios nobiliárquicos lusitanos possivelmente deveria encontrar uma forma de diferenciar as pessoas nos documentos já bastante padronizados. Se as mulheres são nomeadas como ‘donas’, os homens tinham seus nomes precedidos por senhor, título militar ou seu posto na hierarquia governamental, como comendador, presidente da província, etc.

4.3.12- CASAMENTOS DE VIÚVOS

Outro aspecto que chama a atenção nos registros estudados é a constância de casamentos de viúvos. Em 194 celebrados entre junho de 1848 e fev de 1865 casamentos, 28 noivos (quase 14,5%) eram viúvos e 16 (8,2%) noivas eram viúvas.

⁵⁷¹ FONSECA, Marcus Vinicius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras Histórias*. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 103.

⁵⁷² VENÂNCIO, Renato Pinto. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 26, n. 52, jul./dez. 2006. p. 282.

Desses viúvos, 8 tiveram seus casamentos licenciados após dispensa de impedimento por algum grau de parentesco, ou seja, mantiveram-se ligados ao núcleo familiar do cônjuge falecido. Chamam-nos a atenção as dispensas por afinidade lícita em primeiro grau. Trata-se de casamentos de noivo ou noiva com cunhados. Não era incomum que, com o falecimento da esposa ou marido, estes se casassem com a irmã ou irmão do cônjuge falecido.

Silvia Brügger também destaca o recasamento de viúvos para a freguesia do Santíssimo Sacramento da cidade do Rio de Janeiro entre 1777 e 1885. De acordo com Brügger, tanto mulheres como homens geralmente voltavam a se casar, definindo, portanto o matrimônio como um valor para ambos os sexos. No caso das viúvas, o segundo casamento não era almejado somente por aquelas que necessitavam de “proteção masculina” ou por questão de sobrevivência. Pelo contrário, “sem dúvida” (de acordo com a autora), tanto as viúvas como os viúvos “constituíam-se em ‘bons partidos’ no mercado matrimonial, pois seriam “no mais das vezes, portadores das heranças de seus falecidos cônjuges”.⁵⁷³

No Rio de Janeiro, um fato chamou a atenção da historiadora. “Normalmente, os viúvos e viúvas casavam-se com solteiros”.⁵⁷⁴ De acordo com os assentos ouro-pretanos do período em cinco casamentos ambos os noivos são viúvos, confirmando para a capital das Minas o casamento de viúvo ou viúva com pessoa solteira.

O casamento de viúvos não significa sempre a união de cônjuges mais maduros, pois a alta mortalidade alcançava todas as idades.⁵⁷⁵ Identificamos viúva bem nova, de 26 anos, casando-se com noivo solteiro de 30 anos em 03 de maio de 1840, assim como o noivo mais moço tinha 47 anos ao se casar em 13 de setembro de 1841 com Venância Rosa de Araújo, de 32 anos. Entre os registros onde consta a idade dos noivos, o viúvo mais velho tinha 71 anos. João José Pereira casou-se em 29 de maio de 1841 com Rosa Gonçalves Chaves de 52 anos. Ambos eram pardos e viviam de sua agência. A viúva mais velha localizada tinha 50 anos e casou-se com o tenente Agostinho José da Silva de 46 anos. Foram identificados como vivendo de negócio.

⁵⁷³ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais...* p. 119-120.

⁵⁷⁴ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais...* p. 120.

⁵⁷⁵ Esse aspecto também foi observado por Silvia Brügger, em seu mestrado: *Valores e vivências matrimoniais...* p. 122.

4.3.13- OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO CASAMENTO OITOCENTISTA

A concentração das celebrações dos matrimônios nos finais de semana também pode evidenciar o papel de evento social da ocasião, além de seu aspecto devocional.

Com relação ao local de realização das núpcias, a matriz se destaca como o lugar específico para a celebração desse sacramento, pois ali foram sediados 33,5% de todos os casamentos registrados nos livros da freguesia de Nossa Senhora do Pilar entre 1838 e 1900.⁵⁷⁶ Em segundo lugar, temos a capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos, que sediou 77 enlases nupciais. Essa capela foi seguida de perto pela capela do Rosário dos Pretos, que se mantém como referência de lugar social para seus confrades de origem africana até o final do século.

No entanto, exceto em alguns casos, como a capela de Nossa Senhora do Carmo, onde foram celebrados 31 casamentos ou a capela do Palácio, ainda mais exclusiva, onde somente ocorreram quatro casamentos durante todo o período de nossa pesquisa, os demais templos não eram exclusivos de determinados perfis sociais. Entre os casamentos celebrados na capela do Rosário, temos pardos, crioulos, africanos livres e libertos, além de forte presença de noivas filhas de militares (de tenente-coronel, capitão) ou de noivos militares (cadete, furriel, 2º sargento e soldados). As capelas de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia receberam 31 casais, seguidas de perto pela capela de São José (30 casamentos) e a de São Francisco de Paula (20 enlases). É possível que, além da devoção, a proximidade tenha influído na escolha do local das núpcias. Esse aspecto fica bem claro quando observamos os casamentos ministrados na capela de Santa Quitéria do arraial da Boa Vista, e outras capelas próximas, como a de Santo Antônio do José Correa, com 25 celebrações. De acordo com Ozzori, “o distrito de José Correia pertence à freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, apesar de distar aproximadamente 24 km de sua matriz”.⁵⁷⁷ Toda aquela região passou por grande desenvolvimento na segunda metade do século XIX, devido, tanto à exploração de minas de topázio imperial, como à construção de ramais ferroviários, que tinham estações naqueles distritos. Por se encontrarem distantes do núcleo urbano, os

⁵⁷⁶ Num total de 1.355 casamentos pesquisados, 455 foram celebrados na matriz de Nossa Senhora do Pilar.

⁵⁷⁷ OZZORI, Manoel. *Almanack...* p. 94.

moradores da região, ao invés de se deslocarem por longa distância, realizaram nas pequenas ermidas seus rituais católicos.

Como característica do período observado, notamos uma menor preocupação em se identificar no assento paroquial o local em que as núpcias se realizaram. Em 175 registros, consta apenas a indicação da celebração ter sido realizada “nesta freguesia”. Essa característica também é observada nos registros de batismos. Consideramos a possibilidade de essa referência genérica esconder o fato de que muitas cerimônias aconteciam nas residências, o que não era indicado nas Constituições Primeiras, a não ser com licença especial ou em situações específicas, como no caso de um dos cônjuges encontrar-se enfermo. Para o período entre 1804 e 1839, já havíamos constatado algumas celebrações realizadas em capelas ou oratórios particulares, principalmente em se tratando de pessoas abastadas.⁵⁷⁸

Consideramos que esse costume permanece após 1840, estendendo-se até o início do século XX. Como tratamos de costumes, sabemos como estes insistem em se manter, mesmo que reprovados pela legislação vigente. Esse é o caso, por exemplo, de Maria do Carmo de Castro Queiroz. Nascida em Ouro Preto à rua Conde Bobadela nº 40 aos 28 de julho de 1892, transferiu-se para Belo Horizonte, em 1899, com seus pais. Em 29 de abril 1916, casou-se com seu primo, João de Castro Queiroz. A cerimônia realizou-se à rua Espírito Santo, número 607, sua residência.⁵⁷⁹

4.3.14- A ESCOLHA DOS CÔNJUGES

O casamento, além de servir para normatizar a vida familiar da sociedade oitocentista, foi utilizado em algum momento para oficializar uma união nem sempre aprovada pelos pais dos jovens. Estes vislumbravam uma fresta na possibilidade de se unir por afeição, independentemente do desejo familiar. O matrimônio representava nesse caso a única forma de restituir a honra da família e da jovem que havia se entregue à paixão ou fugido de compromisso indesejável, como podemos ver retratado no assento transcrito a seguir:

⁵⁷⁸ LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano...* p. 30.

⁵⁷⁹ CASTRO, Ruth de. *Nossas raízes*. Belo Horizonte: ed. do autor, 1989. p. 26. Nessa publicação, a autora traça a genealogia das famílias “Ferreira Lopes” e “Castro Ribeiro”, e nos traz importantes informações sobre a constituição familiar no final do século XIX.

Aos trinta e hum de janeiro de mil oitocentos e cincoenta e quatro comparecerão perante mim Umbelina Manoela de São Joaquim, Maria Joaquina da Silva, e Verminda Maria do Espírito Santo, as duas primeiras referirão me o facto, de ter sido José Pedro da Silva Correia encontrado em acto illicito com a Snr^a Verminda Maria do Spirito Santo, filha de Umbelina Manoella de São Joaquim, e Irmã de Maria Joaquina da Silva, e comprovarão a sua afirmação com hum documento no qual o Snr. José Pedro confessa a existencia do facto e obriga se a cazar com a mesma. Estas senhoras rogarão me para interceder por ellas ao Exm^o e Rm^o Sr. Bispo para obter d'elle as necessarias e competentes dispensas para q quanto antes por meio matrimonio se lavassem do crime cometido pelos dous; eu compadecido da afflicção em que as vi, fui aos treis de fevereiro do m.mo anno supra declarado, pedir a S. Ex. Rm^a para dispensar os proclamas, dia, hora, e lugar afim de que eu os pudesse receber independente da licença Parochial, salvo os seos direitos, e sendo pelo m.mo autorizado, visto as razões e motivos q lhe espus, attendendo eu as tristes circumstancias dos contrahentes, e em virtude da licença de S. Ex^a Rm^a no mesmo dia treis de fevereiro as onze horas da noite na Capella sitta em minha caza recebi em matrimonio e dei as benções nupciais aos contrahentes José Pedro da Silva Correia, filho legitimo de Ricardo José Correia e D. Maria Leocadia, e Verminda Maria do Spirito Santo filha legitima de Antonio José da S^a Guimarães e Umbelina Manoella de São Joaquim em prezença das testemunhas Vigário Marcellino Nunes Ferr^a q se acha em minha caza, e Antonio de Araujo Lobato que mora comigo, não obstante a falta de licença paterna p.^a q.^a esta se exige só quando a Lei não obriga a cazar acontesse no presente cazo que o único meio q. o contrahente tem para se livrar do crime de estupro previsto pelo Codigo é cazar se, declaro que são ambos moradores da fre.z^a de Antonio Dias desta cidade e para constar lavrou se o presente termo.

O vig.r^o Joaquim Ferreira da Rocha⁵⁸⁰

A historiadora Silvia Brügger destacou o papel do romantismo na segunda metade do século XIX. No entanto, este não foi suficiente para mudanças radicais da tradição do casamento como negócio de família. Apesar da “evidente mudança na argumentação sobre o matrimônio” discutido pela professora principalmente a partir de obras literárias, “houve continuidade na prática dos casamentos ‘arranjados’ pela família”,⁵⁸¹ ou pelo menos, uniões que faziam o gosto das famílias.

Os enlaces continuam a realizar-se entre pares. No entanto, a sociedade urbana da segunda metade do século XIX torna-se mais complexa em sua composição social. Isto significa que o leque de candidatos e candidatas ao casamento aumenta, da mesma

⁵⁸⁰ Casa dos Contos, microfilme, volume 509, rolo 105, Ouro Preto.

⁵⁸¹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais...* p. 164.

forma como se ampliam os momentos festivos e de lazer, propícios para os encontros e “namoricos”.

Se, no ambiente rural, resta à filha do rico fazendeiro os filhos dos proprietários vizinhos, no meio urbano, surgem jovens talentosos, nem sempre de famílias abastadas e tradicionais, mas que pelos estudos tornam-se “bons candidatos a marido”. Os setores médios também se privilegiam das novas oportunidades profissionais que surgem, no comércio e nos serviços que vão constantemente se tornando mais estruturados.

Característico é o exemplo do casamento entre Maria Luiza Lopes de Castro e Francisco de Castro Ribeiro. Os pais da noiva proporcionaram-lhe ótima educação. De acordo com o relato de Ruth de Castro, sua descendente, “não lhe faltaram os melhores professores”.

As questões que envolviam a honra sexual foram sucessivamente regulamentadas no Império, apesar de não apresentar inovações na definição legal e na prática jurídica estabelecida durante o período colonial. Os crimes de rapto eram divididos em violentos ou por sedução, de acordo com a vontade da vítima. A própria legislação previa a utilização do rapto como forma de fazer a família aceitar uma união que, em outra situação seria inadmissível.

Nos casos de violação sem consentimento, a queixa era direito de todas as mulheres, inclusive prostitutas e escravas. Nos casos de defloração ou rapto por sedução, a lei restringia a queixa à “mulher virgem ou viúva honesta”. Portanto, havendo consentimento da mulher, e não importava a idade, a honra sexual – castidade e/ou honestidade – era condição indispensável pra queixa na justiça.⁵⁸²

O Código Filipino definia o rapto como crime, tanto por violência como por sedução, prevendo a pena de morte para o delinquente. De acordo com a lei positiva, nem o casamento livraria o mancebo da penalidade máxima.

E postoque o forçador depois do maleficio feito case com a mulher forçada, e aindaque o casamento seja feito per vontade della, não será relevado da dita pena, mas morrerá, assi como se com ella não houvesse casado.⁵⁸³

⁵⁸² PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE QUESTÕES FEMININAS NO SENADO FEDERAL. Brasília/DF: Comissão Temporária do Ano da Mulher; Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2004. p. 25.

⁵⁸³ Ordenações Filipinas, Livro 5, Título XVIII, § 1º.

No entanto, na prática, a determinação não era executada com tanto rigor, como pudemos ver no registro acima.

A lei de 06 de outubro de 1784 restringiu a queixa às vítimas de até 17 anos. De acordo com as Ordenações Filipinas (Livro 5, títulos 18 e 23), as viúvas só poderiam demandar, se fossem menores de 25 anos e vivessem honestamente em poder do pai ou avô por parte do pai. “O Código Criminal de 1830 consolidou a exclusão de queixa de mulheres maiores de 17 anos, e o primeiro Código republicano, de 1890” amplia a idade para 21 anos, passando a considerar como estupro com presunção de violência qualquer crime sexual cometido contra menor de 16 anos.⁵⁸⁴

A partir da segunda metade do século XIX observamos um arejamento maior na sociedade tão austera de Ouro Preto. Com o decorrer do tempo, as festividades religiosas deixam de ser as únicas possibilidades de encontros sociais. Não acreditamos que houve mudança no padrão de escolha dos noivos, pois a cidade se mantém tradicional, mas os flertes e namoros acontecem de uma forma mais livre. A opinião dos jovens passa a ter maior peso na escolha de seu cônjuge, desde que aprovado pelas famílias. Tomemos como exemplo Maria Luiza Lopes de Castro. Nascida em Itajaí, Estado do Rio, em 1871. A jovem “enamorado-se aos 19 anos do seu vizinho, comerciante estabelecido em frente ao sobrado onde residia na rua Paraná”, em Ouro Preto. O rapaz, Francisco de Castro Ribeiro, era quatro anos mais velho que a moça. “Foi uma simpatia mútua e em pouco tempo perceberam que se gostavam: o noivado durou um ano” e o casamento realizou-se aos 19 de setembro de 1891.⁵⁸⁵ A noiva, filha do Dr. Levindo Ferreira Lopes, pertencia a família de destaque social. O noivo, apesar de comerciante, também era filho de linhagem tradicional, do “tronco Castro Ribeiro” e, portanto, de acordo com as pretensões da família da noiva.

Por outro lado, com o processo de romanização da Igreja Católica, a preocupação com a moralização dos costumes vivenciados por países europeus como a Inglaterra durante o governo da Rainha Vitória e as medidas higienistas que tratam de regulamentar questões relativas ao sexo determinam, para as décadas de 60 e 70 do oitocentos, maior domínio sobre o comportamento dos devotos. Deduzimos esse

⁵⁸⁴ PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE QUESTÕES FEMININAS NO SENADO FEDERAL... p. 26.

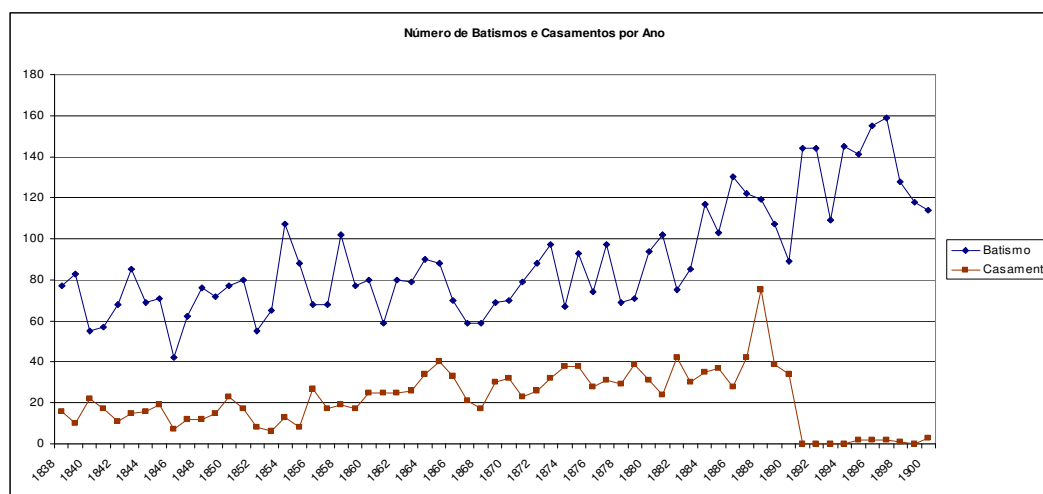
⁵⁸⁵ CASTRO, Ruth de. *Nossas raízes...* p. 24.

aspecto de duas questões nos assentos da época. No primeiro, vemos crianças naturais sendo batizadas em freguesias distantes de seu lugar de moradia. Além disso, observamos maior mobilidade geográfica de jovens filhos de mães solteiras. Tanto eles se mudam mais como também ingressam com frequência no serviço militar. Enquanto muitos filhos legítimos, principalmente os primogênitos, herdavam os negócios do pai e passavam a ser substitutos para a mãe viúva e irmãos menores, os filhos naturais buscavam em outras regiões novas oportunidades, talvez longe de algum falatório sobre seu suposto pai.

Através de comparação entre os assentos de batismos e de casamentos do período, podemos tecer algumas outras considerações acerca da família ouro-pretana da segunda metade do século XIX.

A primeira observação é quanto à tendência à elevação em ambos os registros a partir de 1850. Confirmamos, tanto pela relativa constância dos casamentos quanto dos batismos, a estabilidade populacional e econômica de meados do século.

GRÁFICO 27: NÚMERO DE BATISMOS POR NÚMERO DE CASAMENTOS (1838-1900)



Fonte: Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

A elevação mais brusca, no entanto, se dá na década de 1880. O número de casamentos sofreu o impacto imediato da libertação dos cativos, e os batismos, nos anos subsequentes, demonstram que esses enlaces vieram acompanhados por maior concepção de filhos. O aumento dos batismos observados na década de 90 é devido

tanto à inserção de ex-escravos nas famílias normatizadas pelo matrimônio, como devido ao sucesso das medidas higiênicas consolidadas após a escravidão. O convívio considerado promíscuo entre senhores e escravos pelos higienistas se reduz, com a inserção do trabalho livre doméstico, feito por diaristas ou não, como podemos ver no anúncio abaixo:

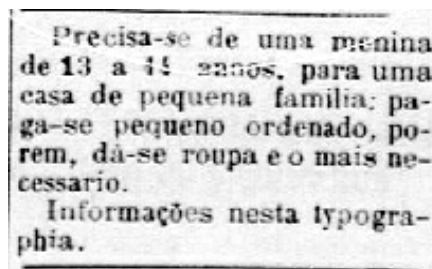


FIGURA 13: A substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra assalariada, no âmbito doméstico, se reflete nos pequenos anúncios que circularam no oitocentos⁵⁸⁶

A própria arquitetura interior das casas possibilita maior afastamento entre os proprietários e serviçais, com a inserção de corredores externos e internos. A domesticidade do lar burguês vai se instaurando aos poucos nos centros urbanos do final do século XIX e início do século XX.

Pudemos observar através, basicamente, dos registros de batismos e casamentos, as mudanças presentes na sociedade ouro-pretana da segunda metade do século XIX. De maneira geral, o comportamento dos habitantes da capital mineira, segue tendências mais amplas, determinadas pela maior urbanização, pelo desenvolvimento médico científico, pela posição mais austera da Igreja Católica e pela instituição do trabalho livre, presente em Ouro Preto mesmo em período anterior à abolição da escravatura. No entanto, observamos aspectos peculiares da cidade em tela, como o baixíssimo percentual de casamentos de escravos e a presença majoritária de filhos naturais, apesar de todo o esforço institucional do clero.

No próximo capítulo, contemplamos o terceiro registro que acompanhava os momentos vitais do fiel católico. Os assentos de óbitos, mais que os de batismos e de casamentos nos permitem acompanhar as tensões e as transformações estruturais que se dão na Ouro Preto oitocentista.

⁵⁸⁶ Jornal *O Movimento*, de 22 de setembro de 1891. Disponível na Internet, em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>>.

CAPÍTULO V

MUDANÇAS ACONTECEM, O ESSENCIAL PERMANECE: AS PRÁTICAS OBTUÁRIAS

Assim a morte diz. Verbo velado.
Silencioso intérprete sagrado
Das cousas invisíveis, muda e fria.⁵⁸⁷

A partir da análise dos registros de óbitos, podemos constatar que as mudanças nas práticas de sepultamento e o processo de secularização da morte ocorridos no Brasil, no decorrer do século XIX, tiveram que romper com a resistência tanto da Igreja quanto da sociedade de maneira geral. Debates entre o poder público e o eclesiástico, sobre as concepções culturais consolidadas pela tradição e aquelas baseadas nos novos conhecimentos médico-higienistas se estendem por todo o oitocentos.

Se, por um lado, a concepção da “boa morte”, forjada ainda no Medievo europeu, permanece, por outro, podemos observar, na Ouro Preto da segunda metade do século XIX, as primeiras mostras da ocultação da morte, quando esta passa a ocorrer em maior número no Hospital da Misericórdia. O uso dos caixões se populariza, e o processo de afastamento dos mortos do convívio urbano é iniciado com a inauguração do Cemitério Público da Saramenha, em 1888, sem que este seja, no entanto, aceito pela população da cidade, que mantém, ainda hoje, sepultamentos nos cemitérios pertencentes às irmandades.

Constatamos também que, na década de 90 do oitocentos, há redução dos assentos paroquiais, devido às medidas que retiravam do pároco a função de “encomendar” o falecido, medida até então exigida para o sepultamento, e a obrigatoriedade dos registros civis de óbitos, medida efetivada com a proclamação da República.

Como nosso trabalho não trata, especificamente, de óbitos, propomos uma reflexão sobre como se deu o processo de secularização da morte, em Ouro Preto, na

⁵⁸⁷ QUENTAL, Antero de. O que diz a morte. Poesia publicada no jornal *Estado de Minas*, em 26/09/1891.

segunda metade do século XIX, como contributo a tantas outras análises realizadas sobre outras localidades. Esse assunto tem-se mostrado, de maneira especial, como palco de investigação de diversos estudiosos, dos quais lançamos mão. Pudemos, a partir daí, relacionar aspectos especiais da capital mineira, destacando-os dos mais gerais, pois a discussão sobre esse tema é abrangente, no decorrer de todo o século, tanto na Europa como no Brasil.⁵⁸⁸ Além disso, a série documental se mostrou generosa para nossa reflexão sobre a tensão que se estabelece entre a tradição e a ilustração no período analisado.

As fontes mais utilizadas pelos autores que têm se debruçado sobre o tema foram testamentos, inventários e os assentos de óbitos, além de jornais, posturas das câmaras e registros referentes aos debates travados na Assembléia Geral, sediada na capital do Império. As duas primeiras séries documentais sofrem profundas mudanças, já na primeira metade do século XIX. Aspectos que eram privilegiados, como a definição dos mínimos detalhes acerca de todo o ritual mortuário, a invocação à ampla gama de entidades celestes presentes nos cabeçalhos dos testamentos, e a preocupação com numerosos legados pios⁵⁸⁹ foram sendo deixados em segundo plano ou tiveram sua forma simplificada. Aspectos referentes à preparação do corpo e ao lugar do enterro passaram a ser deixados sob a responsabilidade dos testamenteiros e familiares, como se o destino do corpo não fosse mais tão importante. Os corpos tornam-se um problema a ser resolvido pela sociedade. Mais do que isso, passam a ser vistos como propiciadores de doenças e desconforto para os vivos.

Os assentos de óbitos, que ficavam a cargo das paróquias, mantêm-se como notificadores oficiais da mortalidade até 1888, quando, a partir de 01 de janeiro de 1889, se dá a implantação obrigatória dos registros civis. Essa medida foi fruto de longa discussão que se origina em 1851, intensifica-se na década de 70, mas que se institui, na prática, somente às vésperas da proclamação da República. Somente, então, párocos e

⁵⁸⁸ Destacamos como estudos verticalizados sobre as mudanças nos costumes mortuários ocorridos no decorrer do século XIX: ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa*; REIS, João José. *A morte é uma festa*; RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*; BERNARDI, Felipe A. *Entre políticas públicas e tradições: o processo de criação do campo santo na cidade de Diamantina*; SIAL, Vanessa. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XI*; PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: IMESP, 2004.

⁵⁸⁹ São aqueles referentes à oração e à caridade, como missas e esmolas.

capelães licenciados deixam de ser os responsáveis pela constatação da morte, pondo fim à obrigatoriedade da encomendação para a autorização dos enterros. A função de declarar a morte e registrar o óbito vai, paulatinamente, sendo delegada aos médicos, retirando dos sacerdotes o monopólio sobre o acompanhamento dos defuntos.

As demais fontes utilizadas para os estudos expõem os debates que dividem a sociedade nos setores mais tradicionais, representados pelos clérigos e devotos católicos, de um lado, e pelos representantes da concepção liberal, iluminista e higienista, de outro.

As teses de medicina defendidas no decorrer do período também são documentos importantes, pois divulgavam a visão médica e higienista, conseguindo arregimentar defensores tanto dentro da própria Igreja como entre as autoridades políticas, que passaram a legislar a favor das mudanças chamadas civilizatórias. Estas, que pregavam a proibição dos sepultamentos dentro dos recintos religiosos, deram origem a uma ampla discussão sobre direitos, cidadania, religiosidade e até sobre a reorganização do espaço físico das cidades, pois não se limitaram apenas à crítica às práticas mortuárias, mas passaram também a cobrar, das câmaras municipais, posturas acerca do recolhimento do lixo, da localização dos mercados, abatedouros e curtumes, e até do trânsito de mulas pela cidade.

Se, de algum modo, a morte é democrática, pois a todos atinge, de outro, a maneira como eram procedidos os ritos funerários e a “escolha” do local do sepultamento mantinham cada pessoa em seu respectivo lugar social. Nesse sentido, tinham importância as irmandades, responsáveis por acolher o corpo de seus confrades após a morte. Estas recebiam, no geral, irmãos de determinado perfil social, que permaneciam, portanto, entre seus pares após a morte. Mesmo dentro de uma mesma irmandade, o local do enterro era hierarquizado, como veremos adiante.

Dar assistência na hora da morte de seus irmãos e familiares era uma das principais funções das irmandades. O defunto era acompanhado pelos confrades, em seu cortejo fúnebre, e era-lhe proporcionado enterro digno. Além disso, a irmandade assegurava-lhe lugar decente para repouso de seu corpo em campas que lhe pertenciam.

Os óbitos deveriam ser registrados em livro próprio, guardado na matriz, sob a responsabilidade do pároco. As capelas filiais, pertencentes às irmandades religiosas, tinham livros para seu controle particular, nos quais listavam os nomes dos sepultados,

o número da sepultura onde tinham sido depositados, o dia, mês e ano, além de observações, como a situação daquele defunto: se era irmão da irmandade, se havia pago aluguel ou se a tumba era perpétua. Praticamente todas as covas pertenciam à corporação, e serviam como jazigo de seus filiados, onde ficavam enterrados por um período que variava entre dois e quatro anos. Após esse tempo, a cova era reaberta para o sepultamento de outros confrades. No caso de crianças, o tempo podia ser reduzido a um ano. Por isso, era importante o controle da data de cada enterramento.

Muitas são as críticas presentes, na literatura do período, nos relatos de viajantes estrangeiros e nos discursos legislativos, acerca de covas abertas antes da total consumação dos corpos e pelos enterros feitos sem o cuidado devido, em locais impróprios ou sem a profundidade necessária, que causavam a descoberta dos corpos, deixando-os insepultos. As covas podiam ser alugadas para pessoas não filiadas à irmandade, também por tempo determinado. Podiam ser também adquiridas para uso exclusivo de determinada pessoa ou família, fato que observamos, excepcionalmente, através dos documentos. No livro da Irmandade das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto, só encontramos dois jazigos perpétuos, o do Coronel Claudionor de Oliveira Quites, falecido em 29 de junho de 1895, e o do padre Antônio Augusto das Mercês França, falecido em 19 de dezembro de 1876.

A professora Adalgisa Arantes Campos nos descreve o ritual da Procissão dos Ossos, que acontecia nas cidades mineiras setecentistas, no Dia de Todos os Santos (01 de novembro), que antecedia o Dia dos Mortos (02 de novembro). Em Ouro Preto, os ossos eram trasladados das covas da matriz para covas coletivas, localizadas no cemitério da capela de São Miguel e Almas, sendo que havia uma para os confrades das irmandades e outra para os pobres.⁵⁹⁰ A cerimônia, bem conhecida e comum no cotidiano daquela gente, visava à liberação das campas para outros sepultamentos, nos indicando que não era importante para a sociedade barroca a existência de jazigos perpétuos. Os irmãos confiavam seus restos mortais inteiramente às irmandades.

Em livro sobre as catacumbas da Ordem Terceira do Carmo, podemos observar como eram feitos os registros a cargo de sua mesa administrativa. Temos uma página

⁵⁹⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – O século XVIII. *Varia História*. n. 4. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 1987. p. 17.

referente a cada catacumba. Na abertura do livro, o secretário da Irmandade pede que o sacristão tenha “todo cuidado e pontualidade na respectiva escrituração deste livro”. O primeiro sepultamento registrado se dá na catacumba número 49, em 1848, quando ali foi sepultada D. Thereza Joaquina de Abreu, mas a maioria das anotações se inicia em 1865. Apresentamos, abaixo, a transcrição do registro dos sepultamentos realizados numa de suas catacumbas.⁵⁹¹ O período de renovação das covas variava e, apesar de não pertencerem a famílias específicas, observamos o cuidado de se colocarem parentes próximos, como no caso dos dois filhos do Brigadeiro Mosqueira. Também as mulheres dos irmãos tinham seu lugar garantido. Constatamos, também através do quadro, a composição social exclusiva própria dessa Irmandade.

QUADRO 33: REGISTRO DE SEPULTAMENTOS (ORDEM TERCEIRA DO CARMO)

CATACUMBA NÚMERO 2			
Ano	Mês	Dia	Nome
1865	Março	10	Foi aqui catacumbado o ten. João José da S ^a Teodoro
1869	Fev.	29	Idem Anna, filha do Brigadeiro Mosqueira
1870	Março	27	Idem outro filho do mesmo Brigadeiro
1874	Set.	25	Idem o Brigadeiro João [R] Feu de Carvalho
1881	Set.	16	Idem a mulher do Irmão Coronel Raimundo Athaide
1886	Maio	05	Idem a mulher do Irmão Pedro Baptista
1895	Abril	22	Heitor, filho do Dr. Benjamin Moss, de 2 meses de idade

Fonte: Volume 2338, rolo 190, referente a Livro da Irmandade do Monte do Carmo (Casa dos Contos).

No século XVIII, e na primeira metade do século seguinte, não bastava que a morte e o sepultamento de alguém fossem realizados de maneira digna. Deviam ser condizentes com sua condição social no decorrer da vida, numa demonstração, muitas vezes, de prestígio, força política e até mesmo popularidade. Como bem sintetiza João José Reis, não se morria sozinho.⁵⁹² Esse “modo de morrer” não foi, entretanto, exclusivo dos mais ricos. Mesmo os forros e escravos, irmanados em confrarias, preocupavam-se com a mínima pompa⁵⁹³ de seu funeral. Além disso, o próprio espaço

⁵⁹¹ Volume 2338, Rolos 190, 191.

⁵⁹² REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 100.

⁵⁹³ Sobre o significado de pompa, ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas... p. 5-24.

no interior dos templos, onde se enterravam os devotos, era hierarquizado. As campas próximas ao altar-mor, numa referência à cabeça de Cristo, tinham maior valor, tanto no aspecto pecuniário, como para a espiritualidade daqueles fiéis. Depois, vinham aquelas localizadas debaixo do arco-cruzeiro, na nave (corpo da igreja), próximas aos altares laterais, e, por fim, no adro (espaço a céu aberto, contíguo ao templo).

O assunto é por demais complexo, pois atinge diversos setores sociais, culturais, políticos e econômicos. Desde o final do século XVIII, concepções religiosas seculares são confrontadas com novos conhecimentos científicos e posturas chamadas iluministas ou ilustradas. No Brasil, a primeira metade do século XIX foi palco do amplo debate que dividiu a sociedade, embasado pelo desenvolvimento científico e pensamento racional, por um lado, e pela tradição e religiosidade popular, por outro. A segunda metade do século tornou-se o momento das mudanças, da efetivação das propostas higienistas, embora a resistência ainda se mostrasse presente. A bibliografia analisada nos descreve como as medidas propostas pelas câmaras municipais tinham sua efetivação indefinidamente adiadas. A alegação, muitas vezes, era a falta de verba ou a necessidade de maiores estudos acerca do assunto, principalmente ao se tratar da construção de cemitérios laicos. O processo de mudanças, frequentemente, era tratado como a luta da civilidade contra a barbárie. Muitas das propostas foram levadas a cabo somente com a proclamação da República, quando o poder civil se desvincula do poder religioso. Mesmo assim, práticas tradicionais não se extinguiram, ao menos na cidade de Ouro Preto, como veremos adiante, onde sepultamentos se fazem, até hoje, em cemitérios localizados nos terrenos limítrofes às capelas, na urbe central.

Na Europa, tanto as discussões, como as mudanças, começaram ainda na segunda metade do século XVIII. Os debates e as iniciativas oficiais que transformaram as práticas de sepultamento e o local onde os cidadãos deveriam ser enterrados estiveram presentes, inicialmente, na França, devido ao espírito iluminista que ali se desenvolveu, espalhando-se pelos demais países europeus. A atitude tradicional frente aos mortos passou a ser questionada pela doutrina dos “miasmas”, desenvolvida pela ciência do século XVIII.

Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam

vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava.⁵⁹⁴

A primeira ação relevante foi o fechamento, em 1780, do Cemitério dos Inocentes, em Paris: incrustado “no coração da cidade”, recebia pobres e ricos havia oito séculos, e foi denunciado em vários relatórios por “suas más condições sanitárias, principalmente como foco potencial de epidemias”.⁵⁹⁵ Cinco anos depois, “o cemitério foi desmontado (o que levou dois anos), os restos de seus mortos transferidos para longe e, uma vez ouvidas as autoridades sanitárias e eclesiásticas, em seu lugar se levantou um mercado público”.⁵⁹⁶

Nos dizeres de João José Reis, “cada país – talvez cada ‘região cultural’ – teve uma cronologia própria das mudanças”.⁵⁹⁷

5.1- HISTÓRICO

O sepultamento *ad sanctos*, ou seja, no interior dos templos, foi uma prática adotada pelos cristãos e incentivada pela Igreja que, a partir dos séculos IV e V, passou a substituir a família no culto aos mortos, realizado de forma privada no Império Romano. As necrópoles da Antiguidade ficavam fora das cidades, muitas vezes, ao longo das estradas. A tradição romana, herdada dos gregos, possibilitava que os corpos fossem inumados, ou seja, enterrados ou incinerados (cremados), e o culto aos antepassados se fazia no âmbito doméstico.⁵⁹⁸ A cultura clássica (greco-romana) foi retomada pelos europeus oitocentistas como modelo de civilidade a ser copiada, em detrimento da cultura católica, cujo hábito de sepultamentos dentro dos templos insiste em permanecer ainda num século em que a mentalidade secular está se instituindo.

Era costume entre os primitivos cristãos o sepultamento de seus mortos em galerias subterrâneas, em cujas paredes se faziam tumbas (catacumbas), inaugurando a

⁵⁹⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 75.

⁵⁹⁵ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 79.

⁵⁹⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 80.

⁵⁹⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 78.

⁵⁹⁸ Sobre as práticas mortuárias da Antiguidade, ver: ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória – múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007.

proximidade entre os vivos e os mortos. Passou a ser costume também o sepultamento dos fiéis junto aos túmulos dos mártires ou de se colocar no esquife uma relíquia de um mártir ou de um santo confessor.

O costume de se enterrarem os mortos dentro dos templos se deu, inicialmente, nos séculos VII e VIII, consolidando-se no século IX,⁵⁹⁹ quando as basílicas e templos, por serem construídos sobre locais onde outrora foram sepultados santos e mártires, tornaram-se locais de peregrinação e culto. “A importância simbólica destas relíquias cedo criou nos cristãos a aspiração de virem a ser inumados o mais junto possível dos santos mártires, ou seja, *ad sanctos*”.⁶⁰⁰ Posteriormente, os altos dignatários do Estado e representantes eclesiásticos obtiveram o direito ao repouso de seus corpos no ambiente sagrado. Os lugares de sepultamento passaram a ser altamente hierarquizados e, como dissemos, o altar-mor, ao representar a cabeça de Cristo, guarda, em suas proximidades, os restos dos devotos mais abastados. Aos pobres eram assegurados os locais mais afastados e o adro (terreno em frente ou em volta do templo). Além disso, o espaço sagrado era interditado aos hereges, excomungados e condenados.

Os séculos XII e XIII foram palco de uma ampla estruturação da doutrina cristã. As concepções sobre a morte, a ressurreição e a imortalidade da alma não foram as mesmas no decorrer do tempo. Para os devotos do primeiro milênio, a morte era um longo sono à espera da volta de Cristo, que se daria no final dos tempos, com o Juízo Final. De acordo com Philippe Áries,⁶⁰¹ as representações artísticas do final dos tempos era a de um Cristo glorioso, majestoso, sentado em seu trono. Não havia o temor desse juízo, como passou a ocorrer posteriormente. A arte funerária desse período só representa os justos, os eleitos. Não aparecem os condenados. Uma antiga oração cristã para os mortos, encontrada em epitáfios do primeiro século, não suscitava o remorso do pecado, nem clamava perdão para o pecador. Era uma oração em que se pedia, apenas, o fim do sofrimento e das provações dessa vida, inclusive reivindicando para si a piedade divina alcançada pelos santos e profetas.

⁵⁹⁹ ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória...* p. 55.

⁶⁰⁰ ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória...* p. 56.

⁶⁰¹ Sobre a concepção da morte na Idade Média, ver: ARIÈS, Philippe. A hora da morte – Recordação de uma vida. In: *O homem diante da morte*.

A partir do século XII, os portais das catedrais góticas, decorados com cenas sagradas representativas do final dos tempos, já deixavam transparecer as novas inquietações do homem com relação a seu destino após a morte. A cena do juízo, referente ao texto do Apocalipse, subsiste, mas cobre apenas a parte superior da representação. No espaço restante, surge a iconografia baseada no Evangelho de São Mateus, com a separação dos justos e danados. A entrada, em cena do inferno e de seus suplícios, passa a compor a imagem do julgamento final.

No século XIII, o julgamento no final dos tempos é representado por um tribunal, mas a condenação não é sumária. As figuras da mãe de Jesus e de São João Evangelista podem interceder pela alma do morto. O arcanjo Miguel passa a ser o patrono das almas dos justos por sua presença naquele momento. A simbologia é a da balança (já presente no antigo Egito) ou a do livro. Estes representam não só a biografia daquela alma, como também um balanço de suas ações positivas e negativas. O livro tanto pode ser individual, e nesse caso aparece nas mãos do defunto ou de São Miguel, como pode ser um livro da humanidade, quando é representado nas mãos ou no colo de Jesus. O arcanjo Miguel também é representado segurando um estandarte ou um escudo, além de uma lança ou espada, com as quais afastava do moribundo as últimas tentações personificadas pelo demônio. Na iconografia mineira, a lança ou o gládio são substituídos pela cruz, a partir da terceira década do século XVIII. O gosto barroco traz outras mudanças na representação do anjo, como a substituição da túnica pela armadura de soldado.⁶⁰²

Também é do século XIII o estabelecimento da doutrina do purgatório,⁶⁰³ instituindo a concepção trina do além (anteriormente era binária, Céu-Inferno) e permitindo o surgimento da ideia do Juízo particular ou individual. A oficialização da doutrina do purgatório,⁶⁰⁴ um lugar intermediário entre o céu e o inferno, onde as almas dos pecadores são punidas por seus pecados e se purificam através do fogo a fim de merecerem a subida aos céus, já existia desde o século XII. As bases da crença no

⁶⁰² Estudo completo sobre o culto a São Miguel e Almas, ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo: USP, 1994. (mimeo).

⁶⁰³ A doutrina do purgatório foi oficializada no II Concílio de Lião, em 1274. Cf. SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer...* p. 10.

⁶⁰⁴ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.

Purgatório como um lugar ou um tempo de purificação são a crença na imortalidade e na ressurreição, na existência do julgamento dos mortos (haveria um julgamento no momento da morte e o segundo no final dos tempos) e no princípio de responsabilidade individual, de livre arbítrio do homem. Este seria julgado por suas ações durante a vida e não pelo pecado original, remido pelo batismo. O purgatório seria o lugar da purgação dos pecados “ligeiros”, “habituais”, ou “veniais”, ou seja, perdoáveis, numa diferenciação dos pecados “mortais”.



FIGURA 14: Foto atual da portada da capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos⁶⁰⁵

A ideia do purgatório também explica a crença na intercessão dos vivos e dos mortos. As orações e súplicas dos vivos poderiam encurtar o tempo de provação dos mortos, enquanto estes também podiam ser interpelados para auxílio dos viventes. Não

⁶⁰⁵ Vemos, acima, o anjo, e abaixo, representação do purgatório. Esculpida em pedra-sabão, é atribuída a Aleijadinho, com sua realização posterior a 1778. Observamos a representação do purgatório, onde “homens e mulheres, com feições tranqüilas e suaves”, buscam a interseção do arcanjo para sua elevação aos céus. Ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Tratos Culturais; Ed. Francisco Inácio Peixoto, 2000. p. 20.

somente os santos, mas as almas sofredoras do purgatório teriam o poder de interceder em favor dos que ainda se encontravam na Jerusalém Peregrina.⁶⁰⁶

Mesmo que rapidamente, não podemos deixar de citar as guerras e pestes que se alastraram na Europa, no século XIV, como responsáveis por uma mudança na mentalidade daqueles que conviveram com a morte de uma forma tão intensa. Apesar de a historiografia questionar a intensidade da crise demográfica e econômica do período, devemos considerar o sentimento de insegurança e pessimismo dos contemporâneos, pois, como considera Huizinga, citado por Le Goff, “nenhuma outra época deu tanta ênfase e dramaticidade à idéia da morte”, confirmando que “as grandes epidemias devem ter deixado lembranças marcantes na memória coletiva”.⁶⁰⁷ É desse período a popularização da chamada *ars moriendi*. Essas manifestações artísticas representavam corpos descarnados saindo dos túmulos, esqueletos segurando a foice como representação da morte que a todos ceifava, sem privilégio para crianças, clérigos ou nobres. Não há como desconsiderarmos a mudança na mentalidade daquelas pessoas diante da morte massiva e arrasadora.

Paralela à doutrina que institui o Purgatório, surge a crença no juízo particular. O devoto cristão passaria por dois julgamentos. Aquele do final dos tempos, descrito pelo livro do Apocalipse,⁶⁰⁸ e outro particular, que ocorreria no momento de seu falecimento. O primeiro entra em decadência nas representações artísticas do período, indicando que essa não é mais a maior preocupação dos fiéis. O segundo dá origem à concepção da boa morte. Essa significava que o fim não deveria chegar “de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instrísse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos”.⁶⁰⁹ As últimas orientações terrenas seriam dadas mediante testamentos. No âmbito espiritual, a prestação de contas se daria

⁶⁰⁶ A crença no corpo místico da Igreja, do qual participavam somente os batizados, designava o período da vida terrena como a “Jerusalém Peregrina”. As almas do purgatório formavam a “Jerusalém Padecente”; e os santos e anjos, a “Jerusalém Triunfante”, sendo que haveria uma ativa intercomunicação entre as partes, a ação de uma interferindo nas outras. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco*. n. 18. Ouro Preto; Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2000b.

⁶⁰⁷ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 134.

⁶⁰⁸ Um dos livros constitutivos da *Bíblia*, onde estão escritos os sinais do final dos tempos.

⁶⁰⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 92.

mediante a extrema-unção. O sacramento da unção dos enfermos ou extrema-unção, ou ainda santa unção, como está presente na documentação da época, tinha o objetivo de preparar o moribundo para o julgamento individual, libertando-o das tentações terrenas, como a vaidade, avareza e luxúria. O enfermo confessaria seus pecados e, sendo absolvido, receberia a eucaristia e a santa unção. A boa morte significava estar em paz com Deus e com os preceitos sociais. Além disso, “morrer bem consistia na aceitação da vontade divina, na resignação diante do sofrimento, na entrega espiritual e na perseverança”,⁶¹⁰ fundamentais ao fiel numa época em que os recursos médicos precários possibilitavam pouca interferência humana no momento final da vida física.

Os fiéis eram levados a aprender como bem morrer através de xilogravuras já representativas na Europa da segunda metade do século XV. Por meio de imagens, o moribundo podia se preparar para a luta que deveria travar contra o demônio, que lhe apresentaria as tentações terrenas. Contra essas fraquezas, outras gravuras apresentavam as forças celestiais: anjos, santos e a Santíssima Trindade, que lhe dariam forças para que o bem prevalecesse, ou seja, sua alma não fosse perdida.⁶¹¹ No entanto, era alertado ao devoto que não deixasse suas contas para serem acertadas somente na hora de sua passagem. Assim, a *ars moriendi* era, também, uma *ars vivendi*, uma arte de viver corretamente, para assim, morrer em paz.⁶¹²

Essa concepção de religiosidade teve seu período áureo entre os séculos XV e XVIII e confirma “a hipótese de que, enquanto a Igreja deteve hegemonia na sociedade, era a proximidade da morte a ocasião em que ela melhor conseguia exercer seu controle sobre os comportamentos e os pensamentos dos fiéis”.⁶¹³

Já nos séculos XVII e XVIII, eram muito difundidos em Portugal, manuais que ensinavam o bem morrer. De acordo com Ana Cristina Araújo, que estudou a morte em Lisboa no século XVIII e primeiro terço do XIX, sua linguagem era acessível, e seu tamanho, pequeno.⁶¹⁴ “Suas orientações não se resumiam ao momento da passagem,

⁶¹⁰ SANT’ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer...* p. 60.

⁶¹¹ IMHOF, Arthur E. Uma *ars moriendi* para os nossos tempos. *Varia História*. n. 15. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG. Março-1996. p. 32.

⁶¹² IMHOF, Arthur E. Uma *ars moriendi* para os nossos tempos. p. 33.

⁶¹³ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 127.

⁶¹⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações – 1700-1830*. Lisboa; Coimbra: Editorial Notícias, 1997. p. 147.

mas a um comportamento cotidiano que desse ao moribundo tranquilidade de enfrentar seus últimos momentos”.⁶¹⁵ Ainda de acordo com a autora, “a partir da segunda metade do século XVII, [...] os títulos refletem a tendência para transformar a mensagem de preparação da morte num espaço de reflexão global da vida cristã e num guia prático de bem viver”.⁶¹⁶

A partir da segunda metade do século XVIII “essas publicações entram em acelerado declínio. [...] O prolongamento desta literatura no século XIX é absolutamente insignificante. Até 1828, data em que sai a última edição de *O devoto instruído na vida e na morte*, conhecem-se só mais três publicações de obras congêneres antigas.”⁶¹⁷

Na hora da morte, é o padre (confessor) que organiza e dá sentido ao espetáculo que reúne, em torno do leito do moribundo, os parentes, as crianças, os vizinhos, os confrades e os pobres. A presença destes reveste-se de alto significado simbólico. São normalmente convocados doze pobres, simbolizando os doze apóstolos, excluindo Judas, à imagem da última ceia. Dão corpo ao acompanhamento fúnebre, carregam a tumba e recebem uma esmola.⁶¹⁸

Em Portugal, a imposição de mudanças nos costumes funerários antecipou-se, devido ao terremoto de Lisboa em 1755. A catástrofe natural, que deixou milhares de mortos, suscitou o debate sobre o destino dos cadáveres e a consequência para a saúde pública da permanência dos corpos insepultos.

Frente a tal desastre, Lisboa deveria ser reconstruída sob “o espírito das Luzes”. O médico português Antonio Nunes Ribeiro Sanches, falando “em nome de uma ideia nova, a higiene pública”, defende a construção de “cemitérios públicos [...] em lugares altos, ventilados e cercados por grandes muros”.⁶¹⁹ A inspiração viria do “campo santo de origem italiana”. Além disso, deveriam ser “eminentemente laicos, despidos de marcas sacralizadoras, e de grande dimensões”. A própria autora nos dá a razão para o fracasso da empreitada: “É provável que a radicalidade desta proposta, de inspiração médico-sanitária, tenha contribuído [...] para o fracasso de qualquer tentativa de

⁶¹⁵ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 148.

⁶¹⁶ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 152.

⁶¹⁷ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 161.

⁶¹⁸ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 183.

⁶¹⁹ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 372.

mudança”.⁶²⁰ Afinal, interferência das autoridades civis numa ceara até então eminentemente religiosa não foi bem recebida pela sociedade, e a tradição falou mais alto. Somente em 1835 são criados os primeiros cemitérios públicos em Portugal.⁶²¹

Na França, o pensamento ilustrado, nascido e vitorioso com a revolução de 1789, passa a considerar as práticas religiosas tradicionais como arcaicas, supersticiosas e mesmo bárbaras. A oposição desses humanistas se voltou principalmente para os sepultamentos dentro das igrejas e mesmo nos núcleos urbanos. A proximidade entre vivos e mortos passa a ser vista como inconveniente em diversos aspectos. A transferência do Cemitério dos Inocentes, localizado no centro de Paris, não representou motivo de insurgência, mas foram localizados incidentes de violência verbal e física em algumas vilas do interior francês.⁶²² Apesar da aceitação dos parisienses com o afastamento de seus mortos, a resistência entre os franceses se deu da mesma forma como em outros locais como veremos adiante: “implicava protelar, sob os mais diversos argumentos, a efetivação das proibições e transferências”⁶²³ dos cemitérios urbanos.

Na Inglaterra “a Reforma Protestante apressou, a partir do século XVI, o declínio dos funerais mais elaborados e do cuidado ritual com o cadáver”.⁶²⁴ Diminuíram também outras práticas do bem morrer herdadas da tradição católica, como as missas e encomenda da alma. Os princípios básicos das religiões reformadas alcançam outros países, principalmente na Europa setentrional. Essas mudanças foram determinadas pela doutrina da predestinação dos eleitos e com a abolição da ideia do purgatório pregadas pelo ideário reformista.⁶²⁵

No entanto, da mesma forma como nos países católicos, entre os ingleses houve resistência ao afastamento dos mortos. “Os cadáveres geralmente deixaram de ser enterrados no interior das igrejas, mas permaneceram ocupando seus adros”.⁶²⁶ Constata-se isso se não considerarmos os membros da realeza e da nobreza que

⁶²⁰ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 375.

⁶²¹ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 16.

⁶²² REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 82.

⁶²³ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 82.

⁶²⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 78.

⁶²⁵ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 79.

⁶²⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 79.

permanecem tendo seu lugar dentro dos templos ao falecerem. Somente em meados de 1830 “foi construído o histórico cemitério de Highgate, no alto de uma colina, conforme padrões de higiene da época”. A oposição dos ingleses se mostrou mais intensa com a autorização de confisco, por parte do Estado, dos corpos de indigentes e condenados à morte. Estes eram cedidos ou vendidos para dissecação em aulas de anatomia, sendo-lhes tirado, portanto, o direito a um enterro decente.⁶²⁷

O debate teve início tendo por base os princípios filosóficos iluministas, mas as mudanças somente se iniciaram no século XIX, com o ideário médico-higienista fortalecido pelas epidemias que grassaram por diversos países do velho mundo e da América. Não é gratuita a proximidade das datas sobre a legislação dos primeiros cemitérios públicos em Portugal e na Inglaterra. A década de 30 também é representativa no Brasil no que tange à legislação sobre a construção de cemitérios fora dos centros urbanos. No entanto, artifícios protelatórios impediam a aplicação das determinações. Com isso, as mudanças foram observadas na prática somente na segunda metade do oitocentos.

Devemos considerar, também, o crescimento das cidades, que se intensifica no decorrer do século XIX, tornando as campas no interior dos templos superlotadas e inviável a permanência de todo o aparato do ritual fúnebre barroco. Não devemos desmerecer, por fim, a disputa que se estabelece entre os poderes eclesiástico e civil no decorrer do oitocentos, responsável pela perda do monopólio religioso sobre o “morrer”. O fortalecimento do poder laico, de parcela da população urbana mais secularizada e a constituição de uma elite política ilustrada, passam a dar legitimidade às novas práticas funerárias. Ainda recorremos a Ana Cristina Araújo, que analisa a diminuição de pedidos de missas nos testamentos portugueses. De acordo com a autora, o setor que adere de forma mais radical à redução no número de missas póstumas é o formado por funcionários e profissionais liberais, determinando o perfil mais progressista desses setores urbanos esclarecidos.⁶²⁸

⁶²⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 83.

⁶²⁸ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 399.

5.2- MUDANÇAS NA PRÁTICA DE SEPULTAMENTO NO BRASIL

Toda essa introdução ao tema do capítulo faz-se necessária para compreendermos a longa tradição ocidental sobre a qual se estabeleceram as práticas obituárias dos séculos XVIII e XIX. No Brasil e, especificamente, em Minas Gerais observamos resistência tanto das irmandades, como do clero de maneira geral e da sociedade às mudanças nas práticas de sepultamento propostas a partir da primeira metade do século XIX. Com isso, a implementação das mudanças propostas aconteceram somente no decorrer da segunda metade do oitocentos.

As discussões sobre a construção de cemitérios públicos, o monopólio do clero e das irmandades sobre os sepultamentos e a implantação dos registros civis de óbitos se inserem numa questão mais ampla, referente ao limite da jurisdição da Igreja e do Estado. O século XIX é palco no mundo ocidental da disputa entre o poder temporal e espiritual e o estabelecimento de conceitos como o de cidadania, que no Brasil deveria ser estendido aos acatólicos, principalmente protestantes, maçons e outros, pois, se, até então, os sepultamentos eram realizados pelas irmandades, eram elas que decidiam quem poderia ou não, ser enterrado nas campas sagradas.

Os protestantes, principalmente ingleses, passaram a chegar ao Brasil com maior frequência após a transferência da Corte portuguesa, devido à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, e à assinatura dos tratados de comércio com a Inglaterra, em 1810. Estes vieram, primeiramente, por iniciativa própria. No entanto, já em 1818, há uma primeira experiência de colonização planejada pelo governo imperial, com a vinda patrocinada de suíços que formaram a Vila de Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro. No entanto, estes eram católicos. Houve, também, o incentivo à vinda de colonos alemães, que se estabeleceram, principalmente, na região sul do país, a partir de 1824.⁶²⁹ Na década de 30, foram criadas na província de Minas, colônias agrícolas formadas por alemães no vale do rio Doce. Na região mineradora, a presença maior de ingleses se deveu à instalação de empresas que passaram a explorar as minas de ouro a partir de 1820. Esses empreendimentos já somavam em seis entre os anos de

⁶²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos de migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 292.

1824 e 1834.⁶³⁰ No entanto, não registramos notícias de atos de resistência aos sepultamentos dos protestantes, pois nos locais de maior concentração destes, foram construídos cemitérios específicos para ali serem inumados.

Na cidade de Ouro Preto, não notamos a presença marcante de estrangeiros até a década de 80. Na lista nominativa de 1838, estão relacionados o engenheiro alemão Fernando Halfeld e o também alemão David Moretson. Este último já é nosso conhecido, por ter se casado no Brasil, após aceitar a condição de criar seus filhos na fé católica. A oficialização de seu matrimônio possibilitou a legitimação de seus filhos já nascidos.⁶³¹ No Censo de 1872 temos a presença em Ouro Preto de 97 estrangeiros, sendo 59 portugueses e 17 italianos. Portanto, pelo menos 80% dos europeus sediados na capital mineira eram católicos, não sendo responsáveis, portanto, por nenhuma desavença cultural.

O desenvolvimento de empreendimentos financiados pelo capital inglês e a política de incentivo à imigração europeia intensificaram a chegada de europeus após 1850, devido ao fim do tráfico atlântico de africanos. Dois princípios norteavam as medidas legislativas: a necessidade de suprir as fazendas cafeeicultoras do sudeste de mão-de-obra e a discussão sobre a possibilidade de branqueamento da população brasileira, que assim se aproximaria da “Europa civilizada”.

A polêmica sobre as práticas tradicionais de sepultamento se estabelece na corte quando alguns protestantes e maçons tiveram seu sepultamento interditado nos cemitérios públicos. Estes se mantinham sob jurisdição da Igreja, que não aceita dar sepultamento a hereges no espaço “sagrado”. A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro não significou aceitação dos chamados acatólicos de forma indiscriminada, pois a religião católica mantinha-se como a religião do Estado.⁶³²

Além dessa questão, temos a presença da concepção higienista, já presente em Portugal. Em Carta Régia de 1801, o príncipe regente D. João VI já demonstrava a preocupação da Coroa portuguesa com a saúde pública e com a prática danosa de sepultamento dos mortos nas igrejas localizadas nos centros urbanos ultramarinos.

⁶³⁰ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...* p. 263.

⁶³¹ No Capítulo II, tecemos maiores considerações acerca dos estrangeiros em Ouro Preto.

⁶³² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos de migrantes e imigrantes.* p. 292; 317.

Nesse momento, resistência às medidas determinadas se deu tanto por parte das irmandades, como do clero e da população em geral.⁶³³ Dois aspectos foram determinantes para que a resistência tanto popular, como clerical, diminuísse, levando a bom termo os princípios da filosofia iluminista e médico-higienistas. O primeiro foi o crescimento urbano que se inicia no século XIX, na corte e nas capitais provinciais. Somente com D. João vêm de 11.000 a 13.000 pessoas, transformando a dinâmica demográfica da cidade do Rio de Janeiro e impondo à nova capital do reino condições mínimas de conforto e higiene. O segundo foi o surgimento de epidemias que se alastraram pelo país de tempos em tempos, causadas pela maior mobilidade das populações e pelas péssimas condições de higiene das cidades.

A relação entre insalubridade e doença vem da teoria dos miasmas desenvolvida no século XVIII (já vista acima), que os surtos epidêmicos tratam de ratificar. Essas mudanças de mentalidade vão, aos poucos, sendo abarcadas por todos, num processo cultural longo que se estende por todo o século XIX.

Não consideramos as transformações nas práticas do sepultamento ocorridas durante o século XIX somente como divergência entre o poder político e o religioso, ou como responsáveis pela perda do poder econômico da Igreja e seu monopólio no que tange aos ritos de passagem (nascimento, casamento e morte) da população. Houve a desestabilização de toda uma concepção religiosa, que definia a necessidade da manutenção e proteção do corpo físico em solo sagrado para que houvesse intercessão do santo por ocasião do juízo. O convívio estreito entre os mortos e os vivos também tinha um efeito pedagógico no ideário do catolicismo barroco, pois servia para lembrar aos fiéis o tempo breve da vida terrena e da necessidade de investimento nas questões espirituais.

Entretanto, no Rio de Janeiro, por ser a cidade a capital do Império, a polêmica em torno do tema se politizou. Debates se travaram no parlamento, que se dividiu entre representantes das forças religiosas, conservadoras e das forças liberais, secularizantes. Foi de lá que saíram as leis às quais as províncias e as câmaras municipais deveriam obedecer. No entanto, em cada cidade, componentes sociais e culturais específicos deram o tom das mudanças.

⁶³³ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições...* p. 93.

A lei de primeiro de outubro de 1828 pretendia, além de dar novo formato às Câmaras Municipais, responsabilizá-las pela organização e funcionamento dos municípios e estabelecimento dos cemitérios. A justificativa se dava por considerar a prática dos enterros no interior dos templos como danosa à saúde pública.⁶³⁴ O art. 66 da citada lei determinou que os sepultamentos deveriam ser realizados fora do recinto dos templos, mas não se referia à obrigatoriedade de serem construídos fora das urbes, o que dava margem a que as irmandades e Ordens Terceiras passassem a edificar seus cemitérios atrás ou ao lado das igrejas e capelas.⁶³⁵

A própria legislação sinodal previa a presença de adros e cemitérios circundantes ao templo, “capazes para neles se enterrarem os defuntos”, ao estabelecer as regras e condições para a ereção de igrejas. O que acontece a partir da década de 30 do século XIX é a reabilitação desses adros, ou seja, das áreas externas, limítrofes aos edifícios religiosos. Até então, ali eram sepultados escravos, indigentes ou viajantes que morriam na região sem ter parentes que velassem por eles. O local específico, tanto para religiosos, como para os leigos devotos, era o interior dos templos. E, mesmo lá, o espaço era hierarquizado.

Parece-nos que a proibição dos enterramentos *ad sanctos* não suscitou maiores debates, pois o adro das igrejas era um espaço ainda resguardado, afastado do mundo profano. Ali eram realizadas várias procissões, chamadas razouras ou as procissões de defuntos. “Essas, realizadas em torno da Igreja, envolviam cânticos e preces pela absolvição dos fiéis ali inumados”.⁶³⁶ Além disso, os mortos ainda estariam próximos a seus irmãos e parentes, sendo constantemente lembrados por eles e a administração dos sepultamentos continuava na mão da Igreja. A oposição se dá em maior grau com relação aos cemitérios fora da urbe, e principalmente aos laicos, ou seja, que não fossem administrados pelo corpo eclesiástico.

Portanto, a questão ampliava-se. Não se tratava mais do espaço do enterramento, mas da jurisdição sobre esse espaço. Se, em 1828, não houve controvérsias quanto ao fato dos cemitérios públicos ou particulares continuarem sendo administrados pela

⁶³⁴ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições...* p. 94.

⁶³⁵ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições...* p. 98.

⁶³⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas... p. 19-20.

Igreja, que benzia todo o seu território e encomendava os defuntos, a partir da segunda metade dos oitocentos, a polêmica se instala. A encomendação deixa de ser obrigatória pelos regulamentos da Corte, em 1855 e 1861, e poderia ser substituída por uma certidão de óbito emitida pela Santa Casa de Misericórdia. Numa resolução que buscava o consenso, o Ministério dos Negócios do Império definiu em 09 de novembro de 1864, entre outras medidas, que deveria haver um capelão nas capelas dos cemitérios devidamente autorizado pelo pároco para se fazer a encomendação do morto e o consequente assentamento do óbito em livro paroquial.

A discussão se intensificou na década de 70. A resolução imperial de 20 de abril de 1870 definia a existência nos cemitérios de espaço destinado para os não-católicos. Foi determinada também autorização para que as autoridades policial, civil e médica realizassem sepultamentos nos cemitérios públicos.

As discussões se davam na Câmara e se estenderam até o final do período imperial. Somente em 1890, instituída a República, o processo de secularização dos cemitérios se completa. De acordo com o decreto nº 789, estes passam a ser administrados pela municipalidade, não podendo estabelecer distinção em favor ou detrimento de nenhuma Igreja ou seita religiosa. Os cemitérios particulares, ou aqueles já existentes, pertencentes a irmandades, congregações religiosas e a hospitais poderiam ser mantidos, mas ficariam sujeitos à inspeção municipal. Proibia-se, entretanto, o estabelecimento de novos cemitérios particulares. Deveriam ser criados cemitérios civis em todos os municípios. Enquanto estes não estivessem concluídos, nenhum sepultamento poderia ser impedido por motivo religioso.⁶³⁷

O inglês Richard Burton, em viagem por Ouro Preto, estranhou que a capital da província ainda não tivesse um cemitério público. De acordo com o visitante: “a capital da província do Ouro e do diamante ainda não dispõe de um cemitério público e seus filhos ainda têm de ser enterrados nas igrejas”. Acrescentava com ar de incredulidade: “É algo muito primitivo para 1867”.⁶³⁸

Da mesma forma como a secularização dos cemitérios, a implementação dos registros civis também percorreu um longo caminho até ser instituída. A Constituição de

⁶³⁷ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 237.

⁶³⁸ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 307.

1824 já previa a elaboração de registros civis. Outros aspectos relacionados a essa questão também constavam na Primeira Constituição Brasileira. Ninguém poderia ser perseguido por motivo de religião (Tít. 8º art. V) e dever-se-ia organizar, o quanto antes, um Código Civil e Criminal, “fundado nas sólidas bases da justiça e equidade” (Tít. 8º Art. XVIII).

Em 1850, o governo autorizava que se despendesse o que fosse necessário para estabelecer, em cada distrito de paz, livros próprios destinados aos batismos e óbitos (lei nº 586, de 6/set. 1850 art. 17 § 3º). Essa medida visava contemplar os imigrantes protestantes que passaram a chegar em maior número após o final do tráfico internacional de escravos africanos. Estes estariam sob responsabilidade do escrivão do juiz de paz. Na regulamentação da dita lei, constava ainda que “a partir daí não se poderia dar sepultura a cadáver algum sem que os administradores dos cemitérios expedissem as certidões de óbito” (decreto nº 798 de 18/jun/1851 art. 32).⁶³⁹

A introdução dos registros civis causou muita controvérsia, tanto por parte do clero, como por parte da população em geral, que via com desconfiança toda tentativa de mapeamento da população. Como essas iniciativas governamentais vinham com o objetivo de recrutamento militar ou de cobrança de impostos, causavam forte resistência. Além disso, espalhou-se boato que “em virtude da recente abolição do tráfico negreiro, os registros objetivavam escravizar pessoas livres que fossem negros ou seus descendentes”.⁶⁴⁰

Devido à forte mobilização popular contra a lei dos registros civis, sua execução foi suspensa e somente voltou a ser discutida em 1870. A grande crítica da Igreja referia-se à suspeita de que as drásticas mudanças propostas nos registros estariam, na verdade, fundando a separação entre Igreja e Estado, ou seja, estariam instalando a secularização da sociedade.

Quando a encomendação, até então obrigatória para a autorização dos sepultamentos, feita pelo vigário, foi substituída pela certidão de óbito emitida pelo médico ou pelo juiz de paz, mudava-se também o enfoque dado ao ato de morrer. Para o pároco a preocupação com o sepultamento do corpo tinha objetivo religioso: manter os

⁶³⁹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 236.

⁶⁴⁰ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 237.

restos mortais dos fiéis em lugar sagrado, onde aguardariam a ressurreição dos mortos, que viria por ocasião do Juízo Final. A preocupação com o destino da alma era demonstrada a partir dos sacramentos ministrados, que tinham o objetivo de preparar o doente para seu passamento. Ao médico cabia uma visão científica e racional. Sua preocupação com o sepultamento do corpo voltava-se para o bem-estar dos vivos, para a manutenção da saúde pública. No entanto, mantinha-se o princípio do direito universal ao enterro digno e em lugar resguardado, livre de assédio de animais e assaltantes. Enterrar os mortos é considerado pelos estudos antropológicos como sinal de civilização, de cultura, sinal do distanciamento entre seres humanos e animais, tendo sido observada essa prática desde as primeiras sociedades.

Até então, o documento oficial sobre os falecimentos era o registro paroquial. O vigário era responsável também por enviar semestralmente ao presidente da província mapas contendo as totalizações dos nascimentos, casamentos e óbitos de sua freguesia. Entretanto, as autoridades consideravam que estes eram incompletos e defeituosos. Em discurso no Senado, o Sr. Meira de Vasconcelos considera a necessidade de “atos tão solenes da vida civil [...] saíam da anarquia e do caos em que tem estado até hoje e que cada vez mais piorando, sobretudo nas paróquias do interior”. Reclama ele que certidões são emitidas sem o assentamento concernente no livro paroquial e que, sendo solicitada uma segunda via da certidão, determinado vigário lançou-a no livro, sendo que, só poderia ter aberto assentamento com justificação.⁶⁴¹ As queixas não se limitavam à corte e aos discursos inflamados dos parlamentares. Por ocasião da abertura da Assembléia Provincial de 1838, o presidente de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, justifica o atraso dos trabalhos e o não-cumprimento dos prazos como decorrentes da inépcia dos funcionários responsáveis pela compilação dos dados necessários aos recenseamentos, citando, aí, os párocos.⁶⁴²

A polêmica se arrastou por quase vinte anos, quando se tornou obrigatório o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos a partir de primeiro de fevereiro de 1889, mediante lei aprovada em 1887 e regulamentada em 1888.

⁶⁴¹ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 242.

⁶⁴² MOURA FILHO, Heitor Pinto de. *Estatísticas demográficas*. Pernambuco, 1838-1888. Disponível na Internet, em: <http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/7_Heitor_Moura_Filho.pdf>. Acessado em 23/05/2007.

Em Salvador, o ano de 1836 presenciou um levante popular, a “Cemiterata”. Consideramos que o fator determinante para a revolta foi a proposta de construção de um campo santo fora do núcleo urbano, por uma empresa particular. Esse ponto foi crucial para toda a insubordinação dos baianos. O sepultamento tinha um grande significado religioso, e, ao ser transformado em um empreendimento particular com vistas ao lucro, rompia com qualquer possibilidade de aceitação por parte tanto da Igreja, como dos fiéis. As próprias autoridades ficaram impotentes frente ao conflito. Até mesmo o compromisso de que o cemitério “não deixaria de ter a participação da Igreja” e que “os párocos continuariam a lançar os nomes dos falecidos em seus livros de óbitos e a ministrar o viático e a encomendação”⁶⁴³ convenceu as irmandades de Salvador a aceitarem o cemitério laico. O novo cemitério, apesar de secular, não propunha a democratização dos mortos. Lá haveria covas comuns onde o morto “uma vez enterrado entraria no anonimato”. Nenhuma marca pessoal identificaria sua sepultura, além de que, após algum tempo, seus ossos seriam dali desalojados. Haveria também os “carneiros”, ou seja, jazigos incrustados nos muros, como “gavetas” e túmulos particulares e familiares, além de sepulturas diferenciadas para religiosos. “O cemitério seguia modelos propostos na França pré-revolucionária” e continuaria a “representar um microcosmo da sociedade”⁶⁴⁴. Devemos considerar que a “Cemiterata” aconteceu na Bahia, num período de grande agitação. No ano anterior, a cidade de Salvador assistira à Revolta dos Malês, e viria a ser sacudida, em 1837, pela Sabinada. Portanto, muitas questões deixavam os baianos insatisfeitos.

Em Recife, a discussão sobre a proibição dos enterros nas igrejas e a construção de um cemitério extramuros se inicia em 1840. Em projeto de lei, a Câmara “determinava que o projeto técnico do cemitério deveria ser elaborado por uma comissão formada por três médicos e um engenheiro”. Isto aconteceria “porque as autoridades religiosas não estariam ‘preparadas’ para higienizar os sepultamentos”.⁶⁴⁵

⁶⁴³ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 303.

⁶⁴⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 296.

⁶⁴⁵ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX*. Campinas: Unicamp, 2005. (mimeo). p. 79.

No entanto, os recifenses foram cautelosos para evitar os acontecimentos de Salvador. O estabelecimento seria público.⁶⁴⁶

A polêmica que transformação tão radical traria para o seio das comunidades fez com que medidas práticas fossem adiadas. Recife exemplifica bem a situação que se estende por outras cidades brasileiras, pois, apesar do consenso para a aprovação da lei 91 de 1841, nenhuma medida efetiva foi tomada até a década seguinte. A alegação citada, não somente na capital da província de Pernambuco, mas em outras localidades, é a falta de verba da Câmara Municipal para levar a contento a construção dos cemitérios que seriam de sua responsabilidade. No entanto, o motivo real seria a resistência da população representada pelas irmandades e pelo clero local. Em 1851, apesar de o art. 1º do regulamento do cemitério público ainda estar sob votação, dá-se início à sua construção, “diante do pânico causado pela epidemia de febre amarela”.⁶⁴⁷

Amanda Aparecida analisa a discussão que se deu nos jornais da cidade de São Paulo na década de 50 do XIX acerca da resistência à construção do cemitério público extramuros. De acordo com a autora, “grande quantidade de reclamações sugeriam a revolta da sociedade com a nova decisão da Câmara Municipal”. As reclamações eram as mesmas presentes em outras localidades: a distância (distava meia légua da cidade) e a entrega do empreendimento para a iniciativa privada. Um empresário carioca ganhou a licitação pública, “ocasionando mais indignação na população”.⁶⁴⁸ A insatisfação da população se deu também pelas arbitrariedades do contrato (faltava cláusula sobre a gratuidade do enterro de indigentes, ausência de multas para o caso de não observância do contrato) e pela acusação de nepotismo e apadrinhamento.⁶⁴⁹

Como no Rio de Janeiro, a questão dos acatólicos causou debates. Em 1841, o professor Julius Frank, docente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, morto com apenas 32 anos de idade, teve seu sepultamento impedido no cemitério da cidade ou nas igrejas por ser protestante. Seus alunos, compadecidos, enterraram seus restos mortais dentro da própria faculdade e mandaram construir um obelisco indicando o

⁶⁴⁶ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério...* p. 79.

⁶⁴⁷ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério...* p. 29.

⁶⁴⁸ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público...* p. 23.

⁶⁴⁹ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público...* p. 112-113.

lugar da sepultura.⁶⁵⁰ Em 1851, foi construído cemitério para sepultamento dos protestantes, contíguo a outro, já existente. Em 1858, o novo cemitério paulista é inaugurado, com o nome de Cemitério da Consolação, também com espaço destinado àqueles que professavam outras religiões.⁶⁵¹ Em 1860, cessaram as críticas ao novo empreendimento. A autora nos informa também, sobre a presença da epidemia de varíola na cidade, determinando que o cemitério fosse inaugurado com suas obras ainda inacabadas, inclusive, sem ter havido a construção de uma capela no local.⁶⁵²

Em Minas Gerais, o processo se deu de forma análoga a outras províncias, caracterizado por acirrados debates e adiamento das medidas práticas, que somente se efetivaram mediante a presença de epidemias. Em Juiz de Fora, logo após a epidemia de cólera-morbo, em 1855, “tiveram início os sepultamentos na área destinada para o cemitério, entretanto sua construção arrastou-se até 1864”, pois “passado o perigo da epidemia, continuaria o vigário permitindo sepultamentos em frente à Matriz”.⁶⁵³

Em cidades mais tradicionais, como Diamantina ou mesmo Ouro Preto, constatamos que os cemitérios públicos tiveram sua construção adiada ainda mais. Os sepultamentos deixam o interior dos templos na década de 30, mas passam a ser feitos nos cemitérios e catacumbas das irmandades, em terrenos adjacentes às capelas. Em Diamantina, as discussões acerca da necessidade de se construir cemitério público se deram a partir de janeiro de 1856. Em 1865, tem início a captação de recursos por parte da Câmara Municipal, sendo registrados gastos para desapropriação de terrenos particulares e alargamento de ruas visando à sua construção. Em 1891, o cemitério ainda não estava pronto, sob a alegação de falta de mão-de-obra, e, somente em 1896, entra em funcionamento, já no período republicano. No entanto, “como em Ouro Preto, em decorrência da recusa dos católicos em aceitarem o Cemitério Municipal, este viria a se tornar o mais novo espaço para “abrigo dos corpos de miseráveis e acatólicos”.⁶⁵⁴ Em

⁶⁵⁰ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público...* p. 65.

⁶⁵¹ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público...* p. 66.

⁶⁵² PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público...* p. 107.

⁶⁵³ CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de. Urbanismo no século XIX: o plano do engenheiro Dott para a cidade de Juiz de Fora (MG), 1860. Disponível no site: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiisimposio/anais/textos/GIULIANO%20ORSI%20MARQUES%20DE%20CARVALHO.pdf>>.

⁶⁵⁴ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições...* p. 177.

1914, os sepultamentos deixam de ser feitos nos cemitérios das irmandades e Ordens Terceiras, sob determinação de lei municipal.

5.3- PRÁTICAS MORTUÁRIAS NA CIDADE DE OURO PRETO

Durante o século XVIII e primeira metade do século XIX, foi cara para os ouro-pretanos a ideia do bem morrer. A chamada “boa morte” era aquela que não encontrava o devoto despreparado para seu juízo particular. Na própria Bíblia, consta a necessidade de o fiel ser vigilante, pois a hora da morte é incerta.⁶⁵⁵ A iconografia barroca retomou as imagens quatrocentistas das *ars moriendi*, onde o demônio e o arcanjo Miguel estão ao lado do leito de morte do moribundo e disputam seu espírito. Manuais sobre o bem-morrer foram sucesso editorial em Portugal, como o *Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*. “Escrito pelo jesuíta Estevam de Castro, a obra teve a sua primeira edição em 1621, sendo a última identificada em 1724”. O sucesso dessa obra deveu-se a seu caráter pragmático, seu pequeno volume, além de seu custo e linguagem acessíveis.⁶⁵⁶

A ideia de salvação não se restringia aos últimos momentos do devoto, mas a suas ações no decorrer da vida. Ao viver de acordo com os valores ético-cristãos, o católico piedoso não precisava temer a morte súbita. No entanto, a morte desejada era aquela em presença do padre e dos entes queridos, com tempo suficiente para o arrependimento dos pecados e a apresentação das últimas vontades. Para tanto, duas atitudes eram fundamentais: a elaboração de testamento e o ministério do sacramento da extrema-unção.

O testamento objetivava desvendar as últimas vontades do fiel. Era o instrumento para acerto de contas pretéritas, como no caso do reconhecimento de filhos naturais e de dívidas. Também era costumeiro que o fiel deixasse liberto um ou mais escravos que lhe tivessem sido fiéis no decorrer da vida, prática aprovada pela doutrina católica, que via nessa iniciativa uma atitude de caridade. Além disso, o testamento era o veículo pelo qual o enfermo determinava o fim de seus bens. Nessa hora, o moribundo era advertido a pensar no destino de sua alma, garantindo as condições necessárias para

⁶⁵⁵ Evangelho de Mateus (Mt 25,13): “Portanto, fiquem vigiando, pois vocês não sabem qual será o dia, nem a hora”. In: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

⁶⁵⁶ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 59.

seu enterro, as esmolas e as missas em devoção aos santos e para as almas dos falecidos e a sua própria. De acordo com as Constituições Primeiras, os párocos e demais clérigos eram exortados a, quando escrevessem e fizessem testamentos de algumas pessoas, aconselharem os testadores com clareza e zelo, para que tratassem de sua salvação, dispusessem de suas “cousas”, e as deixassem de tal sorte ordenadas, que não ficassem aos herdeiros motivos para demandas.⁶⁵⁷ Tanto as questões terrenas como as espirituais deviam ser tratadas. Na sociedade mineira não foi observada preocupação relevante com o sepultamento propriamente dito. Essa incumbência era deixada a cargo das irmandades. Mais importante, eram os “ofícios fúnebres, as missas permanentes pelas almas do Purgatório” e os sufrágios em atenção à própria alma e às de parentes já falecidos.⁶⁵⁸ As missas eram consideradas fundamentais para a salvação da alma, pois através da oração realizava-se a crença na intercessão dos vivos e dos mortos. O número de missas deixadas em testamento variava, “em uma mesma época, de irmandade para irmandade, em função do poder econômico das mesmas”.⁶⁵⁹ Na década de 30 do século XVIII, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, localizada na matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, oferecia cem missas, as irmandades de Nossa Senhora do Pilar e a do Arco de São Miguel ofereciam sessenta, por último, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos oferecia oito missas. Com o decorrer do século XVIII aumentava ainda mais a solicitação de missas,⁶⁶⁰ demonstrando que, apesar da crise da produção aurífera e do encolhimento econômico, os devotos mantinham, a todo o custo, suas crenças religiosas inalteradas.

No entanto, no início do século XIX, o número de missas oferecidas pelas irmandades passa a diminuir. Essa nova atitude tanto pode ser explicada pelo menor poder aquisitivo da população de maneira geral, e consequentemente das associações, como pela mudança de mentalidade, mais racional, que considerava mais importante a atitude de oração do que a quantidade de missas rezadas.

⁶⁵⁷ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro 4, Título XXXIX, parágrafo 783.

⁶⁵⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas... p. 18.

⁶⁵⁹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas... p. 18.

⁶⁶⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas... p. 18.

Em Ouro Preto, a tendência à redução ao número de missas é observada no “Livro de assentos de sufrágio pelos irmãos já falecidos” da Ordem do Carmo.⁶⁶¹ Nos anos de 1836 a 1838, a média de pedidos de missas variava entre 20 e 40, mas havia aqueles que não seguiam a regra. Em 1839, Manoel de Souza de Menezes e Josefa Maria de Resende pediram cada um 200 missas por suas almas. Em 1857 o número médio é de 10 missas por confrade. A partir de 1850, o registro de pedidos de missas deixa de acompanhar o nome de todos ali listados.

Entre os anos de 1875 e 1920,⁶⁶² com exceção de D. Balbina Carlota de Souza Reis, que, falecida em 02 de abril de 1875, recebeu cinco missas, não consta o número de celebrações solicitadas. Somente a seguinte observação é anotada ao lado do nome do irmão: “foi sufragado”. Em alguns assentos a informação vem mais completa: “foi sufragado pelo (nome do sacerdote) conforme certidão [junta] a portaria nº 2 de 23 de janeiro de 1883”.⁶⁶³ Em alguns registros, o valor pago pelo sufrágio encontra-se especificado na margem.

Numa comparação com o livro da Irmandade de São José, estabelecido também para o lançamento dos sufrágios cumpridos pela confraria entre 1799 e 1862,⁶⁶⁴ pudemos notar que, mesmo referindo-se a período anterior àquele do livro do Carmo, o número de missas é bem menor, fato que denota o caráter hierárquico das duas irmandades. Na Irmandade dos homens pardos ou bem casados, temos no ano de 1819, em média, 8 missas por falecido. A partir de 1820, passa a constar, na maioria dos assentos, ao lado do nome do falecido, a observação: “sufragado”. Já em 1838, não são citadas mais as missas. Somente o nome do irmão e o local onde foi sepultado, pois nem sempre os falecidos ali relacionados foram sepultados sob os auspícios da irmandade de São José. Os sepultamentos davam-se também em cemitérios de outras confrarias, pois já observamos que era comum o fiel se irmanar sob diversas devoções.

O sacramento específico para proteger o enfermo em seu momento de doença e risco de morte é a extrema-unção. Entretanto, esta deveria, se possível, ser precedida pelos sacramentos da penitência e da eucaristia, sendo todos ministrados por um

⁶⁶¹ Volume 2432, Rolo 201.

⁶⁶² Volume 2433, rolo ____, fundo Irmandade do Carmo, Casa dos Contos-ESAF – Ouro Preto.

⁶⁶³ Volume 2433, Rolo 201.

⁶⁶⁴ Volume 0165 rolo ____, fundo Irmandade de São José, Casa dos Contos-ESAF – Ouro Preto

sacerdote. Cabia à penitência oferecer o perdão dos pecados, que deveria ser precedido pelo arrependimento das faltas cometidas e sua confissão.

A penitência deveria ser administrada para os fiéis a partir dos sete anos (chamada idade da discipulação), no mínimo, uma vez ao ano, de preferência na quaresma. Para que fosse bem realizado, era preciso haver o arrependimento; o firme propósito de não voltar a cometer aquele pecado; confessá-lo e expiá-lo através da penitência.

Era dever do pároco levar o sacramento da penitência a todos, inclusive aos presos e doentes. Pela visão da época, muitas vezes a enfermidade do corpo procedia da alma estar enferma com o pecado. Por isso, era exigido que os médicos e cirurgiões, visitando algum enfermo, antes que lhe aplicassem medicinas para o corpo, tratassem primeiro da medicina da alma, admoestando-o que logo se confessasse.

Alguns pecados só podiam ser absolvidos pelo Sumo-Pontífice (o papa) ou pelos bispos, como o homicídio voluntário, feitiçaria, se o fiel retivesse para si escravos fugitivos ou comprasse índios para escravizá-los. Como a confissão e o arrependimento faziam parte do sacramento da penitência, este era ministrado *sub-conditione* aos doentes já tão enfraquecidos que não podiam expressar sua intenção.

O sacramento da eucaristia era considerado como “nas excelências o primeiro, e na perfeição o último”. Todo esse destaque era dado pela crença na transubstanciação do vinho e pão em sangue e corpo de Cristo. Instituído pelo próprio Jesus na última ceia, autorizava a seus discípulos e aos futuros sacerdotes renovar tal rito em seu nome. Era considerado como sustento espiritual e só devia ser recebido pelas pessoas livres de pecado mortal, e dispostas a, através dessa graça, ter avivada sua fé.⁶⁶⁵

Os fiéis eram obrigados a comungar pelo menos uma vez ao ano – na Páscoa – tendo, entretanto, se desobrigado no período da quaresma, através do sacramento da penitência. Eram “obrigados” a comungar também os fiéis em perigo de morte, antes das navegações ou das batalhas, mulheres próximas ao parto e os condenados à morte pela justiça. Os senhores eram exortados a possibilitar a seus cativos a desobriga “desde a quaresma até o Espírito Santo”. A eucaristia levada ao enfermo como alimento espiritual teria o poder de fortalecê-lo fisicamente, curando-o da doença ou dando-lhe confiança para prosseguir em sua jornada eterna.

⁶⁶⁵ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro I, Títulos 23 e 24.

O sacramento da extrema-unção tinha como objetivo dar especial ajuda, conforto e auxílio na hora da morte. Entretanto, não era necessário que fosse administrado nas crianças até sete anos, pois não tinham o uso da razão. De acordo com a legislação canônica não tinham direito a ele os que morressem “de morte violenta por justiça”, os que entrassem em batalha ou em viagem marítima, os excomungados impenitentes e os que estivessem em pecado público, além dos “doudos” ou “desacisados”. Não se permitia também administrá-lo no tempo do interdito, nas quatro festas em que eram suspensos e por duas vezes, em se tratando da mesma doença.

Os registros ouro-pretanos fazem referência constante acerca dos sacramentos ministrados aos moribundos. Em alguns casos, este era administrado *sub-conditione*, ou seja, sob condição. Isto porque, para que recebesse a penitência, o devoto devia expressar claramente o arrependimento de seus pecados por meio de palavras ou mesmo por meio de movimentos corporais. Para tanto, o enfermo deveria estar minimamente consciente.

Nem todos estavam em condições de receber a extrema-unção. Em 07 de julho de 1851, D. Maria José de Oliveira Carmo não recebeu sacramento por estar “a tempo alienada”.⁶⁶⁶ A regra foi cumprida, apesar de a moça ser de família abastada, pois seu pai era tenente coronel e ela foi enterrada na capela da Ordem Terceira do Carmo, local restrito para pessoas de condição social superior. Em outro exemplo de obediência às normas, citamos o registro de óbito de Manoel Pio dos Santos, que faleceu em 09 de outubro de 1855 aos 97 anos sem sacramentos, “por viver amancebado”. Isto explica os casamentos realizados *in extremis* analisados no capítulo sobre matrimônio. Outro motivo para o não recebimento da santa unção era por falta de tempo. A morte repentina permanece indesejável no imaginário religioso do século XIX.

Por outro lado, observamos que nem sempre suicidas tiveram seu sepultamento interditado em solo sagrado, demonstrando a relatividade das normas, que considerava como pecado dar cabo à própria vida. A exceção seria para o caso de aquela ação ser considerada ato de desatino, quando o devoto não estaria em pleno domínio de suas faculdades mentais. Parece que assim consideravam os párocos, pois essa situação aparece por diversas vezes: em 26 de outubro de 1871, Francisco de Paula Aguiar

⁶⁶⁶ Ou seja: fora de seu juízo perfeito. Alheia aos acontecimentos ou enlouquecida.

“suicidou-se lançando-se de uma janela por achar-se delirante”. Foi enterrado no cemitério da capela das Mercês e Perdões. No entanto, essa possibilidade não se constituía na totalidade dos casos, pois em 31 de março de 1840, José Vieira de Carvalho, pardo livre, casado, de 40 anos, faleceu sem sacramento porque suicidou-se. A ele foi negada sepultura eclesiástica, pois em seu registro, nenhum local é indicado.

Nas posturas municipais da década de 40 do oitocentos, a questão dos cemitérios permanece, além da preocupação com o embelezamento e limpeza das cidades. O alvo dos higienistas não se limitou às práticas mortuárias e ao local do enterro, mas a preocupação com a salubridade das cidades se estendeu aos hospitais, abatedouros, cadeias e curtumes. Criticava-se o lixo espalhado nas ruas e propunha-se maior cuidado com as nascentes de água e plantio de árvores. Constituiu-se uma verdadeira “Cruzada civilizatória”.⁶⁶⁷

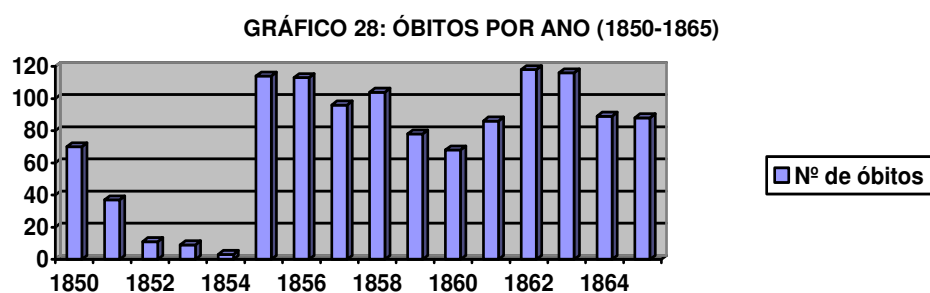
Na década de 50, a epidemia de cólera-morbo, que se espalhou por muitas localidades brasileiras, legitimou todo o discurso higienista e avisos expedidos pelo Ministério do Império passaram a ser cumpridos. A doença, vinda da Europa, chegou ao Brasil através dos portos, como o do Rio de Janeiro. Em artigo apresentado na ANPUH, Giuliano Orsi aborda a questão da epidemia de cólera e as medidas daí decorrentes na Vila do Paraibuna, futura cidade de Juiz de Fora (nome dado em 1865). “Em 1855 sofreu o Município, como muitos outros, as consequências da epidemia de cólera-morbo. A esse fato se ligaram providências sanitárias que abrangiam toda a localidade”. De acordo com o autor, “apenas após esta epidemia, é que a Câmara começou a esboçar planos para a construção de um Cemitério”. Giuliano nos informa sobre reivindicações dos habitantes da vila para que cessassem os sepultamentos na Igreja Matriz desde 1853, e que, logo após a epidemia de 1855, tiveram início os sepultamentos na área destinada ao Cemitério. Entretanto sua construção arrastou-se até 1864, e “passado o perigo da epidemia, continuaria o vigário permitindo sepultamentos em frente à Matriz”.⁶⁶⁸

⁶⁶⁷ Sobre a concepção civilizatória do século XIX, ver: SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. In: *Entre políticas públicas e tradições ...* Cap. II: Os cemitérios como problema para a saúde pública. p. 38-72.

⁶⁶⁸ CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de. Urbanismo no século XIX: o plano do engenheiro Dott para a cidade de Juiz de Fora (MG), 1860. Disponível no site: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/GIULIANO%20ORSI%20MARQUES%20DE%20CARVALHO.pdf>>.

Em Ouro Preto, podemos deduzir sobre o impacto do cólera por causa do aumento da mortalidade identificado para os anos de 1855 e 56. Apesar de, nos registros de óbitos do período, não haver o cuidado com o relato da causa da morte, foi possível identificar 12 pessoas que morreram repentinamente e 5 outras, por “moléstia”, nesses dois anos. Os óbitos têm tendência declinante nos anos subsequentes, sendo que constatamos novo pico nos registros de 1862/63 sendo que voltam a diminuir posteriormente. Nossa análise fica comprometida, entretanto, devido à desorganização dos assentos relativos às décadas de 40 e 50 do XIX.⁶⁶⁹

No entanto, não observamos nenhuma mudança na prática do sepultamento. Esses continuam a acontecer no interior dos templos ou nos cemitérios limítrofes a eles. O impacto maior se dará em 1874, com a epidemia de bexigas ou varíola.



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Os princípios médico-higienistas não foram os únicos a subsidiar a construção dos cemitérios. As discussões avançaram para os campos do direito e cidadania. Isto acontece porque clérigos impediam o sepultamento em suas campas sagradas, tanto de seguidores de outras religiões, como de excomungados, suicidas e seguidores da maçonaria. A justificativa, portanto, para a construção de cemitérios públicos vinha no sentido de que esses receberiam a todos, católicos ou acatólicos, além dos demais impedidos pela Igreja Católica de serem enterrados em cova sagrada. No decorrer do século XIX, a concepção e as práticas ligadas ao falecimento sofrem uma mudança profunda, mas não imediata.

⁶⁶⁹ Como foi esclarecido no capítulo sobre as fontes, o volume 1857, rolo 107, não é organizado e não está completo. A ausência do pároco foi a principal causa observada para a desorganização dos registros.

Por meio dos assentos dos óbitos da matriz do Pilar, podemos observar a permanência das práticas mortuárias. Ali, apesar da presença de uma elite ilustrada e culta, formada no ideário político liberal, os aspectos da cultura tradicional ficam evidenciados pela insistência em se enterrar no interior dos templos e pela permanência dos enterros nos cemitérios pertencentes às irmandades numa recusa de se distanciar os mortos do núcleo urbano.

A proibição dos enterros no interior dos templos não se estabeleceu de forma absoluta, pois considerou exceção para bispos, abades, clérigos e aos “*fideles laici* (leigos fiéis) com a permissão dos bispos”.⁶⁷⁰ A exceção possibilitada aos devotos mais arraigados foi suficiente para que pessoas de maior prestígio social conseguissem estender seus privilégios até o final do século XIX. No interior da capela de São José, em área limítrofe entre a nave e a capela-mor, ou seja, em local nobre, vemos, no piso, a lápide sobre o túmulo do brigadeiro João Rodrigues Feu de Carvalho, nascido a 25 de setembro de 1804 e falecido em 25 de setembro de 1874. Além dos dados pessoais citados acima, consta, na lápide, ter sido este um “tributo de amizade filial”, assinado por seu filho Pedro Feu.

De várias formas a proibição foi burlada. Joaquim Furtado de Menezes, em suas pesquisas, encontrou, no arquivo da Irmandade de São José uma carta de D. Thereza Guimarães, viúva do literato Bernardo Guimarães, ilustre cidadão ouro-pretano, datada de 02 de abril de 1891, pedindo licença à mesa para colocar, na capela, uma urna com os ossos de seu finado marido. O autor confirma incontestemente: “de fato, esta urna lá existe”.⁶⁷¹

No corredor lateral interno da capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos, que liga o templo à sacristia, estão guardados os restos mortais de duas católicas.

⁶⁷⁰ BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade*: as irmandades religiosas na cidade de Vitória – ES. Vitória: Editora Multiplicidade, 2004. p. 104.

⁶⁷¹ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 83.



FIGURA 15: Lápide de mãe e filha, sepultadas, no fim dos oitocentos, na capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos.⁶⁷²

Seus ossos foram colocados ali, numa espécie de sepultamento secundário. Nas lápides de mármore, constam seus nomes e as respectivas datas de falecimento. A lápide superior pertence à Maria Amália B. Deschamps de Moura, falecida em 23 de março de 1881, que recebeu mensagem de “amor e saudade conjugal e filial”. Em seu registro de óbito, ficamos sabendo que era casada com Amaro Francisco de Moura, tenente da Cavalaria de Linha, e tinha 32 anos ao falecer. Seu corpo fora sepultado originalmente no cemitério da capela de São Francisco de Paula. A outra lápide refere-se à sua filha, Isabel Cândida D. de Moura, uma criança de cinco anos. Nascida em São Paulo, em 27 de junho de 1876, faleceu em 25 de dezembro de 1881. Também foi sepultada, inicialmente, no cemitério da capela de São Francisco de Paula e recebeu mensagem de “amor e saudade”, possivelmente de seu pai.

A cidade de Recife, também, encontrou solução para que seus devotos permanecessem nos recintos sagrados após falecerem, com a construção de ossuários dentro das igrejas ou nas sacristias. “Uma vez cumpridas as determinações sanitárias

⁶⁷² Foto da professora Adalgisa Arantes Campos, a quem agradeço a contribuição.

para garantir a decomposição do cadáver no cemitério extra-muros, não havia legislação que proibisse” o retorno dos ossos ao espaço sagrado.⁶⁷³

Por outro lado, em alguns aspectos, temos indícios, na Ouro Preto do final do século, de práticas identificadas com o preconizado “modelo modernizador e laico”. É visível a progressiva diminuição dos sacramentos administrados no momento da morte, ou o descaso em registrá-los. Temos também redução dos assentos em si, a partir do início da década de 90, num momento em que a cidade ainda se caracterizava pelo crescimento populacional.

Além disso, a década de 90 do oitocentos foi marcada em Ouro Preto pela intensificação de medidas modernizadoras, para fazer frente à ameaça de transferência da capital mineira. Um grande plano de obras foi proposto pelos não-mudancistas, que incluía obras no mercado, posturas acerca de animais soltos e lixo espalhado pelas ruas, alinhamento das casas e calçamento de ruas, além de urgente conclusão do cemitério público da Saramenha.⁶⁷⁴ Mais do que nunca, Ouro Preto devia se mostrar moderna e à altura do novo regime implantado e do novo século que se avizinhava.

5.4- O LOCAL DO MORRER

As transformações na concepção do bem-morrer podem ser identificadas pela maior incidência das mortes em hospitais, a partir da segunda metade do XIX. A morte vai sendo afastada do olhar dos parentes e amigos, vai se tornando mais solitária. A luta final não se dá pela salvação da alma, mas por uma possível recuperação da saúde, proporcionada pelo avanço da ciência médica. O moribundo não mais aguarda a morte, mas passa a lutar contra ela.

As novas práticas que afastaram os devotos católicos da ideia da “boa morte”, ou seja, aquela que deveria ser aguardada em casa, com fé e tranquilidade de espírito, após terem recebido os sacramentos da penitência, da eucaristia e da extrema unção, não significaram menor espiritualidade. Demonstram a inserção daqueles fiéis na vida moderna que se avizinhava. A medicina se desenvolvia, e a doença não era mais vista como castigo por pecado cometido. Ela tinha causa orgânica e, portanto, era passível de

⁶⁷³ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério...* p. 168.

⁶⁷⁴ Cf. FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...*

ser curada. As mortes nos hospitais não dispensavam a presença do capelão ou de outro sacerdote, que se incumbiam do ministério dos sacramentos. Nem sempre o doente falecia no hospital sem o amparo espiritual esperado para propiciar o bem-morrer. Citamos, como exemplo, Benta Maria da Conceição. Na proximidade de seu momento derradeiro, recebeu a penitência, a eucaristia e a unção. Tinha 40 anos, era lavadeira e faleceu em 14 de julho de 1891, de lesão no coração.

Na década de 30, aparecem algumas mortes ocasionais no hospital, sem que haja sua identificação (em 17 de abril de 1838 e em 10/01/1839). Em 1844, foram registrados 5 óbitos de soldados no Hospital Regimental. Não consta a causa de sua morte, mas todos receberam a penitência e a extrema-unção. Havia, também, convênio com a Santa Casa para que membros do Corpo Militar fossem ali tratados. Consta no Relatório do Presidente da Província de 1844, que se constituía em renda da Santa Casa, o tratamento de enfermos militares, “que pagavam 1\$ diários ou pagava por eles a fazenda pública”. O presidente lamentava que teria sido informado serem os soldados “pessimamente tratados”.⁶⁷⁵ Em 20 de junho de 1846, Valeriano morreu no Hospital de Ouro Preto. O preconceito contra a Santa Casa poderia ser uma questão mais cultural que real, pois consta do mesmo relatório à Assembléia Provincial que, além dos 46 doentes que já estavam internados, no ano de 1842, entraram, em todo o ano de 1843, 176 enfermos. Desses, saíram curados 167, faleceram 31 e os demais (24) continuavam sob tratamento no ano de 1844.⁶⁷⁶

De acordo com os registros da matriz do Pilar, os óbitos na Santa Casa de Misericórdia têm início de forma mais constante a partir de 1861. Na década de 70, os falecimentos no hospital da Caridade se tornam mais numerosos, alcançando seu ápice em 1872, com 15 falecimentos. Em 1875, ocorreram 12 mortes naquela instituição. A referência às mortes na Santa Casa praticamente desaparecem a partir de 1889. Essa data coincide com a obrigatoriedade dos registros civis de óbitos e com a inauguração do cemitério público localizado na Saramenha, para onde os desprovidos passaram a ser levados. A partir desse ano, portanto, com o sepultamento no cemitério secular, os

⁶⁷⁵ Disponível no site: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/448/000008.gif>>.

⁶⁷⁶ Disponível no site: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/448/000008.gif>>.

registros deixaram de constar dos livros paroquiais e passaram a ser registrados nos cartórios.

A Santa Casa, cuja origem remonta ao século XV em Portugal, pertencia à Irmandade da Misericórdia, e seus objetivos básicos eram assistir aos enfermos, presos, órfãos e pobres. Por vezes, suas incumbências eram ampliadas, como consta em documentos da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei.⁶⁷⁷ A realização de funções ultrapassava o limite da saúde, tais como: o recolhimento de órfãos, manutenção de cemitério, acompanhar o enforcamento de réus, cuidar dos lázaros, manutenção da cadeia e presos, escola/cursos, livraria e biblioteca pública e assistir os alienados (loucos).

De acordo com os estatutos aprovados em assembleia dos irmãos, em 17 de janeiro de 1897, a finalidade da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto era tratar, em seu hospital: dos Irmãos da Irmandade; dos enfermos não-indigentes, mediante o pagamento de diária estabelecida pela mesa administrativa, sujeitando-se ao regimento interno; e dos enfermos indigentes, sem distinção de nação ou de religião.⁶⁷⁸ Observamos que no decorrer do século XIX, os falecidos na Santa Casa são, em sua maioria, pobres, idosos, militares e pessoas vindas de outras localidades. Possivelmente não tinham família ou alguém que cuidasse de suas moléstias.

O memorialista Henrique Barbosa da Silva Cabral relembra que nenhuma pessoa, independentemente de sua condição financeira, seria capaz de procurar uma casa de saúde. “Sofresse que incômodo fosse, todo o tratamento seria em casa. Os próprios médicos tinham consultórios em suas residências”.⁶⁷⁹ Ainda de acordo com o autor:

Apenas os velhos das classes humildes, quando carcomidos pela idade, sem forças para trabalhar ou mesmo para esmolar, vendo que a morte se avizinhava, ou os miseráveis, desprovidos da sorte, quando atacados de moléstias que haviam de detê-los no leito por mais tempo, procuravam a Casa de Misericórdia.⁶⁸⁰

⁶⁷⁷ Disponível no site: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/cadastro/historicosantacasa.shtml>>.

⁶⁷⁸ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 84.

⁶⁷⁹ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 277.

⁶⁸⁰ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 277.

Temos em nossos registros 144 mortes no Hospital da Misericórdia, entre 1855 e 1900, perfazendo 3,36% do total do período. Desses falecidos, 27 foram sepultados no cemitério da capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, que se localizava quase em frente à Santa Casa. Tal se constituía numa irmandade cujo perfil social de seus confrades era o de pessoas mais simples. Constituída basicamente por crioulos, tanto escravos como forros, recorriam a Nossa Senhora das Mercês, que era invocada como libertadora dos cativos. Era função dos irmãos livres, a arrecadação de pecúlio, para auxiliar na alforria de seus confrades.

Temos também grande número de enterros no cemitério da capela de São Francisco de Paula, que também ficava próximo ao hospital. Como a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto não tinha cemitério próprio, fez com a Irmandade convênio para enterrar ali seus mortos.⁶⁸¹

Concluimos que não era a proximidade geográfica que determinava o local das inumações, mas o perfil social dos mortos no hospital, pois foi comum haverem sepultamentos no cemitério da capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, filiado à paróquia de Antônio Dias e a considerável distância do hospital.

O destaque, no entanto, é o número expressivo de sepultados na capela do Rosário dos Pretos. Estes somam 32, ou seja, 28% dos falecidos no hospital. É característica dos assentos de óbitos, no decorrer do século XIX, maior detalhamento nos registros de escravos ou de pretos. Por isso, podemos identificar o perfil daqueles que, mortos na Santa Casa, foram enterrados no Rosário, apesar de não termos dados para todos. Dezesete falecidos constam como pretos e somente um como pardo. Com relação à condição social, dois são livres, catorze são forros, cinco são cativos e quatro são emancipados, ou seja, são africanos livres que trabalhavam para o governo da província, após terem aportado como escravos indevidamente após a lei de 1831 e terem ficado sob tutela do governo imperial.⁶⁸²

⁶⁸¹ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 92: “Para sepultar os indigentes, fez um acordo com a Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelo qual esta lhe cede covas em seu cemitério mediante o pagamento anual de 400\$000”.

⁶⁸¹ Cf. CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*.

⁶⁸² No Capítulo III, analisamos a presença dos africanos livres em Ouro Preto.

Temos informações sobre o perfil de 73 falecidos no Hospital da Misericórdia, que confirmam o relato de Henrique Cabral na citação acima. Tanto militares, como pessoas oriundas de outras vilas, cidades e até países, morreram no hospital. Entre os livres, destaca-se o registro de 19 forasteiros, sendo alguns estrangeiros, como Giovani Girard, austríaco, solteiro, de 45 anos, que estava em Ouro Preto trabalhando construção da estrada de ferro. Três pessoas eram moradoras de outra localidade, e estavam na capital por ocasião de sua moléstia. Entre os cinco militares, nem todos eram de baixa patente. Temos, por exemplo, o registro de um tenente e de um cabo graduado. Em outros três casos, o enfermo era militar e forasteiro. Em 15 de janeiro de 1872, faleceu com todos os sacramentos, Marcello Soares do Nascimento, soldado da Companhia de Cavalaria de Linha. Era natural de Rio Pardo. Destacam-se também 10 idosos e uma doente mental (mentecapta). Identificamos a internação de onze forros, sendo que, destes, 4 vieram de outra região. Estiveram também, no hospital, em seus últimos momentos, sete escravos e dezesseis africanos, sendo dez libertos e seis livres ou emancipados.

A implantação da Santa Casa de Misericórdia em Ouro Preto se dá a partir da instituição da Irmandade de Sant'Ana, sua padroeira. “Esta corporação, que desde seu começo visava à criação e manutenção de um hospital para tratamento dos enfermos pobres desamparados, foi fundada em 02 de outubro de 1730”.⁶⁸³

Em 16 de abril de 1738, é expedido alvará de licença para ereção da capela de Santana, sendo que o hospital foi inaugurado pelos anos de 1740, no antigo edifício da Assembléia Provincial (depois Câmara dos Deputados e Congresso Mineiro), aí permanecendo até 1855, quando, por autorização da Lei Provincial nº 3.186, de 23 de novembro de 1884, foi transferido para o prédio da Rua Nova, chamado Xavier, em que se achava estabelecido o quartel de polícia.

O major de engenheiros Modestino Augusto de Souza Martins organizou o projeto e o orçamento da adaptação e grande acréscimo do prédio. As obras de pedra foram contratadas a João Rodrigues Ferreira, em 03 de junho de 1885. “A primeira pedra foi lançada com grande solenidade, a 19 de setembro de 1885 com a presença do

⁶⁸³ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 84.

Revmo. Cônego Luiz Thirezio da Costa Braga, capelão do Hospital” e demais autoridades.⁶⁸⁴

Em 1888, a Santa Casa de Misericórdia resolveu organizar uma empresa funerária, obtendo para isso o privilégio autorizado pela Resolução nº 3.571, de 28 de agosto de 1888. Mandou vir todo o material necessário, o qual chegou em 1890. A dificuldade, porém, de condução para o cemitério do Saramenha, cuja administração lhe era então confiada, fez com que não se pudesse levar avante essa empresa.



FIGURA 16: Vista lateral da Santa Casa de Misericórdia, no século XIX.⁶⁸⁵

A Cadeia Municipal foi outro local onde registramos grande número de óbitos. Locais de grande concentração humana são propícios para grande mortandade, como é o caso das prisões. Podemos observar elevado número de óbitos naquele espaço nos períodos de epidemia. De acordo com Burton, os presos somavam 454 homens e 12 mulheres em 1867. No andar superior, localizavam-se a enfermaria e as salas destinadas

⁶⁸⁴ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 86.

⁶⁸⁵ Acervo Fernando Moraes [s. d.].

aos recrutas dispostos a desertar.⁶⁸⁶ Os quartéis também se inseriam nessa categoria, sendo que a situação se via piorada devido ao deslocamento contínuo de soldados pela província, fator decisivo para a irradiação das doenças contagiosas.

O jornal *O Universal* de 08 de janeiro de 1840 trata detalhadamente dessa questão. De acordo com o edital, o “contagio de bexigas tem aqui se desenvolvido extraordinariamente, varias pessoas tem sido victimas (sic) dessa peste assoladora da humanidade”. A doença teria sido passada por um recruta, “e com tanta violência que há poucos dias existiam 15 ou 16 réus no hospital da Santa Casa de Misericórdia transferidos da cadeia para serem ali tratados”. A situação agravava-se devido às condições precárias do local. Deixemos o próprio jornalista relatar:

A morte tem feito estrago nos doentes, ou seja pela qualidade das bexigas, ou pelo estado dos indivíduos existentes na prisão pública, onde a falta de asseio necessário, onde os alimentos de ordinário grosseiros, e apenas suficientes para manter a existência dos reos (sic). Não nos consta que o contagio tenha sido comunicado aos outros habitantes da cidade o que seria uma verdadeira calamidade.

A teoria de que as doenças se espalhavam por meio do vento ainda era legítima, pois “o local em que são tratados estando expostos ao vento que sopra de Mariana, ou da parte leste, pode muito facilmente levá-lo a todas as partes da cidade”. O próprio periódico propõe duas alternativas para a situação. A primeira, que se escolhesse

algum lugar onde ao menos os réus pudessem ser tratados fora das extremidades da povoação. Cremos ser este um dos casos previstos pela lei, e para quais se dá ao governo a faculdade de fazer despesas a que se chamam eventuais, e nos parece que qualquer despesa neste sentido não deixaria de merecer a aprovação da assembléia provincial.

Veremos, ainda, neste capítulo, que essa necessidade foi atendida, com a construção do Lazareto do Jardim Botânico. A outra proposta, era a vacinação, apesar da resistência da população a tão novo medicamento:

os conselhos e avisos dos professores são insuficientes, e parece que a necessidade aconselha alguma disposição legislativa penal para obrigar os homens a fazerem aquilo que o seu próprio interesse e conservação lhes aconselharia que houvessem feito antes que o mal aparecesse, e com eles seus funestos estragos.

⁶⁸⁶ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 302.

Mortes pontuais ocorrem em outros locais, como no caso do agrimensor dinamarquês Thovard Mollér que em 24 de março de 1895, aos 60 anos, morreu no Hotel Antunes. Não eram raros também desastres ocorridos na obra de construção da estrada de ferro. No entanto, a grande maioria dos falecimentos continua ocorrendo em casa, com o doente ao lado do padre e dos parentes.

5.5- O LOCAL DO SEPULTAMENTO

A resistência dos clérigos e da população em geral com relação à dessacralização do cerimonial funerário e do local do enterro pode ser observada não somente através das discussões políticas, mas também pela manutenção das práticas tradicionais de sepultamento no decorrer do século XIX. É interessante observarmos que as *Constituições Primeiras* já orientavam no início do século XVIII que, ao se erigir um templo, se deixasse espaço, ao redor da construção, para o cemitério. No entanto, ao analisar testamentos lisboetas que vão do século XVIII a 1830, Ana Cristina Araújo observa que

a escolha do lugar de sepultura pesa cada vez menos nas decisões dos testadores. É mais um encargo e motivo de preocupação para os vivos do que para os que falecem. Nas vésperas da revolução dos cemitérios, isto é, no decurso de 1830 e 1831, a percentagem dos que optam pela estratégia do silêncio sobe ligeiramente, vindo fixar-se nos 65, 9%. [...]

Neste contexto, pode dizer-se que o estado de espírito favorável à mudança de endereço dos mortos está já criado em Lisboa por volta de 1790.⁶⁸⁷

Como exemplo, recorremos a dois assentos onde consta, com detalhes, o local do sepultamento, pois com o decorrer do tempo, a referência passa a se tornar mais vaga, deixando dúvidas sobre a prática dentro dos templos ou nos cemitérios dispostos nos arredores deles. Em 09 de novembro de 1855, Marcelino Luis da Silva foi enterrado dentro da matriz do Pilar em sepultura da Irmandade das Almas. Em 13 de abril de 1856, Francisca, livre, foi enterrada na matriz do Pilar, em cova de Santo Antônio (*ad sanctos*). O primeiro enterro, em cemitério, ocorreu em 27 de junho de 1856, no Cemitério da capela dos Santíssimos Corações, São Miguel e Almas e Bom Jesus do

⁶⁸⁷ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 368.

Matozinhos. O defunto era um escravo. Mas a prática não se tornou recorrente. O segundo só aconteceu no mesmo local, em 13 de maio de 1857, tendo sido sepultado outro escravo. Em 09 de agosto de 1858, Francisco de Paula Ribeiro foi enterrado no interior da matriz de Antônio Dias, em cova da Irmandade da Boa Morte (*ad sanctos*). Em 11 de fevereiro de 1861, Francisca Alves, livre, casada, é enterrada no interior da matriz do Pilar. Em 28 de maio de 1861, é sepultado Antônio, inocente, também no interior da matriz.

A partir do início de 1862, os sepultamentos passam a ser realizados mais frequentemente nos cemitérios. Os três últimos que teriam sido feitos no interior do templo, dos quais temos registros, foram de Maria, na capela do Rosário dos Pretos, em 11 de julho de 1881, filha de Delfino Rodrigues Pinho e Carolina Xavier dos Santos; de Luzia, filha de Francisco Joaquim de Souza e Rosalina Maria da Conceição, na capela de S. Francisco de Paula, em 09 de novembro de 1881 e de Hippolyto, filho de Joaquim Antônio de Souza e Maria Gomes de Jesus, na capela dos Santíssimos Corações, em 10 de novembro de 1881. Os três, inocentes.

No entanto, a autora Cláudia Rodrigues cita a publicação de denúncia em um jornal de Minas Gerais sobre “um gravíssimo abuso” ocorrido em Ouro Preto. Tratava-se de enterramento de pessoas no interior das igrejas, em 20 de setembro de 1887.⁶⁸⁸

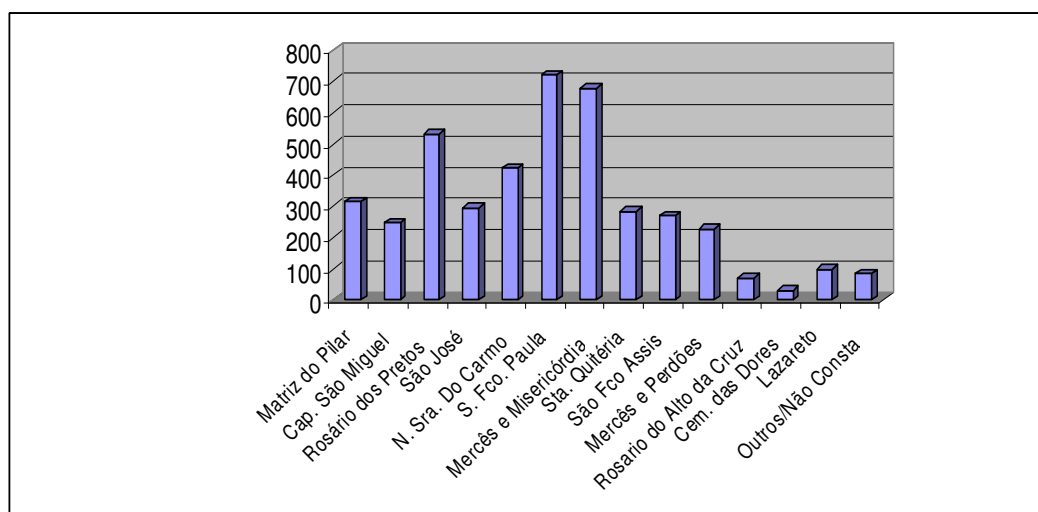
Para a solução da questão de enterros de acatólicos, observamos, em Minas Gerais, o estabelecimento de cemitérios específicos para protestantes. Em 1824, o Barão de Catas Altas vendeu as terras da mina de Gongo Soco à empresa britânica *Imperial Brazilian Mining Association*. De 1826 a 1856, foram apurados no local 12.887 quilos de ouro. Em 1856, a produção caiu, chegando a 29 quilos e, nesse mesmo ano, a mina foi abandonada. As edificações da mina e suas aldeias se estendiam por 1,5 km. Entre elas, estava o Cemitério dos Ingleses, onde eram enterrados os trabalhadores britânicos da mina, indicando a presença de cemitérios particulares exclusivos para postulantes de outras religiões nas regiões das minas. A presença desse e de outros cemitérios para protestantes nos revela que toda a polêmica em torno dos enterramentos, observada no legislativo da Corte, constituía-se, principalmente, como uma questão política. A presença dos chamados acatólicos serviu ao embate entre o poder laico e a Igreja

⁶⁸⁸ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além...* p. 296.

Católica, destacadamente a crítica do governo central à intromissão do Catolicismo nos assuntos da administração pública. As religiões protestantes, sendo cristãs, não desenvolviam práticas que agrediam culturalmente os católicos, principalmente por manterem seu culto de forma privada. Não construíam grandes templos, e além de considerarem o batismo e a eucaristia como sacramentos, tinham seus ritos nupciais e de enterramento bem próximos aos católicos. Em livro de óbitos da matriz do Pilar, consta que, em 18 de agosto de 1885, faleceu Augusto Guilherme Alexandre de Fues, de 32 anos, casado com D. Florentina dos Santos Xavier. Oriundo da Alemanha, era “lente” de francês no Liceu Mineiro. Foi sepultado no Templo dos Protestantes, em Passagem de Mariana, localidade bem próxima a Ouro Preto, no caminho para a cidade de Mariana.

A preferência dos devotos com relação aos locais de sepultamento pode ser visualizada a partir do seguinte gráfico:

GRÁFICO 29: LOCAIS DE SEPULTAMENTO ENTRE 1838 E 1897



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Os locais acima identificados se destacaram como a morada dos mortos ouro-pretanos no período estudado, mas não foram os únicos. Como veremos adiante, com os pormenores possíveis, cada um deles se caracteriza pelo montante dos sepultamentos e pelo perfil daqueles ali depositados. As irmandades, como associações de leigos que se uniam por interesses devocionais, sociais e assistenciais, acabavam por se definir a

partir do perfil social de seus confrades, e esse perfil pode ser visualizado por meio dos registros de óbitos. Afinal, fazia parte da preparação do devoto para a boa morte, a escolha do local de seu descanso eterno.

5.5.1- MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO

Temos 315 sepultamentos na matriz do Pilar. Desses, na maioria das vezes, não há qualquer indicação da cor ou da condição social dos mortos. No período de 1838 a 1868, temos algumas referências à cor, mas, após essa data, tal identificação desaparece. Foram ali sepultados 31 pretos, 21 pardos, 12 brancos e 1 índio. Este último foi batizado *in-extremis*: vindo do aldeamento [Nachueneu], foi ainda distinguido como habitante da Serra de Ibituruna, na margem do rio Doce. Foi sepultado no interior do templo, em 1864.

A referência à condição social é mais presente, e a proporção acompanha o perfil populacional da cidade, pois temos 149 livres, 5 forros e 66 escravos, correspondendo a 67,7% para os livres, 30% para os escravos e 2,3% para os forros.



FIGURA 17: Fundo da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Não há nenhuma evidência acerca da existência de um cemitério anexo ao templo-sede da freguesia, como podemos observar em fotografia com data aproximada de 1875. Por isso, os sepultamentos ali vão se tornando ausentes com o avançar do século. De acordo com Joaquim Furtado de Menezes, em 1837,

as Irmandades de Senhor dos Passos, SS. Sacramento e Santo Antônio, eretas na Matriz de Ouro Preto, resolveram construir um cemitério comum, ao lado direito da Igreja, e contrataram a sua construção com o Capitão-mor José Bento Soares, por 450\$000, depositando desde já em mãos do arrematante 50\$000 cada uma.

[...]

A 15 de outubro de 1843, resolveu a mesa de N. S. dos Passos reverter os 50\$000 de seu depósito em pagamento por conta de maior quantia devida ao Capitão Soares pela construção do Passo do Antonio Dias, visto não haver-se levado a efeito a construção do cemitério.⁶⁸⁹

Especificamente enterros *ad sanctos*, ou seja, no interior da igreja, foram comuns até 1869. Há registros de enterros em que consta o adro como referência até 1842. No entanto, a maioria não especifica o local exato da inumação. Houve 3 sepultamentos também sem indicação segura do local, em 1871 e 1872, referentes a 3 inocentes. As três crianças eram filhas legítimas, sendo que duas eram livres e uma fora alforriada em pia batismal.

Por fim, foi ali sepultado o cônego Joaquim José de Sant'Anna, em 1890, numa precedência reservada para os clérigos. Para os sepultamentos dos demais paroquianos, restaram as diversas capelas filiais, algumas das quais, foram privilegiadas, pois localizavam-se em locais altos e “lavados pelo vento”, como era de orientação da ciência médica da época.

5.5.2- CAPELA DOS SANTÍSSIMOS CORAÇÕES, SÃO MIGUEL E ALMAS E BOM JESUS DO MATOZINHOS

A capela tem tripla invocação, mas aparece na maioria dos registros como do Bom Jesus do Matozinhos, ou das Almas ou somente de Bom Jesus. Localiza-se no

⁶⁸⁹ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. P. 82.

bairro das Cabeças, em Ouro Preto, e pertence à freguesia do Pilar. O período da construção do templo estende-se de 1761 a 1792, portanto, já finalizado o período áureo da extração mineral na região. A veneração a São Miguel deu-se com maior fervor na primeira metade do século XVIII, “contando com o estímulo das autoridades eclesiásticas [...] e na compreensão pessoal do rei”⁶⁹⁰ D. João V. Em 22 de setembro de 1722, já temos referência à Irmandade de São Miguel e Almas, localizada no interior da matriz.

A relação do arcanjo com o culto às almas do purgatório dá grande popularidade à tal veneração. No entanto, a devoção sofre declínio no decorrer do século XIX, frente à propagação de novas invocações. A decadência não é abrupta, “ao contrário, resiste bem, atingindo com tranquilidade o próprio oitocentos”.⁶⁹¹ Em documento de 1867, os devotos do Senhor Bom Jesus instituem novo compromisso, com o objetivo de “reviver a antiga Irmandade de São Miguel e Almas”.⁶⁹² De acordo com a professora Adalgisa Arantes Campos, “na Capitania, as irmandades de São Miguel foram, mormente constituídas por brancos, embora no plano individual a veneração não fosse restrita”.⁶⁹³ Não pudemos constatar esse dado a partir dos assentos de óbitos, pois para um total de 247 sepultamentos, só consta a cor dos mortos em 33 registros, sendo cinco brancos, oito pardos e vinte pretos. Desses últimos, um era mendigo, outro era surdo-mudo. Um faleceu no Lazareto do Jardim Botânico e outro no hospital, ou seja, é bem possível que também fossem pobres. O último sobre o qual temos alguma informação era escravo de uma viúva.

De acordo com a professora Adalgisa Campos, “na maioria das vilas, na ausência das Misericórdias, as irmandades do Glorioso Arcanjo alugavam seu esquife a preços módicos ou até mesmo faziam o funeral daqueles que não tinham recursos para

⁶⁹⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. *Memorandum* – Memória e História em Psicologia. v. 7, out. 2004. p. 7. Disponível na Internet, em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/campos01.htm>>.

⁶⁹¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. p. 7.

⁶⁹² CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. p. 9.

⁶⁹³ CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. p. 7.

isso”.⁶⁹⁴ Assim, os sepultamentos se davam sob os auspícios da caridade, característica das invocações sediadas naquela capela. A informação sobre a condição social daqueles sepultados ali, apesar de também constar numa minoria de registros, é mais esclarecedora, pois se em 126 óbitos não consta essa informação, temos 97 livres citados, para 19 escravos e 5 forros. Portanto, dos 121 óbitos, em cujos registros constam a indicação da condição social, 80% deles referem-se a livres.

Os enterros no interior da capela se estendem até 1867. Há duas exceções, com o sepultamento de Pedro Dias de Paula, em 14 de março de 1872, atrás do Altar dos Passos, e de Hippolyto, de 14 meses, sepultado *ad sanctos* em 10 de novembro de 1881. Os sepultamentos no cemitério têm início em 1870.



FIGURA 18: Vista parcial do atual cemitério da capela do Senhor Bom Jesus do Matozinhos.⁶⁹⁵

A localização da capela propiciou a construção de amplo cemitério nos fundos do templo, se considerarmos o padrão ouro-pretano. O local é alto e arejado, portanto, de acordo com as novas concepções higienistas da época. Além disso, o bairro, situado na saída da cidade, não fica próximo ao núcleo urbano mais central. A professora

⁶⁹⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. p. 7.

⁶⁹⁵ Vemos, ao centro da foto, a pequena capela, e, ao fundo, o ossuário; após período estabelecido, os ossos são retirados das tumbas e guardados em pequenas gavetas, pois nem sempre os túmulos são jazigos eternos. Atualmente, o cemitério se estende por mais dois níveis, constituindo-se num dos maiores da cidade.

Adalgisa considera que a devoção a São Miguel⁶⁹⁶ perde alcance com o decorrer do tempo em benefício de outras devoções mais ao gosto oitocentista. No entanto, não observamos esse perfil decadente da Irmandade em Ouro Preto. As irmandades que conseguiram construir cemitérios em seus adros continuaram a ser procuradas, talvez não tanto pela especificidade da invocação, mas pela possibilidade de compor práticas seculares com as novas concepções de urbanidade.

5.5.3- CAPELA DO ROSÁRIO DOS PRETOS

A devoção a Nossa Senhora do Rosário surgiu no início do século XIII, instituída por São Domingos, sacerdote castelhano que funda a Ordem dominicana na França. Apesar de sua origem europeia, a veneração à Virgem do Rosário foi muito popular entre os negros africanos, que muitas vezes já a conheciam, pois “era conhecida pelos escravos bantos, oriundos de Angola e Congo, onde os colonizadores, principalmente portugueses, a introduziram”.⁶⁹⁷ A difusão da devoção à Nossa Senhora do Rosário, no Brasil, se deu pelos franciscanos e “logo se propagou, nos engenhos e fazendas, entre os escravos que se identificavam com as orações simples, ave-maria e pai nosso”.⁶⁹⁸

Os ritos funerários tinham forte significação para os africanos, sendo fundamentais para seu restabelecimento social nas novas terras, apesar do cativeiro.

Os ritos funerários fazem ver aos africanos os elementos que extrapolam a própria morte, ou seja, a participação do indivíduo morto no plano do sagrado – no seio dos ancestrais. Além do mais, toda a sociedade participa e é testemunha da distribuição da energia vital da pessoa que morreu para os elementos naturais, como a terra que abrigará seu corpo. A vitalidade da pessoa morta é transferida para os elementos naturais que vão contribuir para a vida da comunidade. [...] Quanto ao indivíduo que morreu, ele passa, por causa da imortalidade, a fazer parte de um plano onde estão os ancestrais, onde sua energia

⁶⁹⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. p. 7.

⁶⁹⁷ BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade...* p. 100.

⁶⁹⁸ BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade...* p. 99.

vital fará parte agora do *zamani* – a não ser que ele volte para a comunidade.⁶⁹⁹

A Irmandade do Rosário apresentava-se, portanto, como forma de recuperação da rede social dos africanos que havia se rompido com o tráfico. Mesmo frente à instabilidade de suas vidas, pois poderiam ser vendidos a qualquer momento para qualquer lugar. Ao citar Russel-Wood, João José Reis menciona que constava em livros da irmandade do Rosário que, se um irmão “morresse em outra localidade ou província, “tinha assegurado um enterro decente e a celebração de missas por sua alma”.⁷⁰⁰ Os africanos, mediante os rituais católicos, mantiveram seus valores culturais mais profundos, conseguindo, assim, mesmo que minimamente, suportar a vida no cativeiro.

As irmandades do Rosário “foram as primeiras associações leigas a surgir nas Minas [...] e as mais precoces a deixar o recinto das igrejas paroquiais para constituir templo próprio”.⁷⁰¹ Além disso, estava entre as duas maiores venerações da capitania, além da Irmandade do Santíssimo. Essas características devem-se ao grande contingente de escravos presentes na área mineradora, principalmente na primeira metade do século XVIII.



FIGURA 19: Cena de Rugendas retratando um cortejo fúnebre de negros africanos.⁷⁰²

⁶⁹⁹ OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006. p. 56.

⁷⁰⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 146.

⁷⁰¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 35.

⁷⁰² Johann Moritz Rugendas, *Enterrement d'un nègre à Bahia* (1835).

Em Ouro Preto, foi constituída, inicialmente em 1715, e erigida como capela lateral no interior da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.⁷⁰³ Já em 1716, passou a ter capela própria, demonstrando, assim, já estar plenamente solidificada como associação. A Irmandade constituía-se basicamente por escravos africanos, e no decorrer do século XIX, passou a ser a preferida pelos africanos livres. No entanto, comportava também “número expressivo de mulheres, [...] além de mulatos, de brancos pobres e alguns ricos”.⁷⁰⁴ O capítulo 1 do Livro de Compromisso da Confraria de Ouro Preto estabelece que: “pode se tornar confrade toda pessoa preta ou branca, de um ou outro sexo, forro ou cativo, de qualquer nação que seja”. No entanto, o objetivo básico era atender aos negros, tanto africanos como crioulos, escravos ou forros. Esse aspecto fica bem claro no capítulo 2 do mesmo livro, que institui duas mesas administrativas. Uma formada por brancos que detinham os cargos de tesoureiro e escrivão. Outra mesa era formada por pretos, com seu rei e rainha (ou Juiz e Juíza) “de qualquer nação que seja, os quais serão eleitos todos os anos em mesa”, procurador e andador. O Escrivão e o Tesoureiro deverão ser brancos”. É possível que essa determinação tenha se dado pela ausência de africanos letrados, que pudessem dar cabo da tarefa de subscrever os livros, tratar dos contratos e da contabilidade da confraria. No entanto, o objetivo da corporação era o atendimento aos negros, como está bem descrito no capítulo 22. Ali fica claro que a participação de homens brancos na administração da Irmandade dar-se-ia por devoção, mas que o aspecto assistencial seria direcionado para os irmãos pretos e seus familiares.

Ordenamos e havemos por bem que todos os brancos que nesta Irmandade servirem de Protetor, Escrivão e Tesoureiro fiquem sendo Irmãos desta Irmandade e gozando de todas as graças e indulgências a ela concedidas e de todos os sufrágios e obras mereditórias que fizer, para o que assinarão termo e pagarão anual como os demais Irmãos, porém não pagarão entrada, [...] não terão voto em mesa, mais que no tempo em que servirem de oficiais dela, nem a Irmandade será obrigada a entrar, nem acompanhar sua mulher, filhos, se casados forem, só assim sendo estes irmãos. Porém, aos filhos do matrimônio dos nossos irmãos pretos, os acompanhará a Irmandade e lhes dará

⁷⁰³ ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. O negro no Barroco Mineiro – o caso da Igreja do Rosário de Ouro Preto. *Revista do Departamento de História*, n. 6. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, jul. 1988, p. 76.

⁷⁰⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 35.

sepultura, estando debaixo do pátrio poder, mas não se lhes farão sufrágios.⁷⁰⁵

O aspecto festivo do catolicismo barroco, com suas danças e procissões, agradava aos homens de cor, pois essas se aproximavam de suas práticas religiosas.⁷⁰⁶ Também nesse sentido a Irmandade do Rosário foi representativa para africanos. A festa da padroeira e a Folia de Reis são exemplos do espaço social constituído por escravos e forros, possibilitados pela confraria.



FIGURA 20: Pelo olhar de Rugendas, a celebração de Nossa Senhora do Rosário.⁷⁰⁷

As festas previstas no livro de compromisso eram as de “Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Antônio de Catalegerona, S. Elesbão, Santa Efigênia e o Natal”. Identificamos, no interior da capela, devoções a santos negros, representados em altares laterais, como o de Santa Efigênia, São Benedito e Santo Elesbão. Dessa forma, a Igreja se identificava ainda mais com aqueles fiéis e de certa maneira, adequava-os à cultura dominante. Por outro lado, muito se tem dito sobre o hibridismo cultural possibilitado pela Igreja Católica e as formas como os africanos se utilizaram do

⁷⁰⁵ ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. O negro no Barroco Mineiro... p. 77-78.

⁷⁰⁶ Sobre o significado dos rituais funerários barrocos para os negros, ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. *Revista do Departamento de História*, n. 6. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, jul. 1988. p. 109-122.

⁷⁰⁷ Johann Moritz Rugendas. *Fête de Ste. Rosalie* [1830].

Barroco, que possibilitava excessos (como danças e festas) e a infiltração de suas composições e práticas ancestrais.

É surpreendente como a Irmandade mantida a partir das entradas e anuidades dos filiados, em sua maioria escravos africanos, das esmolas e legados pios, empréstimos a juros e prestação de serviço fúnebre, pudesse construir capela de tão grande porte, com traçado arquitetônico tão inovador e erudito e decoração de tanta qualidade, como é a capela do Rosário dos Pretos em Ouro Preto. Não há documentação sobre o início das obras da capela atual. Sua construção se estendeu pela segunda metade do século XVIII, com referências a ajustes de novas portas e dos óculos em 1762 e da empena e frontispício em 1784 e 1793. A decoração interna iniciou-se por volta de 1784, justificando o gosto rococó ali presente. Sua planta, de inspiração italiana, é rara mesmo em Portugal. É considerada como a “obra máxima do barroco mineiro”, sendo formada pela “interseção de duas elipses, encaixadas em forma de oito, com corredores em torno da capela-mor e sacristia quadrangular na extremidade”.⁷⁰⁸

A capela do Rosário dos Pretos mantém-se como referência para o descanso das almas dos africanos, tanto dos livres como dos escravos, durante todo o período estudado. O número de sepultamentos ali é significativo, apesar de não constar referência alguma sobre a construção de um cemitério do Rosário. Mesmo para o período em que já não era prática recorrente o sepultamento no interior dos templos, encontramos a seguinte forma de registro: “enterrado na Capela do Rosário dos Pretos”, sem qualquer outra identificação do local exato onde o sepultamento tivesse se dado. O cemitério caracterizava-se por ser espaço sagrado, a céu aberto e murado. A capela do Rosário dos Pretos, localizada no bairro do Caquende, tem ampla área circundante, inclusive projetando-se para o fundo. É possível que as inumações se dessem ali, apesar de não se constituir em espaço cercado. Não temos a data exata para a foto abaixo, mas refere-se à segunda metade do século XIX.

⁷⁰⁸ ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. O negro no Barroco Mineiro... p. 74.



FIGURA 21: Panorama da Ouro Preto oitocentista, com a capela do Rosário dos Pretos em destaque.⁷⁰⁹

No centro da imagem podemos visualizar a parte posterior e lateral esquerda da capela do Rosário dos Pretos de Ouro Preto. Temos visão parcial também do espaço à sua frente. Nada nos dá indicação da existência de cemitério ali construído.

Os sepultamentos na capela do Rosário dos Pretos somam 533, perfazendo 12,4% do total de enterros do período, representando a terceira em número de enterros. No quadro abaixo, constatamos a preferência da devoção entre pretos, sendo que os escravos se impunham com maior representatividade.

**QUADRO 34: SEPULTAMENTOS NA CAPELA DO ROSÁRIO DOS PRETOS
POR CONDIÇÃO SOCIAL E COR**

Cond. Social/Cor	Branca	Preta	Parda	N/C	Total geral
Emancipados		04			04
Escravos		109	30	109	248
Forros		60	06	17	83
Livres	03	30	06	51	89
N/C		21	6	81	109
Total geral	03	228	48	254	533

⁷⁰⁹ No centro: capela do Rosário dos Pretos, indicando extensa área atrás do templo, mas sem nenhum traço de cemitério. Ao fundo: capela de São Francisco de Paula. Acervo do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da UFOP.

Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

É interessante observarmos a ausência tanto de catacumbas, como de cemitério murado, nos arredores da capela. Consideramos que, se entre os brancos, não houve desaprovação quanto à retirada dos corpos do enterramento direto no solo, entre os negros, o novo costume não receberia aceitação, devido à forte ligação destes com a terra. Devido à sua tradição basicamente agrária, e à sua cosmovisão, os africanos consideram a terra “como uma divindade” e que ela tem íntimas relações com o preexistente. Tanto que nas comunidades africanas, o homem não pode apropriar-se da terra, pode somente ocupá-la.⁷¹⁰ Esse aspecto também explicaria a grande importância dada pelos africanos ao local do sepultamento.

5.5.4- CAPELA DE SÃO JOSÉ

A Irmandade de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados foi criada, inicialmente, no interior da matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias. Posteriormente, construiu capela própria em área sob a jurisdição da paróquia do Pilar. O templo que vemos atualmente foi iniciado em 1754, sendo concluído somente em 1828. Seu interior sediou invocações masculinas e femininas, protetoras de profissões e da vida cotidiana,⁷¹¹ pois São José era o protetor dos ofícios mecânicos e das famílias, constituindo-se, portanto, basicamente por pessoas das camadas médias da população ouro-pretana. Ali foram enterrados 295 fiéis. Em 51,8% de registros, consta a condição social daqueles ali sepultados. Destes, 95% são livres. Temos o registro de somente um escravo ali inumado. Já com relação à cor, a porcentagem discriminada é bem menor, não chegando a 20%, aspecto que prejudica a determinação do perfil daqueles ali sepultados. No entanto, já considerando a fragilidade da análise, temos 63% pardos, 24,5% brancos, e somente 12,5% pretos.

No compromisso aceito em mesa, em 19 de março de 1822, consta que a Irmandade se obriga a edificar cemitério privativo, devido à proibição de enterros no

⁷¹⁰ OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão africana no Brasil...* p. 59.

⁷¹¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 45.

interior da capela. No entanto, temos sepultamentos *ad sanctos* até 1865, e os enterros no cemitério têm início em 1875.

Em 1895, foram feitos emboçamento do telhado, limpeza completa nas paredes exteriores e paredões do adro e do cemitério, e no ano seguinte no interior da Igreja. Entre 1901 e 1904, caiu duas vezes o paredão de arrimo do cemitério. Por isso, em reunião de 24 de abril desse último ano, resolveu a mesa aumentar o cemitério para trás da capela, cessando o enterramento na parte sustentada pelo paredão desabado. Foi então construída a parte em que se fazem hoje os enterramentos, sendo marcadas e numeradas as sepulturas, feito o depósito para ossos, feitas sarjetas para escoamento das águas e passeio em torno da Igreja.



FIGURA 22: Aspecto atual da capela de São José, com seu cemitério lateral e posterior ao templo.

5.5.5- CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS E MISERICÓRDIA

A aprovação do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto foi proferida em 03 de março de 1815 pela Mesa de Consciência e Ordens, sediada no Rio de Janeiro. No compromisso já consta a proibição dos enterramentos dentro do templo. A capela de Nossa Senhora das Mercês possui pequena área nos fundos e na sua lateral. Localizada próxima à praça da Independência, atual praça Tiradentes, em local de trânsito, pois fica ao lado da saída para Cachoeira do Campo, não preenchia os requisitos científicos da época. No entanto, encontramos, nos livros de óbitos da matriz, 677 sepultamentos ali registrados.

Desde 1838, momento inicial de nossa pesquisa, já não há referência aos enterros no interior do templo, mas no adro, ou seja, no espaço circunvizinho ao templo. O adro caracterizava-se por ser local aberto, e por isso, até meados do século XIX, considerado menos digno que o interior do templo para a guarda dos corpos dos irmãos. Realmente, até o período estudado por nós, no adro ficavam escravos, mendigos e pessoas não ligadas a irmandades, pois ali se faziam enterros pelo “amor de Deus”. Para que esse local se transformasse em cemitério era preciso que fosse murado e fechado, para resguardar os corpos dos confrades ali enterrados dos ataques de animais e do desrespeito de transeuntes. Aqueles sepultados ali não estariam desobedecendo às leis que proibiam os sepultamentos *ad sanctos*, e não se veriam afastados do convívio dos vivos.

O primeiro enterro no cemitério é datado de 28 de janeiro de 1861, confirmando, portanto, a referência dada pelo professor Furtado de Menezes, que nos informa sobre sua construção por volta de 1860, fato que ocasionou demanda por supostos prejuízos a vizinhos.⁷¹² Essas demandas apontam para a mudança de mentalidade sobre as práticas mortuárias que já se formava entre a população ouro-pretana, pois é sinal de que a proximidade com os mortos passa a ser motivo de incômodo para os vivos.



FIGURA 23: Capela de Nossa Senhora das Mercês de Misericórdia de Ouro Preto, em registros atuais.⁷¹³

⁷¹² MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. Nota 45, p. 138.

⁷¹³ As fotos contemplam o cemitério lateral e o ossuário, que fica localizado nos fundos da capela. Observe, na primeira foto, ao fundo, a pequena capela arruinada.

De acordo com Furtado de Menezes, o perfil dos irmãos da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês de Ouro Preto era de “homens de acidentes pretos, crioulos”,⁷¹⁴ ou seja, de mulatos e escravos nascidos no Brasil. A devoção a Nossa Senhora das Mercês teve grande número de seguidores crioulos escravos e forros, pois se caracterizava por interceder pela alforria de seus membros. Já tivemos indício dessa assertiva com aqueles que, mortos na Santa Casa, foram sepultados sob a proteção dessa devoção. No entanto, esse perfil só pôde ser comprovado, de forma parcial, através dos assentos de óbitos, pois, ao analisarmos as fontes, encontramos mais uma vez grande silêncio acerca da cor e do lugar social daquelas pessoas. Num total de 678 registros, em 573 não consta a cor do defunto, e em 373 casos, não consta sua condição social.

Entre os registros onde consta a condição social dos sepultados, temos 253 livres, perfazendo 37,3%. Entre eles, 21 são pretos, 15 são pardos e somente 2 foram identificados como brancos. Entre os 38 forros, 15 eram pretos e 5 foram relacionados como pardos. Entre os escravos, também os pardos são minoria: somente 1, para 7 pretos. Entre os pretos, três são designados como crioulos. Na análise por cor, temos, 5 brancos, 2 cabras, 1 índia, 20 crioulos, 42 pretos e 35 pardos.

5.5.6- CAPELA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Em 08 de novembro de 1829, o arquiteto Manuel Fernandes da Costa foi contratado para a construção das catacumbas da Ordem Terceira do Monte do Carmo. No contrato foi especificado que estas deveriam ser construídas com cantaria do Itacolomi. Em 31 de junho de 1831, porém, é resolvido que, por economia, fossem feitas de tijolos, ficando de cantaria somente as soleiras das catacumbas de primeira ordem.

A Câmara Municipal havia concedido licença para a construção do Cemitério. No entanto, mandou suspender as obras por uma resolução tomada em 15 de abril de 1830, em acordo com o art. 61 das novas posturas. A Mesa da Ordem solicitou revogação desse artigo, em representação ao Conselho Geral da Província, a fim de lhe ser permitido enterrar os seus Irmãos nas catacumbas em adiantada construção. Essa representação foi enviada à comissão criada para examinar as Posturas das Câmaras,

⁷¹⁴ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 70.

sendo que seu parecer, datado de 11 de dezembro de 1830, nada resolvia, pois simplesmente pedia maiores informações à própria câmara.

A pendência foi resolvida da maneira mais diplomática possível. O Conselho resolveu que “em atenção a ter a Ordem Terceira do Carmo principiado, com autorização e aprovação da Câmara, a obra das catacumbas para os defuntos da Ordem, se lhe permita a conclusão das mesmas aceitando-se a coadjuvação que oferece a mesma Ordem Terceira para o cemitério geral, como consta da representação que endereçou ao Conselho”.⁷¹⁵ Ou seja, a Ordem Terceira poderia continuar a sepultar seus filiados nas catacumbas localizadas no adro do templo, mas se comprometia a auxiliar financeiramente a construção de um cemitério laico. No entanto, como veremos adiante, este não chegou a ser construído.

Em 17 de setembro de 1865, Francisco de Paula Machado foi contratado para construir as paredes exteriores e a capela semicircular das catacumbas. Dois anos depois, arrematou a construção das 30 últimas catacumbas.⁷¹⁶

Richard Burton faz menção às catacumbas da Irmandade do Carmo, em 1867. Descreve-as como pequenas e localizadas afastadas, mais ao sul do templo.⁷¹⁷

O cemitério da Ordem é posterior às catacumbas, tendo sido projetado pelo engenheiro Henrique Gerber, em 1861, que orçou em 19:000\$000 todas as obras. Foi concluído em 1897, juntamente com a construção de jazigos e catacumbas para menores.⁷¹⁸

⁷¹⁵ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 65.

⁷¹⁶ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 65.

⁷¹⁷ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 307.

⁷¹⁸ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 64.



FIGURA 24: Vista atual da área lateral da capela do Carmo.⁷¹⁹

A Ordem do Carmo era composta “por membros da alta hierarquia social, dos quais exigia a elaboração de um testamento, permanecendo muito seletiva, inclusive no próprio século XIX. Não aceitava irmãos de ofícios vis, pobres negros ou de sangue mestiço”.⁷²⁰ Além disso, era extremamente rígida com a preparação espiritual e bons costumes de seus filiados.

Temos o registro do sepultamento de 422 confrades, sendo que estão incluídos nesse total seus filhos e cônjuges, que tinham o direito de receberem sepultura da Irmandade. Mais uma vez, na maioria dos registros não consta a cor ou condição social dos defuntos. No entanto, podemos constatar a presença ali das altas camadas dirigentes e sociais da capital. Entre os funcionários provinciais, foram ali sepultados o contador da Tesouraria da Fazenda, o Inspetor da Tesouraria, além de funcionários federais, como o tenente e funcionário público da delegacia federal e empregados municipais, como o secretário da Câmara. Há a presença de estudantes e professores, além daqueles que foram identificados por sua patente militar: coronel, brigadeiro, comendador, capitão-mor, tenente, capitão, etc. A presença de pessoas de destaque social pode ser

⁷¹⁹ Vê-se, ao fundo, o cemitério, e, ao lado direito, a entrada para as catacumbas. Foto da autora.

⁷²⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 27.

descortinada por meio de registros mais detalhados, fazendo referência à encomendação e aos ofícios celebrados de forma solene.

Os membros da ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo não eram selecionados pelo dinheiro, mas principalmente por sua cor e condição social. Como exemplo, citamos José Lopes da Cunha, “natural da Europa” e casado com Thereza Maria de Jesus, “natural da Imperial cidade de Ouro Preto”. Falecido em 28 de junho de 1840, manteve o prestígio ao ser inumado juntamente com seus confrades, embora arruinado no final da vida, pois o casal era morador na praça da mesma cidade e “viveram de esmolas nos últimos meses de sua vida”.

Como demonstrativo da exclusividade daquele espaço, observamos excepcionalmente a presença de jazigos perpétuos e mausoléus com adornos nos estilos *art nouveau* e *art déco* característicos do final do século XIX e início do século XX,⁷²¹ mas praticamente ausentes nos cemitérios das demais capelas, onde os túmulos se caracterizam pela simplicidade, sendo que muitas vezes são identificados por uma cruz onde nem consta o nome daquele ali sepultado, mas somente as datas de nascimento e óbito.

5.5.7- CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

A Irmandade de São Francisco de Paula, transformada posteriormente em Ordem Terceira, era representativa dos mulatos e da elite crioula.⁷²² Da mesma forma como ocorreu com a capela de São José, a construção de seu templo foi demorada, sendo realizada entre 1804 e 1878. Como as capelas eram mantidas pelos irmãos devotos, as confrarias que tinham perfil mais popular obrigavam-se a estender a obra de acordo com sua disponibilidade financeira.

⁷²¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 33.

⁷²² CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 49.



FIGURA 25: Portada do Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula.⁷²³

Na portada do Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, localizado em amplo espaço ao lado da capela, está registrado o ano de sua inauguração: 1837. Lá foram sepultados 16,8% de todos os paroquianos do Pilar entre os anos de 1838 e 1900.

A Grande quantidade e o perfil popular de seus abrigados deveram-se à sua localização privilegiada e ao convênio firmado entre a Irmandade e a Santa Casa de Misericórdia, em 1888. O local, alto, e praticamente fora da urbe, onde está construído o cemitério pertencente à Irmandade de São Francisco de Paula, satisfazia plenamente as orientações sanitárias. Já o convênio estabelecido com o Hospital da Misericórdia, deveu-se à dificuldade de condução para o cemitério da Saramenha, cuja administração lhe era então confiada. Para sepultar os indigentes, fez um acordo com a Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelo qual essa lhe cederia covas em seu cemitério mediante o pagamento anual de 400\$000. Apesar da limitação dos dados, pudemos identificar entre os sepultados naquele espaço, 289 livres, 2 escravos e 2 forros. Nos

⁷²³ Localizada em amplo espaço, ao lado da capela, registra o ano de sua inauguração, 1837.

demais registros, não consta a condição social dos mortos. A identificação da cor é mais restrita ainda, mas temos o assento de 9 pretos, 1 indígena, 31 brancos e 60 pardos.

5.5.8- CAPELA DE SANTA QUITÉRIA DO ARRAIAL DA BOA VISTA

De acordo com o brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, o arraial da Boa Vista distava do centro da cidade duas léguas. Possuía 125 fogos onde residiam 692 almas no ano de 1837. Nesse distrito de Ouro Preto, havia duas capelas. A de Santa Quitéria e a de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Alemão. Temos 285 registros de sepultamentos nessas duas capelas. As pessoas enterradas nesse arraial moravam ali ou em arraiais próximos, como Bocaina e José Correa. Entre os sepultados, dos quais consta a condição social, 29 eram escravos, 10 livres e 4 forros. Não foi possível, por meio dos assentos, determinar o perfil econômico do arraial, pois somente consta a ocupação de um lavrador. O distrito passou por momento de expansão, na década de 80, devido à presença de trabalhadores na linha férrea, como no caso do português Joaquim da Fonte, que “faleceu de desastre no lugar denominado José Correia”, em 10 de novembro de 1885, ou no caso de Eduardo Fernandes, feitor dos trabalhadores no ramal da estrada de erro ouro-pretana, morto em 14 de dezembro de 1884. O falecido era “natural da província da Ponte [Vedra] do reino da Hespanha”.

Os livros específicos para o lançamento dos sacramentos depositados na matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto referem-se às cerimônias realizadas no templo-sede e em suas capelas filiais. No entanto, observamos, ali inscritos, número significativo de sepultamentos realizados em capelas de jurisdição da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias.

Esse aspecto é possível, pois não era raro que pessoas fossem filiadas a diversas associações religiosas. Ser irmão de determinada confraria era a maneira de se ver representado socialmente, participar da vida festiva religiosa e ter assistência nos momentos de doença e necessidade. Com isso, muitos contribuíam para tais irmandades e participavam de várias delas. Portanto, o local escolhido pela pessoa para seu sepultamento não deveria ser obrigatoriamente na freguesia onde residia. Como exemplo desse fervor devocional, citamos Manoel da Costa Ataíde. Nascido na cidade

de Mariana, em 1762, e falecido em 03 de fevereiro de 1830, o respeitado pintor se tornou membro de dez confrarias.⁷²⁴

Passamos, portanto a relacionar os óbitos cujos sepultamentos se deram nas capelas e cemitérios da freguesia de Antônio Dias, embora estejam registrados nos livros de óbitos da paróquia do Pilar.

5.5.9- CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

A devoção a São Francisco de Assis caracterizava-se pela inclinação penitencial e pelas ações caridosas, tão ao gosto dos católicos dos séculos XVIII e XIX. Temos número expressivo de sepultamentos realizados por essa Ordem Terceira, principalmente se considerarmos não fazer parte da freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Foram 271 sepultados, sendo que não temos o registro de nenhum escravo ou forro. Todos são livres. Da mesma forma como a Ordem Terceira do Carmo, essa confraria era bastante inacessível à participação de pessoas desqualificadas socialmente. Da mesma forma, pudemos identificar sepultados ali, funcionários públicos e pessoas com patente militar, como de tenente-coronel, major e capitão-mor. No entanto, em menor número que entre os confrades do Monte Carmelo.

No período inicial referente à nossa pesquisa (de 1838 a 1842), os sepultamentos eram realizados no adro da capela. De acordo com Joaquim Furtado de Menezes, o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Assis começou a ser construído por Manuel Fernandes da Costa em 28 de agosto de 1831, tendo sido o restante das obras contratadas com José Ribeiro de Carvalho em 08 de julho de 1838.⁷²⁵ Temos registros de sepultamentos naquele cemitério a partir de 1844, quando também têm início os sepultamentos nas catacumbas.

5.5.10- CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS E PERDÕES

Na freguesia de Antonio Dias, temos outra capela sob a invocação de Nossa Senhora das Mercês. Nos livros estudados, somamos 229 sepultamentos realizados na capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, número também

⁷²⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 2005. p. 67.

⁷²⁵ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 100.

expressivo, se considerarmos que a capela não faz parte da jurisdição da paróquia do Pilar. Os sepultamentos no cemitério não são precoces, iniciando-se em 15 de março de 1869.

Esta Ordem começou como simples Irmandade da Matriz de Antonio Dias, sendo ereta em 1743, segundo se deduz do compromisso votado em mesa-redonda a 19 de fevereiro de 1818. Tinha o título de Irmandade de N. Sra. Das Mercês dos pretos crioulos. Ela foi agregada à Ordem Terceira de N. Sra. Das Mercês por Provisão de 20 de dezembro de 1754.⁷²⁶

A confraria, que passa ao estatuto de Ordem Terceira, em 1847, agregava também pardos. Além disso, “admitia e incentivava a presença de mulheres. [...] Embora tivesse irmãos escravos, não aceitava aqueles de procedência africana”.⁷²⁷ Só possuímos informações sobre a cor de 9% daqueles ali sepultados. Entre estes, 2 eram brancos, 10 eram pardos e 15 eram pretos. Já a especificação sobre a condição social foi mais constante, sendo que temos informação para 47,6% dos registros. O perfil apresentado é de 95 livres, 13 forros e somente um escravo. Não temos dados que nos permitam deduzir a nacionalidade deste último. Entre os forros, três deles são pardos e 4 são pretos, sendo um africano e um crioulo. A presença de um africano flexibiliza a assertiva de Joaquim Furtado de Menezes. Nos demais casos, não consta a origem dos ali inumados.

O culto aos santos, incentivado pelo Concílio Tridentino, podia se expressar por meio de devoções, irmandades ou ordens terceiras. As primeiras não eram subordinadas a regimento nem tinham estrutura administrativa formada. As irmandades, para serem aprovadas, deveriam encaminhar o estatuto para as autoridades eclesiásticas competentes, que o aprovavam e autorizavam seu estabelecimento. Podiam, a partir daí, ter suas Mesas administrativas e arrecadar pecúlio e contribuições para assegurar diversos benefícios a seus irmãos. As Ordens Terceiras demandavam de seus confrades maior preparo espiritual e eram mais rígidas na cobrança de suas atitudes devocionais e sociais.

⁷²⁶ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 101.

⁷²⁷ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 103.

Na Ouro Preto do século XIX, diversas devoções haviam sido promovidas a Ordens Terceiras, algumas sem a exclusividade social observada nas mais tradicionais, como as do Carmo e a de São Francisco de Assis. Aquelas que construíram cemitérios anexos a seus templos tiveram suas atividades prolongadas, visto que conseguiram compor a tradição cultural com as novas concepções da modernidade. Não podemos deixar de citar também os benefícios financeiros decorrentes da preservação da prática mortuária sob os auspícios daquelas confrarias.

5.5.11- CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO ALTO DA CRUZ

Da mesma forma como vimos no caso da Irmandade das Mercês, temos em Ouro Preto a Irmandade do Rosário dos Pretos nas duas freguesias. A capela do Rosário do Alto da Cruz refere-se à atual matriz de Santa Efigênia.⁷²⁸ Da mesma forma como aquela localizada no bairro do Caquende, tal capela abrigava basicamente os irmãos africanos, que encontravam ali possibilidade de inserção social e amparo nos momentos de doença e por ocasião de seu falecimento.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz teve sua origem na matriz de Antonio Dias, por volta de 1718, estabelecendo-se na capela do Padre Faria. A construção de seu templo próprio estendeu-se de 1733 à década de 80, tendo sido construído e ornamentado às custas de seus devotos leigos.⁷²⁹ Temos 70 sepultamentos realizados nessa capela que também possui posição privilegiada para realização de enterros, por se localizar em local alto e afastado do núcleo urbano.

De acordo com Joaquim Furtado de Menezes, no livro de compromisso da Irmandade, aprovado por provisão real em 1788, e em seus livros de entradas de irmãos, constata-se o aspecto democrático da Irmandade das Mercês, pois eram admitidos, indistintamente, brancos e pretos.⁷³⁰ No entanto, nossos registros nos permitem constatar a preferência pelos irmãos pretos, que somam 35, enquanto temos somente 7

⁷²⁸ Atualmente, Ouro Preto conta com três paróquias (a de Nossa Senhora do Pilar, a de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, e a de Santa Efigênia), diferentemente da época estudada, quando existiam apenas as duas primeiras.

⁷²⁹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado...* p. 83.

⁷³⁰ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. p. 107.

pardos e nenhum confrade é descrito como branco. Em 28 casos, não consta a cor do falecido.

Documentos pesquisados por Menezes ainda nos dão conta de que, em 1857, o cemitério já estava construído, pois “a igreja foi caiada por dentro e consertadas as campas que faltavam”. Em 01 de outubro de 1883, o mesmo cemitério é objeto de contrato para sua ampliação. A empreitada foi entregue a Vicente Ferreira da Silva.⁷³¹

5.5.12- CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS DORES

A Irmandade de Nossa Senhora das Dores surgiu em 06 de abril de 1770, também no interior da matriz de Antonio Dias. Em 31 de janeiro de 1775, passou-se “provisão para a dita ereção com materiais perduráveis”, no “cemitério da Matriz”. Se na matriz de Nossa Senhora do Pilar, não foi construído cemitério, aquele construído ao lado da matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias foi transferido para local mais amplo, alto e afastado. Para tanto, foi construída a ermida de Nossa Senhora das Dores ainda na segunda metade do século XVIII. Furtado de Menezes nos relata que a capela atual é relativamente recente, tendo estado constantemente em obras. A Irmandade passa ao estatuto de Ordem Terceira, em 1862.⁷³² Possui amplo cemitério lateral ao templo, e sua localização em lugar alto e relativamente distante permitiu que ali fosse sepultado número expressivo de irmãos. Temos em nossos livros 33 óbitos registrados, pois tal cemitério contempla de maneira mais ampla, a população da freguesia do Antônio Dias.

5.5.13- ENTERROS NO LAZARETO DO JARDIM BOTÂNICO

A preocupação com a saúde pública está presente nas vilas e cidades a partir da segunda metade do século XIX e pode ser observada através das constantes posturas das Câmaras municipais. Em nossa documentação, esta é evidenciada pelos enterros no Lazareto, localizado no Jardim Botânico de Ouro Preto para acolhimento e tratamento das vítimas das epidemias. O Jardim Botânico já existia desde o início do século XIX e teve seu período áureo na década de 40. Foi criado com o objetivo de pesquisa a

⁷³¹ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. Nota 97, p. 153.

⁷³² MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. Nota 103, p. 154.

respeito de novas espécies de plantas exóticas que pudessem ser cultivadas na região, inclusive para possível exploração econômica. Ali foi implantado o cultivo de chá, foram plantadas árvores frutíferas, foi iniciada criação de abelhas para produção de mel e cera, foi projetada a criação de bicho da seda e outras atividades.

Além disso, ali foi fundada uma escola agrícola e construída ampla sede, uma casa assobradada, toda construída de pedras.

Em relatório para a Assembléia Provincial, o presidente já alertava para a necessidade de construção de um *hospital de lázaros*, se possível em cada comarca. O hospital deveria ser estabelecido em lugar ameno e próximo da capital, para poder ser visitado pelas primeiras autoridades dela. Deveria ter espaço destinado a jardim ou horta e oficinas separadas para homens e mulheres, “em que cada um poderia empregar-se em alguma coisa útil em seu proveito ou da comunidade”.⁷³³

Na década de 70, o Jardim Botânico, distante do núcleo urbano 2 léguas, e localizado em região alta e “lavada pelos ventos” estava relativamente abandonado e por isso, foi escolhido como local apropriado para tratamento e sepultamento das vítimas das epidemias de varíola que se espalhavam pelas diversas províncias brasileiras nas décadas de 70 e 80. De acordo com Henrique Cabral, nos anos de 1874, 1876 e 1888, quando irrompeu a epidemia de varíola em Ouro Preto, o “vasto casarão serviu de lazareto para os variolosos ou bexigosos”. Ainda de acordo com ele, “tal era o número de doentes, em 1874, que o Governo alugou, no Alto das Cabeças,⁷³⁴ uma casa de propriedade de Antônio Vieira de Carvalho, para recolhimento dos que se achavam em convalescença”.⁷³⁵

As epidemias que grassaram o país no século XIX foram determinantes para a diminuição progressiva da concepção de “boa morte” do século XVIII, onde o enfermo se preparava para se juízo particular em seu leito e ao lado de seus familiares. As novas ideias médicas e higienistas se impunham frente à tradição e cultura religiosa dos moradores das cidades. Entre 14 de outubro de 1873 e 21 de fevereiro de 1875, foram 97 sepultamentos no Lazareto, coincidindo com o período da epidemia de varíola que se

⁷³³ Cf.: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/448/000006.gif>>.

⁷³⁴ Cabeças: bairro de Ouro Preto, localizado na saída para Cachoeira do Campo.

⁷³⁵ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 147.

espalhou pelo Império. O Lazareto de Ouro Preto torna-se o local da morte e de enterro higiênico naquele momento de crise.

Os princípios ligados à ideia de saúde pública tiveram início no ocidente no final do século XVIII. No Brasil, o controle se dava em cada província por um inspetor de saúde pública que tinha a responsabilidade de elaborar relatórios semestrais sobre o estado sanitário do território sob sua custódia. Normalmente eram escolhidos para tal cargo indivíduos com formação médica ou farmacêutica. Além disso, deveria haver em cada município:

um conjunto de comissários vacinadores nomeados pela referida inspetoria, cujos trabalhos eram coordenados por um entre eles com mais experiência no serviço e, principalmente, com pelo menos alguma instrução prática sobre farmácia e medicina, senão formados em uma destas áreas de conhecimento. Através das tarefas destes, as Câmaras Municipais enviavam para o referido inspetor pareceres sobre a situação local.⁷³⁶

Através de relatório elaborado pelo inspetor de Saúde Pública e Comissário Vacinador de Minas Gerais, o Doutor Carlos Thomas de Magalhães Gomes, datado de 15 de setembro de 1874, podemos constatar o impacto da epidemia de varíola em Minas Gerais nesse ano e no anterior. Primeiramente ele relata que a “varíola tem causado em diversas localidades desta Província estragos bem sensíveis”. De acordo com o doutor, a epidemia foi importada da capital do Império e da província de São Paulo e relaciona uma série de municípios assolados por tal doença. Bastava que uma só pessoa chegasse infectada pela doença para disseminá-la. O inspetor cita a presença de um negociante na freguesia de São Sebastião de Jacuí, recém-chegado da Corte. Apresentando-se afetado, transmitiu o mal às pessoas de sua família e desta para a população. Em Caldas, quase toda a população aterrorizada retirou-se da cidade. De acordo com seu relatório, a vacina já existia e nas localidades em que ela foi aplicada de maneira mais generalizada a mortalidade foi menor. Em outras localidades, vacinavam-se os familiares da pessoa infectada. Além da vacinação, como medida preventiva, foi adotado o estabelecimento de lazaretos, como maneira de isolamento dos doentes.

⁷³⁶ EUGÊNIO, Alisson. A epidemia de varíola em Minas Gerais. 1873-1874. Disponível na Internet, em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms17.htm>>. Acessado em 28/05/2007.

No Brasil, observamos a presença de Lazaretos em várias províncias e localidades, com várias finalidades. A Ilha Grande, província do Rio de Janeiro, se tornou nos séculos XVIII e XIX ponto de desembarque daqueles que chegavam ao país, inclusive oriundos do tráfico negreiro. Em 1884, foi construído na fazenda do Holandês, comprada por D. Pedro II, o Lazareto,

que serviu de centro de triagem e quarentena para os passageiros enfermos que chegavam ao Brasil (mais especificamente nos casos de cólera) chegando a atender mais de quatro mil embarcações durante seus 28 anos de funcionamento. Lazareto, hospital de isolamento, foi construído com a finalidade de abrigar viajantes portadores de doenças contagiosas, que vinham do exterior e lá ficavam antes de aportarem ao Rio de Janeiro.⁷³⁷

No mesmo ano, teve início a construção de um aqueduto e de uma represa para abastecer o Lazareto, concluídos em 1893.

Há registro da construção de um Lazareto também no interior da província do Rio de Janeiro, próximo a Cantagalo, na fazenda de café Aldeia. Ali, Lazareto passou a ter o significado de hospital, como nos relata o Príncipe Adalberto da Prússia que lá esteve:

No lazareto, que viram primeiro, encontraram as enfermarias, como os quartos também, separados para ambos os sexos. Uma negra estava deitada na sua esteira de junco amamentando o seu negrinho a quem dera à luz a noite anterior. “Dentro de dois dias voltará ao trabalho”, disse o doutor ao Conde Bismarck, a quem devo este relato. Na enfermaria dos homens estavam três ou quatro negros, todos acidentados.⁷³⁸

Apesar da referência acima, o nome Lazareto carregava em si o significado de Hospital dos Lázaros, indicativo da necessidade de isolamento de seus internos, por risco de contágio. Ao visitar a cidade do Rio de Janeiro, o mesmo príncipe observa que:

Eleva-se naquela margem a serra dos Órgãos, como tubos de órgão, formando depois uma longa cumeada azul transparente, enquanto na praia deste lado se destaca, antes de tudo, o Hospital dos Lázaros,

⁷³⁷ Cf. <<http://www.ilhagrande.org/sys/s.ig?a=84>>. Acessado em 28/05/2007.

⁷³⁸ Cf. <<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/pdf/Amaxonas-Xingu/Amazonas-Xingu%201.pdf>>. p. 130. Acessado em 28/05/2007.

aquele grande edifício que fica num alto, e São Cristóvão eleva-se pouco antes da extremidade da baía, na orla da grande planície.⁷³⁹

Na província de Minas Gerais, os Lazaretos também foram construídos, e o relatório elaborado por Dr. Carlos relaciona sua presença em diversos municípios além de Ouro Preto, como em Campanha, Pitangui, Congonhas de Sabará, Formiga e Cabo Verde. Estes tinham como objetivo o recolhimento e tratamento dos doentes, com certeza atendendo principalmente às vítimas de doenças contagiosas.

O relato do Dr. Carlos é bem completo com relação à epidemia de varíola na capital da província. De acordo com o médico, tal epidemia foi causada, inicialmente, por Germano José Vicente, soldado do corpo policial, que chegou “com as bexigas”, vindo de Juiz de Fora em 14 de setembro de 1873. Este foi isolado no Jardim Botânico, mas o enfermeiro do lazareto, não pernoitando no local, “transmitiu o mal às pessoas de sua casa”. De acordo com o relatório, a doença teve sua fase mais crítica nos meses de março a agosto de 1874.

O lazareto de Ouro Preto converteu-se num verdadeiro hospital, e o responsável pela saúde pública faz questão de elogiar a colaboração da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, e a caridade dos habitantes de Ouro Preto, além de destacar a consideração do cônego Joaquim José de Sant’Anna, nosso conhecido vigário da matriz do Pilar. Este somou às suas funções o trabalho como capelão voluntário do lazareto, “achando-se na cabeceira dos moribundos sempre que sua presença ali fosse necessária a todos”. Seu objetivo era “levar aos enfermos da tão repugnante e temida enfermidade, as consolações e socorros espirituais”. O relatório ainda nos apresenta os números da doença registrados até a data de sua elaboração: “de 15 de setembro do ano passado até hoje, foram afetados 563 indivíduos, dos quais se curaram 381 e faleceram 181, achando-se em tratamento ainda 7 no lazareto, 9 na cidade e 5 na casa de convalescentes. É citado, ainda, que a vacina vinha sendo aplicada indistintamente a todos os habitantes da cidade. Entretanto, podemos observar, pelo relato do dedicado médico, a resistência de alguns com relação à eficácia da vacina: “os indiferentes e relaxados, os desvairados e incrédulos, os que dão uma prova da mais crassa ignorância

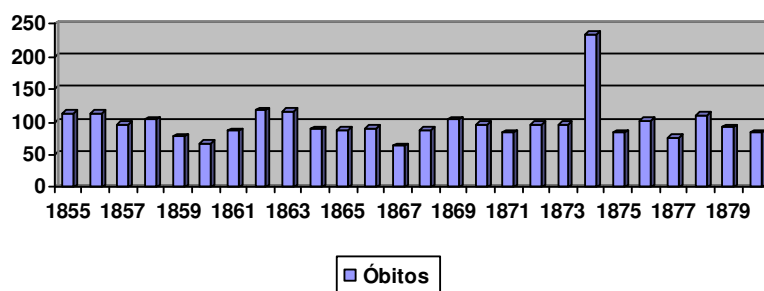
⁷³⁹ Cf. <<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/pdf/Amaxonas-Xingu/Amazonas-Xingu%201.pdf>>. p. 169. Acessado em 28/05/2007.

confundem a vacina com as “bexigas” e a supõem capaz de provocá-las e nelas se converter, têm pago caro a injustiça que fazem a uma das maiores e importantes descobertas da humanidade”.

Os enterros realizados no Lazareto edificado no Jardim Botânico de Ouro Preto, nos anos de 1873 e 1874, são indicativos da proeminência que o ideário médico-higienista vai alcançando sobre o religioso no século XIX. Apesar de as campas serem bentas e de os moribundos receberem os sacramentos e a encomendação costumeira, fica evidente que, nesse caso, a noção de saúde pública prevaleceu sobre a importância do enterro próximo aos templos.

O impacto da epidemia na capital mineira, em 1874, é constatado através dos registros de óbitos da paróquia do Pilar.

GRÁFICO 30: NÚMERO DE ÓBITOS POR ANO (DE 1855 A 1880)



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Com exceção do ano de 1874, observamos certa constância dos registros de óbitos no decorrer de 25 anos, apesar de haver determinados biênios com maior incidência de mortes. Não devemos nos furtar de alertar que parte da oscilação pode ser creditada a nuances nos registros. Destacamos os anos de 1855/56, quando a epidemia de cólera-morbo ainda se mostrava presente na província, e os anos de 1862/63, quando também há maior mortalidade. No entanto, nada comparado ao impacto da epidemia de varíola no ano de 1874. Nesse ano, Ouro Preto presenciou quase três vezes mais mortes que no ano anterior.



FIGURA 26: Foto do aspecto atual do pórtico que, possivelmente, dava entrada ao Lazareto de Ouro Preto.⁷⁴⁰

De acordo com nossos registros, a mortalidade no Lazareto concentrou-se no mês de junho de 1874, acometendo principalmente os presos da cadeia. As condições higiênicas precárias e a fragilidade da saúde dos cativos foram determinantes para que a varíola grassasse naquele local. Observamos também a ocorrência da “doença de bexigas” entre soldados, causada tanto pela vida nos quartéis, onde o contágio era propiciado, como pela grande mobilidade geográfica a que estavam sujeitos.

5.5.14- CEMITÉRIO DA SARAMENHA

Em 1876, é formada comissão para escolha do local adequado para a construção do cemitério público de Ouro Preto, após anos de discussão acerca da inconveniência do sepultamento no interior da urbe. Tal comissão era constituída pelo Dr. Carlos Thomas de Magalhães Gomes, inspetor de Saúde Pública; Manoel de Aragão Gesteira, cirurgião-mor de Brigada; e Manoel José do Pinho, lente do 3º ano do Curso de

⁷⁴⁰ Exceto pelas colunas e um muro de pedra, nada mais visualizamos do que foi o hospital e o cemitério do Lazareto. Hoje, essa área está nas mãos de particulares, mas há projeto do Estado de Minas Gerais para a formação de um parque público no local. Em 1835, ainda era possível identificar um chafariz “que se acha no Jardim Botânico em terrenos do Instituto Barão de Camargos”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde. vol. V, 1944-1948. p. 50.

Farmácia. No entanto, nenhum dos locais selecionados por essa ilustre tríade foi escolhido.⁷⁴¹

Somente após alguns anos “é autorizada a aquisição de um terreno localizado à margem do rio Funil, a aproximadamente 2,5 km da cidade, em local denominado Saramenha”.⁷⁴² Suas obras tiveram início em 1886, e sua construção seguia o modelo hierarquizado, definido pelas ideias iluministas francesas. “Sua área seria dividida em 4 quadras, sendo duas destinadas ao sepultamento de adultos e inocentes, uma para as Irmandades da cidade e outra aos acatólicos”.⁷⁴³ Em 1888, o cemitério foi inaugurado e sua administração entregue à Câmara Municipal. Em 1889, foi construída uma capela pelo Governo provincial. No entanto, como foi observado na época, “apesar de bem construído, não foi aceito pela população da cidade, servindo apenas para enterramento de indigentes”.⁷⁴⁴ Como se deu em outras localidades, o cemitério público municipal foi inaugurado com suas obras ainda inconclusas. Somente em 1892 foi considerado pronto. Nesse mesmo ano foi feito reboque de cal na capela do Saramenha e “pintura conforme a ordem recebida”.⁷⁴⁵

Temos, nos livros de óbitos da matriz do Pilar, dois registros de enterros feitos no cemitério da Saramenha. Em 17 de janeiro de 1893, faleceu Domingos dos Santos Dias, pedreiro, natural de Portugal, em decorrência de desastre ocorrido na estrada de ferro entre Tripuí e Rodrigo Silva. Em 30 de setembro de 1894, João Guedes, de 50 anos, atirou-se da ponte Xavier em Ouro Preto. No segundo caso fica claro o motivo da impossibilidade do sepultamento nos cemitérios das irmandades. O suicida, caso não fosse determinado seu estado de loucura, não podia ter sepultamento eclesiástico. No caso do português, podemos considerar a possibilidade de ter chegado recentemente à cidade, por motivo de trabalho. Não estando filiado a alguma irmandade e, possivelmente, sem laços de parentesco no local, precisou do apoio público para seu descanso final. Essas razões, apesar de hipotéticas, explicariam seu enterro em local tão pouco prestigiado.

⁷⁴¹ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições ...* p. 169.

⁷⁴² SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições ...* p. 170.

⁷⁴³ SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições ...* p. 170.

⁷⁴⁴ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 81.

⁷⁴⁵ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade...* p. 131.

5.5.15- OUTROS LOCAIS DE ENTERRO

Durante o período entre 09 de junho de 1835 e 06 de fevereiro de 1842, temos quinze enterros no chamado Cemitério Geral. De acordo com Furtado de Menezes, em ofício publicado no *Diário* de 11 de fevereiro de 1831, o Conselho Geral da Província solicita à Câmara Municipal de Ouro Preto que continue nas diligências para promover o quanto antes a construção do cemitério geral projetado. O Conselho ainda incumbe a Câmara que recomende às irmandades e fábricas das igrejas que não façam cemitérios senão em lugares já delimitados, “pois seria contrário ao fim da Lei e a comodidade da saúde pública”. Ainda de acordo com a administração provincial, não deveriam ser construídos novos cemitérios, mas, “tendo de os fazer, melhor e mais conveniente seria cooperarem para o geral”.⁷⁴⁶

Não foi exclusiva da Câmara de Ouro Preto proposta feita às irmandades e Ordens Terceiras para assumirem o custo da construção de um cemitério público. Dessa forma, elas poderiam ter ali sepulturas ou canteiros separados, para jazigo de seus confrades defuntos, além de locais para túmulos perpétuos, particulares ou familiares. Nesse caso, as “famílias deveriam concorrer com a quota correspondente para o dispendioso trabalho de fechar e preparar o lugar”.⁷⁴⁷

Outra referência ao Cemitério Geral nos é dada por Henrique Cabral, em sua obra sobre Ouro Preto. De acordo com ele, “por edital de resolução da sessão de 08 de julho de 1830, a Câmara Municipal pôs em hasta pública a construção do Cemitério Geral no Morro do Mocotó”. O próprio autor nos diz não ter encontrado mais nenhuma referência ao Cemitério Geral.⁷⁴⁸ Realmente, após os sepultamentos ali ocorridos entre 1835 e 1842, nenhuma outra indicação tivemos nos livros paroquiais ou outras fontes pesquisadas acerca desse cemitério. É possível que o local tenha sido demarcado, mas sua construção não tenha sido concluída, pois era costume que os enterramentos tivessem início mesmo antes da conclusão e da inauguração do campo santo. Entre os mortos ali sepultados, 3 eram réus que faleceram na cadeia, sendo que um deles era o índio Cipriano. Seis eram forros e nove eram livres. Não há registro de nenhum escravo

⁷⁴⁶ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 64.

⁷⁴⁷ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 64.

⁷⁴⁸ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. p. 80.

inunado no local. Entre os mortos ali sepultados, quatro eram crianças, sendo que, entre os adultos, seis eram crioulos. Pelo perfil social daqueles ali depositados, e por sua construção não ter sido concluída, podemos deduzir que a população ouro-pretana não aceitou a primeira proposta de construção um cemitério público e laico, definindo aquele local como de exclusão social.

Apesar de nosso estudo se limitar ao núcleo urbano de Ouro Preto, não podemos deixar de citar os sepultamentos que se davam em cemitérios particulares, nas imediações da cidade. Não era excepcional que parte da camada social mais abastada possuísse propriedades rurais próximas, onde, mediante solicitação ao bispo, podiam conseguir licença para a construção de capela ou oratório particular, próprios para se realizarem missas e se ministrarem os sacramentos. Sob a alegação da distância e do cuidado devido aos familiares, escravos e agregados, tais proprietários podiam também ter um cemitério em sua fazenda. Foi essa a solicitação feita ao bispo pelo alferes Antonio Pedro Cota, em 07 de novembro de 1838.⁷⁴⁹ Morador na sua fazenda Natividade, localizada no arraial de Antônio Pereira, alegou a distância “que não é pequena, [...] tendo de atravessar um grande ribeirão, que em tempos de águas, não dá passagem” para conseguir tal mercê.

A licença foi concedida, tanto para o oratório doméstico como para o cemitério, que deveria, no entanto, ser “cercado de forma que não entre nele animais”. Depois de cercado, o pároco ou outro sacerdote designado por ele deveria benzer o local “na forma do Ritual Romano” e os cadáveres ali enterrados deveriam ser encomendados. Não haveria prejuízo dos direitos paroquiais e da Fábrica da Igreja Matriz, devendo-se ter o cuidado, pois “logo os assentos se enviarão para se lançar no respectivo livro”.

Apesar de tantos cuidados para que não houvesse perda dos direitos paroquiais, é possível que esses óbitos não fossem lançados nos livros paroquiais. Estes deveriam ser anotados num papel à parte e posteriormente serem lançados em definitivo. A própria distância alegada no documento poderia ser responsável pela perda de registros. O distrito de Antônio Pereira não pertence à freguesia em tela, mas é possível que também naquela do Pilar lapsos acontecessem, pois não temos nenhum lançamento referente a enterros em propriedade particular.

⁷⁴⁹ Registros de óbitos da matriz do Pilar: volume 1866, rolo 055, p. 24.

5.6- MORTE E SEPULTAMENTO DE CRIANÇAS

A bibliografia consultada acerca dos costumes mortuários em Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro refere-se à morte das crianças abaixo de sete anos como de menor importância que a morte dos adultos, tanto para os familiares, como para a sociedade católica dos séculos XVIII e XIX.

As crianças até a idade de sete anos eram designadas como inocentes ou “anjinhas”. De acordo com a doutrina católica, tendo sido batizadas, as crianças teriam, caso falecessem, lugar assegurado no céu. O sacramento do batismo livrava-as do pecado primordial, e a falta de consciência sobre seus atos absolvía as pequenas faltas cometidas. Com isso, não necessitavam receber, nos últimos momentos, os sufrágios com vistas à sua salvação. Também o toque dos sinos era discreto, diferentemente dos badalos que anunciavam o óbito de pessoas adultas.

Viajantes estrangeiros surpreenderam-se com o descaso e até com o tom festivo que se imprimia ao cortejo fúnebre das crianças. O francês Tollenare fica verdadeiramente estupefato ao se deparar com negros e músicos “que vão à frente tocando rebecas, clarinetes e outros instrumentos”. O visitante estranhou também o costume de os familiares não acompanharem o funeral de seus filhos defuntos com menos de quatro ou cinco anos e, até, com “o abandono desses pequenos cadáveres nos adros das igrejas”.⁷⁵⁰

Dois outros aspectos chamam a atenção: a ausência do período de luto e a chamada “compulsão para um tipo de procriação reparadora”. De acordo com Ana Cristina Araújo,

é duvidoso que o desaparecimento de uma criança fosse sempre sentido como uma perda irreparável. A morte de uma criança, de idade inferior a cinco anos, tende a ser compensada, em regra, por outro nascimento, o que acontece até o limite da fertilidade humana. A reparação que se processa no domínio da natureza gera um complexo mecanismo de compensação que, do ponto de vista simbólico, assenta na tendência generalizada de se atribuir o nome do filho prematuramente falecido ao nascituro seguinte.⁷⁵¹

⁷⁵⁰ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 58. A visão dos viajantes estrangeiros acerca dos funerais de anjinho no Brasil também é analisada por: VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. *Revista Brasileira de História*. v. 22, n. 44. São Paulo, 2002.

⁷⁵¹ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 57.

Concordamos com a professora ao argumentar que o trauma pela morte do adulto era maior, devido inclusive ao tempo que levaria aquela família para se reorganizar sem aquele membro. A morte de uma mãe de família ou de um pai, provedor do lar, demandava tempo para que novos arranjos fossem feitos devido à ausência daquele ente. Daí a necessidade do período de luto, um momento em que a família se afastava do mundo cotidiano para reorganizar a rotina da organização familiar, dos negócios, etc.

Não consideramos, entretanto que esse comportamento social se devesse à desconsideração das famílias para com a morte de sua criança, ou pela fragilidade dos laços estabelecidos em tão pouco tempo. Sem querer entrar no aspecto psicológico, consideramos que num período em que a mortalidade infantil era imensa, todas essas ações visavam o conforto das famílias frente à perda irremediável. Além disso, os rituais festivos alinhavam-se à concepção barroca da morte, onde o maior terror não era o fim da vida terrena, mas a danação da alma.

Novamente temos o oitocentos como palco de transformações culturais, “pois segundo Philippe Áriès, o século XIX é marcado por ser o momento em que a criança passa a ser percebida como definitivamente distinta dos adultos”.⁷⁵² A criança adquire mais importância no seio das famílias, e se a morte do inocente era vista até então como fato natural, passa a ser vista como “a mais intolerável das mortes”.⁷⁵³

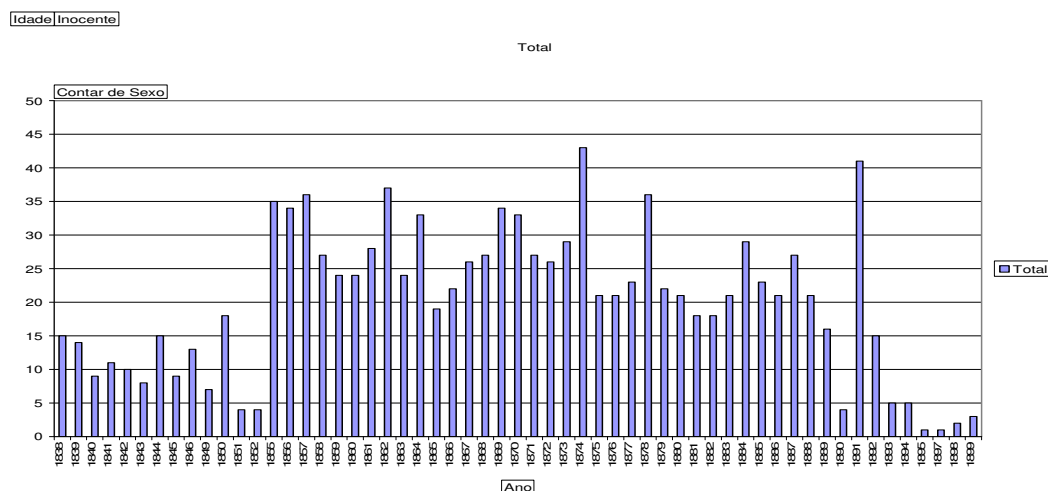
No gráfico abaixo identificamos a dinâmica dos óbitos das crianças. Nos anos de 1851, 1852 e 1890 temos uma redução drástica dos registros por desorganização dos livros paroquiais, devido à mudança do vigário. Os picos de mortalidade referem-se a 1874, ano da epidemia de varíola e a 1891. Ao compararmos os falecimentos das crianças de 1873 para o ano seguinte, registramos um aumento de 32,5%, bem abaixo do percentual verificado para os óbitos dos adultos. Esse fato pode ser determinado pelo menor impacto da epidemia sobre as crianças, como também pode denunciar que num momento de alta mortalidade, os registros dos inocentes eram desconsiderados, para se privilegiar os adultos, que necessitavam de assistência espiritual na hora da morte para

⁷⁵² VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 367.

⁷⁵³ VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 367. Nessa passagem, o autor cita Michel Vovelle.

garantir a salvação de sua alma. O grande número de assentos ano de 1891 pode ter sido para compensar o sub-registro do ano anterior.

GRÁFICO 31: ÓBITOS DE INOCENTES (1838-1900)



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Como já foi exposto no Capítulo I, até o ano de 1844, temos um livro específico para o lançamento dos óbitos dos livres, e um próprio para a capela de Santa Quitéria, onde estão contemplados os indivíduos das diversas condições sociais. Entre 1844 e 1854 os livros também não estão plenamente organizados. Somente a partir de 1855, quando o cônego Joaquim José de Sant'Anna assume a paróquia, os livros passam a ter maior rigor em seus registros. Após 1875, passada a epidemia de varíola, o número médio de óbitos das crianças diminui, pois não temos mais o registro das crianças escravas, pois Infelizmente, esse não foi localizado o livro próprio onde deveriam ser registrados os óbitos dos ingênuos. O impacto, no entanto, não foi tão drástico devido à pequena porcentagem de escravos na sociedade ouropretana do último quartel do XIX.

A dinâmica dos óbitos de crianças e adultos é bem diferente. São estes que delimitam a dinâmica mais geral, pois apesar da mortalidade entre as crianças ser maior, a observância dos registros não se faz de forma tão fiel. Optamos por não fazer a separação entre livres e escravos para a análise do gráfico acima. Consideramos por um lado que todos os inocentes eram igualmente vítimas dos poucos recursos da medicina da época. Por outro lado, as crianças cativas tinham percentual de mortalidade maior

que as livres, mas nasciam em menor número, pois o crescimento da população livre era mais acelerado.

Entre os adultos, também ponderamos não ser necessária análise em separado para livres e escravos. É possível que essa realidade seja diferente para outras regiões da província de Minas Gerais, mas como nosso estudo foca o núcleo urbano de Ouro Preto, consideramos que ali os escravos não sofriam condições de trabalho tão precárias como aqueles trabalhadores nas atividades mineradoras ou rurais.

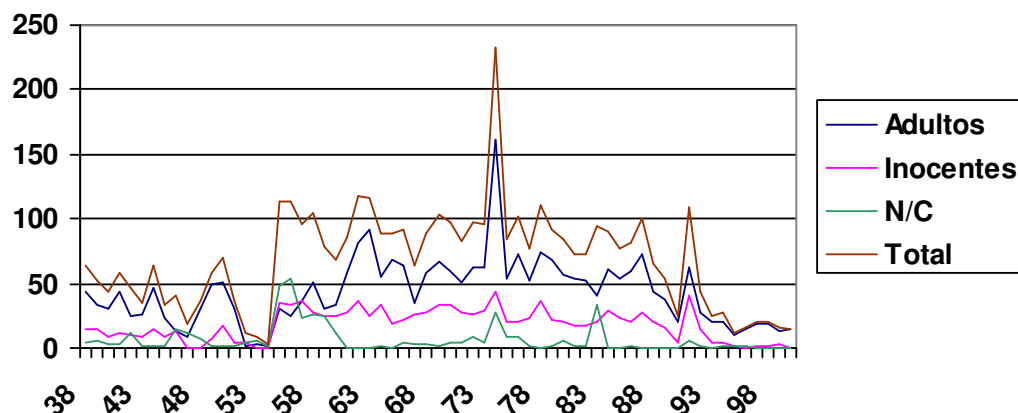
Os inocentes sofrem menor interferência das epidemias e de outros fatores que levavam ao aumento de mortalidade. O cirurgião-barbeiro Luis Gomes Ferreira, que esteve na região das Minas no início do século XVIII, relacionou as maiores causas de mortandade. Apesar de não se referir especificamente às doenças infantis, podemos considerar que as crianças fossem mais sensíveis a elas. A primeira causa observada foi o clima traiçoeiramente frio. Além dessa, são citadas as intoxicações alimentares e as frequentes diarreias decorrentes de água contaminadas, além de gripes, lombrigas, tosse, febres e sarna. O doutor não deixa de considerar o poder nocivo das mandingas e feitiços, que no seu entender, eram comuns. Isto sem falar nas picadas de cobra.⁷⁵⁴

Os óbitos sem informação das idades tiveram acréscimo nos períodos epidêmicos (1855, 1874) tanto entre adultos, como entre as crianças, pois a grande mortandade determinava que os assentos fossem feitos às pressas, sem muitos detalhes. Observamos também que alguns párocos têm como estilo próprio o registro de assentos mais sucintos.

A partir de 1893, há diminuição geral no lançamento de óbitos no livro da matriz, mas a queda é mais acentuada entre as crianças. Estas, por serem consideradas “anjinhos”, não necessitavam dos últimos sacramentos, seu lugar no céu estava assegurado. Já os adultos, para alcançarem a salvação, deveriam se penitenciar e se possível, receber a eucaristia e a extrema-unção. Esse fator foi determinante para a manutenção dos registros paroquiais, demonstrando a permanência desses valores religiosos tradicionais.

⁷⁵⁴ PRIORI, Mary del. Crianças das Gerais entre o século XVIII e o XIX. In: RESENDE, Maria Efígenia de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 508.

GRÁFICO 32: ÓBITOS POR IDADE (1838-1900)



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

5.7- A SECULARIZAÇÃO NOS RITUAIS DA MORTE E DO SEPULTAMENTO

Viajantes estrangeiros descreveram sua experiência com rituais mortuários no Brasil, e a partir desses registros, Luiz Lima Vailati destaca “o caráter de espetáculo e a ampla mobilização social e material dos ritos fúnebres no Brasil”, que chamaram a atenção desses forasteiros. Numerosos visitantes europeus eram protestantes, e por isso, seguidores de uma religiosidade mais voltada para a espiritualidade e para as práticas religiosas íntimas e particulares.⁷⁵⁵ Os estrangeiros observaram um caráter mais festivo nos funerais das crianças que dos adultos, quando as expressões de dor e pesar eram mais frequentes. No entanto, enquanto os visitantes explicavam essa atitude como desprezo pela criança, o autor justifica as expressões festivas como decorrente da concepção católica que garantia ao “anjinho” a salvação eterna. O autor considera também que os rituais de sepultamento daqueles inocentes eram “deixados de lado por parte das autoridades religiosas, às quais parecia pouco importar a forma como eram realizados”.⁷⁵⁶

O enterro de escravos podia ser bem simples, “em redes que serviram de leito quando eram vivos, sem qualquer tipo de lençol”, ou mesmo revestido de algum luxo,

⁷⁵⁵ VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 366.

⁷⁵⁶ VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 370.

como observou Debret, em dois cortejos de crianças escravas: “Um deles, mais luxuoso, consistia em uma cadeirinha forrada de damasco. [...] No outro, “o cadáver era estendido sobre uma bandeja que, por sua vez, era carregada na cabeça de um escravo adulto”.⁷⁵⁷

As mudanças que se apresentam no decorrer do século XIX passam também pela incorporação dos enterros em caixões. Em Portugal, de acordo com Ana Cristina Araújo, poucos são os caixões referidos em testamentos do primeiro quartel do século XVIII. Além disso, esse recurso está circunscrito às classes mais abastadas. O povo, de maneira geral, continua pelo século XIX adentro a utilizar-se de esquifes alugados da Irmandade da Misericórdia ou de outra confraria.⁷⁵⁸

No Brasil, até a segunda metade do século XIX, os corpos eram deitados sobre um esquife (pertencente à Irmandade ou mesmo alugado) e cobertos por um pano. Permaneciam, portanto, expostos ao olhar dos transeuntes, durante o trajeto entre a casa do falecido e a Igreja, onde era sepultado. No caso dos adultos, o féretro se realizava à noite. Em 1816, Debret se refere aos trabalhos de marcenaria feitos nos esquifes, considerados por ele como “‘monstruosidades’, resultado de artistas entregues à ‘fuga de sua imaginação’ e à extravagância dos parentes”.⁷⁵⁹

A partir da segunda metade do século XIX os corpos passam a ser interditados à visão, pois são acondicionados em caixão, e muitas vezes, o cortejo fúnebre se dá em carruagens. O uso de carruagens deveu-se à construção de cemitérios públicos, em locais distantes do núcleo residencial. A distância, a precariedade de acesso e a elevação do custo dos sepultamentos, além de toda a questão da secularização dos enterros, foram motivos de insatisfação generalizada para os residentes das cidades oitocentistas.

Em Ouro Preto, temos as duas primeiras referências ao uso de caixão em 08 de julho de 1868, num enterro realizado no Cemitério do Carmo, e em 23 de janeiro de 1869, num sepultamento feito no cemitério de São Francisco de Assis. O perfil dos mortos sepultados naqueles locais nos indica que essa prática se deu, inicialmente, entre aqueles de melhor condição social.

⁷⁵⁷ VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 381.

⁷⁵⁸ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 233.

⁷⁵⁹ VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 376.

No Rio de Janeiro, também é observado o crescente “enriquecimento material do aparato fúnebre ao longo do século XIX”.⁷⁶⁰ A estudiosa Marcelina Almeida também registrou essa tendência em sua tese sobre os cemitérios do final do século XIX. Em estudo comparativo entre Lisboa e Belo Horizonte, a autora identifica, nessas capitais, a construção de alguns túmulos e mausoléus, adornados com esculturas *art-deco* que se constituíam em pequenas capelas.⁷⁶¹ Tanto em cidades brasileiras como europeias, os jazigos familiares passam a ser representativos da ostentação do poder econômico e social de famílias abastadas, determinando a manutenção da hierarquia construída no decorrer da vida.

O que constatamos em Ouro Preto vai em direção oposta a toda essa renovação cultural e material. Observamos, na então capital da província mineira, a ausência quase total de grandes monumentos mortuários nos cemitérios. Em sua maioria, as lápides são identificadas por uma cruz onde nem sempre aparece o nome do sepultado. Muitas vezes, só encontramos as datas de nascimento e morte. Mesmo no Cemitério do Carmo, o preferido da elite local, os túmulos são, na maioria, simples, tanto no material utilizado como na decoração. O costume dos sepultamentos em carneiras ou catacumbas pode ter colaborado para essa simplicidade, já que se tratam de gavetas encravadas nos muros e paredes, de modo que ali fossem depositados os caixões. É interessante observarmos que o sepultamento fora do solo não causou resistência por parte dos católicos ouro-pretanos, diferentemente dos negros, que, como vimos, continuaram a ser depositados na terra. Luiz Vailati, em seu artigo sobre os funerais de “anjinho”, relata-nos a oposição de franceses no sepultamento de uma criança daquela nacionalidade, confirmando que as transformações do século XIX não se deram de forma pacífica. Utiliza-se para tanto do relato do viajante Victor-Athanase Gendrin:

Os franceses que participavam da cerimônia, indignados com o fato de que a criança não iria ser enterrada na terra, e talvez, com a idéia de jogar cal em todo o seu corpo – hábito que em outro viajante provocara repugnância, mesmo reconhecendo sua eficácia – esses senhores à força e ao fim de um imenso tumulto, conseguiram com sucesso retirar o cadáver das mãos dos responsáveis pelo serviço e,

⁷⁶⁰ VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. p. 377.

⁷⁶¹ Cf. ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória...*

com instrumentos improvisados com o material que se encontrava no local, enterrar a criança no chão contíguo ao carneiro.⁷⁶²

É Debret quem nos informa sobre a presença das catacumbas no Rio de Janeiro: “na corte, já são três as igrejas que, ao fim da década de 1830, possuem esses recintos: a da igreja do Carmo, a de São Francisco de Paula e a de Santo Antonio”.⁷⁶³ Em Ouro Preto, constatamos que as catacumbas da Ordem Terceira do Carmo são anteriores ao próprio cemitério, e que este levou alguns anos para ser concluído, obedecendo àquela prática observada na capital mineira e em outras localidades de adiar o quanto possível as determinações das Câmaras Municipais.

Concluímos, portanto, que os ouro-pretanos, por um lado, representantes da sociedade tradicional, e por outro, da elite ilustrada representada pelo corpo administrativo e educacional ali presente, aceitaram as novas formas de sepultamento, mas se mobilizaram, de forma veemente, para garantir os locais onde seriam depositados seus restos mortais. Estes podiam ser inumados tanto nas catacumbas, como no solo, desde que ficassem próximos aos recintos religiosos. Na impossibilidade dos enterramentos no interior dos templos, o adro ou os cemitérios ali construídos passaram a formar o espaço sagrado mais próximo. E, se num primeiro momento se constituíram no espaço de escravos, mendigos, desvalidos ou viajantes, que não tinham filiação a nenhuma Irmandade, foram resgatados, como espaço decente e sagrado, por todas as pessoas, inclusive as de grande poder aquisitivo ou social, como o Barão de Camargos, cujo jazigo encontra-se no cemitério da Ordem Terceira do Carmo em Ouro Preto. No entanto, em outras ocasiões, o prestígio social foi responsável por parcialidades, como no caso do brigadeiro João Rodrigues Feu de Carvalho, falecido em 1874, que tem seu jazigo no interior da capela de São José.

Já se encaminhando para o final do século, o devoto tentou encontrar formas paliativas de inserir o ente querido no interior da igreja. Como exemplo, tomamos a liberdade de citarmos novamente o documento arquivado na Irmandade de São José: em carta, datada de 02 de abril de 1891, a viúva de Bernardo Guimarães, D. Thereza Guimarães pede licença à mesa para colocar na capela uma urna com os ossos de seu

⁷⁶² ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória...* p. 385.

⁷⁶³ ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória...* p. 385.

finado marido.⁷⁶⁴ Bernardo Guimarães, nascido e falecido em Ouro Preto (1825-1884), foi poeta e romancista, advogado, jornalista, crítico literário e professor. Membro ativo da sociedade ouro-pretana, tendo participado da Revolução Liberal de 1842, obteve destaque nacional, com a publicação de seu romance *A escrava Isaura*, em 1875, no qual aborda as desventuras de uma cativa parda perseguida por seu senhor. Em 1881, foi homenageado por D. Pedro II.

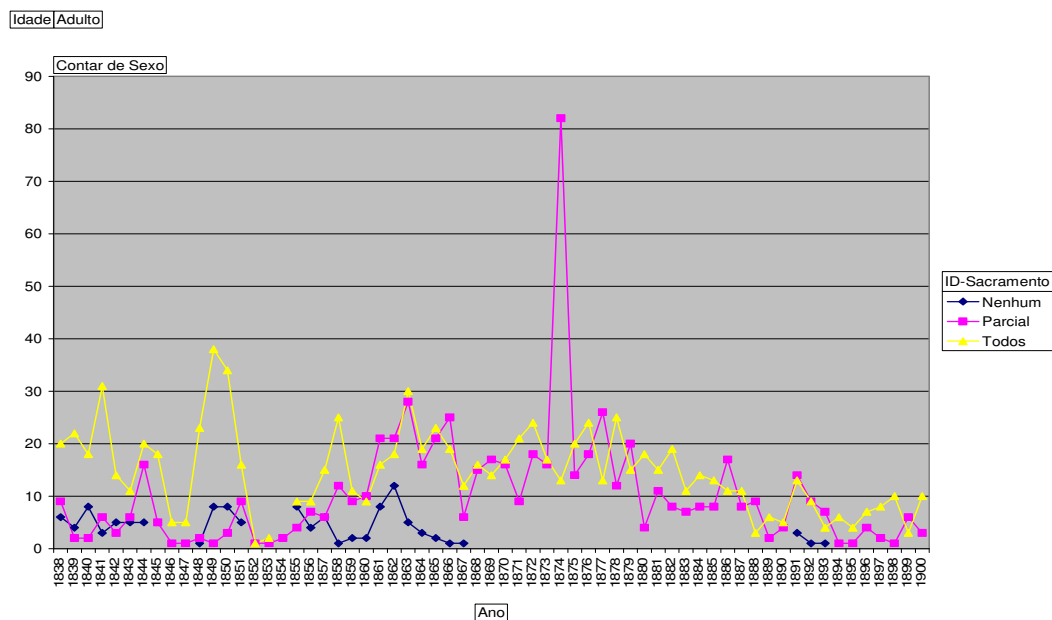
Constatamos, também, a permanência dos valores religiosos entre os moradores de Ouro Preto, por meio do ministério dos sacramentos nos adultos, no decorrer do período estudado, e visualizado no gráfico abaixo.

Temos acréscimo no número de óbitos no ano de 1841, na década de 50 e no ano de 1874. Na edição de 03 de janeiro de 1842 o jornal *O Universal* cita grande mortalidade no ano anterior. De acordo com o periódico, “apesar da salubridade conhecida do clima, não pode Ouro Preto evitar o desenvolvimento de uma epidemia que ceifou dezenas de vítimas, algumas dentro de poucos dias, deixando inconsoláveis imensas famílias, esposas e maridos”.⁷⁶⁵ A década de 50 presenciou surto epidêmico de cólera-morbo. Esses dois momentos podem ser observados nos registros estudados. No entanto, em nenhuma das duas ocasiões o ministério dos sacramentos da penitência (penitência, eucaristia e unção dos enfermos) sofreu diminuição. A morte não era repentina e por isso, não colocava em risco a preparação espiritual do moribundo. Somente a epidemia de 1874 nos indica a falta de tempo hábil para a preparação para a boa morte. No entanto, o chamado último sacramento ou extrema-unção não deixou de ser ministrado, apesar do enorme acréscimo da mortandade.

⁷⁶⁴ MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. p. 83.

⁷⁶⁵ Extraído de <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>>, em 24/11/2008.

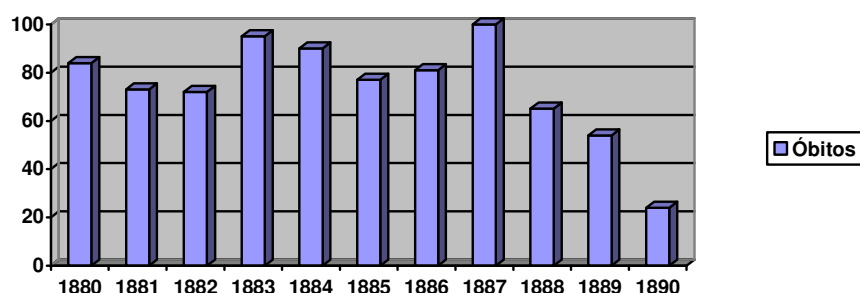
GRÁFICO 33: MINISTÉRIO DOS SACRAMENTOS ENTRE OS ADULTOS



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Durante todo o período estudado, observamos a preocupação com a administração dos sacramentos. Até a primeira metade do século, observamos que grande parte dos moribundos recebia os três sacramentos responsáveis pelo perdão dos pecados e fortalecimento do espírito para a hora do passamento (penitência, eucaristia e sagrada unção). No período de maior crise, referente à epidemia de bexigas, mesmo com a grande mortalidade, os devotos não deixaram de ter assistência espiritual. Temos registro do padre Joaquim José de Sant'Anna, pároco da freguesia do Pilar, ao lado dos doentes internados no Lazareto, onde fazia questão de confortá-los. Na década de 1880 a 1890, não verificamos mudanças no perfil dos assentos de óbitos, como é visualizado no gráfico abaixo. Foi constatada a falta de uma página do livro de registros referente ao ano de 1888. Portanto, podemos considerar para esse ano, a ausência de mais ou menos sete óbitos, que não foram incluídos no gráfico abaixo. Temos também sub-registro, no ano de 1890, em decorrência do falecimento do pároco Joaquim José de Sant'Anna. Com isso, o último óbito lançado ocorreu em 22 de junho, ficando descobertos, portanto, seis meses.

GRÁFICO 34: ÓBITOS NA FREGUESIA DO PILAR DO OURO PRETO ENTRE 1880 E 1890⁷⁶⁶



Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Se, por um lado, constatamos a permanência dos valores tradicionais na capital mineira, por outro, observamos mudanças sintonizadas com o espírito secular, difundidas pela elite ilustrada da cidade. Primeiramente temos a diminuição do número de missas solicitadas como legado pio pelos confrades. Estas podiam ser deixadas em testamento, mas também eram definidas como direito estabelecido nos livros de compromisso da irmandade à qual o irmão era filiado. Ana Cristina Araújo analisa como se deu esse processo em Lisboa. A autora observa que os setores médios urbanos, como os “médicos, os professores e outros agentes de serviços revelam, precocemente, a originalidade das suas opções”, pois a partir de 1760, passam a reduzir os pedidos de missas “ao limite mínimo tolerável”. Os lojistas e artesãos, que, entre 1730 e 1790 demandam número ostentatório de missas, passam a espelhar, por volta de 1820 e 1830, “um quadro singelo de encargos piedosos *post-mortem*, correlato de uma atitude, quiçá, mais esclarecida”. Além da diminuição do número de missas legadas, muda-se a intenção daquelas. Ana Cristina Araújo observa que, se em 1730 a alma do falecido era a sua principal herdeira, em 1830, os parentes (pais, cônjuge, filhos e outros) passam a ser os dignatários das missas deixadas em testamento.⁷⁶⁷ Em Ouro Preto, já constatamos processo análogo ao observado em Lisboa.

Outro aspecto que denota o espírito secularizado característico do final do século XIX é o aparecimento de instituições beneficentes laicas, em detrimento do papel

⁷⁶⁶ Podemos considerar a falta de mais ou menos sete óbitos, em 1888, devido à falta de uma folha do livro correspondente aos assentos desse ano.

⁷⁶⁷ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa...* p. 399-402.

assistencialista dado tradicionalmente pelas irmandades, mesmo em seu papel primordial, que era a assistência material e espiritual na hora da morte. Mesmo que tenham tido alcance reduzido, são importantes por representarem a nova mentalidade que se estabelece. Como exemplo, citamos Aurélio Pires, professor, farmacêutico, que viveu em Ouro Preto, entre 1881 e 1897, quando então se muda para a nova capital. Ele nos conta que, em 1885, como funcionário da Diretoria da Fazenda Provincial, foi um dos 42 sócios fundadores da “Sociedade Funerária”, estabelecida entre os empregados daquele órgão, para custear o enterro dos respectivos associados falecidos.⁷⁶⁸ A fundação de sociedades leigas não foi específica de Ouro Preto. Em Diamantina, Minas Gerais, foi criada a União Operária Beneficente de Diamantina, em 31 de maior de 1891, quando “10 oficiais reuniram-se em uma associação de ajuda mútua”. A organização classista de operários tinha como principais objetivos “instruir o proletariado, defender e proteger os sócios e suas famílias, em relação à honra, vida e nos negócios de justo interesse, quer sociais, quer pecuniários”.⁷⁶⁹

5.8- O FINAL DO SÉCULO XIX

Em sua pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro, Cláudia Rodrigues encontrou um decréscimo vertiginoso no número de registros de óbitos no final do século XIX. A não-obrigatoriedade das encomendações feitas pelos vigários para a autorização do sepultamento, o estabelecimento de cemitérios públicos e a separação entre a Igreja e o Estado, que desincumbiu os párocos dos registros com valor civil, reduziram a ocorrência do assentamento nas paróquias. Em se tratando de Ouro Preto, devemos considerar também, a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1897, que causou impacto no comportamento demográfico da cidade.

Entretanto, observamos que o declínio no número de registros de óbitos ocorre desde 1893. Portanto, o impacto das mudanças referendadas pela Constituição Republicana foi muito maior que o esvaziamento populacional decorrente do deslocamento dos servidores públicos estaduais e suas famílias para Belo Horizonte, além dos demais que foram em busca de melhores oportunidades na nova capital.

⁷⁶⁸ PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. p. 80.

⁷⁶⁹ FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé...* p. 138.

A primeira Constituição Republicana, aprovada em 24 de fevereiro de 1891, em seu art. 72, Seção II, Título IV, dos cidadãos brasileiros, define a separação do Estado e da Igreja, retirando de maneira definitiva as funções civis ligadas aos registros de nascimento, casamentos e óbitos, e estabelece que:

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

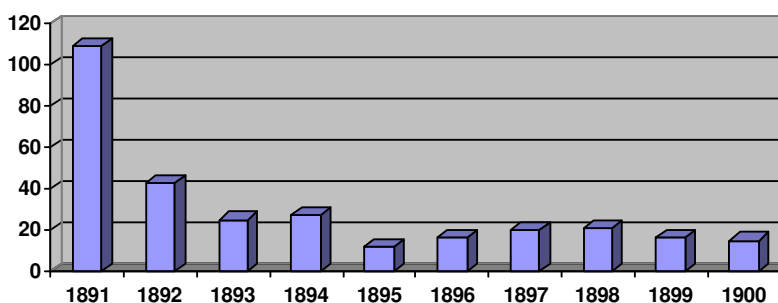
§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.

O gráfico abaixo nos revela esse panorama. O grande número de registros registrados no ano de 1891 pode referir-se a alguma compensação pelo sub-registro do ano anterior.

GRÁFICO 35: NÚMERO DE REGISTROS DE ÓBITOS POR ANO (DE 1891 A 1900)



Óbitos por ano

Fonte: Banco de dados da matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

Os registros a partir de 1893 nos mostram o impacto causado pela aprovação da Constituição Republicana e as consequentes medidas relativas à secularização dos cemitérios, a implantação dos registros civis e a separação da Igreja e do Estado.

Entre os inocentes, a redução é drástica a partir de 1893, sendo que praticamente desaparecem os sepultamentos de crianças dos registros paroquiais após essa data. Entre os adultos, a redução é menor, e permanece a preocupação em se ministrar os sacramentos. Entre 1892 e 1899, temos 159 óbitos de adultos. Destes, somente sete morreram desassistidos espiritualmente.

Na última década do século XIX, verificamos maior presença das *causas-mortis*, informação que, até então, era praticamente desconsiderada nos registros. Ao longo do século, só era registrado o suicídio, a morte acidental, causada por desastre ou afogamento, ou então a causa não era especificada com rigor, como no caso do registro das “mortes repentinas”. Essas exceções eram, no entanto, principalmente para justificar a ausência do ministério dos sacramentos. Com a obrigatoriedade dos registros de óbitos, em 1889, feitos por médicos, o registro da enfermidade causadora do óbito passou a ser mais recorrente. A referência à morte repentina permanece, assim como a dos desastres e suicídios. Mas a novidade passa a ser a referência às doenças. Destacam-se as pulmonares, como bronquite capilar, tuberculose e pneumonia, e as lesões cardíacas. São também numerosas as doenças do trato intestinal, como a gastroenterite. São ainda relacionadas a varíola, o sarampo e o beribéri, entre outras.

Richard Burton, já indicara em 1867, o bócio e a tísica pulmonar como doenças presentes em Ouro Preto. O clima da cidade era elogiado por alguns, enquanto outros alertavam para os perigos das mudanças de temperaturas ocorridas nos meses de abril a novembro, quando havia mudanças de estação.⁷⁷⁰ O inverno rigoroso e a umidade deviam ser características que dificultavam a manutenção da saúde da população ouropretana. Outra enfermidade que mereceu ser mencionada foi a sarna. “Quando mal tratada e generalizada, as conseqüências poderiam ser perigosas e muitas vezes fatal”.⁷⁷¹ Somente a qualidade da água é unanimidade entre todos que ali estiveram.

⁷⁷⁰ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 324.

⁷⁷¹ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. p. 340.

Em outro sentido, a tradição permanece em Ouro Preto com o advento do novo século. Entre as inúmeras intervenções feitas, na década de 1930, pela Inspetoria de Monumentos Nacionais para reconstituir o semblante colonial da cidade, tão ao gosto dos modernistas, consta o seguinte relato sobre a capela de São Francisco de Assis: “Somente hoje consegui terminar a demolição do cemitério e mausoléu construídos recentemente entre a igreja e o cemitério velho. Dei ao tempo o encargo dessa medida que o Sr. determinou. Só mesmo grande dose de boa vontade poderia resolver tal situação sem grave conflito”.⁷⁷² De acordo com a citação acima, o distinto empreendedor temia reação da população frente à demolição do cemitério contíguo ao templo.

Dois aspectos chamam a atenção no estudo sobre as práticas mortuárias em Ouro Preto. O primeiro é a permanência de túmulos simples, sem ornatos e a monumentalidade própria dos jazigos familiares e de pessoas ilustres, ao gosto do final do século XIX nas grandes cidades. As sepulturas, ainda hoje, têm somente numeração ou são identificadas pela data do óbito. Em algumas, temos o nome do falecido e as datas de nascimento e óbito.

O segundo aspecto é a permanência dos sepultamentos nos cemitérios adjacentes às capelas das irmandades, fato observado até os dias de hoje. Nesse sentido, a localização dos templos, como “pendurados” nos cumes dos morros, característica que surpreendeu a visitantes nacionais e estrangeiros, contribuiu para a permanência desses como referência para a vida e morte dos moradores ouro-pretanos.

⁷⁷² Cf. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde. vol. V. 1944-1948. p. 160.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não consideramos o tema abordado no presente trabalho como esgotado. Muito ainda há para se refletir sobre a segunda metade do século XIX, no que tange às permanências e mudanças culturais e sociais.

Julgamos, no entanto, ter alcançado o objetivo proposto por nossa pesquisa, que foi o de demonstrar como a documentação paroquial e outras fontes documentais do período analisado transmitem as preocupações da época e se ajustam aos novos tempos.

Por um lado, observamos maior arejamento na sociedade austera de Ouro Preto. Com o decorrer do tempo, as festividades religiosas deixam de ser as únicas possibilidades de encontros sociais. Por outro lado, acompanhamos como o processo de romanização da Igreja Católica e as medidas higienistas trataram de regulamentar questões relativas ao sexo, determinando, para as décadas de 60 e 70 do oitocentos, maior domínio sobre o comportamento dos devotos.

Deduzimos esse aspecto a partir de duas características encontradas nos assentos da época. No primeiro, vemos crianças naturais sendo batizadas em freguesias distantes de seu lugar de moradia. Além disso, observamos maior mobilidade geográfica de jovens filhos de mães solteiras. Tanto eles se mudam mais, como também ingressam, com frequência, no serviço militar. Enquanto muitos filhos legítimos, principalmente os primogênitos, herdavam os negócios do pai e passavam a ser substitutos para a mãe viúva e irmãs menores, os filhos naturais buscavam, em outras regiões, novas oportunidades, talvez longe de algum falatório sobre seu suposto pai. Além disso, passa a ser constrangedor o batismo do filho ilegítimo na freguesia de origem da criança, devido à visibilidade social que tal ritual oferecia.

Não acreditamos que houve mudança no padrão de escolha dos noivos, já que os casamentos continuam sendo realizados, praticamente em sua totalidade, entre consortes da mesma cor ou condição social. A cidade se mantém tradicional, mas os flertes e namoros acontecem de uma forma mais livre. A opinião dos jovens passa a ter maior peso na escolha de seu cônjuge, desde que aprovado pelas famílias.

Os casamentos entre pares não se estabelece somente entre membros da elite econômica e social da cidade. Apesar de esses serem movidos por forças ausentes nas

camadas inferiores, como o interesse econômico e político, vimos que o matrimônio não somente mantém, como também consolida seu papel como referência de família respeitável e aceita socialmente. Os escravos, livres das amarras do cativeiro, tratam de normatizar suas uniões, ou mesmo passam a se casar, seguindo padrão de comportamento dos livres. O incremento do número de filhos legítimos, identificado em todo o período analisado, também nos permite tal conclusão. Aos poucos, vai se instituindo a família nuclear urbana, sob o ideário da nova sociedade industrial.



FIGURA 27: *Cena de família* de Adolfo Augusto Pinto.
Óleo de José Ferraz de Almeida Junior (1891).⁷⁷³

Se os registros de batismos e de casamentos nos dão indícios das mudanças do oitocentos, os assentos de óbitos são o melhor testemunho delas, apresentando-nos tanto as mudanças como o período em que ocorreram. A partir dos óbitos registrados na matriz do Pilar, pudemos verificar a resistência às mudanças nas práticas de sepultamento. Enquanto puderam, as autoridades eclesiásticas e civis, e os habitantes de maneira geral, adiaram a interdição do sepultamento no interior dos templos. No entanto, encontraram medida que satisfazia os princípios higienistas e respeitava a devoção religiosa, com os sepultamentos em cemitérios contíguos às capelas.

⁷⁷³ Disponível em: <<http://peregrinacultural.files.wordpress.com/2008/10/almeida-junior-familia-reunida-em-casa-do-interior.jpg>>.

A Igreja Católica romanizada, por intermédio de seus bispos, passa a cuidar com mais afinco da formação de seu clero, que, por sua vez, distancia-se da comunidade laica, adquirindo papel de orientador e limitador da moralidade de seu “rebanho”.

Em 25 de dezembro de 1898, com a organização do Concílio Plenário da América Latina, em Roma,⁷⁷⁴ a Igreja Católica, após a Reforma Protestante, dá mais um passo em sua árdua tarefa, iniciada com o Concílio de Trento, de se reestruturar no mundo ocidental. Entre os representantes do Brasil, participaram o arcebispo da Bahia e os bispos de Olinda, Mariana, Goiás, Paraná, Amazonas e Pará. O Concílio, sob inspiração tridentina, teve como objetivo reafirmar grande parte das questões aprovadas no Concílio Vaticano I.⁷⁷⁵

Por mais paradoxal que seja, somente com a desvinculação da Igreja e do Estado, após a proclamação da República, em 1889, o catolicismo consegue consolidar com mais rigor seus princípios dogmáticos. Concordamos, nesse sentido, com a conclusão tirada pelo professor Thales de Azevedo, ao considerar que, sob o influxo dos bispos ultramontanos do final do século, e de intelectuais e políticos como Carlos de Laet, Eduardo Prado, Felício dos Santos, Afonso Celso, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, a Igreja

adquire um vigor que nunca tivera antes: começa a reorganizar-se internamente, fortalecendo a comunicação, a aproximação e a ação conjunta do episcopado, multiplicando as dioceses e as paróquias, para melhor assistir os fiéis; repovoa os conventos com religiosos trazidos da Europa e completa a reforma do clero, dando-lhe respeitabilidade, espírito de disciplina e de zelo.⁷⁷⁶

A Ouro Preto atual ainda guarda muitas das características apresentadas, fazendo jus ao título do trabalho que se refere à convivência entre suas práticas tradicionais e a modernidade, nem sempre sendo harmônica essa convivência. Os documentos e os relatos da época nos mostram a tensão que se estabelecia diante de cada “novidade” que o século XIX apresentava. A forma como a cidade se reestruturou após o declínio da atividade aurífera, as discussões acerca dos registros civis, a proibição dos sepultamentos no interior dos templos, o movimento abolicionista e republicano, e, por

⁷⁷⁴ O Concílio Plenário da América Latina é concluído em 9 de julho de 1899.

⁷⁷⁵ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério...* p. 260-261.

⁷⁷⁶ AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Editora Ática, 1978. p. 161.

fim, a mobilização da população diante da possibilidade da transferência da capital, todos esses aspectos e ainda outros, nos mostram a forma ímpar como os ouro-pretanos reagiram diante dos impasses que surgiam.

Os ouro-pretanos convivem com o passado glorioso de sua cidade com extrema simplicidade e carinho, zelando por seu patrimônio cultural, sem, entretanto, permitir que essa carga prejudique sua vida cotidiana. Nas festas religiosas, procissões e outras comemorações tradicionais, observamos que o passado ainda vive na mentalidade daquelas pessoas. Não no sentido retrógrado, mas no sentido de manutenção da memória e da tradição. Não se preservou o toque dos sinos na vida cotidiana, como em outras cidades históricas mineiras, talvez em respeito às orientações higienistas advindas do século XIX. No entanto, badalam solenemente diante de eventos marcantes e festas religiosas.

Na antiga capital mineira, estão presentes também manifestações simples de religiosidade, como as cruzes enfeitadas por papel crepom e as pequenas imagens de santos ou oratórios localizados nas esquinas. Nas grandes datas do catolicismo, como a Semana Santa, observamos a autenticidade das manifestações religiosas, realizadas e assistidas pelos devotos, independentemente da presença de turistas ou visitantes.

A presença cultural dos afro-descendentes manifesta-se através de práticas e festas religiosas próprias, como o Congado, o Reizado, além das mandingas e outros costumes hoje considerados como “crendices populares”. Apesar de toda violência que sofreram, os africanos que vieram escravizados para o Brasil não foram despojados de sua cultura, que se manteve apesar das proibições renitentes das autoridades. No entanto, a Irmandade do Rosário dos Pretos, aglutinadora da vida social dos africanos, perdeu espaço, inclusive deixando de ter, ao redor de seu templo, sepulturas para seus confrades. A capela, recentemente restaurada, guarda, em sua arquitetura barroca de inspiração italiana, e nas pinturas de grandes artistas, a memória da presença massiva dos cativos africanos.

A capela de São José, patrono dos artífices e trabalhadores mecânicos, encontra-se fechada, num ato demonstrativo da fragilidade das associações religiosas mais populares. Ao seu redor, no entanto, permanece ativo o pequeno cemitério.

Por outro lado, a cidade, universitária e turística, recebe, com naturalidade, milhares de jovens e forasteiros no decorrer do ano, sem deixar que “esse transtorno”

prejudique sua vida diária. A presença, ali, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), de empreendimentos siderúrgicos, e de um sem número de restaurantes, pousadas e hotéis voltados para a atividade turística garantem sua sobrevivência econômica.

A cidade não deixa de ter seus problemas modernos, como a ocupação desordenada dos morros, o trânsito pesado, tornado impossível nas ruas estreitas e ameaçador para a estrutura frágil do patrimônio edificado, além das drogas, levadas principalmente pelos e para os jovens. No entanto, os enterros ainda são realizados nos cemitérios pertencentes às irmandades, o pároco é chamado para encomendar a alma do falecido, e tanto o casamento como o batismo mantêm-se como rituais importantes para a sociabilidade e para a espiritualidade daquelas pessoas. A paróquia permanece como centro aglutinador da vida social de número expressivo de pessoas e o pároco mantém-se como referência de autoridade importante entre os ouro-pretanos.

Podemos resumir dizendo que os moradores da antiga capital mineira tinham sempre “um olho no futuro e outro no passado”. Apesar das fontes relatarem fundamentalmente a voz da elite ilustrada da época, formada por políticos e intelectuais, podemos imaginar a população, de maneira geral, alinhando-se a cada vertente do pensamento: religioso ou laico, escravista ou abolicionista, monarquista ou republicano, mudancista ou não mudancista, vendo, no passado, um porto seguro, enquanto, muitas vezes, era atropelada pelas transformações da modernidade.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas

Atas de batismos, casamentos e óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto: Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, MG.

Mapas de População: APM, MP, caixas 1 a 13, e SP PP1/10, caixas 1 a 52.

APM, Administração Imperial (SG), várias subséries.

APM, SP 256, 257, 610, 654, 570 e 609.

APM, SP 892.

APM, SP 654, 955, 956 e 1005.

Registros de Divórcio (1839-1845): ESAF Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. Microfilme volume 1798, rolo 051.

Testamentos (1833 a 1892): ESAF, Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. v. 2144, rolo 066.

Autos (Justificação e Certidão de Banho – 1841). ESAF, Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. v. 1775, rolo 050.

Capítulos de Visitas e Pastorais (1840-1887). ESAF, Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. v. 0504, rolo 105.

Fontes eletrônicas

BANCO DE DADOS REFERENTES À DOCUMENTAÇÃO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR DO OURO PRETO: (1700-1899), FAPEMIG/CNPQ/CASA DOS CONTOS. Coord. Profa. Adalgisa Arantes Campos. Belo Horizonte, MG.

PUNTONI, Pedro; DOLHNIKOFF, Miriam (Coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), com o apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), 2004. CD-rom, 4 vol.

Fontes primárias impressas

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888: Elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1988.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*: composta e dedicada a sua majestade fidelíssima. v. 1. São Paulo: Cultura, 1943. [1817].

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1853), feytas, e ordenadas pelo... Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide... propostas, e aceytas em o

Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro.

MARTINS, A. de Assis; OLIVEIRA, J. Marques de. *Almanack administrativo civil e industrial da província de Minas Geraes para 1864*. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1865.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. volumes I e II. Belo Horizonte: Publicações do APM, 1979. [1837].

ORDENAÇÕES FILIPINAS. vol. III, livros IV e V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Reprodução fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

OZZORI, Manoel. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, scientifico e litterario de municipio de Ouro Preto*. Anno 1. Ouro Preto: Typographia da Ordem, 1890.

Obras de referência

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Publicações do APM, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SATERB, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. v. 2. Ed. Comunicação. [s.n.t.].

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007.

HERNANDEZ, Pedro Martin. *Catecismo Romano*. Madrid, La Editorial Católica, S. A, 1956.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. vol. II, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1966.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacérdina. Anno de 1813.

SILVA, Oliveira. *Dicionário das sucessões e testamentos*. Rio de Janeiro: Saraiva Ed., 1940.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas. 1986.

VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais, 1998.

Bibliografia básica

- ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Campinas: UNICAMP, Centro de Memória, 1992.
- ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. 1988.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos de migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 291-335.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 83-154.
- ALMEIDA, Aluisio de. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, cultura, memória – múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFGM, 2007.
- ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Ministério da Educação e Saúde. vol. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944-1948.
- ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações – 1700-1830*. Lisboa; Coimbra: Editorial Notícias, 1997.
- ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ÁVILA, Cristina & GOMES, Maria do Carmo Andrade. O negro no Barroco Mineiro – o caso da Igreja do Rosário de Ouro Preto. *Revista do Departamento de História*, n. 6. Belo Horizonte: FAFICH/UFGM, jul. 1988. p 69-76.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- AZZI, Rioldo. *O clero no Brasil – Uma trajetória de crises e reformas*. Brasília/DF: Associação Rumos, 1992.
- BACELLAR, Carlos de Almeida P. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Estudos CEDHAL*. n. 7. São Paulo: Humanitas – Publicações da FFLCH/USP, 1991. p. 1-99.
- CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: [s.n.], 1969.
- BARICKMAN, Bert J. *The textile industry in Minas Gerais: 1870-1930*. [s.l.:s.n.], 1984.

- BARRETO, Célia de *et al.* O processo de emancipação. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo 2, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BERTIN, Enidelce. Os africanos livres e a luta pela liberdade em São Paulo no século XIX. XXIII Simpósio Nacional ANPUH. História: Guerra e Paz. *Anais...* Londrina, 2005.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- BONADIO, Geraldo. *A agonia do Projeto Liberal: o jornal O Tebyreçá e a Revolução de 1842*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.
- BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória – ES*. Vitória: Editora Multiplicidade, 2004.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSCHI, Caio C. As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia. *Revista Brasileira de História*. v. 7, n. 14. São Paulo, 1987. p. 151-84.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História Social). USP, São Paulo, 1994.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História demográfica e escravidão em Minas Gerais no século XIX. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano IV, n. 6. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, abr. 1996. p. 110-115.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. V Jornada Setecentista, 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: CEDOPE, 2003. p. 1-28.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Abordagens quantitativas em história demográfica e social: novas possibilidades de estudo*. XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG, Juiz de Fora, jul. 2004, CD-rom.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1. jun. 2005. p. 321-341.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Rio de Janeiro, 1995.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850). IX Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2000. *Anais...* v. 1. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. p. 37-63.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Família e patriarcalismo em Minas Gerais. In: PAIVA, Eduardo França (Org.) *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português* (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – século XVIII e XIX). Niterói: Annablume, 2007.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia; USP, 1976.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: [s.n.], 1969.

CAHALI, Yussef Said. *Divórcio e separação*. Tomo 1. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOLINA, Alda Maria Palhares *et al.* *Escravidão em Minas Gerais*. v. 1. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura – Arquivo Público Mineiro/Copasa, 1988.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – O século XVIII. *Varia História*. n. 4. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFGM, 1987. p. 3-24.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. *Revista do Departamento de História*, n. 6. Belo Horizonte: FAFICH/UFGM, jul. 1988. p. 109-122.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo: USP, 1994. (mimeo).

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Irmandades mineiras e missas. *Varia História*. n. 16. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFGM, 1996. p. 66-76.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas. *Varia História*. n. 18. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFGM, 1997. p. 11-28.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Tratos Culturais; Ed. Francisco Inácio Peixoto, 2000.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672-1740): seu testamento e pastoral. *Varia História*. n. especial – Códice Matoso, 21. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFGM, 2000a. p. 364-380.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco*. n. 18. Ouro Preto; Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2000b. p. 45-68.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*. n. 31. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFGM, 2004.

CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 2005.

- CARDOSO, Maria Abadia. *O campo da história: especialidades e abordagens*. *Revista de História e Estudos Culturais*. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/>>.
- CARVALHO, José de Assis. *Horizontes da fé e cultura*. Ponte Nova: Grafcolor, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO NETO, Inácio de. *Responsabilidade civil no direito de família*. Curitiba: Juruá, 2003.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Os livros na mesa*. Rio de Janeiro: São José, 1960.
- CASCÃO, Rui. Demografia e sociedade. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 366-392.
- CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memórias do cativo na história do Brasil*. Niterói: UFF, 2004. (mimeo).
- CASTRO, Ruth de. *Nossas raízes*. Belo Horizonte: ed. do autor, 1989.
- CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORRÊA, Carolina Perpetuo. Aspectos da demografia e vida familiar dos escravos de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1833. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 20 a 24 de setembro, 2004. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.
- COSTA, Iraci del Nero da; SAMARA, Eni de Mesquita. *Demografia histórica: bibliografia brasileira*. São Paulo: IPE-USP/FINEP, 1984.
- COSTA, Iraci del Nero da. Minas colonial: características básicas de quatro estruturas demoeconômicas. *Revista Acervo*. v. 1, n. 1. Arquivo Nacional, 1986. p. 95-114.
- COSTA, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbitos. *LPH Revista de História*. n. 1. Mariana, 1990. p. 46-54.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil*. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ap07.pdf>.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Edufba, 2000.

COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.

DIAS, Fernando Correia. Ouro Preto: território da palavra – instituições e práticas intelectuais. *Oficina do Inconfidência*. Ano 2, n. 1. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, dez. 2001. p. 145-193.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 278. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1968. p. 105-170.

DORNAS FILHO, João. *O Ouro das Gerais e a civilização da Capitania*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ENGERMAN, S. L. E.; GENOVESE, E. D. Coments on "Slavery in a non-export economy". *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3. 1983. p. 582-584.

FABRE, Daniel. Famílias: o privado contra o costume. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 549-579.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-278.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 2. 3. ed. rev. Porto Alegre: Globo, 1976.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 241-258.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo da constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FERRAZ, Eugênio. Casa dos Contos: *Ensaio histórico e memória da restauração no ano de seu bicentenário*. 1984. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/casa-dos-contos/home_4.swf>.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Juiz de Fora: Instituto de Ciências Humanas/UFJF, 2006.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade. A resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (mimeo).

FONSECA, Marcus Vinicius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras Histórias*. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 93-113.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*. n. 31. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2004. p. 21-40.

FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Itatiaia; USP, 1982.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 75-96.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Fontes para a história do comércio de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888). In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 159-183.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume; São João del Rei: UFSJ, 2002.

- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*.v. 23, n. 37. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2006. jan./jun. 2007. p. 184-207.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom: 1750-1925*. New York, USA: Vintage Books, 1976.
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSHUDI, Johann Jacques von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1977.
- HERNANDES, Pedro Martin (Tradução, introdução e notas). *Catecismo romano*. Madri: La Editorial Católica, 1956.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). O Brasil monárquico: do Império à República. In: _____. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 2, v. 5, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: Primeira época*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1973.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.
- KJERFVE, Tânia M. Gomes; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)*. *Estudos Afro-Asiáticos*. n. 20. 1991, p. 23-238.
- KUPER, Adam. Incest, cousin marriage, and the origin of the human sciences in nineteenth-century England. *Past & Present: a journal of historical studies*. n. 174. Oxford: Oxford University Press, feb. 2002. p. 158-183.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. *História*. n. 12. São Paulo, 1993. p. 13-28.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. v. 9, n. 17. São Paulo, set. 1988/fev. 1989. p. 101-114.
- LIBBY, Douglas Cole. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, v. 31. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 2004. p. 69-96.

- LIBBY, Douglas Cole. Habilidades, artifícios e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 57-73.
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*. O caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. n. 30. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG. jul. 2003. p. 112-151.
- LIBBY, Douglas Cole; GRIMALDI, Marcia. Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Papéis Avulsos*. n. 8. 1988. p. 26-43.
- LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 17. n. 1/2. jan./dez. 2000. p. 17-46.
- LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: Ouro Preto – Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da História Quantitativa: um balanço e perspectivas. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 13-24.
- LONDOÑO, Fernando Torres. *Público e escandaloso: Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro*. 1992. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo, 1992.
- LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1893)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- LOTT, Mirian Moura. *Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX*. p. 8. II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas. 23 a 26 de abril de 2006. UFGD/UFMS. Disponível no site: <<http://br.geocities.com/adarantes>>.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. A vida cotidiana em julgamento: devassas em Minas Colonial. In: _____. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982.
- MACFARLANE, Alan. História do casamento e do amor. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando o problema da “transição para o trabalho livre” no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres. In: *GT Mundos do Trabalho* – Jornadas de História do Trabalho – Pelotas, 6-8/11/2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Loyola; CEDHAL/FFLCH/USP, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A morte e nossos ancestrais*. In: *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 61-75.

MARTINS, Ângela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha. V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 1990. *Anais...* v. 1. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. p. 31-52.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. V Seminário sobre Economia Mineira. 1990. *Anais...* Diamantina: UFMG/Cedeplar, 1990. p. 51-90.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX*. p. 8-12. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003-90pdf>.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais Brazil*. Ann Arbor, Michigan, USA: University Microfilms International, 1980.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1982.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 99-130.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira; SANTOS JUNIOR, José Maria dos; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. XII Seminário sobre a Economia Mineira, 29 de agosto a 1º de setembro, 2006. Diamantina. *Anais...* Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006. p. 01-24.

MENDES, Jairo Faria. O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação do jornais mineiros. São Paulo: Universidade Metodista, 2007. (mimeo). Disponibilizado no site: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=802>.

MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e irmandades de Ouro Preto. *Publicações do IEPHA de Minas Gerais*. n. 1. Belo Horizonte, 1975.

MOTA, Lia: A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 22, 1987.

- MOURA, Emílio. *Itinerário poético*. Poemas reunidos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora UnB; FINATEC, 2003.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a mesa da consciência e ordens e o clero secular no Brasil – 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou índice alfabético das leis. Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos: reforma católica e irmandades no Rio de Janeiro imperial. *Lócus: Revista de História*. v. 8, n. 2. Juiz de Fora: EDUFJF, 2002. p. 71-81.
- OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.
- OZZORI, Manoel. *Almanak administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do municipio de Ouro Preto*: anno 1. Belo Horizonte: Mazza, 1990. 240 p. (Edição fac-similar).
- PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: IMESP, 2004.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. (mimeo).
- PAIVA, Clotilde Andrade; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 1990. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. p. 85-102.
- PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. VII Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 1995. *Anais...* v. 1. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1995. p. 87-108.
- PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*, n. 23, 1993. p. 2-15.
- PAIVA, Eduardo França (Org.) *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- PAIVA, Eduardo França. *Direitos de escravo: direitos costumeiros, cativos suplicantes e justiça nas Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2001 (mimeo).

- PIRES, Aurélio Egídio dos Santos. *Homens e factos de meu tempo*. Companhia Nacional, 1939. (Coleção Brasileira, 146).
- PRIORI, Mary del. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 275-330.
- PRIORI, Mary del. Crianças das Gerais entre o século XVIII e o XIX. In: RESENDE, Maria Efigenia de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- QUEIROZ, Bernardo Lanza *et al.* As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. IX Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2000. *Anais...* v. 1. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. p. 17-36.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeiros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- RAMOS, Donald. A estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*. vol. V. Ouro Preto: IPHAN, 1978. p. 41-58.
- RAMOS, Donald. União consensual e família no século XIX. Minas Gerais, Brasil. *Estudos Econômicos*. v. 20, n. 3, São Paulo: USP/IPE, dez. 1990. p. 381-405.
- RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO M. L., BALHANA, A. P. *História e população: Estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990(b). p. 154-163.
- RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. *Hispanic American Historical Review*. Durham, NC, USA: Duke University Press, 1993. p. 636-662.
- RAMOS, Donald. A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais do século XVIII. *Oficina do Inconfidência*. Ano 2, n. 1. dez. 2001. p. 15-46.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, Liana Maria; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Ed. Dimensão, 1998.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. O mercantilismo interno provincial: um estudo dos preços de mercado dos gêneros da produção mineira em 1839/40. *Seminário de Economia Mineira*. Cedeplar/UFMG, 2006. p. 1-25.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, v. 26, n. 52, jul./dez. 2006.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro (Org.). *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. v. 3. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista*. História e cultura material. Nova Série. v. 4. São Paulo: USP, 1996. p. 125-164.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 189-204.

SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*. v. 8, n. 15. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1987/fev. 1988. p. 91-105.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*. v. 12. São Paulo, 1993. p. 49-61.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mistérios da “fragilidade humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*. v. 15, n. 29. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995, p. 57-71.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. Estudos CEDHAL. n. 10. São Paulo: Humanitas – Publicações da FFLCH/USP, 1999.

SANT’ANNA, Sabrina Mara. A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1771 a 1822). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SANTIAGO, Frei Thiago. *A escrava Totonha: minha avó*. Belo Horizonte: Santa Edwirges, 1995.

SANTIAGO, Pe. Marcelo Moreira *et al.* *Igreja de Mariana: 261 anos de História, 100 anos como Arquidiocese*. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2006.

SANTOS, Cristiane Giannini. Análise de textos de autores que trataram de temas referentes à família escrava. *Série Pós-Graduação CEDHAL*. v. 3. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slaves in Colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. *Hispanic American Historical Review*. v. 54, n. 4, 1974. p. 603-635.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX*. Campinas: Unicamp, 2005. (mimeo).

SILVA, Cândido da Costa e. Os segadores e a messe: O clero oitocentista na Bahia. Salvador: EDUFBA 2000.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*: resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SILVA, Leonardo Viana. *Redescobrimdo o espaço urbano mineiro oitocentista*: Santa Luzia, Tapera, Mercês do Pomba e Oliveira em 1831. Monografia (Bacharelado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia. Petrópolis: Vozes, 1981*.

SILVA, M. Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 46. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003. p. 123-146.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: o processo de criação do campo santo na cidade de Diamantina (1846-1915)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005a.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. *Legislando sobre a prática e criticando os costumes: a lei e as transformações dos ritos fúnebres em Minas Gerais. (O caso da paróquia de Santo Antônio na cidade de Diamantina, 1846/1915)*, 2005b. (mimeo).

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP*. n. 77. Campinas, 1985. p. 1-80.

SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*. v. 17, n. 2. São Paulo, FIEP/USP, 1987. p. 2119-2134.

SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*. n. 16. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1988. p. 189-203.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Sônia Maria de. Escravidão e trabalho livre: estratégias elaboradas pelos ex-escravos visando a um projeto camponês. XV Encontro Regional da ANPUH. 2006. *Anais eletrônicos...* São João Del Rei, jul. 2006. p. 1-8.

TABORDA, Francisco. *Nas fontes da vida cristã: uma teologia do batismo-crisma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. vol. IV. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [s.d.].

TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro: SPHAN/MEC Publicação nº 13, 1945.

VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. *Revista Brasileira de História*. v. 22, n. 44. São Paulo, 2002. p. 365-392.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALLADÃO, Haroldo. *História do direito, especialmente do direito brasileiro*. 4.ed. rev., atualiz. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

VASQUEZ, Pedro. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Ed. Index, [s.l.:s.d].

VEADO, Wilson. Nasce a terra do Brasil sob as regras e os preceitos do direito lusitano do seu tempo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. vol. XXIII. ed. especial. Tomo único. Belo Horizonte, 22 de abril de 2000. p. 414-487.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 26, n. 52, jul./dez. 2006. p. 273-294.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. Relação em gênero. *Série Pós-Graduação CEDHAL*. n. 2. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 1-5.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O direito de família no mundo luso-brasileiro. Período pombalino e pós-pombalino. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 160, n. 404, 1999. p. 537-546.

WRIGLEY, E. A. Fertility strategy for the individual and the groups. In: TILLY, C. *Historical studies of changing fertility*. Princeton, New Jersey, USA: Princeton University Press, 1978. p. 125-154.

Sites consultados

http://www.ouropreto-ourtownworld.jor.br/rodrigo_silva.htm

<http://www.domsilverio.mg.gov.br/historia/dom-silverio-gomes-pimenta/>

http://www.esaf.fazenda.gov.br/casa-dos-contos/home_4.swf
<http://www.revistafenix.pro.br>
http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_LeiteAF_1.pdf
http://www.abphe.org.br/congresso_2003/Textos/Abphe_2003-90pdf
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=Ouro+Preto>
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=41
<http://www.sgai.pjf.mg.gov.br/premios/biografia.php>
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=61
<http://www.neabrazil.com.br/revista/index.php/neabrazil/article/view/8/9>
<http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>
<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologia_censo_2000.pdf
http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1416
http://www.btdt.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=45
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologia_censo2000.pdf
[http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=perspectivas&page=article&op=viewFile&path\[\]=35&path\[\]=28](http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=perspectivas&page=article&op=viewFile&path[]=35&path[]=28)
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>
<http://www.cavalcanti.adv.br/download.php?fed9819937bdf11d8d6227b32ac6230e>
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>
http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/7_Heitor_Moura_Filho.pdf
<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/GIULIANO%20ORSI%20MARGUES%20DE%20CARVALHO.pdf>
<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/cadastro/historicosantacasa.shtml>
<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/campos01.htm>
<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms17.htm>
<http://www.ilhagrande.org/sys/s.ig?a=84>
<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/pdf/Amazonas-Xingu/Amazonas-Xingu%201.pdf>

